



HST 4760

- R -

M

Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Mestrado de História dos Séculos XIX e XX (Secção Século XX)

Portugal e a Organização das Nações Unidas.

**Uma história da política externa e ultramarina portuguesa
no pós-guerra (Agosto de 1941 – Setembro de 1968)**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutor José de Medeiros Ferreira

Candidato: Fernando Manuel Santos Martins



Lisboa

Fevereiro de 1995

42397

QUADRO DE MATÉRIAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	5
NOTA PRÉVIA SOBRE AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	9
INTRODUÇÃO.....	11
O problema e o contexto.	11
Metodologia.....	25
Nota acerca das fontes.	26
CAPÍTULO I: PORTUGAL E A ORDEM POLÍTICA INTERNACIONAL DO SEGUNDO PÓS-GUERRA. OS ANTECEDENTES (1941-1945).....	29
Do " <i>equilíbrio de poderes</i> " à " <i>segurança colectiva</i> "	29
Agosto de 1941: A <i>Carta do Atlântico</i>	34
A <i>Carta do Atlântico</i> em Portugal.....	39
Política internacional (1942-1945): Da <i>Declaração das Nações Unidas</i> à ONU.	44
Portugal: Da <i>Declaração das Nações Unidas</i> à Conferência de S. Francisco.	48
CAPÍTULO II: PORTUGAL NO SEGUNDO PÓS-GUERRA (1945-1955).....	67
A ONU e a descolonização: 1943-1955.....	67
O processo de admissão portuguesa nas Nações Unidas: 1946-1955.	82
Os impérios coloniais europeus e a descolonização. Uma história com uma década. ...	98
CAPÍTULO III: PORTUGAL E A ONU (1956-1960).....	113
A segunda fase da descolonização. Da Conferência de Bandung à <i>Resolução sobre Independência e Autodeterminação</i> da XV Assembleia Geral das Nações Unidas.	113
A política externa portuguesa e a ONU (1956-1960).	147
Doutrina.	147
Os factos.	158
Primeiro balanço. Uma nova política externa portuguesa?.....	194

CAPÍTULO IV: PORTUGAL E A ONU (1961-1963).	199
Desenvolvimentos na cena internacional.	199
A última vida dos impérios coloniais europeus.....	203
Portugal e a ONU. A evolução das políticas externa e ultramarina portuguesas.....	212
CAPÍTULO V: PORTUGAL E A ONU (1964-1968).	319
Portugal e a ONU. Os últimos anos do salazarismo.	319
CAPÍTULO VI: SALAZAR, O SALAZARISMO E A ONU: CONCEPÇÃO E APLICAÇÃO DE UMA POLÍTICA EXTERNA E ULTRAMARINA.	327
Portugal, o Império e a crise das potências médias.....	327
Bases e limites do poder português no final do consulado salazarista.....	347
Considerações finais. A posição portuguesa ou os limites da imobilidade salazarista.....	353
FONTES E BIBLIOGRAFIA.	365
ANEXOS	397
ANEXO I: NOTAS BIOGRÁFICAS.	399
ANEXO II: CRONOLOGIA.	431
ANEXO III: CONFERÊNCIA DE POTSDAM. EXCERTO DO COMUNICADO À IMPRENSA DE 2 DE AGOSTO DE 1945.	469
ANEXO IV: CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS (EXCERTOS).	471
ANEXO V: COMISSÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS.	485
ANEXO VI: RELATÓRIO DOS SEIS.	487
ANEXO VII: RESOLUÇÃO 1542 (XV) – TRANSMISSÃO DE INFOR- MAÇÕES NOS TERMOS DO ARTº. 73º. e) DA CARTA.	491
ANEXO VIII: RESOLUÇÃO 1699 (XVI) – NÃO-CUMPRIMENTO, PELO GOVERNO PORTUGUÊS, DO CAPÍTULO XI DA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS E DA RESOLUÇÃO 1542 (XV) DA ASSEMBLEIA GERAL.	493
ANEXO IX: QUADROS.	495
AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIA.	503

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPO: All-African People's Organisation (Organização de Todos os Povos Africanos).

AfDB: African Development Bank (Banco de Desenvolvimento Africano).

AG: Assembleia Geral.

AHDMNE: Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

AN: Assembleia Nacional.

ANI: Agência Noticiosa de Informação.

Anal. Soc: *Análise Social.*

Armº: Armário.

Artº: Artigo.

BIRD: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

Bibl. Altos Est.: *Biblioteca de Altos Estudos.*

Bol. Geral Col.: *Boletim Geral das Colónias.*

Bol. Geral Ultram.: *Boletim Geral do Ultramar.*

Bol. Soc. Geo.: *Boletim da Sociedade de Geografia.*

CC: Câmara Corporativa.

CECA: Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

CEE: Comunidade Económica Europeia.

CEPSJIU: Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar

CES: Conselho Económico e Social.

CIA: Central Intelligence Service.

CLNRF: Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista.

COMECON: Conselho para a Assistência Económica Mútua.

CS: Conselho de Segurança.

CT: Conselho de Tutela.

Cur. Hist.: *Current History.*

D. Lei: Decreto Lei.

DS: Department of State.

ECA: Economic Commission for Africa (Comissão Económica para África).

EFTA: European Free Trade Association (Associação Europeia de Comércio Livre).

EME: Estado Maior do Exército.

EN: Emissora Nacional.

Est. Comun.: Estudos sobre o Comunismo.

Est. Econ.: Estudos de Economia.

Est. Ultram.: Estudos Ultramarinos.

EUA/EU: Estados Unidos da América/Estados Unidos.

FA: Forças Armadas.

FAO: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

FLN: Front de Libération Nationale.

FMI: Fundo Monetário Internacional.

FO: Foreign Office.

For. Affrs.: Foreign Affairs.

For. Pol. Rep.: Foreign Policy Reports.

For. Rel. US: Foreign Relations of the United States.

GATT: General Agreement on Trade and Tariffs (Acordo Geral de Comércio e Tarifas).

GRAE: Governo Revolucionário de Angola no Exílio.

INCM: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.

Jour. Afr. Hist.: Journal of African History.

Jour. Europ. Econ. Hist.: Journal of European Economic History.

Jour. Mod. Afr. Stud.: Journal of Modern African Studies.

MNE: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

MU: Ministério do Ultramar.

NA: National Archives.

NU: Nações Unidas.

NU-CI: Nações Unidas–Centro de Informação.

OAS: Organisation de l'Armée Secrète.

OCAM: Organisation Commune Africaine, Malgache et Mauricienne.

OECE: Organização Europeia de Cooperação Económica.

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

OIT: Organização Internacional do Trabalho.

OMS: Organização Mundial de Saúde.

ONU: Organização das Nações Unidas.

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte.

OUA: Organização de Unidade Africana.

PAIGC: Partido Africano Para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

PC: Partido Comunista.

PCP: Partido Comunista Português.

PCUS: Partido Comunista da União Soviética.

PDA: Partido Democrático de Angola.

Pol. Internac.: *Política Internacional.*

P&P: *Past & Present.*

PRO: Public Record Office.

PSP: Polícia de Segurança Pública.

PT: Partido Trabalhista.

RAF: Royal Air Force

RAU: República Árabe Unida.

RCA: República Centro Africana.

Rev. Crit. Cien. Soc.: *Revista Crítica das Ciências Sociais.*

Rev. Democ. Lib.: *Revista Democracia e Liberdade.*

Rev. Gab. Est. Ultram.: *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos.*

Rev. Hist. Econ. Soc.: *Revista de História Económica e Social.*

RFA: República Federal Alemã.

RNP: Repartição dos Negócios Políticos.

RPC: República Popular da China.

RTP: Radiotelevisão Portuguesa.

RU: Reino Unido.

SEATO: South-East Asia Treaty Organization (Organização do Tratado do Sudeste Asiático).

SD: State Department.

SDN: Sociedade das Nações (também Liga das Nações).

SE: Secretaria de Estado.

SG: Secretário Geral.

Temas Ultram.: *Temas Ultramarinos.*

UAMCE: Union Africaine et Malgache de Coopération Économique (União Africana e Malgache de Cooperação Económica).

UEO: União Europeia Ocidental.

UN: United Nations.

UNA: United Nations Archives.

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura.

UNRRA: United Nations Relief and Rehabilitation and Administration (Administração das Nações Unidas para a Ajuda e Reabilitação).

UPA: União dos Povos de Angola.

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

NOTA PRÉVIA SOBRE AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Na parte deste trabalho relativo às "*fontes e bibliografia*", encontra-se a informação que completa as referências que nele vão sendo produzidas em notas de "*rodapé*". Quando nestas se cita um "*estudo*" (livro ou artigo), apenas se refere(m) o(s) apelido(s) do(s) autor(es) e a data de publicação do(s) livro(s) ou artigo(s) citado(s) — mesmo quando se trata de uma primeira referência —, remetendo-se o leitor para a lista bibliográfica localizada entre o texto e os anexos. Naquilo que diz respeito às fontes, fixaram-se duas opções relativas à transmissão de informação sobre o material consultado. No caso das fontes não publicadas, indicam-se as siglas do arquivo e toda informação complementar que ali, e pelo menos à data em que sua consulta feita para a redacção deste estudo, permitia o acesso ao documento citado. Relativamente às fontes publicadas, é indicado na primeira citação o nome do(s) autor(es), o título da obra e a data da sua publicação. No caso das compilações de documentos, são sempre referenciados os nomes das pessoas ou as siglas das instituições responsáveis.

De forma a não sobrecarregar este trabalho com um número excessivo de notas, que aliás, normalmente, apenas dificultam a leitura, não beneficiando em nada a transmissão de informações realmente úteis e necessárias, optou-se por referenciar as expressões entre aspas ou uma utilização mais "*livre*" de fontes ou estudos, e salvo raras excepções, exclusivamente no momento do texto em que terminava o recurso a material produzido por terceiros.

Quanto à utilização, no corpo do trabalho, de citações feitas a partir de documentação ou outro tipo de textos escritos em idiomas que não o português, apenas se apresenta a versão original e a respectiva tradução, em citações consideradas longas, isto é, que ultrapassem as duas linhas. Caso contrário, este trabalho ver-se-ia inundado por um muito maior número de notas.

INTRODUÇÃO

O PROBLEMA E O CONTEXTO.

Sendo favoráveis ou não os juízos produzidos, os acontecimentos que marcam a história de Portugal, desde, pelo menos, o fim da Segunda Guerra Mundial até ao ano de 1974, são sobretudo interpretados enquanto tentativa de construção de uma realidade à margem, ou contra a corrente, de tudo o que marcava o ritmo e a direcção da história — tanto quanto às manifestações de política interna como externa. Tendo presente esse facto, apontado implícita ou explicitamente, quer pela historiografia quer pela literatura testemunhal ou memorialista, este trabalho sobre *Portugal e a Organização das Nações Unidas*, procura explorá-lo e, senão contrariá-lo, pelo menos completá-lo.

Tendo presente que nas suas limitações e fracassos, a ONU foi um dos principais repositórios da ordem política internacional, tal como saída da Segunda Guerra Mundial, o estudo do relacionamento entre Portugal e aquela organização torna-se instrumento de compreensão das políticas externa e interna (ultramarina) do Estado Novo, e da forma como foram enfrentados variados acontecimentos das décadas pós-1945.

Contando "*como*" aquelas políticas foram sendo desenvolvidas pelo salazarismo entre 1941 e 1968, e expondo o "*porque*" da sua adopção, procura-se demonstrar que, se a forma e os objectivos que essas políticas apresentavam e perseguiram iam contra aquelas outras desenvolvidas pelas suas congéneres europeias, nomeadamente as das velhas potências coloniais, tornando, por isso o caso português numa excepção — pre-

senciada e, em boa parte, condenada e combatida pela sociedade internacional¹ —, sucede também que os objectivos estabelecidos pelo salazarismo, e que naturalmente criaram o caso português, não contrariavam, pelo menos durante um espaço de tempo apreciável (até meados da década de sessenta), nem a natureza política do regime, nem, sobretudo, a base sobre a qual se construíra a sua legitimidade. As políticas externa e ultramarina adoptadas eram uma continuação, embora com algumas importantes alterações, da aplicação de velhos princípios nacionalistas que podemos fazer remontar, quer em Portugal quer em vários países europeus, ao último quartel do século XIX, como o reflexo de algumas das linhas mestras que caracterizam o conservadorismo político.² Em última análise, este trabalho, além de visar o papel da ONU nas políticas externa e ultramarina do governo português, propõe-se explicar a razão de ser da ausência dessa contradição ou, se quisermos, dessa coerência, e como ela moldou a imagem de Portugal na vida internacional e, particularmente, nas NU.

Apesar da atenção que a atitude de Portugal em relação aos seus territórios ultramarinos mereceu na conjuntura do segundo pós-guerra e, em especial, na década de setenta e na primeira metade dos anos setenta, a verdade é que não só não existe qualquer trabalho de fôlego que tenha estudado o relacionamento específico de Portugal com as NU,³ durante a totalidade ou parte significativa da vigência do Estado Novo, como não existe nenhum texto que, recorrendo a uma vasta e consistente base empírica, percorra as políticas externa e ultramarina portuguesa no segundo pós-guerra (seja até Setembro de 1968, seja até Abril de 1974). César Oliveira⁴ tratou das linhas gerais da política externa do salazarismo, mas, naquilo que respeita ao período pós-1945, recorrendo sobretudo a informação que consta em fontes testemunhais ou narrativas, e apenas utilizando de forma indirecta material de arquivo para as décadas de trinta e quarenta. Os trabalhos de Fernando Rosas⁵ nesta área, e para o período do pós-guerra, padecem das

1 Sobre as NU e a descolonização cf. Kay, 1972, pp. 143-170.

2 Cf. Nisbet, 1987.

3 À excepção de um pequeno estudo introdutório. Cf. Teixeira, 1985, pp. 60-61.

4 Cf. Oliveira, 1989, pp. 71-99.

5 Cf. Rosas, 1994.

mesmas limitações. José de Medeiros Ferreira⁶ analisou a vida instituição militar durante boa parte do século XX e à luz desta, já com base em material de maior ineditismo, pôde pesar a relação com as opções de política externa e ultramarina do governo de Salazar. Simplesmente, o sujeito principal daquela investigação era o comportamento das FA e não as políticas externa e ultramarina. Medeiros Ferreira tem ainda desenvolvido investigação original no campo da história da política externa, mas quer apontando as suas linhas e características gerais⁷ quer analisando a importância, no período do segundo pós-guerra, do factor OTAN,⁸ dos Açores⁹ ou do "bilateralismo"¹⁰ na concepção e execução da política externa do Estado Novo.

O trabalho de Rui Silva sobre a política ultramarina portuguesa¹¹ tem, sobretudo, características prospectivas, baseando a sua investigação no corpo legislativo e em fontes de natureza testemunhal, faltando-lhe a originalidade e a profundidade próprias de uma apurada investigação arquivística. António Telo tem canalizado a sua investigação sobre temas de política externa e ultramarina, para um período cronológico pouco ou apenas parcialmente coincidente com o deste trabalho,¹² embora nos tenha habituado à utilização sistemática de documentação oriunda de vários arquivos nacionais e estrangeiros. Porém, no capítulo da política ultramarina, e naquilo que respeita às décadas de cinquenta e sessenta, pouco mais tem adiantado do que algumas linhas gerais de leitura daquele fenómeno. Sob este ponto de vista, relativamente ao ultramar português, e possuindo uma maior profundidade factual, existe desde a década de setenta o trabalho já clássico de Oliveira Marques.¹³

Freitas do Amaral publicou também um pequeno estudo, no qual analisa um caso da política externa de Salazar à luz da questão ultramarina portuguesa nos últimos meses da administração Kennedy.¹⁴ Além da informação (re)produzida e da sistematização feita

6 Cf. Ferreira, 1992.

7 Cf. Idem, 1993, pp. 113-156.

8 Cf. Idem, 1990b, pp. 155-193.

9 Cf. Idem, 1990a, pp. 5-17.

10 Cf. Idem, s.d., pp. 395-401; 1989 e 1994, pp. 71-85.

11 Cf. Silva, 1992, pp. 355-387.

12 Cf. Telo, 1992, pp. 65-92; Idem, 1993 e Idem, 1994.

13 Cf. Marques, 1981, pp. 515-591.

14 Cf. Amaral, 1994.

por aquele professor de Direito, o reduzido leque documental utilizado, a par de uma avaliação moral da acção política dos principais intervenientes no processo, diminuem o alcance e a dimensão historiográfica do trabalho.

O jornalista Freire Antunes tem produzido vários trabalhos interligando a política externa e a questão ultramarina.¹⁵ Os seus mais importantes estudos assentam numa perspectiva bilateral (luso-americana), na análise das políticas externa de Oliveira Salazar e Marcello Caetano, sendo no entanto de sublinhar tanto o recurso a colecções documentais disponíveis em vários importantes arquivos norte-americanos, como a ausência de um trabalho em arquivos de outras nacionalidades.

Ainda no domínio da política externa portuguesa, mas não conferindo uma importância particular às questões de natureza ultramarina, existe um estudo de Nuno Severiano Teixeira sobre a importância da assinatura por Portugal do Pacto do Atlântico na qualidade de membro fundador.¹⁶ Fernanda Rollo estudou todo o processo de negociações diplomáticas que conduziram à aceitação pelo governo português da segunda fase da ajuda Marshall,¹⁷ interpretando aquele conjunto de eventos de forma errada ou precipitada, mas sobretudo contraditória.¹⁸

Existem depois variados trabalhos que questionam a vertente socio-económica da política ultramarina portuguesa no segundo pós-guerra. É o caso, entre outros, dos trabalhos de Maria Helena Rato,¹⁹ Edgar Rocha,²⁰ Alfredo de Sousa²¹ ou Joana Pereira Leite.²²

15 Cf. Antunes, 1980; Idem, 1990; Idem, s.d. e Idem, s.d.a.

16 Cf. Teixeira, 1993, pp. 55-80.

17 Cf. Rollo, 1994.

18 Segundo a autora, "O Plano Marshall foi o elemento causador de uma das mais significativas alterações da política externa portuguesa conduzida pelos governos de Oliveira Salazar." Para depois concluir que durante "todo" o "processo negocial" a "diplomacia portuguesa [...] conseguiu manter incólumes os pilares em que continuou a fundamentar-se a política externa portuguesa do Estado Novo." Cf. Rollo, *op. cit.*, pp. 294 e 297. Parece-me que do ponto de vista dos objectivos estratégicos de política externa traçados por Salazar, a aceitação da segunda ajuda Marshall não implicou qualquer mudança. A passagem da "rejeição" à "aceitação" significa uma alteração táctica que busca a consolidação dos objectivos estratégicos.

19 Cf. Rato, 1983, pp. 1121-1129.

20 Cf. Rocha, 1977, pp. 593-617 e Idem, 1982, pp. 1053-1075.

21 Cf. Sousa, 1964, pp. 249-296.

22 Cf. Leite, 1989 e Idem, 1993, pp. 53-74.

A projecção política dada a Portugal pelo facto de a sua descolonização se ter verificado tardiamente, despertou a atenção de estudiosos estrangeiros. São essencialmente de dois tipos os muitos trabalhos que analisam a política ultramarina de Lisboa nas décadas do segundo pós-guerra. Uns produziram estudos de caso, debruçando-se sobre o colonialismo português isoladamente. Outros integraram-no, como assunto mais ou menos singular, no contexto das descolonizações europeias. No primeiro grupo temos, por exemplo, os trabalhos de G. Bender,²³ G. Clarence-Smith,²⁴ Basil Davidson²⁵ e Malyn Newitt.²⁶ Tratam-se de sínteses com maior ou menor quantidade de informação empírica, e com desigual cunho de objectividade analítica. No segundo grupo, com recurso à comparação com outros casos, foi possível adiantar linhas interpretativas de valor desigual. Entre outros, podem citar-se os textos de Pierre Bertaux,²⁷ Basil Davidson,²⁸ R. F. Holland,²⁹ Richard Mahoney³⁰ ou John D. Hargreaves.³¹ Pela natureza ensaística de muitos textos, pelo tratamento de períodos cronológicos largos, tendo ainda em conta o atraso da investigação sobre a matéria, e ao não se verificar o recurso suficiente e sistemático a fontes arquivísticas originais, neles permanecem muitos pontos obscuros no tratamento da política ultramarina portuguesa no segundo pós-guerra.

Assim, naquilo que diz respeito à interpretação da imbricada história das políticas externa e ultramarina portuguesa no segundo pós-guerra, variadíssimas ideias mestras parecem relevantes e merecedoras de uma atenção especial, sobretudo porque podem parecer falhas de justificação minimamente satisfatória e objectiva. Tendo presente, tanto as limitações subjacentes aos estudos disponíveis, como alguns testemunhos de pretenso cunho historiográfico que, afinal, fazendo parte de um amplo leque de narrativas são a justificação de uma acção e/ou pensamento num período relativamente recente da nossa história, este trabalho procura esclarecer as causas da atitude portuguesa, o seu impacto

23 Cf. Bender, 1980.

24 Cf. Clarence-Smith, s.d..

25 Cf. Davidson, 1984, pp. 755-810.

26 Cf. Newitt, 1981..

27 Cf. Bertaux, s.d..

28 Cf. Davidson, 1994.

29 Cf. Holland, 1985.

30 Cf. Mahoney, 1983.

31 Cf. Hargreaves, 1988.

externo, além de enquadrar na política internacional as acções de política interna e externa levadas pelo Estado Novo nos anos quarenta, cinquenta e sessenta. Neste sentido, procurou-se traçar a evolução da acção e do pensamento político de algumas potências coloniais em relação ao destino definido para os respectivos território ultramarinos. De facto, o conhecimento e o breve enunciar dos casos francês, britânico e espanhol, ajudam a melhor compreender a análise que eventualmente possa ser feita do colonialismo português no período aqui abordado. Ficamos por isso a saber que soluções "multirracistas" foram pensadas e ensaiadas por Londres relativamente ao Quênia ou à Federação da Rodésia e Niassalândia no decurso da década de cinquenta, ou, recuando no tempo, que a natureza liberal e democrática do sistema político britânico não impedia Londres de agir, durante a Segunda Guerra Mundial ou na década que se lhe seguiu, na qualidade de potência imperial reticente em relação às soluções anticolonialistas propostas por Washington.

Também a França saiu do maior conflito militar do século XX empenhada em manter ou mesmo em reforçar o seu estatuto de potência colonial. Tendo o processo de retirada imperial por parte da França sido bem mais drástico e provocado grande conflitualidade no seio da sociedade francesa. Por isso, e porque sobretudo relativamente à descolonização da Argélia, parecem existirem certos paralelismos com o caso português,³² dedicou-se mais espaço ao seu tratamento. O caso espanhol é tratado pelas semelhanças político-ideológicas do franquismo e do salazarismo, apesar dos territórios imperiais terem para a Espanha, depois de 1945, um papel muito diferente daquele que veio a ser reservado em Portugal.

Por conseguinte, ao iniciar-se no final do século XX o estudo do problema da chamada descolonização no segundo pós-guerra, porque é o problema da descolonização que se encontra por trás da relação de Portugal com as NU até 1974/75, não parecem

32 Discussão do assunto nas NU, pressões externas sobre o governo de Paris para uma resolução rápida do problema, forte conflitualidade na vida política francesa com apresentação de várias soluções para o mesmo problema, empenhamento das FA no conflito e tentativa de resolução de uma questão política por via militar, desadequação entre a evolução da sociedade francesa e os interesses da França metropolitana relativamente às opções políticas que propunham a continuação da vocação imperial de Paris, tenacidade e habilidade política para propôr e concretizar soluções que implicavam riscos imediatos para os seus protagonistas, etc..

convincentes as razões pelas quais os nacionalismos asiáticos, primeiro, e africanos, logo de seguida, gozaram de um tão rápido sucesso na obtenção dos objectivos político-ideológicos que colocavam a si próprios e aos seus interlocutores — as antigas potências coloniais europeias e as duas superpotências saídas da Segunda Guerra Mundial (a União Soviética, em si também herdeira de um velho império, e os EUA). Esses objectivos eram, está bom de ver, a constituição de Estados-Nações politicamente independentes, reconhecidos quase unanimemente no domínio internacional e usufruindo de uma representatividade, tanto real como simbólica, no domínio externo como no interno, isto é, governos, pelo menos aparentemente e a curto-médio prazo, legitimados interna e externamente, sendo que neste último caso, o exemplo talvez mais importante, se encontra na admissão quase sempre imediata nas NU, o que equivalia, pelo menos teoricamente, ao desempenho de um papel importante no seio de um poderoso bloco (o afro-asiático) daquela instituição.

A par da busca de respostas satisfatórias para este problema pendente, e que a historiografia portuguesa do tema, a meu ver, não só não questiona como nem sequer tem sistematicamente presente, interessa interrogar a rapidez quase generalizada com que as potências tutelares europeias teriam cedido as suas posições imperiais. Pareciam ter deslizado, quase sempre com grande facilidade, do exercício de um domínio político formal para um outro informal, podendo, inclusivamente, negarem-se as chamadas e tão apregoadas certezas acerca da inevitabilidade de manutenção de um domínio político de tipo imperial para a sobrevivência duma hegemonia dos chamados interesses capitalistas no mundo.³³

Em resumo, na generalidade apresentavam-se os imperialismos europeus como tendo existido para servir os interesses económicos europeus, sendo por isso moralmente condenáveis, da mesma forma que a descolonização do segundo pós-guerra, pelo modo simplista como é entre nós interpretada, havia representado uma vaga, tanto de generosidade europeia, como, sobretudo, o desfecho lógico de uma luta de povos

33 Cf. texto clássico sobre esta matéria: Lénine, "O Imperialismo, fase superior do Capitalismo" in *Obras Escolhidas em Seis Tomos*, tomo 2, 1984, pp. 291-404.

oprimidos pela respectiva libertação. Esta linha de argumentação, que poderá parecer excessiva e demasiado geral, serve apenas para que se possam compreender os limites de muitas das interpretações de alguma historiografia, quer sobre o imperialismo europeu oitocentista quer sobre as descolonizações pós Segunda Guerra Mundial.

E aquelas duas linhas interpretativas avançadas excluem-se mutuamente porque se o imperialismo é, ou foi vital para a Europa, o fenómeno da descolonização não poderia ter sido tão célere. Ou então, tendo sido a descolonização tão imediata, o imperialismo não havia existido ou, no mínimo, teria apenas tido dimensões bem menores daquelas apregoadas.³⁴ Ou, finalmente, haveria uma interpretação capaz de nos explicar uma via alternativa que ultrapassasse contradições deste calibre. Também nesta terceira linha de raciocínio, e recordando outros factos, facilmente se pode constatar, inclusive em termos estritamente morais, no mundo bipolar do segundo pós-guerra, a dualidade de critérios na apreciação ou classificação dos vários nacionalismos do espectro mundial.³⁵ Assim, o internacionalismo proletário poderia garantir a existência objectiva de impérios com séculos de vida. Ao contrário, as democracias burguesas da Europa Ocidental, como seus sucedâneos, deveriam abdicar dos seus territórios de além-mar, uma vez que a sucessão dos acontecimentos definira o seu cunho opressor, ahistórico, antidemocrático. No mínimo, a Europa foi convidada a sair das áreas que formalmente ocupava, passando, ora a exercer um domínio/hegemonia informal ora a ver-se substituída por algo de facto muito próximo mas, terminologicamente, diferente. A expressão desta realidade nas NU, encontrava-se no facto de a AG ou o CS apreciarem, discutirem e condenarem, entre muitos outros factos, a presença portuguesa em Angola, a independência unilateral da Rodésia ou o *apartheid* na África do Sul, da mesma forma que ignoravam o problema das nacionalidades na URSS ou as violações dos direitos humanos nos novos países independentes que faziam parte do bloco afro-asiático.³⁶ Dá-se assim a concluir que a nova ordem internacional tratava de legitimar, com a anuência envergonhada das velhas potências europeias enfraquecidas, o abandono dos impérios. Porém, ao recuo do velho

34 Cf. Cain e Hopkins, 1993 e 1993a; Fieldhouse, 1990 e O'Brien, 1988.

35 Cf. Hobsbawm, 1990 e 1990a.

36 Tema da competência da Terceira Comissão da AG das NU.

imperialismo europeu sucedia um outro, diverso, construído pelas duas superpotências. Obviamente, aquilo que estava em causa não era só o legítimo direito dos povos à autodeterminação, o que abre assim espaço para uma outra abordagem do caso português.

Este trabalho pretende, e porque parte de pressupostos que, putativamente, põem em causa os termos em que se tem feito o estudo da política externa portuguesa, à luz da respectiva política ultramarina, retomar o percurso dessa construção. Assim, procura-se interpretar a descolonização irreversível e indiscutível, tendo presente o procedimento das potências coloniais europeias desde 1941 a meados da década de sessenta. Ora, a documentação e variadíssimos trabalhos historiográficos demonstram que a descolonização teve, enquanto acto político assumido pelas potências tutelares, um parto extremamente difícil. Britânicos primeiro, franceses depois, belgas e holandeses um pouco mais tarde, não viam necessidade nem utilidade numa autodeterminação imediata dos territórios e povos que governavam além-mar. A sua ideia era a de manter posições, garantindo o essencial e cedendo no acessório. Essencial seria a ordem como condição de progresso e de riqueza dos seus territórios de além-mar; acessório seria a descentralização político-administrativa. Além do mais havia que garantir benefícios mútuos a repartir entre territórios metropolitanos e ultramarinos. A nova ordem política internacional chegou a preparar-se para reger, senão boa parte das possessões europeias no Sudeste Asiático, pelo menos as da África a sul do Sahara.

Estas atitudes encontradas junto de governos democratas europeus, e que contavam, em muitos casos, com a anuência norte-americana, ajudam tanto a melhor perceber o caso português e a desdramatizar a atitude do Estado Novo, como a exorcizar o peso político-ideológico exagerado que o estudo dos últimos anos do colonialismo português ainda detêm. Assim, a resistência de Salazar, e do regime a que presidia, em descolonizar tinha, afinal, importantes precedentes (democráticos) que remontavam à *"preparação"* da ordem política internacional a *"vigorar"* no segundo pós-guerra. Por aqui, também, se percebia que outras razões assistiam à *"teimosia"* no prosseguir da vocação e opção africana pelo salazarismo. Acrescente-se ainda, que a manutenção do Império Colonial, depois Províncias Ultramarinas, no espaço

cronológico que este trabalho percorre (1941-1968), era um "*desígnio*" inteiramente nacional, ou pelo menos tanto quanto um "*desígnio*", que reflecte uma determinada opção política, o pode ser. É certo que por esta altura a descolonização em África não começara, nem sequer ameaçava fazê-lo. Porém, as pressões da União Indiana sobre o Estado Português da Índia eram, depois de 1947, um facto político assinalável, mas que o salazarismo soube utilizar em seu proveito ao mesmo tempo que a oposição interna não sabia, não podia ou não queria questionar.³⁷

Se no final do século XIX, como no rescaldo da Grande Guerra, se encontrava generalizada a ideia, segundo a qual, vários Estados europeus tinham não só o direito como o dever de governar os territórios e os povos menos desenvolvidos do mundo, é certo que, com o desenvolvimento e o fim da Segunda Guerra Mundial, os termos definidores deste problema começaram a alterar-se. E ainda que tal não fosse, em si, um facto inevitável, portanto, consequência directa e necessária da nova relação de forças no mundo, nem um facto, em si, na altura indiscutível,³⁸ tanto no que respeita aos governantes ou (mais importante ainda?) aos governados,³⁹ certo é que, como poderemos sucintamente ver ao longo deste trabalho, por razões várias, nos anos cinquenta, e em alguns casos mesmo antes, começara a desaparecer, nas potências europeias com dimensão ultramarina, aquilo que poderemos chamar como que uma vontade de exercer uma tutela política generalizada naqueles territórios, tal e qual como nos cinquenta, sessenta ou mesmo setenta anos anteriores a 1945 ou 1950. Já entrados nos anos sessenta, essa mesma vontade havia-se desvanecido quase por completo.

Com uma rapidez surpreendente, sobretudo para um espectador da política internacional por volta de 1880, durante a Grande Guerra, no rescaldo desta, ou mesmo dos últimos anos da Segunda Guerra Mundial e dos primeiros passos de reconstrução políti-

37 Uma vez que a questão do Estado português da Índia ficou resolvida em Dezembro de 1961, ao mesmo tempo que se trata de um tema relativamente vasto e complexo, e ainda não estudado pela historiografia portuguesa, acabando por ser marginal tanto o seu tratamento nas NU como a sua importância no conjunto do Terceiro Império Português, não fez parte das preocupações ou prioridades deste estudo.

38 Cf., por exemplo, Louis, s.d., sobre as difíceis relações anglo-americanas, entre 1941 e 1945, a propósito do destino do império colonial britânico depois da guerra.

39 "Os Britânicos não renunciaram ao seu Império por acidente. Deixaram de acreditar nele". A. J. P. Taylor citado por Louis, *op. cit.*, p. X.

ca pós 1945, os impérios belga, holandês, francês e britânico desapareceram. Por razões várias, e apenas até 1974-75, Portugal pôde manter, sobretudo em África, uma tutela com parte das velhas características, mas também com algumas que se poderão considerar novas e importantes.

É neste contexto que devem ser compreendidos alguns dos princípios políticos gerais e, em particular, o discurso e a prática nacionalista que regiam as opções de política externa e ultramarina definidas por Salazar. E por irónico que possa parecer, esse discurso e prática nacionalista garantiram a sobrevivência do autoritarismo português no ambiente democrático do segundo pós-guerra. Mas já decorridos alguns anos na década de sessenta, com a desmobilização do país a crescer face aquilo que se considera como a intransigência das opções traçadas e os custos materiais e humanos que implicava (ao que, obviamente, não era estranho a extensão de uma guerra por três frentes), transformou-se no coveiro do regime, embora o próprio Presidente do Conselho estivesse convicto de que tal podia acontecer. E este facto é tanto mais importante quanto, para Salazar, o modelo político definido pelo Estado Novo era o único aplicável à realidade portuguesa. Por isso se insistia na estratégia traçada desde os idos anos trinta.

O ditador manifestava a disposição de impôr todos os sacrifícios, recorrendo a todos os meios, certo que as suas opções, feitas imposições, se legitimavam não já numa presumível vontade dos portugueses, mas numa realidade política que considerava como a herança histórica do País. Assim, mesmo podendo vir a não contar com o indispensável apoio interno, o futuro e o julgamento da história, pensava, viriam a dar-lhe razão. Colocava-se, portanto, sobre o *"fio da navalha"*, sendo porém mais importante o facto de que, com a sobrevivência do regime e as opções estratégicas, sempre defendidas pelo chefe do governo, em risco, era o destino de Portugal que se jogava, uma vez que se tratava de um conjunto de objectivos estratégicos que, segundo Salazar, se traduziam no único meio de não só garantir a sobrevivência do país enquanto nação independente, mas também de fazer cumprir o seu papel ou missão histórica. Um regime político de ordem e autoridade com a manutenção da sua dimensão ultramarina, era o único meio de

assegurar para o futuro uma independência de séculos. Mesmo que em si, equivalessem a realidades contraditórias que conduzissem à destruição de uma pela outra.

Decidiu-se que este trabalho deveria conhecer o seu início com um facto relevante para história da política internacional, e cujo significado se estendeu muito para além da Segunda Guerra Mundial. Trata-se da assinatura pelo presidente norte-americano Francklin Roosevelt e pelo primeiro-ministro britânico Winston Churchill da *Carta do Atlântico*. Conclui-se a narração a 26 de Setembro de 1968 porque é esta a data em que Américo Thomaz, numa "*comunicação ao país*", anuncia a exoneração de Oliveira Salazar do cargo de Presidente do Conselho, encerrando-se assim um capítulo da história de Portugal no século XX, naturalmente com sequências na concepção e aplicação das políticas externa e ultramarina portuguesas.

A *Carta do Atlântico* é não só o embrião político-jurídico da ONU e da ordem política internacional do pós-guerra, como menciona, explicitamente, os princípios políticos segundo os quais, e quando aplicados, maiores contrariedades trarão à continuação da política ultramarina definida pelo salazarismo desde os idos anos vinte e trinta.⁴⁰ Tratam-se afinal de princípios relativos "*ao direito de todas as nações à autodeterminação e o direito ao acesso em condições de igualdade ao comércio e matérias-primas mundiais [...]*".⁴¹

Encerra cronologicamente este trabalho o afastamento de Salazar da Presidência do Conselho, em Setembro de 1968. Isto porque apesar da continuidade verificada na orientação das políticas externa e ultramarina marcelista, quando comparadas, obviamente, com as salazaristas, naquele momento verifica-se, no seio do regime, uma cris-

40 Adiante se tratará de relatar as linhas gerais dessa política. Sublinhe-se desde já a sua importância vital para a (des)ordem saída do 28 de Maio de 1926. Cf., por exemplo, Clarence-Smith, s.d., pp. 153 a 199, Rosas, 1986, pp. 75 a 93, A. Silva, 1989, pp. 106 e ss. e R. Silva, 1992, pp. 355 a 372.

41 Cf. Loth, s.d., p. 20. Davam-se a conhecer na *Carta* "alguns dos princípios comuns das políticas" norte-americana e britânica "nos quais" se baseavam as "suas esperanças de um futuro melhor para o Mundo". Nomeadamente, os pontos III e IV determinavam o seguinte; Ponto III: "Respeitam o direito de todos os povos escolherem a forma de Governo sob a qual terão de viver; e desejam ver restabelecidos os direitos soberanos e os Governos próprios naqueles países que foram privados deles pela força." Ponto IV: "Diligenciarão, com o respeito devido às suas obrigações actuais, que todos os Estados, grandes ou pequenos, vencedores ou vencidos, tenham acesso, em condições de igualdade ao comércio e às matérias-primas de todo o Mundo, necessários à sua prosperidade económica" (Itálico nosso). Cf. "Carta do Atlântico" in *Textos de Direito Internacional Público*, s.d..

pação política importante, sendo então questionada, pelo menos oficiosamente, uma possível alteração ao fio condutor até então prosseguido. Em relação a este facto os exemplos podem ser várias vezes multiplicados, mas recorde-se, por exemplo, que Américo Thomaz escolhera Marcello Caetano pressentindo que esta opção "*não seria a ideal*".⁴² Numa outra leitura daquela substituição, que tem particularmente em conta a própria capacidade de sobrevivência do regime, escreveu Vasco Pulido Valente que Marcello Caetano esperara até 1968 para poder finalmente realizar:

[...] Aquilo que Salazar o não deixara fazer.⁴³ [...] E quase não houve discussão [sic.], porque não havia alternativa. O salazarismo soçobrara com Salazar. Ele [Marcello Caetano] era o único homem do Estado Novo a quem o país concedia algum crédito e, portanto, a única esperança de sobrevivência [do regime]. O seus inimigos não lhe resistiram, empurraram-no [...].⁴⁴

E muito embora, no rescaldo da crise de sucessão de Salazar pareça que, pelo menos no curto prazo,⁴⁵ o essencial das opções salazaristas em relação ao ultramar se manteve intocável,⁴⁶ certo também é que Marcello Caetano terá de facto compreendido

42 Citado em Rosas, 1994, p. 545. Se seguirmos aquilo que Franco Nogueira, parte interessada na substituição em curso, escreveu sobre o assunto, percebemos que não se encontravam no terreno apenas rivalidades pessoais, mas também diferentes sensibilidades políticas: "[...] Das opiniões expressas pelas diferentes personalidades consultadas, o presidente chega à conclusão subjectiva de que uma maioria se inclina para Marcello Caetano, ainda que sejam vigorosos os opositores, como Soares da Fonseca, que lhe aponta falhas, tergiversações, fraquezas, ou outros que não duvidam de que Caetano quer abandonar o Ultramar." Cf. Nogueira, *Salazar. O Último Combate (1964-1970)*, p. 415.

43 Sobre tudo naquilo que diz respeito à política ultramarina.

44 Cf. Valente, 1990, p. 164, 2ª coluna.

45 "[Marcello Caetano] tentou organizar Estados multirraciais modernos, com economias em desenvolvimento [...] e avançou com regularidade e persistência em direcção aos seus fins. [...] Precisava de mais dois ou três anos, disse ele. Certamente precisava de mais. Mas, na normalidade das coisas, talvez não muito mais. [...] Marcello Caetano não se demitiu da responsabilidade do 'homem europeu' em África e os resultados da demissão dos outros não o diminuem." Cf. Valente, *op. cit.*, p. 176, 1ª e 2ª colunas.

46 O essencial referia-se à conservação, tal e qual, das ligações político-administrativas existentes entre ultramar e metrópole — exercendo esta última a sua tutela — e, claro, o não reconhecimento, por parte do Governo de Lisboa, do estatuto de interlocutor político aos chamados movimentos de libertação, no quadro do reconhecimento do direito à autodeterminação e independência. A revisão da Constituição, Lei nº 3/71, de 16 de Agosto, pouco mais tratou do que diluir "a autonomia de Angola e Moçambique para além do razoável" trocando "a que lhe deixaram [tanto a Marcello Caetano como às Províncias Ultramarinas] pela eleição indirecta do Presidente da República." Cf. Valente, *idem*, p. 170, 3ª coluna. Mas V. P. Valente acrescenta, depois, o seguinte: "A revisão constitucional de 1971, a Lei Orgânica do Ultramar e os Estatutos territoriais de Dezembro de 72 deram a Angola e a Moçambique o princípio de uma autonomia política, ou seja: governos privativos; assembleias legislativas (e não só consultivas), eleitas por sufrágio directo, com poderes, nomeadamente fiscais, análogos aos de um parlamento; e tribunais próprios (excepto o

que o "*mundo colonial acabara*",⁴⁷ verificando-se assim uma mudança de pessoas e uma reformulação de políticas. Cedendo eventualmente pouco e não decerto no fundamental, sobretudo em termos imediatos e pelo menos aos olhos da oposição — isto já na década de setenta —,⁴⁸ tentou-se de qualquer forma uma abertura política geral, ainda que não no sentido da implantação em Portugal de um regime democrático à maneira ocidental, e do reconhecimento, mais ou menos imediato, do direito à autodeterminação nas chamadas províncias ultramarinas, nos termos reclamados pela ONU e pela OUA. Como afirmou Franco Nogueira, servindo o seu "*juízo*" para uma avaliação da doutrinação e da prática da política externa e ultramarina: "*o salazarismo morreu com Salazar*".⁴⁹

Cronologicamente, os capítulos deste trabalho reflectem diferentes fases com características diversas sob o ponto de vista da política externa portuguesa. De 1941 a 1945, o principal objectivo traçado passa por uma saída incólume da guerra, garantindo-se tanto a sobrevivência do regime como a integridade territorial da nação portuguesa. O período de 1945 a 1955 é o de uma clara adaptação à realidade e aos instrumentos proporcionados pela ordem política internacional saída da guerra. Num primeiro momento o regime vive na defensiva apenas reagindo aos acontecimentos. Numa segunda fase, depois de 1947, ganha alguma iniciativa, aceitando a segunda fase da ajuda Marshall ou desempenhando o papel de membro fundador da Aliança Atlântica. Além de que, percebendo a evolução em curso "*no pensamento colonial*", o governo português faz introduzir alterações no texto da Constituição, ou apreendendo a diminuição do protagonismo político europeu na vida internacional, reforça o peso dos EUA como parceiro no relacionamento político externo. O principal fracasso da política externa portuguesa

Supremo). Angola e Moçambique receberam também, sob a capa de uma tradição mais do que suspeita o título 'honorífico' de Estados.

Claro que, através da legislação ordinária [...] e, principalmente, através do Governador-Geral, Lisboa conservou até 1974 competências decisivas [...]."*Idem*, p. 175, 2ª coluna.

47 *Ibidem*, p. 176, 1ª coluna.

48 A relação da oposição e a leitura por ela feita naquilo que respeita à indigitação de Marcello Caetano para a Presidência do Conselho merece a seguinte nota: "O marcelismo emergia [...] não como um disfarce demagógico do Salazarismo, uma tentativa do velho regime mascarar a sua continuidade essencial — tónica em que insistiria (e insiste ainda hoje) boa parte do oposicionismo tradicional, sendo certo que nem na altura acreditava muito no que dizia — mas como triunfo político de uma corrente reformista que vinha a manifestar-se no interior do Estado Novo desde o pós-guerra e que falhara, em 1958 e em 1961, as suas grandes oportunidades históricas de tomar o poder." Rosas, *op. cit.*, p. 546.

49 Franco Nogueira, *Juízo Final*, 1992, p. 19.

nesta fase é a não admissão na ONU. No período que se estende 1956 a 1960 torna-se crescente a desadequação dos objectivos políticos traçados ao sentido dos acontecimentos na vida internacional. Deste modo, os acontecimentos nas NU levam à constatação da necessidade de se proceder, sob o ponto de vista de Lisboa, a uma desnacionalização da política externa portuguesa ou a uma definição dos limites até onde ou a partir dos quais não será possível nem desejável transigir. Portugal parece cada vez mais desadequado aos termos políticos que vão definindo a sociedade internacional. Finalmente, de 1961 a 1968, e apesar das esperanças que entre 1961 e 1963, interna e externamente, se depositam numa mudança de atitude de Lisboa, acelera-se a discrepância entre a normalidade portuguesa e a normalidade internacional, chegando-se a 1968 numa condição de quase cristalização das posições políticas nas partes em confronto.

METODOLOGIA.

Finalmente, pelo que já foi dito, e por aquilo que a seguir se verá, este trabalho não é uma tentativa de apresentar alguma espécie de elaboração teórica que sirva para enquadrar este ou qualquer outro estudo de história do Estado Novo. Mais que não fosse, por não se considerar possível a existência de qualquer teoria definitiva capaz explicar qualquer realidade social. Este é um trabalho sobre homens e a sua circunstância que apenas pretende dar uma leitura, produzir uma narrativa, naturalmente subjectivas, de parte da história política de Portugal entre 1941 e 1968. As interpretações avançadas, que decorrem de uma narração que pretendeu apresentar os acontecimentos o mais possível tal como se passaram, apoiam-se em factos e opiniões verificáveis.

O peso atribuído neste trabalho à caracterização de alguns dos principais traços da política internacional, e em especial os relativos à preparação e evolução do fenómeno descolonizador, tem dois objectivos fundamentais. Em primeiro lugar, o autor deste texto pretende dar a conhecer o seu entendimento daquelas duas realidades⁵⁰,

⁵⁰ Recorrendo, no entanto, a trabalhos levados a cabo por terceiros.

sublinhando, sobretudo, as hesitações e conflitos que estiveram por trás da aceitação do fenómeno descolonizador por parte de algumas das potências coloniais europeias. Em segundo lugar, demonstrar que a sociedade não pode ser entendida de forma redutora, perfeitamente arrumada e classificada entre tendências ou facções. Sendo precisamente este conjunto de circunstâncias algo complexas e pouco lineares, que possibilitou a aplicação, com êxitos e fracassos, das políticas externa e ultramarina adoptadas por Lisboa. Estamos pois perante a análise de fenómenos políticos, muito para além do simplismo próprio dos juízos morais.

NOTA ACERCA DAS FONTES.

São de dois tipos as fontes utilizadas para a realização deste trabalho. Há, primeiro, as fontes originais recolhidas em arquivos nacionais e estrangeiros. Depois as fontes impressas. Obviamente, quanto às originais ou arquivísticas, e apenas à primeira vista, é evidente que ficaram de fora, no lado português, o Arquivo Salazar e, no lado estrangeiro, os arquivos dos ministérios dos Negócios Estrangeiros francês e espanhol, para além dos arquivos dos presidentes Truman, Eisenhower, Kennedy e Johnson. Ora, o Arquivo Salazar revelou-se de acesso de tal forma difícil e condicionado, que se optou pela sua exclusão, sobretudo porque pareceu, e o resultado deste trabalho poderá eventualmente confirmá-lo, que a utilização de outros fundos arquivísticos seriam suficientes. Em primeiro lugar, porque a impossibilidade de recurso à documentação que se encontra depositada naquele arquivo pôde ser parcialmente compensada pela utilização de uma outra, em grande parte coincidente, e que se encontra no AHDMNE. Afinal, era apenas com este arquivo português que inicialmente se contava para a elaboração deste trabalho. Os arquivos francês e espanhol, a que se poderia talvez juntar o relativo ao MNE brasileiro, além daqueles relativos a vários antigos presidentes norte-americanos, acabaram excluídos, sobretudo, por manifesta indisponibilidade de tempo.

Tendo que gerir com alguma habilidade este bem escasso, acabaram as escolhas quanto a arquivos estrangeiros por se concentrar nos relativos a dois dos chamados paí-

ses anglo-saxónicos, para além do da própria ONU. A opção britânica, como a norte-americana, acabaram por reflectir a escolha do olhar sobre a política portuguesa a partir dos mais fortes e influentes parceiros de Portugal na vida política internacional. O RU como o velho aliado e conhecedor do escasso peso político português nos negócios internacionais. Os EUA, em boa parte substituindo os britânicos, por fatalmente se terem tornado nos principais novos parceiros e aliados de Portugal depois da Segunda Guerra Mundial.

Quanto ao peso relativo e desigual da documentação utilizada, isto é ao facto de vários arquivos terem neste ou naquele capítulo maior ou menor importância, deve-se ao facto de, por exemplo, o arquivo das NU se encontrar ainda em fase de constituição quando o visitei em 1991, e portanto não ser possível encontrar disponível muito do material arquivístico esperado; ou de a documentação "*liberta*" nos arquivos nacionais norte-americanos se estender apenas até ao ano de 1959. Assim, houve que cobrir os acontecimentos com a documentação disponível no FO e no AHDMNE. Num e noutro, ao abrigo da regra dos trinta anos, foi consultado material desclassificado até ao ano de 1963. Porém, em Lisboa, consultaram-se maços que incluíam alguns documentos de anos posteriores (até 1967).

Sublinhe-se que se ao tratar-se de um assunto desta natureza, a variedade de pontos de vista e, portanto também, de fontes arquivísticas, enriquece a leitura e a interpretação do objecto de estudo, também é verdade que a abundância de fontes de ordem vária, obriga a uma selecção que inclui necessariamente a exclusão. E foi isso que se decidiu fazer.

As chamadas fontes impressas têm uma composição razoavelmente heteróclita, constando de colecções oficiais de documentação, de colectâneas de correspondência, normalmente acompanhadas por notas introdutórias produzidas por um dos protagonistas ou por estudiosos (ou ambos), de estudos realizados por intervenientes dos factos tratados neste trabalho, mesmo quando produzidos após o fim do exercício de funções políticas com eles relacionados, ou vários anos após o fim do regime político português

No que respeita às fontes de língua portuguesa, procedeu-se à actualização ortográfica dos textos transcritos. Os erros ortográficos foram, sempre que detectados, corrigidos. Na transcrição feita de documentação original depositada no AHDMNE, nomeadamente no caso telegramas e aerogramas, optou-se pelo "*preenchimento*" dos espaços que textos daquela natureza normalmente deixam em aberto. Entendeu-se que esta opção não deformava o conteúdo dos textos, ao mesmo tempo que permitia uma mais fácil leitura.

CAPÍTULO I

PORTUGAL E A POLÍTICA INTERNACIONAL DO SEGUNDO PÓS-GUERRA. OS ANTECEDENTES (1941-1945).

DO "EQUILÍBRIO DE PODERES" À "SEGURANÇA COLECTIVA".

A vitória das NU⁵¹ na Segunda Guerra Mundial, o predomínio da vontade norte-americana no eixo de cooperação político-militar que então ligava Londres a Washington,⁵² a par do esforço de criação da ONU, como de toda uma série de organismos que pretendiam dar uma nova forma à sociedade internacional a partir de 1945, viriam a promover uma vez mais a tentativa de aplicação do chamado "*idealismo*"⁵³ de inspiração wilsoniana, embora adaptado por F. D. Roosevelt às novas circunstâncias de vida nos EUA e no mundo.

De resto, o comportamento norte-americano na política internacional, pelo menos desde a Grande Guerra, pôdia ser caracterizado como revelando o "*triunfo da fé sobre a experiência*".⁵⁴ A este facto correspondia a exportação de um "*idealismo*" traduzido numa quase imposição de obediência por parte da comunidade internacional à prática política de um conjunto de princípios de ordem moral de inspiração claramente norte-americana. E tanto assim era que, desde 1917, quando os EUA passaram a actuar tão convictos da força e da justiça dos seus ideais, e simultaneamente com um enorme im-

51 A expressão "Nações Unidas" teve origem no facto de Roosevelt pretender evitar toda uma panóplia de problemas derivados da tentativa de estabelecimento de um acordo de aliança anglo-americano e que, portanto, deveria ser ratificado pelo Senado. De forma a poder ser evitada a interferência no Senado e contornando desta forma a Constituição norte-americana, a tradicional designação de "aliados" com uma clara acepção político-militar, viu-se substituída por "Nações Unidas". Cf. Brogan, s.d., p. 594n.

52 Com o qual Portugal, por fatalidade geopolítica, teria necessariamente de concertar-se.

53 Cf. Zorgbibe, 1989, p. 6.

54 Cf. Kissinger, 1994, p. 18.

pacto, se tornou permitido considerar alguns dos maiores acordos políticos do século XX como a "encarnação" dos valores norte-americanos — da SDN ao Pacto Kellogg-Briand, passando pela Carta das NU à Acta Final de Helsínquia.⁵⁵

Durante a Grande Guerra e no seu rescaldo, a atitude de Washington e do presidente Wilson pode resumir-se a uma tentativa de substituição da diplomacia europeia tradicional (forjada em duros confrontos e normalmente classificada depreciativamente por americanos como uma "*Realpolitik imoral*"), por uma outra, norte-americana, em que a democracia, o direito internacional e o princípio da autodeterminação, eram os únicos instrumentos a dar sentido ao conceito de "*segurança colectiva*", rapidamente feito objectivo e permanentemente evocado.⁵⁶ A situação ideal, disposta por trás de tal conceito, seria atingida desde que a actuação das chancelarias se baseasse na "*lei Universal e não no equilíbrio*", sendo que a "*ordem internacional*" deveria assentar na "*lealdade nacional*" de e entre cada Estado e não na sua própria vontade de "*afirmação*". A arbitragem, e não a força, devia ser o principal instrumento de resolução das disputas internacionais. Como se todas as nações do mundo tivessem um igual interesse na paz e, por isso, estivessem dispostas a unir-se para punir aqueles que a não respeitassem. As propostas de raiz wilsoniana pretendiam defender a ordem internacional pelo consenso moral. Mas ainda, em última análise, tratava-se de reclamar e procurar fundamentar uma liderança da política mundial com base no altruísmo decorrente dos princípios morais de excepção e com dimensão universal, que davam forma à nação norte-americana.⁵⁷

A intenção de institucionalizar o princípio da segurança colectiva, posto em prática por Woodrow Wilson durante a Grande Guerra, e que veio a desaguar na SDN, correspondia a uma atitude que deve ser entendida à luz da evolução da sociedade americana, da sua organização política e dos princípios morais que a regiam, bem como consequência do prisma a partir do qual os EUA encaravam a política internacional — tanto no que respeita à defesa dos seus interesses como à forma como na altura avaliavam as

55 Cf. Idem, *ibidem*.

56 Cf. *Ibidem*, pp. 20 e 221.

57 Cf. *Ibidem*, capítulo 2. "The Hinge: Theodore Roosevelt or Woodrow Wilson."

disputas europeias, não só no velho continente mas também em África ou na Ásia. Sob os auspícios de uma organização política mundial para a preservação da paz, o poder estaria submetido à moral, e a força das armas aos desejos da opinião pública. Partia-se do princípio de que, estando os povos devidamente informados, as guerras nunca viriam a ter lugar. Porém, e só nos anos da Grande Guerra, equivalia a ignorar as manifestações populares de alegria que, no Verão de 1914, como tantas outras vezes, acompanharam o início das disputas militares.⁵⁸

Tanto a teoria como a prática wilsoniana eram, no entanto, apenas uma das opções colocadas para a definição e aplicação da política externa americana. Ela foi, sobretudo, o produto do trabalho de universitários da Costa Leste na passagem do século XIX para o século XX, mas que necessitou de aguardar pela guerra de 14-18 para ser levada à prática, ainda que já no primeiro discurso do presidente Wilson sobre o estado na nação, a 2 de Dezembro de 1913, se encontrassem definidos os princípios e as linhas gerais de uma política que seria executada caso a necessidade assim o viesse a exigir:

*There is only one possible standard by which to determine controversies between the United States and other nations, and that is compounded of these two elements: Our own honor and our obligations to the peace of the world.*⁵⁹

Mas será na declaração entregue por aquele presidente norte-americano ao Congresso, a 8 de Janeiro de 1918,⁶⁰ que se encontrarão definidas um conjunto de medidas que deixariam uma marca profunda na sociedade internacional e que viriam a merecer para a posteridade, os adjectivos "*idealista*", "*utópico*" ou "*messiânico*".⁶¹ Nesta declaração foram apresentados "*Catorze Pontos*" que se constituíram num "*programa*" para a "*paz mundial*". Destacar-se-iam, por neles mais directamente se enunciarem as possibi-

58 Cf. *Ibidem*, pp. 51-52.

59 "Só há um único padrão possível pelo qual serão determinadas as controvérsias entre os Estados Unidos e as outras nações, e esse é composto por estes dois elementos: A nossa própria honra e as nossas obrigações para com a paz do mundo." Itálico nosso. Citado em *ibidem*, p. 45. Todo o capítulo 2 deste livro trata do confronto entre duas opções para a condução da política externa dos EUA. São apresentados os desafios relativos à emergência de uma grande potência mundial, mas decorrentes de uma posição geoestratégica singular em relação às congéneres europeias.

60 Cf. "Address of the President of the United States Delivered at a Joint Session of the Two Houses of the Congress...", 1933, pp. 12-17.

61 Cf. Zörgbibe, *op. cit.*, pp. 6. e 4.

lidades e a legitimidade de aplicação do princípio da segurança colectiva, em primeiro lugar, e logo no primeiro dos catorze pontos, a necessidade de estabelecimento de acordos de paz concluídos "*abertamente*" com o objectivo de pôr fim aos "*acordos internacionais privados*", equivalendo a que a diplomacia, como regra para o futuro, deveria processar-se sempre de forma "*franca e à vista do público*"; em segundo lugar, e "*segundo ponto*", deveria ser garantida a "*absoluta liberdade de navegação nos mares, fora das águas territoriais, tanto na guerra como na paz, excepto se os mares*" fossem "*encerrados*", no seu todo ou parcialmente, por *acção internacional concertada* e apenas se essa viesse a ser considerada como a medida mais conveniente; em terceiro lugar, "*quarto ponto*" da declaração, a reclamação de uma redução dos armamentos nacionais ao limite mínimo compatível com a segurança interna dos Estados; finalmente, o "*décimo quarto ponto*", propondo a criação de uma sociedade de nações capaz de "*suportar garantias mútuas de independência política e de integridade territorial aos pequenos como aos grandes Estados*."⁶²

Mas, nesta declaração de 8 de Janeiro abria-se também caminho a uma aplicação prática do princípio da autodeterminação dos povos como meio para se atingir a paz e a segurança internacional. No seu ponto quinto podia ler-se:

*A free, open-minded, and absolutely impartial adjustment of all colonial claims, based upon a strict observance of the principle that in determining all such questions of sovereignty the interests of the populations concerned must have equal weight with the equitable claims of the government whose title is to be determined.*⁶³

E os pontos sete (a propósito da Bélgica), oito (relativo à França e aos territórios da Alsácia-Lorena por ela perdidos para a Prússia em 1871), nove (onde se falava de um "*reajustamento das fronteiras*" italianas em função das linhas de "*nacionalidades claramente reconhecíveis*"), dez (segundo o qual aos povos do império Austro-Húngaro de-

62 Cf. "Address of the President of the United States...", *idem*.

63 "Um ajustamento livre, aberto e absolutamente parcial de todas as reivindicações coloniais, baseado na observância estrita do princípio de que ao determinarem-se todas as questões de soberania, os interesses das populações envolvidas devem ter peso igual às demandas equivalentes do governo cujo direito está para ser determinado."

veria ser dada "*a oportunidade de um desenvolvimento autónomo*"), doze (garantindo a soberania e a segurança das partes turcas do império Otomano mas reclamando a autonomia das nacionalidades que viviam sob a tutela daquele império) e treze (relativo à constituição de um Estado polaco independente, compreendendo os "*territórios habitados por populações incontestavelmente polacas*") eram também o melhor e mais acabado exemplo do esforço de divulgação e aplicação da doutrina do princípio do direito dos povos à autodeterminação.

Muito embora os primeiros passos dados no sentido da execução dos princípios morais subjacentes à prática política norte-americana na sociedade internacional depois da Grande Guerra tenham fracassado, em parte porque os EUA não estavam ainda preparados para desempenhar um papel político activo de dimensão universal, a verdade é que as ideias de Wilson, a prazo, funcionaram como uma semente. Quando depois do início da Segunda Guerra Mundial os EUA foram novamente empurrados para a tarefa de construir uma ordem política de dimensão mundial, regressou-se aos chamados princípios wilsonianos. Foram eles que ajudaram a erguer uma organização como as NU, baseada nos pressupostos democráticos da SDN, e que se esperava viesse a poder estabelecer a paz e a concórdia entre os vencedores e, portanto, entre os povos. E quando, mais tarde ainda, se revelou impossível a execução deste espírito, os EUA prosseguiriam, de alguma forma, a sua cruzada por uma aceitação daquele ao enfrentarem a Guerra Fria como uma luta moral pela democracia e não como um conflito entre duas superpotências.⁶⁴ No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, como no da Primeira, os critérios americanos para a ordem internacional eram a democracia, a segurança colectiva e a autodeterminação.⁶⁵

Neste contexto, a ONU, segundo Roosevelt e a sua administração, deveria funcionar como instrumento capaz de iniciar uma nova fase na resolução das questões políticas entre os Estados. O sistema de "*equilíbrio de poderes*", as "*alianças*", o secretismo, bem como outras características da "*velha diplomacia*", deveriam, depois da Se-

⁶⁴ Kissinger, *op. cit.*, p. 54.

⁶⁵ Cf. Idem, *ibidem*, p. 221.

gunda Guerra Mundial, dar lugar à cooperação entre todos os Estados (desarmados) e tutelados pelas potências vencedoras e com dimensão global (estas armadas). Devendo ser inicialmente quatro (EUA, URSS, China e RU) juntar-se-lhes-ia mais tarde, por imposição britânica, a França. Simplesmente, a concepção de uma política internacional com esta natureza viria a ser, sobretudo a partir de Potsdam, profundamente revista, passando as mais importantes questões internacionais a decidir-se à margem das NU.⁶⁶

AGOSTO DE 1941: A CARTA DO ATLÂNTICO.

Nos encontros ao largo da Terra Nova, em Placentia Bay, entre Churchill e Roosevelt, e que culminaram a 14 de Agosto de 1941, iniciou-se o primeiro capítulo da construção de um enquadramento político-jurídico internacional que se estendeu por várias décadas. A 14 de Agosto, como nos dias precedentes, e procurando uma perspectiva, tanto quanto possível, próxima do espírito dos participantes, parece certo pensar que a partir do momento em que Hitler decidira atacar a URSS, a posição do RU melhorara, muito embora os britânicos estivessem conscientes que, caso viessem a sair vitoriosos da contenda, o caminho a percorrer seria necessariamente longo. Por isso, o Primeiro-Ministro britânico partirá para o Novo Mundo ao encontro do Presidente norte-americano, tendo fundamentalmente em vista aumentar a solidariedade política e económica dos EUA para com o esforço de guerra britânico.

Mas para além destes objectivos comungados, aliás, por ambos os interlocutores, a declaração final conjunta, apelidada posteriormente de *Carta do Atlântico*, era, além da demonstração de que uma vitória alemã na Europa se constituiria numa ameaça para os interesses e segurança dos EUA, a manifestação de um projecto de afirmação de princípios genéricos para a construção da paz futura. Sublinhe-se que a *Carta* tratava, em boa medida, da apresentação de uma nova ordem política para a sociedade internacional à imagem dos princípios político-ideológicos que apenas se consideravam reger, enquanto

⁶⁶ Para uma visão das "aproximações à paz" produzidas pelos "Três Grandes" de forma compreender a superação da tradição wilsonniana por parte do Presidente Roosevelt cf. Kissinger, 1994, capítulos 16 e 17.

funcionavam como uma referência, a vida dos norte-americanos. A declaração de Placentia Bay era, neste sentido, um regresso ao wilsonianismo,⁶⁷ mesmo afirmando proclamar um conjunto de "*princípios comuns das políticas nacionais*" britânica e norte-americana. Era neles que Churchill e Roosevelt guardavam as "*esperanças de um futuro melhor para o Mundo*".⁶⁸

Mas, já sob o ponto de vista da administração Roosevelt e da opinião pública norte-americana, os princípios da declaração de Agosto de 1941 prolongavam e alargavam aqueles divulgados pelo presidente em Janeiro do mesmo ano quando se dirigira ao Congresso. Porém, tais princípios, desde então conhecidos pela designação de "*Quatro Liberdades*" ("*Four Freedoms*"),⁶⁹ "*went far beyond those of any previous European war. Not even Wilson had proclaimed a social issue like freedom from want as a war aim.*"⁷⁰ De qualquer modo, no documento produzido ao largo da Terra Nova, ultrapassava-se manifestamente o estipulado por Roosevelt em Janeiro, ou mesmo por Wilson nos seus "*Catorze Pontos*", não tanto por serem acordadas e publicitadas deliberações que evocavam o livre acesso às matérias-primas, mas ao destacar-se a necessidade de cooperação nos esforços para melhorar as condições de vida dos povos pelo mundo.

Indiscutivelmente, também, a *Carta* colocava o problema da segurança do mundo do pós-guerra em termos wilsonianos, uma vez que não continha "*qualquer componente geopolítica*".⁷¹ Prescrevia que após a "[...] *destruição final da tirania nazi*" deveriam "*todas as nações do Mundo, tanto por motivos de ordem prática como por motivos de ordem espiritual, [...] renunciar ao uso da força*"; destacava-se a convicção de que "*nenhuma paz futura*" poderia "*ser mantida se os armamentos terrestres, navais ou aéreos*" continuassem a "*ser empregados pelas nações*", ameaçando ou podendo ameaçar,

67 Apesar de Roosevelt, por razões compreensíveis, ter chegado a ser apelidado de "wilsoniano renegado". Cf. Brogan, *op. cit.*, p. 593.

68 Seguimos o texto da *Carta do Atlântico* traduzido e publicado em *Textos de Direito de Direito Internacional Público*, Lisboa, s.d., pp. 7-8. Citações da página 7.

69 Liberdade de expressão, liberdade de culto, ausência de miséria e ausência de medo. Cf. Kissinger, *op. cit.*, p. 389. Estes objectivos seriam ainda repetidos numa alocução radiofónica do Presidente Roosevelt a 27 de Maio de 1941.

70 "Iam muito para além dos de qualquer anterior guerra europeia. Nem mesmo Wilson proclamara uma questão social como a ausência de miséria como um objectivo de guerra." Cf. Idem, *ibidem*.

71 Cf. *ibidem*, p. 391.

como agredir "*fora das suas fronteiras*"; e, finalmente, estipulava-se que até ao estabelecimento de "*um sistema completo e permanente de segurança geral, o desarmamento de tais nações*" era "*essencial*". "*Por isso*", RU e EUA prestavam-se a auxiliar e encorajar "*todas as medidas práticas susceptíveis de aligeirar o fardo esmagador de armamentos que*" pesava "*sobre os povos pacíficos*."⁷² Isto implicava que não apenas em termos estritamente políticos, mas também moralmente, se consideravam duas "*categorias de nações*":

*aggressor nations (specifically Germany, Japan and Italy), which would be permanently disarmed, and 'peace-loving contries', which would be permitted to retain military forces, though, it was hoped, at great reduced levels. National self-determination would serve as the cornerstone of this new world order.*⁷³

Por necessitar do máximo apoio norte-americano para o seu esforço de guerra, além de procurar afanosamente a entrada dos EUA no conflito, tudo de forma a assegurar a derrota do III Reich, Winston Churchill⁷⁴ apresentava-se disponível para abençoar um documento que adiantava tanto princípios como fins que contrariavam quer a tradição da política externa britânica, quer alguns dos seus interesses permanentes.⁷⁵ Além de que o Chefe do Governo de Sua Majestade não podia ver "*qualquer motivo para debater a estrutura do pós-guerra antes de estar certo de que viria a haver um*."⁷⁶

De qualquer forma, e sem que muito provavelmente o previsse na altura, no que diz respeito ao destino político dos territórios mais tarde classificados como "*não-autónomos*", estava Churchill, pela fragilidade da posição britânica, a abrir caminho ao recuo dos impérios coloniais europeus, mesmo existindo um elevado grau de

⁷² Cf. "Carta do Atlântico" in *op. cit.*, p. 8.

⁷³ "nações agressoras (especificamente a Alemanha, o Japão e a Itália) que seriam permanentemente desarmadas, e os 'países amantes da paz' a quem seria permitido manter forças militares, embora, havia essa esperança, com níveis muito reduzidos. *A autodeterminação nacional serviria como a pedra angular desta nova ordem mundial.*" (itálico nosso) Cf. Kissinger, *op. cit.*, p. 391.

⁷⁴ Como escreveria mais tarde o Primeiro-Ministro britânico, a entrada dos EUA na guerra garantia que "o destino de Hitler estava traçado. O destino de Mussolini estava traçado. Quanto aos japoneses, seriam reduzidos a pó. Tudo o resto era meramente a aplicação de uma força esmagadora." Citado por Kennedy, 1990, 2º vol., p. 11.

⁷⁵ Também naquilo que dizia respeito às implicações da *Carta do Atlântico* nos chamados assuntos coloniais, artº. 3º., gerou-se alguma polémica entre os representantes dos dois governos presentes a bordo do *Augusta* em Platencia Bay. Cf. Louis, s.d., cap. 6.

⁷⁶ Cf. Kissinger, *op. cit.*, p. 392.

inevitabilidade numa diminuição do protagonismo do velho continente no mundo. Sublinhe-se, porém, que a "*libertação colonial*" nunca esteve directamente presente nas principais conversas e concessões políticas feitas pelos protagonistas do encontro ao largo da Terra Nova.

Não obstante, como no tempo de Wilson, e tendo em vista a condenação do expansionismo da Alemanha hitleriana na Europa, nenhum outro princípio podia ser evocado com maior impacto e propriedade do que o relativo ao direito à autodeterminação. Assim, *a priori*, o conteúdo do artº. 3º da *Carta do Atlântico*, respeitante ao direito de todos os povos escolherem livremente a sua forma de governo, não era mais do que a sequência lógica de um conjunto de razões prévias e, portanto, nada controverso. E a lógica ali presente seria sensivelmente a seguinte. Em primeiro lugar, a *Carta* devia ser entendida como uma declaração à imprensa e à opinião pública mundial e não como um documento formal. Isto porque Roosevelt pretendia evitar qualquer sinal que fizesse tal documento parecer, junto dos seus adversários políticos em Washington ou na opinião pública do seu país, como uma "*aliança*". Em segundo lugar, pretendia assegurar publicamente que o RU não tinha celebrado quaisquer "*tratados secretos*". Em terceiro, da mesma forma que a imagem dos princípios como das dificuldades sentidas por Wilson poderiam influenciar Roosevelt, tornando-o sobremaneira cauteloso, a atitude condescendente de Churchill fazia lembrar Lloyd George. Churchill perante Roosevelt, como Lloyd George perante Wilson, apresentava-se disposto a "*pagar o pequeno preço*" da evocação pública de alguns "*princípios nobres*" como prova de solidariedade para com o esforço que implicava aos EUA, ao seu povo e ao seu Governo o apoio ao RU, apesar da condição de não-beligerante. Em quarto lugar, a divulgação de uma "*declaração idealista*", como aquela atrás referida, e que era o seguimento lógico à proclamação de que nenhum dos dois Estados procurava o engrandecimento territorial, funcionava ainda como um excelente meio de contra-propaganda em relação ao Eixo. Ao contrário de outros assuntos tratados naquele encontro e que se mostraram polémicos (é o caso da forma do procedimento do

comércio internacional),⁷⁷ a "autodeterminação parecia ser inócua", muito embora "rapidamente", após a conferência, se tornasse evidente que potencialmente aquele era o "princípio mais explosivo" de todos os nela evocados.⁷⁸

*Churchill later argued consistently that he had in mind self-determination for the conquered nations of Europe. Roosevelt subsequently stated repeatedly that the Atlantic Charter applied not only to Europe but also to peoples throughout the world.*⁷⁹

Mas além deste importante detalhe, reflectindo diferentes concepções acerca de uma possível aplicação, ou não, dos princípios de autodeterminação presentes na *Carta do Atlântico* aos territórios coloniais, verdade é que, se do lado americano, esta pressão descolonizadora reflectia o espírito liberal de uma antiga nação colonizada que num determinado contexto se antecipara politicamente recorrendo à força das armas, equivalia ainda ao facto de a administração norte-americana, e o Presidente Roosevelt não era excepção, recear que no mundo do pós-guerra, depois de derrotado o Eixo, o principal desafio à paz viesse não da URSS mas do império britânico. Como se, inclusivamente, o governo de Londres esperasse que, da destruição que Alemanha e URSS reciprocamente provocassem pela luta travada a partir de Junho de 1941, viesse a emergir um império britânico fortalecido.

E como podia um facto destes ser "*explicado*"? O ponto de vista norte-americano partia de uma diferenciação normalmente estabelecida entre aquilo que seria o "*povo britânico*", por uma lado, e os governos britânicos, por outro. O "*povo britânico*" era visto, na generalidade, como "*decente, honesto*", obediente à lei e "*amante da liberdade*." Mas os seus governos apresentados como exercendo o poder "*enquanto uma classe*" ou

77 Cf. Winston Churchill, *The Second World War*, volume III, *The Grand Alliance*, 1988, pp. 387-388.

78 Cf. Louis, *op. cit.*, pp. 122-123.

79 "Mais tarde Churchill argumentou consistentemente que tinha apenas em mente a autodeterminação para as nações conquistadas da Europa. Subsequentemente Roosevelt declarou repetidamente que a Carta do Atlântico aplicava-se não apenas à Europa mas também a povos espalhados pelo mundo." Cf. Idem, *ibidem*, p. 123. Podia aliás ler-se no ponto 3 da proposta de declaração apresentada por Churchill aos norte americanos, no dia 11 de Agosto, a vontade de respeitar "o direito de todos os povos escolherem a forma de governo sob a qual viessem a desejar viver." Cf. Churchill, *op. cit.*, p. 386.

mesmo uma "casta" que, inclusivamente, em diversas situações, se mantinha contra a vontade do povo. Tratava-se ao mesmo tempo de uma "tirania mundial composta por imperialismo, colonialismo e poder político que violava toda a moral" e, particularmente, "negava os direitos humanos elementares de todos os povos", caso estes desejassem tornar-se "independentes como os Estados Unidos."⁸⁰

A CARTA DO ATLÂNTICO EM PORTUGAL.

As reacções em Portugal à declaração produzida por Churchill e Roosevelt, na sequência do seu encontro ao largo da Terra Nova, provocaram um profundo efeito, o que ilustra a atenção com que se seguiam os sinais da evolução política no Atlântico. A censura autorizou não só uma extensa publicitação do evento como a proliferação de muitos comentários. Segundo a Embaixada do RU em Lisboa, se, por exemplo, a *Voz* procurava destacar a importância de se terem verificado discussões em torno dos problemas de ajuda mútua que, aliás, se deveriam repetir vista a previsível vitória alemã na URSS e, portanto, o regresso de uma maior intensidade da guerra ao Atlântico, a verdade é que o conteúdo da declaração produzida a 14 de Agosto acabaria por ser muito felicitado, apesar de ter também merecido algumas críticas. As posições defendidas naquele jornal reflectiam a forma como alguns dos sectores do regime encaravam não só o evento em si, mas também desenvolvimentos futuros da política internacional. Destacava-se o facto de a declaração permitir a possibilidade de cada Estado e cada povo poderem escolher livremente a sua forma de governo. Sendo evidente com isto que, aquela "propaganda alemã" que fazia equivaler uma derrota alemã e uma vitória aliada ao derrube de Salazar podia ser seriamente posta em causa.

Um artigo no *Jornal do Comércio*, também citado pela Embaixada britânica, afirmava que a "declaração" apresentava em termos claros as bases em que seria constituída

⁸⁰ Cf. Louis, *op. cit.*, pp. 21-22 a partir da citação de um excerto de Sir Norman Angell, "A Re-Interpretation of Empire" in *United Empire*, 43. 5 (Sept.-Oct. 1952), p. 255. Mas também é verdade que muitos britânicos consideravam estarem os EUA dispostos a construir um império, durante e após a guerra, essencialmente à custa do RU.

uma nova ordem, na qual os povos viveriam depois de terminada a guerra. As conclusões a que haviam chegado britânicos e norte-americanos tinham ainda o condão de trazer "*alívio e tranquilidade*", uma vez que tratando-se de duas das maiores potências mundiais, "*havam oferecido*" a sua "*força e prestígio*" aos países mais pequenos e fracos "*na defesa dos direitos sagrados da autodeterminação*". O artigo do *Jornal do Comércio* felicitava-se por aquelas duas potências terem manifestado não possuir quaisquer ambições de engrandecimento territorial como ainda, o já referido desejo de não interferirem na escolha da forma de governo sob o qual cada povo manifestasse desejo viver. Mas este artigo, elogiando as promessas de ajuda à reconstrução económica e social de vencedores e vencidos, tal como as promessas de acesso em condições de igualdade às matérias-primas e a promoção da liberdade dos mares, que era caracterizado como uma evidência de um progresso futuro da humanidade, contrariava obviamente as desconfianças oficiais em torno de tais princípios. Finalmente, o jornal congratulava-se com o facto de, no futuro, a lei poder vir a prevalecer sobre a força.⁸¹

O *Século* noticiava o encontro referindo que nele haviam sido estabelecidos os "*princípios orientadores da política anglo-americana*." E apesar de referida a questão do fornecimento de armamento americano ao RU, sublinhavam-se nos vários pontos da declaração a vontade de infligir uma derrota militar à Alemanha e o facto de os dois governos ali representados pretenderem "*respeitar o direito que assiste a todos os povos de escolher a forma de governo sob a qual desejam viver*."⁸²

O jornal *República*, por exemplo, ia mais longe na forma como dava a notícia do encontro do Atlântico ao escrever: "*A paz de ontem e de amanhã. De Wilson a Roosevelt e a Churchill — dos 14 pontos de 1918 aos 8 pontos de 1941*."⁸³ Equivalia pois, o que era original no panorama português, a fazer corresponder dois documentos pela forma como pretendiam ordenar a política depois de dois conflitos militares destruidores. Manifestava ainda um enorme regozijo pelo conteúdo da declaração embora

81 Cf. FO371-26795. File419156. 15 de Agosto de 1941.

82 Cf. *O Século*, 15 de Agosto de 1941, p. 1 (2ª coluna) e p. 2 (3ª e 4ª coluna).

83 Cf. *República*, 17 de Agosto de 1941, p. 1 (1ª coluna) e p. 8 (1ª coluna).

aguardasse um melhor esclarecimento de algumas das ideias nela contidas.⁸⁴ Também o *Avante!* referia o encontro de Placentia Bay ao noticiar que Estaline anunciara estar na "luta" juntamente com os povos da Europa e da América.⁸⁵

Do ponto de vista diplomático, o encontro "naval" entre britânicos e norte-americanos, prelúdio das conversas entre os governos daqueles dois países, produziu também algumas reacções, embora as mais desenvolvidas, debruçando-se sobre a possível ordem política internacional para depois da guerra, particularmente sob o ponto de vista daquilo que poderia ser o destino dos territórios coloniais, tivessem ainda que esperar largos meses.

A representação diplomática de Portugal em Washington noticiava o encontro ao largo da Terra Nova numa carta de 16 de Agosto. A declaração saída da cimeira entre Roosevelt e Churchill, que um jornalista norte-americano em Londres teria classificado como "*o segredo mais mal guardado da guerra*", merecia um comentário detalhado por parte de João de Bianchi.

Em primeira lugar, "*pela linguagem empregada*", os oito pontos tomavam "*mais um aspecto de 'aspirações' sobre as quais seria estabelecida uma paz segura do que propriamente de 'compromissos'*." E aquela era a principal diferença a apontar pelos "*comentadores políticos*" quando estabeleciam "*uma inevitável comparação*" entre os "*'14 pontos' da doutrina wilsoniana*" e a *Carta do Atlântico*. No âmbito ainda de uma comparação entre os dois documentos, o último era visto como uma "*'declaração conjunta' feita por dois Governos*" que não teriam ainda assumido "*quaisquer compromissos anteriores para a paz futura*", enquanto que a declaração proferida por Wilson em 1918, "*pela sua unilateralidade*" havia "*forçosamente*" colidido com os "*vários tratados secretos negociados pelos aliados*" no decorrer da Grande Guerra.

João de Bianchi considerava importante na declaração o facto de ela possuir "*a influência nítida das ideias e aspirações americanas*", tal como vinham sendo "*repetidamente apresentadas na imprensa*", na rádio e nas "*declarações das persona-*

84 Cf. *Idem*, 21 de Agosto de 1941, p. 5 (3ª coluna).

85 Cf. *Avante!*, 1ª quinzena de Agosto de 1941.

lidades mais responsáveis da política e da administração" norte-americanas. Considerava depois, tratar-se de "um esplêndido exemplo do vago e do indefinido anglo-saxon", de maior inevitabilidade naquele caso pelo facto de os dois interlocutores se encontrarem politicamente muito condicionados. O diplomata português notava ainda o facto de o texto divulgado não prever para depois da guerra a criação uma "qualquer nova organização internacional comparável à Sociedade das Nações." As possíveis implicações da Carta no destino político dos territórios coloniais não era tratado. Ou seja, os pontos 3 e 4, relativos, respectivamente, ao "direito de todos os povos escolherem a forma de Governo sob a qual" desejariam viver e o estabelecimento de um "acesso, em condições de igualdade ao comércio e às matérias-primas de todo o Mundo" para todo os Estados, apenas mereceram considerações directamente ligadas com o conflito político-militar em curso e o seu eventual desfecho.⁸⁶

Em Agosto de 1942, era noticiada a apresentação de um relatório da responsabilidade do *Committee on Africa, the war and peace aims*,⁸⁷ intitulado *The Atlantic Charter and Africa from an American stand point*. A principal ideia ali enunciada era a "da aplicação dos 8 princípios da carta do Atlântico aos problemas africanos." Eram enumeradas "recomendações relativas a questões económicas, educacionais, de saúde e política", sublinhando-se depois o apoio a uma "aplicação [alargada] do sistema de mandatos" da SDN, a par da "extensão às colónias governadas directamente por potências europeias" daqueles "princípios" do referido "sistema" respeitantes "às inspecções internacionais e à apresentação de relatórios", por se considerarem serem eles os meios mais adequados para a obtenção de bons resultados no governo dos povos africanos. Porém, apesar deste discurso reformista em relação às políticas coloniais até então em prática, o texto do Comité reconhecia "um pouco forçadamente [...] que os proble-

86 O ponto 7º da Carta (relativo à liberdade dos mares), é citado parcialmente acompanhado do comentário de "velho princípio americano" reafirmado. Cf. Carta nº 103 da Embaixada de Portugal em Washington para o MNE. 16 de Agosto de 1941. AHDMNE. M123. *Guerra*.

87 Uma "organização particular e constituída por vários americanos, alguns deles de raça negra [...], especializado em questões educacionais e missionárias." Trabalhos desta organização haviam sido financiados pelo *Phelp Stokes Fund*, "estabelecido em 1911 por 2 senhoras ricas, com o fim de facilitar o estudo e melhoramento das condições de vida da raça negra, tanto nos Estados Unidos como em África." Cf. Carta nº 187 da Legação de Portugal em Washington para o MNE. 11 de Agosto de 1942. AHDMNE. M123. *Guerra*.

mas africanos" eram, de facto, *"extremamente complicados"*, sendo depois prestada *"homenagem ao progresso"* registado *"recentemente"* no continente africano por acção das potências coloniais.

Directamente em relação a Portugal aparecia escrito, no relatório que vimos seguindo, que embora *"criticado pela negligência com que tratava os interesses indígenas, especialmente em matéria de exploração do trabalho indígena"*, vinham-se recentemente registando alguns progressos, especialmente *"desde a publicação"*, em 1925, de um *"relatório sobre trabalho indígena"* nos territórios portugueses em África.⁸⁸ As causas dessa melhoria estariam então *"na introdução de modificações no governo central, incluindo a publicação do Acto Colonial de 1935 [sic]"*, aumentando assim a eficácia da *"administração."* Porém, o resultado final estava *"ainda longe de ser satisfatório. O mesmo comentário"* podia ser feito *"acerca das colónias espanholas."*

O relatório do *Committee on Africa* terminava com algumas recomendações em relação àquilo que poderia ser a atitude dos EUA em relação aos *"problemas africanos."* Daquelas, João de Bianchi, autor desta carta dirigida ao MNE, salientava um conjunto de cinco, mas em que a mais consequente parecia ser a de que o *"governo dos EU"* deveria decidir-se a uma união *"com outras nações numa organização mundial instituindo um sistema de mandatos"* que viessem a *"promover a segurança colectiva e a aplicação da Carta do Atlântico aos problemas africanos."* Mas depois concluía:

*De um modo geral o relatório não traz ideias ou objectivos novos, pois o que nele se diz não é mais do que uma repetição do que por tanto tempo se ouviu na Sociedade das Nações, e na sua Comissão de Mandatos. O seu interesse está principalmente em revelar a existência aqui de uma organização que parece empenhada em chamar a atenção norte-americana para os problemas e questões africanas.*⁸⁹

⁸⁸ Referência ao *Relatório Ross*.

⁸⁹ Cf. Carta nº 187 da Legação de Portugal em Washington para o MNE. 11 de Agosto de 1941. *Idem*

**POLÍTICA INTERNACIONAL (1942-1945):
DA DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS À ONU.**

A *Declaração das Nações Unidas*⁹⁰ contra o Eixo, de 1 de Janeiro de 1942, foi também um passo no sentido da constituição de um núcleo Estados e/ou governos, naquele momento induzidos e liderados pela administração norte-americana e capazes de tomarem cada vez mais a peito a conveniência da criação de um "*sistema de paz e segurança para o pós-guerra*". Esta *Declaração* implicava que as propostas e os princípios presentes na *Carta do Atlântico* passassem a ser reconhecidas pelos Estados dela signatários. Mas, sobretudo, que um conjunto de coordenadas doutrinárias (a defesa da vida, da liberdade — também religiosa —, da independência, dos direitos humanos e da justiça), seriam aplicadas nos seus, como noutros territórios, e, portanto, se tornariam no denominador comum para fazer a guerra que levaria não só à derrota do Eixo, mas que poderia também tornar-se no ponto de partida para a paz. Além disso, qualquer Estado poderia no futuro subscrever aquela declaração, desde que disposto a aceitar, cumprir e fazer cumprir os seus princípios.⁹¹ Era esta uma forma de se abrir espaço, a partir de um núcleo duro, para a edificação de um organismo depositário da paz universal.

Este movimento universalista para a criação de uma organização mundial que garantisse a paz, deveria ser, ao contrário da SDN, realmente global e estar equipado com poderes, o que a par da participação de todas as nações na base de direitos iguais, poderia garantir, de facto, não só a segurança, mas o direito à autodeterminação de todas as nações tal como previa a 3.ª alínea da *Carta do Atlântico*. Ora, a administração americana, consciente de que para se avançar na "*ideia de criação de uma organização internacional*" dependia, especialmente, da cooperação soviética, fez com que este assunto fosse "*explicitamente*" tratado durante a viagem a Moscovo do antigo Secretário de Estado norte-americano Cordell Hull, em Outubro de 1943. Nesta data foi alcançado junto

90 Tratou-se de uma declaração conjunta subscrita pelos governos (alguns no exílio, outros de Estados ou Nações ainda não independentes) dos EUA, RU, URSS, China, Austrália, Bélgica, Canadá, Costa Rica, Cuba, Checoslováquia, República Dominicana, El Salvador, Grécia, Guatemala, Haiti, Honduras, Índia, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Paramá, Polónia, África do Sul e Jugoslávia.

91 Cf. Churchill, *op. cit.*, pp. 605-606 e Joll, 1990, p. 425.

de Estaline o acordo para a assinatura da *Declaração de Segurança Geral*, já subscrita por britânicos e norte-americanos, envolvendo assim jurídica e politicamente os soviéticos nos esforços de segurança colectiva. Estes compromissos foram depois reafirmados durante a Conferência de Teerão, em finais de Novembro e início de Dezembro de 1943, e aprofundados a partir do referido mês de Dezembro, quando depois do dia 9, se constituiu em Washington um grupo de estudo para tratar do assunto. No decurso da cimeira de Teerão, Roosevelt beneficiou de um encontro privado com Estaline para explicar o "*seu projecto de organização mundial: uma Assembleia de Nações, com um Conselho executivo, e os 'quatro cães de guarda' — os três grandes mais a China —*" que se encarregariam de manter a paz no mundo. Estaline, apesar de estar "*longe*" de concordar com as propostas do presidente americano, mostrou-se porém disposto a que com ele se prosseguisse.

Em Maio de 1944 os EUA convidam os governos britânico e soviético a enviarem delegados a uma conferência encarregue de elaborar um projecto de carta para essa nova organização internacional. Assim, todo um projecto previamente negociado e a partir do qual se dará forma à ONU nasce em Dumbarton Oaks no mês de Agosto de 1944. Os trabalhos para a construção dessa nova organização, concebida em parte sobre o modelo mas contra os resultados da antiga SDN, estão em finais de Setembro, e no essencial, concluídos. Depois, britânicos e norte-americanos, estudam o projecto da carta com uma delegação chinesa.⁹² Em Outubro de 1944, no contexto permitido por uma reunião com as características da de Dumbarton Oaks, deu-se por concluído o projecto da carta que regularia a vida da futura organização. Porém, existiam ainda uma série de questões pendentes, cuja decisão final, e por razões várias, deveria pertencer a responsáveis de mais alto nível. Nomeadamente, qual deveria ser o procedimento do voto no futuro CS; quais seriam os critérios de admissão dos vários Estados na AG; que solução substituiria o antigo sistema de mandatos.

92 A URSS tinha-se recusado a participar nos trabalhos caso a China fosse para eles convidada. De qualquer forma, confirmou-se em Dumbarton Oaks que a China seria, como Roosevelt sempre desejara, um dos membros do conselho executivo da futura Assembleia. Cf. Funk, s.d., pp. 51-52.

É óbvio que nenhuma das grandes potências estava disposta a conceder à ONU o poder de tomar "*decisões contrárias aos seus interesses*." Por isso era necessário criar um procedimento de voto que fornecesse garantias a esta premissa. Mas sobrevivia ainda o problema do equilíbrio no número de representações e na sua força. E este era um tema que interessava particularmente a Moscovo, uma vez que no futuro CS estariam representados a França, proposta pelo RU, e a China, proposta pelos EUA. Isto, sob o ponto de vista soviético, equivalia a uma relação de um para quatro. De forma idêntica, na futura AG, a relação de forças prevista fazia-se em favor do RU e dos EUA e, portanto, contra a URSS. Embora os "*Três Grandes*" tivessem inicialmente concordado propôr como membros da ONU todos os países que tivessem declarado guerra à Alemanha, a verdade é que neste contexto o RU poderia contar com todos os membros da Commonwealth e os EUA com um grande número de países latino-americanos, enquanto Moscovo se veria sem apoios. A primeira solução para este problema apresentada pelo governo soviético, passou por uma proposta de admissão na AG das dezasseis repúblicas que constituíam a URSS, cada uma como membro de pleno direito.⁹³ Neste ponto, os britânicos, contabilizando os votos dos "*5 ou 6 Domínios*" que viriam a ter lugar na AG, acabariam por não recusar a atribuição de dois lugares à URSS. Roosevelt, passado à desagradável posição de minoritário, cede — também persuadido por uma proposta soviética de revisão das suas discutíveis posições sobre o futuro da Polónia. É então anunciado que na conferência das NU a realizar nos EUA (a 25 de Abril próximo), a URSS poderá contar com a Ucrânia e a Bielorrússia como membros de pleno direito. Quanto aos critérios definitivos para definir quais deveriam ser os primeiros países membros da ONU, decidiu-se que deveriam ser todos aqueles que antes de 1 Março de 1945 tivessem declarado guerra à Alemanha e assinado a *Declaração das Nações Unidas*.

Quanto ao procedimento de voto que garantisse a salvaguarda dos interesses das grandes potências, ficou decidido, em termos gerais, que em razões processuais a maio-

⁹³ Uma questão, aliás, já levantada pela delegação soviética em Dumbarton Oaks e que quase fez fracassar a Conferência. Ficou então prometida a discussão para a próxima cimeira dos "Três Grandes".

ria seria obtida pela acumulação de sete em onze votos (maioria simples); que em questões mais importantes seria garantido o direito de veto aos cinco membros permanentes do Conselho, à excepção daqueles casos em que qualquer um dos membros permanentes fosse parte no assunto discutido. Nesse caso não seria autorizado a votar.

O problema da substituição ou evolução do sistema de mandatos a herdar da SDN acabaria por não merecer qualquer discussão conclusiva, uma vez que Churchill considerou esta iniciativa norte-americana como "*um ataque camuflado contra o império britânico*." Este incidente acabaria por ter como principal resultado a possibilidade de dar a conhecer directamente a Estaline a existência de pontos de discórdia entre britânicos e norte-americanos.⁹⁴

Depois de, em Ialta, os "*Três Grandes*" terem chegado a um acordo sobre os pontos mais melindrosos da futura organização política mundial, apenas em matéria colonial as discussões se iam prolongar além do encontro da Crimeia. Todas as nações subscritoras da *Declaração das Nações Unidas* foram convidadas a reunirem-se em São Francisco para que fosse adoptado o texto definitivo da *Carta das Nações Unidas*. Em 26 de Junho, depois de acesas discussões, que porém não colocaram em causa os planos pré-definidos, as delegações presentes naquela cidade californiana assinaram o documento em causa.

O movimento impulsionado pelos EUA que conduziu às discussões de Dumbarton Oaks e Ialta sobre a ONU, à Conferência de São Francisco e, mais tarde, à existência e funcionamento daquela organização, foi suportado pela ala esquerda-progressista do Partido Democrático. O seu principal representante e executor foi Cordell Hull, durante vários anos Secretário de Estado para os Assuntos Externos de Roosevelt, que desde 1941 instruiu o Departamento de Estado a executar um plano onde estivesse previsto a criação de uma organização internacional para a paz. A edificação de tal organismo veio de alguma forma a tornar-se no objectivo da sua vida ao serviço da administração Roosevelt.⁹⁵

94 Cf. Funk, *op. cit.*, pp. 51-56. Uma visão "psicológica" de Ialta pode ser lida em Halle, 1991, pp. 52-54.

95 Cf. Zorgbibe, 1989, p. 8 e Loth, s.d., p. 20.

PORTUGAL: DA DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS À CONFERÊNCIA DE S. FRANCISCO.

O Governo português seguiu com atenção os desenvolvimentos preparatórios da nova ordem política internacional do pós-guerra. Uma observação feita à luz dos objectivos estratégicos de uma política externa por si definidos e perseguidos.⁹⁶ Dos EUA, por exemplo, a parte das informações relacionada com a possível projecção do pós-guerra faz-se, por isso, muito em torno da questão colonial. Sobretudo porque se sabia terem os EUA uma perspectiva crítica sobre a natureza do relacionamento político entre vários Estados europeus e os respectivos territórios ultramarinos em África e na Ásia. Além disso, quer os "*Catorze Pontos*" e os célebres mandatos da SDN quer algumas das alíneas da *Carta do Atlântico* e o maior e sempre crescente protagonismo de Washington na direcção tanto da guerra, como da paz que se lhe sucederia, tratavam de afinar a atenção de Lisboa.

Em Junho de 1943 é comunicada para Lisboa, a pedido do MNE, uma análise aos discursos ou opiniões avulsas proferidas nos EUA por membros da administração norte-americana que evocassem "*a necessidade do fim do imperialismo e a emancipação dos povos.*" Segundo Bianchi, autor do documento enviado, estas opiniões deveriam ser entendidas, não como uma referência aos povos "*atrasados*" de África e da Ásia, mas apenas em relação à "*Índia e a outros estados asiáticos semi-independentes de civilização já adiantada.*"

A "*tendência*" no momento ia no sentido de restringir as teses emancipadoras, afirmando-se que tais "*povos atrasados*" não seriam ainda capazes de retirar os devidos "*benefícios da liberdade.*"

Já bem mais melindrosas eram as "*ideias*" correntes em torno da "*expansão do sistema de mandatos e porta aberta*", muito embora os "*governantes*" se abstivessem sistematicamente de emitir opiniões conclusivas sobre o assunto. Encontravam-se, pelo menos até à altura, "*muito silenciosos sobre a matéria.*" Aquelas "*ideias*" eram, de qual-

96 Cf. nota 115 neste capítulo.

quer forma, mais recorrentes quando se falava do possível destino das *"colónias japonesas, italianas e territórios da Austrália."*

E como seria afirmado noutras ocasiões, não parecia consistente a ideia de que os EUA pretendessem qualquer engrandecimento territorial durante a guerra e, muito menos, à custa de antigos territórios coloniais. Não estava *"nas suas tradições nem nas suas necessidades visto não terem problemas de colocação de excessos populacionais nem de matérias-primas"*, para além da existência de uma *"razão psicológica fundamental"*: a de sempre se terem afirmado *"preocupados com a liberdade dos povos."* Os problemas no futuro em relação a uma possível interferência dos EUA nas questões coloniais, não estavam por isso nas ambições territoriais que não possuía, mas sim na *"contribuição que o seu idealismo"* poderia dar para o desenvolvimento de *"políticas de cooperação internacional"* e de expansão do comércio, tudo inspirado em *"ideias de mandatos, portas-abertas e liberdades comerciais"*, nas quais acreditavam *"com bastante ingenuidade"* e em parte por *"falta de contacto efectivo com problemas coloniais."* Finalmente, havia ainda que considerar a possibilidade de os governos norte-americanos, por pressões internas várias, virem a intervir nas *"questões coloniais"* através de acções ditas *"filantrópicas"*. Ou seja, pretenderem canalizar para aquelas áreas parte do capital excedentário disponível, e como consequência virem a exigir um papel de maior intervenção política. Havia pois que continuar a seguir estes problemas com *"cuidado e atenção."*⁹⁷

Assim, a 1 de Setembro de 1943, o mesmo João de Bianchi envia informação algo detalhada sobre o possível relacionamento dos EUA com África, a propósito de uma conferência realizada em Nova Iorque por Henry S. Villard, *"Chefe-Assistente da Divisão do Próximo Oriente do State Department."* Esta *"palestra"* era importante não só pelo facto de ser pronunciada por um funcionário superior do Departamento de Estado pertencente a uma *"repartição"* por onde corriam as *"questões africanas"*, mas por traduzir também *"as primeiras declarações de inspiração oficial [...] pronunciadas"* nos

97 Cf. Telegrama nº 480 da Embaixada de Portugal em Washington para o MNE. 8 de Junho de 1943.

EUA a propósito "*dos problemas da África no período do post-guerra.*" Pronunciando-se em "*tom moderado*", o que não podia "*deixar*" de "*tranquilizar*" Lisboa, deixava no ar a importância de ideias como "*da 'porta-aberta', de uma 'filantropia internacional'*" e da "*necessidade de serem estudados no futuro alguns problemas económicos e estratégicos*", que faziam pensar que "*nem tudo*" o que se pensava no Departamento de Estado "*sobre a questão colonial*" seria "*inteiramente*" do "*agrado*" ou estivesse em "*conformidade com os interesses tradicionais*" de Portugal. Mais especificamente, isto queria dizer que os "*antigos territórios inimigos em África*" não passariam "*à posse directa de qualquer potência*", sendo também "*improvável*" que os EUA aceitassem "*sozinhos a jurisdição ou o controle de qualquer parte de tais territórios.*" Por isso, careciam de fundamento aqueles rumores, naturalmente postos a correr pelo Eixo, segundo os quais o Governo norte-americano pensava apropriar-se de quaisquer territórios em África no decorrer da guerra ou após o seu fim. Quanto ao permanente objectivo anglo-saxónico de concessão de autodeterminação política aos territórios (africanos) dependentes, e embora ele de facto existisse no domínio dos princípios, isso não significava que Washington ouvisse com seriedade "*as ideias que os extremistas*" advogavam no sentido de uma "*imediata libertação de todas as dependências do controle externo*". Isto porque essa opção não só conduziria ao "*caos e confusão*", mas também porque apenas "*uma pequena minoria de povos coloniais*" haviam "*expressado um desejo para governo próprio.*"⁹⁸

Quanto à constituição e ao papel da organização mundial para a paz e segurança do pós-guerra, eram seguidas em Washington pela diplomacia portuguesa todas as mais importantes iniciativas nesse sentido e, em especial, a acção de Cordell Hull. O Secretário de Estado foi aliás "*desviado*" por Roosevelt do tratamento dos assuntos directamente relacionados com a condução da guerra e transferido, desde pelo menos o início de 1942, para tarefas de preparação da ordem política que deveria emergir com a paz. O discurso do Secretário de Estado, datado de 12 de Setembro de 1943, foi por isso ou-

98 Cf. Carta nº 185 da Legação de Portugal em Washington para o MNE. 1 de Setembro de 1943. AHDMNE, M 116.

vido com atenção e transmitido e comentado para Lisboa por João de Bianchi. Recorde-se que se estava numa fase de consolidação das propostas para a paz discutidas por britânicos e norte-americanos desde 1941, e que naquele momento da guerra deveriam, pelo menos, ser estendidas a Moscovo.

O discurso, classificado à partida como sendo apenas "*pouco mais [...] do que uma nova mas fiel reprodução do conjunto de princípios e objectivos gerais*" típicos da política externa norte-americana desde a Grande Guerra, era, também, o enunciar de "*uma espécie de carta moral em que as várias nações do mundo deveriam fundamentar a sua política externa.*" Isto é, o enunciar da antecâmara político-jurídica da ONU. De qualquer modo, a "*exposição*" tinha sido "*feita*" pela apresentação de "*uma lista de seis princípios gerais, completada por outros três*", tendendo a "*englobar os vários aspectos de uma cooperação internacional, pacífica e ideal, no campo político e económico.*" Mas um dos pontos do discurso que mais entusiasmo provocou junto de João de Bianchi, relacionava-se com a vontade manifestada para que durante, como depois do fim da guerra, se procurasse que cada "*nação*" viesse a "*manter um governo estável*", devendo por isso encontrar-se "*livre para decidir por si própria as formas e detalhes da sua organização governamental*", desde, naturalmente, que tal fosse feito de forma a "*não ameaçar a paz e segurança das outras nações.*" Naturalmente, afirmações como esta, eram mais um certificado de segurança para o Estado Novo, passado publicamente, e "*um balde água fria para aqueles*" que pareciam acreditar que logo após o fim da guerra seriam implantados "*regimens de democracia pura em todos os países do mundo.*"⁹⁹

Quando mais tarde as atenções se viravam para a realização da Conferência de S. Francisco, e onde a qualidade de país participante equivalia à obtenção de uma espécie de estatuto favorecido na nova organização da política internacional, o Governo português teve alguma dificuldade em lidar, sobretudo perante a opinião pública, com o facto de não ser convidado a nela participar. Perante os diplomatas britânicos que o visitavam,

⁹⁹ Cf. Carta nº 202 da Legação de Portugal em Washington para o MNE. 16 de Setembro de 1943. AHDMNE, M 124.

Salazar não demonstrava qualquer desapontamento pela não participação portuguesa, como se a ausência de um convite lhe parecesse indiferente ou, sobretudo, inconsequente. E uma observação mais atenta da forma como a primeira figura do regime analisava os últimos desenvolvimentos da vida política internacional, fazia mesmo pensar que caso Portugal viesse a ser convidado a estar presente em S. Francisco, a resposta seria uma recusa. Sobretudo, porque a sua participação, tal como se decidira em Ialta, implicaria uma declaração de guerra à Alemanha em circunstâncias que Salazar considerava indignas, isto é, num momento em que a sorte das armas estava traçada. Seria esta, aliás, a argumentação que, por exemplo, o *Diário da Manhã*, órgão oficioso do regime, passaria para o público.¹⁰⁰

Mas a realização da Conferência de S. Francisco suscitou também uma atenção muito especial no Palácio das Necessidades. A procura inicial de informações viu-se limitada, uma vez que apenas um reduzido número de funcionários norte-americanos participava nas reuniões preparatórias. Em relação ao rumo possível das discussões sobre "*territórios coloniais*", as que mais poderiam interessar, parecia não haver qualquer

*discussão sobre territórios 'especificados' e apenas o estudo duma maneira geral sobre a organização e estrutura de 'trusteeships' para as áreas japonesas e antigos territórios sob mandatos, falando-se também na possibilidade de áreas que voluntariamente os desejem aceitar.*¹⁰¹

Semanas mais tarde, era então comunicado para Lisboa o "*texto da carta*" relativo aos "*povos coloniais e áreas estratégicas*" entretanto tornado público e "*aprovado pelas 5 Grandes Potências e pela Comissão respectiva da Conferência de S. Francisco.*" A "*primeira parte*" do texto (equivalendo aos artigos 73º e 74º da *Carta das NU*), continha as disposições conhecidas sobre as "*responsabilidades*" inerentes à "*administração de territórios cujos povos ainda não*" houvessem atingido a "*completa governação própria*", ou seja "*para se aplicar também às colónias.*" Nesta "*primeira parte*", as disposições "*menos anódinas*" seriam as referentes "*ao desenvolvimento da governação pró-*

¹⁰⁰Cf. FO371-49474. File2905. Despacho da Embaixada do RU em Lisboa para Londres (FO). 28 de Fevereiro de 1945.

¹⁰¹ Cf. Telegrama nº 399 da Embaixada de Portugal em Washington para o MNE. 6 de Abril de 1945.

pria", nelas se prevendo dever ter-se em "*conta as aspirações políticas*" e o "*auxílio*" do "*progressivo desenvolvimento*" das respectivas "*instituições políticas livres*", tendo naturalmente em "*atenção as condições especiais de cada território*", dos seus povos e os "*vários estados de adiantamento*" em que se encontravam. Discriminava-se ainda o "*compromisso*" por parte das potências administrantes de "*transmitir regularmente ao Secretário Geral*" informações acerca das "*condições sociais, económicas e educativas dos territórios*" pelos quais se consideravam "*responsáveis*" e que não se encontrassem em regime de *trusteeship*. A segunda parte, equivalendo aos artigos 75º a 91º da *Carta*, ocupava-se do "*sistema internacional*" de tutela e do respectivo "*conselho*", tratando por isso de uma realidade que não respeitava directamente ao caso português. Informava-se ainda que nos casos de existirem áreas estratégicas nos territórios submetidos ao regime de tutela, elas estariam sob o controlo do CS.¹⁰²

Tendo embora presente este quadro, sublinhe-se que desde muito cedo vinha Oliveira Salazar trabalhando politicamente num cenário idêntico aquele que a *Carta do Atlântico* e a preparação da ONU, nas suas linhas gerais, viriam a produzir de 1945 em diante. Num discurso de 28 de Abril de 1938,¹⁰³ classificava como "*política idealista*" aqueles princípios que haviam norteado a construção da ordem internacional após a Grande Guerra. Adiantava então, tanto algumas das características que viria a julgar essenciais para definir a reconstrução política para depois da Segunda Guerra Mundial, como ainda as principais críticas que esse mesmo facto lhe viria a merecer.

Salazar referia-se assim à "*política idealista*" como aquela que havia colocado a Europa nos "*últimos tempos [...] à beira da catástrofe*" e, pior, provocara como reacção a prática de uma "*política realista*" por parte de alguns estadistas europeus como Hitler, Mussolini, Chamberlain ou Estaline. "*Política realista*" esta que o Presidente do Conselho obviamente também criticava, mais que não fosse por ter ela ameaçado directamente

102 Cf. Telegrama nº 662 da Embaixada de Portugal em Washington para o MNE. 22 de Junho de 1945.

103 Oliveira Salazar, "Realizações de política interna — problemas de política externa" in *Discursos e Notas Políticas*, 3º vol., 1938-1943, s.d., pp. 61-85. Discurso pronunciado na sessão de encerramento da I Legislatura na AN.

a integridade do Império português em África¹⁰⁴ e, portanto, tender a tornar-se uma "política de força" que acabaria por penalizar pequenos e fracos países como Portugal.

Mas considerava Salazar que a "política idealista" não passava "de algumas frases feitas" sempre "presa de certos grandes tropos conhecidos". Assim, se nas suas origens e na sua aplicação à realidade ela "admitia a miragem da 'paz universal e indivisível' e da 'segurança colectiva', dos acordos e dos pactos no 'quadro da Sociedade das Nações'",¹⁰⁵ isso não fazia com que não passasse de uma "política de ideal", podendo "tê-lo" ou "não", mas "geralmente" não o tendo. E continuava:

O que [a] caracteriza é a ausência do real, é a abstracção dos factos, é estar vinculada a sistemas teóricos sem ligação com as realidades da vida e as mutações produzidas pelo domínio de outras correntes doutrinárias e pelos acontecimentos históricos.

Era uma política que pretendia:

dobrar o mundo às suas concepções, sem medir as possibilidades, nem as contingências, nem as forças opostas, e por esta forma acumula[va] fracassos sobre fracassos.

Para depois afirmar que ela se havia entrincheirado:

*no dogma da bondade dos homens e da inocência das nações, no sonho da paz perpétua entre os povos, como se todos fossem pacíficos e estivessem contentes, na abolição das guerras, na possibilidade do desarmamento integral, na virtude imanente do direito e da justiça.*¹⁰⁶

Sabe-se que boa parte do espírito e das intenções destas críticas não eram exclusivas de Salazar. Com o seu conhecimento, ou não, e apenas a título de exemplo, já Clemenceau e Lloyd George na Conferência de Paris, no ano de 1919, e mesmo antes, haviam classificado as ideias para a paz defendidas por Woodrow Wilson, e que em

¹⁰⁴ Cf., por exemplo, a longa nota oficiosa publicada nos jornais de 29 de Janeiro de 1937 e reproduzida em Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, 2º vol., 1935-1937, 2ª ed., 1945, pp. 257-264, sob o título "O suposto arrendamento de Angola à Alemanha". Cf. ainda Marcello Caetano, *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos...*, 1971, pp. 219-242; Alexandre, 1993, p. 62; e Rosas, 1991, pp. 119-120.

¹⁰⁵ Cf. Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, 3º vol., 1938-1943, s.d., p. 75.

¹⁰⁶ Cf. Salazar, *idem*, p. 76.

parte vingaram naquela cimeira, como pouco mais do que um conjunto de excentricidades idealistas.¹⁰⁷ De facto, com a chegada das tropas americanas à Europa no fim da Primavera e no Verão de 1918, chegara também o "*programa americano para a reconstrução do mundo*." Ele permitira que se afirmasse ser "*Wilson [...] tão utópico como Lé-nine*". Tal e qual o líder bolchevique, também Wilson "*planeara acabar com o equilíbrio de poderes na Europa e não "contribuir para" a sua reposição*."¹⁰⁸ O Presidente norte-americano era o arquitecto e o visionário de uma organização mundial ou universal, a Liga ou Sociedade das Nações, "*que manteria a paz através da segurança colectiva*"¹⁰⁹ e não de alianças.

Desconfiado como era Salazar em relação, quer às ambições quer aos ideais que considerava pautarem a acção norte-americana e expressos, aliás, na organização da sociedade europeia e internacional depois da guerra de 1914-18, lá tratava — como forma a precaver o futuro — de ir avançando as poucas e fracas peças de que a diplomacia portuguesa podia dispor no tabuleiro onde se jogava a política internacional. Essa desconfiança que não era ocultada, transmitia-a, pontualmente, aos seus interlocutores britânicos. Em Junho de 1941, por exemplo, Salazar fora encontrado "*deprimido*" por um diplomata britânico que fôra ao seu encontro. Imediatamente, o Chefe do Governo iniciara a conversa afirmando-lhe que se o RU insistisse em derrotar a Alemanha de forma "*decisiva*", acabaria por ficar tão exausto que lhe seria impossível pôr a Europa outra vez de pé. Este facto traria aos EU uma liberdade de acção na Europa com resultados necessariamente desastrosos para o velho continente. E o diplomata britânico acrescentava na sua comunicação para o FO: "*As I have previously reported his fear of United States interference in Europe after the war amounts to an obsession*."¹¹⁰ Procurando em seguida tranquilizar Salazar informou-o de que o governo britânico tinha as suas propostas para a reconstrução do pós-guerra, e que por isso o RU não abdicaria da sua posição na Europa em favor dos EUA. E apesar destas palavras terem parecido

107 Cf., por exemplo, Thomson, s.d., pp. 613-626 e Joll, s.d., pp. 274-279.

108 Cf. Taylor, s.d.a, p. 567.

109 Cf. Kissinger, *op. cit.*, p. 30.

110 "Conforme comuniquei anteriormente o seu medo de uma interferência dos EUA na Europa depois da guerra atinge a obsessão."

confortar um pouco o Presidente do Conselho, isso não queria dizer que ele tivesse de facto mudado a sua opinião, o que, aliás, o seu interlocutor considerava ser muito difícil conseguir.¹¹¹ Toda aquela insistência depreciativa em relação aos norte-americanos confirmava-se em Julho:

*Opening conversation yesterday evening Dr. Salazar welcomed Eccles back to civilisation. He looked on the Americans as a barbaric people illuminated not by God but by electric light. Were we not afraid that the world after the war would be run by United States of America with a strong dash of Communism? This was a horrible prospect for Europe.*¹¹²

A isto respondeu Eccles¹¹³ que seria preferível à Europa viver sob a tutela de um povo e de um governo como o americano, do que sob o equivalente germânico. E para que Salazar compreendesse a diferença e a vantagem dos EUA, bastava que através da leitura comparasse a Constituição americana ao *Mein Kampf*.

Durante a Segunda Guerra Mundial, era um dos objectivos portugueses manter uma integridade territorial e política absoluta, não só em relação ao seu território europeu e insular, como ainda a todo o império ultramarino, isto para além da própria sobrevivência do regime de "*ordem e autoridade*".¹¹⁴ Tendo Salazar começado a preparar o embate do pós-guerra a partir do ano de 1943 ou mesmo de 1942,¹¹⁵ altura em que lhe pareceu inevitável uma vitória das NU e uma derrota do Eixo, com as consequências que

111 Cf. PRO-FO371-26794. File:417439. Despacho da Embaixada do RU em Lisboa para Londres (FO). 28 de Junho de 1941.

112 "Conversa de abertura ontem à noite, Dr. Salazar deu a Eccles as boas-vindas de regresso à civilização. Olha para os Americanos como um povo bárbaro iluminado não por Deus mas pela luz eléctrica. Não estaríamos nós receosos que o mundo depois da guerra fosse governado pelos EUA com uma enorme impetuosidade do Comunismo? Esta era uma perspectiva horrível para a Europa." Cf. PRO-FO371-26795. File:417570. Despacho da Embaixada do RU em Lisboa para Londres (FO). 2 de Julho de 1941.

113 Sir David Eccles. Funcionário do *Ministry of Economic Warfare*. Em finais de Abril de 1961, quando visitou novamente Portugal a título particular, era Ministro da Educação do Gabinete britânico de então, chefiado pelo conservador Harold Macmillan. Naquela data, "título oficioso e particular" terá declarado a Salazar que a "política portuguesa em África" tinha a "simpatia e o aplauso de largos círculos do Partido Conservador britânico." Cf. Franco Nogueira, *Salazar. V. Resistência (1958-1964)*, s.d.d, p. 232.

114 Cf. Rosas, 1991, pp. 118 a 120. O autor considera, para o período de 1935 a 1945, a existência de três "objectivos e pressupostos da política externa do Estado Novo". Sendo eles: "A defesa da independência nacional face ao 'perigo espanhol'"; "A defesa do património colonial [...]" e "A defesa da sobrevivência do regime". Neste trabalho decidiu-se diluir o primeiro objectivo no segundo, uma vez que o "perigo espanhol" praticamente desapareceu desde 1944 até 1968.

115 "Salazar sabe de onde vão soprar os ventos da vitória; deixa de ter dúvidas, ainda em 1942, de que a Alemanha possa resistir [...]." Cf. Rosas, 1994, p. 316.

tal facto deveria ter na política internacional. Por exemplo, no Verão de 1944, a propósito do rumo a dar à política colonial, terá tido para com Marcello Caetano, no momento em que lhe dirigiu o convite para Ministro das Colónias, o seguinte desabafo sobre o rumo das políticas ultramarina e externa, bem como sobre a futura organização política do mundo:

*Penso mesmo ter chegado a altura de mudar de rumo. A centralização foi indispensável quando era preciso impor reformas [...] e a administração das colónias estava num caos. Agora que as coisas estão em ordem, é preciso dar-lhes maior liberdade de resolver localmente os seus problemas [...]. É tempo de descentralizar [...]. Demais a mais temos de contar com as ideias que depois da guerra hão de vir da América do Norte.*¹¹⁶

Não falando agora do significado do convite a Marcello Caetano e do alcance desta confiança acerca da "descentralização", certo é que o Chefe do Governo se preparava, no domínio da política externa, mas também ultramarina, para enfrentar os princípios democráticos permanentemente lembrados pelos americanos. Ou seja, a "política idealista" tal como fora definida em 1938 estava de volta. O que também significa que Oliveira Salazar não se dava por satisfeito, nem tão pouco se acomodara às garantias dadas por britânicos e norte-americanos, quer quanto à sobrevivência do autoritarismo português à guerra¹¹⁷ quer quanto à manutenção da integridade do império lusitano. Não se afastava, aliás, destes objectivos, a síntese de informação enviada por Bert Fish, diplomata norte-americano em Lisboa, ao Departamento de Estado: assim, caso os britânicos, e portanto as NU, pretendessem atrair Portugal para uma neutralidade colaborante e com os mais baixos custos no momento, deveriam assegurar que: 1º. Aos amigos da Rússia em Portugal não seriam dadas quaisquer garantias de apoio numa eventual tentativa de derrube do Estado Novo; 2º. Deveria ser assegurada "a soberania nacional portuguesa"; 3º. Seria permitido a Portugal manter o seu Império colonial e administrá-lo

¹¹⁶ Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 1977, p. 182 (itálico nosso). Encontro num Domingo, 2 de Setembro, em S. Bento ao fim da tarde.

¹¹⁷ "[...] Salazar logrou obter como contrapartida da neutralidade portuguesa a salvaguarda do seu regime durante e após a guerra, apoiado nos aliados anglo-americanos. [...] os aliados [...] sempre desmentiram e recusaram expressamente qualquer hipótese de fazer perigar o regime salazarista." Cf. Rosas, 1991, p. 126.

tal como o havia feito no passado.¹¹⁸ Enfim, as condições impostas por Salazar no seu discurso de 27 de Abril de 1943.

Precisamente nesse discurso de Abril,¹¹⁹ Salazar projectava "*Portugal no mundo de amanhã*", alertando para a vontade dos vencedores da guerra em "*reformatar o mundo*", sendo que essa "*reforma*" podia tornar-se, em termos genéricos, numa realidade do agrado de quase todos, caso pretendesse

[...] apenas [...] estabelecer algumas regras de vida para a comunidade internacional e fomentar o domínio de ideias político-sociais aptas a melhorar a vida dos homens e a activar o progresso e bem-estar dos povos.

Mas preocupante era o facto de haverem sido feitas "*declarações autorizadas*" segundo as quais essa "*reforma*" poder vir a ser "*aceite de boa-vontade ou por meio de coacção*." Era por isso que ela "*respeita[va] e importa[va]*" a Portugal e à "*Revolução*." Ou seja, ainda que a "*nova ordem*" a ser criada dependesse do "*desfecho da guerra*", mas uma vez que ela seria ganha pelos aliados, como Salazar deduzia da evolução dos acontecimentos, tratava-se então de preparar o país para uma paz a ser *imposta*. Porque apesar "*de não lutar*" Portugal estava, em função da paz que se avizinhava, "*como os outros na guerra*" e portanto necessariamente concentrado na preparação do futuro.¹²⁰

Que análise de conjuntura produzia Oliveira Salazar em 1943? Em que medida podia a sociedade internacional no pós-guerra influenciar os interesses de Portugal e os objectivos da sua política externa, sobretudo se essa "*política idealista*" viesse a ser aplicada ou a funcionar como a mais importante das referências?

O Presidente do Conselho e Ministro interino dos Negócios Estrangeiros refere-se então, pedagogicamente, ao facto de "*os processos*" e "*algumas soluções*" futuras dependerem "*dos vencedores e da posição relativa das suas forças no momento em que*

118 Cf. NA-DS. GENERAL RECORDS OF THE DEPARTMENT OF STATE. DECIMAL FILE: 1940-1944. Box nº 5129. Doc. 853.00/1074. Legação dos EUA em Lisboa, 28 de Abril 1943.

119 Cf. Oliveira Salazar, "Os princípios e a obra da Revolução no momento interno e no momento internacional" in *op. cit.*, pp. 383-415. Discurso pronunciado a 27 de Abril aos microfones da Emissora Nacional.

120 Idem, *ibidem*, p. 407.

o conflito termine".¹²¹ Assim, nunca falando de forma explícita da vitória aliada, não fosse isso ainda ferir algumas susceptibilidades, quer junto do Eixo quer de Franco, ou conceder trunfos excessivos aos aliados num momento de negociações finais sobre a cedência de "*facilidades*" nos Açores aos britânicos,¹²² Salazar manifestava o "*receio, porventura injustificado, de três tendências*" se afirmarem "*na arrumação do mundo*." Eram elas "*a ambição do óptimo, ou seja o domínio do irreal nas aspirações*", depois o perigo do "*vinco da guerra nos hábitos da colectivização da vida*" e, finalmente, "*o primado do económico, isto é, a inteira subordinação das soluções às exigências da economia*", facto que poderia "*revolucionar o mundo sem encontrar o caminho da paz*." E ainda que tudo isto partisse de "*duas bases elementares*" e desejáveis como "*a ordem e a colaboração internacional*", que apenas o "*comunismo*" procuraria contrariar por ser "*elemento de desordem*", Portugal deveria procurar manter-se firme no caminho iniciado com a Revolução de 1926, pelo que fazia um voto: "*que a ordem se não altere onde existe*."¹²³

Assim, os objectivos da política externa do Estado Novo para o pós-guerra na Primavera de 1943 iam, primeiro, no sentido de garantir a sua sobrevivência a uma nova realidade que se avizinhava hostil. Ou seja, aguentar o regime sustendo o impacto interno que a vitória aliada e a derrota do Eixo implicavam, através de "*algumas concessões*" a fazer "*ao ambiente democrático do fim da guerra*", mas não mudando "*nada de*

121 *Ibidem*, p. 408. Salazar ainda considerava, senão possível, pelo menos desejável o não aniquilamento total da Alemanha e, portanto, a utilização por parte de britânicos e norte-americanos das forças alemãs para travar o avanço do Exército Vermelho pela Europa Central. Desta forma pretendia que se protegesse não só aquela vasta área do continente como, indirectamente, a sua parte mais ocidental, tanto de uma ameaça comunista como da emergência de uma potência hegemónica na Europa. Cf., Rosas, 1991, p. 125. Por exemplo, em relatório de 5 de Outubro de 1944, proveniente da Embaixada dos EUA em Lisboa, era comunicado que Salazar não desejava uma vitória das NU sobre a Alemanha, facto apenas explicável pela sua "Russofobia". O chefe do Governo português tinha esperança que se chegasse a uma "paz negociada" sem "uma derrota completa da Alemanha", considerando que uma vitória aliada levaria à "bolchevização da Europa." Cf. NA-DS. GENERAL RECORDS OF THE DEPARTMENT OF STATE. DECIMAL FILE: 1940-1944. Box nº C-212. Doc. 853.00/10-544.

122 A 18 de Agosto de 1943 é assinado o acordo luso-britânico de concessão de facilidades nos Açores. "Assenta-se em 8 de Outubro para a chegada dos efectivos britânicos" ao arquipélago. O Governo soviético é informado por Roosevelt e Churchill que se encontravam reunidos no Quebec. "Em suspenso estão duas interrogações: qual reacção alemã? Qual a reacção dos espanhóis?". Cf. Franco Nogueira, *História de Portugal. 1933-1974, II Suplemento*, 1981, p. 212. Detalhes acerca das reacções espanhola, alemã e japonesa no mês de Outubro. Podem se lidos nas pp. 212 a 214.

123 Salazar, *op. cit.*, pp. 408-409 (*italico* nosso).

essencial na [sua] natureza política [...] salvo uma mais adequada concretização e desenvolvimento dos seus princípios fundadores."¹²⁴ Em segundo lugar, buscava a preservação do Império, ou seja, garantir que a dimensão ultramarina de Portugal sobreviveria. Resumindo, ordem interna e manutenção do Império eram condições indispensáveis para a existência de Portugal com o seu estatuto de nação soberana e independente.

Mas, e o Estado Novo de que ambiente necessitava, e o que é que liminarmente rejeitava na ordem internacional do pós-guerra, de forma a conseguir atingir, com os menores custos possíveis, aquele duplo objectivo? Isto recordando que os tais princípios de *"política idealista"* ameaçavam perturbar tanto a manutenção da *"ordem"* interna, como aquele equilíbrio nas relações internacionais que haviam assegurado a sobrevivência de Portugal como nação independente. É certo que, nas palavras de Salazar, a *"estreita colaboração entre os povos"* se afigurava como *"condição necessária da paz e do bem-estar futuro."* Mas *"em que bases"* viria a assentar essa *"estreita colaboração"*? O sentido da resposta a esta questão tinha *"grande valor"* para a *"Revolução"* na qual o *"nacionalismo"* era um princípio fundamental. O Estado português corria o risco de poder vir a *"encontrar-se"*, em virtude deste seu nacionalismo, *"fora da linha geral da reorganização do mundo"*? Era lógico chegar a uma conclusão como esta? Afinal os arquitectos da nova ordem não podiam deduzir que, nascendo *"as guerras de conflitos entre nações"*, esse velho princípio de organização política podia vir a perder a sua legitimidade, a sua razão de existir? Se assim fosse, então as linhas políticas e ideológicas que enquadravam a vida portuguesa, e as únicas que, segundo Salazar, serviam os interesses do país, estavam ameaçadas e podiam ver-se condenadas, empurrando Portugal e o regime para o isolamento. Ou, pior, podiam vir a destruir a própria nação. Quer porque aquela se diluiria na sociedade internacional se abandonasse os princípios nacionalistas quer porque a *"autoridade"*, importante característica do Estado Novo, era condição da governabilidade e existência de Portugal, portanto, da sua viabilidade enquanto nação independente, fiel a um legado histórico de oito séculos.

124 Cf. Rosas, 1994, p. 374.

Esta preocupação nascia do facto de Salazar considerar existir nessa nova arquitectura uma aversão aos conceitos de nação e nacionalismo. Eram conceitos e princípios que repugnavam "*muitos espíritos*" que buscavam "*remédio para tão grandes catástrofes em formas de organização super-nacional, continental ou mundial.*" Ora, ainda que não estivesse no "*espírito*" do Chefe de Governo "*negar a interdependência e solidariedade dos Estados nem a necessidade de uma fórmula de organização ou trabalho internacional*" que resolvesse "*os problemas*", pretendia apenas deixar bem claro que para ele "*o homem do século XX*" não estava ainda "*habilitado [...] a resolver*" as complicações "*do mundo senão através das existências nacionais, livres e independentes*".¹²⁵ Aquelas ideias eram aliás produto de "*imaginações exaltadas*", produzidas por "*políticos de gabinete apaixonados das fórmulas abstractas e despreocupados das muitas realidades que entretecem a vida das nações*". Esperava, porém, que os homens "*prudentes*" e realistas, porque ainda os havia, continuassem a confiar na "*base nacional*" como a "*mais sólida, fácil e isenta de perigos*". Aquela onde verdadeiramente podia "*assentar a colaboração dos povos conducente ao bem-estar comum.*" Seria então bem melhor que não se pensasse em soluções que passassem, por exemplo, pela existência de "*duas soberanias num território.*"

Entrando depois, directamente, nas questões levantadas pela *Carta do Atlântico*, ou seja no problema do "*direito de acesso às matérias-primas*" de "*origem colonial*", Salazar mostrava-se disposto a sublinhar que os portugueses, por motivo algum, estavam dispostos a abdicar dos territórios que "*descobriram, conquistaram, administram e civilizam*". A "*regra*" das "*duas soberanias num território*" também não se aplicava "*aos territórios coloniais*", "*acerca dos quais*", aliás, também "*algumas ideias correntes*" estavam "*longe de ser claras e inofensivas*".¹²⁶ Na sua opinião, havia "*grandes ilusões em se crer que regimes de condomínio, mandato, porta-aberta e semelhantes*" viessem a resolver "*qualquer questão, a não ser que o fim a atingir*" fosse "*apenas complicar os problemas, tirando a uns*" e dando a outros, subtraindo a soberania desses territórios

¹²⁵ Salazar, *op. cit.*, pp. 410-411.

¹²⁶ Idem, *ibidem*, p. 411.

aos seus tradicionais administradores em virtude da sua debilidade financeira, económica e política no concerto das nações. "*E mais nada.*"¹²⁷

Ou seja, o Estado Novo deveria ser capaz de encontrar uma fórmula capaz de enfrentar uma provável afirmação e hegemonia destes princípios considerados contrários aos interesses portugueses. A sua história política nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, como depois dela, e tanto no plano interno, como externo, é, precisamente, a de procurar conciliar nacionalismo e autoritarismo num cenário de diluição do primeiro conceito e a substituição do segundo (por democracia).

Certo porém, é que foi penosa e demorada para o salazarismo a preparação para o pós-guerra e para a convivência futura com as NU, que saíam vencedoras do conflito. Em Junho de 1943, portanto já depois de Salazar haver proferido o discurso que atrás seguimos, Marcello Caetano¹²⁸ ainda se queixava, em carta ao Presidente do Conselho, da "*falta de orientação*" existente, nomeadamente para "*conversar*" com interlocutores estrangeiros acerca das expectativas e dos desejos de Portugal nesse mundo que caminhava para a paz.¹²⁹ Assim, em conversa, "*no Norte*" com "*quatro dirigentes*" do Sindicato Espanhol Universitário, Marcello Caetano limitara-se a ouvir quando da troca de impressões havida "*sobre a guerra e o após-guerra*", porque não sabia o que dizer a respeito "*da posição e intenção de Portugal.*" E continuava;

Não é das menores dificuldades do meu cargo esta de um contacto constante com estrangeiros que abordam problemas sobre os quais têm ideias definidas e requerem respostas — quando eu só sei que somos neutrais.

Situação idêntica enfrentara semanas antes. Tendo pela frente dois representantes do *British Council* que o "*apertaram (é o termo) com questões nas quais [...] não*

¹²⁷ *Ibidem*, p. 412.

¹²⁸ Então Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa.

¹²⁹ Note-se que este desabafo de Marcello Caetano pode ser entendido como possuindo elementos para além daqueles que aqui analisamos. Ou seja como uma forma de pressão política sobre Salazar acerca de matérias do foro estrito da política interna. Cf. J. F. Antunes (ed.), *Salazar e Caetano. Cartas Secretas. 1932-1968*, 1993, pp. 35-41.

podia dizer-lhes nada — e era pena." E concluía a missiva afirmando: *"preciso absolutamente de ser orientado por V. Ex.^a."*¹³⁰

Esta atitude de Marcello Caetano, que simbolizava a emergência e a força de uma corrente liberalizadora no seio do regime, e que aquele professor de Direito de alguma forma liderava, juntamente com a mudança no enquadramento externo do autoritarismo português e um certo reforço da legitimidade da oposição ao regime, tudo junto acabaria por provocar uma reacção à *"direita"* de Salazar. Atitude de que a remodelação governamental de Setembro de 1944 é o principal sintoma. Aliás uma reacção política típica do Presidente do Conselho.

Neste sentido, o seu discurso de 18 de Maio de 1945 na AN¹³¹ traça definitivamente o rumo escolhido por Salazar para conduzir a vida política depois da guerra ao falar da guerra e da *"neutralidade portuguesa"*; da *"organização da paz"* e das suas *"repercussões"* na *"política externa"* do Governo de Lisboa e, finalmente, nos *"problemas da política interna portuguesa relacionados com o sentido da vitória."*

Naquilo que respeitava ao problema da *"organização da paz"* e não estando Portugal a participar *"na delicada tarefa de definir o estatuto regulador da comunidade das nações"*, reserva-se-lhe simplesmente o estatuto de *"homem da rua"*, sendo apenas sob este ponto de vista que Portugal podia tentar compreender os desenvolvimentos políticos que preparavam o pós-guerra. Partindo dos *"textos e declarações públicas"* deduzia-se como base da *"organização"* futura o *"princípio nacional, ou seja a existência de nações diferenciadas, independentes e livres, organizadas em Estados soberanos e iguais."* Mas, simultaneamente, sendo feita uma *"concessão à realidade da vida internacional"* ao ser admitida *"com base numa diferenciação de funções, um princípio aristocrático na direcção efectiva da sociedade"* internacional. Desta orientação não discordava naturalmente Salazar, aplaudindo o sacrifício da *"originalidade ao bom senso."*

130 Carta de Marcello Caetano a Salazar (1 de Junho de 1943) in J. F. Antunes (ed.), *idem*, p. 115 (C22).

131 Cf. Oliveira Salazar, "Portugal, a Guerra e a Paz", in *Discursos e Notas Políticas*, 4º vol., 1943-1950, 1951, pp. 101-122.

Em relação "*à entrada de algumas nações para o novo organismo internacional*", não era "*problema*" que devesse apoquentar as "*pessoas*". O "*problema*" estava "*no inverso*". Isto é, que algumas nações viessem a mostrar vontade de não pretender entrar ou, depois de a ela pertencerem, desejassem "*abandoná-la*." Isto porque a solidariedade entre as nações, base a partir da qual se teria pensado e executado a ONU, tendia a ser apenas um "*facto*" e não uma "*norma de conduta*" generalizada. E apenas a existência dessa "*norma de conduta*", que talvez chegasse um dia, poderia conduzir ao sucesso da organização e manter a permanência dos países a ela aderentes.

Quanto às "*repercussões*" futuras daquela organização na "*política externa*" portuguesa, afirmou Salazar que esta não reduziria ao esforço de conseguir uma adesão. Continuariam sim a afirmar-se as "*actividades*" decorrentes das "*boas relações de vizinhança, de alianças e de afinidades étnicas e culturais*", respectivamente as relações políticas preferenciais com Espanha, RU e Brasil.

Finalmente, os "*problemas da política interna portuguesa relacionados com o sentido da vitória*". Segundo Salazar, o Governo estava disposto a continuar a lutar pela manutenção do regime, uma vez que as suas instituições eram as que melhor se adaptavam ao "*modo de ser*" do país e por isso, inclusivamente, o tornavam prestável à comunidade internacional. Um regime que garantisse o "*grau de liberdade consentâneo com a eficiência das disciplinas interiores do homem e exteriores do meio social*", e que paralelamente assegurasse o "*progresso interno*" e a sua colaboração com outras nações, não podia desaparecer apenas porque a guerra havia sido ganha por "*potências aliadas*" que lutavam "*sob a bandeira da democracia*". Em resumo, nada daquilo que Salazar havia "*presenciado e vivido*" no decurso da guerra alterara a sua "*visão dos factos*" ou a sua "*convicção*". Mantinha-se, assim, fiel às suas directrizes, porque seriam as mais "*úteis à Nação Portuguesa, à sua paz e ao seu progresso*". E era isso que "*acima de tudo*" lhe importava, o conduzia e inspirava.

Portanto, nestas circunstâncias, Salazar não achava possível nem desejável retirar-se para Coimbra. Propunha-se enfrentar os graves problemas do futuro, tal como o fizera no passado. E como também disse ao Encarregado de Negócios interino do Governo

norte-americano em Lisboa, se os EUA e o RU desejavam a estabilidade em Portugal seria preferível a manutenção dos seus compromissos com o Governo e o regime que o antigo professor de Direito chefiava. Recordava depois ao seu interlocutor que fora com ele e não com outro, que os EUA haviam conseguido elevar as suas relações políticas com Portugal a um tão elevado nível, obtendo, nomeadamente, facilidades em Santa Maria e que, portanto, lhe parecia que tudo deveria "*continuar nesta direcção*." Porque se a oposição chegada ao poder, poderia vir também a ceder inicialmente facilidades aos EUA nos Açores, a verdade é que com a desordem e a "*descontinuidade*" próprias dos regimes democráticos poder-se-iam, mais cedo ou mais tarde, vir a deparar "*inúmeros obstáculos, desconhecidos e incertos*."¹³²

À beira do fim da Segunda Guerra Mundial, e tendo em conta aquela que viria a ser a principal luta a levar a cabo por Portugal no domínio da política externa, Salazar apresentava-se, para dentro e para fora do país, como o homem que havia mantido a integridade do Império numa conjuntura "*em que impérios mais poderosos se haviam desintegrado*." Nestas circunstâncias, Salazar não podia ser "*acidentalmente posto de parte*."¹³³

132 Cf. NA-DS. GENERAL RECORDS OF THE DEPARTMENT OF STATE. DECIMAL FILE: 1945-1949. Box nº 6365. Doc. 853.00/2-1745. Despacho nº 1478. Embaixada dos EUA em Lisboa. 17 de Fevereiro de 1945.

133 Cf. NA-DS. GENERAL RECORDS OF THE DEPARTMENT OF STATE. DECIMAL FILE: 1945-1949. Box nº 6365. Doc. 853.00/2-645. Despacho nº 1436. Embaixada dos EUA em Lisboa. 6 de Fevereiro de 1945.

CAPÍTULO II

PORTUGAL NO SEGUNDO PÓS-GUERRA (1945-1955).

A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A DESCOLONIZAÇÃO: 1943-1955.

Depois da cimeira que colocou frente-a-frente Churchill, Estaline e Roosevelt em Teerão, e que sucedeu a uma outra no Cairo reunindo Churchill, Roosevelt e Chiang Kay-shek, foi acordada a realização de um encontro entre representantes dos governos britânico, chinês, norte-americano e soviético com o objectivo de redigir, como já vimos, o projecto de uma *Carta* à luz da qual nasceria uma nova organização política mundial. Esta reunião teve lugar numa pequena localidade (Dumbarton Oaks) muito próxima da capital dos EUA. Inspirando-se no estatuto e nas normas jurídicas da SDN, foram edificados as estruturas da ONU (Secretariado, AG e CS) tal como sobreviveram por mais de meio século. Com excepção dos critérios a adoptar e relativos à admissão de novos Estados, ou ainda os procedimentos de voto nas diversas instâncias da organização, todo o trabalho ficou concluído em finais de Setembro de 1944, tendo o seu encerramento formal tido lugar no fim da primeira semana de Outubro.

Depois de vários dos pontos pendentes da Conferência de Dumbarton Oaks terem sido tratados em Ialta, as nações subscritoras da *Declaração das NU* de 1 de Janeiro de 1942 foram convidadas a participar numa conferência a realizar na cidade norte-americana de São Francisco, na qual seria adoptada o texto definitivo da *Carta* daquela nova organização. A 26 de Junho foi então aprovado aquele documento pelos representantes das delegações presentes.

Finalmente, a 24 de Outubro de 1945, depois da assinatura da *Carta* das NU por um número significativo de Estados, a ONU nasce oficialmente. A 10 de Janeiro de 1946

reúne-se em Londres a primeira AG das NU. Alguns dias mais tarde foi convocada a primeira reunião do CS para discutir os problemas em torno da retirada das tropas aliadas que ocupavam o Irão. O organismo criado para resolver o problema da segurança colectiva, num mundo que se queria em paz, estava em plena laboração. Mas sendo que o papel por ele desempenhado e que mais importa no relacionamento estabelecido com Portugal até meados da década de setenta, diz respeito ao problema dos territórios não-autónomos, interessa conhecer o como e o porquê do seu tratamento das chamadas questões coloniais.

Ainda que a ONU se tenha vindo a tornar no principal fórum da política internacional em que se confrontaram colonialistas e anticolonialistas, segundo os termos da *Carta*, tal como define o seu artº. 73º., não seria previsível, nem o desejavam as potências coloniais, que aquele organismo viesse a ter grande importância na resolução de tais questões. Mas com o passar do tempo os partidários da descolonização tiveram, na luta que defrontaram, dois factores a seu favor. Em primeiro lugar, a "*composição e o espírito*" de uma Assembleia na qual a Europa tinha uma posição crescentemente minoritária e, de certa forma, de segunda ordem. Depois, a atitude da URSS e, mais tarde, dos EUA, ambos apostados não só em não perder mas também em conquistar a simpatia e o apoio do chamado "*Terceiro Mundo*". A ONU tornou-se assim a "*tribuna do anticolonialismo militante, o júri de arbitragem*", na qual as potências coloniais tomaram muitas vezes o lugar de réus.¹³⁴

Em última análise, a divergência de pontos de vista entre Roosevelt e Churchill em relação ao futuro político dos territórios coloniais na nova ordem do pós-guerra, não permitira que os "*Três Grandes*" preparassem qualquer solução para aquilo que se considerava ser um problema político delicado. Na sequência da cimeira de Ialta apenas ficou definitivamente decidido que a questão colonial seria objecto de uma consulta entre as potências anfitriãs (China, EUA, França, RU, URSS) antes da abertura da Conferência de S. Francisco.

134 Grimal, s.d., p. 138.

Então, em S. Francisco, a partir de um plano preparado pelo Governo norte-americano, as delegações dos cinco países concordaram num "*esquema de trabalho em duas partes*" e que configurava aquilo que viriam a ser os capítulos XI, por um lado, e XII e XIII, por outro, da *Carta* das NU.¹³⁵ A primeira parte respeitante às regras "*gerais de administração aplicáveis a todas as colónias*"; a segunda, ensaiando um "*sistema internacional de tutela*" razoavelmente "*vago*" e "*destinado a uma categoria de territórios não definidos*."¹³⁶

A discussão durou 48 dias, colocando pela primeira vez frente-a-frente, num âmbito mais alargado, opiniões "*colonialistas*" e "*anticolonialistas*". Os "*anticolonialistas*" pretendiam ver inscritos na *Carta* e estendidos à generalidade dos territórios não-autónomos os mesmos princípios que iriam reger os territórios ao abrigo do sistema internacional de tutela e, portanto, de antemão, e se fosse esse o seu desejo, garantir para todos eles o direito de acederem à total independência política. Entre os "*anticolonialistas*" encontravam-se a China (que levantara a questão), a URSS, a Austrália, a Nova Zelândia, "*os antigos Mandatos do Levante*" e alguns países latino-americanos. Na sua declaração defendia-se que "*numerosos povos dependentes aspiravam não só ao self-government, mas à independência*." Dessa forma, caso a expressão independência ficasse de fora do texto da *Carta* muitas esperanças saíam defraudadas. Equivaleria a limitar, à partida, o avanço em direcção ao objectivo final de autodeterminação, que aliás se encontrava inscrito no §2º do art.º 1º da *Carta*.

Os chamados "*colonialistas*", no caso encabeçados pelo RU, França e EUA, argumentavam que "*medidas-tipo, de carácter geral, não podiam ser aplicadas sem distinção a todos os povos*". O facto de muitos territórios coloniais se encontrarem, na opinião dos representantes destes três governos, social, económica e politicamente atrasados, não permitia que pudessem pretender aspirar imediatamente à independência e, por via disso, ser colocados em pé de igualdade com outros que tivessem já atingido um nível

135 Naquilo que diz respeito ao futuro Conselho de Tutela, tratava-se do produto das discussões tidas em Ialta sobre assuntos coloniais. Cf. Louis, *op. cit.*, cap. 29. "Yalta: Agreement on the Trusteeship Formula."

136 Cf. Idem, *ibidem*, pp. 138-139.

mínimo de desenvolvimento. Sendo ainda que, por exemplo, territórios de reduzidas dimensões jamais poderiam ambicionar constituir um Estado. Finalmente, a falta de recursos humanos e materiais impedia-os, sem excepção, tanto de promover o seu desenvolvimento como de por eles se interessarem investimentos e investidores estrangeiros. Em resumo, uma panóplia de territórios não-autónomos necessitava de ser ajudada durante um período de evolução cuja duração era imprevisível, mas em cujo processo apenas as respectivas metrópoles poderiam participar, isto caso se pretendesse uma acção eficaz. De qualquer forma, e ainda que as potências coloniais que se juntaram para debater estes assuntos, não excluíssem a possibilidade de uma evolução dos referidos territórios não-autónomos no sentido da independência, preocupavam-se no início de 1945, pelo menos, em garantir que as suas "*dependências*" não caíssem sob a alçada da ONU.¹³⁷

O acordo final sobre esta matéria viria a ser obtido a 18 de Junho de 1945, oito dias antes da ratificação da *Carta das NU*, o que significa que a discussão sobre territórios coloniais, que deveria preceder a Conferência realizada em S. Francisco, acabaria em grande parte por acompanhá-la. Aquele acordo implicava a introdução de uma distinção jurídica e política entre "*territórios sob tutela*"¹³⁸ e "*territórios não-autónomos*" — ou seja, *não foi empregue o termo colónias*.

Os capítulos XII e XIII da *Carta das NU* estabeleciam um regime internacional de tutela. As condições deste regime seriam fixados por acordos particulares ("*acordos de tutela*") entre a ONU e os "*Estados directamente interessados*." Os objectivos "*básicos*" daquele sistema estavam definidos no artº. 76º da *Carta*, sendo de salientar o disposto na alínea *b*), onde era feita referência directa à possível independência destes territórios.¹³⁹

Finalmente, e restringindo-nos ao essencial no que respeita aos territórios sob tutela, registe-se que a "*autoridade administradora*" (um ou vários Estados, ou as próprias

137 Cf. *Ibidem*, p. 139.

138 Equivalendo aos Mandatos, ou seja territórios coloniais que as potências dominantes colocavam voluntariamente sob este regime, no fundo territórios coloniais subtraídos às potências coloniais derrotadas na Segunda Guerra Mundial.

139 Cf., em anexo, o capítulo XII da *Carta das NU*.

NU)¹⁴⁰ era considerada responsável perante a AG, e, "*sob a [...] autoridade*" desta perante "*o Conselho de Tutela*", a quem caberia então "*examinar os relatórios*" que tivessem "*sido submetidos pela autoridade administrante*". Cumpria-lhe "*aceitar petições e examiná-las em consulta com a autoridade administrante*"; preparar e levar a cabo "*visitas periódicas aos territórios sob tutela*" e "*tomar*" assim todo um conjunto de "*medidas em conformidade com os termos dos acordos*." relativos àqueles territórios.¹⁴¹

Os chamados "*territórios não-autónomos*" foram contemplados com um tratamento específico no capítulo XI da *Carta*. Ali não se encontrava discriminado qualquer objectivo político a cumprir pelos membros das NU que assumissem "*responsabilidades pela administração de territórios cujos povos*" não tivessem "*atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos*". Havia, isso sim, atribuídas às "*metrópoles*" obrigações gerais como o dever de reconhecer "*o princípio de que os interesses dos habitantes*" daqueles "*territórios*" eram da "*mais alta importância*", pelo que aceitavam "*como missão sagrada*", dentro de vários parâmetros, "*a obrigação de promover [...] o bem-estar*" dos povos vivendo naqueles "*territórios*."

Estes objectivos poderiam ser assegurados: respeitando a "*cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua protecção contra abusos*"; desenvolvendo "*a sua capacidade de governo próprio*"; anotando as suas "*aspirações políticas*" e auxiliando-os "*no desenvolvimento progressivo das suas [próprias] instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares*" de "*cada território e seus habitantes*"; tendo presente, particularmente, "*os diferentes graus*" de "*adiantamento*" de cada caso; promovendo "*medidas construtivas de desenvolvimento*", ao "*estimular pesquisas*" e, quando necessário, a "*cooperação [...] com organizações internacionais especializadas, com vista à realização prática dos propósitos de ordem social, económica ou científica*."

140 Cf. artº. 84º. da *Carta das NU*.

141 Cf. artº. 87º., *ibidem*, e Grimal, *op. cit.*, pp. 139-140.

Mas o artigo 73º que temos vindo a seguir tinha como característica original, com importantes implicações políticas no futuro, obrigar os países que possuísem territórios não-autónomos a

transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação [...] informações estatísticas ou de outro carácter técnico, relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais [eram] respectivamente responsáveis

e que, naturalmente, não estivessem "*compreendidas entre aquelas*" a que se referiam "*os capítulos XII e XIII*" da *Carta*.

Deve ser sublinhado o espírito de compromisso também subjacente à elaboração dos capítulos XI, XII e XIII da *Carta*,¹⁴² ou seja, as fronteiras ali fixadas face a um possível avanço no sentido de uma maior interpenetração entre política colonial de cada Estado e política internacional. Simplesmente, apesar das concessões obtidas pelas potências coloniais em Ialta e nas reuniões preparatórias da Conferência de S. Francisco, como no decurso da própria Conferência — de alguma forma representadas e chefiadas pelo RU —, verdade é que, a médio-longo prazo, também os princípios insertos no artº. 1º. da *Carta*¹⁴³ colocavam em "*maus-lençóis*" a firmeza e exequibilidade política das suas posições. Restava apenas saber se, e quando, a conjunção das forças internacionais assim o determinariam.

Da mesma forma, o facto de a *Carta* não fazer qualquer referência a colónias mas a "*territórios não-autónomos*" e a países "*Membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios*" e não a potências coloniais, simbolizava também que algo poderia vir a mudar. "*A assimilação e a integração*" forçadas foram igualmente, e de modo formal, condenadas na *Carta*, uma vez que o artº. 73º. defendia, como defende, o "*respeito à cultura dos povos*", o respectivo "*progresso político, económico, social e educacional [...] o seu tratamento equitativo e*

142 Cf. Funk, s.d., pp. 55-56; Grimal, *idem*, p. 141; Hargreaves, 1988, pp. 89-90 e Louis, *op. cit.*, *passim*.

143 Fixava como um dos fins da ONU "desenvolver relações amistosas entre as nações baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos [...]". *Itálico* nosso.

a sua protecção contra abusos", além de existir a obrigação de "desenvolver" a sua "capacidade de governo próprio", tomando nota "das aspirações políticas dos povos", e auxiliando-os no "desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes", não se devendo ainda fazer tábua-rasa dos "diferentes graus do seu adiantamento".

A Carta não contemplava ainda qualquer meio para controlar, nos chamados "territórios não-autónomos", a aplicação ou a execução das obrigações inscritas no artigo 73º.. Porém, a alínea e) do referido artigo, relativa à transmissão regular de "informações" ao SG, votada, aliás, a pedido do delegado australiano presente em S. Francisco,¹⁴⁴ tornou-se na brecha pela qual se tornou possível tornar a ONU numa "máquina de guerra contra o colonialismo."¹⁴⁵

Ao CS não havia sido conferida qualquer competência particular que lhe permitisse uma interferência especial e sistemática nos assuntos coloniais. Simplesmente, como a sua acção devia ser exercida sempre que fosse considerada em causa a "manutenção da paz e da segurança internacionais" (§1º. do artº. 24º.), abria-se claramente um espaço de manobra e intervenção política no domínio colonial, que em determinados momentos, sobretudo a URSS e os EUA, não desdenharam. Neste capítulo, aquilo que veio a suceder, numa primeira fase, a partir de meados da década de cinquenta, e em alguns casos ainda antes, foi a emergência de conflitos entre potências coloniais (com ou sem lugar em permanência no CS) e povos e seus representantes ligados a realidades políticas que embora ainda não gozando de uma independência formal e de facto, não tinham também atribuída a definição jurídico-política de territórios sob tutela ou não-autónomos, ou seja "de simples dependências." As intervenções do CS colocavam pois graves problemas políticos mas, sobretudo, jurídicos. Aqueles que solicitavam a sua intervenção (muitas vezes países terceiros aos problemas coloniais) evocavam o perigo que a conflitualidade entre metrópoles e territórios não-autónomos representava para a paz mundial. Os

144 "Esta obrigação", afirmou o delegado australiano, "deveria provocar uma sã emulação entre as potências coloniais, com vista a melhorar as condições de existência dos povos em que elas tinham obrigações." Citado em Grimal, *op. cit.*, p. 141.

145 Cf. Idem, *ibidem*, p. 141.

governos das metrópoles, por seu lado, sublinhavam o facto de considerarem abusiva uma intervenção do CS, com base em tal argumentação uma vez que, na sua óptica, tal se traduzia numa violação do §7º do artº. 2º. da *Carta*, isto é, numa intervenção não autorizada em assuntos considerados dependentes da "*jurisdição de qualquer Estado*." Neste contexto, a acção do CS tanto poderia ser considerada excessivamente moderada e "*hesitante*" por uns, como radical e intempestiva por outros. No entanto, e como seria lógico pela sua composição — integrando dois membros permanentes com interesses coloniais (França e RU), aliados de um terceiro, os EUA, durante todo o período da chamada "*Guerra Fria*" —, os chamados "*interesses colonialistas*" conseguiram assegurar a maioria das vezes a predominância das suas posições e interesses. Sobretudo, porque o sistema de votação em vigor no CS exigia para todas as decisões uma maioria de sete votos num total de onze membros (isto até 1966, quando a composição do CS se alargou a treze elementos), para além do facto de cada um dos membros permanentes poder, em muitos casos, recorrer ao direito de veto conferido pela *Carta*.¹⁴⁶ Porém, com o avanço do fenómeno descolonizador, tanto os obstáculos à intervenção do CS, como as solicitações naquele sentido, tenderam a diminuir.¹⁴⁷

Ainda que um certo espírito anticolonialista estivesse presente no texto da *Carta das NU*, a verdade é que ela nada punha realmente em causa em matéria colonial, e que, portanto, ao menos pelo lado daquela organização, os impérios europeus espalhados pelo mundo, poderiam à partida manter uma existência idêntica àquela conhecida antes da Segunda Guerra Mundial. Simplesmente, o futuro dos impérios viria a demonstrar-se dependente da capacidade das metrópoles virem a conseguir garantir uma "*interpretação restritiva*" da *Carta* nas questões coloniais ou, pelo contrário, passarem a ceder perante as interpretações evolutivas da mesma. As potências com responsabilidades de soberania sobre territórios não-autónomos ou de outros considerados sob tutela, membros da ONU desde o primeiro momento — Bélgica, França, Holanda e RU —, e que apenas a difícil situação política vivida durante a guerra levou a uma aceitação das disposições da

146 Cf. artº. 27º. da *Carta das NU*.

147 Cf. *ibidem*, p. 142.

Carta, constituíam o núcleo duro de resistência a qualquer tentativa que conduzisse a maiores cedências em assuntos coloniais. O único apoio significativo com que podiam pontualmente contar provinha dos EUA. Isto porque Washington, apesar do seu anticolonialismo, no contexto do crescente confronto político com a URSS depois de Potsdam, tendia a desenvolver políticas que não melindrassem os seus mais fiéis e importantes aliados. Muito embora, nunca fosse abandonada a intenção de desenvolver práticas conciliatórias entre "*colonialistas*" e "*anticolonialistas*."

Perante este núcleo estava naturalmente a União Soviética e os seus parceiros europeus, mostrando-se defensores de posições "*anticolonialistas*". Mas aos poucos, nos anos pós-1945, e até meados da década de sessenta, foi-se constituindo uma terceira força, tanto na ONU, como na generalidade da vida política internacional, decorrente em parte da emergência de novos Estados independentes e da sua admissão àquele organismo. Antes da vaga independentista africana, iniciada nos últimos anos da década de cinquenta, distinguíam-se claramente neste terceiro grupo, dois blocos anticolonialistas que, no entanto, continham rivalidades no seu seio e poucas vezes agiam entre si de forma consertada.

Referimo-nos aos grupos latino-americano e asiático-árabe. O primeiro buscava pôr fim à presença colonial europeia no hemisfério ocidental, manifestando-se tanto pela reclamação da independência pura e simples de alguns territórios, como as várias Guianas ou a Jamaica, como pelo desejo de integração de territórios dependentes na soberania de Estados latino-americanos que lhe eram contíguos, casos das reclamações da Argentina sobre as Falkland, ou da Guatemala sobre as Honduras. O segundo grupo ou bloco, apesar de "*minado por rivalidades internas*", foi capaz de encontrar alguma unidade na sua luta contra o colonialismo. Desde 1946, a Índia, apesar de então ainda não ser um Estado jurídica e politicamente independente, foi assumindo na ONU a direcção da luta dos nacionalismos asiáticos. Ao Egipto coube papel idêntico em relação aos nacionalismos africanos e árabes, embora neste último campo tivesse que defrontar a rivalidade iraquiana.

Apesar das divergências que atravessavam a suposta unidade das forças anticolonialistas — o anticomunismo no lado latino-americano e o anticolonialismo no lado asiático —, a verdade é que o seu número crescente numa organização com as características políticas da ONU, levava a que aumentasse a sua pressão e assim a força das suas "teses" sobre a minoria que constituía as potências administradoras de territórios não-autónomos. Nestas condições, era óbvio que, pelo menos, os debates da AG se tornassem num importante tónico para os movimentos e manifestações nacionalistas daqueles territórios, uma vez que publicamente, e pela primeira vez na história do domínio europeu pelo mundo, se pediam, ou melhor, se exigiam contas pela natureza e alcance desse domínio. Reclamava-se assim que os direitos humanos e todos os princípios democráticos e libertários nascidos na Europa passassem a ter, realmente, uma aplicação universal.

Uma parte significativa da actividade da ONU neste período, "*reflecte*" a vontade de pôr fim ao colonialismo. E se se apresentava difícil, através de uma acção directa e imediata, a obtenção de resultados favoráveis, procurou-se atingi-los de maneira indirecta e mais dilatada no tempo. Neste contexto, a aprovação pela AG das NU da *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (10 de Dezembro de 1948) e da resolução nº 636 (VIII), de 16 de Dezembro de 1952, sendo uma forma imediata de fortalecer o reconhecimento do princípio do "*direito dos povos a disporem de si mesmos*" era, por via disso, a médio-prazo, um meio de construir uma teia político-jurídica capaz de criar maiores e mais fortes obstáculos à permanência de regimes de dependência política entre povos e respectivos territórios.

Neste sentido, os principais objectivos da acção anticolonialista da ONU passaram desde muito cedo pela aceleração da evolução dos territórios sob tutela no sentido da descolonização, recorrendo para tal aos meios concedidos tanto pela letra como pelo espírito da *Carta*, sendo que a forma mais consequente de atingir aquele resultado passaria por fazer aumentar sobre eles o controlo e a acção internacional. Em relação aos chamados territórios não-autónomos, o mesmo esforço anticolonialista passava pela tentativa de subtrair aos Estados administrantes uma espécie de "*domínio reservado*" por

eles exercido, nomeadamente pela introdução de um controlo crescente das NU sobre esses territórios, de forma a poder aproximar, o mais rapidamente possível, o seu estatuto àquele atribuído aos territórios sob tutela.¹⁴⁸

Assim, no espaço de tempo que vai da realização da I AG em 1946 até 1955 (X AG), momento em que terá tido início "*o período anticolonialista da ONU*", prolongando-se até 1963,¹⁴⁹ a acção anticolonialista faz-se, em relação aos territórios sob tutela, na procura de demonstrar, e criando compromissos políticos a que seja possível ligar as potências administrantes, a intenção de criar o mais rapidamente possível as condições para a "*evolução*" daqueles territórios no sentido de desenvolverem a capacidade de se administrarem a si próprios ou de se tornarem independentes, sendo que essa evolução se deveria produzir no mais curto espaço de tempo "*possível*". Esta atitude, iniciada pela AG a 18 de Dezembro de 1948, será retomada nas reuniões de 1952, '54, '55 e '57, tornando-se maior a pressão exercida sobre as potências administrantes de territórios sob tutela, no sentido de estas transmitirem informação sobre os prazos dentro dos quais atribuiriam a independência àqueles territórios. Paralelamente, aumentou de ano para ano o número de petições provenientes daqueles territórios e dirigidas ao conselho de tutela, tal como disposto na alínea b) do artigo 87º.¹⁵⁰ Este incremento no número de petições fez com que aumentassem também as visitas de missões das NU aos territórios tutelados. Assim, "*a partir de 1954, les 'visiteurs' furent autorisés par un vote de l'assemblée à entrer en contact direct avec l'opinion publique des territoires visités [...]*".¹⁵¹

Uma vez que os problemas relativos aos territórios não-autónomos estavam abrangidos, como já foi referido, pelo disposto no artº. 2º, §7º da *Carta das NU*, para além de que nenhuma das disposições daquela obrigava os países que administrassem territórios não-autónomos a submetê-los a qualquer tipo de intervenção da iniciativa das

148 Cf. *Ibidem*, pp. 142-144.

149 Cf. Fernandes, 1991, pp. 157-165.

150 "Passando de menos de 50 em 1948 a mais de 500 em 1955, ao ponto de ser necessário, em 1952, criar um comité especializado para as estudar." Cf. Grimal, *op. cit.*, p. 144.

151 "A partir de 1954, os 'visitantes' foram autorizados por um voto da assembleia a entrar em contacto directo com a opinião pública dos territórios visitados [...]." Cf. *idem*, *ibidem*, p. 144.

NU, ou qualquer outra, com excepção do disposto na alínea e) do artº. 73º., a prática da AG passou assim por procurar desenvolver uma acção capaz de os subtrair à "regra" do referido artº. 2º., §7º — tal como estava estabelecido para os territórios sob tutela.

Desde 1946, foram feitas várias tentativas no sentido de "*demonstrar*" que a Carta colocava o "*conjunto do mundo colonial no domínio da responsabilidade internacional*." E em 1949, segundo o *Livre Vert*, o secretariado geral das NU declarava:

*'Le fait que les principes concernant les territoires non autonomes se trouve énoncés au chapitre XI, ne signifie nullement que les peuples non autonomes soient exclus des plans internationaux de coopération prévus dans d'autres sections de la charte. Au contraire, et sous réserve de procédures constitutionnelles appropriées, le cas des territoires non autonomes, comme celui d'autres pays, relève de l'article 55 de la charte, aux termes duquel les Nations Unies doivent favoriser les conditions de progrès dans l'ordre économique et social et le respect des libertés fondamentales.'*¹⁵²

Muito embora o Secretariado se colocasse neste caso numa posição moderada, sobretudo quando comparada com as propostas anticolonialistas de alguns países membros que procuravam impor o controlo político da organização sobre o conjunto dos territórios não-autónomos, a novidade estava em que o espírito da maioria dos países membros, e portanto a tendência da ONU, tinha como finalidade reduzir a exclusividade da dependência daqueles territórios em relação às respectivas potências administrantes e, com isso, trazê-los para a alçada de uma tutela internacional supervisionada pelas NU.

Aliás, desde a primeira sessão da AG realizada em Londres em 1946, fora recordado às potências que desempenhassem uma acção administrativa sobre territórios não-autónomos, o dever de cumprimento das obrigações decorrentes do capítulo XI. Por outro lado, sublinhava-se o facto de que embora o envio das informações ao SG, tal

¹⁵² "O facto de os princípios respeitantes aos territórios não-autónomos se encontrarem enunciados no capítulo XI, não significa de modo nenhum que os povos não-autónomos sejam excluídos dos planos internacionais de cooperação previstos nas outras secções da carta. Pelo contrário, e sob reserva de procedimentos constitucionais apropriados, o caso dos territórios não-autónomos, como o de outros países, relevo para o artigo 55 da carta, nos termos do qual as Nações Unidas devem favorecer as condições de progresso na ordem económica e social e o respeito das liberdades fundamentais." Citado em Grimal, *op. cit.*, p. 145.

como estipuladas no artº. 73º., não tivesse um carácter obrigatório, era considerada de "*grande importância*." E dentro deste espírito foi criado, em Dezembro de 1946, um Comité *ad hoc* com a missão de analisar as informações transmitidas, "*de ajudar a assembleia geral no estudo desta informação' e de lhe fazer 'recomendações respeitantes aos procedimentos a seguir no futuro.*" A existência deste Comité terá em boa parte a oposição das potências administrantes de territórios não-autónomos (como veremos, num quadro particular, no capítulo III), sobretudo em relação às sucessivas tentativas de o pretender tornar numa entidade de existência permanente. Apesar da oposição de que foi alvo, a sua actividade foi periodicamente renovada, subsistindo, sob vários nomes,¹⁵³ até ao final de 1963, para além de ter visto as respectivas funções e poderes "*regularmente acrescidos*." Porque constituído em partes iguais por membros de países administradores e não administradores de territórios não-autónomos, o Comité, sob as suas designações várias, mostrou-se moderado nas iniciativas levadas a cabo durante um largo período da respectiva existência, com excepção dos últimos anos da década de cinquenta e início da década de sessenta. Seria sobretudo a Quarta Comissão, encarregue de preparar as discussões da AG em matéria colonial, que mais longe levaria o enfrentamento político das potências administradoras de territórios não-autónomos. Pelo facto de todas as delegações terem assento nesta Quarta Comissão da AG, de as suas sessões serem públicas, e de, portanto, os delegados ali falarem para a opinião pública mundial, as posições "*colonialistas*" tornavam-se crescentemente insustentáveis.

Tal como aconteceu em relação a Portugal, "*a ofensiva principal*" contra as potências coloniais possuindo territórios considerados ao abrigo do previsto no capítulo XI da Carta, fez-se em torno do "*problema da transmissão de informações*", nomeadamente procurando tornar obrigatória as de carácter político. Isto é, estender o disposto na alínea e) aos compromissos referidos na alínea b) do artº. 73º.. Os anticolonialistas, apoiando-se naquilo que consideravam ser o carácter vinculativo do capítulo XI (princípio nunca aceite pelas potências administradoras), pretendiam ver contemplado e recenseado

153 "Comité especial, Comité para a informação sobre os territórios não-autónomos, Comité dos 17, Comité dos 24." Cf. *idem, ibidem*, p. 146.

não só o progresso socio-económico dos territórios não-autónomos, mas também o político, afirmando que também neste domínio tinham as NU o direito de ser informadas. É neste contexto que deve ser entendida a resolução nº 332 (IV) de 2 de Dezembro de 1949, que previa que o Comité *ad hoc* entretanto criado analisasse as informações

*'concernant les mesures prises en exécution des résolutions adoptées par l'assemblée générale, sur les conditions politiques, économiques et sociales, dans les territoires non autonomes.'*¹⁵⁴

Exigências idênticas seriam, com uma precisão crescente, avançadas ano após ano. O aspecto mais importante da argumentação assentava no princípio segundo o qual o "*direito dos povos à autodeterminação*" era exercido pelos próprios, "*sobre medidas tomadas para satisfazer as suas aspirações*", e acerca da "*necessidade de desenvolver progressivamente as suas instituições políticas*." Neste cenário, as potências administradoras viram-se cada vez mais na necessidade de se defenderem recorrendo ao §7º do artº. 2º. e ameaçando pôr fim à sua participação nos debates. Em 1954, através da resolução nº 850 (IX), a AG afirmaria a sua vontade de fazer equivaler os direitos das populações dos territórios não-autónomos àquelas populações dos territórios sob tutela.

O principal método utilizado pelas potências coloniais para iludir o controlo das NU passava por considerar a mudança de estatuto de um ou mais territórios não-autónomos. Tal podia ser feito através da concessão da autodeterminação ou independência, ou pela promoção da sua associação com o território metropolitano numa "*base de igualdade*" (método usado por Portugal). Qualquer uma das opções implicava a não aplicação do artº. 73º.. Por isso, em 1947, governos de vários países comunicaram que não transmitiriam mais informações sobre muitos dos 74 territórios não-autónomos listados pela AG em 1946, evocando em favor de tal atitude a alteração do estatuto constitucional de alguns deles. Este facto viria a suscitar uma importante controvérsia em torno de dois problemas. O primeiro, em que se procuraria definir as circunstâncias em que um território deixaria de poder ser considerado não-autónomo; o segundo, relativo à

154 "respeitantes às medidas tomadas para a execução das resoluções adoptadas pela AG acerca das condições políticas, económicas e sociais, nos territórios não-autónomos." Cf. *ibidem*.

legitimidade da potência administradora para decidir por si as condições e o momento em que não deveria mais transmitir informações, e se, portanto, as NU teriam, ou não, um papel nesta decisão.

Em relação a este último problema, a AG pretendeu demonstrar que apenas competia à Quarta Comissão ou ao Tribunal Internacional de Justiça tomar aquela decisão. Quanto à capacidade de definição daquilo que seria um território não-autónomo, ou de quais seriam as condições em que poderia deixar de o ser, tornou-se uma questão tão delicada contendo em si tantos imponderáveis, que veio a tornar-se irresolúvel nas várias tentativas pós-1946.

Aucune des définitions proposées par divers États ne réunit une majorité suffisante pour être adoptée. En 1949, un comité spécial fut 'chargé d'examiner les éléments' qui pourraient entrer en ligne de compte pour décider quand un territoire est ou n'est pas 'un pays dont la population n'a pas encore pleinement atteint le self-government'. Ce comité (appelé par la suite Comité des 'facteurs'), se heurta aux mêmes difficultés que l'assemblée dans la détermination du niveau de maturité et de progrès politique jugé indispensable pour la réalisation de son autonomie.¹⁵⁵

No fundo, e para o futuro, o interesse principal destas discussões decorre do facto de elas introduzirem o aparecimento, o desenvolvimento e a consolidação de uma "nova teoria da soberania", assente já não na validade dos "textos jurídicos" e das "posições adquiridas", mas na "primazia da comunidade internacional e do valor imperativo das suas decisões." O resultado seria a "marcha irreversível para a independência", consolidada pelo progressivo reforço no seio da AG de uma maioria anticolonialista. Independentemente das questões jurídicas e de muitos debates estéreis, a ONU apresentou ao mundo a vontade de um enorme conjunto de Estados, ainda que por razões diferentes,

155 "Nenhuma das definições propostas pelos diversos Estados reuniu uma maioria suficiente para ser adoptada. Em 1949, um comité especial foi 'encarregado de examinar os elementos' que poderiam entrar em linha de conta para decidir quando um território é ou não 'um país onde a população não atingiu plenamente ainda o self-government.' Este comité (logo chamado de Comité dos 'factores'), tropeçará nas mesmas dificuldades que a assembleia na determinação do nível de maturidade e de progresso político julgado indispensável para a realização da sua autonomia." Cf. *ibidem*, p. 147.

de porem fim à ordem política imposta pela Europa ao mundo e traduzida na ordem colonial.

O PROCESSO DE ADMISSÃO PORTUGUESA NAS NAÇÕES UNIDAS: 1946-1955.

O facto de Portugal não ter sido convidado a participar na Conferência de S. Francisco, como ainda, já em 1946, a primeira candidatura portuguesa à ONU ter sido recusada, criou um certo embaraço junto do governo chefiado por Salazar, fazendo prever que o relacionamento futuro do Estado Novo com aquele organismo não seria particularmente auspicioso. Sobretudo tendo em conta que Portugal havia contribuído de forma mais significativa para a vitória aliada do que alguns dos países participantes no encontro de S. Francisco e que mais rapidamente acabariam por ver aceite a sua candidatura.¹⁵⁶ Apesar de no Verão de 1946 se estar já num período de reconsolidação do regime, após as dificuldades sentidas internamente nos últimos anos da guerra e ainda no início desse ano, uma derrota na frente externa, por menor que pudesse ser, isto porque não se relacionava com os objectivos de políticos traçados pelo MNE, não podia obviamente ser bem-vinda. A reacção política natural a essa derrota foi procurar transformá-la numa vitória.

O Embaixador do governo de Madrid em Lisboa constatou essa atitude ao escrever:

*En resumen, lo que mirado superficialmente pudiera parecer un fracaso internacional, en Portugal se presenta cuasi como un triunfo, puesto que ha promovido una especie de plebiscito entre las naciones aliadas a favor de él, acercandole definitivamente al bloque occidental y presentándole como una víctima del grupo eslavo [...].*¹⁵⁷

¹⁵⁶ Por exemplo, a 4 de Junho de 1946, Ernest Bevin, trabalhista, Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo britânico, proferiu um discurso na Câmara dos Comuns em que sublinhou a importância para os aliados, durante a guerra, das facilidades concedidas pelo governo português nos Açores. Cf. Marcello Mathias, *Correspondência Marcello Mathias/Salazar. 1947/1968...*, Lisboa, 1984, p. 78. As boas-graças em que se encontrava o Estado Novo junto do mundo anglo-saxónico, podem ser atestadas por variadíssimos factos ao longo dos anos que vão do final da guerra ao início de funções da administração Kennedy. A cronologia em anexo é disso um bom testemunho.

¹⁵⁷ "Em resumo, o que visto superficialmente poderia parecer um fracasso internacional, em Portugal apresenta-se quase como um triunfo, posto que promoveu uma espécie de plebiscito entre as nações aliadas em favor dele, aproximando-o definitivamente do bloco ocidental e apresentando-o como uma vítima do grupo eslavo [...]." Cf. Vicente, 1992, p. 56.

A Nota Oficiosa publicada na imprensa a propósito do veto soviético à admissão portuguesa sublinhava este como outros factos. Em primeiro lugar considerava ser *"discutível a vantagem prática para qualquer país"* de uma entrada nas NU, sobretudo naquela fase da *"vida do organismo"*. Era *"igualmente discutível"* se se tratava aquele o *"momento [...] oportuno"* para Portugal *"apresentar"* o seu *"pedido de admissão"*, numa altura em que não se encontravam definidas nem tinham sido esclarecidas *"todas as regras relativas à admissão de novos membros"* e não sendo também ali *"unanimemente desejada"* a colaboração de todas as nações. Isto numa conjuntura em que a ONU parecia estar *"mais presa à ideia da vitória do que à ideia de paz"*.¹⁵⁸

Por este facto, *"e apesar dos compromissos de Potsdam"*¹⁵⁹ não se podiam à partida *"alimentar grandes dúvidas acerca da posição que a Rússia tomaria no debate"* onde viria a ser tratado o problema da admissão de novos Estados membros. Segundo a nota oficiosa, no momento em que fora apresentada a candidatura, faltava apenas saber qual a *"orientação"* a adoptar no CS por aquela potência: apesar da oposição pré-definida, a União Soviética usaria ou não o direito de veto, paralisando assim a *"competência que, para a admissão nos termos da Carta"* era *"exclusiva da Assembleia"*.¹⁶⁰

Era também auto-reconhecido o voluntarismo do governo português durante todo o processo, ao ser sublinhada a sua aposta numa apresentação de candidaturas por parte dos países neutros no Verão de 1946. E a razão não era senão a mesma da *"diligência [...] realizada"* junto de Portugal pelos governos britânico e norte-americano, assentando na

necessidade para a própria organização de que as mais nações, qualificadas pela independência e seriedade de vida, mostrassem por um acto de adesão a sua con-

158 Tratava-se de um regresso ao discurso de 23 de Fevereiro de 1943.

159 Cf. anexo com extracto da comunicação à imprensa na sequência da Conferência de Potsdam.

160 Em 1946, o processo de admissão de novos Estados estava aparentemente inquinado pelo facto de, ao contrário do que previa a *Carta* (alínea 2 do artº. 4º.), ter sido o CS, e não a AG, a pronunciar-se sobre as candidaturas. Aliás, o delegado australiano passou os trabalhos de discussão das candidaturas (de Agosto a Novembro) a relembrar esta imprecisão jurídica, isto é, que ao CS apenas cabia recomendar e não decidir. Obviamente, esta era uma interpretação demasiado jurídica do artº. 4º.. O protesto australiano de 1946 sobre esta matéria encontra-se em *REPORT OF THE COMMITTEE ON THE ADMISSION OF NEW MEMBERS*, United Nations, Security Council, Restricted, S/133, 21 August 1946, Anexo 2, p. 2. AHDMNE, M121.Nações Unidas, 1945-47.

fiança nas Nações Unidas para a manutenção da paz; e de que assim se fizesse um esforço para a colaboração pacífica entre todos os povos da Terra.

Orgulhoso desta atitude, o Estado português contribuíra, apesar de a sua candidatura ter sido derrotada, para desfazer equívocos em que, por exemplo, o RU, os EUA e outras nações, pareciam "*laborar*".¹⁶¹ Estava-se perante uma espécie de primeiro acto daquela que devia ser, fruto das reflexões de Salazar, a atitude do Ocidente em face da Rússia.¹⁶²

Simplemente, desde a realização da cimeira de Ialta, o Governo português andava algo preocupado com a criação de uma nova Organização política internacional, que substituiria o pouco que restava da SDN. Esta preocupação ligava-se com a eventualidade de que os requisitos para a entrada de Portugal se mostrassem demasiado onerosos, porque muito pouco de acordo com as características políticas e ideológicas do Estado Novo. E ainda que, de forma alguma, o regime estivesse disposto a mudar por causa da ONU, preferia também não ter que suportar os custos internos e externos de uma eventual marginalização na vida política internacional.

Assim, nessa fase de grande interesse pela ONU e por todos os eventos que se julgasse protagonizarem a mudança na vida da comunidade internacional, João de Bianchi, então já Embaixador de Portugal em Washington, numa incursão pelo Departamento de Estado, demonstrou o desejo português de uma rápida participação na vida das NU, através da vontade manifestada de, tão rapidamente quanto possível, ver consumada a sua candidatura e admissão. Na manhã de 14 de Dezembro de 1945, Bianchi comunicou ter o Governo português recebido uma convocação para comparecer em Londres no mês de Janeiro, de forma a participar numa derradeira reunião da SDN, na qual se iria proceder à "*transferência*" daquela velha Organização para uma outra que passava a ocupar o seu lugar. Na sequência desta informação, o Embaixador português questionou o seu interlocutor norte-americano sobre a "*possibilidade de um arranjo*" que permitisse

161 Cf. "Portugal e as Nações Unidas (ONU). Nota Oficiosa" in Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, 4º vol., 1943-1950, 1951, pp. 237-240.

162 Evoca-se aqui o discurso de Oliveira Salazar proferido a 28 de Abril de 1948: "O Ocidente em face da Rússia" in *idem, ibidem*, pp. 325-337.

"àqueles membros" da SDN ainda não usufruindo de estatuto idêntico na ONU, poderiam vir a ser admitidos nesse novo organismo, fazendo-se acompanhar a "*transferência de bens da SDN para a ONU*" por uma simultânea "*transferência*" de Estados. Porém, o funcionário de serviço no Departamento de Estado tratou de recordar a impossibilidade desse expediente, uma vez que, segundo o texto jurídico que regulava a vida da ONU, a admissão de novos Estados apenas podia ser feita por decisão da AG e após recomendação do CS.¹⁶³

Mas os pruridos do Departamento de Estado por meados de Dezembro iriam em grande parte desfazer-se logo no início de Janeiro. Sumner Welles publica na imprensa norte-americana um artigo advogando "*a admissão imediata dos neutros (menos Espanha) às Nações Unidas.*" No comentário feito à "*atitude de cada um*" deles "*durante a guerra*", afirmou que a do "*governo português*" assentava no seu conhecimento de que caso a Alemanha invadisse a Espanha, "*Portugal não escaparia.*" Quanto ao facto de a Alemanha haver comprado produtos estratégicos com o consentimento do Governo de Lisboa, provinha da convicção por parte de Salazar de que essa atitude "*diminuía os riscos de agressão contra*" o seu País. A verdade da atitude portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial estava no facto de o "*povo português*" ter "*mantido sempre*" a sua tradicional amizade "*pela Inglaterra e Brasil*", bem como nas facilidades concedidas para o "*uso dos Açores por forças navais e aéreas inglesas e americanas.*" Finalmente, ainda que o regime português mantivesse "*traços autoritários*", as "*recentes eleições*" demonstravam que Salazar "*tinha em grande medida o apoio popular.*" Voltando depois à linha geral do seu texto, Welles concluía que a não admissão imediata nas NU dos quatro neutros (Suécia, Suíça,¹⁶⁴ Irlanda e Portugal) retardaria não só a "*reconstituição política da Europa*", mas também a "*federação económica*" daquele continente, ou seja o seu mais sólido "*fundamento*" de "*estabilidade.*"¹⁶⁵

163 Cf. NA-DS. GENERAL RECORDS OF THE DEPARTMENT OF STATE. DECIMAL FILE: 1945-1949. Box nº 3328. Doc. 711.53/12-1445. DEPARTMENT OF STATE. *Memorandum of Conversation*. 14 de Dezembro de 1945.

164 De modo a não comprometer a sua neutralidade, a Suíça não pediria a sua admissão na ONU.

165 Cf. Telegrama nº 1 da Embaixada de Portugal em Washington para o MNE. 1 de Janeiro de 1946. O artigo de Sumner Welles, "Admission Into UNO. Four Neutral States Now Eligible", foi publicado no *Washington Post* de 2 de Janeiro de 1946.

Mas como via Salazar, quando quase completamente dobradas as dificuldades do pós-guerra, o papel de Portugal num mundo tal como representado pelas NU? Num telegrama para Washington em que resumia o seu último discurso, e no qual apreciara a "posição" portuguesa "perante as Nações Unidas", sublinhava que se a "letra e espírito da Constituição" permitiam a "cooperação" de Portugal com "organismos tendentes a resolver pacificamente as divergências internacionais", àquela data a "não" apresentação do "pedido de admissão" português devia-se ao facto de o Governo ter entendido não haver ainda chegado o momento (era ainda "cedo"), uma vez que a entrada de "novos membros" chocava com o "equilíbrio interno das Nações Unidas." Na primeira sessão da AG, as NU tinham-se ainda comportado como uma associação de vencedores, sendo porém necessário, no futuro próximo, "alargar o seu âmbito não só aos neutros mas também aos vencidos para assim contribuir" para uma "verdadeira representação do Mundo."

De qualquer modo, tanto dentro como fora das NU, a política portuguesa continuaria a seguir ao "lado dos tradicionais imperativos históricos e geográficos", mantendo-se atenta às "indicações claras do último conflito" que haviam mostrado uma deslocação do "centro de gravidade" da política europeia "senão do Mundo, mais para Oeste", ficando por este facto o Atlântico e os seus "Estados ribeirinhos" situados no "primeiro plano" da vida internacional. Porém, "reconhecer" aquele facto não implicava que Portugal deixasse de ser europeu, dava, simplesmente, um "mais largo sentido ao Ocidente." Finalmente, declarando que o Governo português iria "a Genebra votar a dissolução da Sociedade das Nações" e entregar os respectivos "valores" às NU, notava porém no facto uma "certa falta de lógica", uma vez que Portugal se despojava "daquilo" para que contribuía "em favor de uma organização a que não" pertencia.¹⁶⁶

Antes então das diligências norte-americana, britânica e francesa propondo a candidatura de Portugal a país membro das NU, foram sendo transmitidas por diversos

¹⁶⁶ Cf. Telegrama nº 58 do MNE para a Embaixada de Portugal em Washington. 25 de Fevereiro de 1946. Referia-se ao discurso pronunciado a 23 de Fevereiro de 1946 na reunião das comissões dirigentes da UN numa sala da Biblioteca da AN. Oliveira Salazar, "Ideias falsas e palavras vãs (reflexões sobre o último acto eleitoral)" in *Discursos e Notas Políticas*, 4º vol., 1943-1950, 1951, pp. 195-213.

representantes da diplomacia portuguesa no mundo, várias impressões sobre a dimensão política daquele organismo, bem como relativas às iniciativas ao dispor de Lisboa para derrubar eventuais obstáculos à sua admissão nas NU. Em relação às questões coloniais, os delegados belgas presentes em Londres na primeira sessão da AG das NU registaram uma *"hostilidade mais grave e geral do que esperavam contra os países coloniais"*, sentindo-se *"completamente abandonados entre os blocos russo e americano."* Estranhando a atitude tanto dos EUA, como nos países latino-americanos, atribuíam-na a razões mais de carácter *"psicológico"* do que *"político ou económico"*, uma vez que se tratavam de países que ainda tinham muito presente a sua condição de colónias. Mas, o maior e mais imediato receio belga estava na eventualidade de o seu Governo, como o conjunto das potências coloniais, poder vir a ser obrigado a enviar ao *"Secretariado"* informações estatísticas relativas aos respectivos territórios não-autónomos, no caso belga o Congo (segundo artº. 73º., alínea e) da *Carta*), podendo assim ser confundido pelas NU, propositadamente, o estatuto daqueles territórios com os territórios sob tutela, com natural prejuízo da soberania de Bruxelas sobre aquele extenso território africano.¹⁶⁷

O Ministro dos Negócios Estrangeiros belga, ansioso pela admissão de Portugal nas NU, uma vez que isso seria não só a consequência natural da *"atitude"* do Governo de Lisboa *"durante a guerra"*, mas também uma fonte de *"prestígio para a Europa"* e a presença de mais um país *"ao lado da boa causa"*, aconselhava uma rápida aproximação portuguesa a Moscovo (através do *"reatamento das relações"* diplomáticas entre os dois países, a pedido de Portugal), como forma de levar a URSS a não se opôr à sua admissão. Isto porque, *"por dois motivos"*, o Governo soviético parecia estar determinado a uma oposição permanente à entrada de Portugal, mesmo se proposta uma troca com *"qualquer satélite seu"*. Um primeiro motivo, segundo o Ministro belga, estaria no *"seu desmedido orgulho"*; um segundo, no *"desejo de criar um foco de infecção na Península através [da instalação] de uma representação diplomática e consular."*¹⁶⁸

167 Cf. Telegrama nº 38 da Legação de Portugal em Bruxelas para o MNE. 5 de Março de 1946.

168 Cf. Telegrama nº 55 da Legação de Portugal em Bruxelas para o MNE. 30 de Março de 1946.

Mas só em 1955 foi finalmente resolvida na ONU a questão da admissão de um número alargado de Estados — entre os quais se encontrava Portugal.¹⁶⁹ Um comité político *ad hoc* da AG pôde resolver um problema que se arrastava, em relação a alguns países, desde 1946. Isto depois de, em 1953, a AG ter criado um "comité de bons ofícios", constituído pelo Egipto, Holanda e Peru, com a finalidade de "*explorar as possibilidades de se obter um entendimento no CS que facilitasse a admissão de novos Estados membros de acordo com o Artigo 4º¹⁷⁰ da Carta*."¹⁷¹

Em 1954 a AG "*pediu*" ao referido comité que continuasse as diligências para que havia sido criado. A AG decidiu ainda remeter os pedidos pendentes ao CS com o objectivo de serem novamente considerados e de receberem um maior número de apreciações favoráveis, sendo depois solicitado ao CS que assumisse como desejável a invocação das disposições do parágrafo 2 do art.º 28º da *Carta*,¹⁷² de modo a que o problema fosse mais rapidamente resolvido.¹⁷³ No primeiro relatório apresentado pelo "comité de bons ofícios" a 19 de Setembro de 1955, ainda que estivessem assinaladas as velhas disposições dos membros permanentes relativamente à admissão de novos Estados, havia sinais de mudança em função da então considerada como favorável "*evolução recente da atmosfera internacional*."¹⁷⁴ Isto é, o desanuviamento da política internacional verificado, pelo menos, após a morte de Estaline, fornecia alguma margem para enfrentar com maior optimismo o futuro, em especial naquilo que respeitava a esta matéria relativa à admissão de novos Estados na ONU.

169 Portugal tornou-se membro da ONU em Dezembro de 1955. Era porém membro de vários organismos das NU: Organização da Aviação Civil Internacional; Organização Mundial de Saúde; Organização Internacional do Trabalho; União Postal Universal; Organização de Alimentação e Agricultura; União Internacional de Telecomunicações; e de vários Comités das Comissões do Conselho Económico e Social.

170 Cf. artigo 4º. em anexo.

171 Cf. UN. Department of Public Information. Press and Publications Division. Press Release GA/1309, 15-11-1955. *Question of admission of new members to the United Nations. Recapitulation of pending Applications*, p. 4. AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M125. ONU.

172 Nele se pode ler: "O CS terá reuniões periódicas, nas quais cada um dos membros poderá, se assim o desejar, ser representado por um membro do governo ou por outro representante especialmente designado."

173 Cf. UN. Department of Public Information. Press and Publications Division. Press Release GA/1309, 15-11-1955. *Question of admission of new members to the United Nations. Recapitulation of pending Applications*, p. 4. *Idem*.

174 Cf. *Ibidem*, p. 5.

Recorde-se que em 1945, após a Conferência de S. Francisco, são cinquenta e um o número de Estados membros da ONU.¹⁷⁵ Ora desde essa data, e até Novembro de 1955, foram contabilizados trinta e um pedidos de adesão. Portugal contava-se entre eles. Simplesmente, por desacordo entre a URSS e os EUA, que reflectia a sua rivalidade na política internacional, apenas nove países foram admitidos naqueles nove anos que mediarão a primeira candidatura de Portugal em 1946 e a sua admissão em 1955. Os pedidos de admissão do Afeganistão, Islândia e Suécia foram aceites logo em Novembro de 1946, a Tailândia em Dezembro desse ano, em Setembro de 1947 o Paquistão e o Ié-mene, em Março do ano seguinte a Birmânia, Israel em Maio de 1949, e, finalmente, a Indonésia em Setembro de 1950. Em 1955 a ONU contava com sessenta Estados membros.

Dos vinte e dois candidatos entretanto não admitidos, catorze¹⁷⁶ haviam assegurado sete¹⁷⁷ ou mais votos favoráveis nas reuniões do CS que trataram esta matéria — ou seja, uma clara maioria —, embora esbarrando sempre com o voto contrário de um dos seus membros permanentes — o da URSS. Havia depois os restantes sete candidatos,¹⁷⁸ e que receberam sempre menos de sete votos favoráveis nas reuniões do CS que trataram das suas candidaturas. Em 1955 havia ainda o pedido pendente da Espanha, nunca considerado pelo CS.¹⁷⁹

Portugal apresentou a sua primeira candidatura a 2 de Agosto de 1946. Apreciada em reunião do Membership Committee, a 14 de Agosto, foi vetada pelos votos contrários da URSS e da Polónia, tendo a Austrália, "*por razões processuais*", optado pela

175 Cf. quadros I, II e III.

176 Estes catorze Estados eram: Jordânia, Portugal, República da Irlanda, Itália, Áustria, Finlândia, Ceilão, República da Coreia (do Sul), Nepal, Líbia, Japão, Vietname (do Sul), Camboja e Laos.

177 Até 1965, o CS da ONU era composto por onze Estados, sendo que a China, a França, os EUA, o RU e a URSS eram membros seus membros permanentes com direito a veto. A partir de 1966, o número de membros do CS alargou-se a quinze Estados, permanecendo as suas anteriores cinco presenças permanentes. Assinale-se que a China continental (ou RPC) não era membro das NU. Os representantes da China na ONU provinham da Formosa, território insular onde se refugiaram os líderes nacionalistas chineses definitivamente derrotados no continente, em 1949, pelos comunistas de Mao-Tsé-tung.

178 Albânia, República Popular da Mongólia, Hungria, Roménia, Bulgária, República Democrática e Popular da Coreia (do Norte) e República Democrática do Vietname (do Norte).

179 A Espanha apresentou o seu pedido apenas a 23 de Setembro de 1955.

abstenção.¹⁸⁰ Favoravelmente votaram: México, China, França, EUA, RU, Brasil, Egito e Holanda. Após estes resultados verificados em reunião do CS, a AG votou unanimemente a resolução nº. 35(I) pedindo ao CS que reconsiderasse os pedidos não atendidos de admissão de Portugal, Mongólia, Albânia, Jordânia e Irlanda, mas que foram novamente recusadas no seu conjunto, e agora definitivamente, para os trabalhos daquele ano, em reunião do CS de 29 de Agosto, com os votos contrários da URSS e da Polónia. A Austrália absteve-se. China, França, EUA, RU, Brasil, Egito, Holanda e México votaram favoravelmente.

1946 foi o ano que maior número e mais intensas movimentações produziu para preparar as candidaturas dos países que haviam permanecido neutrais durante a guerra (com excepção de Espanha). No caso português, a acção teve início em Lisboa com as visitas, separadas, do Embaixador norte-americano e do Conselheiro da Embaixada britânica, ao Director-Geral dos Negócios Políticos no MNE, Marcello Mathias.¹⁸¹ Informaram ser portadores de instruções dos "*seus governos para [...] comunicar*" que apoiariam Portugal numa sua eventual candidatura à ONU, mas sublinhando que nos termos de uma resolução do CS adoptada em Maio do ano em curso, os "*pedidos de admissão*" deveriam ser "*transmitidos ao Secretário Geral até ao dia 15*" de Julho,¹⁸² de forma a poderem ser considerados pelo referido Conselho ainda durante o mês de Agosto. Queixando-se embora do curto espaço de tempo à disposição do Governo português para poder "*decidir em matéria tão delicada*", Marcello Mathias agradeceu a

180 Esta abstenção por parte da Austrália terá radicado não, exclusivamente, em "razões processuais" como afirmou o seu representante nas NU, mas no facto de o governo australiano pretender na altura levar Lisboa, a propósito da soberania portuguesa sobre Timor, a negociar com Camberra um conjunto de assuntos de seu interesse: nomeadamente, um acordo comercial geral, um outro relativo às comunicações aéreas entre a Austrália e Timor mas, sobretudo, um acordo que estabelecesse as condições necessárias para uma futura defesa comum de Timor e da Austrália. A necessidade destas negociações fora aliás reconhecida por Salazar em 1943, no decorrer das conversas para a concessão de facilidades aos britânicos nos Açores. E embora, em Junho de 1946, não se considerasse a hipótese de essas negociações estarem concluídas antes de Portugal ser admitido nas NU, deveria mostrar-se claramente, sob o ponto de vista de Camberra, que o apoio à sua entrada estava dependente da boa-vontade australiana (e eventualmente britânica) apesar da falha portuguesa. O FO, porém, recusou cooperar com os procedimentos australianos, sobretudo por considerar que as falhas verificadas eram, fundamentalmente, da responsabilidade do governo de Camberra. Cf. Telegrama de Nova Iorque (NU) para Londres (FO) de 16 de Junho de 1946 e Telegrama de Londres (FO) para Nova Iorque (NU) de 4 de Julho de 1946. PRO-FO 371. 60264. File 1775926.

181 Tiveram lugar no Domingo, dia 7 de Julho de 1946.

182 Mais tarde adiada para 3 de Agosto.

"diligência" dos dois governos, sobretudo por ser prova de uma grande "amizade". Da mesma forma era feito sentir, "*como primeira reacção*" (e era uma opinião a título pessoal manifestada por aquele diplomata português), que o êxito prático da "diligência era muito limitado", uma vez que uma e outra estavam condicionadas pelo texto da *Carta das NU*, que exigia, para concretização da admissão, a unanimidade dos "*Cinco Grandes, entre os quais a Rússia, com cujo voto dificilmente [se] poderia contar.*" Não tendo Portugal relações diplomáticas com a URSS, e não estando prevista, por parte do governo português, qualquer alteração significativa relativamente a esta questão, corria a candidatura de Lisboa o "*sério risco de ser recusada.*"

Que motivos poderiam então levar Portugal a tomar uma atitude que seria naturalmente usada contra o Governo e o País, além de poder representar um "*choque*" para os "*próprios países que apadrinhariam*" a candidatura portuguesa? Quando muito ficaria provado que as NU, pela "*sua constituição e possibilidade de abuso*" do direito de veto por parte dos países representados permanentemente no CS, não correspondiam ao "*propósito de tornar possível a cooperação pacífica*" entre as nações, mas o Governo português não pretendia, naturalmente, que "*tal demonstração fosse feita*" à sua "*custa*". Disto se concluía que, não estando garantido à partida o "*conhecimento da orientação dos Cinco Grandes*", se afigurava difícil a Portugal solicitar a sua "*entrada*".¹⁸³ Problema, aliás, já várias vezes exposto pela diplomacia portuguesa e que explicava o desinteresse várias vezes demonstrado para uma apresentação de candidatura por parte de Portugal.

Pelo seu lado, britânicos e norte-americanos consideravam que perante a possibilidade de um veto isolado por parte da URSS em relação à candidatura portuguesa, o resultado negativo desta atitude seria exclusivamente suportado pelo Governo de Moscovo, que assim ficaria mal "*perante a opinião mundial.*" Simplesmente, do lado de Lis-

¹⁸³ O representante dos EUA no CS que falara com Gromyko sobre a eventual entrada de Portugal nas NU, não notara no diplomata soviético qualquer "hostilidade" em relação ao facto. Mas também declarara que o "ponto de vista definitivo do seu governo", quanto ao "pedido de admissão de qualquer Estado", só podia "ser conhecido no momento da decisão", ou seja, "depois do pedido ser apresentado." Cf. Telegrama nº 213. Do MNE para a Embaixada de Portugal em Washington. 1 de Agosto de 1946.

boa, julgava-se poder não vir a ser esta a reacção da "*opinião pública portuguesa*", uma vez que sendo ela

conhecedora da habitual prudência e realismo do Chefe do Governo Português, poderia considerar desaconselhável jogar-se o prestígio do país sem razões políticas fortes que impusessem tal passo.

Como se conciliaria assim o dever imposto pelo artº. 4º. da Constituição Portuguesa,¹⁸⁴ e o consequente cumprimento da lógica constitucional, com a tomada de uma decisão "*de resultados incertos ou contraproducentes*"? Além disso o Governo português deveria ainda ponderar uma outra questão: se nas "*circunstâncias internacionais*" do momento e com

as divergências sucessivamente verificadas entre os principais membros das Nações Unidas, haveria vantagem para o país em tomar posição num organismo que certos comentadores internacionais

já supunham condenado à dissolução?¹⁸⁵

No dia 1 de Agosto, em iniciativa coordenada com a República da Irlanda, o Governo português decide finalmente apresentar o seu "*pedido de admissão*" nas NU, devendo os seus "*termos [...] ser os mais sóbrios e exclusivamente indispensáveis*."¹⁸⁶ As diligências devidas foram tomadas na capital norte-americana no dia seguinte. Ou seja, depois de ponderados os prós e contras da apresentação da candidatura, pesou-se sobretudo o argumento, segundo o qual, uma recusa por parte de Portugal, colocaria o Governo em maus-lençóis, podendo empurrá-lo para um isolamento delicado. Ou seja, em que situação ficaria Portugal (e o seu Governo), se fosse ele o único país neutro, de todos os contactados, a não apresentar candidatura? Além disso, a não apresentação de

184 "A Nação Portuguesa constitui um Estado independente, cuja soberania só reconhece como limites, na ordem interna, a moral e o direito; e, na internacional, os que derivem das convenções ou tratados livremente celebrados ou do direito consuetudinário livremente aceite, cumprindo-lhe cooperar com outros Estados na preparação e adopção de soluções que interessem à paz entre os povos e ao progresso da humanidade.

§ único — Portugal preconiza a arbitragem, como meio de dirimir os litígios internacionais.

185 Cf. Telegrama nº 213. Do MNE para a Embixada de Portugal em Washington. 1 de Agosto de 1946.

186 Cf. Telegrama nº 246. Do MNE para a Embaixada de Portugal em Washington. 8 de Julho de 1946.

candidatura naquele momento, e ainda que não impedindo uma outra a ser feita posteriormente, poderia obrigar o Governo de Lisboa a "*concorrer*" mais tarde "*com países ex-inimigos, circunstância*" que em si também merecia ser "*considerada, juntamente com o inconveniente*" de Portugal estar a "*dar*" naquele momento "*à Rússia a impressão*" de não desejar "*agir livremente*" por um "*receio antecipado*" em relação àquela que pudesse vir a ser a "*atitude*" soviética.

No entanto, previamente a estas dúvidas, um outro ponto fora contabilizado pela diplomacia portuguesa. A eventualidade de a admissão de Portugal nas NU poder vir a colocar a cedência de facilidades militares nos Açores a britânicos e norte-americanos, ao abrigo do disposto no artº. 43º da *Carta*. Embora o Departamento de Estado considerasse a aplicação daquela disposição "*subordinada à prévia concordância de todos os interessados, sem a qual não seria possível a execução dos acordos previstos*", haveria que reconhecer duas questões:

1º Qualquer recomendação do CS que "*envolvesse a disposição*" das bases açorianas "*para defender a paz no mundo*", traria uma "*enorme força moral*" a Portugal, em primeiro lugar, e ao RU e EUA, em segundo.

2º O "*emprego*" daquele "*meio de pressão*", por parte das NU, "*poderia porventura*" influenciar "*eventuais negociações*" entre Portugal, os EUA e o RU para a "*utilização permanente de facilidades nos Açores.*"

Quanto ao primeiro ponto, os EUA, embora pretendessem alargar o âmbito de acção das NU, não pretendiam concentrar toda a sua política externa naquele Organismo enquanto meio de resolução dos problemas internacionais, o que era também uma forma de salvaguarda dos seus interesses. Assim, caso uma eventual interferência do CS das NU fosse de encontro aos "*interesses comuns*" de Portugal, RU e EUA, nos Açores, Washington não hesitaria em recorrer à utilização do direito de veto. Relativamente aos "*inconvenientes*" presentes no segundo ponto, consistiam eles, principalmente, num "*enfraquecimento*" da "*posição*" portuguesa na eventualidade de Lisboa desejar obter, através de "*negociações directas*", garantias junto dos utilizadores em troca das facilidades nos Açores. Porém, ouvidas as autoridades norte-americanas, mostrara-se haver a

intenção de promover, para aquele fim, a negociação directa entre governos, uma vez que se considerava não ser possível "*confiar ilimitadamente no funcionamento das Nações Unidas*."¹⁸⁷

Em 1947 manteve-se o impedimento em relação a Portugal. O CS considerou novamente a resolução nº 35(I), mas a 18 de Agosto a URSS e a Polónia repetiram o voto contrário à admissão portuguesa, tendo no entanto os restantes membros do CS apreciado favoravelmente aquele pedido (a Colômbia substituíra o México e a Síria o Egipto). Em Novembro, a AG propôs que o CS reconsiderasse o pedido de Portugal por considerar que aquele se tratava de "*um país pacífico*".¹⁸⁸ Foi então aprovada a resolução nº 113(II) por quarenta votos contra nove (Bielorússia, Checoslováquia, Etiópia, China, Filipinas, Polónia, Ucrânia, URSS e Jugoslávia) e três abstenções (Guatemala, Haiti e Paquistão). No entanto, a orientação do CS não sofreu qualquer modificação.

No ano seguinte, em Setembro, a URSS manifestou a sua oposição à inscrição na agenda da III AG a questão da admissão de novos países na Organização.¹⁸⁹ Porém, o CS considerou a resolução nº 113(II), pendente de 1947. A favor da admissão de novos países votaram Argentina, Canadá, China, Noruega, Síria, RU, EUA e França. Contra votaram a Ucrânia¹⁹⁰ e a URSS. A AG votou ainda uma resolução — nº 197(III) — semelhante à que havia sido proposta em 1947 pela Austrália e recomendando a adesão de Portugal. Foi aprovada no início de Dezembro por 39 votos contra 6 e uma abstenção (sem *roll-call*¹⁹¹). A resolução tinha também tido uma votação favorável quando foi levada ao comité *ad-hoc* em finais de Novembro (ou Comissão Política Especial) — 29 votos pela adesão contra 6.

Em 1949 (13 de Setembro), mantiveram-se no CS dois votos contrários (URSS e Ucrânia). Favoravelmente manifestaram-se os restantes membros permanentes do CS e representantes dos seguintes países não-permanentes: Argentina, Cuba, Noruega, Síria e

187 Cf. Telegrama nº 301. Da Embaixada de Portugal em Washington para o MNE. 11 de Julho de 1946.

188 A resolução nº 113 (II) foi proposta pela Austrália.

189 Cf. *O Século*, 23 de Setembro de 1948 (p. 1, 6ª coluna e p. 2, 1ª coluna).

190 Que entretanto substituíra a Polónia como membro não-permanente do CS.

191 Chamada.

Canadá. Neste ano a AG aprovou a resolução nº 296(IV) pedindo ao CS que considerasse o pedido português com base num parecer do Tribunal Internacional da Haia. Foi aprovada por 53 votos contra 5 e uma abstenção (sem *roll-call*). A resolução fora também aprovada no comité *ad-hoc* por 41 votos contra 5 e 4 abstenções.

Em 1950, a AG pede ao CS que considere todos os pedidos pendentes de admissão na ONU com base na resolução nº 506 (V). Esta resolução fora aprovada em plenário por 46 votos contra 25 abstenções (sem *roll-call*). Em 1951 a AG renovou a resolução nº 506 ao aprovar a resolução nº 620 (VI). Em CS votaram favoravelmente a URSS e o Paquistão. Contra China, EUA, Brasil, Holanda, Turquia e Grécia. Absteram-se França, RU e Chile. Em Fevereiro de 1952, o CS reconsidera a proposta soviética de admissão simultânea de catorze Estados, entre os quais Portugal. Nesta reunião são novamente tidas em conta as resoluções nº 506 (V) e nº 620 (VI) aprovadas na AG, tendo o Paquistão e a URSS votado favoravelmente. China, EUA, Brasil, Holanda, Grécia contra. RU, França, Turquia e RU abstêm-se. O comité *ad-hoc* rejeita a proposta polaca para uma "*reconsideração conjunta da admissão*" da Albânia, Mongólia, Bulgária, Roménia, Hungria, Finlândia, Itália, Portugal, Irlanda, Jordânia, Áustria, Ceilão, Nepal e Líbia por 28 votos contra, 20 a favor e 11 abstenções. Em 1953 institui então a AG o comité de bons-ofícios destinado persuadir o CS a uma mudança de atitude face a estas propostas de admissão conjunta. Em 1954 o Comité de Bons-Ofícios é reconduzido nas suas funções.¹⁹²

Acordada a sua admissão,¹⁹³ Portugal participou, já na qualidade de país membro, na fase final da X sessão da AG das NU, de 15 a 20 de Dezembro. O relatório enviado para Lisboa, em Janeiro de 1956,¹⁹⁴ pelo representante português, revela uma primeira reacção ao funcionamento da ONU, manifestando-se uma profunda antipatia e razoável

192 Cf. telegrama nº68. Delegação de Portugal na ONU em Nova Iorque para MNE em Lisboa. 15 de Maio de 1958.

193 1955 e 1960 foram os anos em que maior número de Estados foram admitidos (dezasseis e dezasete países, respectivamente). Para além de Portugal, este "pacote" de Dezembro de 1955 incluía: Espanha, Itália, Irlanda, Jordânia, Hungria, Albânia, Áustria, Roménia, Bulgária, Finlândia, Ceilão, Nepal, Líbia, Camboja e Laos. Japão, República Popular da Mongólia, as duas Coreias e os dois Vietnams não foram admitidos.

194 Cf. *Participação de Portugal nos Trabalhos da 10ª Sessão da AG das NU, Nova Iorque, 9 de Janeiro de 1956*, AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M182. ONU.

incompreensão, tanto pela natureza política da instituição, como pela prática dos vários países e seus representantes.

A 15 de Dezembro, nos "*corredores*" das NU em Nova Iorque, comentava-se a derrota norte-americana pelo facto de, na véspera, não ter sido conseguida a admissão do Japão (por troca com a Mongólia). Aliás, este conjunto alargado de admissões partiu de uma iniciativa soviética. Moscovo pedira uma "*nova e urgente reunião do CS para apresentação espectacular e decisiva da proposta de que resultou a admissão no mesmo dia de dezasseis novos membros.*" Neste contexto, os EUA tiveram que "*resignadamente*" deixar cair o Japão ou aceitar a inaceitável entrada da Mongólia.¹⁹⁵ Caso contrário seriam acusados de bloquear a admissão de dezasseis novos Estados membros.¹⁹⁶

De qualquer forma, este alargamento trouxe, segundo palavras do representante português, uma "*atmosfera [...] de optimismo*", considerando que se dera um importante passo para a "*definitiva consagração do princípio da universalidade sobre quaisquer restrições ideológicas ou de expediente*".¹⁹⁷ Já sentado, "*provisoriamente*", entre o Nepal e da Roménia, o delegado português foi felicitado por representantes de vários países, destacando-se Sir Pierson Dixon do RU — feliz pela admissão do seu "*oldest ally*" —, Alphand pela França e vários delegados norte-americanos. Inclusivamente, um representante da União Indiana, o padre Jerónimo de Sousa, cumprimentou calorosamente o chefe da novíssima delegação permanente de Portugal. Iniciada a sessão, tiveram "*palavras de particular apreço para Portugal os delegados da Colômbia*", Venezuela, Paquistão e República Dominicana. Por seu lado, adivinhando o futuro, o representante indiano considerava-se feliz pela admissão de dezasseis novos países, acrescentando:

195 A intransigência norte-americana e ocidental face à admissão da Mongólia, devia-se ao facto de este ser considerado um Estado "fantoche", absolutamente enfeudado à vontade soviética.

196 Cf. *Participação de Portugal nos Trabalhos...*, 09-01-1956, AHDMNE...

197 Cf. *Idem, ibidem...* p. 2.

My country recognizes each one of them and has diplomatic and friendly relations with them all — with all but one perhaps but we have diplomatic relations with all of them. Thus we welcome them all equally. ¹⁹⁸

Depois foi uma correria de diligências por parte de vários países, tentando conquistar o voto lusitano, tornando assim Portugal em mais uma "vítima do caciquismo de matriz parlamentar prevalente [sic] na organização." Mas o voto português não foi dado a ninguém. Faltavam "instruções". Nas votações Portugal abstinha-se ou ausentava-se da sala.

Porém, na eleição do novo representante não-permanente no CS já o delegado português participou activamente com o seu voto. Os trabalhos da AG haviam, antes da admissão dos novos Estados, procurado eleger um dos candidatos (Jugoslávia ou Filipinas), mas os vinte e nove escrutínios realizados até 15 de Dezembro não deram a nenhum dos países os dois terços de votos da AG necessários à eleição. Este facto decorria de uma tentativa de alguns países em alterar as regras de eleição dos representantes não-permanentes. Segundo essa regra era o momento de eleger um país do sudeste europeu. Simplesmente, alguns países que consideravam tal acordo ultrapassado consideravam dever ser atribuído o lugar a um país do sudeste asiático — consequência da "importância que essa zona do Mundo passava a ter." A manutenção do *status* tinha o apoio da maioria do grupo europeu (França e RU incluídos), e do "grupo soviético". Os EUA "e grande parte do numericamente forte grupo latino-americano" apoiavam uma mudança de atitude e, portanto, a eleição das Filipinas. Houve então "necessidade de se recorrer mais uma vez à política de corredor."

Na reunião do grupo europeu, o representante português procurou ouvir e esclarecer-se, não manifestando a intenção de vir a apoiar "*firmemente as Filipinas*" na votação secreta que teria lugar, enquanto notava que a "*coesão do grupo europeu ocidental*" parecia uma "*coisa não perfeitamente clara*." De qualquer modo não revelou, nem deixou "*entrever o sentido em que*" Portugal ia votar, sobretudo porque "*não havia a*

198 "O meu país reconhece cada um deles [novos países membros] e tem relações diplomáticas e de amizade com todos — com todos menos um, talvez, não obstante temos relações diplomáticas com todos eles. Assim damos da mesma forma as boas vindas a todos eles." Citado em *ibidem*, p. 3.

excluir a hipótese de a Jugoslávia vir no fim a ganhar o lugar." Não encontrava também, naturalmente, qualquer vantagem em "hostilizar" o bloco europeu, sobretudo porque estava tomada a decisão de apoiar a Jugoslávia. Não queria assumir um papel "quixotesco". Face à auscultação feita por Alphand sobre o sentido de voto dos representantes dos países presentes, o "espanhol" manifestou as "reservas" do Governo do seu país à candidatura jugoslava. O português, considerando "não haver vantagem em ir tão longe", afirmou não ter ainda "recebido instruções" e que, portanto, "reservava a posição" portuguesa sobre o assunto.

Várias diligências depois (por parte de uns quantos delegados e do Presidente da AG), ao fim de "trinta e seis escrutínios" e com a abstenção portuguesa, a Jugoslávia foi eleita para o CS. Encerrado este episódio, o representante de Portugal censurava, para além dos princípios e o modo de funcionamento da ONU, cheio de jogadas de bastidores, o comportamento da Espanha.

[...] parece-me ser de deixar [...] aqui [...] uma reflexão breve acerca da atitude do delegado espanhol, o qual, aproveitando-se da confusão, alienou as Filipinas, por que se batera, para arrebanhar um voto em favor do seu país, que juntou de certo ao seu próprio. Esperava ele novo escrutínio em que me disse dever a Espanha obter 12 votos — certamente para ver se lhe daríamos o nosso. Antes que ele fosse mais longe na sondagem, disse-lhe secamente que não abandonaríamos as Filipinas. Pouco depois, um dos secretários espanhóis, decerto sem conhecer as apressadas manobras do seu chefe, lamentava-se da falta de coesão manifestada pelos-americanos.¹⁹⁹

OS IMPÉRIOS COLONIAIS EUROPEUS E A DESCOLONIZAÇÃO. UMA HISTÓRIA COM UMA DÉCADA.

Nada foi tão espectacular na história dos impérios coloniais europeus no 2º pós-guerra (à excepção do império russo), do que a rapidez com que desapareceram. Se em 1939 pareciam estar no seu "zénite", em 1965 haviam praticamente desaparecido, sendo que desde 1958-59, o destino da maior parte dos territórios que os compunham estava já

199 Cf. *ididem*, p. 11.

quase definitivamente traçado — a independência política. Mas mais surpreendente se tornou este fenómeno, pelo facto de as principais potências coloniais²⁰⁰ terem saído formalmente vitoriosas da Segunda Guerra Mundial, e por isso continuado a ser potências de primeira ordem. Por isso, e ao contrário do que muitas vezes se pretende, dificilmente se poderá interpretar este fenómeno apenas enquanto consequência de uma decadência do Ocidente.²⁰¹

Todo este processo esteve então essencialmente dominado por dois elementos: por uma lado o "*desenvolvimento do nacionalismo*", isto é, de uma importante intolerância em relação à dominação estrangeira, e que nas "*colónias tropicais de ocupação foi inteiramente diferente do nacionalismo do século XVIII nas colónias norte-americanas de povoamento*." Por outro lado, alargara-se nos países imperiais uma "*significativa desconfiança*" em relação a si mesmos, e que degenerou num "*sentimento de culpa pelo exercício*" de uma dominação "*sobre outros povos*." Começaram estes factores a actuar em finais do século XIX,²⁰² embora se tenham apenas dado a conhecer "*plenamente*" depois de 1945. Na "*sua forma moderna*" o nacionalismo nos territórios coloniais começou por se manifestar e desenvolver no Oriente: Índia, Ceilão e por quase todo o Sudeste Asiático. Tratava-se de um conjunto de territórios que possuíam uma civilização avançada e onde a presença europeia se fazia sentir desde os séculos XVI e XVII, isto é, há mais tempo e com uma maior intensidade do que, por exemplo, em África, outro palco importante de manifestação do imperialismo europeu. Neste continente, e sobretudo nos territórios a sul do Sahara, o nacionalismo só se veio a "*revestir*" de alguma "*importância depois de 1945*."

É, no entanto, muito difícil determinar se estes nacionalismos foram "*reações espontâneas ao domínio estrangeiro, determinadas por mudanças económicas e sociais*," ou o "*produto da propaganda de conceitos nacionalistas*." De qualquer forma, desde 1945, uma parte muito significativa das colónias opunha-se "*activamente ao do-*

200 RU, França, EUA, Holanda e Bélgica.

201 Cf. Cain e Hopkins, 1993a, pp. 4-7, 277-278 e 310-315. Citações retiradas de Fieldhouse, s.d., p. 311.

202 Cf. Fieldhouse, *op. cit.*, *passim*; idem, 1990, *passim* e O'Brien, 1988, *passim*.

mínio estrangeiro", encarando-o e sentindo-o como "*um peso intolerável*." Daí que as exigências de autodeterminação e independência se tenham tornado cada vez mais insistentes.

Restava então saber se as potências coloniais europeias tentariam, generalizada e sistematicamente, "*sufocar*" as reivindicações nacionalistas ou se, pelo contrário, aceitariam o princípio segundo o qual "*todos os povos tinham o direito à autodeterminação*." E este era um problema importante, uma vez que o domínio europeu se tinha, em grande parte, baseado no apoio e consentimento tácito por parte dos povos submetidos, sendo que as potências coloniais confiavam desde sempre e em grande parte em forças militares e para-militares indígenas como forma de manter a ordem e a autoridade. Num novo contexto, prolongar o domínio colonial podia então implicar o recurso a forças armadas europeias, o que equivalia tanto a uma opção demasiado cara, como muito provavelmente destinada a fracassar a médio ou longo prazo, sobretudo se se tivessem como adversários "*movimentos políticos de massas*." Mas por outro lado, nem sempre a presença europeia enfrentou movimentos nacionalistas que contavam com um amplo apoio naqueles territórios em que agiam, pelo que, em circunstâncias como esta, a presença colonial poderia ter-se prolongado muito para além daquilo que realmente aconteceu. Porque razão, então, capitularam as potências europeias, embora de forma faseada, depois de 1945?

Por um lado, fizeram-no, como consequência da "*influência das ideias filantrópicas, liberais e socialistas que remontavam a finais do século XIX*." Estas ideias convenceram boa parte da opinião pública das potências coloniais de que os seus territórios de além-mar tinham, de facto, "*o direito à liberdade*", depois de "*demonstrado*" que esse era não só o "*desejo da maioria*", como ainda essa maioria estava em condições de se governar — conjunto de condições que, aliás, nem sempre se confirmou. Se quisermos, podemos então afirmar que uma parte muito significativa da opinião pública na maioria das potências coloniais ocidentais não parecia estar disposta a pagar o "*custo financeiro e moral da repressão violenta dos movimentos nacionalistas*." Era, em boa parte, esta a nova situação existente após a Segunda Guerra Mundial. Mas deve-se ainda adicionar a

estas variáveis de natureza moral ou emocional, naturalmente com uma importante conotação política, um conjunto de outras mais concretas. Estas aconselhavam a que não se colocassem obstáculos aos "*movimentos independentistas*", porque, sobretudo no caso das possessões no Continente Asiático, não existiam condições para as conservar. Em 1942 havia sido prometida a "*independência à Índia e a plena autonomia a Ceilão*", enquanto a Birmânia e a Península Malaia eram ocupadas por tropas japonesas, tornando os respectivos movimentos nacionalistas mais poderosos. A Indonésia holandesa e a Indochina francesa foram também ocupadas pelos japoneses, tornando assim muito difícil, ou mesmo "*impossível*", o restabelecimento do domínio europeu. Estava por isso, nestes casos, não só antecipadamente aberto o caminho para a independência, como ainda o da sua influência noutros territórios, especialmente em África. Isto é, de que forma se podia negar aos africanos as suas ambições independentistas, depois das concessões feitas aos asiáticos?

Naquilo que respeita à descolonização, os anos posteriores a 1945 podem ser divididos em duas fases. Numa primeira que se estende até meados da década de cinquenta, em que a soberania europeia se retirou "*unicamente*" daqueles territórios que estavam à beira de conquistar a independência antes da guerra ou que se encontravam em condições de rapidamente aspirar a essa independência como consequência do impacto político da Segunda Guerra Mundial. No caso, isto é, nos quatro anos após 1945, produziu-se uma profunda e rápida vaga descolonizadora: em 1946 as Filipinas tornaram-se num Estado soberano, numa independência concedida pelos EUA, ao mesmo tempo que a Transjordânia, o Líbano e a Síria deixavam de ser, respectivamente, mandatos do RU e da França.²⁰³ Em 1947 coube ao Paquistão e à Índia a vez de se tornarem independentes como membros da Commonwealth. 1948 foi o ano da independência do Ceilão e da Birmânia, embora este último não viesse fazer parte da Commonwealth, tal como Israel, cuja respectiva "*proclamação*" se produziu a 14 de Maio do mesmo ano. A Holanda reconheceu em 1949 a independência política do Estado indonésio, embora até 1956 mantivesse a esperança de com ele garantir a

203 O fim dos mandatos sobre a Síria e o Líbano deu-se, mais exactamente, 13 de Dezembro de 1945.

existência de estreitos laços políticos. Neste mesmo ano, também a França "*concedeu soberania*" aos seus territórios da Indochina, permanecendo embora no seio da União Francesa até 1954. Se em 1951 se produziu a independência da Líbia, depois de conturbadas discussões em torno do seu destino político, desde pelo menos 1945,²⁰⁴ pode-se afirmar que entre 1949 e 1956 se verificou um abrandamento no ritmo descolonizador. Ele correspondia tanto a uma diminuição das pressões políticas nos ainda vários territórios dependentes, como ao facto de a opinião pública europeia não haver ainda atingido aquele limiar máximo em que viria a considerar o Império como uma realidade "*moralmente*" discutível. De qualquer modo, as situações tendiam a complicar-se em "*sociedade multirraciais*" como as da Argélia, do Quênia ou da África Central, muito embora a tendência fosse, junto da maioria das potências coloniais que restavam, para fazer amplas concessões face às crescentes "*reivindicações nacionalistas*."²⁰⁵

A segunda fase da descolonização teve início depois de 1955, foi impulsionada pelo sucesso das reivindicações independentistas anteriores, libertando da tutela europeia a maior parte dos restantes territórios coloniais até cerca de meados da década de sessenta. Teve como particularidade, tanto o facto de incluir territórios que anos antes pareciam não poder chegar rapidamente à independência, senão no espaço de pelo menos "*uma geração*", como ainda, enquanto processo político, com determinada orientação e resultados, se haver definido alguns anos antes da sua conclusão, isto é, em torno de 1960.²⁰⁶

O RU e a França saíram da Segunda Guerra Mundial com o seu estatuto formal de potências coloniais praticamente intacto. A França, apesar da colaboração do Governo de Vichy com a Alemanha nazi, tinha garantido, por intermédio da participação de representantes da "*França Livre*" na "*grande aliança*", um lugar entre os vencedores. Recorde-se que forças militares suas participaram em muitas das campanhas de libertação da Europa, triunfaram na sua guerra civil ao defrontarem forças leais a Pétain, no Norte

204 Cf. Hargreaves, 1988, pp. 88 e 90-91 e Louis, *op. cit.*, pp. 555 e 558-560.

205 Cf. Fieldhouse, *idem*, pp. 311-314.

206 Esta segunda fase é analisada no capítulo III.

de África, África Ocidental e no Levante.²⁰⁷ Mas, obviamente, os sucessos do general de Gaulle apenas se podiam dever ao apoio de britânicos e, sobretudo, norte-americanos. O regresso da França a um protagonismo político-militar no segundo pós-guerra, deve ser sobretudo compreendido pelo esforço e desejo britânico de conseguir um aliado forte na Europa, capaz de colaborar na luta contra a ameaça de uma hegemonia soviética — sobretudo num contexto em que muito previsivelmente, durante alguns anos, não se poderia contar com a Alemanha. Alguns dos principais e imediatos "*atavios do estatuto de grande potência*" adquiridos pela França já no final da guerra, foram o ter-se tornado membro permanente do CS da ONU ou o ser-lhe atribuída uma zona de ocupação na Alemanha, além de que, apesar de ter perdido os "*seus antigos mandatos na Síria e no Líbano*", não haver desistido das suas ambições noutros dos seus territórios imperiais na Ásia, África ou Pacífico Sul.²⁰⁸

As linhas de evolução do Império Colonial francês entre 1945 e 1955, tinham partido de um princípio segundo o qual "*a guerra nada tinha mudado*" na natureza do "*relacionamento colonial*." Sendo que, o esforço civilizador que a França se propunha continuar a desempenhar nas colónias se mostrava incompatível com as ideias de "*autonomia, ou qualquer possibilidade de evolução fora*" da estrutura constituída pelo Império francês. A II Conferência de Brazzaville, iniciada a 30 de Janeiro de 1944, muito embora tratasse fundamentalmente dos problemas da presença colonial francesa em África, foi o repositório deste conjunto de ideias válidas para todo o império. Não quer isto dizer que algumas reformas não tivessem sido propostas, "*realinhando*" velhas ideias com novas realidades. Em relação a África foi sugerido "*um incipiente sistema de governo representativo*", composto por "*assembleias consultivas locais e assembleias regionais ao nível territorial*," fazendo "*africanos e franceses*" parte de ambas. Mais importante foi a "*sugestão de que as colónias deveriam participar nos assuntos da 'Comunidade Francesa'*", fosse através de um "*parlamento colonial ou de uma assem-*

207 Inicialmente, o império colonial francês dividiu-se entre um apoio a Pétain ou a de Gaulle. Todo o Norte de África, a África Ocidental francesa e a Indochina mantiveram-se até, pelo menos, Novembro de 1942, leais a Vichy. Zonas do Império colonial francês menos importantes, como a África Equatorial francesa e a Nova Caledónia, colocaram-se ao lado da "França Livre."

208 Cf. Kennedy, 1990, 2º vol., p. 31.

bleia federal." A condição dos povos coloniais, o seu bem-estar, foi pela primeira vez preocupação explícita num encontro de autoridades de topo da administração francesa em que se tratou dos problemas do Império francês. A descentralização político-administrativa deu assim lugar à "*personalidade política*", sublinhando-se a importância das necessidades e aspirações locais, o que naturalmente significava um recuo nos esforços de assimilação. Simultaneamente, o "*indigénat*", código judicial especial para os africanos, deveria ser abolido, e promovido o desenvolvimento económico.

De qualquer modo tudo isto não passava de uma série de recomendações, porque, de facto, a Conferência de Brazzaville mais não podia ambicionar. Faltavam-lhe autoridade e legitimidade pelo facto de não haver sido realizada sob a égide de um Governo representativo. Na capital do Congo elaborou-se apenas um memorando a ser proposto ao novo Governo francês, quando este viesse a ser estabelecido. Aquilo que é considerado como a ambiguidade de resultados da Conferência, permitiu que sobre ela se produzissem uma série de diferentes enfoques. Os franceses viam-na como o paradigma do seu espírito reformador, os norte-americanos foram deixados na dúvida, mas não abandonando a maneira crítica como tradicionalmente viam o colonialismo francês e, finalmente, os povos do império colonial francês encontravam-lhe razões para produzirem enormes protestos ou assimilarem um enorme sentimento de esperança. Neste sentido, Brazzaville foi um ponto de viragem, restando apenas saber em que direcção.²⁰⁹

Com o aproximar do fim da guerra a tendência apontava para o aumento de dificuldades no exercício da soberania de Paris sobre o seu Ultramar. As movimentações reivindicativas de independência política eram já importantes no Norte de África (Marrocos e Argélia) e na Indochina. Neste contexto procurou-se isolar politicamente os compromissos tomados durante a guerra em relação ao Líbano e à Síria,²¹⁰ de forma a não poderem ser evocados por representantes de outras partes do Império. Entre 1944 e 1945, as reformas políticas na Argélia (nomeadamente do sistema eleitoral), que permi-

209 Cf. Betts, 1991, pp. 58-61.

210 A estes territórios, mandatos franceses conferidos pela SDN mas tratados integralmente como parte do Império colonial francês, foi prometida independência em Junho de 1941 pela voz do General Catroux, representante da França Livre. Isto após a sua ocupação por forças militares franco-britânicas.

tiam uma maior participação de muçulmanos na vida política do território, ou a aposta crescente numa solução federativa pretendiam, naturalmente, fazer diminuir o fôlego reivindicativo.

Da mesma forma, as ideias em torno daquele que deveria poder ser o papel da França na nova Europa, assim como a evolução política do continente, permitiam, senão mesmo exigiam, a manutenção do Império. Assim, segundo de Gaulle, se os territórios coloniais franceses se mantivessem associados à Metrópole, estaria aberto o caminho para a acção da França na Europa: "*Destino secular da França!*"²¹¹

O facto é que nunca chegou a ser encontrada pela França, e nomeadamente pela IV República, uma nova visão dos territórios ultramarinos. "*Velhos métodos e velhas ideias, suportadas por políticos e administradores coloniais há muito tempo em serviço, continuaram.*" Apostou-se, sobretudo, na mudança das designações oficiais através das quais se dava nome às instituições, mas as suas funções e a sua eficiência não sofreu alteração substancial de forma a acompanhar as exigências de povos e territórios do além-mar. Assim, o termo "*Império*" deixou de ser utilizado no vocabulário político, sendo substituído, primeiro, por "*União Francesa*", e depois por "*Comunidade*." Mas num caso como noutro, as mudanças pareciam servir mais objectivos retóricos do que reflectirem um conjunto de efectivas mudanças institucionais: "*Plus ça change, plus c'est la même chose.*"²¹²

Todo o debate em torno da nova Constituição francesa que viria a inaugurar a IV República, guardou espaço para a definição do estatuto político a atribuir ao Ultramar e, portanto, para permitir medir o alcance real das reformas neste domínio. À partida, porém, o espírito dominante era o de não permitir a cedência de qualquer parcela de soberania francesa além-mar.²¹³ Além do mais, o cenário de confrontação política em França caracterizava-se uma por enorme instabilidade política, num sistema em que sendo supremo o papel do Parlamento, as energias eram gastas, sobretudo, na efectivação de alianças pluripartidárias, constituindo-se maiorias e governos efémeros que dificilmente

211 Cf. Betts, *op. cit.*, p. 64.

212 "Quanto mais muda, mais fica a mesma coisa."

213 Cf. Idem, *ibidem*, pp. 65-66.

possuíam a força e a legitimidade suficiente para definir e aplicar políticas cujos resultados apenas podiam ser apreciados no longo-prazo. A primeira versão da Constituição da IV República, que um referendo nacional não aprovou, como a segunda e definitiva versão, reflectiam a intenção de, em matéria colonial, se desenvolver e aplicar o princípio de organização federal de todo o espaço político francês. Assim, no preâmbulo da nova Constituição podia ler-se:

*A França forma com os povos do ultramar uma assente na igualdade de direitos e responsabilidades, sem distinção de raça ou religião.*²¹⁴

A Constituição previa a consagração da União Francesa composta pela França e Estados e territórios associados e por departamentos e territórios ultramarinos. Tinha por órgãos um Presidente (o da República) e um Alto Conselho, composto por delegados do governo francês e por representantes designados por cada um dos Estados associados, desempenhando funções consultivas. Existia ainda a Assembleia da União Francesa composta em metade por representantes metropolitanos eleitos pelas câmaras legislativas e metade por representantes dos departamentos e territórios ultramarinos eleitos por sufrágio directo. A União era assim uma "*associação de povos*" em diversos *estádios de evolução social e política*." Por exemplo, a Indochina constituía-se em

Federação com personalidade política (compreendendo as repúblicas do Viet-Nam e da Conchina e o reinos do Camboja e de Laos), até às colónias já assimiladas à metrópole, como as Antilhas, a Reunião, a Guiana, São Pedro de Miquelon, que receberam o estatuto de departamentos ultramarinos dotados das mesmas leis dos metropolitanos.

A União Francesa tinha um forte pendor federalista, uma vez que qualquer seu habitantes usufruía o estatuto de cidadão francês, "*além dos direitos que porventura lhe*" desse o facto de "*ser simultaneamente cidadão do Estado ou do território associado*." Mas na prática esta construção jurídica não estava "*inteiramente assente*. A *independência do Viet-Nam, depois da repressão francesa*" era porventura menor do que no

214 Citado em *ibidem*, p. 70.

passado. "As colónias africanas não mudaram em nada pelo facto de constitucionalmente passarem a ser designada por 'territórios ultramarinos'. O amor dos latinos pelas reformas verbais" havia-se uma vez mais casado "com a tendência conservadora da vida."²¹⁵ Isto é, se no passado o Império francês havia sido unitário em mito e de facto uma grande diversidade, a "União" era um mito federal e uma confusão na prática.²¹⁶

A Indochina foi o primeiro e principal problema a enfrentar pelo Estado francês no seio da sua estrutura imperial. Quando rebentou a Segunda Guerra Mundial existia a "União da Indochina", que os franceses haviam criado em 1887. Constituíam-na o Vietname (dividido em três: Conchinchina, tendo Saigão como capital; Tonkin, com a capital em Hanói; e o império de Annam, com capital em Hué), os reino do Camboja e do Laos. Esta espécie de federação era governada por um Governador Geral francês dependente do governo de Paris. À excepção da Conchichina que, de facto, à luz do direito internacional era uma colónia, os restantes territórios tinham o estatuto de protectorado.

A derrota francesa em 1940 face à Alemanha, seguida do início da guerra nipo-americana em Dezembro de 1941, fez com que a Indochina fosse ocupada por tropas japonesas, sendo estabelecido um compromisso entre Vichy e Tóquio que previa a manutenção da soberania formal francesa sobre a região, mas que em troca possibilitava a utilização pelos japoneses das suas instalações militares e potencial económico. Apenas muito próximo do final da guerra, a 9 de Março de 1945, os japoneses assumiram formalmente o domínio político da Indochina, fazendo prisioneiros militares franceses e exigindo ao imperador de Annam, Bao Dai, a unificação das três regiões que compunham o Vietname, a par da proclamação da independência em relação a França.²¹⁷

Após a vitória dos aliados e a expulsão dos japoneses por acção das forças britânicas provenientes da Birmânia, os desenvolvimentos político-militares na Indochina

215 Marcello Caetano, *Estudos de Direito e Administração Colonial I. Portugal e o Direito Colonial Internacional*, 1948, pp. 202-203.

216 Cf. Betts, *op. cit.*, p. 70.

217 Cf. Marcello Caetano, *op. cit.*, pp. 199-200 e Benz e Graml (comp.), s.d.c., p. 188.

implicavam o desejo francês de não ceder na independência absoluta, uma vez que a partir de uma concessão daquela natureza teriam o contágio a outras partes da "Comunidade", nomeadamente ao Norte de África (Marrocos, Tunísia e Argélia), hesitando até finais de 1946 entre a negociação ou a eliminação dos nacionalistas chefiados por Ho Chi Mihn e Nguyen Giap. Estas forças tinham-se consolidado desde, sensivelmente, 1941 numa luta no norte do Vietname contra a presença francesa e japonesa, tendo ocupado Hanói já no decorrer de 1945, e com isso contribuído para a derrota japonesa na região. Decidida pela confrontação militar a que o fracasso das negociações daquele ano conduziu, as autoridades francesas subestimaram as potencialidades dos adversários, sobrevalorizando as suas numa proporção directa. A partir de Saigão procuraram aniquilar os viet-minh (Liga para a Independência do Vietname) a norte, conseguindo expulsá-los de Hanói. No início de 1949, com a vitória comunista na China, o confronto internacionalizou-se, contando os viet-minh com o apoio militar de Pequim e, portanto, também de Moscovo, enquanto os franceses usufruíam de um extenso apoio norte-americano, de forma a melhor poderem enfrentar uma ameaça comunista talvez mais publicitada que reforçada. O quase impasse político-militar que se estende até Maio de 1954, com a humilhação do exército francês em Dien Bien Phu, trouxe a consolidação de uma nova frente militar no conflito leste-oeste, mesmo que por trás dos viet-minh estivesse um profundo sentimento nacionalista — a outra "frente" encontrava-se na Coreia desde 1950. Além disso, também uma hesitante aposta francesa no imperador Dao Bai, depois abandonada, preparava a transição da presença francesa para a norte-americana na região. Em 1954, os acordos de Genebra acabariam por significar o fim da ocupação francesa da Indochina, a partilha da nação vietnamita em dois Estados e a independência do Laos e do Camboja. A porta ficava aberta para os norte-americanos, que escudando-se em factos, como eram algumas vitórias comunistas na Ásia, e na célebre teoria do dominó, se empenhariam crescentemente com Saigão.²¹⁸

218 Cf. Benz e Graml (comp.), *op. cit.*, pp. 188-194; Betts, *op. cit.*, pp. 78-93; Holland, 1985, pp. 93-103 e Kissinger, *op. cit.*, pp. 625-640.

No que respeita ao RU, as coisas passaram-se de uma forma diferente, embora, muito naturalmente, também os britânicos, depois do fim da guerra, acalentassem a vontade de permanecer tutelando, senão a totalidade, pelo menos uma parte significativa do seu velho império. De facto, o despoletar da Segunda Guerra Mundial não equivaleu ao fim da expansão imperial britânica. Os objectivos de guerra do Governo de Londres incluíam, aliás, o ganho, a "*recuperação*" e o "*reagrupamento*" de territórios no Império. Em tudo isto o RU teve um sucesso apreciável, sobretudo se se tiver em conta que o seu principal aliado e financiador durante o conflito fora uma sua antiga colónia e possuía um forte "*pendor anticolonialista*".²¹⁹

Por exemplo, naquilo que dizia respeito à política imperial, o efeito imediato da guerra acabou por ser um reforço dos laços entre o RU e o seu Império, centralizando as decisões em Londres, tanto no que respeitava à coordenação da política de defesa, como à mobilização de recursos estratégicos. Paralelamente ainda, no ano de 1940, o comércio colonial transitou para o controlo de novos organismos governamentais, passando a ser "*firmemente*" regulado.²²⁰ Salvaguardando as devidas proporções, algo de semelhante se passou com Portugal e o seu Império.²²¹

Assim, em 1945, o RU tinha não só reconquistado a Birmânia e reocupado Hong-Kong, Singapura e a Malásia, como garantira o controlo das colónias italianas em África, além de ter estreitado os seus laços com o Egipto. A própria ocupação da Alemanha era vista como uma espécie de "*exercício de administração colonial que requeria vistoria pericial da Índia*".²²² Da mesma forma, o governo desejava recuperar a sua influência informal na China (perdida depois da invasão japonesa de 1937), manter uma posição favorável na Argentina (apesar da oposição norte-americana), ou alargar a sua influência em áreas chave do Médio Oriente.

The fact that the empire had proved its value during the war undoubtedly lent weight to traditionalists, such as Churchill, whose instruction to Eden at the close of

219 Cf. Cain e Hopkins, *op. cit.*, p. 7.

220 Cf. Idem, *ibidem*, p. 275.

221 Cf. Rosas, 1991, pp. 233-274.

222 Cf. Cain e Hopkins, *op. cit.*, p. 275.

*1944 left no room for misunderstanding: 'hands off the British empire is our maxim and it must not be weakened or smirched to please sob-stuff merchants at home or foreigners of any hue.' But the renewed commitment to empire was as much a matter of calculation as it was of sentiment. Quite simply, the imperial option appeared to be far more promising than the alternatives, especially in war-torn Europe.*²²³

Inclusive, a independência da Índia em 1947 não foi mais do que a perda de um território que muito contribuía para o formato do Império, mas que de facto desde a década de trinta, em termos político-económicos, importava já muito pouco. Formal e informalmente, depois da guerra o Império reposicionou-se com facilidade e com vantagem na África, Malásia, Médio Oriente e América Latina e China.

E para aqueles que viam o Império mais como um assunto de futuro do que uma questão do passado, uma entidade a quem o tempo e os factos não havia diminuído o significado, a concepção e aplicação de um conjunto de políticas reformistas tornara-se uma necessidade quase imediata, sobretudo quando se começou a vislumbrar não só o fim da guerra, mas também o cenário que o seu fim produziria. É assim que o Colonial Office²²⁴ concebe um programa de desenvolvimento para o Império assente na renovação e alargamento do *Colonial Development and Welfare Act*²²⁵. Igualmente o velho, consagrado, mas um tanto gasto, sistema Lugardiano de Governo indirecto²²⁶ foi substituído por uma outra estrutura administrativa, que uma nova geração de funcionários formada em assuntos coloniais passou a ocupar.²²⁷ Estas e outras medidas eram, aliás, um prolongamento e um aperfeiçoamento das mudanças em curso na política colonial desde os anos trinta. As contingências da guerra fizeram, no entanto, com que os britâ-

223 "O facto de o império ter provado o seu valor durante a guerra deu indiscutivelmente mais peso aos tradicionalistas, como Churchill, cujas instruções a Eden no fim de 1944 não davam espaço a equívocos: 'impedir interferências no império é a nossa máxima e não deve ser enfranquecida ou manchada para agradar a comerciantes sentimentais britânicos ou a quaisquer estrangeiros'. Mas o renovado comprometimento com o império era mais uma matéria de cálculo do que de sentimento. De uma forma simples, a opção imperial parecia ser muito mais promissora do que as alternativas, especialmente numa Europa dilacerada pela guerra." Cf. Idem, *ibidem*, p. 276.

224 Poderíamos traduzir por Ministério das Colónias.

225 Lei do Desenvolvimento e Bem-Estar Colonial.

226 Este sistema de administração colonial, aplicado na Índia desde o século XIX, foi depois desenvolvido por F. Dealtry Lugard. Assentava num princípio geral segundo o qual, a melhor fórmula de exercício da tutela de Londres sobre os seus territórios coloniais, seria através de uma fiscalização das respectivas instituições e chefes tribais tradicionais.

227 Cf. Cain e Hopkins, *op. cit.*, pp. 275-276.

nicos concilhassem as ambições imperiais que ainda traziam consigo com as exigências do poder e do anticolonialismo norte-americano.

Mas é também verdade que os EUA passaram do anticolonialismo aberto com que iniciaram a sua intervenção na guerra,²²⁸ para uma tolerância relativa em relação à sobrevivência, pelo menos em parte, de alguns impérios europeus (nomeadamente o britânico). Já no fim da guerra, os norte-americanos, ao concluírem que à ameaça fascista à beira da derrota substituir-se-ia uma ameaça comunista, consideraram, persuadidos pelos britânicos, que a existência de um Império espalhado pelo mundo e tutelado por uma potência amiga, seria certamente mais útil do que a concessão rápida e indiscriminada de independências através dos continentes asiático e africano. O compromisso a que chegaram os governos dos EUA e do RU passava pelo abandono da pressão norte-americana no sentido da descolonização imediata, como troca do empenhamento britânico na modernização do seu Império²²⁹.

Além do mais, este era um programa acordado e desenvolvido pelos dois principais partidos do sistema político britânico. Depois da vitória nas eleições do Verão de 1945, o Partido Trabalhista

*hoisted the burden of empire with all the enthusiasm of the converted, despite its long-proclaimed opposition to imperialism.*²³⁰

Ernest Bevin, Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico do Governo trabalhista, afirmaria então que o "crime" cometido pelos britânicos em relação ao Império não havia sido a "exploração" mas a "negligência". Foi assim que se iniciou depois da guerra a chamada "segunda ocupação colonial", caracterizada por um esforço intenso tendo em vista a promoção de medidas de desenvolvimento e reforma. Assim:

The array of wartime controls was adapted to the needs of peace, [...] the direction of imperial economic policy remained firmly in London, and the

228 Cf. capítulo I.

229 Cf. Louis, s.d.. Especialmente Parte IV, capítulos 30 a 35. Um resumo muito breve deste assunto encontra-se em Cain e Hopkins, *op. cit.*, pp. 277-278.

230 "ergueu o fardo do império com todo o entusiasmo dos convertidos, apesar da sua longamente apreçada oposição ao imperialismo." Idem, *ibidem*, p. 277.

*Colonial Office duly increased its size and strengthened its links with other ministers in Whitehall. The result, in the most general terms, was to revitalise the imperial mission by giving it a new sense of purpose.*²³¹

Em 1945 os políticos britânicos encaravam a defesa do Império da mesma forma que o haviam feito um quarto de século antes. As "*linhas de comunicação*" do RU para o Oriente "*deviam ser mantidas seguras contra qualquer possível agressor*". Em 1945, como antes, a defesa do Império britânico implicava a sua expansão. Em 1919 muitas das colónias alemãs e boa parte do Império Otomano tinham-se transformado em mandatos atribuídos ao RU. Em 1945 levantava-se seriamente a possibilidade de territórios do Império colonial italiano se poderem tornar áreas sob tutela britânica. Exemplo tão significativo como esquecido, Clement Attlee, Primeiro Ministro trabalhista, sucessor de Churchill, via o sistema internacional de tutela como a continuação da velha história do Império e imperialismo britânico.²³²

Certo é, como veremos, que o Império reconstruído com tanta determinação depois da Segunda Guerra Mundial, acabou por começar a cair em meados da década de cinquenta. Nos dez anos que se lhe seguiram, os principais territórios do Império britânico reclamaram a sua independência. E a partir do momento em que tal tipo de manifestações se começou a intensificar, os sucessivos governos de Sua Majestade trataram, sobretudo, de apressar um processo de descolonização conciliando as pressões nacionalistas com as necessidades que a economia britânica permitia.²³³ Algumas das razões são apresentadas no próximo capítulo.

231 "A grande quantidade de controlos foi adaptada às necessidades da paz [...], a direcção da política económica imperial permaneceu firmemente em Londres, o Colonial Office aumentou devidamente o seu tamanho e reforçou os seus laços com outros ministros em *Whitehall*. O resultado, nos termos mais gerais, foi revitalizar a missão imperial atribuindo um novo sentido aos seus objectivos." *Ibidem*, p. 277.

232 Cf. Louis, *op. cit.*, pp. 548-549.

233 Cf. *Ibidem*, p. 285.

CAPÍTULO III

PORTUGAL E A ONU (1956-1960).

A SEGUNDA FASE DA DESCOLONIZAÇÃO. DA CONFERÊNCIA DE BANDUNG À RESOLUÇÃO SOBRE INDEPENDÊNCIA E AUTODETERMINAÇÃO DA XV ASSEMBLEIA GERAL DAS NU.

Em meados da década de cinquenta tornou-se evidente que as razões da riqueza das nações ou regiões economicamente desenvolvidas (América do Norte, domínios maioritariamente de população branca do Império britânico,²³⁴ Europa Ocidental e Japão) se encontravam em si mesmas. Este e um outro conjunto de factos que poderíamos classificar de natureza política, ajudaram a acelerar o processo de concessão de independência política a muitos dos territórios parte dos impérios coloniais europeus.

Como já vimos, as razões pelas quais a opção imperial deixou de ser uma prioridade para o RU, França, Bélgica e Holanda, sobretudo depois das medidas adoptadas no pós-guerra e que presumiam a vontade de assegurar a continuação da sua existência, têm provocado várias interrogações. As respostas dadas passam, normalmente, pela evocação do declínio do poder político-militar, pelos crescentes custos de manutenção do império, pela diminuição do entusiasmo imperialista, pela "*força irresistível*" dos nacionalismos e, finalmente, pelas pressões da opinião pública internacional, incluindo a atitude dos EUA.²³⁵

Pode considerar-se que a segunda fase da descolonização terá tido início em 1956. A denúncia por parte da Tunísia e de Marrocos dos seus laços com a França e o consequente abandono da "*União Francesa*", a par da independência do Sudão, terão sido os

²³⁴ Austrália e Nova Zelândia.

²³⁵ Cf. Cain e Hopkins, 1993a, p. 286.

acontecimentos a produzir o arranque dessa nova fase. Em 1957 produziu-se a independência da Federação Malaia. Tratando-se, todos estes, de Estados muçulmanos que sempre haviam gozado de um importante estatuto de autonomia, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, não pode por isso considerar-se algo inesperado. Surpreendente, porém, foi a independência da Costa do Ouro em 1957, cujo nome foi alterado para Ghana. Tratava-se este de um novo Estado implantado numa região tropical, não gozando de qualquer unidade interna, nem mesmo religiosa, ao contrário do que havia acontecido com os novos Estados criados depois de 1945: islâmicos os do Norte de África e Médio Oriente (à excepção de Israel), a Indonésia, a República Malaia e o Paquistão. O arquipélago Filipino era católico, a Índia e o Ceilão hindus,²³⁶ budistas a Birmânia e os dois Vietnames. Desde aquela data não usufruíra, também, de qualquer autonomia política particular. Por isso, a independência precoce do Ghana, no contexto da África sub-sahariana, deve ser entendida como consequência das riquezas naturais que possuía, mas sobretudo da habilidade política do seu dirigente nacionalista: Kwame Nkrumah. Esta descolonização acabaria por se tornar num estímulo acrescido para uma nova aceleração da descolonização, ao fortalecer as forças nacionalistas pelo continente negro.

Na sequência da implantação da V República francesa, e da aprovação em referendo da nova Constituição, é abolida a "*União Francesa*" e criada a nova "*Comunidade Francesa*". Esta nova "*Comunidade*", que possibilitava tanto a plena independência política das regiões ultramarinas que a compunham, como a permanência no seio daquela nova estrutura, foi também ela adoptada em referendo pelos países da África Ocidental Francesa (apenas a Guiné-Conakry optou pela independência imediata), da África Equatorial Francesa e Madagáscar. Entre Outubro e Dezembro, foi concedida autonomia interna a todos os seus constituintes. O campo de competências atribuídas exclusivamente ao presidente da "*Comunidade*" (Presidente da República do Estado francês), incluía a direcção das políticas externa, de defesa, económica, financeira e monetária, além da gestão dos recursos estratégicos e do ensino superior. Porém, em 1960, na se-

236 Cf. Fieldhouse, s.d., p. 315.

quência da pressão exercida em muitos daqueles territórios por parte de forças políticas que reclamavam a independência total e absoluta, desapareceu o que de mais substancial restava do antigo império colonial francês. A única excepção era a Argélia, cuja independência, de qualquer forma, a nova Constituição francesa tratava de preparar, e que não era então mais do que uma questão de método e tempo.²³⁷

1960 foi ainda o ano da atribulada independência do Congo belga,²³⁸ da Somália (fundindo as Somálias italiana e britânica) e da Nigéria. Os antigos territórios sob mandato britânico ou francês nos Camarões e no Togo acederam também à independência.

Por exemplo, no que respeita ao caso britânico, e não deixando de lado a importância dos argumentos já utilizados,²³⁹ sob um ponto de vista político-económico, o "reposicionamento" pós-1947 tinha obviamente claras razões económicas, apoiadas embora numa importante pré-disposição política. Depois da independência da Índia, a viragem para a Malásia, África ou Médio Oriente implicava o estabelecimento de relações privilegiadas com regiões que se haviam tornado fontes vitais de abastecimento da economia metropolitana (Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte). Não porque Londres, por exemplo, adquirisse nestes territórios bens em condições ou preços extraordinariamente vantajosos, mas porque a sua riqueza, que passava pelo valor das suas exportações (sobretudo em bens alimentares e matérias-primas), fornecia, a todo espaço económico britânico, e que podemos definir aqui por defeito como "*área do esterlino*", as divisas fortes de que no seu todo e no rescaldo da guerra, tão desesperadamente necessitava.²⁴⁰ E se o *dollar-gap* era uma realidade preocupante sobretudo para Londres (*Westminster* e *City*), verdade é que a promoção de uma acção económica conjunta à escala imperial, permitia que se encontrassem soluções dentro daquele espaço através da correcção dos *déficits* existentes entre as várias economias que o compunham, e entre estas (conjunta ou separadamente) e o exterior.

237 Cf. capítulo IV deste trabalho.

238 A evolução da política colonial belga e do processo político que conduziu à independência do Congo-Léopoldville pode ser lida em Hargreaves, 1988, pp. 175-183; Holland, 1985, pp. 175-190; Vanderlinden, s.d. e Young, 1984.

239 Cf. capítulo II deste trabalho.

240 Cf. *idem*, *ibidem*, pp. 279-280.

Para conseguir os resultados desejados o RU teve obviamente que aplicar, ou mesmo empenhar, a sua autoridade política e militar, mas importa perceber que:

*[...] it is no coincidence that the regions of great economic value in the period of reconstruction were also those where Britain's determination to perpetuate her control was particularly marked. This was especially the case where Britain's presence was associated with white enterprise and capital, typically in mines and estates.*²⁴¹

Assim, no Quénia e na Malásia, a soberania britânica suportou uma confrontação militar prolongada, sendo várias vezes evocada a ameaça comunista (mesmo nos casos em que não existia), embora na altura a guerra fria justificasse uma argumentação desse tipo.²⁴² O confronto também surgiu naqueles territórios africanos onde a produção dependia da cooperação de um conjunto alargado de empresários indígenas. Simplesmente, nesses territórios, a conflitualidade inicial foi substituída pelo consenso. Os nacionalistas foram logo apelidados de "*agitadores*" e não de "*terroristas*", sendo rapidamente avançadas "*reformas constitucionais*" com o objectivo de tornarem os adversários em parceiros. No Médio Oriente, cujos mais importantes territórios em termos económicos se encontravam fora do Império (Irão, Iraque e Arábia Saudita), utilizou-se uma combinação de técnicas:

*[...] the region was strongly fortified, but the aim was to economise on defense costs by raising up a generation of like-minded leaders who would maintain political stability and keep the oil wells flowing.*²⁴³

A partir de meados da década de cinquenta diminuiu rapidamente o valor económico (directo e indirecto) do Império. Em primeiro lugar, porque as eventuais vantagens

241 "[...] não se trata de coincidência o facto de que as regiões com maior valor económico no período de reconstrução tenham sido aquelas onde o RU teve a determinação de perpetuar, de uma forma particularmente marcante, o seu controlo. Este era especialmente o caso onde a presença britânica estava associada a empreendimentos e capital brancos, tipicamente em minas e propriedades." CAIN e HOPKINS, *op. cit.*, p. 280.

242 Na Malásia a situação crise durou, formalmente, entre 1948 e 1960. No Quénia os conflitos com os Mau Mau estenderam-se entre 1952 e 1957.

243 "[...] a região foi fortemente fortificada, mas o desejo era o de economizar em custos de defesa criando uma geração de líderes com a mesma opinião que manteriam a estabilidade política e manteriam os poços de petróleo a correr." Idem, *ibidem*, p. 280.

materiais a retirar dos territórios não implicavam a sobrevivência de um domínio formal, sobretudo se os custos desse domínio formal subiam numa proporção superior ao dos níveis da contestação nacionalista. Em segundo lugar, a economia do RU (metropolitana) passou a relacionar-se preferencialmente com as suas congéneres europeias. Da mesma forma, várias regiões, formal ou informalmente fazendo parte do Império, passaram a ter relações económicas prioritárias com congéneres muito dinâmicas da sua região e não com a metrópole. Em terceiro lugar, porque tendo o Império e o poder do esterlino sido construídos (muito simplificada) à sombra um do outro, e tendo o segundo se tornado num mais imediato e importante instrumento de política interna e externa de Londres, a solução tomada foi, a partir de meados da década de cinquenta, o quase abandono do primeiro, tendo como objectivo salvaguardar o que restava do segundo. E a verdade era que as despesas de defesa e os problemas da balança de pagamentos causados directa ou indirectamente pelo império, não permitiam que a libra esterlina viesse a tornar-se numa divisa credível e, portanto, num instrumento de poder e de prestígio para o RU. Pedacos do Império (formal e informal) foram então sistematicamente "*caindo*" nos cerca de dez anos após os meados da década de cinquenta. Particularmente no Médio Oriente, desde o início daquela década, o RU foi perdendo de forma acelerada a sua influência. Como veremos, entre outros factores, o incidente do Suez, em 1956, culminou um processo ligado quer à diminuição da influência britânica na região e iniciado, em 1951, no Irão e no Egipto, quer à escala mundial. Londres não dispunha já dos recursos necessários para continuar a ser uma potência mundial. Pelo menos em moldes tradicionais, com interesses igualmente espalhados pelos quatro cantos do mundo.

O conjunto de razões pelas quais uma realidade reformada após o final da guerra, perdeu o interesse que anteriormente tinha tão intensamente provocado, reside no facto de a determinada altura o Império já não poder servir para satisfazer as necessidades da metrópole e, inclusivamente, ter passado a criar-lhe alguns problemas graves. Entre 1945 e 1955, ou talvez ainda um pouco antes, o objectivo geral da conservação do império estava no desejo de satisfação de ambições e necessidades político-económicas metro-

politicas, tudo a troco da concessão de um programa de reformas político-sociais e de desenvolvimento económico capaz de "comprar" o previsível descontentamento colonial. A partir de meados da década de cinquenta tornou-se claro que o Império não correspondia aos interesses e ambições políticas e económicas da metrópole. Igualmente, os programas de reformas socio-económicas mostraram-se mais caros, delicados e demorados que os seus correspondentes de natureza política, rapidamente postos em prática após 1945. Neste contexto, e sob o ponto de vista dos governos de Londres, para que o RU conseguisse manter um estatuto formal de potência mundial, deveria rapidamente desfazer-se do Império. Sob um ponto de vista europeu ou metropolitano, porque o império exigia, directa ou indirectamente, uma percentagem muito significativa de um orçamento suportado sobretudo pelos contribuintes metropolitanos, como ainda um esforço e um preço suplementar a ser pago, também, pela componente europeia da economia britânica; porque os interesses (económicos e políticos) de Londres transitaram do império para a Europa; finalmente, porque para tentar desempenhar um papel de grande potência mundial, o RU deveria funcionar em acordo com a orientação política dos EUA e da Europa Ocidental (OTAN, EFTA e CEE). Mas, sobretudo, se os principais grupos dirigentes britânicos acabaram por definir como primeira vocação futura do RU, um funcionamento enquanto "*enorme centro financeiro*", então os desequilíbrios provocados pelo desigual e contraditório estado de progresso económico dos vários territórios coloniais ou as despesas que comportava a sua defesa e o seu desenvolvimento acabariam, como acabaram, por conduzir à descolonização acelerada. Além do mais, essa concessão de independências políticas não provocaria necessariamente, e só por si, uma contracção da "*Área do Esterlino*", nem a passagem da libra a uma divisa de importância secundária na economia mundial. As razões do não cumprimento destes dois últimos desejos, verificadas posteriormente, acabariam por dizer respeito a outros acontecimentos.

Obviamente, o fim do Império britânico não teve apenas como causa o conjunto de factos que conduziu ao sentido desta interpretação. Simplesmente, esta é uma das normalmente esquecidas e que adiciona elementos importantes a qualquer interpretação das

descolonizações europeias, inclusive daquelas que apenas se produziram tardiamente.²⁴⁴ De qualquer forma a rentabilidade económica e financeira dos impérios, e particularmente do Império britânico, inclusive no seu período áureo, fora sempre questionada e contestada, devendo por isso ser cautelosa qualquer explicação sobre o fim dos impérios europeus que radique exclusivamente em argumentos daquela natureza, isto porque, desde sempre, existiram razões contabilísticas para o fim dos impérios.²⁴⁵ Porém, apesar das críticas aos elevados custos da sua manutenção, os impérios europeus caíram na segunda metade do século XX e não antes.

Por seu lado, a Espanha de Franco, enfrentou o fenómeno nacionalista no seu pequeno mas ideologicamente importante Império, de uma forma que possui um significado especial. Afinal, considera-se, normalmente, que Franco, ao contrário de Salazar, soube lidar com as questões coloniais de uma forma mais hábil e pragmática. E esta contraposição vale tanto pela idêntica natureza político-ideológica do salazarismo e do franquismo, pela coincidência cronológica dos dois regimes, como ainda pela proximidade geográfica dos dois países, o seu atraso económico ou ainda pela simultaneidade da expansão peninsular desde a baixa Idade Média.²⁴⁶

Por exemplo, no caso do desfecho político em torno do protectorado espanhol sobre Marrocos, a mais importante fatia do Império, Franco acabaria por se trair a si próprio numa contenda que iniciou por meados da década de cinquenta, sendo que os resultados obtidos acabaram por ser absolutamente contrários aos pretendidos. Porém, o facto de a principal e última consequência da sua política ter sido a independência, e esta acompanhar os chamados "*ventos da história*", fez esquecer os objectivos que o *generalíssimo* havia inicialmente traçado. O significado liberal, pragmático ou esclarecido que normalmente se atribui à política de Franco em relação ao ultramar espanhol, não é

244 Cf. *Ibidem*, pp. 285-291.

245 Cf. Hobson, s.d.; O'Brien, 1988; Taylor, s.d.c., cap. 16: "Economic Imperialism" e *idem*, 1993, cap. II: "Dissenting Rivals. Urquhart and Cobden" e cap. III: "Gladstonian foreign policy. The contradictions of morality."

246 A Espanha possuía no imediato segundo pós-guerra territórios ultramarinos no Golfo da Guiné (ilha de Fernando Pó e Rio Muni, futura Guiné Equatorial) e no Norte de África (Ceuta e Melilla, protectorados a Norte e a Sul de Marrocos, o enclave de Ifni, também em Marrocos, com o arquipélago *Canário* ao largo e, finalmente, o território do Rio do Ouro ou Sahara Ocidental).

afinal, em boa parte, mais do que um acidente de percurso e não algo planeado ou intencional.

Franco tinha na sua juventude lutado em Marrocos. A excelente folha de serviços que possuía havia sido em parte ali conquistada, contribuindo para o prestígio político de que depois veio a beneficiar. Ora, também por isso, devotava uma atenção muito especial aos interesses espanhóis no Norte de África. Por exemplo, durante a Segunda Guerra Mundial, e sobretudo logo após a derrota da França, chegou a ambicionar a construção de um império espanhol naquela região e na África Equatorial, sacrificando para isso a soberania francesa entretanto depositada no regime de Vichy.²⁴⁷

Quando no segundo pós-guerra se multiplicaram as manifestações nacionalistas no Marrocos francês, o protectorado espanhol, também sobre Marrocos, era ainda, em termos gerais, de primordial importância para a honra militar do governo de Madrid e, em particular, para a de Franco. Mas enquanto a França democrática adoptava uma política de repressão dos nacionalistas marroquinos, o general García Valiño (Alto-Comissário do governo espanhol naquele território) era persuadido pelo *Caudillo* a prosseguir uma activa política antifrancesa. Esta política, extremamente liberal, sobretudo se confrontada com o rígido autoritarismo que vigorava na Espanha metropolitana, reflectia-se na autorização de constituição e actividade de partidos políticos no território, na concessão de uma maior autonomia política à zona administrada por Madrid e, finalmente, no encorajamento às actividades dos rebeldes na zona francesa através de um apoio em armas e dinheiro. Aliás, dificilmente se poderiam encontrar alternativas exequíveis a esta política. Franco sabia não dispor da força política e militar que lhe permitisse enfrentar, com um vislumbre mínimo de sucesso, um forte e empenhado nacionalismo marroquino nos territórios sob a soberania de Madrid. O estado lamentável em que se encontravam as suas FA não possibilitava o desempenho com sucesso de qualquer guerra colonial, sendo que as dificuldades francesas no Vietname e na Argélia, que se reflectiam em Marrocos, não permitiam pensar que a Espanha conseguiria fazer melhor que a velha potência colonial

247 Cf. Espadas Burgos, s.d., Capítulo II: "España y la Segunda Guerra Mundial", Preston, 1993, Capítulo XIV: "The man who would be emperor"; e Capítulo XV: "The price of empire", Hargreaves, 1988, p. 204 e Davidson, 1994, p. 160.

do outro lado dos Pirinéus. Além do mais a subida de Nasser ao poder no Egipto, ao dar um renovado fôlego ao nacionalismo árabe, introduzira novos dados na política internacional, dos quais Franco considerava poder retirar alguns benefícios.

Desta forma, o ditador espanhol pensou, e em parte executou, uma aproximação ao nacionalismo árabe. Dessa aproximação e, portanto, do melhor aproveitamento possível em favor de Espanha, quer das manifestas fraquezas francesas quer das do seu país, o *Caudillo* pensou ser possível, se não já o alargamento da presença espanhola em Marrocos à custa da França, pelo menos a garantia da sobrevivência da soberania de Madrid, a par de uma aproximação ao mundo árabe que ajudasse a romper o isolamento com que a Espanha ainda se debatia na política internacional e, com isso, "*talvez assegurar os votos árabes nas Nações Unidas no momento de uma candidatura espanhola.*"²⁴⁸

Neste contexto, se em Agosto de 1953 os franceses depuseram o Sultão Mohammed V, a 21 de Janeiro de 1954, García Valiño, falando para uma enorme multidão, reafirmou a sua solidariedade para com as vítimas da repressão francesa. No dia 26, Franco concedeu um perdão a todos os prisioneiros políticos marroquinos. No início de Fevereiro recebeu uma delegação com vários nacionalistas marroquinos e com eles denunciou a atitude da França. Por todo esse ano, enquanto os franceses intensificavam a repressão, o mesmo García Valiño declarava o apoio espanhol à "*evolução do povo marroquino*" e aos grupos antifranceses de libertação. Quando em Agosto de 1955 o governo de Paris decidiu levantar a lei marcial em Marrocos e em Novembro autorizou o regresso do Sultão Mohammed V, o Alto-Comissário espanhol felicitou pelo facto uma enorme multidão presente em Tetuão. Simplesmente, tanto o Alto-Comissário como o *Caudillo*.

[...] seemed to believe that the deterioration of the French position had no relevance for the Spanish zone. With a blind and patronizing racism, they were

248 Cf. Preston, *op. cit.*, p. 643.

*confident, as most Spanish Africanistas, that the Moroccans loved their Spanish rulers.*²⁴⁹

E se Franco havia feito publicamente referências a uma futura mas entendida como quase imediata independência do Marrocos espanhol, em particular afirmava que os marroquinos apenas estariam prontos para se governarem a si próprios num prazo de vinte e cinco anos a contar da data do início dos incidentes no Marrocos francês, ou seja, lá pelo início da década de setenta. Iniciadas as conversas entre nacionalistas marroquinos e o governo de Paris no princípio de 1956, García Valiño quase imediatamente informou Franco de que caso não fossem feitas "*promessas concretas de independência*" e se não avançasse rapidamente com um grande programa de "*obras públicas*" que combatesse o desemprego no território, o "*movimento nacionalista voltar-se-ia rapidamente contra Espanha*." Tendo os marroquinos num curto espaço de tempo utilizado contra os espanhóis os métodos com que haviam enfrentado a presença francesa, os nacionalistas anteriormente classificados por Valiño como "*amigos*", passaram a "*comunistas subversivos*", os seus jornais foram encerrados e seus "*militantes proeminentes*" presos.

*When, on 2 March 1956, the French announced independence for Morocco, the Caudillo was left stranded. On 6 March, violent nationalist riots broke out in the Spanish zone.*²⁵⁰

Rapidamente, a 15 de Março, foram libertados nacionalistas recentemente detidos e anunciou-se para breve o fim da presença espanhola em Marrocos (à excepção de Ceuta, Melilla, do enclave de Ifni, algumas franjas de terra localizadas a sul na fronteira com o Sahara Ocidental e, obviamente, este último território). A 5 de Abril, um dia após o início das negociações hispano-marroquinas, Mohamed V foi recebido em Madrid. E o facto é que, depois da política de Franco em relação a Marrocos se ter apenas preocu-

249 "[...] parecem ter acreditado que a deterioração da posição francesa seria irrelevante para a zona espanhola. Com um racismo cego e protector, estavam confiantes, como muitos dos *Africanistas* espanhóis, que os marroquinos adoravam os seus governantes espanhóis." Cf. Idem, *ibidem*.

250 "Quando, a 2 de Março de 1956, os franceses anunciaram a independência para Marrocos, o Caudillo foi deixado desamparado. A 6 de Março, rebentaram violentos motins nacionalistas na zona espanhola." Cf. *Ibidem*, p. 644.

pado em apresentar a putativa amizade entre os dois povos, demonstrou não ter afinal qualquer "*perspicácia*":

*Hunting and fishing had occupied a lot of his time during the final colonial crisis and he [Franco] had tended to leave things to García Valiño. However, in the last resort, he knew that there was no question of fighting to keep the protectorate. The declaration of independence was signed on 7 April 1956. To soften the blow, he intensified pressure on Britain over Gibraltar.*²⁵¹

Aliás, depois da saída espanhola de Marrocos, e com o advento da vaga independentista desde meados da década de cinquenta, o Governo de Madrid iniciou uma política sem retorno em que abandonava qualquer pretensão colonialista. Fê-lo, sobretudo, porque a existência e manutenção de um império foi entendida como não correspondendo aos interesses vitais do Estado espanhol, tal como o franquismo os definiu, mas também de forma a sustentar o apoio norte-americano ao regime, de garantir uma aproximação aos projectos de união europeia e, finalmente, tendo como objectivo conseguir o apoio afro-asiático na ONU nas suas tentativas de resgate de Gibraltar ao RU. A partir de 1956, e num espaço de vinte anos, à Espanha apenas restava, após a saída do Sahara Ocidental em 1976, a soberania sobre o arquipélago das Canárias, e os enclaves de Ceuta e Melilla.

De qualquer modo, ainda na década de cinquenta, houve importantes incidentes a registar em Marrocos, sobretudo a propósito da manutenção da presença espanhola no enclave de Ifni. Em Novembro de 1957, Franco enfrentava por isso, e de novo, uma crise colonial, crise esta que, demonstrou claramente uma diminuição da sua capacidade de reacção. Em Agosto daquele ano o Governo de Rabat reclamou junto de Madrid a transferência de soberania daquele território, ameaçando que, caso a sua vontade não fosse satisfeita, recorreria à ONU. Desde aquela data até Novembro, os incidentes fron-

251 "Caçar e pescar tinham ocupado muito do seu tempo durante a crise colonial final e ele [Franco] tendeu a deixar as coisas a García Valiño. Todavia, em último recurso, sabia que não se colocava o problema de lutar para manter o protectorado. A declaração de independência foi assinada a 7 de Abril de 1956. Para aliviar o choque, intensificou a pressão sobre a Grã-Bretanha a propósito de Gibraltar." Cf. *Ibidem*. Uma perspectiva diferente dos acontecimentos aqui traçados, e em que se coloca o seu desenvolvimento muito mais sob o controlo do governo espanhol, pode ser lida em Espadas Burgos, *op. cit.*, pp. 208-213.

teiriços sucederam-se e, a 23, guerrilheiros marroquinos atacaram a cidade de Sidi Ifni. Apesar destes ataques terem sido rechaçados, logo um outro teve lugar a Sul, em El Aaiun, principal cidade do Sahara espanhol. Este facto, juntamente com a discussão do problema nas NU, levou a que, em finais de 1957 (Novembro – Dezembro), Franco pusesse temporariamente de lado a sua política pró-árabe e acordasse uma acção política e militar conjunta com a França.²⁵² Opção um tanto difícil visto que Franco conhecia a proximidade política entre os EUA e Marrocos, desconfiava de um apoio comunista aos guerrilheiros, ao mesmo tempo que era pressionado por Washington para chegar a um acordo com Mohammed V de forma a que Rabat não se sentisse empurrado para fora da esfera de influência ocidental.²⁵³ Finalmente, em 24 de Fevereiro de 1958, teve lugar o último confronto militar entre forças franco-espanholas e marroquinas.²⁵⁴ Na sequência de conversações iniciadas em Abril, um cessar-fogo foi assinado a 30 de Junho desse ano. Em 1959, como resultado dos acordos, os territórios espanhóis a sul de Marrocos e ao norte do paralelo 27° 40' (fronteira do Sahara Ocidental) foram transferidos para a soberania de Rabat. Dez anos mais tarde o enclave de Ifni teve o mesmo destino.²⁵⁵

Em 1958, no decurso da XIII AG das NU, o representante espanhol afirmava perante o mundo que o seu país não estava minimamente interessado em ajudar a criar obstáculos "*à ascensão dos povos africanos e asiáticos à nacionalidade*." Os benefícios que o imperialismo europeu tinha oferecido a esses povos eram incontestáveis, mas o prolongamento do domínio europeu naquele momento tendia a transformar-se num artificialismo.²⁵⁶

A Segunda Guerra Mundial e parte dos seus efeitos na vida política internacional, acabariam por conduzir à abertura de espaço para uma reemergência de fenómenos

252 Ao Governo de Paris interessava esta intervenção face aos problemas com que se defrontava na Argélia.

253 Independentemente da importância geopolítica de Marrocos, os EUA dispunham de importantes bases militares no território e que obviamente pretendiam conservar.

254 Mercê da censura imposta à imprensa, à rádio e à televisão espanholas estes incidentes foram na sua maior parte ocultados da opinião pública espanhola. Cf. Espadas Burgos, *op. cit.*, p. 217.

255 Sobre os incidentes de Ifni e das regiões fronteiriças do Sahara Ocidental cf. Espadas Burgos, *op. cit.*, pp. 213-220 e Preston, *op. cit.*, pp. 672-673.

256 Cf. discurso pronunciado a 3 de Outubro de 1958 pelo representante permanente, embaixador Lequerica. 13ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. *Resumo das sessões do debate geral realizadas de 3 a 7 de Outubro de 1958*. New York, Outubro de 1958. AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M178. ONU. Assembleia Geral.

nacionalistas — agora na Ásia e em África.²⁵⁷ E ainda que, para aqueles dois continentes, cujas unidades políticas haviam sido criadas fundamentalmente pela presença europeia, não existisse uma clara identidade nacional junto da maior parte dos povos que as compunham, a verdade é que, nasceram depois de 1945, um conjunto de condições que levaram à construção de novos Estados soberanos que podiam considerar-se a si próprios sinónimo de nações, em particular, a partir do momento em que existisse uma unidade territorial politicamente coerente.²⁵⁸ A década de cinquenta, por um conjunto variado de factores, consolidou a tendência referida.

Na Conferência de Bandung (Indonésia), realizada entre 18 e 24 de Abril de 1955, participaram representantes de países recém-independentes ou em vias de o ser, além de um conjunto de outros que, apesar de não comungarem este estatuto, compartilhavam com os primeiros uma posição de certa forma marginal à evolução verificada na política internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial.²⁵⁹ Ou seja, na sua quase totalidade, e apesar da maior ou menor proximidade em relação aos blocos ideológicos em confronto, ambicionavam poder desenvolver uma acção política autónoma, sem alguns dos constrangimentos que a divisão, por trás da evolução referida, vinha impondo. Isto não significava que a existência de uma determinada homogeneidade não contemplasse enormes diferenças, ou que alguns dos seus elementos, por aquilo que viessem a considerar serem os seus interesses, não tentassem atrair para junto de um dos blocos em que o mundo se encontrava dividido, parte ou a totalidade dos parceiros.

As razões para um primeiro encontro entre líderes de países recém-nascidos provinham de um conjunto variado de factos. Uns que poderíamos considerar de natureza estritamente conjuntural, outros tipicamente estruturais: a continuação da guerra na Indo-

257 Outras vagas nacionalistas da história contemporânea tinham tido lugar na sequência da Revolução Francesa e Guerras Napoleónicas, tanto na Europa como na América Latina. Mas também um pouco mais tarde, após os surtos revolucionários de 1830 e 1848, culminando nas unificações italiana e alemã da segunda metade do século XIX. O período entre as duas guerras mundiais foi, neste domínio, muito mais discreto — os casos irlandês e indiano são talvez os mais notados e notáveis.

258 Cf. Hobsbawm, 1979, pp. 113-121.

259 Países participantes na conferência: Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Ceilão, Costa do Ouro (futuro Ghana), Egipto, Etiópia, Filipinas, Iémen, Índia, Indonésia, Irão, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Libano, Libéria, Líbia, Nepal, Paquistão, RPC, Síria, Sudão, Tailândia, Turquia, Vietname do Sul e Vietname do Norte.

china, a par de um crescimento da tensão sino-americana no sudeste asiático; as dificuldades na promoção do desenvolvimento socio-económico; o desejo de Nehru promover a entrada da RPC na política asiática; mas sobretudo a vontade dos participantes em promover ou afirmar uma independência que a todos parecia ainda pouco credível ou, pelo menos, pouco perceptível.²⁶⁰

De qualquer forma, os discursos pronunciados em Bandung confirmavam as diferenças de posições existentes. Uma tendência pró-ocidental era protagonizada pelas Filipinas, Japão, Laos, Vietname do Sul, Tailândia, Turquia, Paquistão, Etiópia, Líbia, Líbano, Libéria, Iraque e Irão; uma outra advogando a estrita neutralidade reunia o Afeganistão, a Birmânia, o Egipto, a Índia, a Indonésia e a Síria; finalmente, a pró-comunista, composta pela RPC e Vietname do Norte. Uma minoria assumiu posições indefinidas. Mas além destas rivalidades pairou sobre a Conferência um tema capaz de unir as facções que se desenhavam: o (anti)colonialismo. O colonialismo sairia da conferência condenado, sob todas as suas formas, numa declaração cujo conteúdo era um tanto ambíguo mas, por isso, capaz de promover um consenso que a certa altura parecia comprometido, mesmo num tema aparentemente fácil como este. Isto porque países como a Tailândia ou o Paquistão demonstraram a sua preocupação com o imperialismo comunista, que degenerava numa forma de colonialismo, fosse ele de proveniência soviética ou chinesa, estando dispostos a fazer aprovar uma declaração que, pelo menos implicitamente, mas em particular, o viesse a condenar. Não tendo sido possível esta solução, no final, a fórmula adoptada a todos servia: segundo os pró-ocidentais condenava tanto o imperialismo proveniente do Ocidente como de Leste. Sob o ponto de vista dos neutrais e pró-comunistas, para quem o imperialismo apenas podia ter origem ocidental, sublinhara-se as formas diversas através das quais se podia manifestar.

O "*não-alinhamento*" foi outro dos grandes temas tratados durante a reunião de Bandung, suscitando enormes discussões. Para os neutrais e pró-comunistas a "*missão*

260 1955 é ainda o ano em que o argelino Malek Bennabi, exilado no Cairo, elabora a sua teoria do "afro-asiatismo". Constantado que os povos africanos e asiáticos haviam retirado a máscara que o anonimato indígena lhes havia imposto no século XIX, podia-se então vislumbrar no mundo o "eixo Washington-Moscovo definido por uma psicologia de poder, e o eixo Tânger-Jakarta expresso em termos de existência." Cf. Zоргibе, 1989, pp. 60-61.

histórica" dos afro-asiáticos seria interpor-se entre os dois blocos, devendo por isso avançar-se, como ponto de partida para discussão deste pressuposto, com os cinco princípios que a China e a Índia tinham inserido no preâmbulo do acordo entre si, concluído a propósito do conflito do Tibete a 29 de Abril de 1954 (*Panch Shila*): "*respeito da integridade territorial e da soberania; não agressão; não ingerência nos assuntos internos; igualdade e favorecimento recíproco; coexistência pacífica*." Na procura da aprovação destas teses, Nehru denunciou a "*intolerável humilhação*" que era "*para uma nação africana ou asiática baixar-se ao nível de um satélite de um ou de outro campo*" em confronto, para concluir que quanto maior fosse o alinhamento dos afro-asiáticos, maior seria o risco de uma nova guerra mundial. Por seu lado, os países do grupo pró-ocidental argumentavam que o novo conceito ou doutrina da "*coexistência pacífica*" não podia ser uma panaceia para a "*melhor progressão de doutrinas subversivas*" ou para "*reforçar os regimes comunistas*" existentes. Aos cinco princípios expostos pela Índia, apoiada pelos neutrais e pró-comunistas, o Paquistão contrapôs na altura os "*sete pilares da paz*", entre os quais se destaca o direito de qualquer Estado em se "*defender só ou colectivamente*", forma de justificar a pertença de alguns dos pró-ocidentais a pactos militares de defesa regional. No final, e com dificuldade, os "*cinco princípios*" e os "*sete pilares*" acabariam por ser praticamente fundidos depois de uma bem sucedida mediação chinesa.²⁶¹

Mas, mais importante do que a Conferência de Bandung para a compreensão das mutações na política internacional nos anos cinquenta, foi o incidente do Suez em 1956.²⁶² Este episódio teve como pano de fundo a guerra fria, o fenómeno de recuo do domínio formal e informal europeu sobre várias regiões do mundo e, finalmente, o conflito israelo-árabe. Como condicionantes mais imediatas, a tensão nunca desaparecida entre os EUA e os seus aliados europeus nas chamadas questões coloniais, a tentativa de divisão do mundo em duas esferas de influência (uma norte-americana, outra soviética) e

261 Cf. Idem, *ibidem*, pp. 61-63.

262 Sobre a crise do Suez cf. Ferro, s.d.; Halle, 1991, pp. 338-342; Holland, 1985, pp. 195-200; James, 1994, pp. 578-587; Kissinger, 1994, cap. 21: "Leapfrogging Containment: The Suez Crisis"; Morris, s.d.b, pp. 522-529.

a emergência de uma terceira força política à escala mundial, os "*não-aliados*", que pretendia agir fora da influência europeia, norte-americana e soviética.

Para a economia deste trabalho, que trata também do recuo e desaparecimento do poderio europeu no mundo e, por via disso, do fim dos impérios coloniais, importa registar que a nacionalização do canal do Suez por Abdel Gamal Nasser, conduzindo a uma acção militar israelita, e depois franco-britânica, sobre território egípcio, com a consequente ocupação do canal, despertou sobretudo um forte elemento de antagonismo, entretanto adormecido, entre os EUA e os seus principais aliados europeus: o (anti)colonialismo. A condenação, norte-americana primeiro, e depois de praticamente toda a comunidade internacional já no âmbito das NU, além de trazer para franceses e britânicos a acumulação de dificuldades na angariação de todo o tipo de meios, fosse para continuar a sua acção, fosse para arregimentar apoios, provaria que, decididamente, a independência ou a autonomia necessárias para o exercício de um poder à escala mundial se encontrava noutras coordenadas geopolíticas: na URSS e nos EUA.

Em relação ao Egipto, e apesar dos princípios de acção política de "*containment*" face ao perigo soviético, desenvolvidos por Truman e que Eisenhower não rejeitara, os EUA não estavam dispostos a agir como haviam feito em 1946 a propósito das ameaças soviéticas sobre a Grécia e a Turquia, altura em que aceitaram a herança do ascendente britânico sobre aqueles territórios. O problema da nacionalização do canal devia, na óptica norte-americana, ser resolvida pelas NU. Quanto ao perigo de o Egipto se vir a ligar política e ideologicamente à URSS, implicando uma deserção numa área tradicionalmente de influência ocidental, não deveria ser resolvido segundo os velhos métodos de natureza colonial. Neste caso, o Departamento de Estado entendia que um apoio às atitudes e à influência britânica, quer sobre o Egipto, quer sobre todo o Médio Oriente, pela forma como eram exercidas e pretendiam ser transmitidas, não passavam de um meio para sustentar um equívoco colonial o que, naturalmente, nas novas circunstâncias, os EUA consideravam insustentável. Quanto à França, que se empenhava no combate a Nasser por causa do suposto apoio que os nacionalistas argelinos receberiam no Egipto, não era também portadora de uma causa que sensibilizasse Washington.

Como afirmou o Vice-Presidente Richard Nixon na véspera das eleições presidenciais norte-americanas disputadas em Novembro de 1956:

*For the first time in history we have shown independence of Anglo-French policies toward Asia and Africa which seemed to us to reflect the colonial tradition. That declaration of independence has had an electrifying effect throughout the world.*²⁶³

Mas, estes acontecimentos no Médio Oriente demonstravam ainda, embora na altura tal fosse provavelmente de entendimento difícil, que muitos dos líderes nacionalistas, africanos ou asiáticos, estavam realmente decididos a agir com o não-alinhamento possível, insinuando-se entre norte-americanos e soviéticos, na expectativa de que assim procedendo poderiam retirar a máxima vantagem, simultânea ou alternadamente junto dos dois grandes rivais, ou apenas através da aproximação a um deles. Mas no futuro os EUA, apesar da condenação da intervenção franco-britânica, e do papel preponderante que tiveram no seu fracasso, continuaram a ser particularmente mal vistos pelos não-alinhados. Muito mais que os soviéticos, e tanto quanto os britânicos. Sob o ponto de vista dos não-alinhados, o que interessava do incidente do Suez não era o apoio norte-americano a Nasser, mas a possibilidade de, através de uma liderança forte e determinada, ser possível jogar as grandes potências umas contra as outras e com isso retirar dividendos.²⁶⁴

A URSS, sob Estaline, não havia tentado construir a sua credibilidade e poder na política internacional à sombra de um apoio aos líderes dos novos Estados afro-asiáticos, inclusivamente porque se considerava estarem estes demasiado distantes e dispersos, tornando-se de difícil controlo. Moscovo não se considerava por isso suficientemente forte, nem talvez com qualquer interesse para aventuras muito longe das suas fronteiras. Mas se podemos chegar a este tipo de conclusões, o comportamento soviético desde Potsdam e, sobretudo, a partir da primeira metade de 1946, e excluindo desde já as suas

²⁶³ Pela primeira vez na história mostrámos independência das políticas anglo-francesas para a Ásia e África que para nós parecem reflectir a tradição colonial. Essa declaração de independência teve um efeito electrificante através do mundo. Citado em Kissinger, *op. cit.*, p. 546.

²⁶⁴ Cf. Idem, *ibidem*, pp. 546-547.

atitudes na Europa e no Extremo Oriente, ao reclamar bases militares na Líbia e nos Dardanelos, recusando uma retirada do norte do Irão, interferindo na evolução política nas Índias Orientais Holandesas (Indonésia), ou pelas suspeitas do seu apoio à facção comunista na guerra civil grega, podia também ser visto, pelo menos, como uma ameaça ao império britânico. Uma tentativa de provocar o seu desmantelamento e, com isso, promover a substituição do domínio formal e informal britânico pelo mundo, por um outro talvez inspirado por Moscovo. Era por isso que Ernest Bevin chegara a afirmar estar "*a Rússia a tentar destruir o Império britânico*", visão aliás idêntica à dos estrategos militares norte-americanos durante aquele período. Era assim possível deduzir que depois de 1945, Estaline estava disposto a reeditar o velho confronto imperial anglo-russo, com a vantagem de saber que o principal aliado britânico, os EUA, viam com maus olhos a dimensão imperial do RU.²⁶⁵

Após a morte de Estaline em 1953, os dados do problema mudaram significativamente, sendo introduzidas "*algumas importantes alterações políticas à linha do movimento comunista*." É questionado o princípio da "*inevitabilidade da guerra, que dominara a política dos 'dois campos'*" e "*posta em marcha*", por exemplo, "*a partir da criação do Kominform*." Simultaneamente é evocado o conceito de "*'coexistência pacífica' entre os dois sistemas mundiais*." A partir desta "*noção, que Lénine já utilizara, noutro contexto*," nascem "*duas outras*:" a singularidade e a multiplicidade de vias "*de desenvolvimento próprias a cada país e*", portanto, a variedade possível de opções para a "*construção do socialismo*", além da "*possibilidade real de passagem*" a uma sociedade socialista "*por via pacífica, nas novas condições mundiais resultantes do fortalecimento do sistema socialista e da 'zona da paz' mundial*", que equivalia ao novo espaço ocupado pelos não-alinhados.²⁶⁶

Finalmente, na sequência do XX Congresso do PCUS, no início de 1956, enquanto se criticava implicitamente Estaline, era dada "*uma nova orientação à acção internacional da URSS*". Essa nova acção centrava-se "*na existência e consolidação*" do refe-

265 Cf. James, 1994, p. 526.

266 Cf. Costa, 1985, pp. 3-4.

rido "*'sistema socialista mundial', ao lado do qual*" emergia "*um conjunto de países*" recentemente tornados independentes, "*resultado da desagregação do sistema colonial*", e que poderia produzir "*uma 'zona de paz', compreendendo os países socialistas e os países*" que não circulavam na órbita de nenhuma das superpotências — o caso da Índia, Birmânia, Indonésia, Egipto ou Síria —, realidade a partir da qual se pretendia constituir um trunfo político importante. De qualquer forma, era uma "*orientação*" em curso desde, pelo menos, o ano anterior, embora não teorizado nem feito doutrina, analisados que foram os resultados da Conferência de Bandung. Em particular e a curto prazo, com esta nova atitude, procurava-se retirar dividendos da tensão crescente no Médio Oriente. Em Abril de 1955, a proclamação de política externa soviética dera luz verde à penetração de Moscovo no Mediterrâneo Oriental, que se consumaria cinco meses mais tarde com a publicitação da compra de armamento checoslovaco pelo Egipto. Este avanço produz-se também pelo facto de a URSS se sentir ameaçada pelo crescente empenhamento norte-americano no Médio Oriente,²⁶⁷ substituindo-se ao RU, como pela disponibilidade egípcia para romper a sua dependência em relação ao Ocidente. Uma disponibilidade que decorria da participação de Nasser no encontro de Bandung, que além de o haver deixado agradado pelas potencialidades de uma política de neutralidade, fá-lo-ia perceber, sobretudo na sequência das conversas tidas com Chou En-lai, que uma aproximação do Egipto ao "*campo socialista*" seria um excelente meio para maximizar as vantagens tidas como certas na sequência da adopção dessa política de neutralidade. Além de que, entre outros acontecimentos menores, a assinatura do Pacto de Bagdade havia deixado o Egipto com dificuldades acrescidas no quadro regional a que pertencia.²⁶⁸

Em resumo, por trás da existência de uma atitude conciliatória, a URSS passou então a ter, desde 1956, uma política global, que não prevendo a acção directa, pretendia acabar com a influência ocidental na Ásia, África, América Latina e Pacífico. Depois do desastre anglo-francês no Suez, acção condenada pelas duas superpotências, as suces-

267 A presença norte-americana é vista como uma ameaça à segurança da URSS, legitimando-se assim o seu avanço para o Médio Oriente.

268 Cf. Zorgbibe, *op. cit.*, pp. 50-53.

sivas administrações norte-americanas passaram a confrontar-se sistematicamente com uma URSS possuindo acrescidas ambições políticas à escala mundial.

O reflexo dos acontecimentos do Suez na URSS e na liderança de Khrushchov, produziram ainda um assinalável impacto na vida política internacional, com uma crescente intervenção soviética em regiões onde nunca se manifestara e que se estenderia até à crise dos mísseis em Cuba no ano de 1962. Mas ao apostar na venda — anos antes impensável — de armas ao Egipto (através da Checoslováquia) Moscovo conseguira, não só penetrar no Médio Oriente, durante séculos uma espécie de coutada franco-britânica; como obtivera uma cristação no seio dos três mais importantes aliados ocidentais, ao mesmo tempo que internacionalmente se ignorara, pelo menos mais do que seria normal, a invasão soviética da Hungria que sucedera quase em simultâneo com o raide sobre o Suez. Ao mesmo tempo, a Europa Ocidental fora ameaçada com um bombardeamento de mísseis como possível retaliação ao seu comportamento em relação a Nasser. Por isso, muitos dos não-alinhados ou líderes nacionalistas, anti-imperialistas, em busca da libertação e/ou da independência dos seus povos, poderiam passar a olhar com outros olhos para Moscovo.²⁶⁹

Esta alteração estratégica do PCUS teria também importantes reflexos na leitura que o PCP passaria a fazer da questão colonial portuguesa. Ao que parece directamente determinadas "*pelo movimento comunista internacional*", são definidas novas posições que produzem uma "*resolução particular*", não "*prevista na ordem de trabalhos*" do V Congresso do PCP. É proclamado o "*reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias portuguesas de África à imediata e completa independência*." Ao mesmo tempo que se propõe "*uma ampla divulgação nas colónias*" da nova posição do PCP, assim como o desenvolvimento de "*um esforço orgânico*" capaz de levar "*à formação, no mais breve espaço de tempo, de partidos comunistas nas colónias, com vida própria*." Estas propostas são aceites e integradas na declaração do Congresso "*sobre o problema das colónias portuguesas*." A justificação desta nova posição do PCP, sob o seu ponto de vista, estava no facto de o "*campo socialista*" ter passado a ser

269 Kissinger, *op. cit.*, pp. 545-549.

'o mais consequente defensor dos povos coloniais', na derrota dos três países imperialistas mais agressivos, no fortalecimento da corrente anticolonialista na ONU, na Conferência de Bandung, na libertação de um certo número de povos em África e no desenvolvimento de acções de revolta nas colónias portuguesas, em resposta às 'formas brutais de domínio colonialista praticadas pelo salazarismo.'

Era uma alteração radical numa formação política que sempre se opusera à constituição de partidos comunistas autónomos nas colónias, e que sistematicamente submetera os interesses estratégicos anticolonialistas à acção na Metrópole pelo derrube do salazarismo. De qualquer forma, a aprovação daquela resolução não conduziria à sua aplicação. O movimento anticolonial no Ultramar português nasceria à margem PCP, *"apesar de alguns dos seus dirigentes terem integrado" o partido ou terem feito parte de "organizações por ele dirigidas, quando da sua" estada em Portugal.* Um testemunho particular dessa inaplicabilidade foi o facto de o PCP, nas presidenciais de 1958, se ter proposto apoiar uma eventual candidatura do *"colonialista"* Cunha Leal.²⁷⁰

O esforço para atrair ao campo soviético os novos países africanos e, sobretudo ainda nos anos cinquenta, os Estados arabo-asiáticos, fazia-se demonstrando que a URSS abandonara a lógica imperial utilizada por Estaline e que causara enorme desconfiança pelo mundo, sobretudo analisados que eram os acontecimentos na Europa de Leste imediatamente após o final da guerra. E esta atitude, inserida num desejo mais vasto de pôr cobro ao isolamento internacional para que o estalinismo empurrara a URSS, ultrapassava a vontade também manifestada pelos soviéticos de negociar com o Ocidente uma plataforma de entendimento que acabasse, ou pelo menos atenuasse, a tensão dos anos de chumbo da guerra fria, vividos sensivelmente até à morte de Estaline, apesar das propostas de diálogo por ele avançadas nos últimos meses de vida. As viagens de Bulganin e Khrushchov ao Afeganistão, à Índia e à Birmânia em 1955, eram uma forma de aproximação aos líderes afro-asiáticos presentes em Bandung e demonstravam que naquele campo se podiam encontrar as prioridades para os próximos anos. Eram também a prova do novo entendimento do Kremlin quanto aos palcos em que no

270 Cf. *idem, ibidem*, pp. 11-12.

futuro se desenrolaria o confronto leste-oeste. Reconhecendo a cristalização na frente europeia, a URSS estava disposta a vencer o seu isolamento e a conquistar aliados noutras áreas. O caminho era naturalmente uma aposta afro-asiática. À *détente* face às potências do Atlântico Norte,²⁷¹ equivalia a competição noutras áreas, além de que era convencimento de Nikita Khrushchov que pelas vantagens intrínsecas do socialismo, cedo ou tarde, através da revolução ou da via democrática-parlamentar, os países capitalistas se renderiam à superioridade do socialismo. "*De facto, a política soviética pós-estalinista mostrou traços de maior dinamismo*", caracterizando-se por uma busca de novos caminhos e "*possibilidades para a realização da missão ideológica de levar o socialismo a uma vitória mundial.*"²⁷²

Nesta conjuntura, o maior susto que a URSS pregou ao Ocidente, ameaçando pela primeira vez na sua história e na história do império russo avançar no coração da África negra, foi conseguir levar por cerca de dois a três meses a sua força e as suas ideias ao Congo. Moscovo procurava aproveitar-se da retirada apressada e atribulada da antiga potência administrante; do caos que a seguir se gerou no território e em que era evidente a deambulação do poder por várias mãos; e, finalmente, enquanto argumento legitimador imediato, socorreu-se dos apelos de um dos líderes das várias facções em conflito: Lumumba, chefe do primeiro governo do Estado do Congo independente.

O Congo tornou-se independente à meia-noite do dia 30 de Junho de 1960. No dia 1 de Julho conflitos entre tribos rivais, ou facções, iniciaram-se em Léopoldville, a capital. No dia 5 o exército congolês entrou na contenda acelerando o alastramento da anarquia. Para possibilitar a evacuação das populações brancas que haviam decidido ficar no território depois da independência, o Governo belga promoveu a intervenção de forças armadas suas. No dia 10 encontravam-se no Congo em acção contra os autóctones

271 O esforço de *détente* existiu de facto entre Março de 1959 e Maio de 1960, sendo que antes, após os fracassos iniciais de Genebra em 1954, a intervenção em Budabeste em 1956 ou a acção sobre Berlim ocidental em 1958 (que, no entanto, se estenderia até 1963), demonstraram um desejo claro de confrontação por parte de Moscovo. Depois do incidente com avião-espião U-2, precisamente em Maio de 1960, arrefeceu a procura de entendimento em curso. Até 1963 a *détente* foi mais uma figura de retórica ou a manifestação de um enorme alívio, a leste e a oeste, pelo desaparecimento de Estaline.

272 Cf. Benz e Graml, comp. s.d.b., pp. 385-386.

amotinados. No dia 11, o Katanga, a mais próspera de todas as regiões do Congo proclamou a sua secessão. No dia 15, a pedido do governo congolês que reclamara ajuda contra a agressão belga de que considerava estar a ser vítima, o CS das NU fizera chegar ao território os seus primeiros contingentes militares. Esta intervenção fazia-se para ajudar o governo a estabelecer a ordem e para substituir a presença considerada desnecessária das forças militares belgas.

*The Congo had, by then, been independent two weeks. All over the world the Belgian 'imperialists' were being denounced for conspiring to keep the wealth of the Katanga for themselves, and for intervening by force in the internal affairs of the new Republic.*²⁷³

O Ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Andrei Gromyko, a 13 de Julho, denunciara, num acto que pode ser considerado normal, a agressão militar contra o Congo, e que considerava estar a ser levada a cabo pela Bélgica, EUA, França, RFA, RU e OTAN, com o objectivo de "*liquidar*" uma "*independência*" recém adquirida. Mas, dois dias mais tarde, num acontecimento excepcional, Khrushchov anunciava ter recebido uma carta do Governo congolês, na qual este último exprimia poder vir a "*ser compelido*" a pedir a intervenção soviética", excepto se as potências ocidentais terminassem a sua agressão contra o Congo.²⁷⁴ Na resposta que o líder soviético divulgou "*imediatamente*", afirmava-se que o Governo congolês

*'may rest assured that the Soviet Government will render the Congo Republic all the assistance which may be necessary for the triumph of your cause.'*²⁷⁵

A 16, o representante norte-americano no CS das NU, referindo-se a informações segundo as quais a URSS se preparava para intervir no Congo "*directamente com tropas*," afirmava que com outros países membros da ONU, os EUA fariam.

273 "O Congo tinha, então, sido duas semanas independente. Por todo o mundo os 'imperialistas' belgas estavam a ser denunciados por conspirarem para manterem a riqueza do Katanga para si próprios, e por intervirem pela força nos assuntos internos da nova República." Cf. Halle, *op. cit.*, p. 384.

274 Este pedido teve lugar a 15 de Julho, no dia em que desembarcavam as primeiras forças militares das NU no território.

275 "podia ficar seguro de que o Governo Soviético prestaria à República do Congo toda a assistência que viesse a ser necessária para o triunfo da sua causa." Citado em idem, *ibidem*, pp. 384-385.

*'whatever may be necessary to prevent the intrusion of any military forces not requested by the United Nations.'*²⁷⁶

Mas assim como o Primeiro-Ministro Lumumba pedira o auxílio de Moscovo, na sua inconsistência, uma semana mais tarde reclamava já o envio para o Congo de milhares de tropas norte-americanas e de outros países. Naquele território, em finais de 1960, eram já cerca de 20 000 o número de tropas integradas no contingente da ONU, procurando manter a ordem.

Como o Governo congolês acabaria por se fraccionar, formando-se dois partidos, um em torno do Presidente da República (Kasavubu), outro à volta de Lumumba, o último acabaria definitivamente por apelar para a ajuda soviética. Moscovo enviaria assim aviões e viaturas de transporte de tropas, tal como uma enorme plêiade de instrutores, conselheiros, técnicos, diplomatas, muitos deles agentes dos serviços secretos soviéticos agindo numa vasta área e concorrendo com congéneres de outras nacionalidades. A URSS sugeria ainda, através de diversas declarações pronunciadas em várias circunstâncias, a sua prontidão para enviar voluntários que viessem a combater ao lado das forças do primeiro ministro do Congo, contra a *"OTAN e outras forças imperialistas."*

Lumumba, a aposta de Khrushchov, seria porém rapidamente derrubado e, a 16 de Setembro, todos os elementos da Embaixada soviética em Léopoldville eram expulsos da República do Congo pelo chefe das FA, Mobutu. A presença soviética durara apenas dois meses e fora interrompida abruptamente. Apesar do empenho soviético, os resultados levaram a uma derrota humilhante, mas os norte-americanos, algo receosos com as deambulações pelo Congo de uma figura com simpatias pouco recomendáveis como Lumumba, liquidá-lo-iam na primeira oportunidade. A CIA pensou-o e executou.²⁷⁷

O facto de, sob a intervenção dos capacetes azuis, sempre às ordens do SG Hammarskjöld, se ter instalado no Congo um poder de orientação anticomunista, acen-

276 "tudo aquilo que fosse necessário para prevenir a intrusão de quaisquer forças militares não requisitadas pelas Nações Unidas." Citado em *ibidem*, p. 385.

277 Lumumba foi morto a 17 de Janeiro de 1961 em Elizabethville no Katanga. A sua morte apenas foi conhecida no dia 13 de Fevereiro seguinte. Cf. Antunes, s.d.a, pp. 146-147.

tuou as tradicionais suspeitas soviéticas contra a imparcialidade da ONU. Khrushchov, em particular, que considerara o insucesso dos acontecimentos no Congo como uma derrota pessoal, encontrou um excelente pretexto para procurar agir, não só contra a pessoa daquele SG, mas contra as funções e os poderes que juridicamente estavam atribuídos àquela figura na estrutura das NU.²⁷⁸ O líder soviético preparou, logo para a XV AG, a sua ofensiva para mudar o estado de coisas na ONU. Sob o pretexto de que as negociações sobre desarmamento, que ao longo de vários anos haviam sistematicamente falhado, deveriam agora ter lugar na ONU, Khrushchov conseguiu reunir em Nova Iorque um conjunto de "notáveis".

Mas ao contrário do que podia ser aguardado por muitos, na sua declaração inicial perante a reunião da AG, a 23 de Setembro de 1960, relegou a questão do desarmamento para segundo plano e exigiu a demissão do SG, acusando-o de ter tido uma intervenção ilegal no assuntos internos do Congo e de ter agido ao lado dos "colonialistas". De seguida propôs que o cargo de SG fosse abolido e que as suas funções fossem atribuídas a um comité executivo de três pessoas que deviam representar, respectivamente, os países descomprometidos com a guerra fria (ou não-alinhados), os países comunistas e os países do bloco ocidental. Este comité apenas poderia tomar decisões unânimes, pelo que cada um dos seus constituintes estava impossibilitado de agir contra os interesses de qualquer um dos outros membros da "troika" e, portanto, dos grupos que representassem. Finalmente, foi ainda sugerida a mudança da sede da ONU, dos EUA para a União Soviética.²⁷⁹

Do ponto de vista português, esta proposta de Khrushchov de substituição do cargo de SG "por um directório" tinha como objectivo não apenas o "'controle' do voto afro-asiático e consequente domínio da Assembleia", mas "o domínio do próprio executivo da Organização." A tática seguida pelo líder soviético era a de demonstrar a

278 A preocupação de Hammarskjöld havia sido sempre a de não entregar o comando daquelas forças ao governo do Congo, por considerar que isso as colocaria ao serviço de uma das facções em luta.

279 Esta proposta, bem como a promessa de a ela voltar no decurso da XVI AG das NU, pode ser lida em *Statement of V. A. Zorin, Head of the USSR Delegation to the XVth Session of the General Assembly of the United Nations, made at his press-conference in New York on April 26, 1961*. AHDMNE, MNE-SE, POI, M182. ONU. Assembleia Geral, 1º volume.

"parcialidade" do SG, propagandeando as falhas da operação militar das NU no Congo, de forma a neutralizar "qualquer movimento para restabelecer a confiança" em Hammarskjöld. Mas era imediatamente referido que a "ideia de remoção do cargo de Secretário-Geral" e a sua "substituição por 3 directores" encerrava um "elemento que assustava todos" aqueles que apoiavam a ONU. Reconhecia-se, por isso, que aquela proposta trazia consigo um direito de veto, sendo por isso previsível a quase "paralisação do executivo da Organização."

Mas, para os países que na "acção das Nações Unidas" baseavam a "sua segurança, as suas esperanças de desenvolvimento económico" e a ela deviam "em muitos casos" a sua independência, as perspectivas avançadas pelas propostas de Khrushchov não podiam deixá-los tranquilos. Embora elas tivessem alguns elementos "aliciantes", uma vez que proporcionavam "ao elemento neutralista uma intervenção na conduta de negócios da Organização, em pé de igualdade com as duas grandes potências." Para reforçar as suas propostas, o líder soviético "declarou" ainda, "informalmente, que da sua aprovação dependia o progresso das negociações" sobre "desarmamento, abolição dos 'testes' atómicos, uso pacífico do espaço cósmico, etc.." Incredulidade provocou ainda a proposta soviética de transferência da sede da ONU para Viena, Genebra ou Moscovo.

Na ONU, eram várias as razões que se pretendia poderem estar por trás desta atitude soviética. Se era "sentimento geral" que Khrushchov havia escolhido aquela AG para "fazer uma demonstração de força e de eficiência dos métodos" usados para "submeter aos seus desígnios as forças políticas do mundo", havia depois interpretações que filiavam aquela atitude "nos conflitos ideológicos existentes no campo comunista", outras que entendiam que a URSS pretendia "assenhorear-se de posições" que considerava já ao seu alcance para o exercício de um poder mundial. Finalmente, parecia pouco provável que os soviéticos estivessem realmente concentrados "num assalto à estrutura das Nações Unidas", uma vez que isso implicava um "exagerado risco de desaire."²⁸⁰

280 Cf. Carta nº 591. Missão Permanente de Portugal junto das NU para o MNE (29 de Setembro de 1960). AHDME, MNE-SE, RNP, POI, ONU, M180. ONU. Assembleia Geral, 8º volume.

Paralelamente, Khrushchov tratou de lançar, ou apoiar, um conjunto de ataques contra o colonialismo e o imperialismo, ao longo das três semanas em que esteve na AG, que denunciavam uma enorme vontade em aliciar os países afro-asiáticos para as propostas que fizera, querendo isso dizer que estava empenhado, em conjunto com os países do bloco comunista, na constituição da maioria de que necessitava na AG para fazer aprovar as suas propostas. Mas mais uma vez, Khrushchov analisou mal a realidade que o circundava. Os afro-asiáticos não estavam dispostos a perder o poder que detinham na ONU, tal como existia e funcionava, e por muito que isso estivesse aquém do que ambicionavam. Simplesmente, sabiam que uma aceitação das propostas soviéticas levaria a introduzir, indirectamente, na AG e, directamente, no secretariado, o poder de veto existente no CS. Diminuir-se-ia a capacidade de decisão e os poderes executivos ainda existentes na AG e no secretariado, se ali se passassem a reflectir as tensões e as rivalidades da guerra fria. Mantendo-se tudo como estava, sem reformas de maior, os afro-asiáticos teriam sempre nas suas mãos a possibilidade de influenciarem as votações e as decisões na AG, por limitado que fosse o alcance das decisões ali tomadas, além de que teriam sempre uma importante palavra a dizer na escolha do SG, figura com um valor acrescido se na posse de um conjunto, ainda que diminuto, de poderes efectivos. E, ao contrário dos soviéticos, a maioria dos afro-asiáticos fazia uma apreciação favorável da acção do SG e do secretariado na crise do Congo. Em última análise, agradasse ou não esse facto a Moscovo, havia sido impedida a extensão da guerra fria a África, e, portanto, na desordem seguida à retirada da antiga potência administrante, evitara-se o nascimento de um palco especialmente delicado para a emergência de disputas entre duas potências correndo atrás do exercício de um poder mundial.²⁸¹

Ou seja, o vazio de poder que as descolonizações, em muitos casos, deixavam atrás de si, facto indissociável do desmoneramento de qualquer império, abria espaço para a intervenção, ou pelo menos para a tentativa de intervenção e consequente ocupação desse vazio, por parte das duas maiores potências da época. O Congo, ainda que muito distante da URSS e não considerado, nem de perto, nem de longe, como uma área vital

281 Cf. Halle, *op. cit.*, pp. 388-390.

sob o ponto de vista dos interesses de Moscovo, era de qualquer forma, naquelas circunstâncias, um importante laboratório para testar a eficiência do poder mundial sonhado por vários sectores do PCUS.

Tendo presentes a doutrina e muitos dos factos em torno da política externa soviética desde meados da década de cinquenta, nomeadamente os apoios ao Egipto e a incursão no Congo, a presença de Khrushchov na XV AG das NU tentando assumir as rédeas do anticolonialismo, para não falar, em 1962, da arrojada acção de apoio à revolução cubana que conduziria à delicada questão dos mísseis soviéticos naquela ilha, o governo português de então, conservador, nacionalista, autoritário e profundamente anticomunista, podia usar com facilidade, e entre outros, o argumento de que pretendia continuar em África, não só, mas também, para defender o ocidente do comunismo.

Depois de, no XX congresso do PCUS, se ter também constatado que estava em marcha o processo de desintegração do sistema colonial imperialista, como previsto por Lénine, e que tal fenómeno podia trazer vantagens políticas a Moscovo (apesar das potências capitalistas manterem, com muitas das nações recentemente tornadas independentes, laços político-económicos estreitos que favoreciam os seus interesses e que, portanto, deviam ser denunciados e combatidos) o ponto culminante do anticolonialismo soviético tomou forma na proposta feita por Khrushchov, na referida declaração de 23 de Setembro de 1960. Esta declaração, dirigida ao SG, durante a XV AG das NU, tratava de incluir na sua agenda a discussão e elaboração de uma resolução sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais. Embora a declaração sobre descolonização subsequentemente aprovada tenha sido produto do trabalho e do empenhamento das delegações afro-asiáticas, no seu esforço de se manterem fora do confronto Leste-Oeste.²⁸²

Esta resolução consubstanciaria na ONU um processo de evolução política em curso pelo mundo, e que se acelerara na segunda metade da década de cinquenta. Para o Estado Novo, em particular, e como veremos, entrava-se na fase de uma cerrada luta político-jurídica pela manutenção de posições muito difíceis nas esferas da política in-

282 Cf. Duroselle e Meissner, 1972, pp. 383-384 e Morison, 1972, pp. 54-56.

terna e externa. A resolução nº 1514 (XV), relativa à concessão de independência aos países e povos coloniais, aprovada em AG a 14 de Dezembro de 1960, sem quaisquer votos contrários, e 9 abstenções²⁸³ proclamava que constituía uma negação dos direitos fundamentais do homem, e contrária à *Carta das NU*, "*a sujeição dos povos a uma dominação e a uma exploração estrangeiras*", ficando assim comprometidas a "*causa da paz e da cooperação mundiais*." Nela se declarava também que:

'seriam tomadas medidas imediatas, nos territórios sob tutela, nos territórios não autónomos e em todos os outros territórios que ainda não tivessem ascendido à independência, para transferir todos os poderes para os povos desses territórios, sem nenhuma condição nem reserva, de acordo com a sua vontade livremente expressa, sem qualquer distinção de raça, de crença ou de cor, a fim de lhes permitir alcançar uma independência e uma liberdade completas.'²⁸⁴

Em toda esta conjuntura de 1955 a 1960, sob o ponto de vista da governação portuguesa, a política externa norte-americana, elemento fundamental da segurança ocidental, evoluía para um afastamento crescente em relação às suas principais potências aliadas na Europa (França e RU), com uma colagem ao "*bloco afro-asiático*". No caso do incidente do Suez, os norte-americanos, sem terem "*em conta as circunstâncias atenuantes*", haviam condenado a expedição militar contra o Egipto, considerando-a contrária às disposições da *Carta das NU* e como uma "*repetição odiosa das aventuras do imperialismo europeu e da 'gunboat diplomacy' do século XIX.*"

Igualmente considerado grave, era o facto de os EUA tratarem de amaciar as suas críticas em relação à invasão soviética da Hungria.²⁸⁵ Aliás, corria nos bastidores que o Embaixador Cabot Lodge, delegado permanente dos EUA na ONU, seria "*o mais entusiasta defensor se não o artífice da ideia de uma coligação dos EU com as Nações de*

283 Austrália, Bélgica, República Dominicana, França, Portugal, Espanha, África do Sul, RU e EUA. 89 países votaram favoravelmente a resolução.

284 Citado em Fernandes, 1991, pp. 162-163. Cf. também Franco Nogueira, 1981, pp. 246-255.

285 Segundo um diplomata português em Washington, D.C., quando se falava na necessidade de auxiliar os "patriotas húngaros" junto das "altas esferas" do Departamento de Estado, encontrava-se uma "fria receptividade" deixando "sistematicamente [...] cair o assunto" para se referirem à "gravidade do problema do Médio Oriente." Cf. Carta nº 1231. Embaixada de Portugal em Washington para o MNE (29 de Novembro de 1956). AHDME, MNE-SE, RNP, POI, 2º piso, A50, M93. *Delegado português...*

Bandung [...] na esperança de conquistar para o Ocidente os 26 votos dos afro-asiáticos", que adicionados aos "21 do Continente Americano dariam aos Estados Unidos uma maioria de 47 votos sobre o total de 79." Obviamente, tudo isto era lógico e podia ser confirmado sem uma qualquer rebuscada análise de acontecimentos da época. O grupo afro-asiático dispunha de cerca de um terço dos votos na AG, podendo assim, à partida e em relação a várias matérias em que fosse encontrado consenso, "controlar a acção daquele organismo". Nomeadamente, em questões que afectassem a paz e a guerra, podia levantar o seu "veto" aos cinco membros permanentes do CS. Além do mais, constatava-se que para muitos sectores norte-americanos a melhor maneira de evitar a influência soviética junto de muitos dos Estados árabes do Médio Oriente, seria atraindo o "grupo de Bandung", mesmo com o risco de um afastamento norte-americano em relação à França ou ao RU.

Parecia assim que Washington apontava para uma mudança radical na orientação da sua política externa. Deixariam de suportar a sua luta contra o comunismo a partir da "cadeia de alianças regionais" (OTAN, Pacto de Bagdade e SEATO), para passarem a confiar nos:

*esforços das NU para restaurar a paz e livrar a humanidade de uma explosão armada. Em vez de apontarem para uma possível retaliação em massa, para a libertação dos satélites comunistas e para as ameaças até à beira da guerra, os EU [...] [preferiam passar a] insistir [...] nos seus esforços conciliatórios, nas suas intenções pacíficas e desejos de cooperação.*²⁸⁶

Sob o ponto de vista português, dever-se-ia começar a considerar que os EUA haviam entrado no caminho da abdicação do seu "papel de grande potência, 'leader' do mundo livre", subordinando os objectivos da sua política externa "aos caprichos das votações dos países membros da ONU e do seu SG". Assim, Washington, no caso do incidente do Suez, mesmo que não alienando a possibilidade de diálogo e a confiança egípcia e de boa parte do mundo árabe, através da pronta condenação da intervenção franco-anglo-israelita, havia transformado a derrota militar de Nasser numa vitória

286 Cf. Idem. *ibidem*.

política, o que implicava um aumento da sua influência e do seu poder, sendo que o futuro se encarregaria de mostrar o elevado preço a pagar (pelo Ocidente, pelos EU e outros "utentes" do canal) como consequência do *"apaziguamento do Presidente Nasser"*. A nova atitude norte-americana, reflectida no debate nas NU sobre a crise do Médio Oriente, equivalia, em última análise, ao desvio da política de *"apoio às Potências coloniais"*, passando a *"sustentar as forças nacionalistas da Ásia, da África e do Médio Oriente."* A Administração Eisenhower tinha *"ofendido e humilhado as Potências coloniais aliadas"*, informando-as de que não se identificava com os interesses daquelas, proclamando *"'urbi et orbi' a independência dos Estados Unidos em relação à política colonial da França e da Inglaterra e das restantes nações com interesses coloniais."* Restava apenas saber se a crise do Suez era uma crise relativa a interesses e atitudes de natureza colonial, e caso assim fosse em que medida soviéticos e norte-americanos não tinham e não iriam ter as suas próprias crises em relação aos seus interesses e atitudes coloniais. Este comportamento norte-americano não era, de qualquer forma, uma novidade nem ficaria por aqui. Tratava de aliciar os povos afro-asiáticos recém-independentes, ou em vias de em tal se tornarem, evitando a confrontação com a URSS e recordando às velhas potências europeias a sua dependência da boa-vontade norte-americana para poderem enfrentar com sucesso a ameaça do poder hegemónico soviético na Europa.

As vitórias de Nasser chamaram rapidamente a atenção em Portugal. Em Janeiro de 1957, o relatório da Embaixada britânica em Lisboa relativo ao ano anterior, fazia notar ao FO que o Governo português, a propósito dos incidentes no Egipto, manifestara preocupação por uma eventual *"penetração hostil em África, apesar de não haverem sinais de tal actividade nas suas colónias."*²⁸⁷ Temia o governo de Salazar para o continente africano, o perigo da agitação pan-islamita emanada do Egipto, concluindo que o nacionalismo egípcio era apenas um instrumento de Moscovo. Esta questão foi

287 "hostile penetration in Africa, although there seem to have been no overt signs of this in their own colonies." PRO-FO371-130245. File1011/1. 7 de Janeiro de 1957.

aliás abordada nas conversas quadripartidas realizadas em Paris no mês de Julho de 1957.

Nestas conversas, e durante a discussão a propósito da *"penetração soviética em África"* e da *"propaganda pan-islâmica"*, os representantes do RU não afastaram a possibilidade de os soviéticos terem África *"como um dos seus objectivos"*, muito embora não tivessem até então feito nada senão *"por vias indirectas"*. Mas sublinharam cuidadosamente que ao procurarem *"aproveitar o Islão"*, os soviéticos enfrentavam muitas vezes uma firme recusa de cooperação. Os britânicos, finalmente, face aos argumentos e contra-argumentos franceses, portugueses e belgas que misturavam islamismo e comunismo, cruzando-os ainda com uma proposta sobre uma futura, possível e desejável *"permuta de informações"* entre os quatro países presentes nas conversas, acabariam por afirmar com alguma impaciência que *"a melhor forma de combater o comunismo era a política de emancipação dos povos."*

Para os franceses, a braços com a questão argelina, o problema da *"penetração soviética em África"* apenas se colocava *"a longo termo. [...] A acção directa soviética"* afinal *"apenas se manifesta[va] nas missões comerciais dos seus países satélites"* na Europa, dando assim *"poucos motivos para receios."* Mas aconselhavam a que se estivesse atento ao seu objectivo imediato de *"utilizar os sentimentos nacionalistas"* para procurar assegurar depois *"uma posição de destaque e de influência"* junto da *"classe operária africana, pela formação de quadros sindicais."* Quanto ao aproveitamento que o comunismo pretendesse vir a fazer do islão, os franceses confiavam em todas as *"armas"* (ou argumentos) ao dispor dos países representados naquelas conversas.

Pela sua parte os belgas não tinham *"informações de actividades directas russas"*, mas haviam tomado as suas providências, sobretudo naquilo que dizia respeito à aliança entre comunismo e islamismo. Nomeadamente, criando obstáculos limitadores *"da emigração para o Congo de elementos ismaelitas e mussulmanos [sic]."*

Através do documento sobre esta matéria preparado pela representação do governo de Lisboa, constata-se que Portugal considerava a existência de um acentuado *"progresso islâmico na África Portuguesa"*, concebendo ainda *"a necessidade de escl-*

recer a opinião pública americana acerca dos perigos da perda de África para o Ocidente."²⁸⁸

Nas NU, o bloco afro-asiático dispunha já do "*poder de verdadeiro veto*", isto sempre que as resoluções da AG exigissem uma maioria de dois terços. Este facto impedia que aquela organização pudesse alguma vez vir a ser utilizada na "*realização de políticas favoráveis ao Oeste, mesmo quando os EU sejam delas inspiradores ou pelo menos participantes.*"²⁸⁹

A questão de uma possível perda de poder por parte dos EUA e que tanto preocupava Portugal era, de qualquer forma, debatida por alguns comentadores políticos norte-americanos. Assim, a entrada de dezasseis novos Estados para as NU (na sequência da negociação do "*pacote*" de 1956, com cinco novos Estados membros), abria uma "*nova era na história daquele organismo*", sendo que o antigo papel de árbitro desempenhado por Washington seria substituído "*pela influência dos blocos regionais.*" Estava "*perdida*" em benefício dos afro-asiáticos a "*maioria automática*" com que os governos dos EUA e da Europa Ocidental podiam contar na AG desde 1946. Quanto ao futuro, apenas reservava dissabores ao Ocidente, ou não estivesse também a preparar-se a admissão de "*novos povos independentes*". Particularmente, como registava um jornalista do *New York Times*, em virtude da luta e nova distribuição de forças na ONU, e sendo instituído o sistema de votação em blocos, os EUA já não eram um "*agente livre*" capaz de influenciar significativamente os acontecimentos e os seus agentes. Tendo quase sempre, e sobretudo, os norte-americanos contado com o apoio dos latino-americanos na AG, a nova força afro-asiática justificava as recentes dificuldades americanas. Restava para os EUA, num prenúncio de um possível optimismo futuro, o facto de nem sempre os afro-asiáticos formarem um "*bloco monolítico*". Afinal "*apenas*" se encontravam "*unidos pela sua devoção à paz, ao princípio da autodeterminação dos povos e pela oposição ao Ocidente em qualquer questão colonial.*" Pela influência con-

288 Cf. Apontamento de conversa. J. M. Fragoso, *Conversas Quadripartidas. África e ONU*. MNE em Lisboa. 15 de Junho de 1957. AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M177. *ONU. Assembleia Geral*.

289 Cf. Aerograma. Missão Permanente de Portugal em Nova Iorque para o MNE (4 de Janeiro de 1951). AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M177. *ONU. Assembleia Geral*.

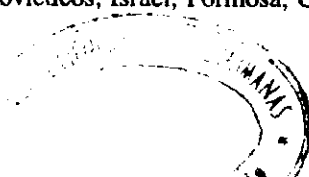
quistada pelos afro-asiáticos, os EUA perdiam na ONU o "controle' dos problemas internacionais". Embora países como "as Filipinas, o Paquistão, a Tailândia e a Turquia" fossem "amigos leais do Ocidente"; a Inglaterra pudesse "contar com a amizade da Índia, Ceilão e Paquistão" e, finalmente, a França, apesar das suas "dificuldades no norte de África", sempre encontrava o "apoio do Laos na questão da Argélia." Para Washington, no ponto de vista de alguns comentadores políticos, os problemas futuros, tendo presentes os debates sobre a Argélia e o Chipre e o prestígio ganho pelos americanos junto do bloco afro-asiático, a propósito dos acontecimentos do Suez, cabia poder "dirigir esforços" para produzir um "programa construtivo."

Portugal neste contexto, nem sequer necessitando de recorrer aos factos e às interpretações de comentadores políticos norte-americanos, embora os registasse, apenas vislumbrava "a tendência para uma votação por blocos" que daria "maior influência [...] aos países anticolonialistas de Bandung tanto no CS como na AG." Reconfortante podia ser o facto de se pensar que a hegemonia afro-asiática acabava com as "supremacias americana e soviética. A vitória caberia aos grupos de países que soubessem explorar as rivalidades entre russos e americanos."²⁹⁰

Mas os não-alinhados, e sobretudo na sua relação com soviéticos e norte-americanos, caracterizavam-se por uma enorme complexidade e mutabilidade. Ainda que houvesse um conjunto de países asiáticos, latino-americanos ou africanos que se manteve sempre fiel a um dos lados,²⁹¹ a verdade é que na sua maior parte procuravam ser genuinamente "não-alinhados". Havia ainda aqueles que, descaindo para um dos lados, procuraram sempre evitar que as influências fossem além do desejável. Em último lugar, conflitos regionais ou guerras civis nasciam de tensões existentes nos locais em

290 Cf. Carta nº 238. Embaixada de Portugal em Washington para o MNE (28 de Fevereiro de 1957). AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M78. *Actuação e actividades de diversas delegações nas NU*. O *New York Times* voltaria ao assunto a 10 de Março. Segundo a opinião de Thomas Hamilton, autor do artigo enviado para Lisboa pela Embaixada portuguesa, o "package deal" de Dezembro de 1956, "aprovado nos moldes da proposta canadiana", fora afinal "ferverosamente apoiado, para sua própria ruína [...], pelos latino-americanos." Cf. Carta nº 310. Embaixada de Portugal em Washington para o MNE (13 de Março de 1957). AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M78...

291 Em momentos diferentes, mas sob regimes políticos que foram mantendo, Angola, Cuba, Etiópia ou Vietnam (já unificado) foram profundamente pró-soviéticos; Israel, Formosa, Coreia do Sul ou Israel, mantiveram-se pró-americanos.



que se declaravam, apanhando soviéticos e norte-americanos de surpresa, acabavam quase sempre por promover uma procura de apoio pelas partes em conflito junto de cada uma das duas grandes potências mundiais. Finalmente:

*tanto a Rússia como os EU tinham de lutar com o duro facto de que as suas mensagens 'universalistas' não seriam automaticamente aceites por outras culturas e sociedades.*²⁹²

Mas a dissolução dos impérios europeus tinha consigo o ónus de produzir antigas áreas coloniais, grandes ou pequenas, com maior ou menor potencial, enfrentando as dificuldades próprias de uma existência independente, a par de enormes desafios de desenvolvimento económico, sendo que os seus recursos humanos e materiais variavam entre "*o nada e o pouco*."²⁹³

Certa ou errada esta avaliação da evolução da política externa norte-americana, verdade é que depois do incidente do Suez, os EUA se viram obrigados a enfrentar isoladamente fora da Europa os desafios político-militares da guerra fria.²⁹⁴

A POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA E A ONU (1956-1960). DOCTRINA.²⁹⁵

Quando Portugal foi admitido nas NU e de acordo com aquilo que "*já na altura*" era comum, o SG dirigiu ao Governo português "*uma nota perguntando se este administrava qualquer território a que se aplicasse o artigo 73º. da Carta*."²⁹⁶ Salazar

292 Cf. P. Kennedy, 1990, 2º. vol., p. 62.

293 Cf. Dean Acheson, *Present at the Creation. My Years in the State Department*, s.d., p. 729.

294 Cf. Kissinger, *op. cit.*, p. 523.

295 Acerca da doutrina jurídico-política do Estado Novo defensora da unidade da nação portuguesa (metropolitana e ultramarina), e que serviram, directa ou directamente de base à argumentação usada na ONU, os principais trabalhos produzidos e utilizados na elaboração deste sub-capítulo foram: Marcello Caetano, *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos (História Duma Batalha: Da Liberdade dos Mares às Nações Unidas)*, 4ª ed., Lisboa, 1971; *Conversas Quadripáridas Sobre Problemas Africanos*, 1 a 3 de Julho de 1957, Anexo V, AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M177. ONU. Assembleia Geral; Silva Cunha, "O caso português perante as Nações Unidas" in *Ultramar*, nº 4, Abril-Junho de 1961, pp. 7-18; Adriano Moreira, "Portugal e o Artigo 73 da Carta das Nações Unidas", Separata da *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*, nº 15, CEPSJIU, 1957; Franco Nogueira, *As Nações Unidas e Portugal*, 1962; Oliveira Salazar, "O Ultramar Português e a ONU (30-06-1961)" in *Discursos e Notas Políticas*, vol. VI, 1967, pp. 125-158 e "Política ultramarina (12-08-1963)" in *Idem, ibidem*, pp. 287-335; J. H. Saraiva, *Os Territórios Não-Autónomos e a Carta das Nações Unidas*, s.e., Lisboa, 1960 e I. Galvão Teles, "Conceito de Nação. A nação portuguesa", Separata de *O "Direito"*, Lisboa, 1971.

296 Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 89.

tê-la-á estudado *"atentamente"*, analisando-a depois com o Ministro Paulo Cunha. Foi em seguida dada uma resposta negativa na qual se declarava que Portugal não era *"responsável por qualquer território"* a que fosse aplicável o referido artigo. Salazar acabara de *"tomar uma decisão de profundo significado"*, com *"sérias implicações e extensas consequências."* A resposta implicava que as *"províncias ultramarinas"*, do ponto de vista do Governo de Lisboa, não tinham *"vocaçào para independência separada"*, que cabia ao Estado português definir o *"exclusivo direito de interpretar e aplicar a sua ordem constitucional"*, não permitindo *"interferências alheias"*, da mesma forma que demonstrava, pela recusa na transmissão de informações, vontade de não submeter *"a sua administração ultramarina a qualquer sistema de censura internacional."* Por fim, as NU são implicitamente informadas de que embora respeitada a *"letra do artigo 73º, é repudiada a prática política e processual"* que ele implica e que, entretanto, havia sido posto *"gradualmente"* em prática.²⁹⁷

Mas esta atitude também implicava *"uma posição diametralmente oposta à prática seguida"* e que em datas próximas de 1956 era *"aceite pacificamente"*. Igualmente, colidia *"com as concepções da esmagadora maioria da Assembleia Geral"*, adoptadas havia anos sem qualquer oposição significativa. Não parece no entanto plausível que a aceitação sem discussão da resposta portuguesa pudesse fazer *"desmoronar"* um *"sistema laboriosamente construído ao longo de dez anos de virulento anticolonialismo."* Isto porque se estaria a pôr em causa *"o princípio geral em que assentava a prática e a jurisprudência da ONU"* em relação ao (anti)colonialismo, podendo com isso outros Estados *"com responsabilidades em África"* *"aproveitar o exemplo português."*²⁹⁸

Nesta fase, procurou-se contrariar a posição portuguesa com o recurso à evocação das *"disposições da Carta."* Os seus preceitos foram considerados vinculatórios para todos os Estados membros, e o artigo 73º. não era excepção. Para Portugal era preciso, em primeiro lugar, demonstrar que aquele artigo continha uma obrigação. Em segundo lugar, seria necessário provar que tal obrigação se aplicava a Portugal, sendo por isso

297 Cf. Idem. *Salazar. IV. O Ataque (1945-1958)*, s.d.a, pp. 422-423.

298 Cf. Idem, 1962, pp. 90-91.

"indispensável" mostrar que o governo de Lisboa administrava territórios não-autónomos. Mas uma vez que este último ponto era "*indemonstrável*", foi ignorado. E o facto de, segundo a lei portuguesa, existirem nos seus territórios ultramarinos "*população sem direitos de cidadania*", não se podia afirmar que ela "*se administrasse a si mesma*". Portanto, do ponto de vista de vários países membros das NU, estava-se "*perante territórios não-autónomos, administrados por Portugal*." Por isso, podia a AG considerar-se competente para analisar a resposta dada pelo Governo português. Até 1959 foi este o processo de acção dos "*anticolonialistas*" nas NU. Simplesmente, como Portugal conseguiu, apesar de não constar na *Carta*, que o disposto no artigo 73º. fosse considerado como uma "*questão importante*", não foi nunca possível arregimentar um número de votos capaz de preencher os $\frac{2}{3}$ que aquela designação implicava.

No decorrer das "*conversas luso-belgas*" a propósito da preparação da XI AG da ONU por representantes dos dois países, foi apresentada pela primeira vez a posição jurídica de Portugal face ao artigo 73º da *Carta*. Considerava o governo de Lisboa, "*à luz da legislação e dos factos*", ou seja, através da evocação dos "*fundamentos históricos e jurídicos da estrutura unitária da Nação portuguesa [...]*", não possuir territórios não-autónomos tal como referia o artigo mencionado. Neste sentido era considerada como "*provável*" uma resposta negativa a um pedido de informação proveniente do SG.²⁹⁹ Afirmava-se a confiança no resultado de vários estudos jurídicos produzidos, e que tendiam a "*provar a incompetência das Nações Unidas para impugnarem a decisão*" que o Estado português viesse a tomar. Sobre este assunto convergia a opinião dos representantes belgas que negavam a interpretação dada a todo o capítulo XI da *Carta*, e segundo o qual ao "*referir os territórios*" que abrangia, visava "*apenas os chamados territórios coloniais*." De qualquer modo, Portugal não seguia já a posição belga quando esta pretendia "*abarcas nas disposições do artº. 73º. todas as*

299 Pedido que consta da alínea e) do artº. 73º. da *Carta*. Se eventualmente Portugal viesse a dar informações, fá-lo-ia apenas a título informal "e sem qualquer ligação com as disposições" do referido artigo. Cf. Apontamento de conversa. MNE em Lisboa. 11 e 12 de Outubro de 1956, AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M177. ONU. *Assembleia Geral*.

populações aborígenes", considerando que se o fizesse seria legitimada *"a competência das Nações Unidas"* para se ocuparem dos territórios portugueses ultramarinos.

Apesar do *"interesse"* e da *"concordância"* manifestada pelos delegados belgas em relação à argumentação portuguesa em torno do artº. 73º, quando interrogados sobre o acolhimento que lhe poderiam dar em reunião da AG *"a resposta foi conclusiva: embora pudesse ser cordial, não deixaria de seguir a fórmula [...] do 'Sim; mas'."* Mas uma vez que era necessária uma *"atitude firme"* que produzisse resultados, a delegação portuguesa que avançasse uma vez que se encontrava *"em condições bem melhores"*, dado que a Bélgica, em *"1946 e na euforia da vitória"* aceitara *"compromissos que agora tantos embaraços"* causavam.

Quando questionados por Portugal quanto à pertinência de uma evocação da disposição nº 7 do artº. 2º da *Carta*, os representantes do governo de Bruxelas responderam que desse recurso apenas poderia resultar o adiamento da aprovação, que consideravam inevitável, de uma resolução pela AG sobre o destino político dos territórios não-autónomos. Aliás, até à data, apenas os britânicos a propósito da ilha de Chipre, a França acerca do Norte de África, e a África do Sul em relação ao Sudoeste Africano, haviam recorrido ao princípio de não intervenção das NU em assuntos juridicamente definidos por um Estado membro. Inclusivamente, a consulta do Tribunal Internacional de Haia sobre a invocação de tal artigo por parte do governo de um Estado, apenas poderia produzir um *"parecer e nunca uma decisão."*

Em termos jurídico-formais, para além do seu alcance político, também o *"Comité de Informações dos Territórios Não-Autónomos"* levantava alguns problemas. Os belgas consideravam, por exemplo, que o facto de cada país ter adoptado o seu critério de apresentação de informações, produzira várias dificuldades na sua apreciação. Daí à aprovação de um esquema que ultrapassou os limites inicialmente definidos para a comunicação da informação reunida foi um passo: nasceu o *"Comité"*. Os representantes belgas consideravam-no um organismo constituído sobre uma reduzida base legal, um local em que se produziam *"ataques demagógicos"* à sua administração do Congo (*"com inconveniente repercussão nas populações indígenas"*), tendo por isso nela deixado de

participar em 1952. Pensavam ainda "*deixar de fornecer as informações a que se refere o artº. 73º.*" De qualquer forma, regozijava-se o representante português, pelo facto de, "*em relação ao ano em curso*", não as haverem ainda prestado, "*apesar de já ter sido, há muitos meses, ultrapassado o prazo estatutário.*" Era por isto lógico que, pelo menos perante os portugueses, os belgas desejassem liquidar o comité. Simplesmente, tal apenas aconteceria no caso de "*todos os Estados*" o deixarem de "*alimentar com os relatórios anuais*", o que não "*julgavam fácil de acontecer.*" Os britânicos, por exemplo, e contrariando a opinião dos belgas, para bloquear a actividade do "*Comité*", tratavam de lhe "*submeter o maior volume possível de material informativo de modo a diminuir*" a sua "*capacidade de absorção.*"³⁰⁰

Decorreram "*conversas luso-francesas*" também com o objectivo de prepararem a participação portuguesa na XI AG das NU. Os franceses começaram por sublinhar a tendência verificada neste organismo, no que respeita "*à prestação de informações sobre territórios não-autónomos*", no sentido de se vir cada vez mais a procurar aproximar o regime estabelecido no capítulo XI da Carta, aquele previsto nos capítulos XII e XIII (relativos, respectivamente, ao "*Sistema internacional de tutela*" e ao "*Conselho de Tutela*"). Procurava-se assim, segundo os franceses, dar "*extensão política à disposição da alínea e) do artigo 73º. da Carta*",³⁰¹ reconhecendo-se competência ao Comité de Informação, apesar da "*falta de base legal*" para o mesmo, para se proceder depois a uma "*apreciação dos elementos fornecidos pelos países administradores.*" A estes factos a França vinha reagindo com "*agilidade*", não preenchendo as questões relativas "*a aspectos políticos e aos direitos do homem, ou respondendo com meras alusões*" àquilo que classificava como "*ataques demagógicos*".³⁰²

Os intervenientes portugueses nesta conversa mostravam-se esperançados de que a atitude francesa, em relação a esta matéria, se viesse a alterar em favor dos interesses e

300 Idem. *ibidem*.

301 Alínea relativa à transmissão de informações sobre os territórios não-autónomos ao SG.

302 Proferidos normalmente por países "menos qualificados para darem lições — [...] o Yemen, a Indonésia, as Filipinas e, de uma forma mais moderada, a Índia" que apenas intervinha contra os regimes coloniais "a pretexto de conseguir compromissos." Cf. Apontamento de conversa. MNE em Lisboa. 29 de Outubro de 1956, AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M177. *ONU. Assembleia Geral*.

posições portuguesas. Na sequência das impressões trocadas, os portugueses ficaram a saber que tinham havido, em 1955, "*decisões ministeriais, não tornadas públicas, no sentido de não serem enviados mais elementos ao Comité de Informação.*" Entretanto, o novo Governo francês dera "*publicidade a essas decisões*" tomadas pelo executivo anterior, "*mas não as comunicou ao Secretariado das NU.*" Já no último trimestre de 1956, ainda a França não havia prestado "*informações ao Comité em relação a 1955.*" "A situação" era de "*expectativa*".

Os interlocutores franceses apoiaram ainda a posição portuguesa de "*responder negativamente à consulta do SG*" acerca da transmissão de informações sobre territórios não-autónomos, invocando para isso o princípio segundo o qual, sob um ponto de vista jurídico, Portugal não possuía aqueles territórios para os fins do artº. 73º. da *Carta*.³⁰³

Vislumbrado e depois manifestado o apoio francês à posição portuguesa, os representantes do governo de Paris reforçaram ainda a argumentação dos seus parceiros recordando "*o princípio aceite por todas as Potências administradoras, e ainda não contestado*", de que cabe inicialmente "*a cada Estado declarar quais são os seus territórios não-autónomos*", uma vez que a ONU não tinha qualquer "*competência para os determinar.*" Desta forma, conviria que Portugal dissesse "*apenas 'não'*", recusando a fórmula "*não porque*", para não emprestar um argumento contra o princípio citado. Quanto à transmissão de informações voluntárias, aos franceses parecia-lhes ser preferível que se dirigissem às agências especializadas, "*sem discriminar territórios metropolitanos e ultramarinos.*" Prática, aliás, já seguida por Portugal.

Os representantes do governo francês transmitiram ainda algumas informações relativas a medidas recentemente tomadas, no sentido de poder ser concedida uma independência futura a vários territórios ultramarinos franceses.³⁰⁴ A Lei nº 56 619 (de 23 de Junho de 1956³⁰⁵) estabelecia os princípios gerais em que o governo poderia legislar por

303 "Resposta seria redigida com laconismo, pois não reconhecíamos às NU competência para apreciar os fundamentos da nossa posição." Cf. Apontamento de conversa. MNE em Lisboa. 29 de Outubro de 1956, AHDMNE...

304 "De harmonia com o disposto na Constituição de 1946".

305 Ou *Loi Cadre*. Discutida pela AN francesa entre Setembro de 1957 e Janeiro de 1958. Cf. Ageron, 1993, p. 355.

simples decreto para atingir aqueles objectivos propostos. As suas disposições previam a introdução de reformas políticas,³⁰⁶ administrativas³⁰⁷ e económico-sociais nos territórios ultramarinos franceses, e ainda reformas a serem aplicadas aos territórios sob tutela.³⁰⁸

Em Setembro de 1957, na sequência de uma opção tomada em Conselho de Ministros, os franceses decidiram-se, afinal, por retomar o envio de informações sobre, pelo menos, alguns dos seus territórios não-autónomos³⁰⁹ ao respectivo comité. Tudo ao que parece, provocado pelas "*preocupações*" em relação aos "*casos*" do Togo e Argélia.³¹⁰

Por exemplo, desde de Julho de 1957, na sequência das conversas quadripartidas, ficou decidido o não recurso ao Tribunal de Haia para obtenção do seu parecer interpretativo acerca do Capítulo XI, apesar de na altura haver expectativas quanto à sua utilização pela delegação mexicana nas NU. Acabou tal mecanismo por ser considerado " *muito perigoso*", nunca devendo ser "*provocado*" por Portugal (ou quaisquer outros países presentes nas conversas que mantivessem situações de litígio com a AG a propósito das matérias consideradas no capítulo XI).

A partir de 1959, dado o peso crescente dos afro-asiáticos na composição da Assembleia, mas, sobretudo tendo como pano de fundo um novo espírito na vida política internacional, muito mais adverso ao colonialismo, foi possível aprovar a constituição de um Comité (composto por seis países) com capacidade para definir os termos em que deveriam, determinados territórios, ser ou não declarados como não-autónomos (ver *infra*). A partir daquele momento, as NU afirmavam ter também competência para decidir do início da prestação de informações sobre aqueles territórios (antes apenas podiam decidir a cessação das mesmas).³¹¹ Do ponto de vista português, esta nova atitude correspondia a uma violentação da interpretação da *Carta*, forçando-a "*estatuir para*

306 Sufrágio universal e colégio único.

307 No "sentido da descentralização."

308 Camarões e Togo.

309 Mantendo-se os belgas ainda firmes, por algumas semanas, na sua intenção de não enviarem informações sobre os seus territórios não-autónomos ao respectivo comité.

310 Cf. Aerograma nº47. Delegação de Portugal na ONU em Nova Iorque para o MNE em Lisboa, 12 de Agosto de 1957.

311 Segundo a resolução nº 334 (IV) de 2 de Dezembro de 1949.

além da sua letra e do seu espírito", abandonando-se "*quaisquer inibições de ordem jurídica ou preocupações legalistas*", optando-se por isso por uma via política para a solução de um problema enquadrado por um texto jurídico. No caso português, e do ponto de vista do *Relatório dos Seis*, aprovado em 1960 e integrado na resolução nº 1541 (XV), servia como elemento definidor dos seus territórios não-autónomos aqueles "*geograficamente separados e étnica e culturalmente distintos*." Ao que se podia ainda adicionar, sob o "*ponto de vista administrativo*", o facto de os "*órgãos centrais de soberania e administração*" se encontrarem em Lisboa, e só a eles pertencerem "*as decisões últimas, sem audiência ou representação dos interessados*." Do ponto de vista político, e seguindo ainda o *Relatório dos Seis*, "*a existência da instituição do 'indigenato'*", não permitia que se pudesse afirmar que as populações das províncias ultramarinas "*tomassem parte, na sua larga maioria e num pé de igualdade com a metrópole, na feitura e aplicação das leis*." Sob o ponto de vista jurídico, "*a distinção entre cidadãos, com plenos direitos, e não cidadãos, com direitos limitados, colocava*" os "*últimos numa posição de inferioridade em relação aos*" primeiros. Em termos económicos, não só o Ultramar português se encontrava menos desenvolvido do que a Metrópole, como tendo presente "*a estrutura e a orgânica*" da economia portuguesa, o seu funcionamento era feito em favor da componente europeia e em prejuízo das partes ultramarinas. Quanto à legitimidade histórica da presença portuguesa, ela era considerada nula, uma vez que assentava na "*guerra*" e na "*conquista militar*." As Províncias Ultramarinas portuguesas eram por isso colónias, aliás como estipulara a Constituição portuguesa até 1951, além de que "*não dispunham de governo próprio*." E sendo colónias ou Províncias Ultramarinas, não se podia afirmar que estivessem integradas livremente na nação portuguesa, uma vez que nunca fora feita uma consulta livre e democrática à vontade dos povos que nelas viviam. Deliberavam assim, as NU, o cumprimento por Portugal do disposto no artº. 73º. e dos princípios contidos no *Relatório dos Seis*.³¹²

Nesta segunda fase, a resposta portuguesa reconhecia "*que as normas da Carta eram obrigatórias para todos os Estados membros*" mas, relativamente ao artigo 73º.,

312 Cf. Franco Nogueira, 1962, pp. 95-106.

as suas disposições "*apenas encontravam o seu cumprimento e acatção na voluntariedade e critério exclusivo de cada governo.*" Assim, a AG era declarada incompetente para exigir que os "*Governos fizessem*" uma declaração ao abrigo do referido artigo. De qualquer forma, o Governo de Lisboa informava mais uma vez a AG de que a resposta na qual se afirmava não desempenhar Portugal a administração de territórios não-autónomos, estava de acordo com a Constituição portuguesa: "*por imposição constitucional, Portugal era uma nação politicamente unitária.*" Uma vez que apenas aos governos cabia "*interpretar e aplicar as suas próprias constituições*", Portugal considerava as NU incompetentes para deliberarem sobre a matéria. Aliás, a admissão de Portugal na ONU implicara o reconhecimento por todos os países da legitimidade do seu texto constitucional, uma vez que na altura não merecera ele qualquer reparo. Além disso, o Governo português considerava como uma violação do artigo 2º, nº7 da *Carta*, a insistência das NU em analisar e discutir a *Constituição* portuguesa. Enquanto que a "impugnação" da resposta portuguesa equivalia a uma "*atitude nitidamente discriminatória*" que "*infringia outro preceito fundamental da Carta, o do artigo 2º, nº1.*" A AG excedia também as suas competências e violava o artigo 73º. ao achar-se competente para "*impor o início*" do envio de informações. Por outro lado, a alínea e) daquele artigo, definia que a transmissão de informação ao SG estava sujeita "*às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional*" o que, do ponto de vista português, legitimava a sua argumentação com base no valor jurídico-político da *Constituição* portuguesa.³¹³

Insistindo a Assembleia "*no carácter injuntivo do artigo 73º e das obrigações daí decorrentes*", e passando a considerar-se como "*dinâmica e evolutiva*" a doutrina inserta na *Carta*, fez-se uma outra e mais aprofundada análise daquela matéria. Procurou-se assim uma interpretação do referido artigo num contexto mais geral e que no caso se considerou ser o da própria *Carta*. Nela se estabeleciam três sistemas diferentes para "a promoção do bem-estar e desenvolvimento dos povos, que era o objectivo da comunidade internacional." Destes três sistemas, apenas dois eram internacionais; os contidos

313 Cf. *ibidem*, pp. 108-113.

nos capítulos IX e X (relativos à cooperação internacional económica e social) e no capítulo XII (relativo ao regime internacional de tutela). No relativo aos territórios não-autónomos fora omitida "*a palavra 'internacional'.*" Dessa forma, não fora contemplada em relação aqueles territórios "qualquer acção positiva por parte das Nações Unidas", da mesma forma que não era atribuída explicitamente à AG qualquer "*competência*" ou "*poder*", o que acontecia nos casos anteriormente referidos. Assim o "*papel*" das NU era "*meramente passivo, e só aos Governos cabia definir a sua política.*" A imposição de uma nova orientação, a par da discussão da decisão tomada pelo Governo português por parte da Assembleia, equivalia não só a uma infracção do artigo 73º., como a uma derrogação da letra e do espírito da *Carta*. E este facto, por si, inviabilizava uma revisão daquele texto jurídico, uma vez que, por muito significativas que fossem as alterações nas realidades sociais e políticas do mundo, nunca seria "*admissível*" um conjunto de alterações que o espírito e a letra originais da *Carta* não comportavam.³¹⁴

Os argumentos de natureza política utilizados pela AG mereceriam também resposta. O facto de existirem populações sem cidadania completa, e portanto sem governo próprio, em três províncias da nação portuguesa (Angola, Guiné e Moçambique), queria dizer, em primeiro lugar, que as NU se debatiam numa "*contradição irremediável.*" Por um lado, afirmavam "*não discutir a unidade da Nação Portuguesa nem pôr em dúvida a sua soberania em todos os territórios*"; por outro "*queriam averiguar da situação de certas populações*", o que equivalia a "*interferir nos negócios internos portugueses*"; depois, as NU, quebravam a unidade da nação portuguesa que diziam reconhecer, ao estabelecerem "*várias categorias de territórios portugueses com estatuto diferenciado no plano internacional.*" Saía assim limitada a soberania que afirmavam "*reconhecer.*" Em segundo lugar, do ponto de vista do Governo português, "*a existência de algumas populações sem plenos direitos de soberania era irrelevante.*" Aceitando-se "*a unidade política da nação portuguesa, Portugal estava exactamente nas mesmas condições*" de muitos outros países (apesar de geograficamente unidos), e portanto sem a obrigação de

314 Cf. *ibidem*, pp. 113-118.

proceder ao abrigo do artigo 73º.. Caso as NU não aceitassem este pressuposto, e insistissem na sua argumentação, então estavam apostadas em promover, a partir de dentro, a desintegração do Estado e da nação portugueses. Por lado, admitiam que a "*separação geográfica de territórios era suficiente [...] para estabelecer o conceito de território não-autónomo*." Este era um elemento falacioso e irrelevante, uma vez que existiam inúmeros "*países independentes cujo território nacional estava em partes várias e não contíguas*." Casos da RAU ou Paquistão. Também o "*factor raça, como o factor cultura*" deviam ser eliminados como critérios definidores do que poderia ser um território não-autónomo, uma vez que em vários Estados independentes conviviam raças e culturas diversas. Além de que os princípios universalistas da *Carta* deveriam levar a AG a excluir a cultura e a raça como factores de separação política. A questão do desnível no desenvolvimento económico entre as partes que constituíam Portugal eram reconhecidas, mas ele não era o produto de qualquer relação arbitrária entre os diferentes territórios, beneficiando uns e prejudicando outros, mas uma realidade que encontrava equivalência em vários países, uma vez que, mesmo em condições de unidade e continuidade geográfica, existem sempre Estados com regiões mais ou menos desenvolvidas.

Quanto à "*relação política existente entre os vários territórios e a metrópole portuguesa*" ou, ainda, a "*ausência de legitimidade histórica no exercício da soberania*", o Governo português contra-argumentava afirmando que "*a unidade política era um conceito formal*". Por isso, resultante de uma "*ordem jurídica*", em cuja formação importava a posição do "*conjunto da comunidade portuguesa*" e não apenas a de parte, no caso, a das populações vivendo nas partes não-europeias de Portugal, ou com faculdades provisoriamente diminuídas de exercício de soberania. Quanto à eventualidade e pertinência de uma incursão na história de Portugal que viesse a decidir sobre a "*ausência de legitimidade histórica no exercício da soberania*", seria essa uma opção passível de ser utilizada em relação a muitos países e certamente a todos os mais poderosos.³¹⁵

315 Cf. *ibidem*, pp. 118-127.

OS FACTOS.

O representante indigitado pelo Governo português, logo nos primeiros meses de 1956 e recém-chegado às NU, iniciou parte do seu trabalho pela visita a alguns dos "colegas" colocados em Nova Iorque. Na altura, os belgas (através do embaixador Langenhove) estavam "muito interessados" em saber qual a atitude que Portugal seguiria em relação ao envio ao SG de "documentação" sobre os territórios não-autónomos. O representante português respondeu que a Constituição do seu país instituíra a integridade da Nação, não fazendo uma distinção com a natureza político-administrativa fixada na *Carta das NU*, e que, portanto, o seu governo não pensava fornecer tal "documentação". Logo lhe perguntaram se o MNE não poderia influir "junto da Espanha" para esta "fazer o mesmo." Além de outras impressões trocadas sobre a questão do envio de informações, ainda "fez insinuantes oferecimentos para íntima colaboração" entre os dois países. Por seu lado, o representante americano (embaixador Lodge), "mostrou reacções favoráveis" a Portugal na "questão" de Goa, afirmando ainda que, na ONU, os indianos lhe iam dando "muito trabalho". "Querem-se intrometer sempre em tudo e são imprevisíveis nas suas atitudes." De forma cortês pôs a "sua Missão à [...] disposição" de Portugal para "auxiliar naquilo que fosse necessário."

O Embaixador Freitas Valle, da Missão brasileira nas NU, considerou pertinente produzir algumas afirmações entre o frívolo e o pusilânime para sublinhar a amizade do seu País para com Portugal, chegando ao ponto de afirmar: "quando estive na Batalha beijei o chão, beijei-o ali mesmo." O Embaixador da Colômbia, Echeverri Cortes, deu a entender que Portugal poderia "sempre contar" com o apoio do seu país, "tanto no caso de Goa, como nas questões de África." Mas imediatamente "pediu voto" para a eleição de membro não-permanente do CS. O representante do México referiu a questão de Goa antes de Garin o ter feito, "mas sem revelar abertamente a sua opinião." O diplomata português pareceu "poder adivinhá-la favorável", uma vez que o seu homólogo lembrou a "conveniência" de se preparar a "publicação" de material "com retratos de goeses ilustres que no decorrer dos tempos" tivessem "subido a altos postos políticos e

administrativos." Garin achou-a uma "ideia interessante, e que talvez não fosse difícil pôr em prática."

Com o representante espanhol (Embaixador Lequerica) as conversas andaram entre *"a questão do Marrocos"*, os elogios a Salazar e a Franco e os problemas em torno do artigo 73º. da *Carta..* Em relação ao primeiro problema, afirmou Lequerica, a Espanha *"vira-se forçada a consentir na independência, depois do que se passara com o Marrocos francês."* Mas, *"pessoalmente"*, o Embaixador *"não podia esconder um certo sentimento de tristeza."* Garin manifestou a sua opinião em relação à vaga de independências no Norte de África, afirmando que se havia regressado *"à situação do século XV — a Europa praticamente cercada pelos orientais e a península com eles outra vez à porta."* A réplica espanhola assentou numa quase infalibilidade do *"Generalíssimo"*, que a esse respeito *"notara que o perigo não era o mesmo de outrora — só existiam 22 milhões de árabes no Norte de África"*, e ao que parece Franco, ao contrário de Garin, não contava que eles *"um dia"* pudessem *"vir a estar apoiados pelos russos"*. Depois de Lequerica ter falado *"com grande entusiasmo da personalidade de Sua Excelência o Presidente do Conselho"*, Garin agradeceu com *"algumas palavras elogiosas em relação ao Generalíssimo."* Lequerica contrapôs *"que o êxito da vida política do Generalíssimo era devido ao facto de não possuir nenhum dos usuais defeitos dos espanhóis."* Falando-se, finalmente, de *"várias questões das NU"*, e em que ficou entendido que *"Lequerica ainda não estava muito 'à la page'"*, Garin fez referência ao *"problema do envio da documentação prevista no artigo 73,"* não tendo ficado registada a opinião espanhola em relação a uma atitude a tomar em relação a este problema.³¹⁶

Alphand, Embaixador, representante francês na ONU, encontrava-se *"pessimista sobre a marcha geral dos negócios do mundo"*, o que incluía a questão da Argélia — na altura a mais importante preocupação das políticas interna e externa francesas. Sobre este assunto *"clamou"* uma colaboração dos países da Europa latina (os recém-admitidos Portugal, Espanha e Itália) com o bloco latino-americano, aliviando assim um pouco a

316 Cf. Aerograma nº3. Delegação de Portugal na ONU em Nova Iorque para o MNE em Lisboa, 26 de Abril de 1956.

pressão na AG das NU sobre o seu país. Quase "*propôs*" a Garin que este levasse o assunto à consideração da diplomacia espanhola. Alphand estava ainda convencido que a "*Rússia*" estava "*atrás de toda a agitação*" no Norte de África. Finalmente, para "*assustar*" o representante português e obter um apoio nos esforços de mobilização dos latino-americanos em relação à Argélia, sublinhou a possibilidade de a União Indiana "*levantar*" o problema de Goa na XI AG.

O representante cubano (Embaixador Nuñez-Potuondo) era "*grande admirador de Sua Excelência o Presidente do Conselho*", cujos discursos apreciava e "*guardava sempre na sua biblioteca*." Arenales Catalan, Embaixador da Guatemala, o Reverendo Nuñez, representante da Costa Rica e o Embaixador Tiburcio Carias, hondurenho, caracterizavam-se pelo seu anticolonialismo. O primeiro falou dos "*sentimentos*" de que era portador sobre o assunto. Mas era "*grande admirador e amigo*" de Portugal, onde às vezes com o seu pai passava "*temporadas no Estoril*", embora não viesse a "*fazer discursos a [seu] favor*" naquilo que respeitasse a Goa. De qualquer forma, também não contava "*atacar*" a política do Governo de Lisboa e procuraria "*ser neutral*" no caso de o tema de Goa ser "*levantado*". Garin teceu depois considerações sobre Goa e a política portuguesa em África, "*com comentários [acerca] da política anti-ocidental da maior parte das nações da Ásia*." À despedida rematou referindo que caso não "*tomasse cuidado*" o embaixador guatemalteco ainda "*acordaria um dia com os russos em Dakar, munidos de projecteis [...] assestados na direcção da Guatemala*." O representante da Costa Rica mostrou-se "*jubiloso com a entrada de Portugal*" na ONU e "*frisou os laços de família*" (latina, entenda-se). Garin fez-lhe depois uma "*longa prelecção sobre Goa*" e a "*política ultramarina*" portuguesa. O Reverendo agradeceu "*por várias vezes as informações*" e saiu dizendo que a "*conversa*" lhe ia "*dar muito que pensar*." O embaixador Tiburcio Carias também afirmou que as Honduras e Portugal eram da "*mesma família*." Depois ouviu o "*disco*" que o diplomata português tinha preparado sobre a questão de Goa.

Na conversa com o representante sírio, este pediu imediata e "*descaradamente*" o apoio do Governo português para a "*convocação de uma Assembleia extraordinária*"

que se ocupasse do problema argelino. Caso fossem seguidos estes conselhos sírios, eles "*depois veriam como [...] poderiam [...] auxiliar*" Portugal nos seus "*problemas*". Seguindo o telegrama redigido por Garin podemos conhecer mais alguns pormenores da conversa:

'nós os árabes temos 9 votos, e vocês também têm problemas — questão de Goa, envio de documentação sobre os territórios em África, presumo que têm de a enviar, etc.' Continuou no mesmo estilo, afirmando que o Governo Português teria de ser chamado a tomar posição na questão da Argélia, desde já, e a questão com Israel na Assembleia. Fez ataque furioso contra a França; *'já mataram 100 mil pessoas; isto não pode continuar; como é concebível que a Costa do Ouro [Ghana] já tenha autodeterminação e a Argélia ainda não?'*

Depois, a curto prazo o que os países árabes desejavam "*era pôr a questão mais em foco*", mesmo que a convocação de uma AG extraordinária não resolvesse nada, "*pelo menos agitar-se-ia a questão*." Garin lá lhe foi "*dando pacientemente resposta evasiva*." Uma vez que o diplomata sírio afirmou que o "*visitaria mais tarde*" para saber se Portugal apoiava ou não a convocação da Assembleia, Garin descansou o MNE e a si próprio afirmando que se propunha "*trocar-lhe as voltas e não o receber nos cem anos mais próximos*."

Trujillo, Embaixador do Equador, era o Presidente do grupo latino-americano nas NU e um dos seus "*mais activos membros*". Talvez por conhecer Garin e com ele ter estado em Nova Deli "*pareceu compreensivo na questão de Goa*." Impressionado com o facto de os goeses "*ascenderem a altos cargos administrativos e políticos*", Trujillo explicou depois a atitude do grupo latino-americano na questão relativa ao aumento do número de representantes dos vários grupos nos conselhos das NU, isto é, a única forma do seu grupo manter o número de lugares de que na altura dispunha³¹⁷ e no Tribunal de Haia.

Muito mais calmo do que o seu colega sírio em relação à Argélia, estava Loutfi, Embaixador do Egipto. Não fez a menor tentativa de aliciar Portugal para a causa árabe.

317 Dois no CS e quatro no Conselho Económico.

Ouviu depois a exposição de Garin sobre Goa, sem *"procurar contrariar e exprimindo a esperança de que se pudesse um dia chegar-se a um entendimento."* O representante português na ONU encontrou-se ainda com os embaixadores etíope, indonésio e chinês (Formosa). Tjandronegoro da Indonésia contrapôs a questão da Nova Guiné à soberania portuguesa em Timor. Ou seja, Portugal abstinha-se nas votações sobre aquela matéria na ONU e, assim, a *"opinião pública"* indonésia não criava problemas na mais distante de todas as províncias ultramarinas portuguesas. Tsiang, embaixador da China nacionalista, procurou segurar o voto português para *"evitar o ingresso da China Comunista."* Garin respondeu, naturalmente, porque pensava em Macau, com um *"sorriso evasivo"*. Tsiang foi também doutrinado sobre a questão de Goa.

Finalmente, Quiroga Galdo, embaixador da Bolívia. *"Ardente anticolonialista"* que, no entanto, afirmou:

Portugal foi o único país colonizador que foi humano. O que criaram no Brasil foi admirável. Construíram um grande país onde não há o menor preconceito racial. Estou perfeitamente familiarizado com o que ali fizeram, especialmente através dos livros de Gilberto Freire.

Depois acolheu bem o que lhe foi dito sobre Goa, rematando que a situação naquele território *"não podia ser comparada à da Argélia."* Aquela era uma *"província teórica da França"*; Goa era *"realmente uma província Portuguesa."*³¹⁸

No Outono de 1956 era evidente para o representante português nas NU que os principais assuntos a figurar naquela reunião máxima seriam *"os relativos ao Suez, à Argélia e ao Chipre"*, tendo os três em comum o facto de se identificarem *"como manifestações ou derivantes do 'colonialismo'"*. Necessariamente, viriam a implicar uma *"discussão geral"* do *"assunto"* degenerando depois num *"ataque aos países ocidentais"*.³¹⁹ Por isso, era sua opinião, Portugal estaria *"inevitavelmente"* na *"discussão, como alvo certo de ataques e não como mero participante accidental."* E aconselhava

318 Cf. Aerograma nº4. Delegação de Portugal na ONU em Nova Iorque para o MNE em Lisboa, 26 de Abril de 1956.

319 Sentimento também partilhado pelos representantes belgas. Cf. Apontamento de conversa. MNE em Lisboa. 11 e 12 de Outubro de 1956, AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M177. *ONU. Assembleia Geral.*

depois o ministro Paulo Cunha sobre a necessidade de se preparar "*a defesa e para a apresentação do [...] caso português nas melhores condições possíveis.*" A sua argumentação em torno deste pressuposto fez-se nos seguintes termos:

Dizia-me à dias um membro da Missão francesa que não deveríamos refugiar-nos na facilidade cómoda dum 'wishful thinking', tomando como indício de que viremos a ser poupados [pel]o facto de se não estar de momento falando muito de nós. Não deveremos, dizia ele, alimentar ilusões a esse respeito.

A propósito, e sendo que a questão mais delicada da política externa e ultramarina portuguesa era, nesta altura, a relativa ao Estado Português da Índia, o representante português informou o MNE que:

É curioso notar que me falaram ultimamente de Goa o Embaixador Representante da Indonésia e delegados dos Estados Unidos, da Etiópia e da Itália, — este último para me confidenciar que um asiático se lhe referira há dias [...] para perguntar a razão porque se estava dando a Portugal tanto apoio.

Concluindo depois o representante português que Goa estava "*presente na mente de muitos*", sendo por isso previsível que devia estar preparada uma resposta "*a qualquer insinuação ou ataque, para estabelecer e defender a justeza e a justiça da nossa posição.*" Portugal não podia pois contar com um ambiente "*inteiramente favorável*". E ainda que, em conversa com "*americanos do norte ou do sul*", muitos se mostrassem "*individualmente receptivos à pertinência*" dos argumentos portugueses, "*francamente admitindo o que há de específico no caso português*", tal facto não podia provocar o esquecimento de que o "*'slogan' do colonialismo*" influenciaria o comportamento final de cada um dos países. Depois, a compreensão que eventualmente se poderia esperar de alguns países do continente americano, não seria encontrada nos afro-asiáticos. Destes Portugal não podia "*prever [...] senão ataques e remoques*" para além "*do poder contagiante de tal atitude*" naquilo que respeitasse "*à posição que tomarão os países latino-americanos.*" Portanto, nada de assumir "*uma posição demasiado confiante.*"

Particularmente, naquilo que respeitava aos EUA, havia que trazer debaixo de olho a imprensa e a opinião pública. Uma e outra "*igualmente fascinadas pelo que [...] têm*

como generosos e humanitários propósitos do combate afro-asiático ao colonialismo."

Por exemplo, em dois almoços oferecidos pelo *Mayor* de Nova Iorque aos presidentes do Brasil e da Indonésia, e a que assistira o chefe da Missão portuguesa na ONU, registou que os aplausos mais vivos por aqueles arrancados haviam sido

provocados pelas suas referências à libertação dos seus dois países do jugo colonial. Num e noutro almoço a assistência era constituída por umas trezentas pessoas, todas recrutadas na alta burocracia e nos altos meios da finança, do comércio e da política deste grande meio.

Para Garin, o chefe da representação portuguesa nas NU, aquilo que se passava neste organismo em matéria de descolonização reflectia *"as insinuações e afirmações por esse mundo feitas a coberto de fáceis mas aliciantes 'slogans'."* Havia-se tornado *"inevitável e até popular"* a *"associação entre 'colonialismo' e 'imperialismo' e entre 'imperialismo' e 'exploração'"*, exigindo-se de futuro, e essa tarefa acabaria por pertencer a Portugal, *"uma depuração imensa de conceitos, com a restituição destes a uma honestidade [...] ausente"* por forma a poder dar-se *"à avalanche em marcha uma direcção radicalmente oposta."* Entre outras razões, este estado de coisas era a consequência do facto de *"os países do Ocidente"* se terem deixado *"contaminar por um sentimento envergonhado de culpa ante os ataques feitos ao seu 'colonialismo'"*, sendo assim proporcionada *"uma autoridade"* aos *"ataques"* que se contrariados a tempo jamais teriam possuído.

Em substância, a tática portuguesa na XI AG da ONU para fazer face aos ataques de que certamente viria a ser alvo (*"o contra-ataque"*), deveria ser alicerçada em *"afirmações firmes baseadas concretamente³²⁰ em realidades de factos e de números"*. Isto queria dizer que Portugal não se deveria limitar a *"expor nas NU"* a força dos seus *"direitos históricos e o ajustamento legal"* dos seus *"textos constitucionais a um conceito unitário e portanto não-colonialista das relações entre a metrópole e as províncias ultramarinas."* Não valeriam ainda as:

320 Sublinhado no original.

simples afirmações gerais de verdade como a do nosso tradicional antiracismo ou a de que a Índia Portuguesa tem sido e continua sendo mais uma 'liability'³²¹ do que um 'asset'³²² [...]. As afirmações de ordem geral terão de ser assim apoiadas naquilo que lhes dá realidade — ou seja na sua aplicação prática e na sua tradução em actos, pois que é com isso que os slogans se diminuem e se anulam. Numa luta simples de 'slogan' contra 'slogan', não há dúvida de que estaremos em desvantagem quanto ao que diz respeito à audição geral.

Aliás, este recurso ao "concreto" já tinha anteriormente produzido resultados positivos quando se discutiu o problema do "trabalho forçado" no Conselho Económico e Social. A resposta portuguesa ao

'questionário' mereceu ao delegado inglês uma palavra de apreço público porque [...] havíamos sido os únicos a responder ponto por ponto e duma maneira precisa, sem nos refugiarmos em tiradas retóricas ou em disfarces não convincentes de propaganda oca e sem valor.³²³

Simplesmente, o futuro pertenceria à "propaganda oca e sem valor".

O primeiro discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros português na ONU, Paulo Cunha, foi "breve" porque de "apresentação." Explicou quem era Portugal. País e povo que se debruçava muito sobre a "História", via-se a si mesmo como o "prolongamento" do passado, e era em função deste que traçava o seu futuro. Os portugueses orgulhavam-se de ter transmitido "o facho da civilização ocidental a outras regiões do globo em determinada época da História" e permitido o "encontro entreferendo da civilização ocidental com as velhas civilizações do Oriente e da América." A principal vantagem para Portugal deste encontro havia sido a possibilidade "de estabelecer laços de verdadeira compreensão humana", entendendo os portugueses que nunca poderiam sentir-se "superiores, nem inferiores", mas sim considerarem-se "como iguais". Portugal era por isso um membro das NU "com séculos de preparação" ao mesmo tempo que se declarava com uma "intenção firme" de "cooperar lealmente" com

321 Responsabilidade (desvantagem).

322 Activo (vantagem).

323 Cf. Carta sem nº. Missão de Portugal Junto das NU dirigida ao MNE de 30 de Agosto de 1956. AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M182. ONU. Todas as citações apresentadas são retiradas do texto referenciado nesta nota.

a "grande obra" que se estava a "construir-se" naquela organização. Referia-se depois o apego de Portugal à paz, bem como a sua tolerância para com todos os povos, sendo estas ideias rematadas com a afirmação de que:

Querer impor a outrem, mesmo sem usar a violência, a nossa maneira individual de pensar, seria a invasão das fronteiras do pensamento alheio e, por consequência, quase um acto de agressão. Não haverá Paz se se não aceitar [...] que cada país tem o direito de viver a vida política desejada pelo seu povo. Somos contrários aos nacionalismos agressivos, egoístas e orgulhosos. Mas somos nacionalistas porque somos uma Nação e existimos.

Queria isto dizer que o governo português não estaria disposto a suportar pressões externas que pretendessem provocar uma mudança da sua orientação política, nomeadamente em relação ao papel e ao estatuto do ultramar naquela que era a concepção conhecida da "Nação" portuguesa, "na sua verdadeira configuração: a vocação da unidade." E esta não era "uma realidade recente", citando-se no caso um texto do ano de 1612, no qual era feita referência ao facto de "as províncias de além-mar" não serem "distintas, nem separadas do Reino", nem lhe pertencerem "em forma de união", sendo "antes, membros do próprio Reino", tal como as províncias "da Europa". O discurso concluiu-se com uma referência ao Brasil. A existência deste país representava "uma prova do sentido universal" dominante na história de Portugal, e que se vira rematada, em 1953, com a constituição da Comunidade luso-brasileira.³²⁴

Pelo facto de Portugal não ter participado nos trabalhos da Organização durante dez anos, o delegado português não se pronunciaria no seu discurso sobre os temas expostos e discutidos nas NU desde 1945. Limitou-se, no discurso proferido durante a abertura do debate da AG, a apontar apenas os princípios gerais pelos quais Portugal pautaria a sua intervenção naquele Organismo. Apenas, depois, nas comissões ou sessões plenárias haveria finalmente oportunidade de o Governo português se pronunciar e definir a sua posição perante tais temas pendentes.

324 Cf. *Diário da Manhã*, 18 de Novembro de 1956, pp. 1 e 6 (5ª e 6ª e 1ª e 2ª colunas, respectivamente). Discurso transmitido em telex da ANI.

Em Novembro de 1956, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros português em Nova Iorque e iniciado o debate na AG das NU, começam de facto a esboçar-se algumas novas linhas de orientação de política externa portuguesa. Obviamente, pela sua participação numa estrutura que obriga ao estabelecimento (implícito ou explícito) de um relacionamento multilateral.

Num ambiente descrito como "*tipicamente anti-ocidental e sobretudo anticolonialista*", as "*primeiras tomadas de posição*" vieram logo nas votações que condicionavam a adopção da agenda para a XI AG.³²⁵ A propósito das queixas apresentadas pela União Indiana e pelo Paquistão acerca do tratamento dos "*seus nacionais na África do Sul*", Portugal absteve-se mas o assunto foi agendado "*por esmagadora maioria*". Quanto à inclusão do "*conflito racial na África do Sul*", Portugal votou contra "*conjuntamente com alguns outros países europeus*", mas uma "*enorme maioria*" impôs o seu agendamento. No "*caso Nova Guiné*", Portugal também votou contra com mais 17 países. Registaram-se 14 abstenções, mas os 47 votos favoráveis trataram de incluir o assunto na agenda. Quanto a uma discussão do problema da representação da China continental nas NU, Portugal absteve-se. Foi aprovado "*por grande maioria*" não tratar do assunto naquela AG, mantendo-se a representação da China nacionalista.

Portugal procurava obviamente conciliar interesses diversos e contraditórios. Por exemplo, em Janeiro de 1957, nos trabalhos da Primeira Comissão da AG em que se discutiam as questões da Coreia, do desarmamento, da Argélia, Chipre e Nova Guiné, Garin concertou com Paulo Cunha a tomada de uma "*atitude tanto quanto possível passiva, procurando não intervir com declarações*", limitando-se pelo voto "*a apoiar os EUA, nas duas primeiras questões, e a França*", RU e Holanda "*nos restantes*" porque em todas elas estava envolvida o ponto "*fundamental de soberania*". Mas acrescentava o diplomata português:

325 Tratam-se das votações de Portugal em relação aos "assuntos mais melindrosos". Cf. Telegrama nº179. Delegação de Portugal na ONU em Nova Iorque para o MNE em Lisboa (17-11-1956).

*Isto para se procurar não criar aqui inimizades ou chamar demasiadamente atenção para as posições da nossa Delegação, pelo menos enquanto não estiver arrumado o problema que temos na Quarta Comissão por causa do artigo 73.*³²⁶

Por um lado, posicionar o Estado metropolitano no quadro da aliança do Atlântico Norte, de forma a gerir favoravelmente os conflitos que necessariamente iam emergindo e que teriam consequências no relacionamento entre cada um dos Estados membros da OTAN. Por outro lado, a dimensão ultramarina obrigava a uma extensão dos seus interesses à África, Ásia e Oceânia. Neste quadro tornou-se difícil, e em alguns casos praticamente impossível, manter uma comunhão de interesses e uma linearidade de atitudes capaz de salvaguardar a política externa portuguesa de um desgaste acelerado e prolongado. Como afirmava Garin num dos seus despachos para Lisboa, logo no início de 1956, e em que se faz referência a um assunto já afluído, embora noutro contexto:

*[O representante da Indonésia] Embaixador Tjandronegoro perguntou-me imediatamente em que pé se encontrava questão Goa. Ouviu meus esclarecimentos com perfeito e constantemente sorriso oriental. [...] Disse esperava pudéssemos 'pelo menos' ser neutrais na questão Nova Guiné. Receava se não pudéssemos fazer isso, opinião pública Indonésia criaria problema por causa Timor. Foi mais um exemplo das dificuldades que aqui temos de enfrentar. O facto de termos interesses em tantas partes do mundo vai-nos certamente criar situações muito embaraçosas na próxima Assembleia [XI]. Basta lembrar alguns problemas que nesta serão ou poderão ser discutidos — China Comunista; Argélia; Chipre e Nova Guiné. A 'chantage' do voto é aqui uma séria realidade.*³²⁷

Na preparação para o primeiro debate da Quarta Comissão em torno do capítulo XI da Carta, e para o qual Portugal poderia ser chamado a intervir, nomeadamente no caso de serem feitas referências aos seus territórios ultramarinos, Paulo Cunha aconselhava Garin a não se afastar do "*ponto fundamental*" de argumentação. Ou seja, que na sua concepção cada "*nação é competente — e a única entidade competente — para fixar quais os territórios abrangidos pelo artº 73º.*" Uma vez que até aquela data "*nunca a*

326 Cf. Aerograma nº3. Delegação de Portugal na ONU em Nova Iorque para o MNE em Lisboa, 5 de Janeiro de 1957.

327 Cf. Aerograma nº4. Delegação de Portugal na ONU em Nova Iorque para o MNE em Lisboa, 26 de Abril de 1956.

declaração de um Estado" havia sido *"discutida pela Assembleia Geral,"* o que se deveria *"interpretar como não tendo a Assembleia competência para decidir contra a declaração"* a ser produzida pelo representante português em nome do seu governo. Esse *"ponto — a incompetência da Assembleia"*, constituía, pelo que era dado a supor ao ministro dos negócios estrangeiros *"doutrina pacífica"*, estando assim caminho aberto para que se não admitisse ou se fizesse *"excepção."* Deste modo, para se *"iniciar nova praxe sem ferir o princípio da igualdade, a Assembleia deveria então discutir a legitimidade das declarações anteriores feitas por outros."* Mas como a posição portuguesa ia no *"sentido de restringir e não de aumentar os poderes do organismo"* era *"evidente"* que se deveria prosseguir no sentido de um apoio *"na primeira atitude: como a Assembleia se tem reconhecido incompetente, deve continuar a reconhecer-se incompetente, não nos fazendo excepção."* Na Quarta Comissão a delegação portuguesa deveria explicar *"sem excessos, sem arrogâncias e sem subserviências, os motivos"* da sua *"declaração [...] com aquele grau de boa vontade e mínimo de explicação que signifiquem cortesia e deferência."* Na posição enunciada dever-se-ia *"entrincheirar"* Portugal, porque quaisquer *"outros processos"* não passariam de *"artifícios ou manobras, aliás muito utilizadas nas assembleias políticas"*, mas que contrariavam a *"seriedade das [...] posições"* do governo de Lisboa. Não seria possível promover qualquer *"discussão ou discutir a validade das outras declarações,"* sem aceitar *"o princípio de que a Assembleia"* deveria necessariamente *"iniciar outra interpretação da carta."* A *"interpretação seguida"* era a única *"defensável em face dos princípios e das conveniências."* Poder-se-ia fazer *"uma consulta ao Tribunal Internacional de Justiça"* como sugerira Garin, mas não em torno de uma possível *"verdade"* da *"resposta"* portuguesa, e *"apenas sobre a interpretação da carta e portanto sobre a competência ou incompetência da Assembleia para julgar das declarações feitas pelos Estados a respeito dos seus territórios."* Neste último caso, Portugal não se deveria opor a uma consulta que não o obrigaria *"em nada."*

Olhando para o médio prazo, uma vez que era previsível que a Quarta Comissão, depois da XI AG, viesse a assumir atitudes gravosas contra as potências administrantes

de territórios não-autónomos, Portugal dever-se-ia então "*encostar [...] em todas as circunstâncias à doutrina do artº 2º. nº 7*", não sendo depois "*preciso mais nada*." As discussões poderiam vir a "*ser desagradáveis mas*", o governo de Lisboa, manter-se-ia "*com firmeza e sem acrimónia*" nos "*princípios*" que reputava como "*justos e convenientes à paz geral*." E concluía: "*Defender as Nações Unidas de se imiscuírem na vida de cada um é a única forma de assegurar-lhes vida*."³²⁸

Na XI AG os debates em torno do "*caso português*" haviam sido de "*clara inspiração anticolonialista*", embora este anticolonialismo fosse visto por Portugal não apenas como uma manifestação "*contra as situações coloniais*", mas sobretudo como uma "*manifestação de hostilidade ao Ocidente*." Isto porque se tinham ignorado na ONU os colonialismos soviético e indo-asiático. Assim, nos debates havidos dizendo directamente respeito à "*Nação portuguesa*", nos quais os representantes de Lisboa procuraram demonstrar a inexistência de práticas colonialistas no seu seio, adversários e "*amigos*" de Portugal acabaram por interpretar o seu triunfo como uma "*vitória dos 'colonialistas'*" e "*aguardada por estes há onze anos*." Nessa primeira AG em que Portugal participou a tempo inteiro, apenas o Brasil, na "*defesa*" que fez "*dos interesses portugueses*", soube demonstrar que a "*acção civilizadora portuguesa não era eivada dos aspectos materiais e tradicionais do colonialismo*."

A delegação do Governo de Lisboa "*defendeu os interesses portugueses*" e os ataques à sua política colonialista declarando a incompetência da AG para designar quais os territórios do Estado português, ou de qualquer outro Estado, que, eventualmente, poderiam estar ao abrigo das características e obrigações enumeradas no artº. 73º. da *Carta*. Da mesma forma considerou discriminatória a atitude da AG em procurar obter junto de Portugal tais informações, uma vez que contrariava a prática da AG sobre a matéria nos "*últimos onze anos*." Esta reacção partia da certeza de que não seria possível "*ganhar uma causa que tivesse como objectivo*" a absolvição de Portugal do estatuto

328 Cf. Telegrama nº8 (11-01-1957). Do MNE em Lisboa para a Delegação de Portugal na ONU em Nova Iorque.

de país colonialista, assim como lhe interessava remeter para "*segundo plano*" a "*linha de argumentação*" utilizada na ONU.³²⁹

Mas, no primeiro balanço da intervenção portuguesa na AG, cabe também sublinhar o facto de o Embaixador Garin ter considerado excessivas as manifestações entusiásticas difundidas em Portugal acerca do aparente sucesso das suas intervenções nas NU, nomeadamente no tocava às "*chamadas questões coloniais*". Porque ao contrário do que dizia a ANI e aparecia escrito no *Diário de Notícias*, o "*ambiente*" no decorrer das sessões da AG é "*sempre frio*" e mesmo "*os delegados dos países amigos*" evitavam felicitá-lo "*ostensivamente*". O conteúdo dos textos daquele jornal era de tal forma bajulatório que, por ser "*recebido*" e lido "*no salão dos delegados das NU*", o Embaixador português a propósito do seu conteúdo, tinha "*receio que os indianos*" um dia se lembrassem de "*ridicularizar*" Portugal.³³⁰

Em 1957, preparava-se e encarava-se de forma algo diferente a participação em mais uma AG da ONU. Considerava-se que os factos ocorridos na XI AG haviam modificado para o futuro a "*posição relativa de Portugal*". Quer quanto ao conteúdo e à posição táctica a assumir nas previstas conversas com britânicos, franceses e belgas em matéria colonial, quer quanto à actuação portuguesa no decorrer da XII AG — tendo em conta as prováveis atitudes destes parceiros coloniais. Naquilo que dizia respeito ao papel de interlocutor desempenhado por Portugal, a sua "*colaboração*" tornara-se "*valiosa*", sobretudo porque a missão portuguesa nas NU alcançara um assinalável êxito junto de certos "*países sul-americanos e neutralistas*". Já em relação aos futuros "*debates da ONU*", sob o ponto de vista português, as conversas não se anunciavam tão "*proveitosas*". Este facto devia-se à circunstância de se considerar que a posição portuguesa havia emergido naqueles debates favoravelmente "*diferenciada da dos restantes países chamados 'colonialistas'*", com vantagens para os seus interesses. Por via disto, dever-se-ia manter essa "*diferenciação*", assegurando embora que tal facto seria no

329 Cf. J. M. Fragozo, *Colonialismo e anticolonialismo*, 5 de Setembro de 1957. AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M177. ONU. *Assembleia Geral*.

330 Cf. Telegrama nº226. Delegação de Portugal na ONU em Nova Iorque para o MNE em Lisboa, 14 de Dezembro de 1956.

futuro, de alguma forma, "*compatível com a solidariedade*" que ligava Portugal a "*alguns*" dos países com territórios coloniais. Este e outros factos levavam as Necessidades a pensar que seria "*preferível*", nas conversas a ter de futuro, dar uma maior importância "*à generalidade dos problemas políticos da África [...] do que propriamente a uma política comum dentro da ONU.*"³³¹ Salvaguardava-se, de qualquer modo, a possibilidade de, juntando os "*anticolonialistas*" o caso português ao francês, se pretender ligar as questões políticas relativas aos territórios não-autónomos, e normalmente tratados na Quarta Comissão, a uma discussão no âmbito dos assuntos abordados na Terceira Comissão.³³² Isto porque, "*à sombra do conceito dos direitos do homem*", se começou a desviar para aquela comissão o tratamento de matérias cujos resultados obtidos tivessem sido considerados insatisfatórios (pelos "*anticolonialistas*") quando previamente discutidos na Quarta Comissão.

A delegação portuguesa enviada às Conversas Quadripartidas considerou ainda a possibilidade de adicionar à agenda do encontro um ponto relativo à "*conveniência*" de agir no sentido de "*dividir o bloco afro-asiático*", além de um outro que discutisse o "*interesse americano pela África*", e com isto tentar encontrar uma forma de "*levar o Governo de Washington a uma visão mais realista das posições relativas da Europa e da África.*"³³³

As Conversas Quadripartidas³³⁴ sobre problemas africanos, realizadas em Paris entre 1 e 3 de Julho de 1957,³³⁵ preparavam, independentemente dos outros pontos da agenda, a discussão de matérias coloniais previstas para a XII AG das NU. Portugal, em

331 *Itálico* nosso. Em nota de roda-pé acrescentava-se: "Continuam a ser-nos indispensáveis as abstenções do Laos e Camboja — únicas posições de terceiros que conseguimos modificar em nosso favor por intermédio de um dos países participantes nas projectadas conversas." Obviamente, a França. Cf. Apontamento de conversa. J. M. Fragoso, *Conversas Quadripartidas. África e ONU*. MNE em Lisboa. 15 de Junho de 1957, AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M177. ONU. Assembleia Geral.

332 Trata as chamadas questões sociais, humanitárias e culturais.

333 Cf. Apontamento de conversa. J. M. Fragoso, *idem*.

334 Sob o ponto de vista português, tratava-se de uma reunião de "carácter informativo e informal." Participaram as quatro principais potências coloniais europeias: Bélgica, França, Portugal e o Reino Unido. Itália e Espanha, apesar de administrarem territórios ultramarinos (Somália e Guiné e Sahara espanhóis), não foram convidados. O conteúdo e os resultados destas conversas, sob o ponto de vista português, encontram-se em *Conversas Quadripartidas Sobre Problemas Africanos*, 1 a 3 de Julho de 1957, AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M177. ONU. Assembleia Geral. Consta de dois apontamentos de conversa e nove anexos.

335 A delegação portuguesa era constituída por Adriano Moreira, H. Martins de Carvalho e J. M. Fragoso.

1956, mantivera conversações bilaterais sobre estas matérias com representantes da Bélgica, França e RU. Perseguindo esse objectivo de troca de pontos de vista, estes três países vinham-se reunindo conjuntamente, todos os anos, desde 1955. Estas conversas haviam sempre tido como objectivo, embora não exclusivo, de preparar as potências coloniais para um confronto com os princípios e as atitudes anticolonialistas presentes tanto na *Carta* das NU, como nas reuniões da sua AG. Uma vez que se considerou que Portugal, membro daquele organismo desde 1955, poderia ter um papel importante a desempenhar, foi convidado a juntar-se à Bélgica, França e RU. Primeiro, em 1956, em conversas bilaterais.

No ano de 1957, na capital francesa, olhando para a agenda acordada, interessava sobretudo a Portugal a discussão de alguns pontos relacionados com os desenvolvimentos políticos em curso nas NU (o anticolonialismo, as consequências da adesão de novos Estados membros e a "*tendência*" crescente para o "*exame*" de questões relativas aos territórios não-autónomos), como o tratamento dos "*aspectos internacionais dos problemas africanos*".³³⁶

O encontro terá começado com a discussão das "*questões gerais*" do anticolonialismo e, para gáudio dos portugueses, foram (novamente) produzidos "*rasgados elogios à [sua] acção*" nas NU. "*Iniciados pela delegação francesa e logo apoiados com aparente sinceridade por ingleses e belgas.*" Portugal teria então causado, certamente pela putativa habilidade da sua acção, "*uma cisão na frente anticolonialista*". Desta forma, ingleses, o "*bloco árabe*" e latino-americanos teriam começado a perceber que o "*colonialismo*" não era "*o problema principal*" do momento. Paralelamente, no decurso da AG de 1956, a "*solidariedade ocidental*" havia saído reforçada, sobretudo pela observação de uma nova atitude em matéria colonial por parte dos países escandinavos, do Canadá e dos próprios EUA. A "*opinião dos belgas*" era a de que, apesar de haver aumentado o "*número de países anticolonialistas, [...] desde o caso português*" se podia contar com a mudança de "*alguns*". Portugal havia feito algo de muito importante

336 Como a "penetração comunista em África", a "propaganda pan-islâmica", a "troca de informações sobre a penetração soviética e ocidental", a "resposta à propaganda subversiva", etc..

"em benefício de todos," embora os ingleses, ao que parece, não acompanhassem franceses e belgas nos elogios mais detalhados. Todos sabiam ainda que um relativo alívio sentido durante a anterior AG não havia "*desarmado*" o anticolonialismo. Por exemplo, um novo ataque a Portugal poderia ser feito através das várias comissões da AG que tratam matérias coloniais (a Primeira, a Terceira e, sobretudo, a Quarta). Seguiu-se o conselho: para que Portugal se mantivesse firme; quer através da invocação do famigerado parágrafo 7 do 2º artigo da *Carta*; quer na "*interpretação a dar ao princípio da autodeterminação*."

Porém, os representantes do Governo de Lisboa, que não minimizaram o "*sucesso*" e as "*possibilidades*" do seu país na ONU, levantaram algumas reservas em relação "*à identidade das posições de cada um*", pretendendo com isso afirmar a "*especialidade*" do caso português e a "*individualidade do apoio recebido dos latino-americanos*".³³⁷ Não prevendo nada de bom como resultado do rumo que parecia implicar o comportamento das potências coloniais presentes na reunião, Portugal tendia a evitar uma colagem ou identificação excessiva entre o seu caso e os restantes. Entre outros factos, era patente que RU, Bélgica e França (estes dois de forma muito menos empenhada), preparavam a independência ou a autonomia política dos seus territórios ultramarinos, num prazo e com métodos que o Governo de Lisboa não perfilhava.

Pelo que foi dito e ficou escrito, a propósito da participação portuguesa nestas conversas de Paris, saliente-se o facto de se ter tornado absolutamente claro que a questão colonial em discussão nas NU seria sempre, mesmo para além do "*curto prazo*", uma das mais importantes e a provocar um maior número de "*reações emotivas*". Por via disso, Portugal e as restantes potências coloniais, deveriam preparar-se para enfrentar, à partida, um apoio muito grande a todos os projectos que surgissem nas NU com um "*carácter anticolonialista*."

337 "[...] atribuiu-se valor muito particular à tática [sic] processual da regra dos dois terços [...] e defendeu-se a ideia de, no que respeita aos territórios não-autónomos, cada um procurar definir uma posição jurídica própria, que obrigasse os adversários a combater em várias frentes. (Este argumento, ao mesmo tempo que ia de encontro à afirmação repetidamente feita pelos restantes de que cada um dos quatro tinha 'a sua política', visava impedir uma demasiada identificação do nosso caso com as situações coloniais)." Cf. *Conversas Quadripartidas Sobre Problemas Africanos*, 1 a 3 de Julho de 1957, AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M177...

Mas como em 1956, numa previsão do que se poderia passar na AG de 1957, parecia ainda possível evitar votações na AG cujos resultados viessem a permitir a formação de maiorias categóricas (e não apenas "*simples*") condenando o colonialismo.³³⁸ Este objectivo poderia ser atingido, pelos países participantes nas conversas de Paris, através de uma acção no sentido de segurar algumas delegações cujo comportamento era classificado de "*intermédio*".³³⁹ Sobretudo, porque muitos dos projectos com um "*carácter anticolonialista*" podiam ser facilmente entendidos e classificados como "*extremistas*" por um número significativo de Estados. Além disso, consideravam os portugueses, que o facto de muitas das recomendações da AG, aprovadas por maioria simples, serem raramente cumpridas e, algumas vezes trazerem consigo "*questões paralelas*" (de "*processo ou de maioria*") à consideração dos países "*intermédios*", impedindo ou tornando "*inútil*" a votação na recomendação apresentada, abriam um espaço de manobra acrescido para o aliciamento político daqueles países, que pelo menos em matérias mais delicadas, tinham interesses relativos ao exercício de uma soberania ultramarina, embora não fossem apelidados de colonialistas: era o caso dos EUA. Manifestamente, tratava-se de um procedimento que Portugal via com bons olhos e, por isso, procurava pôr em prática.

Assim, tentava-se convencer os países "*intermédios*" da justiça das suas suspeitas, várias vezes manifestadas, em relação às contrapartidas nefastas que a adopção e consequente não cumprimento de recomendações "*extremistas*" traziam à sobrevivência e credibilidade de uma organização que quase todos eles consideravam imprescindível para a manutenção de alguma da sua força e influência na política internacional. Porém, não parecia conveniente tirar grandes "*conclusões*" desta "*tendência*", que não era de maneira alguma "*geral*", e que talvez não correspondesse a mais do que "*um simples*

338 As votações ao abrigo dos capítulos XI e XII da *Carta* não estavam sujeitas, para aprovação, a uma maioria de 2/3, bastando-lhes uma maioria simples. Porém, em 1956 e até 1959, foi possível reintroduzir o hábito que vigorara até 1953, de fazer aprovar as resoluções relativas aos assuntos do capítulo apenas por uma maioria de 2/3. Cf. Franco Nogueira, 1962, pp. 46-49.

339 A representação portuguesa nas conversas quadripartidas faz equivaler os países "intermédios" aos moderados. Deste grupo constam os países latino-americanos e alguns países asiáticos como a Tailândia, o Laos e o Camboja.

sentimento de incerteza, em virtude da instabilidade e dos riscos das votações por maioria simples."

Neste quadro, a "*regra de dois terços*"³⁴⁰ parecia poder funcionar como catalisador tanto da acção política dos Estados alvo da crítica da AG, como desses Estados "*intermédios*". Simplesmente, à partida, Portugal considerava excessivamente difícil a constituição dessas maiorias, pelo facto de os países "*extremistas*" terem pouca credibilidade e audiência política junto dos moderados ou "*intermédios*", sobretudo quando comparados com a Bélgica, a França, o RU e, porque não, Portugal. Os anticolonialistas teriam assim, no futuro, de dividir os seus esforços entre o confronto político com os colonialistas, caso a caso (nomeadamente pela evocação da sua ordem institucional ou constitucional, indexando depois a apreciação destas a uma eventual aplicação do artº. 2º, §7, da *Carta*) e o aliciamento dos "*intermédios*".

A discussão sobre a transmissão de informação ao SG das NU sobre territórios não-autónomos, e a participação no respectivo Comité de Informações, fez-se em torno do documento apresentado pela delegação portuguesa às conversas. Nele se enunciava uma vez mais a interpretação do artº. 73º. da *Carta*. Sublinhava-se o "*carácter voluntário das disposições nele contidas*", como as "*considerações de ordem constitucional e de segurança*" que limitavam essas mesmas disposições. Os ingleses teriam manifestado a sua concordância, na "*generalidade*", em relação "*ao ponto de vista português*", e em "*particular*" com a argumentação que procurava contrariar uma nova tendência nas NU que pretendia transformar a "*natureza*" técnica do capítulo XI em política. Em relação a este assunto (o capítulo XI), os britânicos pautavam a sua posição por uma não admissão de qualquer "*recomendação*" em relação a nenhum dos seus territórios não-autónomos. Isto por não permitirem "*discussões sobre matéria política*", nunca acei-

340 Sobretudo na sequência do bloqueio imposto pela URSS ao funcionamento do CS (entre 1948 e 1950), os EUA fizeram aprovar uma resolução (3 de Novembro de 1950) que aumentou as competências da AG. Assim, desde aquela data, e sempre que deliberando por uma maioria de 2/3, a AG podia, no caso de não ser encontrada unanimidade no CS, fazer as "*recomendações apropriadas*" no sentido de "*manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais*." Desta forma, nenhuma das potências com direito de veto no CS podia anular uma decisão tomada na AG por uma maioria de 2/3. Mas estas resoluções votadas na AG, muitas vezes apenas reflectiam a impossibilidade de impôr qualquer acção comum por parte de uma maioria tão esmagadora, porque sem um efectivo poder político-militar. Cf. Fernandes, *op. cit.*, pp. 155-157.

tando, por exemplo, "*peticionários dos territórios não-autónomos*." Paralelamente, continuavam a considerar "*formalmente ilegal*" a existência e o funcionamento do Comité de Informações, mas julgando-o de qualquer forma "*preferível a outro órgão onde não houvesse paridade entre potências administradoras e não administradoras*." Concluíram afirmando que o "*maior perigo*" para Portugal (e supõe-se que para todos os presentes) consistia "*em aceitar soluções de compromisso*." Se Portugal as evitasse teria "*ganho a batalha*."³⁴¹

Os representantes belgas continuavam a afirmar que o seu governo prosseguiria uma interpretação do "*carácter técnico do Capítulo XI*" da Carta. Insistiam ainda na não participação nos trabalhos do Comité dos territórios não-autónomos, assim como mantinham a suspensão (não definitiva) do envio de informações detalhadas sobre o Congo.³⁴²

Em relação ao mesmo capítulo XI, a delegação francesa expôs a posição do seu Governo:

só a potência administradora é competente para decidir quanto ao início e quanto à cessação [do envio] de informações; estas só devem referir-se às condições económicas, sociais e de ensino; os elementos são dados a título de informação e não podem servir de base a críticas nem a resoluções.

Os franceses, recorde-se, haviam cessado em 1955 o envio de informações sobre os seus territórios não-autónomos. E se em relação a esse ano viriam num curto espaço de tempo "*a fornecer elementos puramente estatísticos*", já em relação a 1956 guardavam "*reserva absoluta*" quanto a um possível envio, ou não, de informação. Porque tanto no "*seio*" do governo francês como junto da "*opinião pública*" havia "*sérias dúvidas a respeito da utilidade da remessa*." Factos, aliás, que estavam dispostos a evocar nas NU caso a delegação viesse a ser interpelada sobre o assunto.

Em 1959, nas vésperas da XIV AG, e a pouco mais de um ano da aprovação das resoluções 1514, 1541 e 1542 (XV), a situação tornava-se mais difícil para as posições

341 *Itálicos* nossos.

342 Caso fosse interpelada, a representação belga nas NU justificaria esta sua atitude evocando a "confusão feita em torno do art.º 73º e)."

defendidas por Portugal em matéria ultramarina, tanto na ONU como fora dela. Por um lado a composição da AG, com um cada vez maior número de representantes do bloco afro-asiático, isto é, países tornados recentemente independentes e portanto profundamente anticolonialistas, tornava-se mais hostil. Ao mesmo tempo, as antigas potências coloniais europeias e os próprios EUA iam-se mostrando mais próximos das reivindicações nacionalistas provenientes da África e da Ásia, e, portanto, cada vez menos dispostos a suportarem os custos políticos (e outros) que uma eventual oposição à concessão de independências naturalmente implicaria.

Em 1956, na primeira AG em que Portugal participou, no desenrolar inicial dos acontecimentos os factos não pareciam ir muito mal para os interesses portugueses. Nessa altura, o projecto de resolução que pretendia contrariar todos os países membros que impugnaram o pedido de envio de informações ao SG (isto nos termos definidos pelo artº. 73º da *Carta*), foi aprovado na Quarta Comissão apenas por 35 votos contra 33 e 4 abstenções, e, em plenário, a proposta sueca de que tal projecto fosse submetido a voto por $\frac{2}{3}$ da maioria, foi aprovada por 38 votos contra 34 e 6 abstenções, tendo a votação do referido projecto registado um empate de 35 contra 35 e 8 abstenções, e por isso rejeitado.

No ano seguinte, um projecto de resolução idêntico foi aprovado em Comissão por 42 votos contra 27 e 8 abstenções. A proposta colombiana para aplicação ao projecto da regra de $\frac{2}{3}$ foi aprovada por 38 votos contra 36 e 7 abstenções. Ainda este projecto acabaria por receber uma votação de 41 votos favoráveis, 30 contra e 10 abstenções. Foi portanto derrotado pelo facto de não ter sido obtida uma maioria de $\frac{2}{3}$.

Porém, em 1958, a situação agravou-se significativamente, quer pela alteração do sentido de voto dos representantes de vários países, quer pelo reforço dos votos anticolonialistas provenientes de novos países membros da ONU, como ainda pelo facto de muitos daqueles países que então não apoiaram as teses anticolonialistas considerarem que de futuro a sua posição se poderia alterar em favor das propostas que apresentavam a obrigação de transmissão de informação relativa a territórios não-autónomos ao SG da ONU e ao respectivo Comité de Informações.

Na votação feita na Quarta Comissão foi apresentado um projecto de resolução contra Portugal, tendo sido aprovado por 41 votos contra 29 e 4 abstenções. Em plenário, desta vez uma proposta portuguesa para que fosse aplicada a regra de votação por $\frac{2}{3}$ não chegou a ser debatida, uma vez que a delegação iraquiana introduziu uma nova moção segundo a qual deveria ser retirada a resolução vinda da Quarta Comissão e considerada como não existindo. Uma vez que a delegação do Iraque preparara e avançava a sua proposta com o apoio de uma parte significativa dos países membros (do bloco afro-asiático) foi posta a votação primeiro que a portuguesa. Obteve 70 votos a favor, 2 contra e 8 abstenções. Depois, subscrito pelo Iraque, México e outros países, foi submetido à votação da AG um projecto de resolução segundo o qual o sistema de votação em plenário, tal como se encontrava exposto no artº. 18º. da *Carta*, deveria ser levado à consideração do Tribunal Internacional de Haia, no sentido de este se pronunciar contra a aplicação da regra $\frac{2}{3}$ nas matérias dispostas no artº. 73º.. Desta forma, pretendia-se impedir Portugal de, no futuro, poder utilizar aquela regra em seu proveito. Felizmente para o Governo português, a extemporaneidade, a importância ou o radicalismo do projecto, acabariam por relegar a sua discussão para a reunião da XIV AG (numa proposta japonesa aprovada por 55 votos contra 2 e 21 abstenções).

Assim, entre 1956 e 1958, era óbvia uma diminuição do número de votos favoráveis (de 33 para 27 e 29), um aumento dos votos desfavoráveis (de 35 para 42, passando a maioria contra Portugal de 12 para 15 votos). Mas mais grave era o facto de o único recurso que permitia a Portugal derrotar os projectos de resolução contra si, isto é, a aprovação mediante o voto por maioria de $\frac{2}{3}$, se encontrar numa posição bastante precária. Perante estes factos, Franco Nogueira alertava para que o Governo português se preparasse para a impossibilidade da sua aplicação futura. Por outro lado, o mesmo diplomata considerava que o "*carácter espectacular da votação*" da XIII AG também não deveria "*impressionar*" o governo português, por quanto apenas traduzia um "*sucesso táctico e parlamentar*", não correspondendo a "*uma realidade política*".³⁴³

343 Cf. F. Nogueira, *A Posição Portuguesa Na Próxima Assembleia Geral Das Nações Unidas-Secreto* (Apontamento), 11 de Maio de 1959. AHDME, MNE-SE, RNP, POI, M178. ONU. *Assembleia Geral*, p. 4.

O MNE, tendo em conta os acontecimentos nas NU desde 1956 e procurando preparar o futuro, deveria ter sistematicamente em conta, nas suas acções, o facto de "*a violência do anticolonialismo*" não ter diminuído, sendo que a constituição de novos Estados independentes lhe dava um renovado estímulo. Paralelamente, "*a evolução nos territórios dos países amigos*" (normalmente designados como colónias) estava-se a processar num sentido que não era "*propício*" a Portugal. A França concedera "*autonomia interna a todo o seu ultramar*" e teria, por isso, dificuldades crescentes em "*apoiar as posições portuguesas*", uma vez que estas eram a "*negação de tudo quanto o Governo francês havia*" ultimamente "*realizado*". O Governo belga, por seu lado, havia prometido a independência do Congo, ao mesmo tempo que haviam tido início graves incidentes naquele território, causando-lhe óbvias dificuldades, tanto internas como externas. Assim, dificilmente estaria disposto a apoiar Portugal e, por via disso, a enfrentar mais problemas. O RU que vinha apoiando com votos favoráveis a posição de Portugal, "*praticamente*" ameaçara, em 1958, com a abstenção em votações futuras. Por seu lado, na XIII AG, os EUA "*hesitaram e tergiversaram*", sendo que nada indicava que Washington voltaria a uma firmeza igual à da XI AG.

Existiam ainda os votos da Áustria e da Itália, que poderiam ser perdidos caso a "*questão do Tirol*" fosse submetida às NU. A Irlanda, por seu lado, não se previa que deixasse de se abster, enquanto que a Grécia deveria continuar a votar contra Portugal. Os escandinavos não ofereciam a "*menor garantia*", enquanto que o Canadá apenas relutantemente poderia apoiar Portugal. E se da Austrália "*talvez*" não houvesse nada a temer, já o mesmo não podia ser dito em relação à Nova Zelândia. Restava, no que tocava "*aos países do Ocidente em geral*", o apoio da Espanha e da África do Sul. Simplesmente, nem a "*primeira*" tinha "*peso decisivo*", nem a "*segunda*" era "*companhia*" que angariasse "*votos*" a Portugal.

Quanto aos países latino-americanos, a situação não era mais favorável. O voto de Cuba, podia considerar-se perdido (desde sempre um dos fortes apoios portugueses).³⁴⁴ Na XIII AG o Paraguai declarara apoiar Portugal pela "*derradeira vez*", excepto se se

344 Fidel Castro tomara formalmente o poder em Havana no dia 1 de Janeiro de 1959.

trouxessem "*novos elementos*" em 1959. A Colômbia, apesar do seu voto sempre favorável, achava que o governo português deveria tratar de "*compor as coisas*", caso contrário não poderia manter o apoio. O Brasil poderia manter ainda o seu apoio, mas a Argentina certamente mudaria o sentido do seu voto. Guatemala, Haiti e México não alterariam a sua "*hostilidade de sempre*". Podia apenas contar-se com o Peru, a Costa Rica (talvez), a República Dominicana, porventura, a Nicarágua e "*mais um ou outro dos pequenos países latino-americanos*."³⁴⁵ Naturalmente, excluía-se os países do "*bloco soviético*", a União Indiana, o Ceilão, o Ghana, a Guiné e os Países Árabes, porque todos eles persistiriam na sua "*aguerrida hostilidade de sempre*." Poder-se-ia quanto muito "*pensar*" que Marrocos, o Líbano e, talvez, a Jordânia poderiam manter-se no "*seu silêncio*". Dos "*resultados*" da visita a Portugal, em Julho de 1959, de Haile Selassie I, poderia depender uma alteração do sentido da votação do seu país, mas nunca indo além de uma abstenção. Não deveriam alimentar-se "*ilusões*" em torno das posições do Irão, Nepal, Afeganistão e Birmânia, uma vez que poderiam passar rapidamente a uma manifestação hostil através do voto na AG das NU. Quando muito seria apenas "*viável*" garantir o apoio das Filipinas e, "*talvez mesmo*", da Tailândia. O Japão não poderia fazer mais do que abster-se, e mesmo o apoio do Paquistão era uma questão cada vez mais delicada. O representante deste país na ONU aconselhou mesmo Portugal a abandonar a sua "*política de estagnação*", e caso não obtivessem elementos junto do governo de Lisboa sobre as questões em discussão, de forma a poderem defender-se do assédio afro-asiático, "*não viam como podiam continuar a seguir*" no seu apoio.³⁴⁶ A Indonésia e a Federação Malaia enfileiravam entre os "*adversários*", tal como o Laos e o Camboja (estes últimos por causa, sobretudo, das intervenções francesas favoráveis a Portugal).

³⁴⁵ Cf. Idem, *ibidem*, pp. 5-7.

³⁴⁶ Na XIII AG o embaixador do Paquistão na Quarta Comissão teria dito a Franco Nogueira que: "Somos amigos e somos leais: votaremos com vocês [sic] este ano porque não os avisámos antecipadamente: mas ficam prevenidos de que, se não houver modificação na vossa política interna nos territórios, para o ano teremos de nos abster." E acrescentava o diplomata português: "Há que distinguir entre um delegado do Paquistão e o seu Governo: mas o aviso foi feito: e não podemos ignorar que o chefe da delegação, Príncipe Ali Khan, por nos querer apoiar e impôr o seu ponto de vista, quase se incompatibilizou [sic] com todos os seus delegados, que eram unânimes em votar pela abstenção no nosso caso." Cf. *Ibidem*, p. 8.

Também a conjuntura que se avizinhava fazia de alguma forma prever dificuldades acrescidas, quer pelo aumento do peso do bloco afro-asiático, em virtude da participação na XV AG, pelo menos, das delegações do Togo, Camarões, Nigéria e Somália,³⁴⁷ quer pelo previsível afastamento da AG dos "*grandes problemas mundiais da guerra fria*", o que tornando diminuto o extremar de posições em função de pressupostos político-ideológicos formalmente inconciliáveis e em conflito aberto, diminuía a margem de manobra para um sustento da posição portuguesa à sombra do recurso à dramatização que a evocação de tal confronto normalmente contemplava. Neste contexto, "*os assuntos coloniais*" podiam ser tratados "*com relativa impunidade e aceitação geral*", sendo que se podia considerar que o "*problema português*" poderia saltar para primeiro plano uma vez que até então tinha sempre "*escapado às malhas da Assembleia e do Secretariado*", enquanto o próprio governo não havia apresentado qualquer vontade de inflectir a sua política sobre a matéria. Segundo Franco Nogueira, Portugal constituía "*um alvo excelente e tentador*" e no "*fogo*" que lhe era ou seria "*dirigido, tanto na 4ª Comissão como no plenário*", não podia "*esperar mercê nem moderação*."³⁴⁸

Mas mais importante era o facto de, em relação ao ultramar português, se ter verificado, sobretudo já em 1959 uma "*importante viragem*". Isto é, se durante muito tempo Angola, Moçambique e os outras "*províncias*" portuguesas em África eram esquecidas nas referências ao colonialismo europeu (a excepção estava nos comentários da União Indiana em relação a Goa),³⁴⁹ ultimamente passavam a ser "*sempre mencionadas*". E o nacionalismo daqueles territórios organizava-se. Surgiam "*indivíduos, com nomes portugueses [...] que se arrogavam [...] representantes angolanos ou moçambicanos*", sendo "*aceites e reconhecidos como tais*." Podiam ser encontrados em Paris, Bruxelas, no Cairo, em Roma ou em Accra, subscrevendo e fazendo adoptar "*moções*" que condenavam o Governo português. Depois, "*editoriais francesas e americanas [sic], de*

347 Em 1960 foram admitidos nas NU, não quatro (como Franco Nogueira era levado a supôr) mas dezassete novos países africanos. Cf. Quadro I em anexo.

348 Cf. Nogueira, *A Posição Portuguesa Na Próxima Assembleia Geral Das Nações Unidas-Secreto...*, p. 10.

349 Nas reuniões de Bandung, Cairo e Accra "não se lhes fez referência".

prestígio e fama" publicavam livros deixando a política portuguesa e os seus responsáveis *"exangues"*. Era por isso lógico deduzir que nos territórios portugueses em África estaria instalada uma *"extensa e complexa rede subversiva"*. Eram ainda os artigos em jornais norte-americanos, latino-americanos e europeus (todos respeitáveis) reproduzindo artigos com opiniões condenando Portugal. Ao mesmo tempo, na fronteira de Moçambique com a Niassalândia e o Tanganica surgiam incidentes, tal como na fronteira de Angola com o Congo Belga, tendo ainda, entretanto, sido levantada uma *"reivindicação territorial sobre a Guiné."* Portugal estava assim, o que era uma novidade, *"definitivamente no 'circuito' internacional do anticolonialismo"*, facto que naturalmente deixaria de influenciar em seu *"desfavor"* os debates da(s) próxima(s) Assembleia(s) Geral(is) e, sobretudo, na Quarta. Comissão.³⁵⁰

No futuro, para além da *"persistência e tenacidade dos adversários"*, havia que contar com a desmobilização das *"delegações amigas"* (sobretudo as latino-americanas e as europeias), porque junto delas se criara o sentimento de *"cada vez mais profundo e mais generalizado"* de que o apoio por elas concedido a Portugal, fora e dentro das NU, equivalia ao *"suicídio político."* Independentemente do entendimento, mais ou menos favorável, que poderiam ter das particularidades relativas à questão colonial portuguesa, o certo é que se apresentava injustificável, aos olhos dos respectivos governos e opinião pública, um apoio dessas delegações às posições portuguesas. O caso brasileiro era sintomático: o chefe da sua delegação, na presença de Franco Nogueira e de *"outros delegados estrangeiros"*, não se coibia de *"aludir ao 'fardo'"* que representava para a actualização do Brasil na ONU o seu *"alinhamento com Portugal"*.

Quanto aos *"ataques"* a Portugal (tendo presente o artº. 73º.), poderiam eles tomar, essencialmente, quatro formas: Em primeiro lugar, o recurso a um novo projecto de resolução que, indirectamente, procurasse impugnar uma vez mais a resposta dada por Portugal ao SG. Depois, um projecto de resolução especificando o *"caso português"* e dirigido ao governo de Lisboa. Em terceiro lugar, *"uma consulta ao Tribunal da Haia*

350 Cf. Nogueira, *A Posição...*, pp. 10-12.

solicitando a interpretação do art.º 73.º da Carta." Por último, uma consulta ao mesmo Tribunal *"pedindo a interpretação do art.º 18º da Carta."*

No caso de se confirmar a primeira hipótese, procurando impugnar indirectamente a resposta portuguesa, tanto poderia ser proposta a criação de um *"Comité Ad Hoc especial encarregado de examinar as respostas de todos os governos"*, elaborando depois um relatório com uma análise conjunta dos vários casos, como este *"encargo"* poderia ser *"atribuído ao [...] Comité de Informações"*, que por sua vez apresentaria à AG as suas conclusões. Sob o ponto de vista do governo português, e da sua representação em Nova Iorque, a primeira hipótese avizinhava-se impossível, uma vez que nunca deveriam ser discutidas as respostas de governos soberanos. A segunda possibilidade implicaria o alargamento indevido das competências do Comité de Informações. Além disso, cada vez mais, era claro que seria progressivamente mais difícil a Portugal conseguir, naqueles dois órgãos, votações que lhe fossem favoráveis. Ora a forma de enfrentar com algum sucesso um tratamento directo do caso português, nomeadamente pela apresentação de um projecto de resolução que especificamente condenasse a resposta do governo de Lisboa, convidando-o a *"reconsiderar a sua posição"*, passava pela evocação do §7 do art.º 2º da *Carta*. Porém, mesmo tendo presente *"o ambiente [hostil] da 4ª Comissão"*, a verdade é que não parecia muito provável que uma moção com as características apontadas alcançasse na XIV AG os *"votos suficientes para ser aprovada."*

No caso de se verificar *"uma consulta ao Tribunal da Haia solicitando a interpretação do art.º 73.º"*, o objectivo dos adversários seria, segundo Franco Nogueira, o de conseguir conjugar as *"disposições"* da *Carta* com os *"preceitos constitucionais portugueses e outras leis internas"*, para que o Tribunal pudesse concluir que o referido artigo viesse a ser aplicável ao Ultramar português e, portanto, este estaria ao abrigo dos princípios nele estipulados. Acatando e tornando sua a decisão tomada em Haia, a AG inaugurava um processo no qual, por um lado, conduziria Portugal à posição de infractor da *Carta* e, por outro, seria acusado de rebeldia perante a autoridade dessa mesma Assembleia. Ao contrário do que *"ingenuamente"* tinha feito a África do Sul, o governo português deveria opor-se a uma consulta ao Tribunal em relação à aplicação, ou não, a

Portugal do artº. 73º, "*sustentando*", nomeadamente, que as "*Constituições dos Estados são indiscutíveis*."

Por último, em relação a uma consulta ao mesmo Tribunal "*pedindo a interpretação do artº. 18º da Carta*" — proposta avançada pelo Iraque, México e alguns outros países na XIII AG —, aguardava-se tanto um resultado como uma atitude portuguesa idêntica ao da hipótese anteriormente tratada. Além do mais, nem nenhuma das "*potências administradoras*" estava disposta a suportar a eventualidade da sua aprovação (de forma alguma desejavam ver "*sistematicamente*" aplicada a regra dos $\frac{2}{3}$ às "*questões emergentes do artº. 73º*"), como o "*bloco soviético*" também dela não era "*partidário*".³⁵¹

E estes, como outros factos, reforçavam a necessidade de se proceder, do lado português, à definição de uma alternativa, uma vez que o recurso apenas à oposição sistemática se apresentava insustentável. Essa necessidade de iniciativa devia ter presente que se no curto prazo, uma resposta favorável dos juizes de Haia podia funcionar contra os objectivos dos países proponentes, uma vez que dificilmente que se conseguiria na AG uma maioria de $\frac{2}{3}$ que viesse a deliberar em função dos pressupostos descritos no artº. 73º., e naquilo que respeitava ao Ultramar português, seria líquido pensar que a partir da XV AG essa maioria poderia já ser obtida, prevista que estava a admissão de novos Estados africanos entretanto tornados independentes.

Essa alternativa deveria obedecer a um conjunto de pressupostos

*a) não ser discriminatória; b) não invalidar o princípio da indiscutibilidade das respostas dos governos; c) não traduzir discussão, crítica ou debate das constituições nacionais; d) não ser directamente relacionada com o art.º 73 nem, por conseguinte, infringir a liberdade dos governos quanto à declaração de quais os territórios que julgam não autónomos.*³⁵²

Uma vez que apenas em relação ao artº. 18º. a consulta do Tribunal de Haia não oferecia os problemas enunciados, e que a sua resposta apenas podia ser uma de três,³⁵³

351 Cf. Idem, *ibidem*, pp. 13-19.

352 Cf. *Ibidem*, p. 20.

353 1) as questões relativas ao artº. 73º poderiam necessitar de ser votadas por $\frac{2}{3}$ da maioria; 2) o artº. 18º não é aplicável aos problemas dos artº. 73º; 3) é à AG que competiria decidir, caso a caso, como deveria ser votado qualquer problema.

sendo que somente aquela que passasse pela não aplicação do artº 18º. ao artº 73º. poderia prejudicar os interesses portugueses, então, e mesmo neste caso, se se tivesse produzido na sequência de uma consulta portuguesa bem pensada, haveria sempre vantagens para o Governo de Lisboa. Em primeiro lugar porque, caso não fosse aquela fórmula aceite, Portugal podia constituir-se em "*parte queixosa que dera provas de uma boa vontade que fora repelida*," além de que trataria ainda, eventualmente, de permitir a derrota de resoluções que viessem a pretender "*o estabelecimento*" futuro "*de qualquer comité*" relativo ao recenseamento de informações sobre territórios não-autónomos. Era uma fórmula de ganhar tempo e espaço de manobra. Em segundo lugar, caso viesse a ser adoptada a fórmula proposta por Portugal, e mesmo sendo produzida uma deliberação que desse à AG "*liberdade de determinação*" (em que o artº. 18º. não seria aplicável aos problemas dos artº. 73º.), portanto uma solução desfavorável a Lisboa, sempre haveria a possibilidade de contar, entretanto, com algum tempo precioso. Isto porque evitando o confronto na XIV AG em função da consulta dos juizes de Haia, uma resposta apenas viria em 1960, ou talvez depois, e uma vez que a XV AG seria necessariamente conflituosa, nomeadamente pela entrada de vários países africanos recém independentes, a que se juntariam outros mais em anos subsequentes, 1959 poderia estar, à partida, salvo dos percalços e do desgaste provocados pela conflitualidade. Era uma vantagem que, segundo Franco Nogueira, Portugal não poderia desperdiçar.

.. Durante a XV AG, seguindo-se aquilo que era já uma tradição, o anticolonialismo ocupou boa parte da agenda. Mas ao contrário do que havia acontecido anteriormente, em 1960 chegar-se-ia muito mais longe não só nas críticas ao colonialismo mas, sobretudo, ao definir-se a autodeterminação e a independência tanto como dever político a cumprir por potências administrantes, como direito inerente a todos os territórios não-autónomos. Do ponto de vista das duas superpotências, quer para conquistar o apoio do bloco afro-asiático, quer para não provocar comportamentos adversos da sua parte, era fundamental naquele ano, em que um elevado número de nações africanas acedera à independência, mostrar um especial empenho na luta pelo fim do colonialismo, ou seja,

de uma situação que, à luz dos princípios democráticos estabelecidos na *Carta* das NU, não podia nem devia ser prolongada.

Isto era, em parte, aquilo que a diplomacia portuguesa em Nova Iorque percebia: "*a principal arma utilizada para a captação de influência junto dos afro-asiáticos*" consistia "*no anticolonialismo*." Assim, os EUA, "*pela boca do Presidente Eisenhower*", haviam sido os primeiros a versar o tema, ao apresentarem à AG um "*programa de 5 pontos*" que, logo na abertura "*exigia o reconhecimento por todos os Estados membros*" da ONU o "*direito dos povos africanos à autodeterminação*."

A URSS, por seu lado, não se havia contentado "*com demonstrações de respeito pelo direito à autodeterminação*" e por isso haviam proposto a "*adoção pela Assembleia de uma declaração*" que previa o fim imediato "*de todos os regimes coloniais no mundo, incluindo não só as possessões mas também as áreas em regime de concessão (bases) em territórios estrangeiros*." A "*reação ocidental*" a esta proposta não havia sido rejeição, esperando-se apenas que a sua aplicação viesse a ser possível nas áreas de "*sob dominação soviética (antigos Estados bálticos, e algumas repúblicas integradas na União Soviética)*." Esta atitude Ocidental perante a proposta soviética não parecia ser mais do que a "*concretização de um desafio*" do Presidente norte-americano, segundo o qual deveria ser submetido a "*referendo popular o Estatuto de todas as populações do mundo*." Os africanos, por seu lado, manifestavam um "*certo ressentimento pelo facto da URSS*" ter pretendido "*assumir a iniciativa num campo*" que consideravam como seu. E concluía o diplomata português:

*A extrema susceptibilidade dos povos de raça negra em matéria colonial nem sequer lhes permite aceitar a ideia de que o mesmo venha a terminar como resultado de iniciativa alheia.*³⁵⁴

O conjunto de resoluções aprovadas pela AG das NU em 1960, uma delas condenando explicitamente a atitude do Governo português por não fornecer informações dos seus territórios ultramarinos ao abrigo do artº. 73º. da *Carta*, começou a ser preparado

354 Cf. Carta nº 591. Missão Permanente de Portugal junto das NU para o MNE (29 de Setembro de 1960). AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, ONU, M180. *Assembleia Geral*, 8º volume.

no ano anterior. Na XIV AG eram votados favoravelmente um conjunto de textos que pretendiam pôr um fim à permanente evasão do Governo português face àquele assunto, embora também se destinassem a outros países administrantes de territórios considerados não-autónomos e cuja evolução política no sentido da autodeterminação e independência não se vislumbra no curto prazo — casos do Congo belga ou da Argélia. É neste contexto que é aprovada uma resolução criando o "*Comité dos Seis*", depois de anteriores tentativas de formar um organismo com funções idênticas à daquele, terem sido sempre inviabilizadas. Este "*Comité*"³⁵⁵ deveria estabelecer os princípios definidores de qualquer território não-autónomo, podendo, no entanto, todos os países membros da ONU, colaborar nessa definição através da formulação de comentários por escrito. O "*Comité*", eleito nos trabalhos da Quarta Comissão, era composto por Marrocos, União Indiana, México, RU, Holanda e EUA. Eleito o "*Comité*" e estabelecidas as suas atribuições, é ainda aprovada uma resolução que reclama junto de todos os Estados membros, responsáveis por territórios não-autónomos, não só a transmissão de informações ao abrigo do art.º 73º., mas também "*a indicação dos prazos dentro*" dos quais seria "*proclamado*" o "*governo próprio para tais territórios*".³⁵⁶

À primeira vista, e embora a aprovação de um comité especial com estas atribuições fosse uma derrota para as potências coloniais, uma vez que figuras que a antecederam tinham sido consideradas ilegais e objecto de grandes críticas, embora entrando em funcionamento (ver *supra* relato das conversas quadripartidas), a verdade é que, pela sua composição, com três países ocidentais, como pela inevitabilidade, a curto prazo, da sua criação em condições de maior adversidade, dado o peso crescente na ONU dos países afro-asiáticos, o "*Comité dos Seis*" era uma entidade com algumas garantias de não entrar pelo radicalismo de propostas normalmente atribuídas aos afro-asiáticos.

355 O "*Comité dos Seis*" é criado pela resolução nº 1467 (XIV) de 12 de Dezembro de 1959. Na Quarta Comissão foi aprovado com 53 votos a favor, 9 contra e 15 abstenções. Em plenário houve uma alteração no número de votos contra. Brasil, Chile, Honduras e Luxemburgo, que antes haviam votado contra, estiveram ausentes do plenário da AG. Assim, apenas votariam contra: Perú, África do Sul, Bélgica, França e Portugal.

356 Resolução nº 1468 (XIV) de 12 de Dezembro de 1959. Cf. Franco Nogueira, *História de Portugal. 1933-1974, II Suplemento*, 1981, pp. 247-248.

Tal não era, porém, o sentimento do Governo português. Enquanto que nos debates que precederam a aprovação de tais resoluções se considerava que Portugal continuava a não deixar de ser visado, sendo "*repetidas até à saturação [...] acusações de colonialismo, exploração económica, imperialismo, opressão, genocídio*" ou outras, no "*plano parlamentar e processual, a tática usada*" passava a ser diferente. Avançara-se para um exame das questões à luz do "*plano abstracto, da doutrina e dos princípios, sem [se] ter em mente um país ou uma doutrina.*" Pretendia-se "*elaborar um estudo teórico, isento e desapassionado, quase científico, sobre a forma de interpretar*" e fazer cumprir o artigo 73º. da *Carta*. Assim, a constituição de um Comité com aquelas atribuições era uma derrota para o Governo português, tal como a aprovação da resolução nº 1468 (XIV). E mais, por não serem feitos ataques directos a Portugal:

as solidariedades do passado julgam-se desobrigadas perante Lisboa, e correm a alinhar com o terceiro mundo, na esperança das suas boas graças em almoeda de popularidade

sendo por isso "*em vão que os delegados de Lisboa*" salientavam que tudo não passava de uma "*manobra*", com objectivos idênticos aos dos "*anos anteriores, limitando-se a contornar alguns obstáculos.*" Apesar do debate "*áspero como no passado, e que se arrasta no tempo*", contando "*com a oposição cerrada*" dos representantes do Governo português, os projectos de resolução foram aprovados "*por larga maioria*" na Quarta Comissão e daí transitaram para plenário onde foram também aprovados por larga maioria.³⁵⁷

Quanto à escolha pela AG dos países a fazerem parte do "*Comité dos Seis*", teria o seguinte significado:

*a Índia carregava consigo todos os complexos anti-ocidentais e antiportugueses do primeiro-ministro Nehru, aguilhoado pela sua obsessão em conquistar Goa.
[...]*

357 Cf. Franco Nogueira, *Salazar V. Resistência (1958-1964)*, s.d.b, pp. 100-101.

O México era um país latino-americano, mas representando "*entre todos os latino-americanos o mais radical anticolonialismo*." Marrocos, apesar de moderado, não iria "*prejudicar a sua imagem*" em questões coloniais "*por causa de Portugal*". A Holanda tinha o pavor de ver reaberta a questão das suas possessões nas Antilhas e, por isso, tentava não dar qualquer passo que desagradasse aos afro-asiáticos. Quanto aos EUA e ao RU, embora inviabilizassem a publicação de conclusões radicais no relatório a ser feito pelo Comité, a verdade é que não iriam alterar as suas políticas de "*apoio*" ao que a ONU considerava "*autodeterminação dos povos*" e, portanto, através de tal atitude, prejudicar os seus interesses. Sendo "*todos estes aspectos compreendidos por Lisboa*", a representação portuguesa na ONU votou contra a resolução nº 1467 e advertiu sobre as "*reservas*" que as conclusões do "*Comité dos Seis*" lhe possam vir a merecer.³⁵⁸

Na XV AG das NU, realizada no ambiente já descrito, o *Relatório dos Seis*³⁵⁹ foi apreciado pelas delegações. Nele foram recomendados os princípios que deveriam "*orientar os Estados Membros*" a "*determinarem se existe ou não*" uma "*obrigação de transmitir as informações previstas no artigo 73º e) da Carta das Nações Unidas*." Feito este reconhecimento assumia-se o princípio da sua evolução futura para a autodeterminação e independência. Obviamente, um conjunto de pressupostos que, de forma alguma, poderia agradar ao governo português, empenhado que estava em garantir a integridade da nação portuguesa do Minho a Timor. Eram os seguintes os princípios definidos no *Relatório*:

A obrigação de transmitir informações era uma "*responsabilidade internacional*" que devia ser cumprida no respeito pela lei. Essa obrigação dizia respeito a "*qualquer território*" que se encontrasse "*geograficamente separado*" e fosse "*étnica ou culturalmente distinto do país*" que o administrava. Mas além destes dois principais factores podiam ser tidos em conta alguns outros "*de natureza administrativa, jurídica, económica ou histórica*", sobretudo se qualquer um destes colocasse esse território não-

358 Cf. Idem, *ibidem*, pp. 103-104.

359 Cf. em anexo o texto integral do *Relatório*.

-autónomo numa "*posição ou estatuto de subordinação*." definiam-se depois as condições em que um território não-autónomo atingia a autodeterminação:

a) se houver emergido como um Estado soberano independente; b) se se tiver livremente associado com um Estado independente; c) se se tiver integrado com um Estado independente.

Quer a associação quer a integração de qualquer território não-autónomo com a antiga potência administrante, deveriam ser sempre feitas obedecendo a regras democráticas, no respeito da vontade das populações autóctones e do estabelecimento da absoluta igualdade entre as várias componentes socio-culturais e geográficas. De qualquer modo, e até à definição da solução política para qualquer território não-autónomo, subsistia a obrigação para os Estados administrantes de fornecer informações às NU em matéria económica, social e educacional.

A resposta de Portugal assenta no pressuposto de que o ultramar português não possui "*vocação para a independência, nos termos impostos pela ONU, porque já era independente com a independência da Nação*." Não estando a ONU disponível para reconhecer a Portugal o direito "*de qualquer construção jurídica ou política*" não baseada no "*separatismo*", o governo de Lisboa "*rejeita o relatório dos seis e os seus princípios*." O seu texto é, no entanto, aprovado na Quarta Comissão por larga maioria, com os votos contrários de Portugal, Espanha e África do Sul.³⁶⁰

Os passos seguintes na condenação do colonialismo são dados pela aprovação a 15 de Dezembro das resoluções nº 1514, 1541 e 1542. A primeira foi vista por Portugal como um "*indispensável [...] instrumento de ordem global*", propondo o fim "*rápido e incondicional do colonialismo sob todas as suas formas*", além do termo de quaisquer acções ou intervenções armadas e repressivas "*contra povos dependentes, ou contra a integridade territorial de um país*," que foram vistas como uma "*violação*" da Carta. Esta resolução seria aprovada por unanimidade: "*ninguém desejava, votando contra,*

360 Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 171-172 e, sobretudo, idem, *As Nações Unidas e Portugal*, 1962, pp. 189-231 — texto original e integral da resposta portuguesa, tanto no plano jurídico como político.

dar a sensação de que era colonialista." Portugal afirmando-se "*não-colonialista, e não possuidor de territórios não-autónomos, que objecções*" lhe poderiam suscitar "*a condenação do colonialismo?*" Por isso vota também favoravelmente a resolução nº 1541.

Desde Novembro, com as propostas da resolução nº 1514 ainda em circulação, Portugal havia decidido não votar contra desde que estivesse garantida a "*reserva apropriada*" do caso português, ou seja pela ausência de qualquer referência aos seus territórios ultramarinos. Esta decisão devia-se a "*razões imediatas de ordem táctica*" que pretendiam evitar uma exposição excessiva e desnecessária de Portugal, além de manifestar uma "*coerência*" com a "*posição fundamental*" do Governo de Lisboa. No futuro, depois da aprovação, restava que Portugal se preparasse para as "*repercussões de tal voto e consequências*" que os "*adversários*" de Portugal poderiam "*dele tirar*." A "*mais imediata*" poderia ser uma tentativa de tentar vincular Portugal ao espírito e à letra de um texto que votara favoravelmente, nomeadamente, através de um recurso ao Tribunal Internacional de Haia.³⁶¹

Mas, as consequências da aprovação das resoluções nº 1514 e 1541 chegariam mais cedo do que poderia prever em finais de Novembro. A 15 de Dezembro é também aprovada pela AG a resolução nº 1542.³⁶² Este texto trata então de aplicar especificamente a Portugal os termos genéricos definidos pelas duas anteriores resoluções, ao afirmar que o governo daquele país possui e administra territórios não-autónomos e que seriam: Arquipélago de Cabo Verde; Guiné, chamada "*Guiné Portuguesa*"; São Tomé e Príncipe e dependências; São João Baptista de Ajudá; Angola, incluindo o enclave de Cabinda; Moçambique; Goa e dependências, chamado o "*Estado da Índia*"; Macau e dependências; Timor e dependências.

361 Cf. Telegrama nº341. Missão Permanente de Portugal junto das NU para o MNE. 25 de Novembro de 1960.

362 Cf. em anexo o texto integral da resolução. Votaram contra Portugal, Espanha, Bélgica, França, Brasil e África do Sul. Os EUA e o RU abstiveram-se.

1960 seria ainda o ano da candidatura frustrada de Portugal ao lugar de membro não permanente do CS das NU.³⁶³ Os contactos começaram logo no início do ano. Lisboa pretendia ocupar por dois anos a vaga deixada pelo grupo europeu ocidental. Inicialmente concorrendo com a Holanda, Portugal, antes da abertura da AG, através de diligências das suas Embaixadas e Legações, feitas tanto em Nova Iorque, como através do MNE, chegou a ter uma posição extremamente favorável que levou, inclusive, à saída da corrida por parte do seu concorrente europeu. A aproximação aos países árabes, como a alguns países do sudeste asiático, fez-se com alguma facilidade o que permitiu arregimentar apoios junto de governos tradicionalmente indiferentes ou até um pouco hostis em relação a Portugal. Este facto alimentou a esperança de uma eleição efectiva. Por sugestão iraquiana, e após algumas dúvidas manifestadas por Garin,³⁶⁴ foi negociado um acordo no qual a representação do governo de Lisboa apoiava candidatura do Iraque à presidência da Quarta Comissão e Bagdade as pretensões portuguesas ao CS.³⁶⁵ Os representantes da RAU, Jordânia e Líbano eram francamente favoráveis a Portugal, sobretudo por considerarem ser aquele o menor de dois males (o maior seria a Holanda). Do espectro árabe, faltava uma conversa com o delegado da Arábia Saudita, mas Garin contava com as "*relações muito cordiais*" que com ele mantinha para mais facilmente conseguir o seu apoio. O apoio da Líbia, Marrocos e Tunísia (sobretudo dos dois últimos) seria já mais difícil de obter, uma vez que estes países se preocupavam "*muito mais do que os outros árabes com questões de África*."³⁶⁶

Em Abril fora então unanimemente resolvido que todos Estados Árabes apoiassem candidatura portuguesa, apesar de ainda não haver sido retirada a candidatura holandesa. O Iraque e a Tunísia não estiveram presentes nessa reunião mas, pelo menos a Tunísia, tinha-se comprometido formalmente a dar o seu voto a Portugal. Desconhecendo-se

363 A distribuição dos lugares aos membros não-permanentes fazia-se de acordo com as várias sensibilidades políticas e geográficas existentes na ONU. Cf. Quadro IV em anexo.

364 Cf. Aerograma nº 19. Missão Permanente de Portugal junto das NU para o MNE (1 de Abril de 1960).

365 Cf. Telegrama nº 105. MNE para a Missão Permanente de Portugal junto das NU (30 de Abril de 1960).

366 Cf. Aerograma nº 31. Missão Permanente de Portugal junto das NU para o MNE (22 de Abril de 1960).

quais os países asiáticos que estavam contra a candidatura portuguesa, era sabido que Turquia, Paquistão, Irão, Filipinas, Japão e Indonésia estariam dispostos a apoiar a candidatura portuguesa, "*tendo os demais mostrado também acolhimento favorável (salvo a União Indiana por razões óbvias)*."³⁶⁷ Os apoios de países da Europa ocidental, de vários latino-americanos, dos EUA, Canadá, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia eram também uma garantia. Mas com a abertura da AG, a vaga anticolonialista e a multiplicação de países africanos feitos Estados membros naquele ano, que aliás reivindicavam uma maior representação naquele órgão, tornou-se impossível assegurar a maioria necessária de dois terços. Para não bloquear o funcionamento do CS e não prolongar anormalmente o anterior mandato, Portugal foi obrigado a render-se.

Sob o ponto de vista do regime, Franco Nogueira descreveria da seguinte forma o desenlace da candidatura portuguesa ao CS:

*Mas por meados de Dezembro de 1960, uma notícia agrava o sentimento de receio que possui os portugueses. Portugal tem de ceder à guerra violenta que à sua candidatura ao Conselho de Segurança movem os blocos afro-asiático e comunista; e estes contrapõem à de Portugal a candidatura da Libéria. Depois de sete escrutínios no plenário da Assembleia, que produzem sucessivos empates, Portugal é abandonado pelo bloco europeu e por alguns latino-americanos.; e então o governo de Lisboa retira a sua candidatura. Naquele ano, o lugar pertence a um país da Europa Ocidental, mas porque a Libéria recebeu também numerosos votos, as forças políticas da Assembleia chegam a um compromisso: o mandato no Conselho, que é de dois anos, é dividido entre a Libéria e a Irlanda, a cada uma cabendo servir um ano no mais alto órgão da ONU. Através de Portugal, aquém e além-mar, paira uma sombra: há um instinto indefinido, entre os portugueses, de que se acercam horas aziagas e dias anuviados.*³⁶⁸

PRIMEIRO BALANÇO. UMA NOVA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA?

Portugal esteve longe de se apresentar satisfatoriamente preparado na primeira AG das NU em que participou. Foi por isso considerado urgente que, no futuro, tudo fosse

367 Cf. Telegrama nº 204. MNE para a Missão Permanente de Portugal junto das NU (19 de Julho de 1960).

368 Cf. F. Nogueira, , *Salazar. V. Resistência (1958-1964)*, s.d.d, pp. 169-170.

feito com mais tempo, tanto quanto à definição dos elementos a compor a delegação, como no respeitante à *"organização material dos serviços da Missão Permanente em Nova York"*. Num relatório da autoria de J. M. Fragoso,³⁶⁹ apresentaram-se algumas críticas importantes, que correspondiam a uma *"observação directa dos factos"*, mas que também reflectiam a *"maneira de pensar da generalidade dos delegados à XI Sessão e dos membros da Missão Permanente."* Uma parte do relatório citado, reclamava um reforço em pessoal com habilitações várias para melhoria das tarefas administrativas ou burocráticas da responsabilidade da Missão Permanente de Portugal em Nova Iorque. Mas as críticas mais importantes referiam-se ao facto de a *"preparação da delegação portuguesa"* ter sido *"deficiente"*. Tal facto tinha-se ficado a dever à *"falta de familiaridade com os assuntos e com os métodos de trabalho das Nações Unidas"*, obrigando a um *"esforço de recolha de elementos"* várias vezes desproporcional à *"importância"* de que se *"revestiam"* para Portugal. Ou seja, havia-se gasto tempo e energia a preparar matérias em relação às quais, ainda que a delegação portuguesa tivesse que se pronunciar, estavam distantes daquelas que directa e imediatamente lhe interessavam — o *"estudo e preparação da actuação portuguesa na questão dos territórios não-autónomos"*. Assim, por manifesta falta de tempo (*"a delegação portuguesa foi nomeada apenas com alguns dias de antecedência da partida para Nova York"*) e de pessoal, pela ausência de uma preparação prévia dos serviços, ao nível interministerial, as *"deficiências"* acumularam-se.

Mas logo em 1957, senão antes, já não havia espaço para estas preocupações logísticas. Era, isso sim, evidente para Portugal a oposição que iria encontrar na aplicação futura das suas políticas externa e ultramarina. Restava saber quais seriam as fórmulas que os adversários viriam a aplicar e qual o alcance e os limites da eventual solidariedade das potências coloniais europeias. Isto num momento em que era claro que estavam já a caminho de o deixar de ser, mas em que se tinha ainda presente o *"sucesso"* português na XI AG e o facto deste lhes ter aberto *"perspectivas mais optimistas."* E mesmo ha-

369 Cf. J. M. Fragoso, *Organização dos Serviços e Preparação das Futuras Delegações à ONU* (Informação de Serviço do MNE), 13 de Abril de 1957. AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M177. ONU. Assembleia Geral.

vendo a oportunidade de já nesse ano, na XII AG das NU, se desenvolver uma "*política concertada*", ela restringir-se-ia "*quase exclusivamente*" à "*formulação de táticas processuais a adoptar nos debates — e não ao fundo dos problemas*",³⁷⁰ manifestando-se por isso enormes dificuldades, senão mesmo a "*impossibilidade*", de se "*assentar numa visão idêntica dos fenómenos ou numa linha de orientação comum.*" Da mesma forma, belgas, franceses e britânicos demonstravam uma "*clara hesitação em se identificarem com a [...] política administrativa portuguesa*", sendo tal "*hesitação*" ainda mais evidente quando se trataram os "*problemas africanos em geral*", manifestando-se então de forma mais acentuada as divergências de cada um, mas com alguns limites. Por exemplo, em relação à atitude britânica de recusar a troca de informações a propósito da "*infiltração comunista*" em África, a delegação portuguesa nas conversas quadripartidas preferia julgá-la como "*um erro de interpretação.*" Porém, e para concluir, sublinhava-se a existência de uma tendência clara "*para a autonomia territorial, e futura independência política, de toda ou, pelo menos a grande maioria da África britânica e francesa.*"³⁷¹

Os desenvolvimentos seguintes não iriam alterar este estado de espírito. O principal elemento de mudança na política externa portuguesa a partir de 1947, encontrava-se em razões que lhe eram claramente exteriores. Isto é, a multiplicação de Estados independentes pelo mundo, portadores de novas concepções para o estabelecimento de uma outra ordem política, sendo que alguns deles eram fronteiriços aos territórios portugueses espalhados por quatro continentes. Esta nova situação incluía elementos contraditórios e de conflitualidade potencial acrescida ao ter-se como objectivo a execução de uma política externa definida nos anos trinta e reforçada nos anos guerra.³⁷² Uma política que definira como interesse vital a garantia da manutenção da integridade territorial portuguesa espalhada pelo mundo. Neste contexto, a participação nos trabalhos da ONU, o

370 Sublinhando-se que na XI AG coubera a Portugal a iniciativa de restringir o apoio dos "chamados 'colonialistas'" a esse domínio estritamente "processual".

371 Cf. *Conversas Quadripartidas Sobre Problemas Africanos*, 1 a 3 de Julho de 1957, AHDMNE, MNE-SE, RNP, POL, M177...

372 Embora houvesse quem também a considerasse como uma aquisição de relevo por parte de Portugal, uma vez que "a sua voz" contava "em muitos planos." Cf. Franco Nogueira, *Salazar. IV. O Ataque (1945-1958)*, s.d. a, p. 425.

cerco que ali progressivamente foi sendo construído e depois apertado, nada fez mudar no domínio dos princípios ou da orientação estratégica definida. As mudanças podiam ser apenas técnico-táticas, pelo menos enquanto a vontade ou sonho ultramarino não esmorecessem.

Uma outra consequência directa para a política externa portuguesa, mas que também não lhe altera a "*substância*", encontra-se na necessidade de mudança de "*estilo*", o que do ponto de vista de um regime autoritário, cristalizado, representa uma mudança importante, sobretudo tratando-se de uma mudança imposta do exterior. Por isso se considera que aos:

*entendimentos bilaterais, às negociações no segredo dos gabinetes, à descrição nas conversas, ao estudo ponderado dos assuntos, à prudência das palavras, vem acrescentar-se uma diplomacia de praça pública, de decisões rápidas, de ambientes indiscretos, de publicidade de atitudes, de tomadas de posição que, não obstante respeitarem a problemas alheios, se reflectem todavia nos interesses dos portugueses.*³⁷³

São as exigências do multilateralismo.

373 Cf. Idem, *ibidem*, pp. 424-425.

CAPÍTULO IV PORTUGAL E A ONU (1961-1963).

DESENVOLVIMENTOS NA CENA INTERNACIONAL.

Depois de 1955, mas sobretudo a partir de 1960, a já referida emergência de novos Estados pela Ásia, África e Pacífico na sequência do ciclo descolonizador em marcha, fez nascer na AG das NU uma clara maioria com pretensões de neutralidade no conflito então existente na comunidade internacional. O conjunto de Estados que a constituía, focaria a sua luta numa condenação do colonialismo e do imperialismo, procurando assim multiplicar os desafios ao mundo desenvolvido. Uma fórmula encontrada para reivindicar os recursos materiais e humanos que faltavam para poder ser posto em marcha um processo vital de desenvolvimento socio-económico nos seus territórios.

Tratar-se-á de uma orientação que o segundo SG das NU, o sueco Dag Hammarskjöld,³⁷⁴ não deixará de apoiar. Voluntarioso, imprime uma forte dinâmica ao Secretariado da ONU, reforça a sua independência fazendo-se rodear de colaboradores imbuídos de um espírito que ultrapassava as limitações normalmente próprias da nacionalidade de cada um. Foi por isso capaz de constituir um "*verdadeiro executivo internacional*", utilizando todos os poderes que a *Carta*, formal e informalmente, lhe conferia. Enfrentará a oposição soviética por sistematicamente recusar à URSS qualquer posto elevado de um seu cidadão no aparelho das NU, e muito particularmente junto do seu círculo restrito de colaboradores. Conseguindo a possível equidistância das NU em relação aos dois blocos em confronto, Hammarskjöld, no período em que exerceu o seu mandato,

³⁷⁴ Hammarskjöld foi eleito a 10 de Abril de 1953.

acabará por organizar com eficácia a intervenção de forças das NU em locais de conflito pelo mundo.³⁷⁵

Conforme foi já afirmado,³⁷⁶ a URSS, incomodada com o dinamismo, o protagonismo e a independência do secretariado da ONU, propôs, pela voz de Nikita Khrushchov, a substituição do cargo de SG por um Secretariado tripartido — uma espécie de "troika" —, composto por um "'ocidental'", um "'socialista'" e um "'neutro'". Trava-se do reconhecimento de que o poder na ONU passara em boa medida do CS para o Secretariado e a AG, pelo que os soviéticos estavam decididos a alargar a figura do veto àqueles órgãos, pretendendo, ao mesmo tempo, anular o peso do "Terceiro Mundo."

O birmanês U Thant, "*budista impassível mais dado à serenidade que ao dinamismo*", candidato dos afro-asiáticos à sucessão de Hammarskjöld, promoverá uma diminuição progressiva do protagonismo político do Secretariado, ao retirar alguns ensinamentos dos excessos do seu antecessor e que, em última análise, acabaram por conduzir a uma morte trágica no Congo, no decorrer de uma acção frenética que reflectia um sobrestimar das capacidades e das funções do secretariado, além da acção pessoal própria do cargo de SG.

No novo contexto que envolvia a ocupação do cargo de SG por uma personalidade com as características de U Than, foi possível em 1963 retirar do Congo as forças da ONU, resolvida que estava o problema da secessão do Katanga; definir em 1964, por delegação do CS, a composição das forças militares das NU a interpor entre as comunidades grega e turca no conflito cipriota. Porém, em relação aos problemas do envio de observadores para o Iémen e Cachemira, na resolução da transição de Irian (Nova Guiné ocidental) para a soberania indonésia, como em relação a outras questões, a acção de U Thant revelar-se-ia de muito menor sucesso. De um forma geral, o período de 1961 a 1971, poderia ser caracterizado por uma diminuição contínua da acção do SG.

375 Intreposição de forças das NU entre os beligerantes no incidente do Suez em 1956; envio de grupos de observadores militares para o Líbano, a propósito de incidentes ali verificados, no ano de 1958; intervenção de forças militares das NU no Congo a partir de 1961.

376 Cf. capítulo III.

Mas esta perda de eficácia e do papel do secretariado e do SG da ONU coube ainda às crescentes contradições e conflitos no seio do grupo afro-asiático. Desde 1960, pela sua condição francamente majoritária, tornara-se no mais importante agrupamento político no seio das NU. A sua influência e prestígio entraram numa quebra permanente que, normalmente, se faz coincidir com a "*ocupação de Goa pela Índia em 1961*" em clara "*violação*" da *Carta*, e que os inúmeros conflitos regionais entretanto despoletados viam a agravar. A estes factos adicionam-se as repetidas, mas vãs, intervenções da ONU condenando o regime sul-africano ou a independência branca da Rodésia, como a ausência de uma descolonização dos territórios ultramarinos portugueses, tudo contribuindo para desacreditar uma organização que passava cada vez mais "*a transmitir a impressão de um verbalismo*" excessivo, que contribuía para a alteração da sua imagem junto da opinião pública internacional.³⁷⁷

Fora das NU os afro-asiáticos e o movimento por eles iniciado em Bandung, conheceu uma evolução que, em geral, equivaleu ao crescimento de rivalidades no seu seio. Ao facto não foi alheio o conflito sino-indiano a propósito de disputas entre os dois países nos Himalaias. Estes confrontos militares tiveram um significado especial, não só pelo facto de anularem a letra e o espírito de um documento produzido por governantes dos países nas vésperas do encontro na Indonésia, o célebre *Panch Shila*, mas porque ele servira de base a uma defesa dos méritos subjacentes às teses de "*não-alinhamento*" dos afro-asiáticos.³⁷⁸ O movimento teve ainda tendência a fraccionar-se, tanto por razões político-ideológicas, como geográficas.

O encontro do Cairo de Junho de 1961, reunindo dezanove delegações afro-asiáticas, mais os representantes da Jugoslávia e de Cuba, havia tentado definir o estatuto, bem como a prática do estatuto de não-alinhado:

1) Suivre une politique indépendante fondée sur la coexistence pacifique et le non-alignement, ou adopter une attitude favorable à cette politique.

³⁷⁷ Cf. Zorgbibe, 1989, pp. 63-66.

³⁷⁸ Cinco princípios que a RPC e a Índia tinham inserido no preâmbulo do acordo concluído entre si para a resolução do conflito nascido a propósito da ocupação militar chinesa do Tibete. Cf. capítulo III.

- 2) *Soutenir toujours les mouvements de libération nationale.*
- 3) *N'appartenir à aucune alliance militaire collective dans le cadre des conflits entre grandes puissances.*
- 4) *Ne conclure aucune alliance bilatérale avec une grande puissance.*
- 5) *Ne pas accepter de plein gré l'établissement sur son territoire de bases militaires appartenant à une puissance étrangère.*³⁷⁹

Estes critérios caracterizavam-se pela sua vacuidade, confundindo realidades com intenções. Por exemplo, ao condenarem acordos ou alianças político-militares com grandes potências, que consideravam fazer aumentar os riscos de guerra, enquanto possibilitavam a existência de acordos e alianças de natureza idêntica envolvendo países não-alinhados, o que podia ser também considerado como uma atitude contrária aos interesses da paz e ao espírito dos não alinhados, acabavam por ser geradas contradições reais e de difícil solução. Finalmente, a condição de não-alinhado referia-se apenas ao confronto Leste-Oeste, ao mesmo tempo que propunha, quando não impunha, o alinhamento nos conflitos Norte-Sul. Assim, e a título de exemplo, ligando-se a neutralidade ao anticolonialismo, excluía-se do movimento dos não-alinhados os neutros europeus (Suécia, Finlândia, República da Irlanda, Áustria e Suíça) que várias vezes haviam interpretado os problemas da descolonização como conflitos internos, da estrita competência dos países colonizadores e não como um sintoma grave da luta Norte-Sul.

Os não-alinhados carregavam também o dilema de procurar definir qual o confronto à escala mundial que deveria ser considerado prioritário. Prioridade a uma definição face ao conflito Norte-Sul ou ao conflito leste-oeste? Nkrumah, presidente do Ghana defendia o concentrar de baterias no combate ao colonialismo, "*à sua liquidação completa e definitiva*", necessidade prévia a uma luta pela conquista da paz mundial. Nehru, por seu lado, era um dos paladinos de um empenhamento na consolidação da

379 "1) Seguir uma política independente fundada sobre a coexistência pacífica e o não-alinhamento, ou adoptar uma atitude favorável a esta política.

2) Apoiar sempre os movimentos de libertação nacional.

3) Não pertencer a qualquer aliança militar colectiva no quadro dos conflitos entre as grandes potências.

4) Não concluir qualquer aliança bilateral com uma grande potência.

5) Não aceitar de pleno grado o estabelecimento sobre o seu território de bases militares pertencentes a uma potência estrangeira." Cf. Zorgbibe, *op. cit.*, p. 90.

neutralidade face ao conflito Leste-Oeste. O primeiro-ministro indiano defendia as suas prioridades no pressuposto de que nada era "*mais importante do que a questão da guerra e da paz no mundo.*" Iniciada a guerra "*tudo o resto se*" apagaria "*momentaneamente.*"

Mas outros dilemas dividiam opiniões no seio dos não-alinhados. Deveria o movimento ter uma expressão regional, englobando apenas povos e Estados africanos e asiáticos, ou uma dimensão universal? Como enfrentar a evolução do movimento, que partira de uma base predominantemente asiática (do sudeste do continente), para uma outra afro-árabe?³⁸⁰

A ÚLTIMA VIDA DOS IMPÉRIOS COLONIAIS EUROPEUS.

A segunda fase da descolonização continuou pela década de sessenta.³⁸¹ Em 1961, o RU pôs fim à sua soberania no Chipre, Serra Leoa, Kuwait e Tanganica (este, um antigo território sob tutela). Em 1962, concedeu independência à Jamaica e a Trinidad-Tobago (consequência da dissolução da Federação das Índias Ocidentais criada em 1957, mas não tendo na altura um estatuto independente) e ao Uganda. 1962 foi também o ano da independência da Argélia. Em 1963 os britânicos continuaram a sua retirada imperial, cedendo a independência ao Quênia e Zanzibar. E tal como no Quênia não foi possível a uma influente minoria branca governar a maioria negra, facto idêntico aconteceu com a dissolução, em 1963, da federação das Rodésias e Niassalândia. O Estado independente do Malawi sucedeu à Niassalândia a 1 de Julho de 1964, enquanto a 23 de Outubro a Rodésia do Norte dava lugar à Zâmbia.³⁸² Ficava pendente uma solução política para a Rodésia do sul e que a minoria branca liderada por Ian Smith trataria de resolver no ano seguinte através de uma proclamação unilateral de independência.³⁸³

Desde 1950, com a apresentação e discussão do Plano Schuman, os governos franceses tinham vindo a empenhar-se cada vez mais numa política de aproximação à Eu-

380 Cf. Idem, *ibidem*, pp. 88-91.

381 Cf. capítulo III.

382 Em 1964 a ilha de Malta tornava-se também num Estado independente.

383 As principais razões para esta retirada britânica foram tratadas no capítulo III.

ropa, e sobretudo ao antigo inimigo alemão. Neste sentido, o relacionamento político-económico de Paris com as suas dependências ultramarinas, sobretudo as africanas, tendia a tornar-se mais num complemento do que numa alternativa à opção europeia.

Especificamente em relação ao norte de África, onde se verificava uma maior presença de colonos e interesses políticos e económicos franceses, os projectos do governo de Paris passaram inicialmente, logo após a guerra e a aprovação da Constituição da IV República no Outono de 1946, pela condução dos protectorados marroquino e tunisino a uma autonomia interna, no seio da Comunidade francesa. Porém, na sequência das eleições de 1951, verificou-se uma inflexão face àquela tendência na evolução política da França de além-mar. Era o resultado do maior peso de forças políticas conservadoras nos governos de Paris, dispondo de laços de alguma proximidade com os colonos e interesses de vários sectores da sociedade francesa naqueles territórios, que não viam com bons olhos a diminuição do empenhamento gaulês no norte de África. Nestas circunstâncias aumentaram as tensões no seio daqueles territórios, a que se juntariam as dificuldades no Vietname, as pressões norte-americanas sobre Paris no sentido desta avançar com uma política de outorga de independências e, finalmente, o deflagrar em Novembro de 1954 da violência nacionalista na Argélia, este sim, considerado um território de interesse vital.

Mas desde Julho de 1954, na sequência de uma visita relâmpago de Mendès-France a Tunes, aumentaram as possibilidades (e os receios) de uma solução independentista para Marrocos e Tunísia. Em Junho de 1955, com a nomeação por Edgar Fauré de Gilbert Grandval para o comando político-militar francês em Marrocos, davam-se mais alguns passos para a transferência de responsabilidades políticas para as mãos de nacionalistas marroquinos moderados. Em relação à Tunísia, as negociações para a outorga da independência estavam em curso desde 1954. Após os distúrbios de Agosto de 1955 em Marrocos, mais insuportável e incompreensível se tornava a política francesa em relação à Tunísia e àquele protectorado. Finalmente, depois das eleições em França no

mês de Março de 1956, que levariam à constituição de um governo liderado por socialistas, foi aceite a independência daqueles dois territórios.³⁸⁴

Também na Argélia se mostraram limitadas as reformas da política ultramarina francesa do pós-guerra. A cooperação com nacionalistas moderados, que aceitavam os princípios assimilacionistas propostos pela metrópole, viu-se ultrapassada por reivindicações de independência total e imediata, feitas por grupos radicais, que se fundiriam na FLN. De Novembro de 1954 a Julho de 1962 tem lugar uma confrontação política e militar na Argélia, com profundas consequências em França, conduzindo, primeiro, à morte da IV República francesa e depois a uma intensa luta por parte de de Gaulle tentando provar a legitimidade e a sensatez da concessão da plena independência àquele "*departamento*" da França metropolitana no Norte de África.

Aos desafios nacionalistas e à pressão dos colonos franceses na Argélia, temendo pelas suas vidas e pelos seus bens, os governos franceses respondem inicialmente com medidas repressivas e programas de reformas sociais e políticas. Em 1955, depois de umas eleições que levam os socialistas ao poder, a presença militar francesa na Argélia sobe para 500 mil homens, sendo postos de lado, por pressão dos franceses residentes na Argélia, os projectos de conciliação com os nacionalistas radicais, cada vez em maior número. Relutantemente, a IV República era levada a canalizar cada vez mais recursos para a Argélia, defendendo uma coligação de pequenos proprietários rurais, capitalistas abastados e funcionários pequeno-burgueses que reclamavam ter construído a Argélia francesa. Simultaneamente, a esperança de se ver melhorada a exploração dos recursos naturais argelinos, no Sahara, também justificava um maior empenhamento dos governos metropolitanos. Por isso, em 1951, foi proposta a criação de uma região administrativa naquele deserto, sem quaisquer laços políticos com o norte da Argélia ou a África Ocidental francesa e controlada directamente por Paris. Porém, o Parlamento argelino derrotaria a proposta. Nos finais da década de cinquenta, para muitos franceses, a perda da Argélia significava também o fim do acesso a uma região com um enorme potencial

384 Cf. Betts, 1991, pp. 98-102; Hargreaves, 1988, pp. 149-151 e Von Grunebaun, comp., s.d., pp. 373-389.

em recursos naturais (gás e petróleo), bem como um ótimo local para testar o armamento nuclear francês, então ainda em processo secreto de desenvolvimento.³⁸⁵

O fracasso da incursão franco-britânica sobre o Egipto nos finais de 1956 (que do lado de Paris tinha como objectivo depor Nasser, um dos mais importantes apoiantes verbais do nacionalismo argelino), a repressão brutal da campanha terrorista da FLN em Argel, os custos humanos e financeiros da luta militar, as críticas crescentes à política argelina dos governos franceses por parte da opinião pública estrangeira e de alguns importantes líderes de países aliados da França, nomeadamente dos EUA e do RU, a crescente indisponibilidade de sectores da sociedade gaulesa para um apoio à política seguida face à Argélia, tornaram aos poucos mais nítida e desejável uma solução política do problema. Estes factos acentuavam as diferenças entre os defensores (cada vez menos) da manutenção da soberania de Paris sobre a Argélia e os apoiantes de uma retirada.

Assim, enquanto, por exemplo, muitas das altas esferas militares francesas consideravam possível uma vitória militar e, por isso, impensável e indesejável qualquer entendimento com a FLN, iam-se cada vez mais questionando os crescentes custos financeiros e humanos, como o embaraço internacional, provocados quer pela insistência da presença na Argélia, quer pela manutenção do império colonial no seu todo. Por meados da década de cinquenta em França, como em parte também se verificava no RU, começaram a ser calculados os custos da manutenção da soberania ultramarina. Ou seja, em termos contabilísticos, como sob o ponto de vista do aumento da competitividade da economia francesa metropolitana, era evidente a necessidade de transferir meios políticos e financeiros gastos na manutenção do império, para o investimento em programas industriais com elevado nível tecnológico. Isto porque a disputa pelo poder e influência no futuro à escala mundial, passaria pela eficiência económica e financeira, que dependiam de uma boa saúde empresarial e tecnológica em França. O prolongar das preocupações com as questões coloniais, apenas impedia o desenvolvimento e consolidação daquele processo. Inclusivamente, junto de certos sectores militares, a existência de

385 Cf. Hargreaves, *op. cit.*, p. 152.

umas forças armadas vocacionadas, sobretudo, para uma acção em cenários de exercício de poder imperial, especialmente quando, como no caso da Argélia, esta opção se tornava um enorme sorvedoiro de recursos, começou a ser questionada. As guerras coloniais não eram mais do que um desperdício de vidas e energias de oficiais capazes. Os recursos despendidos deveriam ser utilizados para tornar a França numa potência nuclear de respeito e, portanto, capaz de enfrentar os desafios que se colocavam a leste da sua fronteira metropolitana.³⁸⁶

Esta lógica económico-militar, que se reflectia, aliás, nas progressivas reformas da política ultramarina francesa levadas a cabo ao longo da década de cinquenta e que a Constituição da V República reforçaria, não foi, nem podia ser, aplicada de igual forma nos territórios franceses da África negra e na Argélia. Neste último, para muitos eleitores franceses, subsistiam ainda importantes interesses (das empresas petroquímicas, comerciais, industriais, além dos muitos franceses com parentes seus vivendo na Argélia), além de que muitos militares e políticos haviam aí empenhado, sobremaneira, a sua credibilidade moral. Assim, nenhum Governo da IV República dispunha de um capital de autoridade suficiente para ser usado na negociação de uma solução política e, fundamentalmente, impô-la aos comandantes militares. Sobretudo depois destes, durante o ano de 1957, terem exibido um conjunto de (supostas) vitórias nos confrontos com a FLN, se encontrarem profundamente desagradados com a veemência das críticas domésticas e internacionais à sua actuação (especialmente as anglo-saxónicas), ao mesmo tempo que eram pressionados pelos colonos na Argélia, que para eles olhavam como a última tábua de salvação.

A 13 de Maio de 1958, durante uma prolongada crise governamental em Paris, uma enorme manifestação em Argel proclamou um Comité de Segurança Pública, que se veio juntar aos vários agrupamentos políticos que reclamavam o regresso ao poder do general de Gaulle. A 1 de Junho, o perigo de um golpe militar proveniente de Argel, contra a IV República, foi evitado por uma transferência constitucional de poderes para de Gaulle.

386 Cf. Betts, *op. cit.*, pp. 102-114; Grimal, *op. cit.*, pp. 311-323; Hargreaves, *op. cit.*, pp. 151-152 e 167-172 e Holland, 1985, pp. 163-175.

Três dias mais tarde, já no norte de África, perante uma enorme multidão de colonos e muçulmanos, o general profere uma das várias frases que, num futuro próximo da vida política francesa, se iriam encontrar imbuídas de dúbio significado: "*Je vous ai compris.*"

O objectivo primeiro da política do general será o de tentar restituir à França o estatuto de potência mundial. Procurará acelerar e robustecer a modernização da economia, reforçará os poderes constitucionais a conceder à presidência da República, de forma a anular a instabilidade do poder e das instituições que as facções partidárias haviam promovido durante a vigência da anterior Constituição e, finalmente, promoverá a modernização das forças armadas com tecnologia da era nuclear. O instrumento para cumprir o conjunto de objectivos estratégicos subjacentes a esta nova política francesa, era, fundamentalmente, a chamada construção europeia. Neste contexto, a liderança pela França, embora com uma forte colaboração da RFA, de uma Europa das pátrias, equivalia à aspiração de edificar um terceiro bloco, político-económico, que obtivesse uma paridade com as duas superpotências. na disputa do poder mundial. Porém, ao contrário daquilo que de Gaulle pensara e afirmara nos últimos anos da guerra e imediatamente após o seu fim, os impérios ultramarinos já não seriam um dos meios imprescindíveis para se atingir a grandeza da França e da Europa. De Gaulle, no decurso desta nova fase da sua vida política, tinha pouca ou nenhuma simpatia pelo velho e moribundo colonialismo que apenas exigia privilégios económicos e subsídios, a protecção militar de um exército formado por recrutas, além de comprometer os franceses com uma guerra de guerrilha sem fim, brutal, cara e desmoralizadora. Se, até ao Verão de 1961, as propostas de negociação do governo de Paris procuram ainda reter para a soberania francesa, os locais no Sahara onde se realizavam os testes nucleares, ou o monopólio de exploração e comercialização das riquezas argelinas em petróleo e gaz natural, no final, também nestes pontos rapidamente se inflectiram.

O principal interesse para a França estava em conseguir negociar o melhor acordo com uma "*autoridade estável*" que pudesse garantir a obediência do conjunto das populações argelinas, isto é, interlocutor válido para executar uma transferência de soberania. Percebendo de Gaulle, progressivamente, que apenas a FLN se encontrava nessas condi-

ções, e que um acordo com aquela força política implicava o reconhecimento da total independência da Argélia, foi criando condições para que essa se apresentasse aos franceses como a única e a melhor solução. Em 1961, de Gaulle podia proclamar que as obrigações da metrópole com o império não podiam prejudicar o renascimento da França: "*a descolonização é o nosso interesse, e consequentemente a nossa política.*"³⁸⁷ Pouco importava que, para fazer cumprir este objectivo, tivesse que proceder a manobras sinuosas, em contradição com aquilo que se considerava ser a sua visão da França no momento da chamada e chegada à chefia do governo em 1958. Nem que para isso, em última análise, desprezasse e depois abandonasse os colonos franceses e, sobretudo, os argelinos que haviam apoiado a edificação de uma Argélia francesa e que, por isso, continuavam a levar a sério a "*retórica assimilacionista.*"

Num cenário em que os integracionistas se viam cada vez mais marginalizados, e que inclusivamente os conduzia a pôr em prática soluções violentas para o problema, em que a sociedade francesa se dividia em torno da mais aceitável solução para o problema, a FLN ia conquistando apoio popular no interior da Argélia, que mesmo no caso de uma pouco provável derrota militar sua, inviabilizaria qualquer ambição de pôr fim ao ideário e à luta nacionalista. Uma vez que de Gaulle se encontrava impaciente para pôr fim à guerra, de forma a poder concentrar-se na reconstrução da imagem e do poder externo da França, além da tão falada regeneração interna, e percebendo que não podiam ser encontrados outros interlocutores válidos que não a FLN, nas conversações de Março de 1962 em Evian, acordou em fazer um conjunto de concessões antes consideradas inaceitáveis.

Algeria's independence was accepted as a prior condition for the military cease-fire, with self-determination reduced to the form of ratifying plebiscite.³⁸⁸ Instead of permanent guarantees for minorities, the rights of French citizens were protected for a transitional period of three years, after which they could opt for Algerian citizenship. Existing levels of French economic and technical assistance

³⁸⁷ Citado em Hargreaves, *op. cit.*, p. 170.

³⁸⁸ Os resultados referendo realizado a 8 de Abril de 1962, foram: em França de um total 26 983 275 inscritos, 17 505 473 votaram "sim" à independência (90,7% dos sufrágios expressos) e 1 794 553 votaram "não". Na Argélia votaram 91,8% dos inscritos; 99,7% disseram sim à independência. Cf. Grimal, *op. cit.*, p. 323.

*were guaranteed for the three-year period, which was also that allowed for the withdrawal of French armed forces; but France could retain a lease of the Mers-el-Kebir base for fifteen years, as well as certain airfields and other facilities.*³⁸⁹

A França reconhecia ainda a integridade territorial da Argélia, renunciando a quaisquer parcelas do seu território, nomeadamente a zonas costeiras que se poderia tentar que ficassem sob soberania francesa ou, ainda, qualquer possibilidade de separar o Sahara do futuro Estado argelino independente. Para a indústria petroquímica francesa seria apenas possível garantir que uma comissão franco-argelina se encarregaria após a independência de dar preferência a empresas francesas em concessões futuras. De Gaulle instruiria o seu negociador, Joxe, de que:

*'We must concede these details rather than reject an agreement, for there is no comparison between the primary interest, which consists of reaching an agreement, and the secondary interest, which consists of holding a little longer certain things which in any case we do not reckon to hold for ever.'*³⁹⁰

Relativamente ao caso espanhol, Franco abandonou progressivamente, desde 1956 até à sua morte, as pretensões imperiais que sustentou até meados da década de cinquenta — sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial.³⁹¹ Se em 1959, Rio Muni e Fernando Pó (territórios da futura Guiné Equatorial) chegaram a ser designadas como províncias espanholas e os seus habitantes cidadãos espanhóis, o que boa parte dos autóctones e da comunidade internacional considerou insustentável, em 1963 acordou-se na realização de um referendo sobre a questão da autodeterminação, a que se seguiu a união política dos territórios e a concessão de uma substancial autonomia política. Esta evolução, intimamente ligada com os episódios marroquinos da década anterior, rapida-

389 "A independência da Argélia foi aceite como condição prévia para o cessar-fogo militar, com a autodeterminação reduzida à forma de um plebiscito ratificador. Como alternativa a garantias permanentes para as minorias, os direitos dos cidadãos franceses foram protegidos por um período transitório de três anos, depois do qual poderiam optar pela cidadania argelina. Níveis existentes de assistência técnica e económica francesa eram assegurados pelo mesmo período de três anos, aquele que também era permitido para a retirada das forças armadas francesas; mas a França podia manter a concessão da base de Mers-el-Kebir por quinze anos, assim como algumas bases aéreas e outras facilidades." Cf. Idem, *ibidem*, p. 171.

390 "Devemos ceder nestes detalhes em vez de rejeitar um acordo: por isso não há qualquer comparação entre um interesse essencial, que consiste em chegar a um acordo, e um interesse secundário, que consiste em conservar por um pouco mais de tempo coisas que em qualquer caso não contamos manter para sempre." Citado em *ibidem*.

391 Cf. capítulo III.

mente conduziu à presunção de que a Espanha se encontrava despida de qualquer vocação africana, ao constatar que os seus interesses vitais não se jogavam nem no Golfo da Guiné nem em Marrocos, e portanto, por via disso, não se considerava nem moral, nem politicamente ligada a uma qualquer especial missão civilizadora. Além do mais, como desabafou Franco numa reunião de Conselho de Ministros em 1962: "*Podría decirse que la Península es la colonia de Guinea. Absorbe a un alto precio el café y el cacao que allí se produce.*"³⁹²

Em Outubro de 1968 a Guiné Equatorial tornou-se independente. No ano seguinte, o enclave espanhol de Ifni transitou para a soberania marroquina — tal como acontecera em 1959 a uma franja de território a norte do Sahara Ocidental e parte sul do protectorado espanhol em Marrocos (antigo Rio do Ouro). Finalmente, em 1976, consequência de um processo atribulado envolvendo espanhóis, sarauís, Marrocos, Mauritânia, Argélia e algumas pressões norte-americanas e soviéticas, o governo de Madrid decidiu retirar-se do Sahara Ocidental. Cabe ainda dizer que esta ofensiva descolonizadora do governo de Madrid esteve profundamente ligada a uma das suas prioridades de política externa: a recuperação de Gibraltar. Demonstrando a sua boa-vontade em relação às reivindicações nacionalistas no Golfo da Guiné e no Norte de África, esperava poder criar dificuldades acrescidas ao RU na ONU. Quando neste organismo se discutia o regresso do rochedo à soberania espanhola, exibia-se não só uma prática anticolonialista, como se podia contar com o apoio em votos de muitos dos países africanos e do bloco árabe.³⁹³

Em 1965, o processo de descolonização, sobretudo em África, estava praticamente concluído. Nesta década, apenas mais um território africano de dimensões apreciáveis acederia à independência: o Botswana. Dos antigos impérios europeus espalhados pelo mundo restavam territórios integrados juridicamente nas respectivas metrópoles, ou então regiões consideradas, pela sua reduzida dimensão e inviabilidade económica, incapazes de se constituírem em Estados independentes. Desaparecera o lado positivo dos

392 "*Poderia dizer-se que a Península é a colónia da Guiné. Absorve a um preço alto o café e o cacao que ali se produz.*" Citado em Espadas Burgos, 1988, p. 234.

393 Cf. Davidson, 1994, pp. 160-161. Espadas Burgos, *op. cit.*, pp. 207-220; 231-236 e 257-260. Hargreaves, 1989, pp. 204-205. Em relação às pressões políticas em torno da descolonização do Sahara Ocidental v. Sánchez Cervelló, 1993, pp. 399-411.

imperialismos europeus e que consistira, fundamentalmente, no facto de terem criado "*uma estrutura de estabilidade política em África, no Sudeste Asiático e no Pacífico*", naquele exacto momento em que a pressão do expansionismo do velho continente caminhava para uma destruição acelerada "*dos Estados indígenas e das suas formas sociais*". Isto significa que a "*competição internacional*" podia ter gerado uma sucessão de profunda e ainda mais destruidora conflitualidade. Igualmente, imperialismo ou colonialismo, haviam-se tornado formas privilegiadas de transmissão "*do conhecimento das conquistas técnicas e intelectuais*." Obviamente, a intromissão europeia terá também destruído tanto como criou. As instituições sociais e políticas indígenas foram necessariamente "*modificadas ou eliminadas*" para que fosse possível o exercício do poder colonial. De futuro, naturalmente, não era possível reconstruí-las, nem era se calhar desejável, pelo que as interferências coloniais acabaram por produzir um importante vazio de poder. Assim, os países tornados independentes depois da Segunda Guerra Mundial, como alguns outros situados na periferia na comunidade internacional, estavam divididos entre dois mundos. Aquele de que eram herdeiros históricos directos e um outro que se procurava impôr, fôra formalmente expulso, mas que afinal jamais deixou de marcar presença. E se moralmente a descolonização parecia ser a opção mais óbvia, como politicamente a solução mais sensata e talvez, a dada altura, a única realmente possível, pelo terreno iam ficando enormes manchas de instabilidade política e social. O que aliás sempre acontece após a queda de qualquer Império.³⁹⁴

PORTUGAL E A ONU. A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS EXTERNA E ULTRAMARINA PORTUGUESAS.

As contrariedades vividas por Portugal na ONU, durante o ano de 1961, iniciam-se a 23 de Fevereiro, quando, por iniciativa da Libéria, país então representado no CS, é proposta a discussão naquele órgão dos incidentes vividos em Angola. A reacção portuguesa é de protesto, por considerar que a discussão daquele assunto violava o disposto no ponto 7 do artigo 2º da *Carta das NU*. Garin chegou a fazer diligências junto do RU,

394 Cf. Fieldhouse, s.d., pp. 316-319.

que em Fevereiro presidia ao CS, no sentido de não vir a ser considerada a proposta da Libéria pelo maior espaço de tempo possível. O representante britânico assim procedeu enquanto lhe foi possível, consciente que devido à situação vivida no Congo seria difícil deixar o assunto adormecido por mais do que uma semana.³⁹⁵

A 10 de Março o assunto é agendado para discussão e votação. Franco Nogueira, então Director-Geral dos Negócios Políticos no MNE, comentava assim a evolução dos acontecimentos: *"Inscrita na agenda do Conselho de Segurança, por iniciativa da Libéria, a questão de Angola. Galvão, Santa Maria, Angola: há aqui uma ligação, uma cadeia estranha."*³⁹⁶ Estava-se no rescaldo dos incidentes de Luanda, ocorridos a 4 e 5 de Fevereiro, como em vésperas do irrompimento de um conjunto de incidentes promovidos pela UPA no norte de Angola. O próprio Governo português, através das FA e do Ministério da Defesa, havia sido informado da possibilidade de acontecimentos graves virem a ocorrer a 15 de Março em determinadas áreas daquela sua província ultramarina. Na manhã de 4 de Março fôra recebida uma *"comunicação da maior gravidade: a UPA preparava uma ofensiva para 15 de Março no distrito do Congo."* O objectivo daquela acção seria, do ponto de vista da CIA, *"chamar a atenção das Nações Unidas, onde a questão de Angola ia ser discutida."*³⁹⁷

A discussão e votação em 15 de Março de 1961 da resolução proposta pela Libéria, apesar das preocupações criadas junto do Governo de Lisboa e das dores de cabeça que provocou ao representante português na ONU, transformou-se numa importante vitória diplomática portuguesa.³⁹⁸ Um resultado surpreendente do ponto de vista britânico, uma vez que, na última semana de Fevereiro, o representante do RU na ONU previa que,

395 Cf. FO371-155482. File2281/2. Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 21 de Fevereiro de 1961.

396 f. Franco Nogueira, *Um político confessa-se (Diário: 1960-1968)*, 1986, p. 11. Comentário datado do dia 11 de Março de 1961.

397 Cf. Antunes, s.d.a, p. 174. Simultaneamente "pelo Norte de Angola" circulavam "estranhos panfletos convidando a população para as festas de 15 de Março, e a limpar estradas e pontes, e a tratar bem os chefes de posto, suas famílias, e todos os brancos; mas as autoridades locais não atribuem importância a tais papéis, nem lhes dão interpretação especial." Enquanto "elementos oficiais americanos em Lisboa e Luanda" insistiam "em perguntar, por razões misteriosas, "se no território da província de Angola" estava tudo "calmo". Cf. Franco Nogueira, *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.d.b., p. 212 e Viana de Lemos, *Duas Crises. 1961 e 1974*, s.l., 1977, pp. 25-51.

398 O projecto de resolução foi derrotado com as abstenções da França, RU, China, Chile, Equador e Turquia. Os cinco votos favoráveis pertenceram ao Ceilão, EUA, Libéria, RAU e URSS. Nas votações de CS as abstenções contam como votos contrários.

apesar dos esforços de Garin, não iria ser impedido o agendamento do tema, facto que necessariamente se iria reflectir na votação final, prevendo-se por isso uma condenação de Portugal.³⁹⁹

Mas tratava-se de uma vitória, não porque ficasse garantido o fim da discussão na ONU da política ultramarina portuguesa, ou se cristalizassem os votos em posição favorável a essa política sempre que a discussão da mesma fosse levantada, mas porque se demonstrou ser possível, num organismo democrático e de alguma forma representativo da realidade política internacional, argumentar com sucesso em bases meramente jurídicas. Mas, também, moralizar logo de início tanto os diplomatas como as gentes afectas ao regime, além da opinião pública portuguesa, para uma luta que se sabia longa, de extremo desgaste e, por isso, dura.

Aquele resultado era ainda um mau começo para a Administração Kennedy. Na sua política de confronto com a URSS à escala mundial, Washington decidira entrar numa nova fase de conquista e de renovação de apoios junto dos afro-asiáticos. Por isso, estava a ser posta em prática uma estratégia, que embora não abandonasse o eurocentrismo herdado de Truman e Eisenhower (apenas afectado pelo incidente do Suez em 1956), valorizava um apoio explícito a muitos dos temas caros aos afro-asiáticos, diminuindo assim, parte da importância relativa da Europa na definição do curso da vida política internacional. Uma vez que no seio do bloco afro-asiático ocupavam um importante lugar as reivindicações em torno da justiça das chamadas lutas de libertação nacional, a Administração Kennedy decidira, porque considerara favorável à concretização dos objectivos estratégicos de política externa que definira para uma Nação com a dimensão e o poderio dos EUA, dar todo o seu apoio para que viesse a ser atribuído à ONU, órgão democrático por excelência, um maior papel na discussão destes como doutros temas. Levantadas ali questões daquela natureza, por princípio e por interesse, o Governo norte-americano estaria na disposição de conceder o seu apoio. Desta forma, o voto contra Portugal no CS, apresentava não só aquilo eram discordâncias de fundo

399 Cf. FO371-155482. File2281/2. Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 21 de Fevereiro de 1961.

quanto às opções do Governo de Lisboa em relação aos seus territórios africanos, mas a vontade expressa de demonstrar aos afro-asiáticos e à URSS que, para o futuro, os EUA deixariam de ser ambíguos na apreciação de matérias de natureza colonial.

Mas tratava-se ainda de uma opção que, caso continuasse a acumular fracassos, mereceria não só críticas dos sectores mais conservadores da vida política norte-americana como, inclusivamente, no seio do próprio partido democrático. Dean Acheson, por exemplo, discordava do sentido de voto norte-americano no CS e, logo que lhe foi possível, manifestou a sua opinião a Kennedy. Do seu ponto de vista estava-se a "*agredir de ânimo leve*" os amigos dos EUA. O antigo Secretário de Estado continuaria a sua argumentação contra a acção de Washington na ONU e contra as opiniões do "*African Bureau do Departamento de Estado*", ao afirmar que: "*Alienaremos os portugueses. Isto não é forma de se orientar uma aliança. É precisamente a forma errada de o fazer.*"⁴⁰⁰

Como era sabido em Londres, a nova atitude norte-americana em relação a Portugal passava pelo desejo de levar os africanos a dissociarem os EUA da política portuguesa. Esta associação era feita pela presença dos dois países na OTAN, pelas facilidades garantidas aos norte-americanos nos Açores e pela abstenção dos EUA na votação da resolução nº 1514 (XV). Inicialmente, Washington pretendia mesmo evitar que o tema de Angola fosse levado ao CS, considerando que algumas diligências junto do governo português poderiam fazê-lo mudar de política, evitando-se assim uma exposição que a discussão e votação no CS naturalmente implicavam. Sabendo a Administração norte-americana que o FO via como inconsequente qualquer iniciativa deste tipo, estava disposta a concretizá-la sózinha, consciente embora que um apoio britânico a tornaria mais "*efectiva*".⁴⁰¹

Mas Washington teria oportunidade para ficar depois a saber que, do ponto de vista de Londres, além do fracasso das suas próprias diligências, quaisquer outros esforços de

400 Cf. Antunes, *op. cit.*, p. 187. Cf. ainda F. Nogueira, *op. cit.*, pp. 214-215. São citados extractos de uma carta enviada por Acheson a Kennedy, após o voto dos EUA no CS a propósito dos incidentes de Angola.

401 Cf. PRO-FO 371. 155482. Telegrama da Embaixada do RU em Washington para o FO. 18 de Fevereiro de 1961.

persuasão junto de Lisboa estariam igualmente condenadas ao fracasso, mesmo vindo dos EUA. Sobretudo depois dos "*últimos acontecimentos na ONU*", em Dezembro de 1960. Mas para além de considerarem a atitude norte-americana, à partida, insequente, indisponibilizando-se por isso para qualquer colaboração, os britânicos tinham ainda duas outras razões de fundo para isolarem a iniciativa da Administração Kennedy. Em primeiro lugar, porque nas circunstâncias presentes uma qualquer diligência a propôr uma mudança na atitude do governo de Lisboa apenas o tornaria mais "*obstinado*". Em segundo, ir-se-iam arranjar problemas sem qualquer contrapartida, além de que se levantariam suspeitas sobre um possível apoio do FO a uma iniciativa exclusivamente da responsabilidade do Departamento de Estado.⁴⁰²

A Embaixada britânica em Lisboa mostrava-se muito sensível aos acontecimentos em Angola, assim como aos seus desenvolvimentos na ONU, especialmente face ao pedido da Libéria para uma reunião do CS. Recomendava por isso ao FO que, em tomadas de posição futuras na ONU, se tivessem em conta alguns pontos, por se temer que, apesar de importantes, não viessem a ser devidamente considerados ou até mesmo esquecidos. Em primeiro lugar, porque a proposta da Libéria de apreciação dos acontecimentos em Angola, era feita sobre uma matéria "*essencialmente*" da jurisdição interna de Portugal além de que, apenas por "*absurdo*", poderiam ser vistos como uma "*ameaça à paz internacional*". Mesmo no caso da posição ou da argumentação da Libéria serem legítimas, era inútil trazer aquele assunto à consideração do CS. Recordava-se que, por exemplo, no caso de Chipre, do ponto de vista britânico, a intervenção das NU apenas "*exacerbara*" os acontecimentos. Assim, se a situação em Angola viesse a ser discutida pelo CS, poderia vir no futuro, sistematicamente e em crescendo, a verificar-se um "*estímulo*", uma "*sincronização*" e uma "*sintonia*", entre incidentes como aqueles verificados numa província do Ultramar português e a convocação de reuniões na ONU. Ora, este facto, "*apenas*" podia "*ajudar os comunistas*." Em terceiro lugar, se o RU não se viesse a opôr desta vez à inscrição de um assunto com aquelas características, estava a enfraquecer a sua posição futura. Assim, de que forma se poderia vir a impedir uma

402 Cf. Idem. Telegrama do FO para a Embaixada do RU em Washington. 20 de Fevereiro de 1961.

reunião no CS para discutir incidentes que pudessem, por exemplo, vir a ter lugar na "Rodésia do Norte"? Em quarto lugar, uma abstenção perante a proposta de agendamento, quando a lógica e o interesse próprio do RU devia levá-lo a votar contra, diminuiria a sua *"posição moral aos olhos dos portugueses"*, encorajando-os a voltarem-se cada vez mais para si próprios e diminuindo a possibilidade de Londres poder, no futuro, influenciar a política portuguesa em África. Em quinto lugar, se o RU não se mantivesse firme na primeira vez que a questão da África portuguesa era trazida perante o CS, seria pouco provável que uma melhor oportunidade se apresentasse mais tarde de forma a poder ser demonstrada essa firmeza. E se, no futuro, o RU se recusasse sempre a apoiar Portugal, o Governo de Londres deveria começar a pensar seriamente na forte possibilidade de vir a perder a posição especial que detinha naquele país, bem como a enfrentar uma *"substituição"* dos *"seus interesses económicos"* a favor da RFA e da França. Porém, no caso de se verificar um apoio britânico a Lisboa, Londres tinha sempre a possibilidade de continuar a exercer uma pressão moderada e insistir no princípio segundo o qual, Portugal deveria fazer *"o melhor de si próprio no mundo (embora não no sentido técnico de transmitir informações às Nações Unidas)"*. Isto é, enunciando soluções que ao governo português não parecessem demasiado radicais e, por isso, contrárias aos seus mais elementares interesses.⁴⁰³

Porém, o FO decidira abster-se no agendamento da questão. Fosse porque, à partida, o seu voto contrário não alteraria um agendamento que grande número de delegações com assento no CS se preparava para apoiar, fosse porque iria causar desagrado e descrédito junto de países amigos nas NU, e cujo voto poderia vir a ser necessário no futuro para defesa de posições britânicas em relação ao colonialismo. Assim, um voto contra o agendamento além de apenas poder provocar a *"gratidão dos portugueses"*, significaria que o RU estava a fazer muito mais por Portugal do que havia feito, em 1960, em temas conexos e situações idênticas, com a África do Sul e a França (por causa da Argélia). E mais, se apesar da abstenção britânica o agendamento se verificasse,

403 Cf. PRO-FO 371. 155482. Telegrama da Embaixada do RU em Lisboa para o FO. 23 de Fevereiro de 1961.

haveria sempre margem para a manutenção de uma posição influente em Portugal. Depois confessava-se que, embora, sob o ponto de vista pessoal de algumas das chefias do FO, fosse preferível um voto britânico contrário ao agendamento, era também claro que essa opção "*enfraqueceria seriamente*" a posição futura do RU em Nova Iorque na "*batalha sobre o colonialismo*", estando-se então a sacrificar "*a boa vontade de muitos países apenas com o fim de manter a de Portugal*."⁴⁰⁴

A abstenção britânica na resolução proposta ao CS pela Libéria, Ceilão e RAU, foi justificada com base numa falta de sintonia entre aquilo que se considerava ser a letra e o espírito da *Carta das NU* e os factos registados em Angola, o que em si impedia qualquer deliberação do CS. A China, o Chile e o Equador, nas declarações de voto que também tinham apresentado, justificavam as suas abstenções com base no mesmo princípio. A abstenção francesa não merecera qualquer declaração do seu representante. Enquanto a Turquia afirmara que decidira abster-se pelo facto de considerar ser um princípio orientador da ONU a salvaguarda dos interesses dos pequenos países que dela eram membros. Nesse sentido, seria sempre de observar o cumprimento escrupuloso da *Carta*. Ora, tal como era apresentada a resolução e os motivos que a sustentavam, seria impossível votá-la favoravelmente, uma vez que não respeitava os termos da *Carta*, mesmo que a Turquia tivesse sido um dos países proponentes da resolução nº 1514 (XV) e, portanto, em termos gerais, apoiasse sempre a independência dos "*povos subjogados*."

Segundo o representante norte-americano no CS, o voto favorável do seu país havia sido produzido, não porque considerasse que os incidentes de Angola fizessem perigar a paz e a segurança internacionais naquele momento, mas porque poderiam vir a fazê-lo no futuro "*caso as condições não fossem melhoradas no território*." Acrescentou ainda que os EU falhariam o seu dever para com Portugal caso não tivesse sido expressa

404 Cf. PRO-FO 371. 155482. Telegrama do FO para a Embaixada do RU em Nova Déli. 25 de Fevereiro de 1961. O Embaixador britânico na capital da União Indiana era favorável a um voto britânico contra o agendamento dos incidentes de Angola.

*"convicção de que o avanço passo-a-passo para a completa autodeterminação era agora necessário."*⁴⁰⁵

Para o RU, a abstenção nesta votação de Março do CS funcionava, na prática, como um voto contrário às resoluções condenatórios em matéria colonial, sendo ainda que, no seu ponto de vista, os problemas coloniais deveriam ser sempre observados, embora não exclusivamente, à sombra do disposto no artº. 2º, §7, da *Carta*.⁴⁰⁶ Mas é de notar que estas considerações são produzidas num período em que o RU exercia ainda a sua tutela sobre vários territórios ultramarinos de relativa importância política:

I agree that we should abstain [...].

*In the substantive debate anything that would look like support for Portuguese Colonial policies would provoke strong criticism among the Afro-Asians in the Commonwealth and damage our prospects of getting them to take a more reasonable line on our own Colonial problems. I hope we can avoid this.*⁴⁰⁷

Os britânicos, apesar de prepararem a última etapa sua retirada imperial, permaneciam muito críticos em relação à forma como as NU se imiscuíam nos assuntos coloniais. Por isso, quando lhes era útil, concertavam acções nesta matéria com o Governo português. Em meados de Abril de 1961, faziam em Lisboa, junto do MNE, uma *"diligência solicitando"* que Portugal votasse *"contra um projecto de resolução apresentado na Primeira Comissão"*, e no qual se pretendia que no futuro se viessem a estabelecer *"datas limites para a outorga de independência a territórios coloniais."* O Governo português não podendo deixar de discordar de um projecto como este, avisou que votaria *"contra"*.⁴⁰⁸

405 Cf. PRO-FO 371. 155482. File 2281/12. Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 16 de Março de 1961.

406 Cf. PRO-FO 371. 155482. Telegrama do FO para a Missão do RU na ONU. 20 de Fevereiro de 1961.

407 Cf. PRO-FO 371. 155482. Outward telegram from Commonwealth Relations Office. 25 de Fevereiro de 1961. "Concordo que nos devemos abster. No debate substantivo qualquer coisa que pareça apoiar as políticas coloniais portuguesas, provocaria um forte criticismo entre os Afro-Asiáticos na Commonwealth e afecte as nossas perspectivas de os conduzir para uma linha mais razoável em relação aos nossos problemas Coloniais. Espero que possamos evitá-lo."

408 Cf. Telegrama nº 94. MNE para a Missão Permanente de Portugal na ONU. 17 de Abril de 1961.

Apesar do sentido mais comum dos votos franceses e britânicos nas resoluções relativas ao Ultramar português ser a abstenção, a verdade é que se fazia sentir um certo desespero nas chancelarias destes dois países face ao rumo da política ultramarina portuguesa. O Embaixador britânico em Paris transmitia ao FO a insistência com que os franceses se lhe dirigiam, instruindo-o na absoluta necessidade de o RU exercer de forma mais insistente e consequente, o seu histórico ascendente político sobre o governo português. Isto depois de o próprio Couve de Murville, segundo testemunhos franceses, ter chegado a implorar aos portugueses para que se tornassem mais liberais, que avançassem tão rapidamente quanto possível com a "*Africanização (embora fosse já muito tarde para isso)*" e, finalmente, que desenvolvessem uma fórmula que apontasse no sentido da independência, da autodeterminação ou "*de qualquer coisa como isso.*" E a verdade é que o Quai d'Orsay apresentava cada vez mais dificuldades em colocar "*em termos mais concretos*" estas questões ao Governo português. E se uma das principais sugestões francesas era a de procurar estimular Portugal a acelerar e aperfeiçoar a formação de quadros africanos, a verdade é que os portugueses contrapunham, como os franceses sabiam, que a eficácia dessa medida apenas podia ser avaliada num prazo mínimo de dez anos e que, portanto, ao menos durante esse espaço de tempo, a soberania portuguesa deveria ser mantida. Simplesmente, sob o ponto de vista de Paris, a Lisboa, em 1961, não restariam mais do que alguns meses.⁴⁰⁹

O Governo espanhol, um tanto encurralado entre aquilo que era o seu desejo de assegurar a sobrevivência do Estado Novo em Portugal, para o que poderia contribuir a manutenção de boas e preferenciais relações com Lisboa, mas também a vontade em consolidar a saída do isolamento político que conhecera até meados da década de cinquenta, vivia melindrado com as opções de política ultramarina e externa portuguesas. Embora a linha normalmente seguida fosse a de apoiar na ONU as posições de Lisboa, em determinadas circunstâncias, essa opção mostrava-se inoportuna. Daí que, por vezes, Madrid se sentisse na obrigação de consultar as Necessidades, sobretudo quando

409 Cf. PRO-FO 371. 155439. Telegrama da Embaixada do RU em Paris para o FO. Sem data, mas presume-se, em comparação com outra documentação da mesma pasta, reportar-se a Abril de 1961.

se avizinhava a tomada de uma posição em matérias delicadas como o colonialismo e que, portanto, afectasse o governo dirigido por Salazar.

Numa fase em que a política externa espanhola parecia preparar-se para seguir as indicações da ONU quanto ao cumprimento do disposto no artº. 73º, e portanto empenhada em não sofrer quaisquer pressões externas por razões ligadas ao colonialismo, foi enviado a Lisboa, na última semana de Abril de 1961, o Director-Geral dos Negócios Políticos do Ministério das Relações Exteriores, Sedó, com o fim de trocar algumas impressões a propósito da atitude futura da *"Espanha na 4ª. Comissão."* Inicialmente, o representante espanhol na ONU *"tinha tido instruções"* para não assistir às reuniões daquele comité destinadas a uma apreciação de informações relativas a territórios não-autónomos e, simultaneamente, para se manter *"em estreito contacto"* com a delegação portuguesa de forma a poder ser estabelecida *"uma atitude comum"*. Entretanto, porém, as *"pressões Norte-americanas, inglesas e de outros países amigos da América do Sul no sentido da Espanha enviar o seu representante àquele Comité"* tinham sido tão insistentes *"que fora decidido a vinda Sedó"* a Lisboa para expor a *"delicada situação se encontravam"*.

Uma vez que aqueles países *"aceitavam"* que a Espanha formulasse a *"reserva expressa"* de *"não possuir territórios não autónomos"* e, simultaneamente, *"alegavam"* a conveniência de o Governo de Madrid, naquele *"crítico momento internacional"*, não adoptar uma *"atitude puramente negativa"*, que *"poderia ser interpretada como recusa em prestar qualquer colaboração"*, embora sem prejuízo da *"sua política de princípio"* em relação às NU, o Governo espanhol acabou por se inclinar a enviar o *"seu representante"* à reunião daquele Comité. Esta atitude parecia mais útil *"nas circunstâncias actuais"*, uma vez que tinham prestado as informações sobre territórios não-autónomos solicitadas pelo SG. De qualquer forma, considerava-se em Madrid, não ser desejável adoptar aquele *"procedimento sem consulta e prévio entendimento com Portugal"*, uma vez que não desejavam criar *"qualquer embaraço"*. As Necessidades, por seu lado, agradeciam a atenção espanhola, compreendendo as *"suas dificuldades"* que de forma alguma desejavam *"agravar"*. Portugal, porém, não iria alterar de momento a sua ati-

tude, uma vez que não existia um convencimento de que a *"transigência"* com pressões como aquelas que a Espanha sofrera, e que haviam sido *"feitas"* também junto do Governo de Lisboa, viesse a conduzir *"a outra coisa que não fosse"* um comprometimento com uma *"engrenagem de sucessivos abandonos"* da *"posição de princípio"* adoptada e *"sem qualquer resultado prático"*. O Governo português, reconhecendo embora que o *"envio"* pela Espanha do seu *"representante ao comité [...]"* acarretaria uma *"situação delicada"*, sobretudo porque as *"insistências feitas em Madrid visavam mais uma vez deixar Portugal isolado e numa posição de receio em relação a Espanha"*, de forma a que se pudesse continuar a *"invocar"* junto de Lisboa *"o exemplo de Madrid"*, não desejava porém que aumentassem *"as dificuldades de Espanha por conta das"* dificuldades portuguesas. A Espanha poderia assim considerar-se livre para agir *"conforme melhor lhe parecesse na salvaguarda dos seus interesses"*. Assim, para Nova Iorque anunciava-se que o representante português na ONU não deveria *"mostrar qualquer ressentimento ou reserva"* junto da delegação espanhola, não devendo também *"estranhar"* que a Espanha viesse a tomar parte nos *"trabalhos do aludido Comité"*.⁴¹⁰

Depois de 15 de Março, e até Junho, sucedem-se na ONU várias tentativas de condenação da política do Estado Novo em relação aos seus territórios de além-mar. No dia 20 de Abril é aprovada uma resolução da AG, com o nº 1603 (XV), criando o *"Subcomité dos Cinco"*, e chamando a atenção do Governo português para a *"urgência de introduzir reformas em Angola"*. Deviam ainda ser tomadas as medidas necessárias para *"transferir a totalidade dos poderes para as populações"* dos territórios ultramarinos portugueses, *"a fim de as habilitar a fruir de completa independência"*.⁴¹¹

A 19 de Maio, uma resolução do Comité de Informações⁴¹² dava notícia de que Portugal não havia fornecido às NU quaisquer dados sobre os territórios ultramarinos

410 Cf. Telegrama nº 100. MNE para a Missão Permanente de Portugal na ONU. 24 de Abril de 1961.

411 A Espanha e a África do Sul votaram contra. Austrália, Bélgica, Brasil, República Dominicana, El Salvador, França, RU, Holanda e Tailândia abstiveram-se. Portugal esteve ausente

412 Tratava-se do Comité de Informações criado no início de actividade das NU para registar e analisar as informações fornecidas por vários Estados ao abrigo do estipulado no artº 73º, alínea e) da Carta.

que administrava, além de não ter manifestado qualquer intenção de o vir a fazer. Declarava ainda que o Governo português tinha a obrigação de fornecer essas informações.⁴¹³

Quando da apresentação de propostas para a criação do Subcomité dos Cinco,⁴¹⁴ encarregue de elaborar para a ONU um relatório sobre a situação em Angola, os britânicos insistiam na sua posição e argumentação tradicionais:

*I agree that you should abstain and should not intervene in the debate. But I should like you to make a brief explanation of vote to the effect that the resolution seems to involve interference with the affairs of a dependent territory which goes beyond the competence of the United Nations as laid down in the Charter. It was on these grounds of principle rather than on the merits of this particular issue that you abstained.*⁴¹⁵

Mas em Junho de 1961 o FO mostrava-se um tanto desapontado com o facto de o Governo português se ter demonstrado indisponível para seguir as sugestões de cooperação com o Subcomité designado pelas NU para tratar o problema angolano. Sobretudo pelo facto de a composição daquele, como já vimos, ser excepcionalmente moderada e, simultaneamente, pretender ajudar Portugal naquilo que considerava serem os seus interesses. Consequentemente, fruto da intransigência portuguesa, os próximos debates no CS seriam mais azedos e as representações dos países amigos de Portugal seriam colocadas perante um dilema: continuar no apoio às posições portuguesas ou, deixá-lo isolado. No caso do RU, e se viesse a ser proposta uma resolução moderada, dificilmente lhe seria possível um voto contrário ou a abstenção. Nesta circunstância a última sugestão que o governo de Sua Majestade poderia fazer ao seu homólogo de Lisboa, seria a de este anunciar oficialmente a vontade de proceder, num curto espaço de tempo, a reformas no campo social, educacional e político. Esta seria então uma forma, a única,

413 Esta resolução foi aprovada com os votos do Ceilão, Ghana, Índia, Iraque, Libéria, México, Argentina, República Dominicana e EUA. Abstiveram-se o RU, a Holanda, a Nova Zelândia e a Austrália.

414 Resolução nº 1603 (XV) de 20 de Abril de 1961.

415 "Concordo que se deve abster e que não deve intervir no debate. Mas gostava que fizesse uma breve explicação do voto já que a resolução parece envolver interferência com os assuntos de um território dependente o que vai para além da competência das Nações Unidas enquanto uma censura à Carta. Foi na base destes princípios mais do que nos méritos deste assunto particular que você se absteve." Cf. FO371-155485. File2291/6. Telegrama do FO para a Missão do RU na ONU. 20 de Abril de 1961.

de os países amigos de Portugal ainda poderem não condenar as atitudes deste em relação aos seus territórios ultramarinos, segundo o princípio de argumentação de que os resultados e consequente apreciação dessas reformas necessitariam de tempo para poderem ser devidamente avaliadas.⁴¹⁶

Após uma série de contactos entre as NU e o governo português, fica decidida a vinda a Portugal de Carlos Salamanca (Embaixador boliviano, Presidente do Subcomité dos Cinco), embora a título pessoal, uma vez que o Governo português não reconhecia aquele Subcomité, por o considerar para "*além da competência da Assembleia Geral da ONU*." Porém, a título pessoal, era dada a garantia de serem sempre fornecidos todos os elementos considerados importantes, havendo ainda autorização para que fossem depois levados ao conhecimento do Subcomité. As informações não eram fornecidas por Portugal ao abrigo do artigo 73º da *Carta*, nem qualquer membro do Subcomité seria autorizado a visitar Angola. Salamanca acabará por se deslocar a Lisboa na segunda quinzena de Julho, onde tem oportunidade de conferenciar com Salazar no dia 21. Este encontro não produzirá qualquer resultado. Salamanca recusa-se a ir a título individual a Angola. O Governo português não autoriza o Subcomité a deslocar-se àquele território.⁴¹⁷ Os britânicos e alguns dos parceiros de Portugal na OTAN ficariam naturalmente desiludidos com os resultados. O RU fez diligências junto de Lisboa para que fosse aceite a ida de Salamanca a Lisboa e, posteriormente, do Subcomité a Angola. Caso isso não se visse a verificar, aumentariam as pressões dos "*afro-asiáticos extremistas, fortemente apoiados pelos Russos*", o que conduziria todo o assunto, outra vez, ao CS e, provavelmente também, a uma sessão especial da AG.⁴¹⁸ Salamanca e o Subcomité dos Cinco acabariam por produzir um relatório sob a situação em Angola, sem ter havido qualquer

416 Cf. PRO-FO 371. 155439. Telegrama do FO para a embaixada do RU em Lisboa. 5 de Junho de 1961.

417 Cf. F. Nogueira, *op. cit.*, pp. 307-309; FO371-155480. File2252. Telegrama da embaixada do RU em Lisboa para o FO. 26 de Julho de 1961 e FO371-155480. File2252/5. *Angola and the United Nations*. 31 de Julho de 1961.

418 Cf. FO371-155480. File2252/1. Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 28 de Junho de 1961.

visita àquele território. Valeram testemunhos recolhidos, sobretudo, em vários países africanos e em Nova Iorque.⁴¹⁹

A Missão do RU na ONU considerava que o relatório, apesar de baseado em informações pouco adequadas e recolhidas em segunda-mão, parecia ter sido produzido com cuidado e reflectindo o "*carácter moderado dos cinco membros*" que compunham o Subcomité. Assim sendo, previa-se que seria mais difícil a Portugal rebater as conclusões a que nele se chegava. Sob o ponto de vista das NU, era claro que o relatório transmitia uma ideia base segundo a qual havia falhado a política portuguesa para desenvolver Angola enquanto extensão territorial da metrópole. E, portanto, a única solução possível e desejável para o problema, passava pelo reconhecimento do direito dos angolanos em determinarem o seu próprio futuro.

Em termos um pouco mais específicos, o relatório tivera a preocupação de analisar em detalhe as razões políticas, sociais, educacionais e económicas da revolta de Março no Norte de Angola. Em primeiro lugar, era lamentado que apesar das informações sobre Angola enviadas pelo Governo português às NU, três elementos do Subcomité não tivessem tido autorização para se deslocar ao território e que, por isso, se tivessem restringido a um trabalho de campo no Congo. Em segundo lugar, concluía-se que os incidentes de Fevereiro e Março em Angola eram muito mais do que "*vulgares distúrbios da ordem pública*". O contacto com os refugiados no Congo havia demonstrado a existência de medo em relação às autoridades portuguesas, e que este medo era razão para a fuga das populações. Além disso, o Subcomité havia detectado junto das populações fortes sinais de repressão. A agitação e o mal-estar existentes em Angola podiam ser vistos como a consequência de factores internos e não de qualquer intervenção estrangeira. Entre aqueles factores podiam encontrar-se a "*falta de oportunidades*" para os africanos poderem desempenhar um papel importante e substancial na governação, o fraco desenvolvimento social e de oportunidades educacionais, "*exploração económica e imigração excessiva de Portugal*" e,

⁴¹⁹ Cf. REPORT OF THE SUB-COMMITTEE ON THE SITUATION ON ANGOLA. United Nations General Assembly. Dist. General. A/4978. 22 November 1961. PRO-FO 371. 155481. File 2252/13.

particularmente, o impacto do bem sucedido nacionalismo noutros pontos de África. Além do mais, privados do direito de se exprimirem livremente na sua terra, muitos grupos nacionalistas angolanos haviam então optado por se transferirem para os Congos vizinhos.

O relatório do Subcomité considerava ainda que os resultados da política de assimilação eram francamente insatisfatórios.⁴²⁰ Sobretudo, porque havia produzido uma sociedade fortemente estratificada, com a população negra a ocupar a base da pirâmide social. Como se a estrutura do governo territorial tivesse sido estabelecida para produzir uma pequena elite a conviver com uma enorme massa populacional privada de "*oportunidades razoáveis*". Qualquer angolano via dificultadas as suas possibilidades de ascensão social sem obter o estatuto de "*assimilado*". Porém, não podia atingi-lo sem dispor de um nível mínimo de instrução que, no entanto, o sistema educativo existente não proporcionava.

Havia ainda críticas ao modelo de desenvolvimento económico adoptado, e que privilegiava o sistema de plantação, bem como o desenvolvimento agrícola e industrial "*apenas no sector europeu*", uma vez que se tornara numa enorme fonte de descontentamento. O relatório assinalava não existirem quaisquer evidências de que Portugal estivesse a ser fornecido do exterior em armamento para utilização em Angola. Para depois concluir que o conflito em curso naquele território era demasiado sério para poder ser resolvido pela via militar. Se as reformas entretanto postas em prática por Portugal eram bem-vindas, eram também insuficientes. Assim, as únicas formas que se vislumbravam para a resolução do problema, passavam pelo início de contactos entre o Governo português e os grupos políticos nacionalistas, a par da aceitação por Lisboa do princípio segundo o qual o povo angolano deveria dispor do direito à autodeterminação.⁴²¹

A 30 de Junho de 1961, Salazar, num discurso em que procurava dar resposta às interrogações do país sobre a repentina ofensiva da ONU sobre Portugal — iniciada com

420 O Decreto-Lei nº 43 896 de 6 de Setembro de 1961, havia, entretanto, posto um fim jurídico ao regime de Indigenato referido no relatório do Subcomité dos Cinco. O que não significa que a situação das populações se tivesse de facto alterado.

421 Cf. FO371-155480. File2252/12 (A). Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 1 de Dezembro de 1961.

a aprovação da resolução nº 1541 (XV) —, discorria sobre a imprevisibilidade da vida naquele organismo. O comportamento político da ONU modificar-se-ia "*para bem*" ou iria "*para pior*"? Porém, se fosse avistado um "*sinal*" no céu de Nova Iorque, o convencimento do presidente do Conselho era o de que estariam para breve "*catástrofes e o total descalabro da Instituição*."⁴²² Mas até ao Verão de 1968, sob o ponto de vista da política externa portuguesa, as coisas não se agravaram por aí além, embora também e não tenha produzido o "*descalabro*" da ONU. Mas por meados de 1961 era claro que um "*um grande número de países*", nas suas declarações, ao absterem-se ou votando contra, demonstravam querer continuar a manter-se "*fiéis à letra e ao espírito da Carta*", que não permitia, sob o ponto de vista de Lisboa, "*qualquer intervenção*" da ONU "*nos negócios internos dos Estados membros*." Paralelamente, as maiorias eram obtidas "*sobretudo com os votos comunistas e dos países afro-asiáticos*", pertencendo também a este conjunto de países "*a iniciativa das convocações e das resoluções apresentadas para além ou por fora da Carta*." Finalmente, tinha sido apenas desde a votação do projecto de resolução do CS em Março daquele ano, que os EU haviam decidido "*apoiar ostensivamente o grupo afro-asiático, com o fim confessado de congregar votos fiéis em deliberações que interessassem à América contra a Rússia*." E rematava a sua apreciação da nova orientação norte-americana afirmando: "*Bem se sabe que os Estados Unidos não aconselhariam nem preparariam directa ou indirectamente actos terroristas*."⁴²³ Quando, por finais de Maio e início de Junho, "*representantes portugueses em alguns países africanos*" haviam recolhido "*numerosos indícios sobre os contactos*" entre a administração norte-americana e a UPA. Em particular, a Embaixada portuguesa em Leopoldville, "*através de meios congolezes*" havia obtido "*numerosos documentos do mais alto interesse para o governo português*." Entre eles destacava-se "*uma acta ou protocolo de um entendimento ou acordo político entre o encarregado de negócios americano*" naquela cidade e o "*chefe do movimento terrorista, Holden Ro-*

422 Cf. Oliveira Salazar, "O Ultramar Português e a ONU" in *Discursos e Notas Políticas*, 6º vol., 1959-1966, 1967, p. 156.

423 Cf. Idem, *ibidem*, pp. 131-132. Itálicos nossos. Salazar pretendia atingir Washington com esta passagem do seu discurso. Cf. Franco Nogueira, *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.d.b., p. 284n..

berto." Nele se discriminavam "*subsídios financeiros e fornecimento de armas.*" E ainda o "*original do passaporte emitido pelo ministro do interior da Tunísia, a favor de Joe Gilmore, nome de guerra*" do líder da UPA, no qual se estavam "*apostos vistos de vários países, entre os quais e antes de todos o dos Estados Unidos.*"⁴²⁴

Quando se procurou discutir o problema angolano, e o quadro de uma possível evolução do Ultramar português, visto o impasse a que se chegara após as discussões na ONU em Março e Abril, e a ausência de resultados nas diligências norte-americanas junto de Lisboa, foi "*requisitada*" pelos EUA uma maior colaboração da França e do RU, numa tentativa de se vir a desenvolver uma acção conjunta. Washington, aliás, nestas situações, gostava sempre de recordar a experiência daqueles dois países em assuntos africanos. Foi com base neste conjunto de pressupostos que se realizaram em Londres, a 4 de Maio de 1961, as conversas tripartidas sobre a África portuguesa. Conversações secretas, que de forma alguma deveriam chegar ao conhecimento de Lisboa, e que além de pretenderem preparar uma estratégia comum para lidar com o Governo português de forma a levá-lo a mudar a sua política em relação ao Ultramar, buscavam recolher e sistematizar informações para serem colocadas à disposição dos respectivos ministros dos Negócios Estrangeiros, de forma a que pudessem estes, também, e a três, discutir o problema num estado mais avançado de preparação, durante a realização do conselho da OTAN no dia 8 de Maio em Oslo.⁴²⁵

A discussão do tema partia do pressuposto, por todos conhecido, de que o governo português via como uma tentativa de interferência em assuntos que apenas lhe diziam respeito, qualquer iniciativa que pretendesse fazer alguma coisa sobre a "*África Portuguesa*".

424 Perante estes e outros documentos Salazar terá afirmado: "guardamo-los como se de nada soubéssemos, para os usarmos na altura própria. Que bela coisa!" Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 271-272. No entanto, e uma vez que não nos foi possível ter acesso ao original deste documento, a sua utilização é aqui feita com as devidas reservas.

425 Cf. FO371-155445. File1023/11. *Tripartite Talks on Portuguese Africa*. Londres, 4 de Maio de 1961. A delegação britânica, a mais numerosa, era composta por doze elementos e chefiada por Sir Roger Stevens. A delegação norte-americana era chefiada por McGhee e composta por seis elementos. Os franceses enviaram uma delegação composta por três elementos. Chefiava-a Sauvagnargues.

Sob o ponto de vista norte-americano, era impossível ignorar os incidentes de Angola, dada a extensão da sua gravidade. Os dados disponíveis apontavam para 1000 brancos e mais de 10 000 negros mortos. Além disso, a última evidência disponível pelas informações recolhidas em Lisboa, era de que não se preparava qualquer alteração na política ultramarina portuguesa. Salazar rejeitava qualquer possibilidade de uma evolução do Ultramar português no sentido da autodeterminação e da independência. Mas, apesar deste cenário, deveriam continuar a ser discutidas todas as possibilidades de influenciar Lisboa, uma vez que, vistos os factos, o mais provável seria que os acontecimentos saíssem de qualquer controlo por parte do Governo de Lisboa. Se tal se viesse a verificar, teria graves consequências junto de outros Estados africanos, podendo levá-los mesmo à tentação de uma intervenção em Angola. Este quadro era o de uma possível repetição dos eventos do Congo e, com isso, segundo os norte-americanos, a oportunidade para uma intromissão do "*bloco Soviético*." Além de que, a própria opinião mundial não permitiria que a situação em Angola piorasse, estando por isso disposta a apoiar todas as iniciativas e sinais de condenação e afastamento dos portugueses daquele território.

Em geral, Sauvagnargues concordou com as apreciações feitas pelo chefe da delegação norte-americana. Adicionando, porém, a informação de que, embora o exército português não tivesse ainda resolvido a situação no norte de Angola, dada a afluência de apoios aos terroristas proveniente do Congo, o Governo de Salazar estava já bastante satisfeito pelo facto de a rebelião não se ter estendido a outras regiões do território, usando, por isso, este facto, como um sinal de que o resto da população estava ao lado de Portugal. De qualquer forma, os franceses tinham sérias dúvidas de que "*qualquer pressão colectiva*" viesse a fazer com que os portugueses mudassem de atitude. E justificavam este cepticismo, recordando que as iniciativas norte-americanas haviam produzido um resultado oposto ao pretendido. Por outro lado, dispunha de informações segundo as quais, em Março, o governo português havia discutido a aplicação de reformas que "*incluíam medidas de descentralização da autoridade de Portugal para os seus territórios ultramarinos*", e cuja aplicação havia sido adiada apenas pela natureza das

posições públicas tomadas pelos seus aliados, como pelas pressões exercidas sobre as opções políticas do governo de Lisboa.

Do ponto de vista britânico não havia também qualquer dúvida de que a situação devia ser considerada como muito grave, revelando ainda não ser provável que o Exército português tivesse capacidade para lidar com os desafios colocados no Norte de Angola. Quanto às possíveis consequências dos acontecimentos daquele território na metrópole, o ponto de vista do Governo de Sua Majestade era de que, caso tudo não ficasse resolvido no prazo de dois meses, poder-se-iam verificar "*mudanças*" em Lisboa. Mudanças essas que poderiam ser de dois tipos. Ou a formação de um governo ainda mais à direita, que viesse a procurar uma maior cooperação com a África do Sul, tomando por isso uma atitude mais dura em relação a Angola, além de que um governo com essas características poderia, com maior grau de probabilidade, abandonar as NU. Ou então a formação de um "*governo mais liberal*", cuja estratégia de acção política poderia incluir a autodeterminação dos territórios ultramarinos e, portanto, conduzir a "*um relaxamento*" das acções terroristas, uma vez que estes esperariam atingir os seus objectivos pela negociação. De qualquer modo, do ponto de vista britânico, qualquer mudança em Portugal poderia levar a população branca de Angola a tentar resolver os problemas pela sua própria iniciativa, embora não fosse previsível que uma atitude dessa natureza se pudesse arrastar por muito tempo. Porém, nenhum dos cenários subjacentes a qualquer mudança de Governo ou de regime permitia prever a eventualidade de um abandono da OTAN por parte de Portugal — sobretudo se os parceiros da aliança tratassem convenientemente a nova governação.

Para uma melhor compreensão dos acontecimentos em Angola era ainda conveniente esclarecer a origem da ajuda externa de que os terroristas, agindo no norte de Angola, beneficiavam; que tipo de preparação possuíam os seus líderes (no caso de a terem); que ajuda comunista, se existisse, estava a ser ou tinha sido providenciada.

Era conhecido que, do ponto de vista do Governo português, a situação vivida decorria de agitação proveniente do exterior. Porém, para os norte-americanos, a rebelião tinha um amplo apoio das populações autóctones. Filiava-se esta constatação no facto de

Angola apenas ter sido definitivamente pacificada nos anos 20, além de que as missões protestantes haviam sempre introduzido um importante elemento subversivo junto de parcelas importantes da população, reconhecendo embora a importância nos acontecimentos de angolanos radicados no Congo. Considerava também que, qualquer iniciativa tomada pela população branca de Angola, apenas poderia resistir por um reduzido espaço de tempo, enquanto manifestava a esperança de que caso o Governo de Salazar viesse a ser substituído por um mais à direita — hipótese considerada como a mais provável —, esse outro sempre poderia ser mais liberal no tratamento da questão ultramarina e, portanto, vir a considerar seriamente a possibilidade da autodeterminação tanto para Angola como para o resto do Império.

Mesmo que se partisse do princípio que qualquer intervenção por parte das potências ocidentais seria sempre mal vista por Lisboa, que as NU em relação a Angola poderiam não vir a ser tão consequentes como no caso do Congo, e que apenas restava deixar aos portugueses a resolução por si próprios dos problemas existentes, a curto-prazo, a única esperança de melhoria da situação estava na eventualidade de virem a ser adoptadas importantes reformas, capazes de provocar boa impressão junto dos angolanos e, assim, fazer diminuir a tensão. Mas essas reformas, para serem consequentes, deveriam incluir, além da eliminação do recrutamento de mão-de-obra, de melhorias no ensino, em especial o seu alargamento, ou um aumento do investimento em obras públicas, a "*oferta da autodeterminação*". A representação americana tratava depois de classificar como moderada a liderança da UPA, adiantando tratar-se de um movimento com grande apoio junto dos países africanos moderados (dava apenas o exemplo da Tunísia). Assim, caso Portugal optasse por uma via liberal, seria muito provável que aqueles Estados viessem a apoiar soluções negociadas.

Mas a delicadeza do problema implicava ainda a necessidade de trazer à consideração as questões internas do Estado português (metropolitano). Isto é, sendo a economia portuguesa débil e a retenção do Ultramar e dos seus recursos vistos como um importante elemento de desenvolvimento, haveria que apresentar ao Governo de Lisboa propostas concretas de ajuda financeira como contrapartida da autodeterminação dos

territórios ultramarinos. Nestas condições, o governo norte-americano estava disposto a fornecer uma ajuda bilateral importante e esperava que a França e o RU manifestassem disponibilidade idêntica. Ora a primeira exigência a ser feita para que esta ajuda se efectivasse, passava por uma declaração por parte de Portugal demonstrando a sua vontade de fazer evoluir a respectiva política ultramarina num sentido mais liberal. Voltando-se depois a sublinhar que caso não fossem avançadas reformas, então, no prazo de um ou dois anos produzir-se-ia uma "*explosão*" tal que tornaria insustentável a presença da população portuguesa branca em África, o que em si era muito grave, uma vez que ela era "*essencial*" para o exercício da "*administração*" de Angola.

Sauvagnargues, concordando embora com a importância e a necessidade das reformas, insistia em que uma mudança básica, passando por uma declaração a favor da autodeterminação, qualquer que ela fosse, era impossível. Viesse de um Governo de Salazar ou de qualquer outro mais à direita. Os intervenientes nas conversas concluíam por isso que seria muito difícil uma simples declaração sobre autodeterminação e que apenas seria possível esperar reformas com outro tipo de alcance. Neste contexto, Sir Roger Stevens podia facilmente deduzir que reformas limitadas, por si, apenas podiam aumentar a "*inquietação*" e fazer crescer o desejo de independência junto dos angolanos.

Paralelamente, não seria sensato perder de vista a possibilidade de em Moçambique se virem a registar incidentes idênticos aos de Angola. Sobretudo, porque num curto espaço de tempo muito dos territórios que lhe eram fronteiros se tornariam independentes (de momento apenas a África do Sul tinha aquele estatuto). Fazia-se esta dedução por serem conhecidas as interferências externas em Angola com origem no Congo.

Havia ainda a consciência de que a necessidade de Portugal em mostrar vontade de avançar no sentido da autodeterminação era importante não apenas para influenciar positivamente alguns Estados africanos, mas ainda para prevenir que a aplicação de um conjunto de reformas sociais no Ultramar português, não viesse a ser interpretado como um sinal de fraqueza que conduzisse a um redobrar de actividade por parte dos "*rebeldes*" em Angola. Além de que o resultado da divulgação e da aplicação de um programa de reformas seria extremamente "*especulativo em Angola*" e passível de pro-

duzir resultados adversos na metrópole, podendo mesmo levar à instalação em Lisboa de um governo de *"tipo revolucionário"*. Da mesma forma, era muito pouco provável que Salazar revisse toda a sua política. Não só porque não era essa a forma típica de ele agir, como tinha também a característica de interpretar sempre qualquer mudança como um sinal de fraqueza, e que neste caso apenas levaria à perda de todo o Ultramar. Acima de tudo, Salazar tinha o desejo de demonstrar que Portugal não podia ser visto como um país forçado a mudar de política.

Sauvagnargues, que não vislumbrava qualquer possibilidade de se realizar uma mudança de fundo a partir de Portugal ou do seu Ultramar, considerando, inclusive, que uma situação militar adversa poderia ser sustentada por mais tempo do que à partida se poderia pensar, afirmava que apenas uma *"atitude de outras nações Africanas"* ou qualquer acção nas NU se poderia revelar *"decisiva"*. Aliás, na opinião de outros intervenientes, as NU, mais cedo ou mais tarde, seriam levadas a agir. Havia, por exemplo, a possibilidade de convocação de uma sessão especial da AG das NU sobre Angola, o que, naturalmente, teria um muito maior efeito do que a sua discussão numa sessão normal. Mas uma vez que, para os franceses, uma iniciativa daquele tipo seria profunda e negativamente sentida em Portugal, conduzindo ao seu enfraquecimento, o Governo de Paris estava firmemente disposto a *"resistir"* à realização de qualquer sessão de *"emergência"*, que além do mais criaria um *"precedente perigoso"*. Pensava, por isso, que eram válidos os elementos dados recentemente pelo governo português no conselho da OTAN sobre a ONU. De qualquer modo, Paris não se sentia capaz de levar os seus antigos territórios em África a uma apreciação semelhante dos factos e, portanto, a tornar efectivo qualquer apoio. Da mesma forma, parecia-lhe impossível, sem cair em contradição, não mostrar uma identificação e uma solidariedade mínimas entre aqueles três países e a política ultramarina portuguesa e, ao mesmo tempo, insistir para que as NU não viessem a intervir em Angola. Era pois essencial evitar qualquer *"impressão"* de que RU, EUA e França estavam a utilizar as NU para pressionar Portugal.

Do ponto de vista de McGhee, era *"provável"* que Portugal apreciasse muito menos uma sessão especial das NU sobre Angola, do que as recentes acções tomadas por

aquele organismo. Nessas condições, a ameaça da realização de uma "*sessão especial*" talvez fornecesse um argumento extra a usar contra Portugal. E concluía que, embora os EUA não procurassem a acção das NU, caso elas actuassem e Portugal não desse qualquer indicação de mudar a sua política, seria então ocasião para se considerar seriamente qual a linha a seguir — ou o apoio à ONU, ou o apoio a Portugal.

Para todos os presentes, na hipótese da situação em Angola se descontrolar em absoluto, era evidente que uma intervenção ocidental seria muito perigosa, uma vez que a maior parte dos Estados africanos se indignaria, sendo que essa indignação seria imediatamente "*apoiada pelo bloco Soviético*". Num cenário como este, para Sir Roger Stevens, tudo dependia da situação de facto no momento em que as NU decidissem intervir. Enquanto os portugueses tivessem a situação sob controlo, a posição mais sensata a tomar seria a de que se estava perante um problema que apenas a eles respeitava. De qualquer forma, numa situação de descontrolo, o RU não estava em condições de definir qual poderia vir a ser a sua posição. Quem sabe até, se a Guiné-Konacry ou o Congo não poderiam intervir, caso os seus problemas internos estivessem então "*mais arrumados*". Pensava ainda, que caso os afro-asiáticos viessem a conseguir na AG da ONU uma maioria com capacidade para convocar uma sessão especial, e esta optasse depois por uma intervenção das NU e, portanto, a realização de uma acção em Angola e Moçambique, certamente Portugal veria enfraquecida a sua capacidade para manter a ordem naqueles territórios, tal como existia presentemente. O que não podia ser tido como positivo.

Chegou-se ainda a acordo sobre a existência da possibilidade de Portugal se retirar das NU, caso viesse a ser convocada uma sessão especial da AG. Perante essa eventualidade, os EU estavam dispostos a fazer todos os esforços ao seu alcance para evitar uma saída de Portugal tanto da ONU como da OTAN (sobretudo da última). De qualquer modo, em conjunto, para os EUA, a África era muito mais importante do que Portugal. Sob o ponto de vista britânico, numa situação limite como a que estava a ser apreciada, preferia ver sublinhada a importância do artº. 2, § 7º da *Carta*.⁴²⁶

426 Cf. Idem, *ibidem*.

Confirmando a distância existente entre aquilo que eram, por um lado, os pontos de vista norte-americanos, e por outro, os franceses e britânicos, em relação à política ultramarina portuguesa, e ao entendimento da governação de Salazar, McGhee afirmava estar a Administração Kennedy disposta, caso a situação continuasse a degradar-se em Angola, a ver como inevitável uma acção das NU. E perante este cenário, melhores seriam as perspectivas de sucesso na execução de uma acção conjunta sobre o governo português, sobretudo porque este sempre se veria confrontado com os "*conselhos de amigos*" (EUA, França e RU). Mas, para Sir Roger Stevens e Sauvagnargues, os portugueses apenas viam essa acção como uma ameaça, e nunca como "*um conselho amigo*". E acrescentava Sir Roger Stevens, que a hipótese de uma revisão, ou não, da atitude tradicional do RU neste ponto, não se relacionava com a forma como os portugueses a poderiam entender (mais mal do que bem), mas com o efeito que teria na acção do Governo de Lisboa, e que seria sempre negativa. "*Sauvagnargues concordou*".

Neste sentido, seria contraproducente que num eventual encontro entre Franco Nogueira, Dean Rusk e Lord Home em Oslo, se viesse a pretender ensaiar uma posição de força. Isto porque, não só o novo Ministro português era considerado como uma pessoa de trato difícil, mas ainda pelo facto de, uma iniciativa com aquelas características, o empurrar para uma atitude "*ainda mais rígida*". Daí que Sir Roger Stevens concluísse ser mais sensato começar por discutir a posição das NU com os portugueses. A partir daí, interrogá-los acerca das suas opiniões sobre o assunto e as perspectivas que tinham da evolução dos acontecimentos, para então depois, não apenas ser oferecida uma ajuda, como ainda ser possível ao Governo português enunciar os termos em que poderia ajudar para poder vir depois a ser ajudado. Caso se entrasse na "*substância*" daquilo que se pensava que deveria ser feito por Portugal, isso seria sempre visto como uma "*ameaça*".

Nestas circunstâncias, quais poderiam vir a ser os termos de uma "*aproximação*" ao Governo português? Do ponto de vista norte-americano, um excelente tema de conversa seria sempre a ameaça de uma intervenção das NU. Podia depois ser sugerido a Lisboa, que esta referência apenas pretendia abrir uma troca de impressões franca sobre a

possibilidade de partilhar argumentos para enfrentar tal ameaça. Sir Roger Stevens sugeria aquilo que seria iniciativa cujo interesse estaria em interrogar Lisboa acerca dos factos que levavam à existência de uma melhor situação em Moçambique do que em Angola e, por via disso, promover a realização de reformas. Simplesmente, por si, as reformas de nada valiam caso não se alterassem as *"intenções políticas"*. Quanto à possibilidade de serem feitas quaisquer outras sugestões, como pretendiam os norte-americanos, a resposta de Lisboa seria sempre, do ponto de vista francês, qualquer coisa como: *"não nos peçam para mudar a nossa política e ajudem-nos nas Nações Unidas"*. Sauvagnargues concordava ainda que a atitude portuguesa equivalia à de alguém que procurava aborrecimentos, mas ninguém podia garantir que as *"curas"* propostas acabassem por fazer mais bem do que mal. Por isso, seria melhor não fazer nada, tendo depois o cuidado de não dar a entender aos portugueses a *"impressão"* de que se estava a tentar fazer algo com o objectivo de mudar a sua política. Sir Roger Stevens concordou.

McGhee voltou a levantar a questão da ajuda financeira a Portugal. E embora tivesse afirmado anteriormente que essa ajuda deveria estar ligada a sinais claros de uma vontade de mudança de atitude em relação ao Ultramar, acabou depois por considerar que isso não seria necessário, caso os fundos disponibilizados viessem a ser usados apenas na metrópole. Mas como recordou Sauvagnargues, os portugueses não deixariam de estranhar, numa conjuntura conturbada como a que viviam, uma súbita ajuda financeira que nem sequer tinham solicitado. Assim, segundo os britânicos, apenas no caso do Banco Mundial vir a recusar o pedido de empréstimo feito por Portugal, seria possível avançar com uma oferta financeira. De qualquer forma esse deveria ser um trunfo a guardar para mais tarde e a merecer um estudo mais aprofundado.

Sauvagnargues sugeria que a melhor atitude a ser tomada pelos três países presentes naquele encontro, seria a de tentarem controlar a agitação em curso na ONU, enquanto os portugueses faziam o mesmo em Angola. Porém, para os norte-americanos uma atitude como essa era muito difícil de sustentar, enquanto os Estados africanos continuassem a pressionar nas NU e a dar apoio aos *"rebeldes"* em Angola. Sir Roger Ste-

vens, contudo, confiava numa informação fornecida por Pedro Teothónio Pereira e segundo a qual os portugueses teriam a situação sob controlo em Angola até ao fim de Maio, altura em que cessava a estação das chuvas. Por isso, considerava ser sensato adiar até àquela data qualquer acção junto de Lisboa. De qualquer forma, se em Oslo alguma iniciativa fosse tomada pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países presentes naquelas conversas, junto de Franco Nogueira, deveriam ser tidos em conta três pressupostos, que eram simultaneamente três tarefas para cada um dos governos representados nestas conversas tripartidas:

1) os americanos deviam certificar-se da eventualidade de os portugueses terem algo a acrescentar depois das últimas iniciativas feitas pelo Embaixador norte-americano em Lisboa.

2) os ingleses poderiam dizer estar preocupados com a perspectiva de os problemas de Angola poderem levar à convocação de uma sessão especial da AG das NU, e que, portanto, gostariam de ajudar o Governo português, caso fosse possível, antecipadamente. Nomeadamente, o RU poderia informar os Estados africanos independentes acerca da evolução da política portuguesa, sobretudo se a situação em Angola se viesse a mostrar favorável a Lisboa. Da mesma forma, pretendiam levar Lisboa a melhorar a sua imagem, explicando-lhe as vantagens em fazerem desviar as atenções da situação vivida em Angola para aquela existente em Moçambique.

3) aos franceses caberia uma "*discussão filosófica*" com o Governo português em torno dos méritos relativos da "*assimilação e da autodeterminação*", preocupando-se em sublinhar a "*sua experiência neste campo*."⁴²⁷

Mas nada mudaria. A "*longa conversa*" entre Dean Rusk e Franco Nogueira em Oslo apenas sublinhava a existência de posições diametralmente opostas. O Ministro português tivera então oportunidade para referir que as pressões das NU, nomeadamente os debates no CS em Março, haviam contribuído decisivamente para adiar a introdução de reformas previstas para os territórios africanos, uma vez que aquelas nunca poderiam, na óptica de Lisboa, parecer serem adoptadas como consequência de qualquer tipo de

427 Cf. *Ibidem*.

pressões. Reformas que, desde logo, Franco Nogueira considerava serem ambiciosas e de grande alcance. Incluíam medidas de desenvolvimento educacional, económico, através da construção de infra-estruturas, e a remoção de todo o tipo de desigualdades socio-políticas ainda existentes.

Ao contrário do que pretendiam aqueles que pressionavam Lisboa, os angolanos, tal como os goeses, queriam continuar com Portugal. Sendo que, o Governo português não insistiria em continuar em Angola, caso não estivesse certo de que o povo angolano desejava essa presença. Interrogado por Dean Rusk acerca das evidências desse desejo, o Ministro português afirmou possuí-las, de facto, mas que o seu Governo não estava disposto a submetê-las à ONU, uma vez que esse seria um pretexto para aquele Organismo pretender organizar um plebiscito em Angola. Vistos estes factos, segundo Franco Nogueira, o único problema pendente era apenas de "*relações públicas*", isto é, o de saber mostrar ao mundo a natureza e a naturalidade do relacionamento político entre as várias partes que constituíam a nação portuguesa.

Havia depois um conjunto de dificuldades de natureza diferente e decorrentes do facto da Metrópole, a parcela mais rica da nação, ser em si, um país comparativamente pobre e, portanto, com dificuldades em acumular os recursos necessários para pôr em prática as reformas necessárias. Tudo seria pois mais demorado mas não deixaria de incluir, a seu tempo, algumas alterações na Constituição.

O Secretário de Estado norte-americano mostrou então a disponibilidade do seu país para ajudar naquilo que lhe fosse possível. Particularmente, se a questão de Angola voltasse ao CS, os EUA comprometiam-se em não tomar qualquer posição pública sem primeiro consultarem Portugal. Mas foi ainda acrescentado que caso as reformas referidas fossem aplicadas, o Governo português estaria a demonstrar encontrar-se a caminho de uma opção que reflectia apenas o desejo de vir a ser mantida uma presença permanente em África. Ora esse facto, continha três erros fundamentais. Em primeiro lugar, ao não ser feita qualquer referência à autodeterminação dos territórios, nunca os Estados africanos dariam a Portugal o tempo que este reclamava para melhorar a situação. Isto é, a única proposta reformadora que poderia conseguir algum tempo, e melhorar a imagem

de Portugal, era a da autodeterminação, e essa não era avançada. Neste contexto, todas as outras seriam inconsequentes aos olhos da comunidade de Estados que criticava a política ultramarina do Governo de Lisboa. Em segundo lugar, a constituição de uma sociedade multirracial, tal como era concebida pelos portugueses, nunca funcionaria. Afinal, a França havia tentado na Argélia esse caminho e os resultados estavam à vista. Finalmente, as reformas propostas não faziam qualquer referência a uma concessão de direitos políticos significativos, nomeadamente o direito de voto a toda a população, o que queria dizer que as reformas propostas não eram suficientes. Portugal deveria ainda saber que esta era a opinião da Administração Kennedy. De qualquer forma restava a esperança de que alguns líderes africanos moderados ficassem transitoriamente bem impressionados com as poucas propostas feitas por Lisboa, sobretudo se tivessem presente a rigidez doutrinal em que Portugal sempre havia agido e que, uma vez tenuamente quebrada, poderia ser vista como o indício de mais concessões futuras.

Aquilo que Dean Rusk gostava de ver feito pelos portugueses, seria uma declaração pública que permitisse aos norte-americanos afirmar que Lisboa decidira avançar pelo comprometimento numa solução "*política progressista*". Essa seria a única forma de se conseguir junto do governo norte-americano um apoio a Portugal, nomeadamente o fim dos votos contrários na ONU. Simplesmente para Portugal, como fora várias vezes referido, não lhe interessava a ONU. Importante era poder contar com o apoio explícito dos EUA, do RU e de outras potências.⁴²⁸

Era óbvio que entre as principais potências ocidentais existiam formas diversas de enfrentar o problema português. Os norte-americanos, além de omitirem aos seus parceiros o papel de instigadores directos dos acontecimentos no norte de Angola, mostravam grande disponibilidade para pressionar fortemente Portugal e, com isso, aceitarem os riscos correspondentes.⁴²⁹ Crentes de que o Governo português estava à beira de per-

428 Cf. Franco Nogueira, *Diálogos Interditos. Parte Primeira (1961-1962-1963)*, 1979, pp. 61-62 e FO371-155445. File1023/9. *Record of a conversation between the Secretary of State and Mr. McGhee in the British Embassy at Oslo on Tuesday, May 9, 1961*. Relata a conversa entre Dean Rusk e Franco Nogueira em Oslo, na Terça-feira, 9 de Maio de 1961.

429 Esta atitude era consequência do bilateralismo que marcava o relacionamento entre Portugal e os EUA. Sobre este assunto cf. Ferreira, 1994.

der o controlo total e definitivo da situação, consideravam que apenas a tomada rápida de medidas levaria a uma inversão do sentido dos acontecimentos. Depositavam ainda uma enorme esperança na eficácia de uma oferta de ajuda financeira a Salazar.

Os franceses tinham uma atitude manifestamente negativa em relação a qualquer tentativa de interferência. Por isso, viam com maus olhos as diligências a serem feitas junto do Governo português. E se alguma tivesse que ser tomada, deveria ser sempre cautelosa, sendo sempre de sublinhar os perigos do exercício de uma grande pressão sobre Portugal. Temiam que qualquer proposta de ajuda ou de resolução dos problemas apenas os agravasse. Reconheciam ser ao Governo português que cabia encontrar soluções, fosse em Angola, fosse nas NU. Assim, à França, ao RU e aos EUA, apenas deveria competir uma cobertura da retaguarda ao governo de Lisboa de forma a evitar qualquer acção extremista por parte dos países africanos, sobretudo se houvesse alguma possibilidade de apoio por parte do bloco soviético.

Os britânicos propunham uma acção com um alcance e um comprometimento entre aquelas que eram as propostas norte-americanas e as francesas. Preocupavam-se sobretudo em encontrar soluções que não parecessem ao Governo português como, sequer, uma vaga tentativa de interferência na orientação das suas decisões políticas. Mas, apenas como um elemento mais a ser usado para rentabilizar as decisões tomadas e as orientações seguidas. Tal como os franceses, sabiam que qualquer atitude que pudesse ser entendida como uma pressão, era contraproducente e daria resultados opostos àqueles pretendidos, assim como desejavam cercear qualquer atitude mais radical por parte de africanos ou da ONU. Afinal, ainda administravam extensões significativas de territórios coloniais, e por isso queriam evitar precedentes anómalos.⁴³⁰

Mas quando, alguns meses mais tarde, em Setembro, se discutia na Quarta Comissão um projecto de resolução sobre Angola, o FO não via com bons olhos qualquer texto prevendo "*linhas definidas*", excepto se os portugueses pudessem ser levados a pô-las em prática. E criticando a atitude norte-americana, Londres interroga a sua representação nas NU: "*Tem o governo dos EU qualquer razão para supor que este é o*

430 Cf. FO371-155445. File1023/10. *Tripartite Talks in Oslo. Portuguese Africa*. 8 de Maio de 1961.

caso?" As informações do FO levavam a crer não existir nenhuma perspectiva de que Portugal concordasse, perante a situação política existente, com o objectivo da autodeterminação. Assim, *"a resolução não oferecia qualquer possibilidade prática de ser efectiva"*. De nada adiantava fazer pressões e propostas que o Governo português não estava em condições de cumprir. A única vantagem da aprovação de uma resolução que não seria aplicada, residia apenas no bem que iria fazer *"à opinião afro-asiática."* E isto, a médio-prazo, seria negativo, uma vez que o *"próximo passo seria presumivelmente a pressão para sanções"*, e isso o Governo britânico não poderia *"apoiar."*

O FO apenas estaria disposto a votar uma resolução sobre Angola que fosse *"mais justa"* e *"moderada"*. Preferiam algo menos rígido do que o projecto norte-americano e que contivesse *"ingredientes"* como:

- (i) *deplores the situation in Angola and hopes that fighting can soon be brought to an end;*
- (ii) *notes recent Portuguese decrees terminating the status of indigenato in Portuguese overseas territories and providing for equal status as Portuguese citizens for all inhabitants of such territories; and considers that this constitutes a welcome development;*
- (iii) *notes, however, that Portuguese still differs fundamentally from that of all other metropolitan Powers who have set self-determination with a view to independence as a goal for their colonial territories and are actively working towards that goal;*
- (iv) *trusts that the Portuguese will come to accept this as their goal, and invites them to pursue a policy of reconciliation which will enable Portuguese overseas territories to develop healthily and to live in harmony with their neighbors;*
- (v) *urges Portugal to transmit information about the political, economic, social and educational advancement in her territories without prejudice to her legal standing.*⁴³¹

431 (i) deplora a situação em Angola e tem esperança que a luta chegue brevemente a um fim;
 (ii) nota que algumas recentes leis Portuguesas pondo fim ao estatuto de indigenato nos territórios ultramarinos portugueses proporcionando um estatuto de cidadãos Portugueses para todos os habitantes daqueles territórios; e considera que isto constitui um desenvolvimento bem-vindo;
 (iii) nota, porém, que os Portugueses ainda diferem fundamentalmente daquilo que é em todas as outras Potências metropolitanas tomar a autodeterminação como um meio para a independência enquanto objectivo para os seus territórios coloniais e estão a trabalhar activamente para atingir esse objectivo;

Através desta proposta de resolução ficava bem claro até que ponto o Governo britânico estava disposto a ir na condenação da política ultramarina portuguesa: um debate que fizesse uma apreciação detalhada da legislação portuguesa. Por fim, ao contrário da Administração norte-americana, o FO continuava a não considerar que as propostas de ajuda financeira a Lisboa, como contrapartida para a obtenção de um compromisso para a saída de África a médio-prazo viesse a ter quaisquer resultados práticos. O Embaixador em Lisboa poderia aliás confirmar o acerto desta como de outras opiniões expressas no telegrama dirigido à Missão do RU na ONU.⁴³²

O Governo português, desde a assinatura do Pacto do Atlântico, procurara convencer os seus aliados da importância de canalizar para África parte do esforço militar e do empenhamento político da aliança, divulgando uma máxima segundo a qual o continente negro seria um complemento geopolítico e económico de grande importância para a sobrevivência do Ocidente face à ameaça comunista. Em 1961, com inúmeras descolonizações efectuadas naquele continente e outras em vias de se efectuarem, após os incidentes de Angola e a condenação na ONU da política ultramarina portuguesa, este esforço de sensibilização continuou a ser feito, afirmando-se, no entanto, não já a importância da manutenção da soberania europeia por toda a África a sul do Sahara, mas sobretudo na sua região austral.

A 12 de Setembro de 1961, numa reunião em Bruxelas do Comité dos Consultores Políticos dos países da OTAN, em que se discutia a "*agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas naqueles pontos*" que interessavam "*à política da Aliança*", tratou-se especificamente do problema angolano. A delegação portuguesa, chamada a pronunciar-se, sublinhou alguns pontos, tendo o Ministro dos Negócios Estrangeiros português ficado "*bem impressionado com o acolhimento que reservou o conselho à sua exposição e pelos comentários feitos pelos Representantes Permanentes.*" Aproveitou para subli-

(iv) acredita que os Portugueses virão a aceitar isto como um objectivo seu, e convida-os a perseguir uma política de reconciliação que permitirá aos territórios ultramarinos Portugueses desenvolverem-se saudavelmente e viver em harmonia com os seus vizinhos;

(v) insta Portugal a transmitir informação sobre os progressos políticos, económicos, sociais e progresso educacional nos seus territórios sem prejuízo da sua posição legal.

432 Cf. FO371-155485. File2291/12. Telegrama do FO para a Missão do RU na ONU. 21 de Setembro de 1961.

nhar ser "*desejo do Governo Português*" a possibilidade de vir a "*ter lugar uma troca de pontos de vista sobre os assuntos expostos*", uma vez que a sua declaração suscitara tanto interesse. Fazendo circular "*um certo número de documentos*", a política portuguesa foi exposta tendo feito o ministro "*um apelo aos seus aliados*", disponibilizando-se para fornecer aos seus "*aliados todas as informações e elementos*" que lhes pudessem ser úteis e pelo processo que julgassem mais conveniente a fim de continuarem a sentir-se informados. Convidou ainda o Comité a decidir sobre qual seria o processo e o organismo da Aliança em que conviria "*continuar a discussão encetada*."

O delegado americano, ao afirmar que o seu país gostaria de conhecer "*todos os detalhes e medidas de que falou o Ministro dos Estrangeiros português*", disse ainda "*que talvez fosse melhor*" a continuação da discussão no "*Comité Ad Hoc sobre África*" na OTAN. Segundo aquele delegado, os EU não conheciam "*suficientemente a presente situação, nem as realizações nem os resultados práticos a esperar das medidas*" que vinham sendo tomadas pelo Governo de Lisboa.

Entretanto, o Ministro português não se cansava de sublinhar que aquelas "*informações*" seriam auxiliares preciosos dos aliados no difícil debate a "*ser travado na ONU*", e no qual queria fazer crer, os países da OTAN tratariam de ajudar Portugal a defender as suas posições, rematando: "*todas as munições de que dispuserem serão muito úteis*", muito embora fosse difícil considerar, naquele "*estádio da discussão, o aspecto ONU do problema*." Talvez então, esse aspecto pudesse ser discutido "*mais tarde*." Ao que o delegado da Itália imediatamente responderia que muito dependia "*das decisões*" a serem "*anunciadas pelo Governo Português*." A atitude dos aliados dependia assim "*da finalidade dessas medidas*."

O delegado holandês, por seu lado, "*disse que lhe parecia melhor que o Conselho convocasse o Comité Ad Hoc sobre África para discussão*" daqueles "*assuntos*", pelo que convinha "*fixar uma data próxima*." Naquele momento podia anunciar que o seu governo estava "*a estudar o interessante discurso do Dr. Nogueira*." Mas o mais importante e "*necessário*" seria discutir no seio da OTAN a "*atitude que os aliados*" iriam "*tomar em Nova York em relação com o caso português*."

O Presidente do Comité dos Consultores Políticos dos países da OTAN,⁴³³ referiu-se ao "*discurso extremamente útil do Ministro português*", acrescentando "*que todos estavam ansiosos por receber documentação e informação sobre as medidas concretas tomadas por Portugal.*" Convinha pois, que "*documentos informativos fossem rapidamente circulados e a discussão sobre Angola continuasse.*" Ao contrário do que havia sido dito por outros intervenientes, o "*centro de discussão da NATO, em seu entender, devia ser o Conselho e não o Comité Ad Hoc sobre África.*"⁴³⁴

Porém, a opinião portuguesa, depois de ouvidos informalmente os vários representantes antes da reunião, era de que "*uma exposição sobre os aspectos práticos das medidas legislativas anunciadas*", conviria ser "*feita perante o Conselho para que assim os Representantes permanentes tivessem uma ideia completa sobre todo o problema português.*" Quanto a uma coordenação e conhecimento da "*atitude que cada um dos aliados*" poderia "*tomar nas Nações Unidas em relação a Portugal, conviria [...] ser debatido na Comissão Política.*"⁴³⁵ Ou seja, visto o problema e as circunstâncias, ficava por saber onde e como poderia Portugal apresentar os factos e os argumentos na defesa da sua política ultramarina. Nem na OTAN parecia possível arregimentar grandes apoios para a causa portuguesa. Isto é, nunca aquela organização se comprometeria enquanto tal num apoio a Portugal perante a opinião pública dos seus países e mundial.⁴³⁶

Em vésperas da ida de Franco Nogueira a Nova Iorque para participar nos trabalhos da XVI AG da ONU, os EU preparam-se mais uma vez para pressionar Portugal. Pensam fazê-lo a partir de três pressupostos. Em primeiro lugar, o governo deverá apresentar uma atitude mais cooperante perante as NU. Nesse sentido, deveria ser detalhadamente apresentado o conteúdo e o objectivo das reformas de política ultramarina

433 Cujá nacionalidade não foi possível descortinar.

434 O delegado britânico era também da opinião de que "a discussão deveria realizar-se no Comité Ad Hoc sobre África", uma vez que este era "atendido por um grande número de Representantes Permanentes" na OTAN.

435 Cf. Aerograma ostensivo (sem nº) da delegação portuguesa ao Conselho da OTAN para o MNE. 13 de Setembro de 1961. AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M180.

436 Franco Nogueira descreveria da seguinte forma o impacto da sua intervenção no Conselho da OTAN: "Corresponde às expectativas a reacção encontrada: reserva polida de muitos; hostilidade cortês dos representantes americano, canadiano e nórdicos; apoio dos delegados francês e alemão; e compreensão discreta de inglesas e belgas." Cf. Franco Nogueira, *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.d.b., p. 329.

entretanto adoptadas por Lisboa. Em segundo lugar, deveria ser facilitada às NU, voluntariamente, informação sobre as Províncias Ultramarinas. Finalmente, afirmar que a autodeterminação era o objectivo que os portugueses tinham em mente para os territórios africanos que administravam.

Estes seriam os únicos meios para "*aplacar*" as opiniões dos países afro-asiáticos extremistas, como de fornecer elementos a partir dos quais os aliados de Portugal, e em especial os EUA, poderiam concertar posições e ajudar o Governo de Lisboa nas NU. O Ministro português, por seu lado, não se comprometeu em nada. Reafirmou que Portugal não iria alterar a forma como vinha tratando os problemas coloniais nas NU, da mesma forma que não existia qualquer vontade de cooperar com aquele organismo naquilo que respeitasse à transmissão de informação ao abrigo do artº. 73º da *Carta*. Além de que, as NU, sob o ponto de vista do Governo português, haviam deixado de servir aqueles que eram os seus interesses na política internacional, uma vez que se encontravam dominadas pelos afro-asiáticos, não mais do que comunistas na óptica do ministro. Para depois acrescentar que o seu país "*não tinha medo de ficar sozinho*". E que caso Portugal cedesse nos seus princípios em Angola, isso significaria o fim de qualquer governo português "*comprometido com os ideais do ocidente*". Por outro lado, naquele momento, apresentar a autodeterminação como um objectivo da política governamental, seria apenas pôr fim à forma "*ordeira como o progresso social*" estava a ser executado. De qualquer forma, Franco Nogueira chegou a "*admitir que a presente política portuguesa poderia levar ao autogoverno na altura própria*."⁴³⁷

O ano de 1961, na ONU, acabará para Portugal⁴³⁸ com a criação, por resolução da AG, do Comité dos Sete, encarregado de "*ouvir peticionários*" com testemunhos relativos aos territórios não-autónomos sob administração portuguesa.⁴³⁹ Aquela resolução

437 Cf. FO371-155446. Telegrama da Embaixada do RU em Washington para o FO. 2 de Novembro de 1961; FO371-155446. *Meeting between Mr. Adlai Stevenson and Dr. Nogueira*. 7 de Novembro de 1961 e FO371-155446. File1023/44. Telegrama da Embaixada do RU em Washington para o FO. 9 de Novembro de 1961.

438 Esquecendo o que se passara nas vésperas e após a invasão de Goa por tropas da União Indiana no dia 18 de Dezembro.

439 Resolução nº 1699 (XVI) de 19 de Dezembro. Compõem-no a Bulgária, o Ceilão, a Colômbia, o Chipre, a Guatemala, a Guiné-Konacry e a Nigéria. Preside a Guatemala.

solicitava ainda, junto de todos os governos dos países membros da ONU, a fazerem pressão sobre Portugal para que fosse concedida independência aos territórios coloniais que administrava, que negados ao Governo português todos os meios que lhe permitissem continuar a sua acção repressiva naqueles territórios. Entretanto, em Novembro, havia sido criado o Comité dos Dezassete, dispondo de competências genéricas em assuntos coloniais.⁴⁴⁰ Ainda no decurso da XVI AG, mas já no ano de 1962, é aprovada uma resolução chamando a atenção para a gravidade da situação vivida nos territórios ultramarinos portugueses.⁴⁴¹

Alguns dias antes, Salamanca lera perante a AG o relatório de Subcomité dos Cinco. Garin respondera com base na habitual argumentação: a ONU excedia as suas competências ao trazer à consideração da AG um problema apenas respeitante a Portugal. Lisboa, garante então que ignorará todas as resoluções votadas e aprovadas. Deste debate, a mais significativa das intervenções será a proferida pelo delegado brasileiro. Explica que existem dois factores que condicionam a atitude do seu país perante o debate: em primeiro lugar, "*a longa e inalienável amizade*" do seu país para com Portugal; em segundo lugar, o seu "*tradicional anticolonialismo*." Acrescentando depois que o governo brasileiro considerava justificável o "*estabelecimento do Subcomité*", como lamentava que a sua entrada em Angola não tivesse sido autorizada. Depois, apresentava-se disponível e preparado para ajudar na resolução do problema que se levantara em Angola, para finalizar a sua intervenção afirmando que considerava seu dever apelar a Portugal para que o seu governo aceitasse "*o curso natural da história*."⁴⁴²

Esta nova posição do Governo brasileiro equivalia a um revés importante em relação àquela que era a base histórico-política da argumentação justificativa da natureza específica do "*colonialismo português*". A importância de garantir o apoio brasileiro

440 Resolução nº 1654 (XVI) de 27 de Novembro de 1961.

441 Resolução nº 1742 (XVI) de 30 de Janeiro de 1962.

442 Cf. FO371-161642. File2291/6. Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 16 de Janeiro de 1962. Chegou mesmo a ser considerada, pelos EUA e RU, a possibilidade de o Brasil fazer algumas diligências junto de Portugal, de forma a que este aceitasse um projecto de resolução moderado, eliminando-se assim o protagonismo afro-asiático sobre a matéria, enquanto se sublinhava a boa vontade dos aliados de Portugal na OTAN e de parte do bloco latino-americano. Evocando os argumentos habituais, Lisboa recusou-se a negociar qualquer projecto de resolução.

perseguiu, fundamentalmente, de três objectivos. O primeiro pretendia tornar possível, através daquela que era a importância política do Brasil no contexto sul-americano, a conquista de alguns votos para a causa portuguesa na ONU. O segundo, relacionava-se com as supostas características multirraciais da sociedade brasileira, e com o facto de o Brasil se ter tornado politicamente independente sem, pelo menos aparentemente, se ter verificado qualquer oposição por parte de Portugal. Estes factos testemunhavam o carácter não económico e não racial do relacionamento da Metrópole com o Ultramar. O terceiro objectivo, e que sustentava na afirmação dos anteriores, prendia-se com aquele que era o enorme esforço do governo português em garantir, tanto a nível interno como externo, a não existência de brechas no seio da "*comunidade lusíada*". Uma suposta comunhão de objectivos entre o Portugal metropolitano e ultramarino, mas que englobasse o Brasil, seria sempre um óptimo testemunho da vocação portuguesa para se alargar pelo mundo, numa gesta plena de harmonia, sem lugar para os conflitos e as divisões que caracterizavam a acção de outras potências coloniais europeias.

Melhor ou pior, até à eleição de Jânio Quadros para a Presidência da República brasileira no final de 1960, foi possível estabelecer uma colaboração, de certa forma estreita, entre Lisboa e o Rio de Janeiro. Em Setembro de 1957, por sugestão do Itamaraty,⁴⁴³ realizaram-se nesta última cidade, conversações entre representantes dos governos brasileiro e português para "*troca de pontos de vista [...] sobre assuntos a discutir na XII Assembleia [Geral da ONU] e assentar tácticas*" que "*conjuntamente*" melhor defendessem "*os respectivos interesses nacionais*." O principal objectivo do governo português ao apoiar, até onde lhe fosse possível, a política brasileira nas NU, era o "*de demonstrar [...] ao Governo do Rio*", e à sua "*opinião pública*", que "*mesmo nas Nações Unidas as vantagens da política inerente à Comunidade luso-brasileira*" não reverteriam apenas a favor de Portugal. As Necessidades pensavam, obviamente, no

443 Designação pela qual era conhecido o MNE brasileiro, correspondendo ao nome do edifício da cidade carioca onde se encontrava sediado.

desgaste que provocava junto do governo e opinião pública daquele "país-irmão" um apoio às opções de política externa e ultramarina portuguesas.⁴⁴⁴

Na sessão da XI AG das NU, Portugal considerou importante e parcialmente de acordo com os seus interesses, uma intervenção brasileira favorável ao caso português. Não porque se tenha ela debruçado sobre as questões jurídico-políticas relativas à interpretação e aplicação, ou não, do artº. 73º. da *Carta* ao Ultramar lusitano, mas pelo conteúdo das declarações que procuraram definir como singular o colonialismo português. Assim, o representante do Brasil na "*defesa que fez dos interesses portugueses*", procurou "*demonstrar que a acção civilizadora portuguesa não*" possuía os "*aspectos materiais e tradicionais do colonialismo*." De qualquer modo, os responsáveis pela política externa do Estado Novo estavam cientes de que, de forma alguma, a sua argumentação poderia seguir este caminho e, dessa forma, obter qualquer sucesso. Sendo impossível conseguir a "*absolvição de 'colonialistas'*" tornava-se pois do maior interesse para Portugal deixar para "*segundo plano*" a linha de argumentação utilizada pelos brasileiros.

Porém, embora ainda viessem longe as inflexões de 1961, na XII AG da ONU, o MNE português temia que o representante brasileiro viesse, eventualmente, a fazer uma "*declaração de princípios*" em relação ao colonialismo. E os receios eram tantos, que Portugal estava disposto a sacrificar parte do apoio brasileiro na ONU em troca de um adiamento na publicitação dessa declaração.⁴⁴⁵ Mais valia garantir o apoio e a "*solidariedade*" manifestadas, que não haviam deixado "*dúvidas a ninguém*", dispensando embora as "*intervenções magistrais*" de 1956, persuadindo depois os diplomatas brasileiros das vantagens em apenas realizarem o seu "*discreto e profícuo trabalho de bastidores*" a favor dos interesses portugueses. Da mesma forma o governo do "país irmão" deveria ser levado a "*aplacar*" aqueles sectores da opinião pública que estariam por trás da preparação e divulgação da referida "*declaração de princípios*" sobre colo-

444 Cf. Telegrama nº233 (12-09-1957). MNE em Lisboa para a Delegação de Portugal na ONU em Nova Iorque.

445 "[...] o maior serviço que o Brasil nos poderia prestar seria adiar a sua declaração de princípios, mesmo que para isso fosse conveniente sacrificar nalguma medida o apoio ostensivo à nossa tese." Cf. J. M. Frago, *Colonialismo e...*

nialismo, sendo que essa "*declaração*", como se percebe, poderia "*comprometer*" a posição portuguesa e que era "*também a do Brasil*." Caso se manifestasse impossível o impedimento da sua divulgação, então a única solução, mais de acordo com os interesses de Lisboa, seria uma actuação que levasse os brasileiros a aceitar as sugestões das Necessidades no sentido daqueles distinguirem claramente a "*teoria geral do colonialismo e o problema dos territórios não-autónomos*", nomeadamente naquilo que pudesse dizer respeito à "*interpretação do capítulo XI da Carta*."⁴⁴⁶

Depois da leitura do relatório do Subcomité dos Cinco e da interpretação que várias delegações fizeram a propósito do conteúdo do mesmo, têm lugar as negociações entre delegações amigas de Portugal e as facções do bloco afro-asiático, de forma a ser produzido um texto de resolução sobre Angola, o menos controverso possível. Logo de início, os afro-asiáticos, enquanto habituais promotores de resoluções da AG sobre o colonialismo, entendem-se em torno de um texto "*muito moderado*."⁴⁴⁷ O trabalho dos ocidentais fica assim facilitado, sendo depois conseguidas algumas outras concessões em favor de uma desejada moderação. Daí a aprovação quase unânime da resolução a 30 de Janeiro.

Nos dois primeiros meses de 1962, segundo alguns observadores, o Estado Novo parecia ter chegado ao limite das suas forças. As opções de política ultramarina pareciam capazes de deitar tudo a perder. Salazar afirmava que o queriam deitar por "*terra*",⁴⁴⁸ para depois, de modo a pôr à prova alguns daqueles que o rodeavam, desabafar: "*Não à dúvida de que estamos perante uma viragem, e eu estou preso às ideias do passado*."⁴⁴⁹ Em Fevereiro, a Embaixada do RU envia para o FO um relatório tendo essa ideia como trave-mestra. Escrevia-se: "*Há um estranho sentimento no ar*." Muita gente, incluindo

446 "Com efeito o capítulo XI não se refere a colónias, nem a situações coloniais", respeitando apenas a territórios cujas populações não haviam atingido a capacidade de se governarem a si próprios.

447 Cf. FO371-161642. File2291/9. Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 24 de Janeiro de 1962. Embora a embaixada do RU em Lisboa considerasse que a proposta de resolução "apenas dificilmente podia ser chamada de moderada." Acrescentando que o RU deveria tornar claro que não podia votá-la favoravelmente. Cf. FO371-161642. File2291/7. Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 24 de Janeiro de 1962.

448 Cf. Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário 1960-1968)*, 1986, p. 23 (Lisboa, 25 de Janeiro).

449 Cf. Idem, *ibidem*, p. 24 (Lisboa, 20 de Fevereiro).

alguns apoiantes do governo, acreditava que o regime não podia durar muito mais. No entanto, ninguém parecia capaz de dar um só passo para acabar com a "situação", como se qualquer movimento precipitado pudesse levar à instauração do comunismo ou à "absorção" de Portugal pela Espanha. Acreditava-se que a "chave" para mudar a situação estava nas mãos do Exército e que alguns jovens ministros, com o objectivo de mudar o regime, estavam a tentar chegar a um entendimento com as FA. De resto, o governo continuava a usar os EUA e o RU como "bodes expiatórios" dos desaires de política externa, embora ultimamente com menor "intensidade", facto que, no entanto, nunca tinha conseguido alterar a forma "amistosa" como, em geral, as "massas" encaravam aqueles dois países. Talvez por isso, Lisboa se mostrasse agora mais disposta a cooperar com Londres e Washington. Podia ainda ser constatado que a política externa portuguesa não vinha registando qualquer mudança, já que não tinham sido tomadas algumas das mais temidas opções ao seu alcance: o abandono da OTAN e/ou da ONU, bem como a denuncia da aliança luso-britânica. O mais provável era que a situação vivida naquela altura na política portuguesa se arrastasse até que um novo líder fosse encontrado para substituir Salazar.⁴⁵⁰

Na frente interna norte-americana, poucos meses depois do início do ano, apareciam alguns sinais favoráveis para o Governo de Lisboa. No dia 3 de Abril o *New York Times* publicava um

vigoroso artigo [...] focando as incoerências de Stevenson na condução política africana na ONU e os agravos resultantes para países amigos. O caso de Portugal era posto com grande relevo e precisão.

Aquele artigo tinha também a particularidade de coincidir com um debate no Senado provocado por uma declaração do Senador Jackson, e na qual eram também feitas fortes críticas às opções de política externa da Administração Kennedy.⁴⁵¹ Igualmente no Senado havia sido feito um "ataque às Nações Unidas", enquanto os "casos de Portugal e da Bélgica" eram "postos em relevo". Isto significava, do ponto de vista do Embai-

450 Cf. FO371-163771. File1016/2. Relatório da embaixada do RU. Lisboa. 23 de Fevereiro de 1962.

451 Telegrama nº121 para o MNE. Embaixada de Portugal em Washington DC. 3 de Abril de 1962.

xador português em Washington, Pedro Teothónio Pereira, existirem vozes contra muitas das opções de política externa, em especial as votações dos EUA, lado a lado, "*com a massa de nações imaturas contra aliados NATO*", como eram os "*casos de Angola e do Congo*". "*Numerosos artigos favoráveis*" a estas posições críticas faziam prever que o tema parecia ter "*ganho ultimamente*" muito relevo "*no domínio da informação pública*".⁴⁵²

No decurso da visita de Dean Rusk a Lisboa, nos finais de Junho, confirmam-se parcialmente estas suspeitas. O Secretário de Estado apresenta uma proposta moderada de nomeação, pela ONU, de um "*relator internacional*" para a análise da situação no Ultramar português. Aliás, neste encontro, o tema central das conversas com Salazar não é a política ultramarina portuguesa ou a ONU, mas as "*relações russo-americanas*." Rusk terá depois admitido que Washington não vinha sendo para o governo português "*de grande justiça, nem lealdade, nem sequer habilidade*." No final, falou ao de leve dos Açores.⁴⁵³ As facilidades concedidas aos EUA nas Lages terminavam em Dezembro do ano em curso. Independentemente, de tudo, os Açores também faziam com que Washington alterasse a forma como tratava Salazar. É o que parece ter sido.

Mas Dean Rusk, desde Abril, quando se referia à política ultramarina portuguesa, sublinhava o facto de existirem alguns elementos que pareciam confirmar estarem em curso, em Lisboa, alguns "*avanços*". Afirmava o Secretário de Estado, ter Teothónio Pereira, embaixador de Portugal em Washington, produzido uma declaração segundo a qual, o seu Governo, havia aceite o "*princípio da autodeterminação para Angola*", acrescentando ainda que as movimentações políticas nesse sentido vinham de dentro daquele território e não do exterior. Paralelamente, Dean Rusk tinha notícia de terem sido registadas conversas entre diplomatas brasileiros e portugueses "*sobre problemas coloniais*." Segundo as informações disponíveis, o governo brasileiro havia-se comprometido a colaborar com Portugal, mas apenas no caso de Lisboa "*aceitar o princípio da autodeterminação*." Ora, depois destas afirmações, a diplomacia portuguesa não inter-

452 Telegrama nº123 para o MNE. Embaixada de Portugal em Washington DC. 4 de Abril de 1962.

453 Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 32. Conversa nas Necessidades a 27 de Junho. Cf. Idem, *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.d.b., p. 415.

rompera os contactos.⁴⁵⁴ Mas a partir do momento em que fosse aceite tal princípio, o Brasil estava disposto a "*trabalhar*" em África com o objectivo de ali se constituir uma "*espécie de comunidade Lusitana*". Sob o ponto de vista da Administração Kennedy, caso fossem executadas as propostas brasileiras, os EUA estariam dispostos a financiar a edificação dessa nova estrutura política. Até porque, segundo o departamento de Estado, era mais fácil financiar a constituição de uma nova entidade política, também proposta pelo Brasil, e assente no princípio da autodeterminação, do que pôr em prática uma ajuda económica, directamente através de Portugal, e antes de se registarem quaisquer progressos políticos significativos no Ultramar português. Tendo presentes estes novos dados, também o FO estava disposto a "*rever*" a sua "*atitude*" perante a "*política colonial portuguesa*", em especial naquilo que dizia respeito à ONU.⁴⁵⁵

As declarações de Teothónio Pereira e os contactos entre as Chancelarias do Brasil e de Portugal, referidas por Dean Rusk, e registadas tanto pelo Departamento de Estado, como pelo FO, devem ser tidas como verosímeis, e inserem-se numa fase importante e delicada da política ultramarina do Estado Novo. Depois do desgaste do ano de 1961, Salazar e alguns dos seus mais próximos colaboradores, poderão, de facto, ter ensaiado uma primeira tentativa de inflexão estratégica. Neste sentido, logo no início de 1962, Salazar recolheu algumas opiniões junto de sensibilidades do regime, no sentido de registar possíveis alternativas ao rumo da política ultramarina portuguesa. Franco Nogueira faz referência a este facto, embora de uma forma velada, e como se Salazar, sem quaisquer dúvidas, apenas pretendesse certificar-se das suas certezas. A este propósito, o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros escreveu:

Mas a todos estes problemas⁴⁵⁶ sobrepõe Oliveira Salazar uma questão grave, e de fundo: deve ou não manter-se a política ultramarina seguida até agora? Está o

454 "Passa por Lisboa o chanceler brasileiro Santiago Dantas, e são longas as conversas com o seu colega português; e por parte de Portugal são feitas sugestões de vasto alcance no contexto do *Tratado de Amizade e Consulta* e para construção de uma real *Comunidade Luso-Brasileira*." Cf. Idem, *ibidem*, p. 401 e idem, *Diálogos Interditos. Parte Primeira (1961-1962-1963)*, 1979, pp. 85-101.

455 Cf. FO371-161630. Telegrama do FO para a Embaixada do RU em Lisboa. 7 de Maio de 1962.

456 As mudanças em curso na Igreja Católica em vésperas do início do Concílio Vaticano II, o repatriamento das tropas portuguesas retidas na União Indiana, depois da ocupação de Goa, e a prepa-

*chefe do governo consciente da responsabilidade que tem assumido; não duvida da lucidez da sua visão, da frieza das suas decisões, da segurança dos dados com que joga; mas o assunto é nacional, e não político, e muito menos partidário ou pessoal; e por isso aceita, para si mesmo, que os deveres de patriota, as obrigações de homem de Estado mais do que de político, a consciência histórica da nação, o ideal de civismo, o sentimento de humildade que o força a admitir como possível o erro, o seu próprio conceito de gestor de uma herança por que tem de responder perante os antepassados, o levam a consultar outros, a partilhar com outros o esmagador peso que tem carregado sozinho.*⁴⁵⁷

Segundo o biógrafo de Salazar, o pretexto imediato desta consulta, estava no facto de Sarmiento Rodrigues, Governador-Geral de Moçambique, ter levantado o *"problema de uma revisão do sistema do governo das províncias ultramarinas, em especial Angola e Moçambique."* Aquela destacada figura do regime, sugeria que fossem tomadas medidas de *"desconcentração de poderes,"* de *"descentralização ou delegação de competências, a criação de postos de 'Ministro de Estado' no Ultramar, etc.."* Mas ao contrário daquilo que pretende Franco Nogueira, não é certo que o Governador-Geral não pudesse *"ter em mente"* quaisquer *"aspectos"* que colidissem, a médio longo prazo, com uma *"soberania portuguesa pluricontinental"* ou *"com o carácter unitário do Estado português"*. De qualquer forma, independentemente destas possibilidades, Salazar entendeu que todo *"o problema, no plano do governo e do Estado"*, deveria *"ser ponderado sem restrições."*

Por sugestão de Salazar, Adriano Moreira submeteu as *"ideias"* de Sarmiento Rodrigues *"aos antigos ministros do Ultramar, aos antigos governadores ultramarinos, aos membros do Conselho Ultramarino; e a todos"* foi pedido *"parecer fundamentado."* As respostas obtidas não terão dado *"sugestões espectaculares nem ideias surpreendentes."* De qualquer modo, iam *"desde uma integração absoluta até a uma larga autonomia no governo local"*, ficando assim confirmada a ausência de qualquer unanimidade no seio do Estado Novo, quanto àquela que podia ser a estratégia de política ultrama-

ração das negociações com os EUA, tendo em vista a renovação do acordo para a concessão de facilidades nos Açores.

457 Cf. Franco Nogueira, *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.d.b., p. 394.

rina, sendo inclusive de supor, que caso pudesse ser levantada a hipótese da independência para o Ultramar, esta tivesse registado apoios. Ao que parece, vistos os pareceres, Salazar teria concluído que "*nas suas linhas fundamentais*", havia que "*prosseguir a política actual no Ultramar*." Além das reformas elaboradas por Adriano Moreira em 1961, apenas havia "*que actualizar e modernizar o quadro geral da administração e do governo local nas províncias de além-mar*."

Mas a pressão e o mal-estar mantinham-se. Estava em curso o julgamento do episódio *Santa Maria*, que segundo muitas opiniões no seio do regime, devia ser esquecido, de forma a não "*cavar mais abismos políticos internos*"; falava-se de uma "*nova conspiração [...] chefiada por Craveiro Lopes e Marcello Caetano*", enquanto várias facções se confrontavam na AN, quer para a eleição do seu novo Presidente, quer para a escolha do líder da UN no hemiciclo. Entretanto, pela Primavera, estalava a agitação nas universidades.⁴⁵⁸ E assim, em Junho, a possibilidade da autodeterminação é novamente colocada, embora em termos diferentes, depois de a 14 de Maio Salazar ter referido que: "*se não houver mudança americana, não poderemos negociar; então terá de ser outro governo a fazê-lo*."⁴⁵⁹

No meio destes acontecimentos, Salazar concede uma entrevista à *Life*.⁴⁶⁰ Foi publicada a 4 de Maio, tendo sido as declarações do chefe de Governo recolhidas cerca de duas semanas antes. Após a sua reprodução em jornais portugueses, é desencadeada "*uma celeuma política tanto nos círculos do governo como nos da oposição, e produz um estremecimento que ganha o Ultramar*."⁴⁶¹ Comenta-se a resposta à segunda pergunta:

Sendo uma hipótese prática, poderá V. Ex.^a prever o período dentro do qual quer Angola quer Moçambique poderão estar preparados para tomar o seu lugar, por si mesmos, na comunidade das Nações?

458 Cf. Idem, *ibidem*, pp. 394-399.

459 Cf. Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário 1960-1968)*, 1986, p. 28.

460 Cf. Oliveira Salazar, "Entrevista concedida à revista *Life*, de Nova Iorque" in *Entrevistas 1960-1966*, s.d., pp. 77-97.

461 Cf. Franco Nogueira, *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.d.b., p. 405.

[...] Se "por si mesmos" V. Ex.^a. quer significar "como Estados soberanos", devo dizer que não sei responder. O facto de um território se proclamar independente é fenómeno natural nas sociedades humanas e por isso representa uma hipótese sempre admissível, mas em boa verdade não se lhe pode nem deve marcar prazo [...].

Para depois acrescentar que as condições de "desenvolvimento demográfico, económico, cultural, técnico e político" sobre as quais se deve construir "um Estado independente e assentar uma soberania responsável", não estavam ainda "realizadas nos territórios em questão." Para concluir afirmando

*que se nos deixarem trabalhar em paz, o lugar que a Angola e Moçambique cabe na comunidade internacional, e mais particularmente no continente africano, não deixará de progressivamente, ganhar relevo nos anos mais próximos.*⁴⁶²

Queriam estas afirmações dizer que Salazar admitia a independência das duas mais importantes Províncias Ultramarinas portuguesas? De repente, parecia estar instalada a dúvida. Na imprensa, nomeadamente no oposicionista *Diário de Lisboa*, sugerem-se hipóteses e tiram-se conclusões que não agradavam ao regime. Estava-se a "criar a dúvida", passível de se repercutir junto dos "elementos civis no ultramar, e sobretudo nos círculos militares." Estes, sobretudo, "que se batiam por certezas que de súbito pareciam abaladas ou, pelo menos, eram passíveis de mais de uma interpretação." Os "meios situacionistas" reagem, mas também se "afadigam [...] a dissipar equívocos, a desmentir versões de uma política diversa da proclamada." E na frente interna tudo acaba com "esclarecimentos oficiosos inspirados pela Presidência do Conselho e difundidos pelo Secretariado Nacional de Informação." Todos estes cuidados e estas dúvidas ficariam para o futuro como não tendo qualquer razão de ser. Salazar não podia estar a falar de uma "política nova", porque esta criaria uma "velocidade psicológica"

462 Cf. Oliveira Salazar, *op. cit.*, pp. 80-83.

que conduziria à "*sua execução imediata*."⁴⁶³ E estando consciente deste facto, a resposta à pergunta da *Life* nunca podia ter sido dada, mas apenas deturpada.⁴⁶⁴

Podemos ver estas declarações no estrito domínio da execução da política externa, facto referido por Franco Nogueira, mas, simultaneamente, procurando dar-lhes outra interpretação analisando-as num outro enquadramento. Ou seja, o Chefe do Governo, em parte da sua entrevista à *Life*, parecia, sobretudo, pretender ganhar espaço de manobra no domínio da política externa e talvez, apenas posteriormente, na frente interna. Com o calculismo que o caracterizava, lançava discretamente algumas ideias novas. Face àquilo que passava então a ser a possibilidade de aplicação do princípio da autodeterminação, num futuro mais ou menos indefinido, Salazar aguardaria reacções que, no caso de serem favoráveis, passariam pela obtenção de uma maior compreensão para política ultramarina, tenuamente redefinida, junto das principais potências ocidentais. Isto depois das sucessivas respostas negativas às propostas por parte das principais potências ocidentais e do Brasil, assinalando a absoluta necessidade de aceitação por parte do governo português do princípio da autodeterminação, e de a sua não aceitação ter colocado o Estado português numa posição política frágil.

Mesmo que qualquer mudança, no sentido de uma liberalização, na concepção da política ultramarina, pudesse provocar um enfraquecimento do regime ao nível interno, vista a oposição cerrada dos seus sectores mais conservadores e nacionalistas; e independentemente de Salazar aceitar e acreditar, ou não, nos princípios de autodeterminação e de independência para as "*províncias ultramarinas portuguesas*", a curto, médio ou longo prazo, a iniciativa de se produzirem declarações à *Life*, cuja interpretação era susceptível de indiciar alguma vontade de mudança junto de certas chancelarias, talvez possibilitasse a recuperação de iniciativa política e de espaço de manobra no cenário externo. E caso isto acontecesse, talvez mudanças se viessem a verificar internamente,

463 Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 405.

464 Na sua publicação em livro acrescenta-se em nota que se tratava, de facto, do texto da "entrevista concedida à *Life*", mas que a "revista" havia publicado "com algumas deturpações." Cf. Oliveira Salazar, *op. cit.*, p. 79.

reduzindo a influência dos chamados "ultras" e adoptando-se uma linha de acção política, de certa forma, liberal.

A entrevista à *Life*, reproduzia uma quantidade de informação sobre Angola que podia ser considerada do conhecimento geral. Fazia ainda "uma recapitulação" dos "problemas de Angola e das reacções de outras potências aos métodos que os portugueses usavam para com eles lidarem". Os elementos inovadores registados na entrevista, e segundo investigação levada a cabo pela embaixada do RU em Lisboa, eram reproduzidos com fidelidade. Aliás, as autoridades portuguesas mostraram-se satisfeitas com o seu conteúdo, tendo apenas lamentado o título escolhido⁴⁶⁵ e as fotografias seleccionadas para acompanhar o texto. O facto de o Presidente do Conselho optar por publicar os seus pontos de vista num importante órgão da imprensa internacional, não constituía nada de novo, tratando-se de uma "táctica escolhida" por Salazar noutras ocasiões. Podia-se recordar, por exemplo, o recurso ao *New York Times*⁴⁶⁶ para anunciar as reformas de política ultramarina preparadas por Adriano Moreira; ou a eleição do *Figaro*⁴⁶⁷ para divulgar a primeira reacção à queda de Goa. Simplesmente, e ao contrário daquilo que havia sido a regra noutros casos, a versão da entrevista divulgada na imprensa portuguesa era diferente da publicada no original, o que acabaria por ter importantes repercussões.

Como comentava o Embaixador britânico em Lisboa, sendo conhecida a "obstinação" com que normalmente Salazar defendia aquela que era a tradicional política ultramarina portuguesa, era "tentador" analisar a referência a uma "eventual independência" de Angola como um sinal dirigido directa e especialmente à opinião pública norte-americana. Ora, segundo o *Diário de Lisboa* e vários sectores da opinião pública portuguesa, vista a reacção do SNI à reprodução literal da entrevista naquele jornal e ao editorial que a acompanhou, no qual se sugeria que o governo tinha por fim alterado a sua posição de sempre em relação ao destino político das Províncias Ultramarinas, não

465 "Dictator on the Defensive." (Ditador na Defensiva).

466 Cf. Oliveira Salazar, "Entrevista ao jornal *The New York Times*, de Nova Iorque" in *op. cit.*, pp. 25-44 (publicada no nº de 31 de Maio de 1961).

467 Cf. Oliveira Salazar, "Entrevista a *Le Figaro*" in *op. cit.*, pp. 59-76 (publicada nos nº de 23 e 24 de Dezembro de 1961).

era descabido pensar que Salazar tivesse transmitido propositadamente para o exterior, alguns elementos que permitissem vislumbrar uma vontade de mudança na política ultramarina. A partir do momento em que um jornal português sustentava que havia sido proposta uma mudança daquela política, era óbvio que fosse divulgado um desmentido, como se tal problema nunca se tivesse colocado.

Ou seja, não tinha sentido fazerem-se declarações contrárias àquilo que era normal, para mais cedo ou mais tarde virem a ser "*negadas*". Sobretudo, quando uma declaração seguida de um desmentido, facilmente produziria reacções na opinião pública interna, e sempre muito mais do que no exterior. Para além do mais, a "*linha que o SNI obrigou*" o *Diário de Lisboa* a seguir, e que a *Voz* retomou do dia 6 de Maio, era muito mais a de uma correcção do que a de uma "*refutação*", sendo por isso dado ênfase ao facto de Salazar ter "*sem quaisquer dúvidas falado de independência como uma possibilidade teórica*", embora rapidamente acrescentasse que tal não poderia acontecer enquanto alguns "*pré-requisitos*" não fossem preenchidos o que, manifestamente, ainda não acontecia em Angola ou Moçambique.

O Embaixador Brasileiro⁴⁶⁸ em Lisboa também partilhava este ponto de vista, e acrescentava que a liderança do governo português parecia estar preparada "*para admitir a possibilidade de independência*" para as províncias de Angola e Moçambique, e que, portanto, eram "*sinceras*" as referências feitas por Salazar na sua entrevista à *Life*. Simplesmente, quando o *Diário de Lisboa* sublinhara aquele facto, o Chefe do Governo vira-se obrigado pelos "*extremistas*" do Governo, nomeadamente pelos Ministros do Interior e do Exército,⁴⁶⁹ a emitir um desmentido. Sobretudo pelo receio de que, face às pressões externas que as declarações de Salazar podiam desencadear, a acumulação de concessões (como a divulgação da entrevista e do editorial permitidos ao *Diário de Lisboa*), viesse a provocar o desmoronamento da "*frente interna*."

Assim, segundo a opinião do Embaixador britânico, desde a perda de Goa, teria havido uma espécie de cisão nos apoiantes do regime quanto àquela que poderia ser a op-

468 O embaixador dos EUA tinha opinião idêntica à do seu colega brasileiro.

469 Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior e Mário José Pereira da Silva, respectivamente.

ção estratégica na política ultramarina. Uns defendiam que se deveriam manter as opções naquele domínio, isto é, "*aguentar*" o Ultramar, apesar de todos os custos inerentes. Outros, "*mais numerosos*", embora "*menos influentes*" no curto prazo, vinham fazendo pressão para que Salazar ensaiasse alguns movimentos na "*direcção*" das "*opiniões*" moderadas, tanto em África como no resto do mundo. Consideravam que essa opção devia ser tomada "*antes que fosse demasiado tarde*", de forma a que no futuro pudesse vir a salvaguardar-se, de facto, um relacionamento entre aquilo que no momento eram as Províncias Ultramarinas e a Metrópole.

Sob estas pressões que geravam, obviamente, conflitos, e ainda acompanhadas de uma atitude "*truculenta*" de Portugal, não só "*perante o mundo em geral*", mas em particular face aos países "*tradicionalmente*" seus amigos, Oliveira Salazar poderá ter considerado como politicamente sensato, abandonar o tradicional imobilismo e "*ventilar a possibilidade de uma independência eventual*", sublinhando ao "*mesmo tempo*" que essa independência apenas poderia ter lugar quando "*um número de condições altamente problemáticas fossem preenchidas*." Neste sentido, as suas declarações eram tanto um "*pedido*" de tempo, como de "*compreensão e assistência material*." Que espécie de Angola, que não aquela então existente com base no "*princípio da integração*", poderia o chefe do governo estar a preparar para que outros viessem a trabalhá-la, era certamente um "*mistério*." De qualquer modo, o representante em Lisboa do Governo de Sua Majestade, recordava as palavras do Ministro Franco Nogueira no Verão de 1961, segundo as quais as reformas então em curso poderiam levar a "*qualquer tipo de solução, mas que o governo esperava, certamente, que ela fosse uma solução Portuguesa*." Isto é, o recurso a uma "*linguagem ambígua como esta, e que apesar de tudo não era monopólio português*", seria afinal de contas tudo o que se poderia esperar naquelas que eram as "*condições do mundo*" de então.⁴⁷⁰

Mas era possível fazer uma definição mais precisa dos grupos em confronto, e da posição relativa de Salazar, face às opções da política ultramarina. Os "*ultraconservadores*", para quem "*por natureza*" o Presidente do Conselho se

470 Cf. FO371-161630. Relatório da embaixada do RU em Lisboa. 8 de Maio de 1962.

"inclinava", opunham-se a "qualquer avanço na política colonial" porque esta poderia vir a alterar o "essencial" no relacionamento entre "Portugal e as suas províncias ultramarinas" ou ainda, o que seria talvez mais importante, conduzir a um enfraquecimento da "estrutura do Estado Novo." Os "ultraconservadores" caracterizavam-se por ser "anti-Nações Unidas e mais ou menos anti-Americanos e anti-Britânicos." Os "progressistas", embora de forma alguma "desleais", preocupavam-se, sobretudo, em garantir a promoção de "mudanças ordeiras", que poderiam vir a "preservar o conteúdo essencial, senão mesmo a forma das relações de Portugal com os seus territórios ultramarinos", poupando à metrópole as "consequências de uma guerra colonial prolongada", e que seriam um esbanjamento das reservas do país em termos financeiros, em recursos humanos e naquilo que seria um relacionamento político normal com as potências amigas.

O resultado deste confronto estava presente na entrevista à *Life*, como nas movimentações "cautelosas" e muito "ambíguas" que o Governo português vinha fazendo e várias chancelarias iam registando. Ao mesmo tempo, essa vontade ténue de mudança encontrava-se na legislação que o MU havia feito aprovar no verão de 1961 (merecendo particular relevância a abolição do indigenato), ou na aprovação em Abril de 1962 do novo Código do Trabalho Indígena. Sendo que o alcance deste corpo legislativo se poderia vir a revelar realmente profundo.

Mas dependia de uma série de "factores" a continuação desta "linha reformadora" iniciada pelo Governo português: do "clima internacional, particularmente nas Nações Unidas", da atitude dos países amigos ou da "situação financeira" do Estado português. Acrescentando depois a embaixada britânica que o "passo em frente" dado de forma "hesitante" por Lisboa, tal como o desejo de continuar por esse caminho reformador, era uma realidade. Para depois recordar a existência e a importância de "forças de reacção e de interesses adquiridos", pelo que muito "tacto e comedimento", tal como "generosidade", seriam necessários para ajudar Portugal a levar a nau a bom porto. E uma vez que os conceitos de autodeterminação e independência, nos termos em que eram discutidos, não eram aceites por Portugal, isso não significava que Lisboa não ti-

vesse em mente uma evolução política de Angola e Moçambique naquela direcção. Simplesmente, podia ser aceite uma fórmula segundo a qual aquelas províncias se poderiam realmente tornar independentes. Seria sempre uma solução portuguesa "*no seu sentido mais geral*", em que os territórios ultramarinos seriam sempre designados como parte da "*nação Portuguesa*". No entanto, seria de considerar que apenas muito relutantemente Portugal pudesse, a curto prazo, afirmar serem estes os objectivos da sua política ultramarina. Sob este "*ponto de vista*", uma "*extensão da comunidade luso-brasileira*" incluindo Angola, "*parecia ser a possibilidade mais promissora*."⁴⁷¹

Nas vésperas da citada visita de Dean Rusk, mais precisamente no dia 14 de Junho, Franco Nogueira trabalha "*com o Presidente do Conselho*." Tratam-se "*mil e um assuntos*" além da questão dos Açores. Registam-se "*hesitações em torno de problemas graves*." Avança-se para a

*colonização em grande escala? Abre-se um debate nacional público que, logo influenciado do estrangeiro, levará à perda do Ultramar? Tentam-se alternativas brasileiras? Que riscos futuros? Podem prever-se estes: formação de um exército da ONU; formação de um exército negro; e atentado contra Salazar — por americanos — como meio de resolver em seu favor todos os problemas a curto prazo. Quanto aos Açores, há que encontrar um quadro político que permita negociações; e conseguido esse, há que exigir contrapartidas políticas e compensações económicas.*⁴⁷²

Está por isso na ordem do dia a discutibilidade de alguns pilares em que assenta a política ultramarina do Estado Novo. Teme-se que as pressões estrangeiras aumentem e tendam a radicalizar-se. Aliás os temores de uma intervenção militar da ONU ou de forças armadas de países africanos, já franceses, britânicos e norte-americanos tinham ponderado, embora não se tivesse verificado qualquer opinião unânime e definitiva sobre o assunto. Portugal queria renovar o acordo dos Açores; era-lhe de alguma forma vital, uma vez que era uma espécie de última garantia para evitar o mais absoluto e definitivo isolamento internacional.

471 Cf. FO371-161630.File 1018/10(A). Telegrama da embaixada do RU em Lisboa para o FO. 9 de Maio de 1962.

472 Cf. Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário 1960-1968)*, 1986, p. 31.

O interesse no RU em torno da evolução possível ou desejável da política ultramarina portuguesa chegava ao próprio Parlamento. O Governo de Sua Majestade, e em particular o FO, eram, por isso, periodicamente interrogados acerca das diligências feitas junto de Lisboa, bem como sobre o conteúdo das instruções enviadas aos representantes do RU nas NU, pelo facto do Governo português continuar a não cumprir a resolução nº 1742 (XVI) de 30 Janeiro de 1961. Em Julho, o FO transmitia aos deputados que pediam estas informações, que não se haviam registado quaisquer desenvolvimentos na política ultramarina portuguesa, embora as "*conversas anglo-americanas nas Nações Unidas*" dessem a entender a Londres, que Dean Rusk, o secretário de Estado norte-americano, durante a sua visita a Lisboa em Junho, notara alguns "*sinais encorajadores no pensamento Português*." De qualquer modo, o Embaixador do RU em Lisboa "*não confirmara*" a existência de tais "*sinais encorajadores*".⁴⁷³ Quanto à atitude britânica perante o disposto na resolução da AG das NU relativa ao Ultramar português, recordava-se aos parlamentares que o conteúdo daquela era apenas uma "*recomendação*" e não uma "*obrigação*". Finalmente, devido ao estado debilitado em que se encontravam as relações luso-britânicas, durante o ano de 1962 ainda não havia sido feita qualquer diligência junto de Lisboa, embora o Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Alec Douglas-Home, se tivesse encontrado e conversado com Franco Nogueira, durante um conselho da OTAN em Atenas, mas não tendo sido feita qualquer alusão a uma possível maior cooperação entre Portugal e a ONU.⁴⁷⁴

Em Outubro de 1962 os EUA desenvolvem um conjunto de iniciativas junto dos seus aliados da OTAN, mas também da Irlanda, Suécia, Nova Zelândia, Austrália e Finlândia. A propósito quer dos acontecimentos de Angola, quer da futura evolução política dos restantes territórios portugueses em África, o objectivo está na preparação de um projecto de resolução. Deveria tratar-se de um texto moderado, previamente discutido

473 Esta informação ignora, propositadamente ou não, as opiniões da embaixada do RU em Lisboa. Caso fosse propositada poderia ter duas implicações. A primeira estaria em que o FO lia com com grande cautela as informações provenientes de Lisboa e, portanto, não as tinha como fiáveis. A segunda relacionar-se-ia com a vontade de esperar para ver. Ou seja, apenas divulgaria uma evolução nas posições portuguesas, quando estas deixassem de ser meras suspeitas.

474 Cf. FO371-161644. 13 de Julho de 1962.

com o Governo português, tendo-se chegado a contar com a eventualidade de um apoio por parte dos países mais moderados do bloco afro-asiático (incluindo a União Indiana). Simplesmente, o facto desse projecto de resolução pretender assentar no princípio segundo qual, apenas um relator⁴⁷⁵ da comissão instituída para a análise dos problemas dos territórios ultramarinos portugueses, se poder deslocar a Angola e Moçambique, suscitou críticas e a oposição dos países do bloco afro-asiático. Apesar desta recusa de apoio, na qual a oposição africana foi muito mais importante e definitiva que a asiática, ficou acordada a integração do referido projecto de resolução num outro de inspiração afro-asiática, sendo este, no entanto, mais vasto e mais duro para com o governo de Lisboa. Melindrar Portugal, mas o menos possível, parecia ser uma máxima a seguir por boa parte do bloco ocidental, com os EUA à frente.⁴⁷⁶

De facto, em Setembro tinham tido início conversações entre Lisboa e Washington para discussão da proposta norte-americana para nomeação, pela ONU, de um "*relator internacional*" que viesse a analisar a situação no Ultramar português. Portugal aceita-a. Mas, como vimos, em sessão da XVII AG das NU, os afro-asiáticos ameaçaram rejeitá-la liminarmente, pelo que os EUA não chegaram sequer a levá-la a votação, convencidos de um certo radicalismo afro-asiático.⁴⁷⁷ Nesse ano, as resoluções aprovadas na ONU quer, em geral, sobre territórios não-autónomos quer relativas ao Ultramar português, ainda que aprovadas por maiorias muito significativas, não melindram particularmente o MNE. A tática engendrada pelo Governo de Lisboa, dando sinais, genuínos ou não, de uma ligeira vontade de mudar, de evoluir, na área da política ultramarina, acabaria por produzir os seus resultados. Por seu lado, lideradas pelos EUA, as potências ocidentais e principais parceiros de Portugal na política externa, mudaram também a sua tática de forma a obterem os resultados desejados, e que passava pelo reconhecimento por parte do Estado português do princípio da aplicação da autodeterminação aos seus territórios ultramarinos. De forma a ser ganha a confiança de Salazar, agiram de

475 Apontou-se uma personalidade brasileira como a mais adequada para representar este papel.

476 Cf. PRO-FO 371. 161645 File 2291/62. Da Missão do RU na ONU para o FO. 20 de Outubro de 1962.

477 Cf. Franco Nogueira, *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.d.b., pp. 427-429 e 442-443.

forma contemporizadora, moderada, auscultando com maior atenção os factos da política portuguesa, procurando deles retirar vantagens, tendo como objectivo demonstrar a sua boa fé e a capacidade de compreenderem aquele que era o caso português.

Mas, Novembro e Dezembro são novamente ocasião para mais hesitações em Lisboa. A propósito da renovação do acordo das Lages com os EUA, pensa-se em exigir contrapartidas financeiras em troca de "*facilidades*" e "*mais ainda a título de cooperação económica*." Mas uma questão é levantada por Salazar: o dinheiro que será aceite a título de empréstimo, e pelo qual se terão que "*pagar juros e reembolsar*", deverá ser gasto "*em Angola e Moçambique ou na Metrópole?*" E se se perder "*Angola e Moçambique*," ficará uma responsabilidade por encargos de que se não tirará proveito?⁴⁷⁸ Depois, vem a remodelação ministerial de 4 de Dezembro, causando "*no público incerteza e confusão*", sendo tomada "*como viragem para a direita*." Afinal, o rosto das reformas ultramarinas, Adriano Moreira, é afastado do MU e do Governo. A imprensa internacional dá-lhe "*grande relevo*" e considera que "*o regime enfraquece dia a dia*" e que Salazar entrara no "*ocaso*".⁴⁷⁹

Durante a XVII AG da ONU, o caso português é uma vez mais trazido para primeiro plano, muito embora as atenções do mundo estivessem viradas para a crise dos mísseis em Cuba. A 14 de Dezembro são aprovadas três resoluções: nº 1807 (XVII) que reconduz o Comité dos Sete, reafirma os "*princípios doutrinários*" do anticolonialismo, condena Portugal pelo não cumprimento dos mesmos e reclama que o Governo português siga as indicações da AG sobre a matéria; nº 1808 (XVII) estabelecendo um programa para o desenvolvimento do Ultramar português, mas à revelia do Governo de Lisboa;⁴⁸⁰ e nº 1809 (XVII) que extingue o Subcomité dos Cinco e o Comité dos Sete. A

478 Cf. Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário 1960-1968)*, 1986, p. 47.

479 Cf. Idem, *ibidem*, p. 48.

480 Atribui às NU a tarefa de formar os quadros que iriam dirigir os destinos das colónias portuguesas, depois da conquista da independência. Assim, a resolução estabelece cursos tendo em vista a formação de quadros nas áreas da administração, do ensino, da economia, do direito ou da saúde; com este fim, "convida as agências especializadas" das NU "a facultarem os recursos necessários aos estudantes dos territórios portugueses"; recomenda-se aos Estados membros que "concedam bolsas de estudo" de forma a que aquele programa possa ser cumprido; determina que o SG da ONU "crie a estrutura apropriada" para que aqueles "programas possam ser executados fora dos territórios portugueses."

17 Dezembro é aprovada a resolução nº 1810 (XVII) que cria o Comité dos Vinte e Quatro.⁴⁸¹ Portugal interpreta a criação deste novo Comité, mais amplo do que os anteriores, não só como um instrumento criado especificamente para afrontar Portugal, como revelador do desejo de aumentar o peso político de uma estrutura que se debruce especificamente sobre questões coloniais. A sua composição era vista, em Lisboa, como representativa de todos os blocos e tendências no seio da AG e, por isso, essa "*representatividade*" emprestava-lhe influência acrescida.⁴⁸² "*Nos termos da Carta, o mandato do Comité*", era considerado "*ilegal*" e os seus objectivos "*nitidamente*" discriminatórios, pelo que Portugal anunciou que se recusaria a seguir os seus trabalhos e a acatar as suas decisões. E se nos "*meios da ONU e na opinião pública de alguns países*" o Comité dos Vinte e Quatro era visto como um "*órgão moderado, responsável, expressivo dos sentimentos e da vontade da comunidade internacional*", condenando, por isso, a atitude portuguesa, o governo de Lisboa considerava que a "*aparente*" moderação não alteraria "*os seus objectivos confessados*", e estes seriam "*os da aplicação dos princípios anticolonialistas da Assembleia, tal como firmados nas resoluções de 1959-1961.*" A composição do Comité era ainda interpretada como traduzindo um acordo "*das grandes potências para repudiar a política portuguesa na África*", embora Washington e Moscovo, "*em paralelismo quanto aos métodos, terem com reserva mental a intenção de obter resultados finais diferentes.*"⁴⁸³

Por último, a 18 de Dezembro, é votada a resolução nº 1819 (XVII), condenando a política portuguesa em Angola e o não cumprimento das resoluções sobre os territórios não-autónomos sob administração de Lisboa.⁴⁸⁴ Trata-se, no entanto, de uma votação

481 São os seguintes os 24 países que constituem o Comité: Austrália, Bulgária, Camboja, Chile, Costa do Marfim, Dinamarca, Etiópia, EUA, Índia, Irão, Iraque, Itália, Jugoslávia, Madagáscar, Mali, Polónia, Serra Leoa, Síria, Tanzânia, Tunísia, RU, URSS, Uruguai e Venezuela.

482 Era a seguinte a arrumação feita pelo governo português: As "grandes potências" (EUA, RU e URSS); representantes latino-americanos (Uruguai, Venezuela e Chile); árabes (Iraque, Tunísia e Síria); "países africanos moderados (Costa do Marfim), e extremistas (Tanzânia)"; "países aliados de Portugal" na OTAN (Dinamarca e Itália, além do RU e dos EUA); "países comunistas extremistas (Bulgária, Polónia), e moderados (Jugoslávia). Cf. Franco Nogueira, *História de Portugal. 1933-1974, II Suplemento*, 1981, p. 308.

483 Cf. Idem, *ibidem*.

484 Ordena que Portugal ponha fim à confrontação militar em curso em Angola; determina que sejam libertados todos os prisioneiros políticos naquele território e que seja autorizada a constituição de partidos políticos; apela para que todos os governos pressionem Lisboa no sentido de que Portugal

que faz transparecer, não só os sinais de mudança vindos de Portugal, como uma alteração na forma como os acontecimentos em Angola e a política das NU em relação ao colonialismo tinham, entretanto, passado a ser encarados. A resolução é aprovada com 57 votos a favor. Simplesmente, registam-se 18 abstenções, 14 votos contra⁴⁸⁵ e, o mais significativo, 21 delegações encontravam-se ausentes quando a votação era executada. Conforme registou Franco Nogueira no seu *diário*, 53 países "*não aprovaram a moção*."⁴⁸⁶

O Governo português não deixaria de rentabilizar estes resultados dentro do país. Fosse na metrópole, fosse no Ultramar. Américo Thomaz, na sua mensagem de Ano Novo, declarava que, "*finalmente*", os aliados de Portugal haviam sido forçados a reconhecer a justiça da "*causa portuguesa*". A imprensa cumprira a sua missão ao relatar os acontecimentos na ONU, em particular os votos do RU e dos EUA contra as propostas "*extremistas*" dos afro-asiáticos, mas ignorando o facto de os delegados dos governos daqueles países terem sublinhado a sua crença nos princípios de autodeterminação e independência. Ou seja, opiniões que se encontravam a meio caminho entre as de Portugal e dos afro-asiáticos não chegavam ao conhecimento dos cidadãos portugueses. A principal consequência deste facto estava na mudança de opinião por parte de "*Portugueses mais iluminados*", anteriormente fortes críticos das posições e atitudes do governo em relação ao Ultramar, uma vez que haviam conduzido ao abandono de Portugal por parte dos seus amigos tradicionais, mas que vistos os últimos resultados das votações nas NU, passavam a "*acreditar que o Dr. Salazar, na sua grande sabedoria, e ainda maior persistência*", acabara por provar estar certo. Simplesmente, este estado de coisas podia ser considerado "*potencialmente perigoso*" para o Governo, sobretudo a partir do momento em que se verificasse "*um novo desastre*" na estratégia de política externa e ultramarina. Essa forte eventualidade não deixaria de provocar uma alteração

altere a sua política face aos territórios africanos que administra; ameça Portugal de expulsão das NU, caso seja mantido, por parte de Portugal, o incumprimento das resoluções da AG e do CS.

485 EUA, RU, França, Itália, Bélgica, Canadá, Turquia, Austrália, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Espanha e África do Sul (além de Portugal).

486 Cf. Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário 1960-1968)*, 1986, p. 50; e idem, *História de Portugal. 1933-1974, II Suplemento*, 1981, pp. 307-308.

no ambiente de "*complacência*" vivido, quebraria o "*moral da população*", aumentando por isso o seu "*ressentimento*" numa proporção directa.⁴⁸⁷

E no ano de 1963 continuaram as pressões sobre o governo português, de modo a que fosse alterada a orientação da sua política ultramarina, da mesma forma que se mantiveram divisões no seio do regime e do próprio Governo, quanto àquele que devia ser o sistema de governação e o destino político dos territórios portugueses de além-mar. No debate, em Conselho de Ministros, da Lei Orgânica do Ultramar, estiveram presentes pelo menos parte daquelas diferenças que tolhiam o regime. No dia 25 de Janeiro de 1963,⁴⁸⁸ teve lugar uma discussão "*viva, quase violenta*", uma vez que o projecto em discussão se mostrava muito mais descentralizador do que seria, "*a princípio*", previsível. Silva Cunha (subsecretário de Estado da Administração Ultramarina), presente na reunião ministerial, era o autor do projecto que o novo Ministro do Ultramar, Peixoto Correia, apresentou, e que estava "*de harmonia com a sessão magna do Conselho Ultramarino*." Correia de Oliveira (Ministro de Estado Adjunto do Presidente do Conselho) considerou as alterações propostas como "*monstruoso, de traição à pátria*". Antunes Varela, ministro da Justiça, considerou o projecto "*duvidoso nos seus princípios, defeituoso na sua forma*." Pedro Soares Martinez, Ministro da Saúde e Assistência, afirmou-se "*desgostoso*" e desconhecendo "*motivos externos ou internos*" que o justificassem. Enquanto "*Galvão Teles*",⁴⁸⁹ "*Quintanilha*",⁴⁹⁰ "*Santos Júnior*",⁴⁹¹ "*Carlos Ribeiro*"⁴⁹² e "*Gonçalves de Proença*"⁴⁹³ assumiam uma "*posição moderada*", defendendo que o projecto deveria, desde logo, ser enviado à AN. O Ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira, "*apoia o projecto*", para logo de seguida admitir a "*independência de Angola e Moçambique*", uma vez que considerava "*irreversível o*

487 Cf. FO371-169441. File1015/1. Telegrama da Embaixada do RU em Lisboa para o FO. 3 de Janeiro de 1963.

488 Um primeiro exame do projecto teve lugar a 16 de Janeiro. As discussões "de fundo" aconteceram a 25 e 26 daquele mês. Cf. Franco Nogueira, *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.d.b., p. 457.

489 Ministro da Educação.

490 Ministro da Marinha.

491 Ministro do Interior.

492 Ministro das Comunicações.

493 Ministro das Corporações e Previdência Social.

anticolonialismo."⁴⁹⁴ Teixeira Pinto, responsável pela Pasta das Finanças, e Franco Nogueira, consideravam ser o problema apenas "*político*" e, nesse "*contexto*", deveria o projecto ser enviado de imediato à AN.

Perante um Conselho de Ministros dividido, e tendo-se manifestado muitas opiniões contrárias ao projecto, Silva Cunha terá segredado a Franco Nogueira a intenção de se demitir, caso o texto da sua autoria viesse a ser recusado. Gomes Araújo e Luz Cunha, Ministros da Defesa e do Exército, respectivamente, mostraram-se "*muito prudentes, e cautelosos*", receando "*eventuais reacções das Forças Armadas*." Salazar, como quase sempre, pronuncia-se no final. Entendia que "*com as pequenas alterações sugeridas*", ficara "*decidido enviar o projecto à Câmara Corporativa e à Assembleia*." O Chefe de Governo, que preparara com Silva Cunha o texto, apesar da opinião favorável do Conselho Ultramarino e de apenas uma minoria dos Ministros reunidos se ter manifestado frontalmente contra, opta pelo recuo. Prescindindo de qualquer reacção dos sectores mais conservadores do regime e, especialmente das FA, decide reformular os princípios que concediam "*maior descentralização e autonomia*" às Províncias Ultramarinas. Os Negócios Estrangeiros perdem assim argumentos para serem apresentados na ONU e, sobretudo, junto dos aliados da OTAN. O MU terá que enfrentar o descontentamento dos colonos e dos seus representantes políticos e administrativos naqueles territórios. Uma vez mais, Salazar lançara o isco da liberalização e da abertura, ainda que em termos muito moderados, como aliás era sempre seu timbre. Mas porque demasiado preso aos "*ultras*", de quem dependia no caso de uma guinada liberalizadora mais forte, vinda do interior ou do exterior, decide-se pelo recuo.⁴⁹⁵

Apesar de tudo, tinha-se ido mais longe do que aquilo que inicialmente se previra. Receara-se que após a saída de Adriano Moreira no início de Dezembro, as recomendações adoptadas pelo Conselho Ultramarino a favor da descentralização, numa reunião extraordinária em Outubro, acabassem por ser postas de lado e não fossem tidas em

494 Neste momento Salazar terá declarado não ter ouvido bem as palavras de Arantes e Oliveira, pedindo-lhe, por isso, que repetisse. O Ministro fê-lo "sem titubear".

495 Cf. Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário 1960-1968)*, 1986, p. 55 e Idem, *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.d.d., pp. 457-458.

conta para a elaboração da nova Lei Orgânica do Ultramar Português. Não se tendo verificado este facto, temeu-se que essa fosse a atitude do governo, quando se reunisse para apreciar as propostas do referido Conselho. Sobretudo, porque o ministério pós-remodelação de Dezembro, era visto como mais conservador, reforçando a posição de Salazar, normalmente visto como mais próximo dos sectores integracionistas na concepção da política ultramarina.⁴⁹⁶

A proposta de Lei Orgânica do Ultramar, tal como enviada à AN, podia merecer uma apreciação moderadamente positiva: "*um primeiro passo cauteloso na direcção certa.*" Garantia a atribuição de uma maior autonomia financeira aos governadores das províncias ultramarinas, ao mesmo tempo que concedia às Assembleias Legislativas daqueles territórios poderes legislativos a serem usados ao nível da administração local. Simultaneamente, o texto apresentava a vontade de melhorar a situação socio-económica dos territórios. Em conclusão, tratavam-se de reformas que iam ao encontro das aspirações das populações brancas de Angola e Moçambique, mas não dos "*nativos*", e cujos aspectos mais progressistas eram inspirados no pensamento e na acção de Adriano Moreira. Restava apenas saber se viria a ser aprovada na sessão legislativa em curso, que concluía os seus trabalhos a 31 de Março. Caso essa aprovação se verificasse no decurso do ano de 1962, então poder-se-ia concluir que o Governo português estava interessado em prosseguir o seu lento e moderado programa de reformas.⁴⁹⁷

O projecto viria a ser "*adoptado*", com as poucas emendas que a AN achou por bem introduzir, no fim de Abril, sendo promulgada como Lei no dia 24 de Junho. O texto aprovado era, substancialmente, o mesmo que aquele "*submetido*" à AN em Fevereiro. As alterações feitas revelavam o peso dos deputados conservadores. Assim, alguns dos poderes eram devolvidos ao Ministro do Ultramar; foi coarctado o poder dos Conselhos Legislativos Provinciais em fazerem aprovar legislação contra a opinião dos Governadores-Gerais; os Conselhos de Governo Provincial, que o projecto-lei decidira abolir na-

496 Cf. FO371-169465. File1511/1. Telegrama da Embaixada do RU em Lisboa para o FO. 11 de Janeiro de 1963.

497 Cf. FO371-169465. File1511/2. Relatório da embaixada do RU em Lisboa para o FO. 13 de Março de 1963.

que as províncias dispondo de Governador-Geral, foram mantidos em todas as províncias, dispondo de poder consultivo. O texto final da Lei Orgânica, exprimia o equilíbrio possível entre os "integracionistas" e os defensores de uma maior "descentralização administrativa". E ainda que as alterações introduzidas fossem no sentido de favorecer os primeiros, o certo é que se tratavam de mudanças de "ênfase mais do que de substância."⁴⁹⁸

Depois de, em Março, a Comissão dos Vinte e Quatro, reunida na sede das NU em Nova Iorque, ter convidado Portugal a participar nos seus trabalhos. Convite que Lisboa declina por não pretender atribuir-lhe a legitimidade e a legalidade que contesta. No início de Abril a mesma Comissão reclama, junto do governo português, o envio de informações requeridas em várias resoluções do CS e da AG. A réplica portuguesa passa pela formulação de "*duas propostas inesperadas*." Em primeiro lugar, a realização de reuniões entre o governo português e os governos dos países "*vizinhos dos territórios portugueses, para realizar uma colaboração em assuntos de interesse comum*". Em segundo lugar, e uma vez que a Comissão dos Vinte e Quatro acusa a atitude de Portugal como sendo de ameaça à paz mundial, dada a natureza política da sua presença na região, disponibiliza-se para "*negociar*" e "*assinar pactos de não-agressão com quantos se sentirem ameaçados*."⁴⁹⁹

Em Abril, quando ainda se discutia no Comité dos Vinte e Quatro uma proposta de resolução a enviar ao CS, condenando a política ultramarina portuguesa e propondo a imposição de sanções a Lisboa,⁵⁰⁰ o Senegal faz junto da ONU, e para tal pede uma reunião do CS, uma queixa contra Portugal. A acusação tem por base a violação do espaço aéreo senegalês e o bombardeamento de uma povoação junto à fronteira, por avi-

498 Cf. FO371-169465. File1511/2. Relatório da embaixada do RU em Lisboa para o FO. 3 de Julho de 1963.

499 Cf. Franco Nogueira, *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.d.b., pp. 464-465.

500 Os EUA e o RU opõem-se à vontade dos afro-asiáticos promotores do projecto de resolução, por a considerarem radical. Washington insiste na sua proposta de nomeação de um relator para avaliar a questão dos territórios não-autónomos portugueses. O problema das facilidades nos Açores e a acumulação de problemas na Rodésia do Sul não são estranhas à atitude de norte-americanos e britânicos. Cf. FO371-169441. File1015/4. Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 6 de Abril de 1963. A França, a Itália, a Austrália e a Dinamarca recusavam-se também a votar quaisquer sanções contra Portugal. Cf. Telegrama nº 69. Da Embaixada de Portugal em Paris para o MNE. 6 de Abril de 1963.

ões militares provenientes da Guiné-Bissau. Uma resolução acabaria por ser aprovada, não sem que, pelo meio, fossem discutidas as questões coloniais portuguesas levantadas no referido Comité.

Ou seja, a convocação do CS para analisar e deliberar sobre o incidente de Baumak (nome da povoação senegalesa supostamente bombardeada pela força aérea portuguesa), acabaria por se tornar num pretexto para a inclusão na sua agenda da política ultramarina portuguesa. O objectivo era fazer aprovar uma resolução condenatória, não apenas daquela acção militar, mas da atitude de Lisboa em relação à situação política em que se encontravam os seus territórios africanos. Daí que um dos membros da Missão Permanente dos EUA nas NU, chegasse a aconselhar o MNE português a uma acção rápida junto das capitais dos países africanos moderados, com o objectivo de os "*procurar convencer*" de que a "*proposta*" portuguesa ao Comité dos Vinte e Quatro "*para negociações bilaterais era genuína e sincera, e não apenas uma manobra política como africanos pensavam.*" Esta atitude demonstraria, segundo a diplomacia norte-americana, que Portugal estava "*verdadeiramente aberto*" a uma discussão de "*problemas de comum interesse, e não apenas a pactos de não-agressão sob a égide e os bons ofícios do Secretário Geral.*" O interlocutor de Garin estava informado da vontade do SG em "*auxiliar desde que as partes interessadas lho pedissem*". Assim, aquele diplomata português poderia procurar o "*Secretário Geral a fim de obter sua cooperação.*" Porém, os norte-americanos não estavam informados sobre a possibilidade dos "*africanos*" poderem "*reagir favoravelmente*", ou não, às diligências do governo português. O Chefe da Missão de Portugal na ONU era assim obrigado a concluir que considerara a "*conversa*" como não sendo mais do que uma "*diligência americana*" para preparar Portugal para aquilo que se pensava "*ser já uma inevitabilidade — a do debate da próxima reunião do Conselho de Segurança se alargar e vir a englobar a questão da resolução do Comité dos 24.*" Não via, por isso, maneira de dar seguimento à "*sugestão americana na parte*" respeitante às "*conversas com os africanos,*" uma vez que poderia dar a "*impressão extrema de fraqueza,*" mas que, "*todavia*", não havia sido transmitida

ao diplomata norte-americano responsável pela diligência junto da missão do Governo de Lisboa.⁵⁰¹

O resultado da queixa do Senegal no CS acabaria por não se revelar particularmente negativo para Portugal. Como recordaram a Marcello Mathias numa sua ida ao MNE francês, os países do "*bloco comunista e todos os países afro-asiáticos*" tinham tido o claro "*propósito de provocar um debate geral sobre a política ultramarina portuguesa*", o que havia sido possível evitar; haviam pretendido a votação de "*sanções contra Portugal*", o que também não tinham conseguido; "*desejavam*" que "*pelo menos*" se tivesse constituído uma "*comissão internacional de inquérito*", com todos os "*sérios perigos que de tal comissão poderiam advir*" e que "*igualmente não obtiveram*". E se a "*recomendação adoptada*" não correspondia aos desejos do Governo de Lisboa, evitaram-se, do ponto de vista do Quai d'Orsay, "*todas as graves consequências que comunistas e afro-asiáticos tinham em vista*" contra Portugal "*através da campanha [por eles] iniciada*." Por outro lado, dois côsules franceses haviam confirmado em Boumack a existência de traços de "*rockets nas árvores e uma criança levemente ferida*," pelo que França não havia podido "*colocar-se na posição portuguesa de negar formalmente a existência do incidente invocado Senegal*." Por isso, havia-se receado que os "*afro-asiáticos atingissem os seus fins*." Convinha também que Lisboa não esquecesse o facto de Paris ter "*de considerar os 17 países africanos de língua francesa*", com os quais mantinha uma ligação através de "*tratados e acordos de vária ordem*", e que esses países exerciam, tanto na capital francesa "*como em Nova Iorque*", as maiores pressões e que formulavam protestos contra a política francesa, sempre que esta contrariava "*os seus objectivos ou interesses em favor de Portugal*". Em jeito de conclusão, o Quai d'Orsay informou Marcello Mathias que embora ainda não tivesse tido lugar o "*debate sobre o colonialismo*" português, tão ambicionado pelos afro-asiáticos, talvez houvesse não só a "*conveniência*" de Portugal em "*manter contacto com a França*", mas ainda "*reconhecer que dentro da sua necessidade de manter relações íntimas com países africanos de língua francesa e de defender a multiplicidade de interesses*" que prendiam

501 Cf. Telegrama nº 175. Missão Permanente de Portugal na ONU para o MNE. 12 de Abril de 1963.

aqueles países a Paris, ter a França "*feito por Portugal o máximo*" que lhe era "*possível até à última extremidade*".⁵⁰²

Portugal continuava a possuir ainda alguns bons argumentos para desenvolver a sua estratégia política no Ultramar. Uma campanha de informação promovida pelo Governo estava em curso, fundamentalmente nos EUA, desde o Verão de 1961, e vinha produzindo bons resultados.⁵⁰³ Nomeadamente, através de uma eficaz publicitação das posições portuguesas e do apoio explícito a estas que era recebido junto de certos sectores políticos influentes de Washington. "*Mais de duas centenas de jornalistas*" haviam sido convidados a visitar Angola, e mais de metade produzira, no geral, juízos favoráveis. Fora posta em acção uma ofensiva junto da OIT e que "*destroçara*", naquele organismo, a imagem dos seus principais "*detractores*" africanos na ONU (o Ghana e a Libéria). Por outro lado, vinham sendo feitas importantes diligências diplomáticas junto de países africanos, geograficamente contíguos aos territórios portugueses na África Austral, pretendendo-se com isso demonstrar a importância do estabelecimento de um bom relacionamento político, de forma a poder ser rentabilizada a interpenetração económica e geopolítica existente. Finalmente, continuava presente no espírito do Governo de Lisboa, que estes meios não eram suficientes para melhorar a sua situação, e que por isso era necessário avançar no sentido da evolução política.⁵⁰⁴

Em Junho, os EUA continuavam empenhados em resolver a questão colonial portuguesa, e, em particular, o problema de Angola. Procuraram, por exemplo, rentabilizar a entrada da Noruega, país membro da OTAN, para o CS da ONU, ao convidarem o governo daquele país a juntar-se ao RU, e aos próprios EU, nas diligências a efectuar junto de Lisboa. Tendiam assim a seguir uma estratégia segundo a qual o "*ocidente*" deveria fazer "*qualquer coisa*" de forma, quer a influenciar a política portuguesa quer a

502 Cf. Telegrama nº 80. Da Embaixada de Portugal em Paris para o MNE. 25 de Abril de 1963.

503 O próprio Dean Rusk aconselhara este tipo de iniciativa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português. "Rusk insiste fortemente [...] [n]a necessidade de fazermos [o governo de Lisboa] propaganda nos Estados Unidos para esclarecer e persuadir uma opinião pública americana que é hostil à política portuguesa em África." Cf. Franco Nogueira, *Diálogos Interditos. Parte Primeira (1961-1962-1963)*, 1979, p. 61.

504 Cf. FO371-169441.File1015/3. Relatório da embaixada do RU em Lisboa para o FO. 19 de Março de 1963.

acompanhar os países africanos "*moderados*", que haviam saído vencedores da reunião da OUA em Adis-Abeba. Isto porque, se por acaso, viesse a verificar-se que, por falta de uma acção concertada do ocidente junto do Governo português, este não modificava a sua política ultramarina, então os "*moderados*" da OUA sentir-se-iam frustrados e, por isso, dispostos a dar uma oportunidade aos "*pan-Africanos extremistas*", enfraquecendo a posição dos EUA e seus aliados, não só à escala global mas naquele continente. Washington continuava assim a encarar o problema do colonialismo português num quadro alargado, em que colocava num dos pratos de uma balança da política internacional, o enorme peso de vários países africanos, intransigentes na independência de todos os territórios africanos, mas longe do radicalismo de uma minoria que exibia algumas preocupantes ligações ao bloco socialista, e no outro Portugal e a sua estratégia de afrontamento dos princípios da autodeterminação e independência corporizados na ONU, cujo único significado realmente importante se resumia ao exercício de soberania sobre o arquipélago dos Açores.⁵⁰⁵

Segundo a embaixada do RU em Lisboa, o Governo português estava, em meados de 1963, numa posição de quase absoluta imobilidade e, portanto, indisponível para transigir face a qualquer tipo de pressão proveniente do exterior, mesmo que produzida pelos seus aliados na OTAN. Continuaria pois a defender que o sistema por si adoptado era aquele que realmente correspondia à aplicação do princípio da autodeterminação e que, se mudanças fossem pedidas ou necessárias, apenas podiam ser postas em prática através de medidas tomadas pela AN ou pelos vários conselhos legislativos nas províncias ultramarinas. Qualquer proposta de diálogo nunca poderia comportar a atribuição do estatuto de interlocutor aos movimentos que apenas comportavam "*renegados e terroristas*". Quaisquer conversações com países africanos, deveriam ter sempre em conta as propostas feitas por Lisboa, naquele ano, nas NU; a oferta de início de con-

505 Cf. FO371-167459.File2281/11. Circular do FO para a embaixada do RU em Washington. 18 de Junho de 1963.

tactos com alguns países africanos no sentido de serem discutidos assuntos de interesse geral e assinados acordos de não-agressão.⁵⁰⁶

Após a primeira reunião da OUA em Adis-Abeba, torna-se claro que, definitivamente, as iniciativas contra o colonialismo na ONU, como contra o apartheid, passam para as mãos daquela organização regional. Assim, os países ali representados delegam na Libéria, Tunísia, Serra Leoa e Madagáscar, a missão de requerer junto CS das NU, um debate sobre o caso português. Tratava-se aliás, de uma acção de que as principais potências aliadas de Portugal, tinham conhecimento desde meados de Junho. Por isso, se sucederam os encontros com o objectivo de ser encontrada uma fórmula, não apenas capaz de levar Portugal a fazer algumas cedências, sobretudo no sentido de reconhecer e aplicar o princípio da autodeterminação nos seus territórios africanos, mas de, igualmente, prepararem e apresentarem uma proposta de resolução que viesse a evitar a adopção de um texto radical concebido pelos africanos. Assim, um projecto de resolução patrocinado pelos norte-americanos deveria incluir a condenação da política colonial portuguesa; reconhecer o direito dos territórios ultramarinos portugueses à autodeterminação e à independência; pedir para que Portugal iniciasse conversações, "*na base da autodeterminação*", com os líderes africanos que reivindicavam a independência dos territórios ultramarinos portugueses; negar a venda de armas a Portugal que pudessem vir a ser utilizadas sobre as populações dos seus territórios africanos. Recusava, porém, a possibilidade de qualquer embargo total à venda de armas ao Estado português. Implicitamente, deveria ser mantida a proposta de nomeação de um relator das NU que viesse a visitar e a analisar a situação no Ultramar português, mas que tivesse ainda presente a necessidade de melhoria das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados africanos vizinhos dos seus territórios no continente negro.⁵⁰⁷

Já mais próximo da reunião do CS, a principal preocupação ocidental é a de evitar a aprovação, ou mesmo a apresentação, de qualquer projecto de resolução prevendo a

506 Cf. FO371-167459.File2281/9. Telegrama da embaixada do RU em Lisboa para o FO. 22 de Junho de 1963.

507 Cf. FO371-167459.File2281/10. Telegrama da Embaixada do RU em Washington para o FO. 23 de Junho de 1963.

imposição de sanções económicas a Portugal e a sua expulsão da ONU. Por outro lado, o problema da renovação do acordo para a concessão de facilidades nos Açores, levava os EUA a considerar a utilidade em continuar a discutir a política ultramarina portuguesa no âmbito da OTAN. O que significava a intenção de considerar a possibilidade de se passar a tratar os acordos para a concessão de facilidades nos Açores como um assunto multilateral, e não apenas bilateral. Os EUA estavam realmente incomodados com o facto do governo português utilizar os Açores como uma arma de política externa capaz de coarctar a liberdade de acção norte-americana e levar Washington a agir em contra-dição com alguns dos seus princípios e muitos dos seus interesses.⁵⁰⁸

Numa reunião entre o Departamento de Estado e os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países africanos directamente promotores da reunião do CS, e do projecto de resolução a ser discutido naquele órgão, ficou claro não haver a intenção de propor a expulsão de Portugal da ONU, ou de se pretender que viessem a ser impostas quaisquer sanções, económicas ou políticas, a Lisboa. Apenas estava prevista a continuação de restrições à venda de armamento, nomeadamente pela interdição do seu uso nos territórios africanos sob administração portuguesa. A principal alteração que os africanos pretendiam introduzir no espírito e na letra da resolução a discutir e a aprovar pelo CS, relacionava-se com o princípio segundo o qual a situação nos territórios sob administração portuguesa deveria passar a ser encarado à luz do previsto no capítulo VII⁵⁰⁹ da *Carta*, e já não do disposto no capítulo VI,⁵¹⁰ como acontecera com a resolução aprovada pelo CS no mês de Junho de 1961, uma vez que o Governo português não havia, no espaço de tempo percorrido, dado qualquer sinal de mudança de atitude. As restantes possíveis intenções africanas não eram, porém, ainda visíveis. Havia, no entanto, ficado aberta uma porta para a negociação entre norte-americanos e africanos.⁵¹¹

508 Cf. FO371-167459.File2281/27. *Record of Meeting on July 8 at 2.40 p.m.. Portuguese Territories*. 11 de Julho de 1963.

509 Artigos 39º a 51º. Acção [do CS] relativa a ameaças à paz, ruptura da paz e actos de agressão.

510 Artigos 33º a 38º. [O CS e] Solução pacífica de conflitos.

511 Cf. FO371-167460.File2281/15. Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 23 de Julho de 1963.

Depois de conhecido o texto da resolução a ser proposto pelos afro-asiáticos ao CS (apresentado por delegados do Ghana e das Filipinas), os representantes dos EUA, RU, Noruega, Brasil, China e França, consideraram-no demasiado radical e passível de não ser aprovado, uma vez que era feito um diagnóstico da situação recorrendo ao disposto no capítulo VII da *Carta das NU*.⁵¹² Nomeadamente através das propostas expressas nos parágrafos 4, 6 e 7. O primeiro daqueles parágrafos considerava a situação vivida nos territórios portugueses como uma séria ameaça "*à paz e segurança em África*". O segundo apelava para um "*embargo*" total à venda de armas. O terceiro induzia o SG a "*assegurar a implementação*" do disposto na resolução num espaço de dois meses, o que em si era considerado "*irrealista*."⁵¹³

Durante a apresentação do projecto de resolução afro-asiático, o representante do Ghana afirmaria que os Estados africanos não esperavam que Portugal cumprisse "*imediatamente*" tudo o que nele estava estabelecido, mas que desse "*alguns passos positivos*" e demonstrasse alguma "*boa fé*". Caso contrário "*os Estados Africanos poderiam não estar dispostos em manter a sua paciência*." Sublinharia ainda que era vontade daqueles países deixarem ao SG a escolha dos meios através dos quais a resolução poderia vir a tornar-se efectiva. A sua acção poderia produzir-se através de consultas directas com o governo português, como pelo envio de um emissário para estabelecer esses contactos de forma a serem definidos os termos em que a resolução viria a ser cumprida.

O representante norueguês, que falou depois daquele delegado africano, sublinhou que o seu país compreendia a ansiedade dos países africanos face aos problemas relativos à autodeterminação e independência, e que qualquer tentativa de impedir a sua concretização estava condenada ao fracasso. Felicitou os Estados africanos pelo facto de escolherem a ONU para poder chegar-se a uma solução quanto às questões coloniais, e

512 Cf. FO371-167460.File2281/24. Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 26 de Julho de 1963.

513 Cf. FO371-167460.File2281/25. Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 26 de Julho de 1963. O FO pretendia ainda ver alterado o §3 da resolução proposta pelos afro-asiáticos, mas que não melindrada o representante dos EUA. Nele era condenada a "atitude do governo português e as suas repetidas violações dos princípios da Carta das Nações Unidas", além das sua continuada recusa em "implementar as resoluções" da AG e do CS. Cf. FO371-167460.File2281/26. Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 26 de Julho de 1963.

por não terem procurado o caminho da *"acção unilateral"*. Igualmente, o Governo norueguês declarava não poder aceitar a *"tese portuguesa acerca das 'suas províncias ultramarinas'"*, embora compreendesse que pelo facto de Portugal ser um país de escasos recursos, poderia viver uma situação particularmente difícil caso *"todos os seus territórios ultramarinos optassem pela independência."* Por isso, acreditava que os países industrializados e amigos de Portugal viessem a ajudá-lo no decurso do processo de ajustamento que acompanhasse a concessão de independências. Mas o seu país não podia concordar com as propostas de total embargo à venda de armas ao Governo Lisboa, uma vez que elas eram necessárias tanto para a legítima defesa do país, como para o cumprimento dos seus compromissos na Europa. A mais difícil tarefa do CS estava em conseguir obter o estabelecimento do direito à autodeterminação nos territórios ultramarinos portugueses. Neste sentido, esperava que o CS viesse a poder nomear uma ou mais personalidades que viessem a visitar aqueles territórios e a ajudar Portugal na aplicação do referido direito — uma referência à figura do relator tão do agrado de Washington.

O delegado venezuelano fez votos para que o CS adoptasse medidas que viessem a abrir o *"caminho da independência"* para os territórios ultramarinos portugueses. O representante da China afirmou, que apesar de o seu país não acreditar ser Portugal *"culpado pela opressão das populações indígenas habitantes dos seus territórios"* ultramarinos (referência à alínea *b*) do §5 do projecto de resolução dos afro-asiáticos), sentia-se na obrigação de reconhecer que a política de *"assimilação"*, levada a cabo por Portugal, não tinha sido um sucesso. A China esperava, por isso, que Lisboa aceitasse *"a competência das NU relativamente aos seus territórios"*.

O representante do Governo de Paris disse que *"o seu país apoiava o princípio da autodeterminação e que desejava vê-lo aplicado por toda a parte."* Mas que existiam limites para aquilo que o CS podia *"legitimamente recomendar."* As NU não podiam, por isso, substituir-se à autoridade administrante no caso dos territórios em discussão ou *"interferir nos seus assuntos internos."* A sua delegação não podia apoiar qualquer tipo de medida que implicasse a adopção de sanções, a suspensão de Portugal da qualidade

de país membro ou outra similar. Relativamente ao fornecimento de armas, seria importante que cada país "*tomasse medidas efectivas para prevenir o seu uso em actos de repressão*" que contrariassem a *Carta*.

O representante dos EUA recordou o apoio do seu país ao "*princípio da autodeterminação*", e que a aceitação e o cumprimento deste direito era, por isso, o centro do problema em discussão. Considerava que Portugal tinha ainda um papel a desempenhar em África, no caso de colaborar com as disposições das NU. A principal dificuldade encontrava-se no facto de não existir qualquer diálogo entre as partes envolvidas no conflito discutido no CS. Por isso felicitava o convite ao diálogo, com vários países africanos, feito em Abril por Franco Nogueira, no decurso da reunião do Comité dos Vinte e Quatro. Os EU consideravam ainda útil a nomeação pelo CS de um relator que visittasse os territórios ali em discussão e ouvisse todas as partes interessadas.⁵¹⁴ Quanto ao projecto de resolução apresentado pelos afro-asiáticos, o representante do Governo de Washington considerava ser, em substância, muito pouco aquilo com que a sua delegação discordava. Poderia ser apoiada na sua globalidade, caso fosse redigida na linguagem correcta, mas nunca poderia ter a sua aprovação caso mantivesse a forma e parte do conteúdo até então conhecidos.⁵¹⁵

Nos últimos dias de Julho, tornou-se evidente que os países africanos estavam em condições de conseguir arregimentar os sete votos⁵¹⁶ favoráveis e necessários para a aprovação do seu projecto de resolução ou, pelo menos, de boa parte dos parágrafos que o compunham. Sendo que os restantes países ali representados (RU, EUA, França e Brasil) não se mostravam dispostos a votar contra o texto proposto e, portanto, virem a

514 Cf. FO371-167460.File2281/26. Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 27 de Julho de 1963. O relato destas intervenções, tal como visto pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros português, pode ser lida em Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se (Diário 1960-1968)*, 1986, pp. 71-72. As versões coincidem.

515 O FO acabaria por tentar retirar algumas importantes atribuições à figura do relator internacional a nomear pelas NU, a partir do momento em que se apercebeu que a sua existência poderia vir a legitimar uma interferência externa nos assuntos coloniais britânicos. Nomeadamente na Rodésia do Sul e na Guiana, territórios onde era previsível que se viessem a criar problemas de descolonização. O FO não via ainda com bons olhos a evocação nos projectos norte-americano e afro-asiático da resolução nº 1514 (XV). No entanto, não se percebia como seria possível um voto isolado contra uma resolução que incluísse uma e outra disposição. Cf. FO371-167460.File2281/35 e File2281/38. Telegramas da Missão do RU na ONU para o FO. 27 de Julho de 1963 e FO371-167460. Telegrama do FO para a embaixada do RU em Washington. 29 de Julho de 1963.

516 Isto é, da URSS, Marrocos, Ghana, Filipinas, Venezuela, China e Noruega.

ser conotados com a posição portuguesa. Nestas condições, os norte-americanos preparavam-se para negociar com os africanos um novo texto, um pouco mais moderado, que viesse a ser aprovado por todos os países membros do CS, mas de qualquer modo longe dos objectivos iniciais propostos por Washington. Com as atenções polarizadas em africanos e norte-americanos, os britânicos abstiveram-se de apresentar a sua proposta de resolução, negociada com os EUA, e que estes queriam também ver discutida.⁵¹⁷

Na reunião do CS, na tarde do dia que precedeu a votação da resolução afro-asiática, o representante da URSS referiu-se-lhe como sendo um texto "*muito moderado e contendo apenas um mínimo das reivindicações africanas.*" Sob o seu ponto de vista, não reflectia as exigências legítimas. O CS deveria reclamar a aplicação de "*medidas mais radicais, incluindo sanções políticas e económicas*", de forma a que Portugal fosse obrigado a aceitar "*os direitos do povo africano.*" Para concluir que o voto no CS deveria "*mostrar*" quem "*favorecia a liberdade e quem favorecia a repressão sangrenta e o genocídio.*"⁵¹⁸

Chegado o momento da votação mostrou-se impossível aos EUA, França e RU apoiarem o último projecto de resolução apresentado pelo Ghana e Marrocos — apesar das várias alterações que o tornaram menos radical. Da mesma forma, EUA e RU foram incapazes de redigir um projecto capaz de satisfazer os seus próprios objectivos. O projecto de resolução que acabou por ser votado e aprovado, considerava que os fundamentos da política ultramarina portuguesa eram contrários ao espírito da *Carta das NU* e às resoluções do CS e da AG aprovadas sobre aquela matéria; considerava que as situações vividas nos territórios sob administração portuguesa perturbavam gravemente a paz e a segurança de África; convidava Portugal a reconhecer imediatamente o direito dos povos que administrava à autodeterminação e à independência, bem como a cessar todos os actos de repressão, a retirar todas as forças militares dos seus territórios africanos, a promulgar uma amnistia política e permitir o livre funcionamento de partidos polí-

517 Cf. FO371-167460.File2281/40. Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 28 de Julho de 1963.

518 Cf. FO371-167461. File2281/45. Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 30 de Julho de 1963.

ticos, a abrir negociações com os líderes qualificados das formações políticas representativas dos povos daqueles territórios, a transferir todos os poderes para instituições políticas eleitas livremente pelas populações, devendo ser imediatamente concedida independência, caso fosse essa a vontade manifestada. Por último, era pedido aos países membros da ONU que fosse posto um fim imediato a toda a ajuda ao Governo português e que, igualmente, tomassem medidas para que lhe não fossem fornecidas armas ou qualquer outro material militar.⁵¹⁹

Mas, à discussão e aprovação desta resolução, suceder-se-iam uma série de eventos através dos quais se nota a capacidade de manutenção de iniciativa política por parte do governo português, reforçada pelo facto de ser possível contar com a colaboração e o empenho norte-americano. Lisboa repudiou imediatamente a resolução, reforçou a já referida proposta de conversações com governos de vários países africanos, convidando igualmente personalidades desses mesmos países a visitar e percorrer os territórios africanos sob administração portuguesa. "*Paralelamente*", procurou-se enquadrar o debate no CS num conjunto de "*outras iniciativas, apresentadas dentro e fora do contexto da ONU*." Passavam elas pelo pedido de designação, por parte do SG, de uma ou duas personalidades independentes e de prestígio internacional para se deslocarem a Angola e Moçambique e tomarem contacto com as respectivas realidades políticas, económicas, sociais e outras, cabendo-lhes depois a elaboração e apresentação de relatórios ao SG.⁵²⁰ Como pela já referida proposta de negociações para assinatura de pactos de não-agressão entre o governo de Lisboa e os daqueles países fronteiros aos territórios ultramarinos portugueses. Ou ainda pelos convites dirigidos ao SG da ONU para que este nomeasse "*representantes qualificados*" que viessem a "*discutir e examinar os problemas*" pendentes com o governo português. Por último, era solicitada a preparação, por parte das agências especializadas das NU, de estudos com dados de vária ordem sobre

519 Cf. FO371-167462. File2281/61. West and Central Africa Dep. para Foreign Office (Cabinet). 31 de Julho de 1963.

520 Tratava-se da insistência para a criação da figura do relator internacional, inicialmente concebido e proposto pelos EUA.

os territórios portugueses que viessem a ser confrontados com os trabalhos produzidos pelos relatores nomeados.⁵²¹

Porém o sentimento, genuíno ou encenado, manifestado por Franco Nogueira ao Embaixador britânico em Lisboa, após a aprovação pelo CS da resolução S/5380 era de algum desânimo e desagrado pelo curso dos últimos acontecimentos. A "*perspectiva*" do Ministro dos Negócios Estrangeiros português era "*fatalista*". Considerava incompreensível que os membros permanentes do CS tivessem sido "*tão indiferentes*" em relação às suas "*responsabilidades*", uma vez que pensava não existirem quaisquer razões para a adopção da resolução, mas sim uma série de bons motivos para a sua não aprovação. Referiu depois a "*futilidade*" que era tentar "*explicar assuntos a pessoas que não estavam interessadas na verdade*", pelo que mais valia considerar seriamente se valia a pena a Portugal continuar nas NU por muito mais tempo.

Franco Nogueira citou de seguida ao seu interlocutor, o facto de vários delegados africanos, na sequência do debate no CS, se lhe terem dirigido e pedido para que não fossem tidas em conta as declarações públicas por eles proferidas e, muito particularmente, que Portugal não retirasse as suas tropas do Ultramar, nem fizesse qualquer declaração que reconhecesse o princípio da autodeterminação naqueles territórios.⁵²² Franco Nogueira referiu-se ainda, muito favoravelmente, ao discurso do representante do RU durante os debates no CS, parecendo, segundo o embaixador, que as partes daquele em que eram feitas críticas a Portugal, não tinham afectado o ministro. Já a intervenção do delegado norueguês foi merecedora de grandes reparos.⁵²³

Todo o período que se estende da Primavera ao Outono de 1963, prolonga e reforça a tendência verificada desde o início do ano anterior, quando Salazar desencadeou um processo de consultas acerca do rumo mais favorável a ser tomado pela política ultramarina portuguesa. Naqueles cerca de sete meses que vão da proposta do governo de Lisboa para conversas com países africanos na sequência da reunião do Comité dos

521 Cf. Franco Nogueira, *História de Portugal. 1933-1974, II Suplemento*, 1981, pp. 313-314.

522 Cf. Idem, *ibidem*, p. 72.

523 Cf. FO371-167462.File2281/65. Telegrama da Embaixada do RU em Lisboa para o FO. 8 de Agosto de 1963.

Vinte e Quatro em Março e Abril, até Novembro e às conversas nas NU entre o ministro Franco Nogueira com representantes de vários países africanos,⁵²⁴ sucedem-se os contactos, questionam-se estratégias. Existe a possibilidade real de conquistar o apoio norte-americano para a política ultramarina portuguesa, embora Lisboa deva apresentar como contrapartida o reconhecimento e a aplicação do conceito de autodeterminação nos seus territórios ultramarinos em África, sendo que aquele não deverá necessariamente coincidir ou com a concepção norte-americana, ou com a das NU ou dos afro-asiáticos, embora deva possuir sempre uma dimensão ou expressão democrática. Neste período, indiscutivelmente, aproximaram-se de facto posições. A intransigência portuguesa atenua-se, a administração norte-americana parece ganhar um outro entendimento, tanto da posição de Salazar, como do alcance do seu apoio e aproximação ao bloco afro-asiático. No seio deste bloco, e apesar da criação da OUA ou dos esforços para a constituição de um movimento de países não-alinhados, apresentam-se formas diversas de entender o caso português, das quais emerge uma linha disposta, pelo menos transitoriamente, a dialogar com Lisboa. O próprio Secretariado das NU, entende que não pode, ou pelo menos não deve, fechar-se à proposta ocidental de criação da figura de um (ou mais) relator que analise a situação nos territórios portugueses em África, como deverá responder favoravelmente às solicitações para o diálogo provenientes de Portugal.

No início de Agosto, Salazar está optimista. Considera que o Governo se havia batido bem nos confrontos no CS em Julho. Haviām tido lugar, *"para além dos debates públicos [...] contactos bilaterais dos delegados portugueses com os dos governos africanos, por iniciativa destes."* E conforme confessou Franco Nogueira ao embaixador britânico em Lisboa, é por aqueles revelada *"compreensão, nalguns casos concordância com a atitude portuguesa. [...] Mas é sobretudo com o governo dos Estados Unidos que se desenvolvem [...] contactos mais estreitos"*, e donde surgem, desde os finais de

524 Pode-se ainda incluir, nesta fase, o encontro entre Franco Nogueira e Kennedy na Casa Branca, a 7 de Novembro, e as conversas entre o ministro português e Rusk e Ball no departamento de Estado, no seguinte.

Maio⁵²⁵ indicações de maior abertura. Além disso, vistos os resultados da votação em Julho no CS,⁵²⁶ era convicção de Lisboa que tinham sido definidos os limites até onde a pressão afro-asiática sobre Lisboa poderia avançar. Estava de parte o apoio ou a aprovação por britânicos, franceses ou norte-americanos, de resoluções que previssem a imposição de sanções económicas ou políticas, como o embargo total de venda de armas a Portugal.⁵²⁷

É pois com optimismo e com este pano de fundo, que Salazar, "*amarrado à escrivaninha*", prepara no "*Forte do Estoril, um discurso político sobre o problema de África*", e que será proferido aos microfones da rádio e perante as câmaras da televisão, a 12 de Agosto.⁵²⁸ Um discurso feito e dito para cumprir a necessidade de se entender a "*Nação Portuguesa*", o "*Estado Português em face dos Estados Africanos*", e "*Portugal não diante do mundo — que seria pretensioso — mas diante da tentativa de governo universal*" que se procurava exercer "*através da ONU*." Para terminar com uma afirmação de alcance pouco nítido:

*o povo que trabalha e luta não precisará de largas discussões para se orientar sobre o seu destino. Mas eu só vejo vantagem em que se pronuncie em acto solene e público sobre o que pensa da política ultramarina que o governo tem prosseguido.*⁵²⁹

E com uma outra que provoca "*um choque psicológico*":

A maneira como o País tem correspondido ao apelo que lhe havemos feito é uma lição para todos: sem hesitações, sem queixumes, naturalmente como quem vive a vida, os homens marcham para climas inóspitos e terras distantes a cumprir o seu dever — dever que lhes é ditado pelo coração e pelo fio de fé e patriotismo que os ilumina. Diante desta lição eu entendo mesmo que se não devem chorar os

525 Patente, segundo um dos interlocutores, na conversa entre o Presidente Kennedy e o Ministro dos Negócios Estrangeiros português. Cf. Franco Nogueira, *Diálogos Interditos. Parte Primeira (1961-1962-1963)*, 1979, pp. 246-250.

526 Segundo Franco Nogueira, o departamento de Estado seguiu com "minúcia" os debates no CS, e Kennedy mandou "dizer aos delegados portugueses que tomou um interesse pessoal pelo assunto." Cf. Franco Nogueira, *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.d.b., pp. 503-504.

527 Cf. Idem, *ibidem*, pp. 502-504.

528 Cf. Oliveira Salazar, "Declaração sobre política ultramarina" in *Discursos e Notas Políticas*, 6º vol., 1959-1966, 1967, pp. 287-335.

529 Idem, *ibidem*, p. 335.

*mortos. Melhor: nós havemos de chorar os mortos, se os vivos os não merecerem.*⁵³⁰

Após o discurso, e do ponto de vista do regime, há "*por todo o país, na Metrópole e no Ultramar, [...] um renovar de mística nacional.*"⁵³¹

Para o Embaixador britânico em Lisboa, o discurso de Salazar era merecedor de várias considerações. Tratava-se uma declaração "*extensa*" sobre a política governamental em relação aos territórios ultramarinos e as repercussões daquela no relacionamento de Portugal com África e o mundo. O objectivo das palavras de Salazar estava em contribuir para o processo de clarificação do seu próprio pensamento em relação aos problemas em causa, para depois concluir o seu discurso com a afirmação de que apenas via vantagens na possibilidade do povo português se pronunciar num acto solene e público, sobre aquele que seria o seu entendimento acerca da política ultramarina que o Governo vinha prosseguindo. Estas palavras, como o Embaixador Ross confirmaria posteriormente junto de Franco Nogueira, equivaliam, na "*mente*" de Salazar, à realização de um "*plebiscito no Portugal Metropolitano e nas províncias ultramarinas.*"

Mas o representante do governo de Sua Majestade em Lisboa considerava que, para além do conteúdo daquelas últimas palavras, não podia ser visto, em todo o discurso, nada de realmente novo. Mais informava que a sugestão de realização de um acto público e solene, em que o povo português se pronunciasse sobre a política ultramarina, não havia, porém, sido comentada em nenhum dos "*jornais adulatorios*" do regime, muito embora viesse sendo, por toda a parte, discutida em privado.

Segundo informações recolhidas por Archibald Ross, tratava-se o acto público e solene de uma sugestão inserida por Salazar "*no último minuto*", acrescentando que talvez por isso o discurso tivesse sido gravado e difundido "*duas horas e meia mais tarde*" do que previsto. Esta alteração poderia ter funcionado como resposta às declarações de Craveiro Lopes publicadas no *Diário de Lisboa* na edição de 10 de Agosto, no qual o antigo Presidente da República afirmara que "*os aspectos fundamentais da política*

⁵³⁰ *Ibidem.*

⁵³¹ Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 509.

geral, a evolução da vida económica e os problemas coloniais deveriam ser discutidos livre e publicamente." Mas aquilo que Salazar dissera, possivelmente, estaria ligado a pressões exercidas pelo "*Partido de Acção Democrática Social*",⁵³² que "*reclamara entre outras coisas 'o direito à informação.'*" Estas duas suspeitas parecem, no entanto, infundadas, uma vez que o chefe do Governo português era muito raramente susceptível a este tipo de pressões.

Ross adiantava depois, que "*rejeitara*" imediatamente, após o conhecimento do discurso, qualquer hipótese de realização de um plebiscito, e que por isso ficara surpreendido com as declarações que Franco Nogueira lhe fizera naquele sentido, ao confirmar que por trás das palavras do Presidente do Conselho estava essa intenção. Aliás, sobre este ponto, nada melhor para ajudar à sua compreensão do que as palavras do Ministro dos Negócios Estrangeiros:

*Eu havia pessoalmente sugerido a Salazar, com empenho, o anúncio da realização de um plebiscito ou referendo que, abrangendo coerentemente toda a Nação, não punha em causa a sua unidade, nem podia ser invocado contra esta: seria como se se plebiscitasse uma constituição. Não havia dúvidas quanto aos seus resultados, tanto mais que o peso eleitoral da metrópole teria de ser decisivo pela natureza das coisas. E seria difícil aos outros países, sobretudo aos ocidentais, negar o valor político e legal de um plebiscito. Poderia mesmo, embora rejeitando toda e qualquer interferência da ONU (que aliás nunca aceitaria fazê-lo senão nos seus próprios termos), solicitar-se de governos e jornalistas amigos e independentes que enviassem observadores a título meramente oficioso. Salazar acolheu a ideia na primeira versão do seu discurso. Mas sentiu receio no último minuto e substituiu a palavra plebiscito por acto solene e público, sem o definir. Desenvolvimentos ulteriores, na ONU e meios afro-asiáticos, vieram demonstrar que teria sido por estes considerado irrelevante qualquer plebiscito, por mais genuíno que fosse, desde que o resultado não fosse favorável às teses das Nações Unidas e dos governos africanos.*⁵³³

Ou seja, a ideia de um referendo ou plebiscito, ao contrário do que suspeitava o Embaixador britânico, não terá sido incluído, mas sim retirado à última da hora. Era uma

532 Social Democratic Action Party. "Em carta dirigida ao chefe do governo, e assinada por Cunha Leal, Hélder Ribeiro, Santiago Prezado e outros, afirma-se o desejo de fundar um grupo ou partido de acção democrática social [...]." Cf. Idem, *ibidem*, p. 523.

533 Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 509n. Itálicos nossos.

hipótese que Salazar ponderava seriamente, e que sectores moderados do regime, em que Franco Nogueira nesta altura se incluía, defendiam. Sob o ponto de vista dos Negócios Estrangeiros, funcionaria como importante trunfo a usar na política externa. E uma vez que, como confessa o Ministro no texto supracitado, era o próprio que vinha persuadindo Salazar para as vantagens da realização de um plebiscito, e que, portanto, estava convencido de que aquele viria a realizar-se, é natural que transmitisse essa informação a Ross. Porém, ao contrário do que pretende Franco Nogueira, como veremos, é pouco provável que o plebiscito não se tenha realizado apenas por causa da ONU ou dos afro-asiáticos, mas também por razões de política interna.

Voltando às palavras do Embaixador britânico, confessava ele para o FO, que às declarações finais de Salazar apenas fizera equivaler a possibilidade serem difundidas "*mensagens e telegramas*" com origem "*em corpos oficiais*", e possivelmente "*manifestos*" com origem em "*manifestações mais ou menos espontâneas*" tudo "*interpretado como uma aprovação solene e pública da política Ultramarina do Governo.*" Também, a reunião prevista para Luanda dos representantes de todos os distritos do império, sob a presidência do Chefe de Estado, que se preparava para uma visita a Angola, podia, sob o seu ponto de vista, ser encarada como "*uma consulta da vontade popular.*"

Certo era ainda que ninguém podia dizer quando se realizaria tal plebiscito, embora Franco Nogueira tivesse "*confirmado*" ao Embaixador, que "*a qualquer pessoa qualificada para votar nas eleições parlamentares seria permitida a votação no plebiscito.*" Caso este viesse a ter lugar, então seria necessária "*grande coragem e imaginação da parte do Governo*" para permitir uma livre expressão de opiniões. Sobretudo, porque "*sob o ponto de vista dos políticos*", daí para a frente, e ao contrário daquilo que era habitual em Portugal, todas as opiniões passariam a ser "*consideradas construtivas*", sendo possível a partir delas retirar "*conclusões válidas*", que seriam úteis àqueles que no "*estrangeiro [...] julgavam Portugal.*" Na verdade, as dificuldades eram consideradas pelo embaixador Ross como de tal forma "*grandes*", que apenas estava disposto a "*acreditar*" no plebiscito na altura em que o visse, acreditando também que não seria

proporcionada a "*desilusão*" de se presenciar um "*plebiscito a decorrer nas familiares linhas ditatoriais*."

Passando depois à análise de outros pontos do discurso, era notado o facto de todo ele "*representar o desgosto*" de Salazar em relação à política prosseguida pelos EUA desde que a "*nova administração tomara posse*". Esta atitude havia feito com que o embaixador norte-americano, Charles Elbrick, que se encontrava na sua última semana de serviço em Lisboa, ficasse aborrecido e deprimido. Já quanto ao RU, o discurso havia sido relativamente generoso, uma vez que as críticas feitas podiam ser interpretadas como "*leves*", sobretudo se se comparasse com aquilo que havia sido dito por Salazar após a ocupação de Goa pela União Indiana. "*Surpreendentemente*", não havia sido proferida nenhuma das habituais palavras de "*gratidão*" em relação a Espanha, o que podia ser entendido como reflectindo o facto de Madrid, na véspera, e sem consultar o governo de Lisboa, ter anunciado publicamente uma mudança na sua política ultramarina, tornando claro que para o futuro os dois países seguiriam caminhos diferentes naquilo que respeitava às respectivas políticas ultramarinas. Neste ponto, o facto mais significativo estava em que no encontro poucos meses antes em Mérida, entre Salazar e Franco, não havia sido comunicada qualquer possibilidade de alteração na política ultramarina espanhola.

O momento para o pronunciamento do discurso tinha sido bem escolhido, sobretudo se se tivessem presentes alguns factos que, aos olhos do Embaixador Ross, pareciam importantes. Havia passado dezoito meses sobre a última vez que Salazar se dirigira à "*nação*",⁵³⁴ não contando com a pequena alocução de Maio de 1962 às forças armadas.⁵³⁵ A "*opinião pública*" tinha vindo a estar anormalmente agitada pela situação vivida nas províncias ultramarinas, particularmente na Guiné, pelos custos crescentes das operações militares que aí tinham lugar, e em Angola, pelas detenções "*intermitentes*" de opositores ao regime, logo rotulados de "*comunistas*". Como ainda pelo "*sentimento*"

534 No dia 3 de Janeiro de 1962, perante a AN, Mário Figueiredo lera o discurso de Salazar: "Invasão e ocupação de Goa pela União Indiana". Cf. Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, 6º vol., 1959-1966, 1967, pp. 175-211.

535 Cf. "Unidade das forças armadas e consciência nacional" in Idem, *ibidem*, 1967, pp. 337-341.

generalizado de que o povo não vinha sendo consultado, ou pelo menos devidamente informado, acerca dos acontecimentos que o afectava de forma "*vital*". Igualmente, a declaração de Salazar devia ser entendida como antecipação a uma convocação que se previa próxima do CS, para mais uma vez ser tratada a questão colonial portuguesa. Neste contexto, uma conversa estimulante era necessária para restabelecer as forças do país, num momento em que se vivia um mal-estar pior do que o habitual. Ficava por saber qual o efeito que essa conversa teria na metrópole, como no Ultramar.⁵³⁶

Após o discurso de 12 de Agosto, sucedem-se alguns acontecimentos prenunciadores, mas afinal substitutos, do "*acto solene e público*" que muitos pensavam ser um plebiscito. Mas, na altura, e para aqueles que acreditavam na sua realização, parecem apenas fazer parte de "*toda*" uma "*operação política*" destinada a "*impressionar a opinião pública interna*", mas também "*o mundo exterior*." No dia 23,

*nos Passos Perdidos da Assembleia Nacional [...] os três ramos das Forças Armadas, através dos seus representantes qualificados, exprimem o seu apoio ao governo na política de África.*⁵³⁷

Confirmando as suspeitas do Embaixador britânico em Lisboa, a propósito desta cerimónia, chovem telegramas provenientes de "*todos os comandos insulares e ultramarinos [...] a afirmar a sua lealdade e apoio ao governo.*"⁵³⁸ A 27, tem lugar uma manifestação nacional. Perante centenas de milhares de pessoas, Salazar afirma que afinal "*não temos só o dever de merecer os mortos; mas também o dever de ser orgulhosos dos vivos.*"⁵³⁹ Parte depois para o Forte do Estoril. Ficara tão "*emocionado*" com a manifestação que não lhe fora possível "*trabalhar no resto da tarde.*"⁵⁴⁰

A manifestação "*enchera rapidamente*" o Terreiro do Paço com gente que "*ordeiramente*" para ela se deslocara durante toda a tarde. Discursos foram pronunciados pelo presidente da Câmara de Coimbra (cidade onde nascera a ideia de todos os

536 Cf. FO371-169465. File1511/8. Relatório da Embaixada do RU em Lisboa para o FO. 14 de Agosto de 1963.

537 Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 510.

538 Cf. Idem, *ibidem*, p. 510n.

539 Cf. "Temos também o dever de ser orgulhosos dos vivos" in Oliveira Salazar, *op. cit.*, pp. 343-347.

540 Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 512.

distritos de Portugal se manifestarem em Lisboa demonstrando a sua "*lealdade*" ao regime e à política ultramarina); por um "*negro*", Presidente da Câmara de Nampula (Moçambique); por um estudante e um oficial do exército e, para "*surpresa da maioria*", pelo próprio Salazar. Os jornais calculavam em trezentos mil o número de participantes, chegados a Lisboa em comboios, autocarros e meios de transporte privados. Dois navios haviam trazido manifestantes do Porto, embora o cônsul britânico naquela cidade não tivesse registado ali quaisquer "*sinais de entusiasmo*". Uma terceira embarcação transportara gente a partir de Setúbal. O comércio havia encerrado às 13 horas e alguma pressão havia sido feita para que "*membros de organizações oficiais, ou semi-oficiais, participassem na manifestação*". Um grande proprietário alentejano ordenara a todos os seus trabalhadores que fossem à manifestação. Havia depois as histórias de pequenos protestos que acompanhavam sempre o aborrecimento que era assistir a "*manifestações espontâneas*". Panfletos haviam circulado na Lapa, alertando os residentes para a necessidade de se deslocarem ao Terreiro do Paço e, contendo as "*palavras ameaçadoras, 'não deixem que alguém falte.'*" De qualquer modo, poderia concluir-se que o acontecimento causara enorme impressão e que o grosso dos participantes o tinha sido de forma "*provavelmente voluntária.*"

"*Animadores profissionais*" fizeram com que fossem gritadas palavras como "*Angola*", "*Portugal*" e "*Salazar*", mas o "*primeiro aplauso autenticamente espontâneo*" teve lugar quando o Presidente da Câmara de Coimbra falou da "*determinação de Portugal para com o seu dever ultramarino, mesmo se abandonado por falsos amigos.*" O Chefe do Governo foi também saudado com "*genuíno entusiasmo e o seu pequeno discurso aplaudido com sinceridade.*" Depois do discurso de Salazar, a multidão afastou-se do Terreiro do Paço, em busca de uma "*recriação mais agradável*", apesar dos "*esforços dos organizadores*" para que as pessoas ali permanecessem "*gritando palavras de ordem.*"

Segundo a Embaixada britânica, era difícil vislumbrar aquilo que se ganhara com a realização da manifestação de dia 27 de Agosto. Este evento havia sido certamente dispendioso e o sentimento geral que ficara, era de que havia, de alguma forma, "*sido dado*

um passo em frente", ou, pelo menos, *"cerradas fileiras"*. Podia também ser interpretado como uma demonstração da *"unidade do povo Português e dos seus líderes"*, embora fosse de notar que, segundo as palavras do general Câmara Pina, aquela manifestação, como a homenagem das chefias militares ao Chefe de Governo no dia 23, diziam *"exclusivamente"* respeito à política ultramarina e, portanto, não implicavam a aprovação de quaisquer outros domínios da política governamental.

Por fim, não havia nenhum sinal de que a manifestação do dia 27 pudesse ser vista como a substituição do plebiscito que Salazar insinuara no seu discurso do dia 12, embora os jornais a ela se referissem como tendo sido a *"resposta de Portugal"* ou ainda, que *"Portugal estivera em Lisboa para dizer 'Não' às Nações Unidas e para tudo oferecer à pátria imortal."* ⁵⁴¹

Na véspera destes acontecimentos, havia insistido Franco Nogueira com Salazar para que se avançasse na realização de um plebiscito *"em toda a nação sobre política africana."* Embora o Ministro reconheça que se correriam riscos *"graves"* e que apenas valeria a pena corrê-los

se houvesse a certeza de que, realizado o plebiscito, e admitindo que seriam favoráveis os resultados, estes fossem havidos por definitivos por afro-asiáticos e ONU.

Neste *"ponto"*, tal como o Presidente do Conselho, Franco Nogueira reconhecia ter as *"maiores dúvidas."*

A hipótese de realização de um plebiscito fez com que se avolumassem em Lisboa *"as interrogações em torno da política de África."* Segundo parece, a ideia de que um plebiscito viesse de facto a realizar-se, tornou-se numa quase *"certeza política"*, para o que contribuiriam, aliás, as conversas com George Ball e Amachree. Simplesmente, em muitos *"meios"* ligados ao governo ou *"havidos como de extrema-direita"*, tal hipótese provoca *"vigorosa reacção."* Destes sectores, Augusto de Castro, director do *Diário de Notícias*, terá tido um importante papel. A sua acção desenrola-se em torno de um artigo

⁵⁴¹ Cf. FO371-169465. File1511/9. Relatório da embaixada do RU em Lisboa para o FO. 28 de Agosto de 1963.

que redige para publicação no seu jornal e que intitula "*Um plebiscito?*". A sua prosa é, porém, retida pela censura, e chega às mãos de Salazar. Nele se escrevia que

*um plebiscito seria indispensável para ceder, revogando direitos inalienáveis. Nunca para manter direitos incontestáveis. [...] Podem plebiscitar-se dúvidas para as transformarmos em certezas. Mas não se plebiscitam certezas para as transformar em dúvidas. Deus não se plebiscita. A honra não se plebiscita. A Pátria não se plebiscita.*⁵⁴²

Não dando o Presidente do Conselho andamento ao artigo, decidindo se é, ou não, publicável, é o próprio Augusto de Castro que, impaciente, escreve a Salazar solicitando-lhe uma resposta. O Chefe de Governo fá-lo em termos que fazem transparecer a existência de algumas hesitações quanto à realização de um plebiscito. O artigo havia sido lido e não havia qualquer "*observação*" a fazer "*à doutrina nele defendida e que*" parecia "*certa*". Quanto à sua publicação havia que aguardar. De momento o governo estava "*em posição de deixar cair a ideia*" do plebiscito "*ou de aproveitá-la*" desde que não viesse a "*atentar contra coisas essenciais*." Caso a pergunta da consulta fosse "*aprova a política ultramarina do Governo?*", poderia "*ser interpretada como referindo-se não à defesa do Ultramar ou à afirmação dos direitos de Portugal*", mas somente como fazendo alusão "*à forma como o Governo tem orientado essa defesa*." Em seguida, Salazar criticava à esquerda e à direita. Sob o ponto de vista da política interna, uma resposta favorável àquela questão "*teria a vantagem de pôr de lado o sector que na oposição*" vinha contestando "*os termos segundo os quais*" o governo vinha agindo. "*Porque no fundo*" queriam "*outra coisa, ou seja a entrega*." Mas nos "*meios internacionais não se tirava resultado*", uma vez que se diria "*que os brancos*" votavam "*exactamente a continuação do seu domínio sobre os pretos, embora*" as "*consultas plebiscitárias*" causassem "*sempre algum abalo*", sobretudo no caso de se consultar o "*Ultramar*", o que aliás se pensava fazer. Quanto às "*críticas*" que os "*nacionalistas*" portugueses vinham fazendo, valia a pena recordar-lhes que o plebiscito precedera "*a sua entronização*",⁵⁴³ sendo ainda certo que temiam "*alguma repercussão internacional*

542 Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 523.

543 Referência ao plebiscito que legitimara a Constituição da República em vigor.

desfavorável ao seu ponto de vista." Portanto, "*nada*" estava "*assente nem definido, mas apenas que, a fazer-se alguma coisa*", deveria ser "*depois da visita do Chefe de Estado a Angola*."⁵⁴⁴

Apesar do conteúdo da resposta a Augusto de Castro, a verdade é que para Salazar toma cada vez mais peso o argumento de que a realização de um plebiscito "*pode envolver riscos graves*."⁵⁴⁵ A hipótese da sua concretização arrastar-se-ia, talvez, por mais meia-dúzia de dias, mas a 30 de Setembro, Franco Nogueira coloca as cartas na mesa. Falando "*off the record*", transmitira a uma "*fonte britânica de confiança*" sentir-se desgostoso pela "*falta de atenção que as agências internacionais e repórteres*" haviam dado à visita triunfal de Américo Thomaz a Angola, uma vez que os aplausos nela recebidos "*equivaliam ao acto público e solene*" de que Salazar falara a 12 de Agosto. Ao que parece, era esta a primeira vez que o Ministro dos Negócios Estrangeiros "*abandonava, mesmo em privado, a teoria de que as palavras de Salazar*" haviam querido "*significar um plebiscito formal*" e não outra coisa.⁵⁴⁶

Na linha daquela que vinha sendo, desde os primeiros meses de 1962, a política norte-americana em relação a Portugal e ao Ultramar, ou seja, a de uma inflexão táctica no sentido de ser atingido o objectivo estratégico traçado pela Administração Kennedy — a autodeterminação e a independência para os territórios ultramarinos —, o Subsecretário de Estado, George Ball, chega a Lisboa nos últimos dias de Agosto para dialogar com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Chefe de Governo portugueses. As instruções de que o Subsecretário de Estado era portador, se seguirmos Franco Nogueira,⁵⁴⁷ deveriam levá-lo a tomar conhecimento daqueles que eram, de facto, os interesses portugueses em relação às suas províncias ultramarinas, mas tendo a preocupação de apresentar a posição norte-americana sobre o assunto. Assim, muito embora não manifestando um posicionamento rígido, no sentido de se pretender impor um determinado comportamento ao Governo português, deveria ficar claro que Washington, à partida,

⁵⁴⁴ Citado em Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 524n. A carta de Salazar data de 24 de Setembro de 1963.

⁵⁴⁵ Cf. *idem, ibidem*, pp. 523-525.

⁵⁴⁶ Cf. FO371-169465. File1511/10. Telegrama da Embaixada do RU em Lisboa para o FO. 2 de Outubro de 1963.

⁵⁴⁷ Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 515-516.

defendia a satisfação daquelas que eram as aspirações dos povos, como meio de garantir a estabilidade política nas regiões onde se manifestavam ambições de cunho nacionalista. A não satisfação das referidas aspirações conduziria à instalação do caos, abrindo-se assim as portas para a exclusão do Ocidente, e reforçando-se a ameaça de concretização do domínio comunista.

De forma a resolver-se o impasse político vivido nos territórios portugueses em África, George Ball fora instruído para explicar ao Governo português as vantagens de um diálogo directo com chefes "*africanos moderados*", como para "*cooperar com o Secretário-Geral das Nações Unidas, incluindo um convite para este visitar Portugal e possivelmente os territórios africanos.*"

Em suma, Ball deveria instar por que, dentro da aceitação do princípio da auto-determinação e de um período de tempo indicado, Portugal executasse um plano que: a) entregasse poderes efectivos às assembleias locais; b) ampliasse progressivamente as oportunidades de voto; c) colocasse um número crescente de africanos no governo; d) alargasse e expandisse a educação; e) e previsse a discussão de todo o programa com chefes africanos (do governo ou, se viável, nacionalistas).⁵⁴⁸

Os EU estavam obviamente dispostos a colaborar num processo com estas características. George Ball devia ainda transmitir que Portugal não deveria usar em África material de guerra fornecido pelo Governo norte-americano. Caso fosse levantado por Lisboa o problema dos Açores, deveria ser comunicado o desejo de Washington de ver concluídas as "*negociações no contexto de uma forte aliança da NATO e de uma defesa efectiva do mundo livre.*"

Na noite de 28 de Agosto, Franco Nogueira desloca-se ao Forte de Santo António no Estoril "*para ouvir de Salazar o relato*" das suas conversas com George Ball, bem como para definir as linhas do relacionamento político com os EUA. Salazar recebe-o no terraço à beira-mar. "*encostado à muralha, e concentrado na luminosidade que vem do oceano*". O tempo está quente e a luz branca, reflectida pelo luar, estende-se pelo mar. O cenário descrito por Franco Nogueira, digno de um trecho de cuidada prosa literária,

⁵⁴⁸ Cf. Idem, *ibidem*. Itálicos nossos.

contém todos os ingredientes para assinalar tanto a gravidade do momento, como a serenidade e o génio do seu principal protagonista: o Chefe do Governo. Semideitados sobre duas cadeiras de verga armadas por Salazar, cada um coberto pela sua manta, e aconchegados nas respectivas almofadas, o anfitrião fala *"durante bem mais de uma hora."*

Segundo Salazar era possível registar avanços na posição norte-americana. *"Há ano e meio, há dois anos,"* a Administração Kennedy estava convencida de que *"uma pressão, uma ameaça, um ultimato"* seriam suficientes para derrubar o governo português ou alterar a sua política. Tendo visto *"que não dava resultado, desistiram."* Paralelamente, Washington vinha sentindo dificuldades, via os *"seus interesses afectados"*, tinha *"problemas"* e não sabia como *"resolvê-los"*: os norte-americanos estavam *"perplexos"*. Nestas circunstâncias fora George Ball enviado a Lisboa, *"um emissário especial de alta categoria"*, e sem que o Governo português o tivesse *"solicitado"*. O que poderia então haver de novo na posição norte-americana? Segundo Salazar, deveria ser analisada uma ideia sistematicamente repetida por Ball: *"assegurar a presença, a influência e os interesses de Portugal em África."*

Que podia então querer significar, ou o que é que se encontrava *"por trás"* de uma afirmação como aquela? Ora se, segundo Salazar, Angola e Moçambique eram Portugal, *"este"* não estava, nem deixava de estar *"presente"*, assegurando por isso a sua *"presença"*, a sua *"influência"* e os seus *"interesses"*. Por isso, para os norte-americanos, *"presença"* queria dizer *"outra coisa: a língua, a cultura, alguns costumes que ficassem durante algum tempo até"* que os portugueses fossem *"completamente escorraçados"*. *"Isto e nada"*, para Salazar, era o *"mesmo"*. Mas se estivesse incluída na definição norte-americana de *"presença"*, a *"influência e os interesses"* portugueses, ou seja a garantia dos *"interesses económicos da metrópole"*, de *"empresas ou grandes companhias"*, isso significava igualmente *"nada"*. O Presidente do Conselho era levado a esta conclusão porque considerava que Portugal não dispunha da força económica e financeira para desempenhar o papel de potência neocolonial, para continuar afirmando que *"uma vez quebrados os laços políticos"*, ficariam *"quebrados todos os outros"*. E ainda que os

norte-americanos pudessem exportar e investir no Ultramar português, tinham no caso que "*negociar com uma soberania responsável*" e com um governo que sabia exigir, "*ao passo*" que se o fizessem com "*um governo africano, inexperiente e fraco*", sair-lhes-ia, certamente, "*mais barato*." Afinal, esta argumentação estava demonstrada nos casos da Argélia e do Congo. Simplesmente, para o Estado Novo, as províncias ultramarinas não eram "*economia, e mercado e matérias-primas*", o que, na opinião do Chefe do Governo, Washington não conseguia "*entender*".

Definido e dissecado o primeiro ponto em que George Ball vinha insistindo durante as conversas, passou Salazar ao segundo e respeitante aos "*prazos*". Isto queria dizer que caso os norte-americanos estivessem realmente dispostos a aceitar que as províncias ultramarinas, e especialmente Angola, fossem Portugal, "*não falavam de prazos*". Washington poderia, por exemplo, aceitar negociar com o Governo português "*uma qualquer construção política ou jurídica*" que coubesse nos seus princípios teóricos, e depois disso passar a apoiar Lisboa "*sem reservas*". Porém, não era isso que acontecia. Queriam "*um prazo. Um prazo para quê?*" O que é poderia acontecer esgotado esse prazo? E o que é que poderia suceder enquanto o prazo decorresse? Portugal e a sua política ultramarina deixariam de "*existir no mundo*"? Os "*terroristas*" cessavam os seus ataques? Caso estes depusessem as armas, então era porque os EUA dispunham de influência sobre aqueles, os "*orientavam*" e estavam "*em contacto com eles*." Mas os "*terroristas*" deporiam as armas "*sem mais nada?*" Não iriam exigir "*condições*", apresentar um "*preço*", não podendo, entretanto, nas costas do Governo português, estar os norte-americanos a assumir "*compromissos*"? Havia ainda que ponderar a reacção da OUA a uma nova política portuguesa que recebesse o apoio de Washington. Os EUA teriam feito "*promessas*" àquela organização? E, finalmente, como justificaria a OUA o seu "*silêncio*" em relação a Portugal? Em resumo, para Salazar, a atitude norte-americana apenas reflectia a vontade de anestesiar e impelir o Governo português "*para um plano inclinado*" de cedências e abandono definitivo daquela que era a pedra de toque da sua política.

O Presidente do Conselho discorria depois sobre as consequências de um acordo com Washington, que passasse pelo abandono do Ultramar. Primeiro, iriam certamente chover dólares, uma vez que os EUA estariam dispostos a desembolsar umas *"centenas de milhões"*. Simplesmente, os *"dólares"* ir-se-iam *"num instante, deixavam umas fábricas e umas pontes, e depois começava a miséria."* O *"ouro"* poderia durar *"dois ou três anos"*, mas seguir-se-ia a *"miséria"* e a *"dependência do estrangeiro."* E de qualquer forma, para Salazar, era *"defeso vender o país."* Mas sempre restava a esperança de que *"os americanos fizessem mais uma pequena evolução, dessem mais um pequeno salto"* e que com isso fosse possível tirar *"o carro do atoleiro."* Do mesmo modo que deveria ficar documentado o esforço do Governo português em procurar levar ao limite a sua *"flexibilidade"* e *"concessões"* para chegar a um acordo com Washington. Isto é, a definição precisa num memorando das bases para *"um acordo com os Estados Unidos."* Sem *"sacrifício de nenhum princípio"* defendido pelo governo e sem se *"deixar arrastar ingenuamente"*, deveria ser posta *"à prova a boa-fé dos americanos"*, explorando o princípio, constantemente repetido pelo secretário de Estado Dean Rusk, e que George Ball havia reiterado, segundo o qual a autodeterminação era para os norte-americanos *"o consentimento dos governados à forma de governo"*. No caso, seria desejável descobrir uma *"fórmula"* capaz de comprovar que, *"toda a nação portuguesa, aderindo à forma de governo"* existente, se encontrava *"autodeterminada"*, e portanto, *"nesse sentido"* praticava *"actos"* que o demonstravam. O plebiscito era ainda uma opção de peso.⁵⁴⁹

Na conversa tida entre George Ball e Franco Nogueira, nos dias 28 e 29 de Agosto, ainda na sua parte introdutória, terá o primeiro sublinhado que *"seria erro pensar que o bloco comunista"* havia abandonado ou modificado *"os seus objectivos de conquista mundial"*, não se devendo ainda *"considerar como muito significativa ou útil para o Ocidente a rivalidade russo-chinesa"*, sendo, no entanto, de registar *"que a sociedade russa"* se tinha tornado mais *"'aberta' e livre"*.

Passando-se depois ao tratamento das questões que haviam motivado a visita do subsecretário norte-americano, foi reconhecido por este o estado de degradação em que

549 Cf. Idem, *Um Político Confessa-se (Diário 1960-1968)*, 1986, pp. 74-77.

se encontravam as relações entre os dois países. A razão de tal facto residia em "*problemas de ordem geral*." Tendo-se verificado "*no Mundo*", como "*consequência da guerra*", uma "*retirada geral do Ocidente, em particular por parte da Europa*", haviam sido criados "*numerosos 'vazios' políticos em vastas áreas*" do globo. Nesta conjuntura, os EUA tinham-se "*visto forçados a preencher esses 'vazios' para cortar o passo à Rússia*". Mas as obrigações americanas no mundo vinham a tornar-se cada vez mais pesadas, tanto em termos financeiros como humanos, com repercussões negativas na própria sociedade norte-americana. Por esse facto, vinha-se tornando "*crescente*" a vontade de diminuir as "*responsabilidades internacionais*" dos EUA e, simultaneamente, "*evitar*" que fossem "*criadas situações em que responsabilidades novas*" vissem a ser "*tomadas ou contraídas*".

Num "*quadro*" assim traçado, ainda segundo George Ball, não se podiam perder de vista "*as forças políticas mundiais*", sendo que no domínio da "*luta Leste-Oeste*", o continente africano assumia um papel de grande relevo. Foi ainda sublinhado que os EUA não tinham ali quaisquer "*interesses directos*". Era aliás, a zona do globo na qual Washington afirmava não possuir qualquer interesse significativo. Do seu ponto vista, África era um continente que "*poderia até não existir*". Simplesmente, era impossível "*ignorar as forças políticas*" que ali se agitavam; que o "*nacionalismo africano*" era um "*facto*", da mesma forma que possuía uma força que os EU consideravam "*irresistível*". Neste contexto, era natural que continuassem, e de uma forma cada "*vez mais intensa*", as "*pressões políticas*" sobre Portugal. Nestas circunstâncias, era opinião da administração norte-americana, não ser possível a Lisboa continuar uma política rígida e intransigente. Dever-se-ia, isso sim, optar por fórmulas flexíveis, as mais "*adequadas para um encaminhamento ordeiro*", salvaguardando-se a liderança política dos "*chefes africanos moderados [...] pró-ocidentais*", como os "*valores e os interesses do próprio Ocidente*." Caso contrário abria-se a porta à "*penetração comunista em África*", o que havia acontecido no Congo e provocara depois a intervenção norte-americana. Era precisamente uma situação como esta que deveria ser evitada.

A partir da descrição e caracterização dos acontecimentos feita por George Ball, chegava-se à constatação da importância do *"papel de Portugal em África"*. E os EUA, ao considerarem muito *"importante tal papel"*, estavam dispostos a patrocinar a *"presença, a influência e a manutenção dos interesses portugueses."* Simplesmente, sobravam importantes divergências entre Portugal e os EUA quanto à forma de o conseguir e, portanto, também relativamente à maneira de

encarar as pressões da ONU e o papel desta, a situação real em África, a atitude do Ocidente perante aquelas realidades e outros aspectos correlacionados com estes problemas.

No entanto, do lado norte-americano, pensava-se ser possível chegar a uma plataforma de entendimento, sobretudo se se sublinhassem os *"objectivos comuns"* e fossem colocadas de parte as *"diferenças"* conhecidas.

Do lado português, Franco Nogueira fazia questão de sublinhar que o *"abandono europeu"* de que George Ball falara e criticara fora, em grande parte, fruto da pressão exercida pelos EUA. O Ministro português contestou o quadro traçado da situação africana, *"da penetração russa"* (que sublinhou), e das NU, descrevendo depois os *"resultados"* a que, sob o seu ponto de vista, havia conduzido a política do *"Ocidente"* em relação a África. A isto terá o SG respondido com uma concordância parcial, reconhecendo que haviam sido *"prematuras"* algumas das independências concedidas. Franco Nogueira rematou a sua curta intervenção, aludindo ao *"caos"* que se preparava para instalar no continente em análise e que, sob o seu ponto de vista, acabaria por levar ao desaparecimento dos chamados chefes moderados.

Porém, segundo o subsecretário de Estado, mais importante seria constatar que se deparava um problema de ordem prática e que na sua *"solução, o elemento tempo era muito importante"*. De que se tratava pois esta questão relativa ao estabelecimento de prazos? Significava pretender encontrar-se uma plataforma comum na qual, *"sem sacrifício dos respectivos princípios, os Estados Unidos e Portugal pudessem entender-se"*, sendo que, nessas condições, seria possível a Washington apoiar Lisboa. Propunha-se então que Lisboa definisse o seu conceito de autodeterminação e estabelecesse o prazo

dentro qual daria luz verde para que os seus territórios africanos acedessem à independência.

Naquilo que dizia respeito à definição do conceito de autodeterminação, não pareciam estar distantes e assumirem-se como inconciliáveis as concepções de Lisboa e de Washington. Autodeterminação *"para os Estados Unidos, consistia em obter o consentimento dos governados através de um processo político válido, sem predeterminar qualquer opção."* Quanto ao *"prazo"*, sugeria-se uma *"ideia concreta"*, embora no departamento de Estado existissem *"opiniões divergentes"*. George Ball *"estava preparado para apresentar e propor o prazo de dez anos."*

Franco Nogueira não terá reagido ao problema do estabelecimento de um prazo. Desenvolveu o conceito português de autodeterminação, admitindo não existir neste ponto uma grande diferença entre os dois países. Sublinhou, no entanto, que nenhuma das duas definições poderiam ser aceites pelas NU, pelo que o *"problema"* apenas teria uma *"solução satisfatória"* no caso de vir a ser afastado da ONU, colocando-o *"num quadro exterior à Organização."* Com o que George Ball terá concordado, sublinhando ainda o facto de que caso houvesse uma concordância entre Lisboa e Washington quanto à definição *"do conceito de autodeterminação e no prazo"*, os EU estariam na disposição de *"suportar a 'political damage'."*

Quanto à possibilidade de Portugal aceitar a definição e marcação de um prazo para a realização da independência política dos seus mais importantes territórios ultramarinos, Franco Nogueira apresentou a total indisponibilidade de Lisboa. O Ministro português compreendia o *"factor tempo"*, mas era convicção de Lisboa que ele corria a seu *"favor"*. E mesmo que assim não fosse, devia-se concluir que o *"tempo corria igualmente para todos"*. Assim sendo, o tempo demonstraria que os problemas existentes no continente africano não se resolviam com a política seguida até então. Além disso, *"não estava"* na política de Lisboa *"marcar prazos"*. Isto porque, na metrópole e nas províncias ultramarinas existiam *"sentimentos muito fortes"* contra qualquer solução independentista, como seria irrealista pensar que depois de estabelecido um prazo acabaria o *"terrorismo"*, a *"ONU não se importaria"* mais com Portugal, deixando de debater o seu

"caso", além de que "para lançar tudo a perder e no caos, então seria mais fácil chegar a acordo [por exemplo] com a Nigéria."

No encontro para o dia seguinte, pedido por George Ball, foi sugerido por este a substituição do princípio do estabelecimento de um prazo, pelo enunciar de "'fases', ou 'estádios' ou 'sequências' políticas", processo através do qual passava uma acção que pretendia "atingir um determinado objectivo." A Franco Nogueira pareceu esta ideia mais meritória, e merecedora de um estudo aprofundado. Além do tratamento de questões de menor importância, ficou decidida a elaboração de dois memorandos nos quais se definiriam as posições de Lisboa e de Washington.⁵⁵⁰

Como confidenciara o encarregado de negócios da embaixada norte-americana em Lisboa ao seu colega britânico, George Ball "parecera" ter ficado sinceramente satisfeito com a troca de pontos de vista que mantivera com Franco Nogueira e Salazar. Não parecia ao Subsecretário de Estado terem permanecido, junto dos dois políticos portugueses, quaisquer dúvidas quanto à forma como os EUA viam o desenvolvimento político de África. Assim como lhe ficara a ideia de ser Salazar um homem difícil de compreender, sendo que algumas das suas expressões eram francamente "sibilinas", ao mesmo tempo que havia deixado "suficientemente claro" não pretender alterar a política ultramarina que vinha seguindo. Por último, o Presidente do Conselho não lhe parecera impressionável pelas experiências francesas e britânicas em África. Ficara apazada a continuação das conversas em Nova Iorque, quando Franco Nogueira ali se deslocasse para participar nos trabalhos da XVIII AG das NU.

Aos britânicos, pareciam as conversas ter terminado num empate, tendo sido Ball incapaz de persuadir Salazar a fazer uma "declaração apropriada acerca da compatibilidade da descentralização com a autodeterminação." No que dizia respeito à parte portuguesa, o principal objectivo estaria (como havia afirmado o Director Político do MNE) em "persuadir" os americanos acerca da importância de diminuir o impacto das ataques afro-asiáticos a Portugal. Ao que parece, o Ministro dos Negócios Estrangeiros estava convencido do sucesso dos esforços nesse sentido, pelo menos junto de George

550 Cf. Franco Nogueira, *Diálogos Interditos. Parte Primeira (1961-1962-1963)*, 1979, pp. 261-270.

Ball. Era também claro que os portugueses estavam muito mais otimistas do que a Embaixada americana em Lisboa. Em resumo, na opinião da representação britânica, o encontro apenas servira para que as partes apresentassem as suas posições com firmeza, e que desse facto retirassem "*satisfação*." Ficava por saber, em que medida Franco Nogueira, na sua próxima deslocação aos EUA, seria capaz de "*fazer qualquer avanço no sentido de um maior entendimento*." De qualquer modo, "*a atitude inflexível*" de Salazar não justificava "*qualquer optimismo*" naquele "*campo*."⁵⁵¹

Os memorandos elaborados pelos governos de Portugal e dos EUA reforçavam os pontos de divergência existentes.⁵⁵² Para Lisboa, não deviam ser marcados prazos nem exercidas pressões em torno da evolução política dos respectivos territórios ultramarinos. Sob o ponto de vista da Administração Kennedy, o tempo escasseava e a margem de manobra política portuguesa tendia a diminuir. Assim, era fundamental a tomada de medidas por Lisboa que fornecessem aos nacionalistas dos territórios africanos sob administração portuguesa, à OUA e à ONU sinais claros de uma vontade de evoluir no sentido daquilo que seria uma adaptação à realidade política existente em África e no mundo: a autodeterminação e a independência. A carta enviada por Salazar a George Ball, em Fevereiro de 1964, confirma a impossibilidade de qualquer entendimento.⁵⁵³ De qualquer modo, apesar do encontro entre Kennedy e Franco Nogueira em Washington, a 7 de Novembro de 1963, e que o Ministro português considera ter sido muito positivo por reforçar, segundo o seu relato,⁵⁵⁴ a disponibilidade do Presidente norte-americano para continuar a mudar a sua atitude em relação à política ultramarina de Lisboa, certo é que, a partir de 1964, se torna claro um crescente desinteresse norte-americano em relação à evolução política da África portuguesa, como consequência de um empenhamento maior de Washington em outras áreas do globo.⁵⁵⁵

551 Cf. FO371-167462. File1224/10. Relatório da Embaixada do RU em Lisboa para o FO. 11 de Setembro de 1963.

552 Os memorandos citados encontram-se publicados em Amaral, 1994, Apêndice Documental, pp. 61-83.

553 Cf. Publicada em idem, *ibidem*, pp. 85-98.

554 Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 280-284.

555 É certo que, nos anos de 1964 e 1965, têm lugar algumas iniciativas norte-americanas em relação à política ultramarina portuguesa. O almirante George Anderson, Embaixador dos EUA em Lisboa desde o Outono de 1963, será executor de tais acções, cabendo ainda a Rosswell Gilpatric, enviado

A partida de Américo Thomaz para Angola em visita "oficial", foi interpretada pela embaixada do RU em Lisboa, como a terceira manifestação pública organizada pelo Estado português para levantar a moral do país. A primeira, fora o discurso de 12 de Agosto, logo seguido da homenagem das chefias militares ao Presidente do Conselho. A segunda, teria sido a manifestação de 27 de Agosto. Simplesmente, estes exercícios de levantamento da moral, não eram apenas necessários para as populações. Serviam também para convencer alguns membros do governo, e seus apoiantes tradicionais, acerca do carácter justo da política ultramarina e da necessidade de se manter uma posição de firmeza. Segundo informações chegadas à embaixada, a partir de um relatório confidencial redigido por Martins de Carvalho,⁵⁵⁶ havia uma crise, não apenas no seio do governo, mas entre os apoiantes do regime. Muitos deles estavam "*preocupados com o aparente isolamento de Portugal no mundo*", não apenas por causa da política ultramarina, mas também em relação ao "*bem-estar social*."⁵⁵⁷ De igual modo, a classe empresarial, um dos principais sustentáculos do regime, apresentava-se preocupada com os efeitos económicos de uma guerra prolongada em Angola, e sobretudo, com a possibilidade (referida por Salazar no seu discurso de 12 de Agosto) de se vir a verificar um aumento da carga fiscal.

da Casa Branca a Portugal e às suas Províncias Ultramarinas, em 1964, um protagonismo político importante. Simplesmente, por duas razões fundamentais, essas iniciativas não serão tratadas neste trabalho. Em primeiro lugar, porque reportando-se aos anos de 1964 e 1965, não era possível a sua consulta nos arquivos do MNE e do FO, onde vigora o impedimento legal de consulta de documentação nos trinta anos após a sua produção. Ou seja, apenas no ano de 1995 se encontra disponível o material relativo a 1964, indo, por isso, coincidir a sua eventual consulta com a redacção final deste texto. Por outro lado, ainda que tivesse sido possível o acesso a essa documentação nos arquivos do Presidente Lyndon Johnson nos EUA, não houve disponibilidade material e de tempo para levar a cabo tal tarefa. Há, no entanto, informação extensa sobre este assunto nos trabalhos de Franco Nogueira que a seguir se citam. Simplesmente, e sobretudo por duas razões, optou-se pela sua não utilização. Em primeiro lugar, porque as iniciativas citadas parecem integrar-se, muito mais do que as anteriormente tratadas, no estrito domínio das relações bilaterais entre Portugal e os EUA. Em segundo lugar, porque a informação disponibilizada pelos trabalhos do último Ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar, obedece à coerência dos mesmos e, portanto, não seria metodologicamente correcto a ela recorrer sem utilização de contrapontos que julgamos necessários e que, noutros casos, sempre existiram. Cf. Idem, *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.d.b., *passim* e idem, *Salazar. VI. O Último Combate (1964-1970)*, s.d.c., *passim*. O índice onomástico destes dois trabalhos de F. Nogueira, situam a informação a que fazemos referência nesta nota. Cf. ainda idem, *Diálogos Interditos. Parte Segunda (1964-1965-1966-1967-1968-1969)*, 1979a, *passim*.

556 Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho. Ministro da Saúde e Assistência de 14 de Agosto de 1958 a 4 de Dezembro de 1962.

557 Neste caso era feita uma relação com a publicação da Encíclica *Pacem in Terris*.

Um outro importante suporte do regime, o Exército, também parecia estar cada vez mais descontente com "*a perspectiva de uma guerra prolongada no ultramar*", havendo "*evidências*" que o referido discurso de Salazar não havia sido considerado satisfatório em certos círculos militares. "*Particularmente*", havia sido manifestado descontentamento pelo facto do chefe do governo, não ter feito no seu discurso qualquer referência à Guiné ou à possibilidade de qualquer solução política para a situação vivida naquele território. Às forças armadas não agradava a "*perspectiva de lutar uma guerra sem esperança naquele território difícil*." E a esperança de uma solução política para a Guiné havia aumentado, a partir do momento em que o governo espanhol anunciara, um par de dias antes do discurso de Salazar, a concessão de autonomia a Fernando Pó e Rio Muni. Era crença geral de que, um entendimento sobre esta matéria havia sido feito quando Salazar e Franco, no mês de Maio, se haviam encontrado em Mérida. E, portanto, pensava-se que em relação aos pequenos territórios que Portugal e Espanha tutelavam em África, uma solução como a avançada por Madrid poderia, simultaneamente, ser posta em prática. Mas, a embaixada britânica em Lisboa, recebia cada vez mais informações, confirmando ser crescente o número de "*opiniões individuais entre oficiais do Exército*", defendendo também uma "*solução política*" para o "*problema*" angolano.

Finalmente, o terceiro esteio do regime, a Igreja, não exprimira qualquer "*apoio*" à política ultramarina defendida por Salazar no discurso que temos vindo a referenciar. Era significativo que a "*Hierarquia Católica*" tivesse "*permanecido silenciosa*", numa altura em que diversas expressões de apoio haviam surgido de vários quadrantes. O silêncio da Igreja era visto como querendo dizer, muito "*possivelmente*", que face às pressões vindas do Vaticano, havia acabado por considerar "*insensata*" qualquer associação sua com a política ultramarina adoptada pelo governo português.

Estes factos "*apenas acrescentavam*" aquela que era outra expressão de profundo "*mal-estar*" existente, desde há muito tempo, no seio dos grupos mais esclarecidos da sociedade portuguesa. De qualquer modo, não se vislumbravam sinais de que alguma

iniciativa viesse a ser tomada pelo governo, de forma a contrariar o referido "*mal-estar*".⁵⁵⁸

Na sequência de um convite dirigido ao SG das NU para visitar Portugal, e para com o governo de Lisboa discutir os problemas levantados na reunião de Julho do CS, U Thant envia a Lisboa um seu emissário. Trata-se de Godfrey Amachree, nigeriano, funcionário das NU, especialista em assuntos relativos aos territórios não-autónomos e sob tutela.⁵⁵⁹ Antes da entrevista com Salazar, tem, a 10 de Setembro, um primeiro encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros portugueses.

Nessa primeira troca de impressões, Amachree começou por recordar que, pelo disposto no §7º da resolução S/5380, aprovada em CS a 31 de Julho do ano em curso, o SG havia sido encarregue da tarefa de "*fornecer*" toda a "*assistência*" que considerasse necessária para assegurar a implementação do disposto naquele texto, para depois, até 31 de Outubro, redigir e apresentar ao CS um relatório dando notícia dos eventuais avanços verificados na resolução dos problemas existentes nos territórios ultramarinos sob administração portuguesa. De qualquer modo, a missão de que Amachree havia sido encarregue, não lhe permitia a tomada de qualquer decisão, mas apenas relatar ao SG aquilo que se tivesse passado em Lisboa durante os contactos mantidos.

Franco Nogueira tratou, naturalmente, de expor a posição portuguesa perante o problema em causa. Em primeiro lugar, recordou que, em termos gerais, o Governo de Lisboa se "*submetia*" às "*disposições*", ao "*espírito*" e à "*ideologia*" subjacentes à *Carta*. Estes pressupostos também o "*orientavam*" na sua atitude perante a ONU e as resoluções produzidas ao abrigo do disposto na *Carta*. Por outro lado, o Governo português tinha plena consciência de não ser o único a possuir uma interpretação daquele documento e, por isso, também se guiava pela prática da AG, nos princípios gerais que conduziam a sua acção, como pelos tratados e textos legais que davam forma ao direito internacional reconhecido e utilizado pela ONU. Durante a reunião de Julho do CS, a *Carta* havia sido mencionada "*em várias ocasiões*" como base para resoluções produ-

558 Cf. FO371-169441. File1015/15. Relatório da Embaixada do RU em Lisboa para o FO. 12 de Setembro de 1963.

559 Under-Secretary for Trusteeship and Non-Self-Governing Territories.

zidas a partir da discussão de "*alguns problemas portugueses*." O governo de Lisboa concluíra então que os principais argumentos utilizados contra Portugal, estavam no facto de se considerar não estar ele a "*implementar*" a *Carta* ou a "*respeitar*" algumas das suas "*disposições*", e que isso dera azo a "*fricções*" que alguns países viam como sendo uma ameaça à "*paz e à segurança*." Particularmente, era mencionado o artº. 73º da *Carta*, sendo depois feita uma conexão entre o seu não cumprimento e a necessidade de convocação de reuniões do CS. Mais se argumentava que era um poder do referido órgão, reunir, discutir e adoptar resoluções.

Porém, se fosse tido em conta o artº. 24º da *Carta* das NU,⁵⁶⁰ que definia as funções e poderes do CS, pelo disposto no §2º, as "*atribuições específicas*" para cumprimento dos seus "*deveres*" eram apenas relativas aos capítulos VI, VII, VIII e XII da *Carta*, não havendo qualquer referência ao capítulo XI. Pelo contrário, "*houvera a [...] omissão explícita*" deste último. Por isso, o capítulo XI nada tinha que ver com o CS, sendo que, nestas condições, sob o ponto de vista do Governo português, a *Carta* devia ser absolutamente respeitada. Assim, segundo Franco Nogueira, na reunião de Julho do CS afirmara-se que a atitude de Lisboa constituía uma ameaça à paz e segurança internacionais. E ainda que, neste ponto, aquele órgão tivesse competência para deliberar, o problema assumia uma dimensão diferente quando se tratava da acusação de não-cumprimento do disposto no artº. 73º da *Carta*. Era sabido, por exemplo, que no passado várias delegações não haviam executado as medidas dispostas naquele artigo, mas que, por via das novas doutrinas introduzidas na ONU, passara a tornar-se num assunto sob a alçada do CS. Por isso, o Ministro português pretendia tornar "*claro*" que sendo aquela resolução contrária à *Carta*, aos "*seus princípios e disposições*", era "*ilegal*", estava para além da competência do CS e era considerada inaceitável pelo governo de Lisboa. Depois destas considerações prévias, Franco Nogueira sugeriu que a conversa com Godfrey Amachree poderia seguir tratando-se primeiro dos pontos de vista portugueses em relação ao texto da resolução aprovada a 31 de Julho, e depois a discussão dos problemas levantados no CS. Assim se fez.

560 Cf. anexo.

Ou seja, aquele texto foi considerado demagógico e uma interferência abusiva e discriminatória das NU na vida interna de um Estado. Simultaneamente, considerava-se incluir uma definição unilateral, tanto do conceito de autodeterminação, como do artigo 73º. da *Carta*, e uma avaliação precipitada da situação socio-política vivida nas Províncias Ultramarinas portuguesas. Depois, foi feito um retrato da situação militar na Guiné e em Angola, tendo Franco Nogueira procurado demonstrar que não se vivia uma situação de insubordinação generalizada naqueles dois territórios, e que os actos de guerra que ali decorriam apenas tinham lugar pelo facto de serem fomentados a partir do exterior. Vistos estes factos, e dada a sua reduzida amplitude, nunca a situação vivida em todo o Ultramar português podia ser interpretada como uma ameaça à segurança e à paz. Porém, caso os países africanos vizinhos de Angola, Moçambique e Guiné, duvidassem da boa-fé portuguesa, Lisboa disponibilizava-se para com eles dialogar e negociar soluções e garantias político-jurídicas. Foi depois recordada a proposta de criação da figura de relator imparcial, nomeado pelas NU, que se deslocaria aos territórios ultramarinos portugueses e aí analisaria a situação, mas que o CS e a AG vinham sistematicamente recusando. Além das propostas de contactos e os convites dirigidos a representantes de países africanos para visitarem aqueles territórios e contactarem directamente as suas populações. Seriam ainda feitas acusações às NU, pelo facto do Governo português ter conhecimento de que as suas forças presentes no Congo (Leopoldville) ajudavam logisticamente, e de várias formas, as forças "terroristas" ali estacionadas. Sendo este um caso mais em que Portugal se encontrava na situação de vítima e não de agressor. Franco Nogueira lamentou ainda a ilegalidade, face ao disposto no capítulo VIII da *Carta* das NU,⁵⁶¹ das medidas punitivas em relação a Portugal, adoptadas na resolução aprovada pela OUA no mês de Maio em Adis-Abeba. Deste modo, e uma vez mais, estava-se perante a violação da *Carta*.

Para Amachree, e apesar da recusa portuguesa em cumprir a resolução S/5380, era importante o facto de, através da leitura do discurso de Salazar de 12 de Agosto último,

561 O artigo 53º estipula que "nenhuma acção coerciva será, no entanto, levada a efeito em conformidade com acordos ou organizações regionais sem autorização do Conselho de Segurança [...]"

ser possível perceber a disponibilidade para um entendimento com os países africanos. De igual modo, recordando a recusa de vários Estados africanos em aceitarem os convites que lhe haviam sido dirigidos por Lisboa, tanto para se realizarem conversações como para visitarem os territórios africanos administrados por Portugal, sugeria-se que esses convites passassem a ser dirigidos à OUA. Para fim de conversa, Amachree manifestou-se satisfeito pelo facto do Governo português aceitar a ajuda do SG, sendo este um ponto positivo que ficara dos contactos tidos em Lisboa. Ficava também a promessa de Franco Nogueira poder encontrar-se com U Thant na sua próxima ida a Nova Iorque.⁵⁶²

No seu encontro com Salazar, Godfrey Amachree explicou que, embora o governo português tivesse rejeitado a resolução do CS de 31 de Julho daquele ano, o SG "*estava ansioso por prestar toda a assistência*", de forma a que fosse possível chegar a uma solução política para o problema dos territórios portugueses em África. Neste sentido, em nome do U Thant, o seu enviado estava interessado em conhecer a opinião do governo de Lisboa sobre "*quaisquer propostas e sugestões*" que fossem feitas. Desta forma, Amachree permitia-se colocar ao Presidente do Conselho algumas "*questões explanatórias*". Pretendia saber, em primeiro lugar, em que medida o governo português estava disposto a aceitar a ajuda que o SG das NU considerasse necessária. Salazar, tal como Franco Nogueira o havia feito, respondeu afirmando que não cabia ao governo português dizer ao SG aquilo que ele deveria fazer. O Governo a que presidia tinha U Thant como "*guardião da Carta, e nesse contexto*" estaria disponível para aceitar a sua ajuda.

Depois, Amachree interrogou Salazar sobre a possibilidade do seu governo iniciar conversações com a OUA. O Presidente do Conselho recordou que Lisboa já havia manifestado a intenção de dialogar com os países vizinhos dos seus territórios em África, e com os quais havia muitos assuntos em comum a tratar. Mas Portugal não conseguia ver de que forma Estados como a RAU ou a Argélia poderiam ter quaisquer interesses

562 Cf. UNA. Nova Iorque. Fundos: DAG-1. 5.2.4. box 14. Mission of Mr. Amachree to Portugal. United Nations — Nations Unies. Interoffice Memorandum. To Secretary-General. From Godfrey K. J. Amachree. 16 de Setembro de 1963.

legítimos nos territórios portugueses em África, uma vez que estes se encontravam tão distantes daqueles. Ainda a propósito da OUA, Salazar perguntou se a África do Sul ou a Rodésia pertenciam àquela organização. Ao que o representante do SG respondeu negativamente, sublinhando que a Rodésia do Sul não o era por não se tratar de um país independente, tendo, no entanto, Kenneth Kaunda participado na primeira cimeira dos Estados africanos na qualidade de observador, enquanto chefe do Governo da Rodésia do Norte. Salazar afirmou ser estranho que uma organização pretendesse reclamar-se regional quando dela não faziam parte todos os Estados ou territórios pertencentes a essa região.

O representante do SG fez depois referência à entrevista dada por Oliveira Salazar à revista *Life*, na Primavera de 1962, e na qual se pronunciara sobre "*a independência dos territórios portugueses*", sublinhando que a sua "*principal objecção*" respeitava "*à imposição*" de qualquer espécie de "*calendário*". Tendo presentes estas declarações, seria interessante ouvir a opinião do Chefe de Governo português. Ora, sob o ponto de vista de Salazar, era inconcebível que "*qualquer país adoptasse uma política que implicasse o desmembramento do seu território*." Neste sentido, "*era impossível para Portugal*" desenvolver uma política que tivesse como objectivo "*a independência dos seus Territórios*." Todavia, o facto de um determinado território reclamar a sua independência, era "*um fenómeno reconhecível nas sociedades humanas*". No decurso do "*desenvolvimento social, parte de um país poderia, em determinada altura, atingir um estágio no qual reclamasse a sua independência*" e, portanto, "*rompesse as suas conexões com as outras*." Fora, aliás, o que acontecera com o Brasil. Mas era impossível estabelecer um "*calendário*" para este tipo de fenómeno, sendo que "*ninguém*" poderia saber onde e quando um facto desta natureza poderia ter lugar.

Amachree ficou bastante satisfeito com o resultado da conversa, e encorajado por perceber que o Governo português estava disposto a receber a ajuda que o SG consi-

derasse adequada. Comunicou que iria contar a U Thant, em "*detalhe*", a troca de impressões com Salazar, bem como fazer algumas "*sugestões*".⁵⁶³

No relatório entregue por Amachree ao SG das NU, analisava-se então a atitude de Salazar e Franco Nogueira durante as conversas em Lisboa. Em primeiro lugar, registava-se que apesar do Governo português rejeitar liminarmente a resolução S/5380, o Ministro dos Negócios Estrangeiros tivera a preocupação de analisar o seu texto "*em detalhe, parágrafo por parágrafo*". Uma vez que ficara assente a disponibilidade portuguesa para a realização de conversações com países africanos, seria aconselhável a não inclusão de certos países conhecidos pelas suas posições radicais (casos da Argélia ou Egipto), uma vez que poderiam ser "*inaceitáveis*" para o governo de Lisboa.

Mas, era sobretudo de sublinhar o facto de, ao enviado do SG das NU, ter parecido o governo português encontrar-se "*encostado à parede*", embora não em condições de alterar repentinamente uma política que vinha seguindo desde há vários anos. Dadas as circunstâncias, interessava a Lisboa a "*intervenção*" de alguém que não estivesse "*pessoalmente interessado*" na disputa que opunha Portugal aos países africanos. Se isso fosse possível e as conversas entre portugueses e africanos se realizassem, talvez, conforme afirmara Franco Nogueira, "*se chegasse ao inesperado*". Por isso, e ainda que, como confessava Amachree, ele próprio pudesse estar enganado, parecia-lhe que o Governo português começava a acusar as pressões de que vinha sendo alvo, no sentido de ser alterada a sua política em relação aos territórios africanos que administrava. Por isso, naquele momento, a maior dificuldade estava em "*aceitar a opinião mundial sem perder a face*". Lisboa clamava ainda por tempo que lhe permitisse executar as reformas recentemente anunciadas. Mas mais importante, pretendia-se assegurar em Lisboa que uma vez chegada a independência aos seus territórios ultramarinos, não desapareceria a influência de Portugal.

Neste sentido, segundo Amachree, as propostas portuguesas para conversações com alguns países africanos, não deviam ser vistas, como muitos pretendiam, enquanto

563 Cf. UNA. Nova Iorque. Fundos: DAG-1. 5.2.4. box 14. Portuguese Territories. Mission of Mr. Amachree to Portugal. Summary of Meeting Between Mr. Amachree and Dr. Salazar. 11 September [1963], 12.30 p.m..

um simples acto de propaganda. O Governo português estava perfeitamente a "*par da situação explosiva em África*", percebendo também, que caso a guerrilha existente em Angola e na Guiné se espalhasse, estaria de um momento para o outro "*a lutar em várias frentes contra trinta e dois países Africanos*." Lisboa estava ainda, na opinião do enviado do SG, consciente de que se registaria uma "*intervenção activa*" por parte de potências não africanas, caso entrasse em conflito militar directo com países africanos independentes, sendo que, caso esse cenário se confirmasse, se veria na contingência de lutar sem qualquer aliado. Independentemente da duração dessa luta, era opinião de Amachree, Portugal "*perdê-la-ia*". Num cenário como este, concluía-se que o Governo português percebera que, caso "*persistisse*" com a sua "*atitude as consequências*" seriam "*graves*".⁵⁶⁴ Por outro lado, era notório que Lisboa estava, no mínimo, desagrada com a ONU, sentindo-se particularmente discriminada pela Organização.

Amachree aconselhava que a ajuda a prestar pelo SG, de forma a procurar resolver-se o problema em análise, passaria por um convite dirigido a representantes de Portugal e de vários países africanos para que se encontrassem e iniciassem conversações ao abrigo de um assunto genérico e que a todos pudesse interessar, incluído no texto da resolução aprovada pelo CS a 31 de Julho. No caso, "*a ameaça à paz e segurança no Continente Africano*" (§4º operativo). Sendo que o SG deveria alertar os países africanos para o facto do Governo português não se sentir responsável por qualquer ameaça à paz ou à segurança, e segundo informações por ele fornecidas, serem alguns dos países acusadores, possíveis responsáveis por tal, uma vez que autorizavam nos seus territórios a instalação de bases para forças terroristas que actuavam em Angola e na Guiné.

Havia garantias de que, quer o Governo português quer vários governos africanos estariam dispostos a aceitar a realização de um encontro em Nova Iorque. Um Embaixador africano chegara a dizer a Amachree, que deveriam ser explorados todos os sinais de abertura que "*os portugueses pudessem oferecer*", de forma a que se não continuasse a "*adoptar uma linha dura*." Na escolha dos países africanos a participarem nas conver-

⁵⁶⁴ Por exemplo, Amachree ficara bem impressionado pelo facto de Salazar e Franco Nogueira nunca terem questionado a competência do SG para executar o seu mandato ao abrigo do §7º (operativo), da resolução do CS aprovada a 31 de Julho.

sas com Portugal, o SG deveria aconselhar-se com representantes do grupo africano na ONU, antes de tomada qualquer decisão, de forma a não poder ser acusado de ignorar a OUA. Garantida a escolha certa dos países africanos a participarem nas conversações, assegurada dessa forma a participação portuguesa, parecia a Amachree estarem reunidas as condições para serem obtidos "*alguns resultados*." Caso os países africanos se recusassem a participar na iniciativa a propor pelo SG, esse facto seria naturalmente incluído no seu relatório a apresentar ao CS. Porém, sempre seria melhor "*tentar e falhar, do que nada fazer*".⁵⁶⁵

No Departamento Estado, havia a percepção de que o encontro de Amachree com Salazar e Franco Nogueira em Lisboa, não havia sido mais produtivo do que aquele outro, realizado alguns dias antes, entre George Ball e aquelas duas personalidades portuguesas. Uma vez que no início do mês de Outubro, os países africanos não haviam ainda decidido se iriam, ou não, conferenciar com o Governo português, Amachree, em conversa com um dos membros da delegação norte-americana na ONU, chegou a pensar "*ser possível evitar qualquer discussão dos territórios portugueses*" durante a realização da XVIII sessão da AG e no CS. Segundo ainda aquilo que tinha sido apurado pelo departamento de Estado, U Thant confessara a Amachree estar na disposição, no caso do grupo africano na ONU não se decidir rapidamente quanto a uma participação, ou não, em conversas com o Governo português, de convidar os quatro países que haviam apresentado um memorando sobre os territórios portugueses, durante o debate do CS em Julho, para participarem nas conversações que, pelo menos o SG, estava na disposição de levar a cabo com Franco Nogueira em Nova Iorque.

Verdade era que "*tudo estava ainda muito no ar e que não havia qualquer certeza*" sobre se os países africanos estavam na disposição de entrar num "*diálogo directo*" com Portugal. Segundo a diplomacia britânica em Washington, a administração norte-americana estava desejosa para que tal diálogo se realizasse o mais rapidamente possí-

565 Cf. UNA. Nova Iorque. Fundos: DAG-1. 5.2.4. box 14. Mission of Mr. Amachree to Portugal. United Nations — Nations Unies. Interoffice Memorandum. To Secretary-General. From Godfrey K. J. Amachree. 17 de Setembro de 1963. *Some observations on my recent talks, as the representative of the Secretary-General, with the Portuguese Government.*

vel, uma vez que o Departamento de Estado considerava ser altamente "*improvável*" que não se verificasse "*qualquer progresso de substância*" através do "*tipo de mediação*" que Washington vinha levando a cabo. De igual modo, o Departamento de Estado, estava "*ansioso por evitar*" qualquer possibilidade de vir a ser considerado culpado por qualquer uma das partes, no desenvolvimento do processo de mediação que vinha praticando, precisamente pelo facto de as propostas que avançava não satisfazerem nenhum dos lados. Washington tivera ainda o cuidado de informar Amachree de que, caso alguns representantes de países africanos concordassem "*falar com Nogueira*", sendo depois tratado o problema da autodeterminação, deveriam ter presente que o seu conceito definidor incluía não apenas a possibilidade de independência total e absoluta dos territórios portugueses em África, mas também a eventualidade daqueles poderem escolher a permanência de qualquer espécie de associação com Portugal. Ao que parece, Amachree afirmou compreender o facto de esta ser uma possibilidade real, pela qual os norte-americanos estavam na disposição de se bater politicamente. Finalmente, para a diplomacia britânica em Washington, parecia evidente que o "*African Bureau*" do Departamento de Estado tinha estado de alguma forma deprimido "*nos últimos três meses*". De facto, o "*Bureau*" estava consciente que devia diminuir a sua actividade, e evitar quaisquer incidentes que impedissem um encontro afro-português ou "*frustrassem a renegociação do Acordo dos Açores*".⁵⁶⁶

O SG iniciou o encontro recordando os contactos mantidos entre o Secretariado das NU e o Governo português, desde a votação pelo CS da resolução S/5380, a 31 de Julho último, que conduziram à visita de Godfrey Amachree a Lisboa entre 9 e 11 de Setembro. Depois de apreciado o relatório da autoria do seu enviado a Lisboa, optara-se por contactar informalmente alguns representantes de países africanos com o objectivo de promover o encontro a que naquele momento se dava início. Recordou que, com base no disposto no §7º da referida resolução, seria obrigado a elaborar um relatório no qual daria notícia dos acontecimentos mais significativos que contribuíssem para uma melhor

566 Cf. FO371-167458. File2251/26. Relatório da Embaixada do RU em Washington para o FO. 4 de Outubro de 1963.

compreensão do problema em análise. Uma forma de lembrar aos intervenientes as vantagens de uma atitude moderada, que não desse azo à atribuição directa de culpas a uma das partes, enquanto o problema estivesse a ser discutido. O procedimento do encontro far-se-ia com uma intervenção inicial de Franco Nogueira, na qual o Ministro português trataria de apresentar a posição do seu governo. Os trabalhos seriam então interrompidos para que os representantes dos países africanos⁵⁶⁷ se pudessem reunir e estudar a posição portuguesa. No dia seguinte, o porta-voz dos Estados africanos presentes no encontro, faria a sua declaração. Na segunda-feira, dia 21 de Outubro, depois de recolhidas e analisadas (no fim-de-semana) as posições das partes, o SG apresentaria a sua declaração. Uma reunião final teria lugar na terça-feira, dia 22.

A declaração inicial de Franco Nogueira, foi composta por considerações negando qualquer possibilidade de ser Portugal um país que, pela política adoptada em África, constituísse uma ameaça à paz e à segurança naquele continente. Pelo contrário, Portugal encontrava-se na condição de país ameaçado. Passou depois a um relato das condições socio-económicas e políticas nos territórios africanos administrados por Lisboa. Finalmente, apresentou a definição portuguesa do conceito de autodeterminação. Portugal e o seu Governo opunham-se a qualquer concepção que preestabelecesse os resultados daquela ou ignorasse todos os actos que podiam contribuir para a sua definição. Não acreditava, por isso, que a autodeterminação pudesse ser pré-determinada. Isto é, considerava a existência de mais do que uma modalidade de autodeterminação, tal como existia mais do que uma fórmula de administração de um Estado. Assim, aquele conceito equivalia ao acordo e consentimento⁵⁶⁸ da população em relação a uma determinada "*estrutura política, tipo de Estado e organização administrativa*." Para ilustrar a posição portuguesa em relação à "*questão da autodeterminação*", o Ministro português socorreu-se da entrevista de Salazar, em 1962, à *Life*. Como meio de conhecimento e avaliação pela comunidade internacional da situação existente nas províncias ultrama-

567 Estiveram presentes os ministros dos Negócios Estrangeiros da Libéria, Madagáscar, Serra Leoa, Tunísia, Nigéria e Tanganica, além dos chefes das representações da Guiné Konacri, Ghana e Marrocos nas NU.

568 Este "consentimento" manifestava-se pela participação das populações na administração e na vida política.

rinas portuguesas, Franco Nogueira reiterou uma vez mais a proposta norte-americana de nomeação de dois relatores independentes, mas reafirmou a impossibilidade de se deslocar àqueles territórios qualquer missão das NU, constituída a partir dos comités criados para actuarem em territórios não-autónomos ou sob tutela, uma vez que o Governo português não lhes reconhecia qualquer existência legal, por considerar que a sua criação e actividade excedia o espírito e a letra da *Carta* das NU.

No dia seguinte, os países africanos centraram a sua intervenção no problema da autodeterminação. Isto é, até que ponto estaria Portugal disposto a assumir as obrigações naquele domínio, sobretudo a partir do momento em que havia aceite como instrumento político-jurídico o texto da *Carta* das NU (artº. 1º, §2º). Além de que seria importante saber se o Governo português incluía de facto, no seu conceito de autodeterminação, ou seja, a escolha de uma evolução política futura, o direito a uma opção que permitisse a secessão dos territórios ultramarinos.

A continuação das conversas, em virtude de um expediente utilizado pela delegação portuguesa, é adiada para o dia 28 de Outubro, exactamente três dias antes da apresentação do relatório pelo SG ao CS, de acordo com o que ficara decidido na resolução S/5380, de 31 de Julho último. A 28 é então apresentado um memorando da responsabilidade de Lisboa. Para além das propostas ali enumeradas, de que se destaca a possibilidade de realização de um plebiscito em todo o território nacional, de forma a que as populações pudessem exprimir a sua opinião face à política ultramarina adoptada pelo Governo, pretende-se limitar a margem de manobra do SG, diminuindo ou condicionando as matérias eventualmente sujeitas a inclusão no relatório a ser preparado, apresentado e avaliado. No final, e embora o conteúdo do relatório não fosse particularmente desfavorável a Portugal, certo é que no dia 1 de Novembro, os países africanos decidem suspender definitivamente os contactos com o Governo português, quando até ao último dia da primeira ronda — 29 de Outubro — ficara decidido o seu reatamento a 21 de Novembro. Em documento datado de 6 de Novembro, afirmam que quaisquer contactos futuros entre países africanos e Portugal, passarão necessariamente pela OUA. A moderação, como a vontade expressa por U Thant para que os contactos

continuassem, desagradaram tanto aos africanos como a persistência portuguesa na definição do seu conceito de autodeterminação.⁵⁶⁹

Apesar do regresso de Américo Thomaz da sua visita a Angola ter, em parte, ofuscado as notícias relativas às conversas luso-africanas em Nova Iorque, os comentários da imprensa portuguesa sobre aquele último facto, centravam-se em três pontos essenciais. Em primeiro lugar, que a pedido dos intervenientes não seriam prestadas declarações sobre "*a substância das conversas*". Em segundo lugar, tratavam-se as conversas, não de "*negociações*", mas de "*auscultações*". Finalmente, era citado o facto de Franco Nogueira (de acordo com "*fontes africanas*") ter tornado "*claro*" que Portugal não abdicaria da soberania que exercia sobre as suas províncias ultramarinas.

O SG do MNE confirmara ao Embaixador britânico a veracidade daqueles pontos enunciados pela imprensa portuguesa, ao mesmo tempo que admitira que enquanto nada de construtivo parecia emergir das conversações em curso, valia pelo menos sempre a pena conversar. Além do mais, segundo aquela mesma fonte, o Governo português estava na disposição de "*conversar com toda a gente*", desde que tal não acontecesse ao abrigo do artigo 73º da *Carta*, ou ainda pelo disposto em qualquer resolução das NU, cuja validade Lisboa não reconhecia. Foi ainda sublinhado pelo SG do MNE português que, tendo o Governo de Lisboa proposto a discussão de assuntos de interesse comum com qualquer Governo directamente interessado, estava agora "*preparado para discutir com qualquer governo africano, mesmo no edifício das NU em Nova Iorque.*"

No entanto, a mais importante afirmação daquele alto funcionário do Governo de Lisboa, estivera no facto de por ele ter sido admitida como válida, embora a título pessoal, a possibilidade de a independência ser um objectivo último e final para os territórios ultramarinos portugueses.⁵⁷⁰ Para depois concluir que se esperava do *Governo de*

569 Cf. UNA. Nova Iorque. Fundos: DAG-1. 5.2.4. box 14. Afro-Portuguese Conversations. United Nations — Nations Unies. Interoffice Memorandum. To Secretary-General. From Godfrey K. J. Amachree, Under-Secretary Department of Trusteeship and Information from Non-Self-Governing Territories. 15, 16, 22 e 23 de Outubro de 1963. 6 de Novembro de 1963. *Meeting Between Representatives of the African States and the Portuguese Government*; e Cf. Idem, *Summary of Meeting Between Representatives of the African States and the Portuguese Government*. Held in the Secretary-General's Office. 17, 18, 21, 25, 28 e 29 de Outubro de 1963.

570 A seguir a este ponto, pode ser lido no telegrama, entre parêntesis: "So can others, with many and various reservations".

Lisboa a admissão da possibilidade da independência para os seus territórios ultramarinos, os países africanos deveriam ser também capazes de admitir que a autodeterminação daqueles territórios poderia ter outros resultados que não a independência.⁵⁷¹

Depois de terminadas as conversas luso-africanas em Nova Iorque, sublinhe-se o facto de o SG das NU ter concluído, no relatório elaborado a propósito daquele evento, ser salutar o facto de o governo português não se ter manifestado contrário "*ao princípio da autodeterminação*", pelo menos segundo o conceito e o contexto por ele definido. Mas, considerou também ser prematuro adoptar uma posição optimista a partir dos resultados proporcionados pelas conversações. De qualquer modo, segundo a opinião de U Thant, o facto de representantes de vários países africanos e o Ministro dos Negócios Estrangeiros português se terem encontrado era, em si, um "*desenvolvimento encorajante*". Porém, ficavam por discutir em encontros futuros, a realizar a curto prazo e a acordar entre as partes, "*outros assuntos vitais*".⁵⁷²

A partir de Novembro de 1963, estavam esgotadas as iniciativas políticas nas NU que pudessem ir para além da votação de resoluções no CS, na AG, na Quarta Comissão ou no Comité dos Vinte e Quatro, condenando Portugal, e nas quais, em última análise, se exigia a concessão da independência imediata e sem condições, por parte de Lisboa, à globalidade dos seus territórios ultramarinos. Sendo que, os únicos intérpretes e interlocutores válidos para a outorga dessa mesma independência, eram os movimentos de libertação reconhecidos pela OUA.

571 Cf. Cf. FO371-167458. File2251/27. Telegrama da Embaixada do RU em Lisboa para o FO. 24 de Outubro de 1963.

572 Cf. FO371-167462. File2281/74. Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 5 de Novembro de 1963.

CAPÍTULO V

PORTUGAL E A ONU (1964-1968).

PORTUGAL E A ONU. OS ÚLTIMOS ANOS DO SALAZARISMO.

Em 1964, entra-se numa nova fase. Dela faz parte a mudança da atitude norte-americana, equivalendo a um cada vez menor empenhamento de Washington na tentativa de resolução, quase bilateral, da questão ultramarina portuguesa. Em finais de 1965, com a independência unilateral da Rodésia, tolda-se ainda mais o ambiente na África Austral. De um momento para o outro, nas NU, como no relacionamento bilateral com alguns países, sobretudo com o RU e os EUA, Lisboa vê emergirem mais dificuldades. Na ONU, na discussão e votação de textos de resolução, procura-se associar Portugal, a Rodésia e a África do Sul. Paralelamente, é posta em causa a presença de Portugal nas diversas agências especializadas da ONU,⁵⁷³ as resoluções aprovadas tornam-se sensivelmente mais duras, passando a incluir a aplicação de sanções políticas e económicas que, no entanto, muitos países se abstêm de cumprir. Multiplicam-se as queixas no CS contra Portugal evocando incidentes fronteiriços. Fazem-nas, sobretudo, a Zâmbia, o Senegal e o Zaire. Vejamos então alguns pormenores desta nova fase.

Nas vésperas da transferência de Garin da chefia da Missão Permanente de Portugal nas NU para a Embaixada de Washington, e em visita de despedida a Stevenson, chefe da delegação norte-americana nas NU, aquele diplomata português recebe um *"acolhimento muito cordial."* Stevenson *"ouviu com muita atenção e interesse tudo o que lhe"* foi dito sobre a *"visita"* de Garin a Angola e Moçambique, as *"preocupações"* de Lisboa quanto ao *"futuro de África em virtude das armas que para lá estavam a ser*

573 Por exemplo: BIRD, FAO, FMI, OIT, OMS, UNESCO, etc..

enviadas de todos os lados e tendências gerais para extremismo esquerdista." Referiu depois o facto de *"actos esporádicos de terrorismo ainda se verificarem no norte de Angola"*, mas sendo apenas *"possíveis em virtude da atitude do Governo Congo."* Moçambique mantinha-se *"em plena paz mas ameaçado por campos de treinamento de terroristas no Tanganica."* Stevenson fez então *"alguns comentários para dizer tristemente"* que estava *"igualmente convencido"* de que o continente africano iria *"continuar a passar por grandes convulsões e que certos leaders africanos com reputação internacional não gozavam todavia do apoio geral nos respectivos países."* A certa altura perguntou a Garin se em *"Moçambique falavam em Mondlane"*, tendo aquele *"replicado que sabiam da sua existência mas que não dispunha de qualquer 'following'"*. O diplomata português não deixou de notar o facto de, durante a conversa, não ter sido feita a *"menor tentativa"* para se falar da *"aceitação"* por Lisboa do *"princípio da autodeterminação tal como concebido pela ONU"*, ou para o *"assustar"* com a necessidade de tal aceitação. Yates, com quem Garin se encontrou a seguir, afirmou estar esperançado de que o Comité dos Vinte e Quatro se não ocupasse durante o ano de 1964 dos territórios portugueses.⁵⁷⁴

Ainda procurando identificar em parte a posição norte-americana em relação a Portugal, registe-se a conversa de Garin com o Subsecretário Harland Cleveland, que no Departamento de Estado em Washington, se ocupava *"das questões da ONU"*. O interlocutor do novo Embaixador português junto do Governo norte-americano *"tomou rapidamente 'a ofensiva' para expor as preocupações"* daquele Departamento perante a política africana de Lisboa. *"Falou com insistência na célebre declaração formal sobre autodeterminação, afirmando que por certo"* o Governo português se tinha que impressionar com o *"facto de 'nenhum Governo no mundo' apoiar"* a sua *"posição"*. *"Aliás"* como *"todos os outros altos funcionários do Departamento"* vinham fazendo para *"tornarem a sua teoria mais atractiva"*, não se *"esqueceu de sublinhar que a autodeterminação não significava independência"* e que existiam *"outras modalidades"*.

574 Cf. Telegrama nº 61. Missão Permanente de Portugal na ONU para o MNE. 28 de Fevereiro de 1964.

Para além de que, para os EUA, não se tratava de *"um problema de votações na ONU"* e que uma vez *"feita a declaração"* de autodeterminação por parte de Lisboa, a administração norte-americana encontraria uma *"forma"* de apoiar Portugal nas NU, *"mesmo que a maioria dos membros continuassem"* os seus ataques. *"Um pouco contra [...] vontade"* de Garin, embrenharam-se *"numa discussão de meia hora, no decurso da qual o Snr. Cleveland não deixou por vezes de ser algum tanto mordaz."* Por exemplo, aquele chegaria a afirmar que tinha faltado empenho por parte de Portugal *"na defesa militar de Goa"*. A discussão *"tomou também um certo calor"* quando Garin fez *"notar as variadíssimas e contraditórias modalidades com que o princípio da autodeterminação"* vinha sendo *"executado, com o beneplácito da ONU, ou totalmente ignorado por esta em tantos casos mais patentes."* Foram citados *"vários exemplos, entre os quais o da Nova Guiné"*, mas poupando o caso do Katanga. Neste passo, Cleveland, além de *"verificar"* que o diplomata português *"andava 'in política' há muitos anos"* (tendo Garin informado não ser exacto, a não ser que o Subsecretário se *"quisesse referir 'às políticas' da ONU"*), pretendeu esclarecer, pelo menos, a questão da Nova Guiné. A este propósito salientou ter sido a Holanda a pedir aos EU *"que a desembaraçassem do problema"*. Cleveland *"acabou"* depois *"por admitir que a execução do princípio da autodeterminação tinha de ser 'flexível'"*, afirmação esta que Garin o *"procurara levar"* a produzir, para depois poder *"replicar que era justamente essa flexibilidade inevitável"* que dava *"esperanças"* de que o *"conceito"* português *"também acabasse por ser aceite — tanto mais que não era novo, e era justamente aquele seguido normalmente por países com uma estrutura política e constitucional semelhante"* à portuguesa. Simplesmente,

Cleveland não se deu por satisfeito, e continuou a pedir um 'acto de autodeterminação', afirmando que os Estados Unidos mais cedo ou mais tarde também o haviam de realizar em relação a Puerto Rico, às Virgin Islands, e às Ilhas sob administração americana no Pacífico.

Garin saiu do encontro *"com a impressão bem nítida de que o Snr. Cleveland"* era um *"bom exemplo"* do liberalismo da *"ala esquerda, inteiramente impregnado de ideias*

onunescas", e que portanto "*nunca*" iria "*ser fácil obter a sua influência para atitudes de amparo nas maquinações de que por certo*" Portugal iria "*continuar*" a ser alvo "*na Organização de Nova York*".⁵⁷⁵

Quando da discussão do projecto de resolução condenando a violação por parte das FA portuguesas de território senegalês, Lisboa insurge-se contra o facto de nele serem admitidas "*como provadas [...] violações*" nunca confirmadas: a introdução num texto oficial da ONU de expressões como "*so called*" para se referir a um território cuja designação oficial lhe era dada quer pelo seu Governo, quer pelas NU; seria impossível admitir uma condenação por incursões e violações não praticadas; não era feita qualquer referência à proposta portuguesa de criação de uma "*comissão mista tripartida*", o que mostraria a "*preocupação de favorecer uma das versões apresentadas*" ao CS.⁵⁷⁶ O projecto de resolução seria depois aprovado por unanimidade. O delegado soviético propôs, na sua declaração de voto, que o CS "*autorizasse a OUA a intervir para libertar as populações*" dos territórios ultramarinos portugueses. Os delegados britânico, holandês e norte-americano produziram declarações de voto "*cuidadosas*". Nomeadamente, o delegado norte-americano, terá exposto as suas "*reservas*" ao texto aprovado e por ele votado, especialmente pelo facto de não conter qualquer referência às "*possíveis incursões*" na Guiné portuguesa a partir do Senegal. O delegado norte-americano não fez ainda qualquer referência à posição do seu país sobre a autodeterminação dos territórios portugueses em África.⁵⁷⁷

Em Dezembro de 1965, no decurso do debate na Quarta Comissão sobre os territórios portugueses, a União Indiana e a URSS protagonizaram intervenções violentas contra a vontade do Governo de Lisboa em manter a sua presença em África. O delegado indiano afirmaria que "*Portugal deveria ser tratado mesma forma que a África Sul e a Rodésia*", pedindo por isso que a Assembleia "*aprovasse sanções económicas idênticas às adoptadas em relação*" ao regime de Pretória. A União Soviética faria os

575 Cf. Aerograma nºA22. Embaixada de Portugal em Washington para o MNE. 30 de Abril de 1964.

576 Cf. Telegrama nº 524. MNE para Missão Permanente de Portugal na ONU. 19 de Maio de 1965.

577 Cf. Telegrama nº 94. MNE para Missão Permanente de Portugal na ONU. 19 de Maio de 1965. Pelas fontes disponíveis, incluindo o *Yearbook of the United Nations*, foi impossível determinar o número da resolução e a data exacta da sua aprovação.

seus "*habituais ataques à NATO, aos monopólios estrangeiros*", que permitiam que Portugal mantivesse o seu "*exército em África*" e violasse as fronteiras de seus países "*vizinhos*". O delegado soviético defendeu ainda a intervenção da "*ONU conjuntamente com OUA para pôr termo ao colonialismo*" português. A resposta do delegado português "*rebateu a intervenção indiana destacando a sua duplicidade e hipocrisia em face da agressão de Goa e mostrando*" como as resoluções da AG sobre aquela questão não haviam sido cumpridas por Nova Deli.⁵⁷⁸

Após a visita do Papa Paulo VI à ONU — Outubro de 1965 —, onde proferira um discurso apelando à paz e ao entendimento universal, e condenara os causadores das guerras coloniais, imediatamente se desenvolveu alguma incomodidade junto do Governo e da diplomacia portuguesa. Embora Paulo VI não tivesse nomeado os "*causadores*" a que se referira durante o seu discurso:

se os que se revoltam, se os que elucidados pelas recentes experiências africanas e asiáticas, julga[va]m ser seu dever resistir, evitando abandonos precipitados e independências prematuras, mais prejudiciais ainda para a paz e tranquilidade do que o próprio status quo.

Tudo levava a crer que a expressão usada viesse a servir de argumento contra aqueles países que ainda detinham "*responsabilidades ultramarinas*." E embora a tese do Governo de Lisboa argumentasse não ser Portugal um "*país colonialista*", verdade era também que nem todos os seus "*inimigos*" ou "*interlocutores mais ou menos benévols*" aceitavam integralmente a recusa portuguesa do "*direito de secessão*" aos seus territórios ultramarinos. Assim, caso fosse esta a tese a ser mantida por Lisboa, nas discussões que se sucederiam na ONU à intervenção papal, seria então recomendável "*formulá-la de novo*", evitando, de qualquer modo, transmitir a impressão de que se pretendia "*abrir polémica com o Santo Padre*".⁵⁷⁹

Para conhecer e tentar influenciar a posição norte-americana em relação ao projecto de resolução apresentado "*contra*" Portugal na Quarta Comissão, em vésperas da

578 Cf. Telegrama nº 256. Missão Permanente de Portugal na ONU para o MNE. 19 de Maio de 1965.

579 Cf. Telegrama nº 40. Embaixada de Portugal na Santa Sé para o MNE. 5 de Outubro de 1965.

realização da XX AG, Garin dirigiu-se à "*Divisão das Organizações Internacionais*" do Departamento de Estado. O "*funcionário*" que ali o "*recebeu não teve a menor hesitação em criticar as enormidades*" que constavam no projecto, assegurando, por isso, que a "*delegação americana não o poderia apoiar*". Quanto às posições de voto que seriam tomados nos "*diferentes parágrafos seriam decididas*" posteriormente, em contacto directo entre a delegação norte-americana na ONU e o Departamento de Estado. Porém, o interlocutor de Garin, não perdeu a oportunidade para, "*embora por forma cordial*", falar "*nas vantagens da teoria americana*" acerca das "*afirmações de autodeterminação nas [suas] várias modalidades*". O funcionário do Departamento de Estado mostrou-se ainda "*profundamente preocupado com a questão da Rodésia*". Previa "*perigosas e crescentes complicações, frisando que estas*" viriam certamente a afectar Portugal por causa da posição geográfica dos seus territórios em África.⁵⁸⁰

Sendo a Zâmbia proponente do projecto de resolução sobre Portugal na Quarta Comissão, e dependendo aquele país, pela sua posição geográfica, da boa-vontade portuguesa, de forma a que se não verificasse o estrangulamento da sua economia, António Patrício, chefe da delegação portuguesa na ONU, chamou a "*atenção do encarregado de negócios*" zambiano para a dificuldade que Lisboa tinha em compreender a atitude do Governo daquele país. Isto porque, se por um lado a Zâmbia procurava uma política de cooperação económica com Lisboa, "*por outro*" propunha na ONU a aplicação de "*medidas e sanções*" das "*mais radicais*", que incluíam o "*boicote completo de mercadorias portuguesas*". Ao Encarregado de Negócios daquele país africano ocorreu responder "*que a política colonialista*" de Portugal "*era uma coisa e as relações de cooperação entre estados vizinhos era outra*." António Patrício, consciente da debilidade da posição zambiana, limitou-se a "*dizer que receava que a atitude*" então assumida viesse a comprometer as relações entre os dois países e "*lançasse dúvidas na*

580 Cf. Telegrama nº 474. Embaixada de Portugal em Washington para o MNE. 15 de Dezembro de 1965.

sinceridade política da Zâmbia."⁵⁸¹ Durante a votação da resolução, o delegado zambiano ausentar-se-ia da sala.

Concluídos os trabalhos da Quarta Comissão, Amachree "*sugeriu*" que, "*em relação aos chamados casos crónicos do colonialismo*", nos quais se incluíam os territórios portugueses, "*chegara o momento de se procurar novos métodos que obtivessem novas soluções.*" Por isso pediu aos delegados presentes que "*ao regressarem aos seus países*", considerassem que o "*colonialismo podia ser liquidado de forma pacífica e realista.*"⁵⁸²

Nos debates em curso sobre a independência unilateral da Rodésia e as subseqüentes medidas adoptadas para levar Salisbúria a recuar naquela sua acção, e nos quais participavam de forma activa sobretudo países "*afro-asiáticos e comunistas*", destacava-se a exposição do delegado da Tanzânia. O representante daquele país africano procurava demonstrar "*a ineficiência da aplicação das sanções*", tendo-se "*servido*" para tal de "*elementos e dados estatísticos*" a par de vários "*factores comprovativos da situação das trocas comerciais entre a Alemanha Ocidental, Estados Unidos da América do Norte, França, Japão, Suíça, Bélgica e Holanda*" e, finalmente, "*através destes dois últimos países, entre o próprio Reino Unido e a Rodésia.*" "*Admitiu*", depois, que a África do Sul e Portugal se haviam tornado em "*colaboradores e coniventes*" do Governo rodesiano. "*Desmascarou [...] os meios*" porque se processava o comércio de minérios entre a Rodésia e o RU, classificando como "*ridículos*" os factos passados à volta do petroleiro Joana V que transportava 18 000 toneladas de gasolina, ao mesmo tempo que era "*por demais conhecido que*" os combustíveis líquidos recebidos pela Rodésia eram transportados na sua quase totalidade "*em navios tanques ingleses*" e cifrando-se num valor em torno das 800 mil toneladas.⁵⁸³

581 Cf. Telegrama nº 530. Missão Permanente de Portugal na ONU para o MNE. 15 de Dezembro de 1965.

582 Cf. Telegrama nº 540. Missão Permanente de Portugal na ONU para o MNE. 21 de Dezembro de 1965.

583 Cf. João Ascensão, *XXII Sessão da Assembleia Geral. Nº 1. Ponto 23 — Capítulo do Relatório da Comissão dos 24, relativo à "Rodésia do Sul"*. Missão Permanente de Portugal Junto Das Nações Unidas. New York. 9 a 13 de Outubro de 1967, 5 pp. AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M39. *ONU. Comissões e Comitês da Assembleia Geral.*

A 17 de Novembro de 1967, a AG das NU vota um relatório da Quarta Comissão sobre a questão dos territórios não-autónomos portugueses. Por proposta da Albânia, o parágrafo 14 do referido projecto de resolução foi votado separadamente com 95 votos a favor, 3 contra (Espanha, África do Sul e Portugal) e 11 abstenções (RU, EUA, Albânia, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, França, Malawi, Holanda e Nova Zelândia). O texto da resolução teve 82 votos favoráveis, 7 contra (RU, EUA, Austrália, Holanda, Espanha, África do Sul e Portugal) e 21 abstenções (Argentina, Áustria, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Islândia, Itália, Luxemburgo, Malawi, México, Nova Zelândia, Noruega, Panamá, Paraguai, Suécia e Turquia). O representante do Uruguai afirmou que apesar de o seu país ter votado favoravelmente o projecto de resolução, no princípio da reafirmação do estabelecido na resolução 1514 (XV), não partilhava os sentimentos expressos em alguns dos parágrafos da condenação de Portugal. Esta resolução foi produzida a propósito das fortes suspeitas de apoio português à subversão no Congo ex-Belga. Tratava-se, de qualquer forma, o projecto de resolução, de uma recomendação sem carácter obrigatório. Condenava a guerra colonial sustentada pelo governo português. Condenava a política de Portugal tendente a utilizar os seus territórios para violar a integridade territorial e a soberania de outros países africanos (nomeadamente a República Democrática do Congo). Condenava as actividades dos interesses financeiros que operavam nos territórios portugueses, exploradores dos recursos humanos e materiais e tornando-se num obstáculo ao progresso dos seus povos para a liberdade e independência. Pedia às instituições especializadas, nomeadamente ao BIRD e FMI, que não fornecessem ajuda financeira, técnica ou económica a Portugal enquanto este não concedesse independência aos seus territórios coloniais. Pedia a todos os Estados, especialmente aos aliados de Portugal na OTAN, que suprimissem imediatamente toda a assistência, em particular a formação de pessoal militar e o fornecimento de armas ou qualquer material bélico, equipamento ou produtos destinados à fabricação ou manutenção de armas e munições. As NU deveriam ainda aumentar o seu apoio aos movimentos de libertação das colónias portuguesas, prevenir o envio de força laboral de Moçambique para a África do Sul. O texto e o resultado da votação falam por si.

CAPÍTULO VI.

SALAZAR, O SALAZARISMO E A ONU: CONCEPÇÃO E APLICAÇÃO DE UMA POLÍTICA EXTERNA E ULTRAMARINA.

PORTUGAL, O IMPÉRIO E AS MUDANÇAS NO MUNDO: 1941-1968.

O Governo chefiado por Salazar saíu da neutralidade da Segunda Guerra Mundial, como aliás tinha por ela passado, fixado na ideia de preservação do Império. Como é sabido, os acordos para a cedência de facilidades nos Açores a britânicos e norte-americanos, passavam por garantias de manutenção da integridade territorial da totalidade da nação portuguesa, que iam da continuação da soberania de Lisboa sobre o conjunto dos territórios de além-mar, até à aquisição de algumas prerrogativas especiais para a recuperação de Timor.

Num documento preparado pela CIA salientavam-se precisamente os princípios orientadores da política externa de Lisboa:

The basic aims of Portuguese foreign policy presently are to insure the territorial integrity of the motherland and the Empire, to maintain the economic stability on which the political stability of the regime depends, and to align Portugal with the Western Powers.

*[...] Another important factor which influences present foreign policy is fear of the possible spread of Communism into the Iberian peninsula.*⁵⁸⁴

584 "Presentemente os objectivos básicos da política externa Portuguesa são assegurar a integridade territorial da metrópole e do Império, manter a estabilidade económica da qual depende a estabilidade política do regime, e alinhar Portugal com as Potências Ocidentais.

[...] Outro importante factor que influencia a política externa portuguesa é o medo de um possível alastramento do Comunismo para a península Ibérica." Cf. NA-DS. GENERAL RECORDS OF THE DEPARTMENT OF STATE. DECIMAL FILE: 1945-1949. Box nº 6364. Doc. 853.00/11-2849 SF. *Office Memorandum*. United States Government, 28 de Novembro de 1949. Central Intelligence Agency. Portugal. SR-31, Published 13 October 1949, p. 23.

Mas os ventos de mudança que começaram a soprar depois do fim da guerra, não deixaram de tocar a vida política portuguesa. Levantaram-se algumas vozes que pretendiam ver introduzidas reformas na política ultramarina do regime, o que, naturalmente, teria implicações na política externa. Na AN, durante a primeira sessão legislativa após as eleições de 1945, tiveram lugar discussões com o intuito de levar à introdução de importantes alterações na "*Carta Orgânica do Império Português*." A Embaixada norte-americana em Lisboa, informava o Departamento de Estado de que as propostas de revisão avançadas visavam, no geral, uma delegação maior e mais flexível de poderes na figura dos "*governadores coloniais*", poderes esses que se encontravam em Lisboa, nas mãos do Ministro das Colónias. Da mesma forma, era sugerida a criação de dois cargos de secretários de Estado para as colónias, além da tomada de medidas que permitissem uma maior representação dos interesses indígenas no seu governo. E embora, segundo o Embaixador norte-americano, fosse ainda cedo para se poder prever a eventual aceitação de todas ou de parte das reformas apresentadas, inclusivamente porque se encontravam em fase "*embrionária*", verdade é que os temas propostos à discussão indicavam a existência de "*descontentamento*" e "*insatisfação*" nas colónias portuguesas quanto à orientação da política ultramarina do Governo.

O discurso em São Bento do deputado Sousa Pinto, considerado pela Embaixada de grande interesse, sublinhava o facto de a Comissão encarregue de estudar a revisão do texto referido, ter acordado na necessidade de se promover uma "*descentralização*" política e administrativa, por se considerar "*a situação presente [...] insatisfatória*." O descontentamento encontrado pela referida Comissão nas colónias, levava-a a concluir que estas reclamavam contra a "*rigidez*" que a centralização impunha, sendo por isso necessário tomar medidas que acabassem com o estado de "*sufoco*" sentido naqueles territórios. E contra as vozes que, na CC, afirmavam que a aplicação de medidas descentralizadoras poderia conduzir a uma "*desnacionalização*" do Império, Sousa Pinto argumentava que, sob o seu ponto de vista, não era verdade que Angola e Moçambique fossem realidades "*desnacionalizadas*" ou em vias de tal se tornarem, pelo que não encontrava qualquer fundamento capaz de sustentar as especulações em torno de um

eventual desejo de secessão por parte daqueles dois territórios. Assim, as queixas ouvidas nas colónias, apenas significavam a existência de descontentamento e insatisfação e não um desejo de independência ou de ligação daqueles territórios a quaisquer outros.

Por seu lado, o capitão Teófilo Duarte, falando também a favor das reformas propostas, sublinhava que a *"tendência geral nos assuntos coloniais desde a Primeira Guerra Mundial tinha sido a da descentralização"*, com a consequente concessão de autonomia crescente por parte dos governos metropolitanos em relação às colónias. *"Recordou"* tanto a evolução verificada nos Domínios Britânicos, como o facto de a *"Rússia, um país cujo nome raras vezes"* era *"mencionado nos debates oficiais portugueses"*, ter proposto *"a adopção"* pela ONU de uma *"moção indicando que o último objectivo de qualquer administração colonial deveria ser a independência dos povos"* por ela governados. *"Em conclusão"* afirmou que as colónias de Angola e Moçambique possuíam uma elite cujos membros eram elementos desejáveis e com quem os governadores coloniais poderiam cooperar.

No entanto, para além deste debate ter o já referido interesse, pelo facto de ser a primeira admissão pública de existir *"descontentamento e insatisfação"* nas colónias portuguesas,⁵⁸⁵ revelava ainda a encruzilhada em que o regime se encontrava quanto àquela que poderia ser a evolução da sua política ultramarina no rescaldo imediato da guerra. O que poderia também significar que as mudanças entretanto introduzidas na organização da sociedade internacional, tinham naturais reflexos em Portugal.

Espelhando ainda esta realidade, José d'Almada, conselheiro do MNE para os assuntos coloniais, presente na conferência colonial de Londres no Outono de 1948, fez chegar à Embaixada dos EUA em Lisboa, o relatório por si produzido na qualidade de observador do Governo de Lisboa naquela reunião.⁵⁸⁶ Esse documento, além de descrever a intervenção do marechal Montgomery na referida cimeira, incluía alguns conselhos sobre a nova direcção que, em certos domínios, a política externa portuguesa deveria

585 Cf. NA-DS. GENERAL RECORDS OF THE DEPARTMENT OF STATE. DECIMAL FILE: 1945-1949. Box nº 6365. Doc. 853.00/3-2646. Embaixada dos EUA em Lisboa, 26 de Março de 1946.

586 O relatório foi entregue com o conhecimento do MNE português.

tomar, sobretudo quando confrontada com a temática colonial. Vista aquela que era entendida em alguns círculos como a importância da presença de Portugal em África, propunha-se a cooperação económica, política e militar⁵⁸⁷ com outros territórios, nomeadamente com a África do Sul e as dependências britânicas. Deveria igualmente produzir-se uma aposta clara no desenvolvimento económico, à luz do que outras potências coloniais vinham fazendo, nomeadamente em territórios vizinhos do Império português em África, sendo ainda que esta era a melhor maneira de todas as potências europeias, possuindo territórios em África, se protegerem dos "*perigos que as ameaçavam*".

Assim, sob o ponto de vista de Lisboa, deveria ter-se presente o facto de que "*constituía um perigo*" o "*estado de abandono*" em que se encontravam parcelas importantes de territórios portugueses. A solução para este problema, legitimador de críticas internas ou externas, as últimas produzidas por Estados e organizações internacionais, podia ser alterada através do reforço da colonização branca. De forma idêntica, os problemas com os nativos não deveriam ser negligenciados.

Sob o ponto de vista norte-americano, nos conselhos fornecidos ao MNE pelo citado relatório, o facto mais saliente encontrava-se nas propostas de alargamento da cooperação entre Portugal e outras potências coloniais, parecendo assim ficarem para trás as suspeitas com que sempre se encarara a existência daquelas. O conselheiro daquele Ministério, como o próprio Governo português, pareciam estar definitivamente conscientes das mudanças que o tempo impusera à aparente perenidade das circunstâncias. Da mesma forma, Portugal e as restantes potências coloniais europeias reconheciam a importância da cooperação norte-americana, fosse na ajuda ao desenvolvimento económico do continente, fosse no desejo e necessidade de manter África na esfera política europeia ocidental.⁵⁸⁸

Daqui para a frente, os receios do Governo português em relação a interferências estranhas nos seus territórios africanos, passavam das velhas potências coloniais euro-

587 Neste caso era referido explicitamente o combate à infiltração comunista através dos seguintes pontos definidos por Montgomery: "(1) Arábia — Canal do Suez — Egipto, (2) Arábia — Mediterrâneo — Tripolitania, (3) França — Espanha — Marrocos — África Ocidental."

588 Cf. NA-DS. GENERAL RECORDS OF THE DEPARTMENT OF STATE. DECIMAL FILE: 1945-1949. Box nº 6364. Doc. 853.00/11-2248. Embaixada dos EUA em Lisboa, 22 de Novembro de 1948.

peias, para os EUA e para a URSS. Por exemplo, no final de 1952, segundo informação da Embaixada norte-americana em Lisboa, a "*atitude psicológica portuguesa em relação à participação*" de Washington no desenvolvimento dos seus territórios ultramarinos, era "*ambivalente*". Portugal sentia-se "*atraído*" pela ideia de utilizar os conhecimentos técnicos e o capital norte-americano, mas, ao mesmo tempo, repelia qualquer ajuda pelo facto de considerar que esta "*plantaria as sementes de destruição*" da presença portuguesa. Argumentava-se que o "*anticolonialismo*" era um princípio base do "*pensamento político norte-americano*". Assim, "*qualquer cooperação*" com origem em Washington, "*privada ou oficial*", afectando as províncias ultramarinas portuguesas, era "*cautelosamente pesada*" por se considerar que poderia ter "*consequências de longo alcance*" e contrária aos interesses de Lisboa.

Mas a política ultramarina portuguesa caracterizava-se ainda pela proclamação constante do facto de, por "*disposição e experiência*", ser Portugal, na sua "*relação com os indígenas*", a mais bem sucedida de todas as potências coloniais. Ainda segundo a Embaixada norte-americana, o Governo português aplicava uma política com um forte cunho "*paternalista*",⁵⁸⁹ evocando permanentemente os seus princípios de "*tolerância racial*" ou de "*miscigenação*", pelos quais afirmava não temer a emergência de movimentos nacionalistas nos seus territórios africanos, com uma base indígena e agitando como bandeira política a "*discriminação racial*". Lisboa deplorava, no entanto, a "*agitação*" em curso pelo continente africano, temendo o seu alastramento aos territórios portugueses. Neste momento político, era óbvio que relativamente às reivindicações independentistas em Marrocos e na Tunísia, as simpatias de Lisboa iam "*inteiramente*" para a França, criticando-se as posições norte-americanas na matéria, vistas aliás como uma manifestação do seu tradicional anticolonialismo.⁵⁹⁰

No entanto, neste contexto, as alterações ao *Acto Colonial* (integrado na Constituição de 1933), de Junho de 1951, eram, nas palavras de Salazar, apenas "*aconselhadas pelas necessidades de algumas reformas ultramarinas*", justificando-se ainda "*pelo*

589 Recordava-se o disposto nos artigos 141º e 143º da Constituição portuguesa.

590 Cf. NA-DS. GENERAL RECORDS OF THE DEPARTMENT OF STATE. DECIMAL FILE: 1950-1954. Box nº 3714. Doc. 753.00/12-1052. Embaixada dos EUA em Lisboa, 10 de Dezembro de 1952.

longo caminho percorrido" desde a sua promulgação, quando se haviam "*lançado as bases da reforma política e administrativa do Ultramar português*." Aquilo que havia de novo no texto constitucional não implicava porém, segundo o Presidente do Conselho, uma "*mudança*" na "*orientação*" até "*então seguida*", vincando-se, isso sim, uma "*linha [...] de integração cada vez mais perfeita e completa de todas as províncias dispersas na unidade da Nação portuguesa*." Quanto à possibilidade dessas alterações poderem ser consequência da "*crise do pensamento colonial*" no segundo pós-guerra, Salazar tratou, naturalmente, de desmentir a eventualidade.

*"Seria aventuroso pensar que nos determinámos ou não determinámos pela actual crise do pensamento colonial [...]. Os nossos juízos, os nossos actos não influem nas deliberações alheias e, neste particular, também não são influenciados por elas."*⁵⁹¹

Reforçando a pluralidade de opiniões existentes no seio do regime quanto às vias possíveis da política ultramarina portuguesa, podemos ainda recorrer às opiniões expressas por Jorge Jardim, em 1957, quanto ao destino político e económico da África Austral. Em conversa com o cônsul norte-americano em Lourenço Marques, aquele ainda jovem empresário, mas já antigo Secretário de Estado, íntimo de Salazar, exprimiu ideias "*interessantes*" mas pouco usuais nos meios portugueses estabelecidos em África. De facto, Jorge Jardim parecia encontrar-se no meio do número crescente de portugueses preocupados com o "*perigo*" da África Austral cair em mãos árabes e comunistas, tal como se considerava ter acontecido à faixa setentrional do continente. Assim, a forma mais adequada para enfrentar ou evitar tal ameaça, passava pelo avanço rápido e imediato no sentido da construção de uma federação no sul do continente africano.

Jorge Jardim acreditava que "*áreas*" da África Austral, lideradas por homens de negócios e empresários, e não por políticos, poderiam, com a "*cooperação*" da Europa e dos EUA e nunca com a sua dominação, tornar-se numa região do globo independente e poderosa. Perspectivava também a criação de uma federação integrando a África do Sul,

⁵⁹¹ Cf. Oliveira Salazar, "Na abertura do ano político. Governar dirigindo a consciência nacional (12-12-1950)" in *Discursos e Notas Políticas*, vol. V, pp. 481-511 (citação p. 489).

as Rodésias, o Malawi, Angola e Moçambique. Estes territórios reuniriam os seus principais recursos naturais com o objectivo de promover o desenvolvimento industrial e atrair imigrantes europeus. Obviamente, conforme constatava o cônsul norte-americano em Lourenço Marques, esta concepção ia contra "*a convencional aspiração Portuguesa*" que defendia a preservação de Angola e Moçambique como partes integrantes da nação e do Estado português. Segundo Jorge Jardim, este conjunto de ideias havia sido por ele apresentado num Conselho de Ministros, em Lisboa, durante o mês de Março daquele ano (1957). Passara então três horas a falar de África e daquele que, na sua opinião, deveria ser o papel de Portugal naquele continente. Alguns ministros ter-lhe-ão dito que estava "*louco*". Mas Jorge Jardim defendia-se afirmando que se limitava a falar de factos e a reflectir com base nesses mesmos factos — ao contrário dos políticos que, na sua opinião, apenas se guiavam por "*ilusões*" e "*esperanças*" de carácter político. E rematava: "*Os políticos podem perder a África Austral, tal como os políticos franceses perderam o Norte de África.*"⁵⁹²

A opção africana e atlântica de Portugal excluía o empenhamento na construção de um projecto europeu que começou a desenhar-se imediatamente após o fim da guerra. Independentemente de as opções de política externa de Salazar não terem liminarmente eliminado qualquer vertente europeia,⁵⁹³ interessa saber, pelo menos em termos gerais, em que bases se fundamentava o seu antagonismo face a um projecto de união europeia com objectivos federadores.

Segundo Oliveira Salazar, aquela não era uma fórmula que resolvesse o "*problema europeu*", tratando-se de um conjunto de ideias sem "*viabilidade*". Quando muito, poder-se-ia constituir uma "*estrutura continental europeia*" que nos "*campos económicos e de redistribuição de mercados*" viesse a mostrar-se viável. "*Mas a federação de tipo político, com abdicação das velhas soberanias, num figurino americano inadaptável ao Velho Continente*" seria apenas mais "*uma teia de aranha que o sopro das realidades*"

592 Cf. NA-DS. GENERAL RECORDS OF THE DEPARTMENT OF STATE. DECIMAL FILE: 1955-1959. Box nº 3413. Doc. 753C.00/10-1657. Consulado dos EUA em Lourenço Marques, 16 de Outubro de 1957.

593 Além de Portugal ter sido membro fundador da Aliança Atlântica e da EFTA, colaborou, no imediato pós-guerra, em programas e projectos de cooperação político-económica de âmbito europeu.

Velho Continente" seria apenas mais "uma teia de aranha que o sopro das realidades" trataria de "desfazer".⁵⁹⁴ Nada a fazer neste domínio, senão manter um olhar atento e que, no início da década de sessenta, quando o RU pediu a sua adesão à CEE, levaria Lisboa a pedir a abertura de negociações com aquele Organismo.

Mas se buscássemos um exemplo de acção política concreta no domínio externo por parte dos governos de Salazar, para além da permanente interceptação entre negócios estrangeiros e ultramar, dos mais estritos compromissos na OTAN, ou do envolvimento na EFTA, de forma a sublinhar a orientação simultaneamente atlântica, nacionalista, anticomunista, mas também europeia, da política externa portuguesa, já depois da Segunda Guerra Mundial, poder-se-iam apontar as respostas às seguintes propostas de aliados portugueses no decurso de uma reunião do Pacto do Atlântico: apoio ao rearmamento alemão (proposta norte-americana) e oposição aos projectos de constituição de uma união federal da Europa Ocidental (proposta francesa).⁵⁹⁵

Voltemo-nos agora um pouco para o entendimento português da ONU, como para algumas das mudanças no mesmo, particularmente naquilo que diz respeito, quer aos novos equilíbrios e protagonismos políticos na política internacional quer às manifestações anticolonialistas ou descolonizadoras naquele organismo. No início da II AG, Pedro Teothónio Pereira, Embaixador de Portugal em Washington, escrevia:

A entrada para a ONU dos recém-criados Estados asiáticos e a percentagem já alarmante de nações ainda com personalidade mal definida, vão certamente tornar esta nova Assembleia das Nações muito menos homogénea que a defunta Sociedade que teve a sede em Genebra. Aonde seria de desejar que os povos lessem por uma mesma cartilha tanto no tocante ao direito internacional como ao seu apêgo aos princípios fundamentais da civilização, veremos sem dúvida circunstâncias de carácter étnico ou geográfico surgirem quando menos se espere a aumentar a confusão.

594 Cf. Entrevista concedida por Oliveira Salazar a Leitão de Barros in *O Século*, 10 de Agosto de 1950, p. 2 (5ª coluna).

595 Cf. *For. Rel. US.*: 1950, volume III, *Western Europe, United States*, 1977, p. 417. 740.5/10-2950: Telegram. *The Secretary of State to the Embassy in France*. TOP SECRET PRIORITY WASHINGTON, October 29, 1950 — 9 p.m.. Mas também: Idem, *ibidem*, pp. 583-584. *The Ambassador in Belgium (Murphy) to the Secretary of State*. SECRET PRIORITY BRUSSELS, December 18, 1950 — 11 p.m., onde se refere o apoio português tanto a um rearmamento alemão (i.e. RFA), como japonês.

Depois, relativamente ao papel preponderante dos EUA, quer nas NU quer na sociedade internacional, como à evidente fragilidade europeia, o Embaixador afirmava:

Preparam-se os Estados Unidos para assumir um papel de grande responsabilidade no que pode ser a última tentativa pacífica para barrar o caminho à bárbara ameaça que paira sobre o Mundo. Vamos a ver agora como se comportará este aglomerado de povos onde as velhas nações europeias começam a estar infelizmente em minoria."⁵⁹⁶

Com o avançar da sessão da AG, os acontecimentos pareciam tender, inevitavelmente, a agravar-se:

O que se tem passado na ONU, durante os últimos meses, em matéria de política colonial, não pode deixar de preocupar gravemente os países que ainda possuem colónias.

Devido à crescente posição das nações asiáticas sempre dispostas a ver com maus olhos o papel daqueles países na História e no presente, e também à pouca simpatia que as nações americanas demonstram invariavelmente pelos interesses coloniais dos mesmos, tem-se criado no seio da ONU um importante bloco de nações cujo peso constitui grave ameaça para as potências com expansão ultramarina.

As recentes votações a propósito da guerra na Indonésia deram bem a medida do que é no momento actual esta mentalidade anticolonial e da impopularidade de que gozam na ONU os até há pouco tão invejados impérios coloniais.

Mas mais a sério que o debate que deixou tão maltratada a Holanda foi a resolução do Trusteeship Committee da ONU em que, por 25 contra 23 votos, foi decidido convidar os países coloniais a colocar os seus territórios ultramarinos sob a autoridade do Internacional Trusteeship System.

Comentando esta decisão, disse o delegado holandês Professor Kernkamp que este ano se tratava dum 'convite', para o ano seria uma 'intimação' e mais tarde uma 'condenação' dos países coloniais.

Neste último caso [acerca da votação de uma resolução convidando a África do Sul a entrar em acordo com a ONU para a aplicação ao Sudoeste Africano do regime de 'trusteeship'] como no antes citado, votaram já o Estados Unidos ao lado das nações coloniais, quando é certo que ainda há pouco tempo o seu voto acompanhava por via de regra a tese oposta. Tão evidente é que esta nação com-

⁵⁹⁶ Cf. Carta nº 448 da Embaixada de Portugal em Washington para o MNE. 15 de Setembro de 1947. AHDMNE, M119.

preendeu já toda a injustiça e todo o perigo desta política 'anticolonial', fruto dos velhos rancores históricos e de torvos desígnios dos que conspiram contra a própria civilização."⁵⁹⁷

O cepticismo português em relação à ONU possuía assim razões óbvias, tendo-se, inclusivamente, chegado a procurar legitimar externamente essa atitude. Assim, para além dos desabaços, públicos e formais da parte de figuras eminentes do regime (de Salazar⁵⁹⁸ a Franco Nogueira, passando por Marcello Caetano), em torno de uma quase inutilidade política da Organização e dos problemas excessivos que provocava — ou provocaria — a Portugal e ao seu governo, eram pontual mas sistematicamente evocadas declarações de políticos estrangeiros (defensores do Ocidente) que de alguma forma pudessem pôr em causa a funcionalidade e, portanto, a utilidade da organização. Por exemplo, em Novembro de 1956, o *Diário da Manhã* noticiava as seguintes declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros belga, Paul-Henri Spaak, a propósito da ONU: "O Ministro teria dito [...] após o seu regresso de Nova Iorque, que a ONU 'deixou de ser uma assembleia diplomática para se tornar num mero grupo político." Em seguida, respondendo a uma pergunta sobre a utilidade da Bélgica permanecer como país membro daquele Orgnismo, "respondeu que não aconselhava a sua retirada", embora considerasse "o sistema de debate" em vigor como "absolutamente inútil", uma vez que o CS se encontrava "limitado pelos vetos" e a AG apenas votava "recomendações unilaterais." Entretanto, Spaak decidira abandonar os trabalhos antes da sua conclusão pelo facto de "juntamente com outros membros de raça branca" se ter achado "em minoria",

597 Cf. Carta nº 555 da Embaixada de Portugal em Washington para o MNE. 5 de Novembro de 1947. AHDMNE, MNE-SE, RNP. *Desarmamento [...]*. ONU, 2º piso, Armº. 60, M385.

598 Segundo o Presidente do Conselho, Portugal apresentara o seu pedido de candidatura à ONU, porque pretendia "manifestar a sua simpatia pelas generosas intenções" que presidiam à sua constituição, e não "porque tivesse uma fé inabalável" na sua "eficácia". Por exemplo, a AG manifestava-se bem mais "ineficiente" do que os "verdadeiros instrumentos de força e de união — Pacto de Bruxelas e o Pacto do Atlântico", que aliás haviam sido criados "fora dela embora invocando a sua doutrina." Ou seja, como "instrumento de paz" a ONU não parecia "eficaz", mas como "órgão de colaboração internacional" ainda se esperava que desse "as suas provas [...]" Cf. Entrevista concedida por Oliveira Salazar a Leitão de Barros in *O Século*, 10 de Agosto de 1950, p. 2 (4ª e 5ª coluna).

e num momento em que "a atmosfera para os europeus ocidentais e para os povos de raça branca em geral" se tornava "extremamente carregada."⁵⁹⁹

Porém, durante o longo e conturbado período que se estende da concepção e instituição da nova ordem política internacional, até à saída de Salazar da Presidência do Conselho, a política ultramarina portuguesa é concebida tendo presente aquele novo ordenamento. Neste sentido, a rigidez e o dogmatismo que normalmente lhe são atribuídos revelam-se, em parte, um equívoco. Poderá tratar-se, de facto, quer de um equívoco quer de uma atitude dogmática, porque se recusou a reconhecer e aplicar os princípios de autodeterminação e independência no prazo útil em que as antigas potências coloniais europeias o fizeram. Simplesmente, apesar desta intransigência, e tendo em conta o objectivo estratégico de preservação da integridade territorial da nação portuguesa, não se deixaram de discutir e pôr em prática, no final da década de quarenta e nos anos cinquenta e sessenta, um conjunto de medidas políticas que mudaram, de facto, a forma e o conteúdo da estrutura do Império colonial português.

Este debate teve várias fases, diversos palcos e variados protagonistas, mas sabemos que ainda antes da remodelação governamental de 1958,⁶⁰⁰ embora apenas para o caso do Estado português da Índia, se chegou a discutir uma solução pouco ortodoxa. Sigamos aquilo que nos diz Marcello Mathias, na altura Embaixador de Portugal em Paris:

Recordo um almoço com Salazar no Forte de Santo António, em S. João do Estoril, quando se considerava iminente o ataque da União Indiana a Goa. Estava Salazar, Pedro Teotónio Pereira e eu. Indignado com os ingleses, que não intervieram a nosso favor no caso de Goa, sem embargo da Aliança, Teotónio Pereira preconizava que denunciássemos essa Aliança. Por minha parte, ponderei ser irrealista pretendermos que a Grã-Bretanha entrasse em conflito com a União Indiana para defender Goa. [...] Salazar deixou cair a hipótese que Teotónio Pereira levantara, aliás creio que mais por reacção sentimental que por convicção política. Defendi por minha parte, que o problema de Goa deveria ser resolvido por referendo. [...] "E se perdermos o referendo?", perguntou Salazar. Respondi

599 Cf. *Diário da Manhã*, 30 de Novembro de 1956, p. 3 (3ª coluna). Notícia com base num telex da ANI.

600 Presumo que no Verão de 1957.

que abandonaríamos a Índia como havíamos feito em Mazagão, com as bandeiras desfraldadas, as tropas de baioneta calada em formatura, os canhões e os carros, numa demonstração de respeito pela decisão do referendo, o que só poderia prestigiar-nos internacionalmente. "Mas é um abandono", comentou Salazar. Eu respondi: "Sim, mas é melhor abandonar com honra que abandonar batidos, esmagados, com mortos, feridos e prisioneiros nas mãos da União Indiana. E se ganharmos o referendo embora não tendo garantias de que a União Indiana respeite esse resultado internacionalmente a nossa posição será muito mais forte." Pedro Teotónio, interveio: "Mas acha bem a intervenção das Nações Unidas em tal referendo?" Observei não ser necessariamente evidente ter de apelar para a ONU. A minha ideia seria solicitar à Inglaterra, aos Estados Unidos, à França, ao Brasil e à Espanha e eventualmente a outras potências, a fiscalização do referendo. [...] Salazar pareceu-me abalado com o meu ponto de vista, porque já não o contestou, nem tão pouco Teotónio Pereira. Nessa tarde havia Conselho de Ministros. No dia seguinte, voltei a estar com Salazar. "Expus ontem ao Conselho — disse-me ele — as suas ideias sobre a forma de se resolver o caso de Goa. Mas dois ministros, dos mais importantes, levantaram as maiores objecções ao seu plano. Um alegava que isso era contrário a toda a nossa orientação seguida na matéria⁶⁰¹ e que era a duma política de força; outro, alegava que era inadmissível tal referendo, porque a aceitá-lo isso significava que igualmente o aceitaríamos quanto a Angola e Moçambique." E a terminar, Salazar comentou: "Não percebem nada."⁶⁰²

Subjacente à política ultramarina definida (ou à opção africana), esteve sempre presente o problema do tempo ou do prazo suportável pelo país e pelas FA para a resolução da questão colonial. Por exemplo, em 1961, *"quando começou a guerra e quando Goa foi invadida"* houve muito quem tivesse uma *"reacção hostil"* a esta atitude face a Portugal, restando apenas saber se o *"povo"* estaria a favor da política ultramarina levada a cabo por Salazar. Defende-se normalmente que depois terá havido uma *"evolução"* e que, *"com o andar dos tempos e o evoluir do contexto internacional"*, as opiniões foram mudando e a manutenção da integridade nacional passou a ser vista generalizadamente como uma espécie de fardo insuportável.⁶⁰³

601 Os ministros em questão foram, respectivamente, Santos Costa, ministro da Defesa, e Paulo Cunha, ministro dos Negócios Estrangeiros.

602 Cf. Marcello Mathias, *Correspondência Marcello Mathias/Salazar. 1947/1968*, 1984, pp. 89-91.

603 Cf. André Gonçalves Pereira in Maria João Avelaz, *Do Fundo da Revolução*, 1994, p. 199. A passagem de um sentimento patriótico em 1961 para um outro francamente contestatório em relação à

E mesmo no consulado de Marcello Caetano se mantiveram os entraves à única mudança capaz de acabar com a guerra: a concessão de independência ou, pelo menos, o reconhecimento do direito à autodeterminação dos territórios que compunham o então ultramar português. O dilema estava em optar entre aquilo que seria o início de uma abertura democrática que eventualmente legitimasse a presença portuguesa em África e a indiscutível manutenção dos (des)equilíbrios existentes durante mais alguns anos (sem ninguém saber quantos).⁶⁰⁴

Em traços gerais, Portugal sustentou a defesa das suas posições na ONU classificando a AG como incompetente para definir os termos político-jurídicos em que se definiria a soberania portuguesa sobre as suas províncias ultramarinas, tal como definidas no texto constitucional em vigor desde 1933: ou seja, ser capaz de as fazer equivaler ao estatuto de territórios não-autónomos e, portanto, ao abrigo das disposições do artº. 73º. da *Carta* das NU. Neste contexto, que perspectiva possuía a diplomacia portuguesa destacada nas NU da importância e do significado político daquele fórum? Logo em 1956, após a participação na XI AG, confirmou-se a ideia de que a ONU não era um "*organismo de construção ou decisão política*", mas sim um "*parlamento sem poder executivo*." Assim, as decisões políticas ali transmitidas eram, naturalmente, tomadas nas capitais de cada um dos países junto dos respectivos governos. Em Nova Iorque, apenas se limavam as arestas e concertava-se, caso a caso, ou em relação a grandes temas (como era o da descolonização ou a crítica ao apartheid) as decisões de voto dos vários blocos ali constituídos (ou, pelo menos, de parte deles). Mas, sobretudo, concluía-se pela "*impotência*" da ONU, dando-se o exemplo da Hungria ou de Cachemira, sendo a solução encontrada para o problema do Suez considerada apenas como uma excepção — caso raro, no qual as NU não teriam sido, aliás, "*o factor*

presença portuguesa em África e aos sacrifícios que a guerra impunha, uns anos mais tarde, pode ainda ser visto, nesta mesma colectânea de entrevistas, nas declarações de Carlos Fabião e Adriano Moreira (pp. 176-177 e 229, respectivamente).

604 Com Marcello Caetano já na Presidência do Conselho, colocado perante a possibilidade de uma consulta popular sobre a matéria, terá respondido que tal equivaleria a "quebrar o mito", acrescentando que se "por absurdo, houvesse um referendo para saber se Portugal deveria ou não continuar em África, isso significaria a saída de Portugal..." Se necessário for, acrescente-se que independentemente dos resultados. Cf. Idem, *ibidem*.

decisivo", sendo sim, determinante, a sintonia de posições entre norte-americanos e soviéticos. Do que se inferia que *"um voto"* da AG, só por si, não alterava uma política. O que não significava que o sentido dos votos fosse por si indiferente. A derrota de moções que pretendessem, directa ou indirectamente, explícita ou implicitamente, condenar Portugal, garantia *"uma posição moral e legal sólida"* e, no caso dos resultados da XI AG, parecia ter sido possível constituir um ponto de partida político muito importante. Por outro lado, se se podia ignorar *"um voto desfavorável"*, e nada de *"espectacular"* ou de *"imediato"* acontecesse por se assumir tal atitude, havia que contar com o facto da ONU ser um *"organismo de propaganda"*, razão na qual residia um *"perigo sério"*. Por isso, rapidamente, pela metrópole e, sobretudo, pelo ultramar, poderiam espalhar-se os *"slogans"* ali criados, que produziriam graves dificuldades ao Governo português. Este perigo apenas podia ser combatido pela criação de *"condições"* que levassem *"todos os portugueses do ultramar, por si próprios, a classificar de falsas as diatribes demagógicas propagadas dentro e fora das NU."* Presume-se, pela leitura de testemunhos vários, que essas *"condições"* seriam a integração de portugueses negros, naturais de Angola e Moçambique, na delegação do Governo de Lisboa nas NU, a sua promoção sistemática, com a consequente publicitação, a alguns dos cargos de responsabilidade política e administrativa, e, finalmente, a criação de formas de participação política, não democráticas, das populações africanas no ultramar.⁶⁰⁵

Tendo presente estes pressupostos, e mesmo que em 1956 o sentido das votações tivesse sido desfavorável a Portugal (o que não aconteceu), ou o viesse a ser no futuro (como é sabido), a verdade é que tal não era condição para uma modificação da política portuguesa, permitindo-se com isso *"a ingerência das NU no ultramar"* lusitano. Por outro lado, e apesar da sua *"impotência"*, não se podia contar nas NU com uma alteração da política anticolonialista por parte *"dos comunistas ou dos afro-asiáticos"*, uma

605 Cf. Franco Nogueira, *A Posição Portuguesa Na Próxima Assembleia Geral Das Nações Unidas-Secreto* (Apointamento), 11 de Maio de 1959. AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M178. ONU. *Assembleia Geral*, pp. 24-26. F. Nogueira cita um relatório de 1956 sobre a primeira participação de Portugal numa AG das NU (a XI).

vez que "*os interesses e os motivos*" permaneciam, e eram esses que comandavam as "*atitudes*"⁶⁰⁶.

No futuro, a solução seria, inevitavelmente, uma das duas: ou Portugal aceitava submeter-se à aplicação do artº. 73º. nos seus territórios ultramarinos, ou então a "*orgânica da Nação portuguesa, no seu unitarismo político*" era definitivamente "*acatada e reconhecida pelas NU.*" Uma vez que a primeira solução era inconcebível, impunha-se a "*luta pela segunda*" através da tomada de algumas "*medidas*" e a atenção centrada em alguns "*factores*". Foi o que aconteceu, muito embora acabasse por se propagar na frente interna (tanto na Metrópole como no Ultramar), o alastramento dos tais "*slogans*" nascidos nas NU e que criariam graves dificuldades ao Governo português.

Subsistia também o problema de se lidar com o facto de as opções de política externa e ultramarina portuguesas, pelo menos ameaçarem transcender tanto o potencial político e económico de um pequeno país com as características de Portugal, como irem muito para além daqueles que poderiam ser definidos como os seus interesses vitais. Se havia quem começava a encarar a manutenção do exercício de soberania do Governo de Lisboa por vários continentes como uma tarefa ciclópica ou desproporcional,⁶⁰⁷ a linha dominante no regime considerava a dispersão ou o esforço desenvolvido como uma vantagem (era o caso de Franco Nogueira).

Para Salazar, a existência daquele tipo de questões, só por si, não podia pôr em causa a orientação da política ultramarina definida. Interrogado no Verão de 1950 sobre a agitação nacionalista na Ásia, e confrontando-a com a presença e a "*influência*" portuguesa de séculos naquele continente, afirmaria que não podendo Portugal vir a arbitrar a "*evolução histórica de um continente como a Ásia*" estava pelo menos disposto a fazer valer os "*seus direitos*" nos territórios sobre os quais exercia a sua soberania. Um

⁶⁰⁶ Esta observação era completada por uma outra: "A luta pelos mercados e pelas matérias-primas, mascarada por um pretenso humanitarismo e estimulada por um nacionalismo exaltado envolto em certos casos com um imperialismo mal disfarçado (Índia e Rússia, por exemplo), permanece e permanecerá como um dos aspectos mais salientes da situação mundial." Cf. Idem, *ibidem*, p. 23. F. Nogueira continua a citar o relatório referido na nota anterior.

⁶⁰⁷ Cf. Adriano Moreira in Avillez, *op. cit.*, p. 230.

"património [...] sagrado por séculos de sobrevivência" não "podia desaparecer da vida nacional." Tratava depois de insistir nas suas ideias acerca do papel e da importância de África na vida internacional, sublinhando a necessidade absoluta de não apenas se manterem, mas de se reforçarem os laços de dependência política daquele continente em relação à Europa Ocidental. Neste contexto, a África funcionaria "como base indispensável" à "reorganização económica", à "sobrevivência política" e "à grandeza" da "projectão futura" da Europa "ao lado dos grande blocos asiático e americano." Destes pressupostos, Salazar deduzia a necessidade da "integração da África no sistema defensivo europeu ocidental, ou mais precisamente atlântico", ao mesmo tempo que criticava qualquer fórmula de tratamento dos problemas políticos africanos numa base em que eventualmente se viesse a sobrepor estes interesses aos da Europa.⁶⁰⁸

Porque se considerava então, fundamental, preservar a dimensão ultramarina do Portugal europeu? Porque amputado da sua dimensão ultramarina, Portugal seria inviável como nação independente na Europa.⁶⁰⁹ E através de que meios se poderia lá chegar? Mantendo o equilíbrio e a solidariedade do todo nacional envolvendo Metrópole e ultramar; garantindo a existência permanente de "um tesouro desafogado", de uma "estrutura militar apropriada" e de uma "forte coesão moral"; afastando Portugal dos "conflitos e querelas" da Europa; preservando a "reserva histórica"⁶¹⁰ em relação a Espanha, mas sem prejuízo de uma "boa vizinhança e possível cooperação"; valorizando a aliança luso-britânica; preservando e aprofundando o recurso à utilização de uma "visão histórica" na avaliação dos acontecimentos, negando uma aproximação a estes em função de pressões conjunturais ou simpatias ideológicas; reforçando o relacionamento com os EUA (potência marítima) tendo presente os seus interesses; "prosseguir e estreitar a colaboração com o Brasil" mas tendo presente certos "equívocos" da sua política; "repudiar orientações ou princípios internacionais" que apenas desfavorecem as

608 Cf. Entrevista concedida por Oliveira Salazar a Leitão de Barros in *O Século*, 10 de Agosto de 1950, p. 2 (2ª coluna).

609 Cf. Franco Nogueira, *As Crises e os Homens*, Lisboa, 1971, pp. 534-541.

610 Ou seja, precavendo-se as várias vezes demonstradas tendências anexionistas/imperialistas de Castela em relação às periferias geográficas da Península Ibérica.

"pequenas potências". "Na sua substância, tudo [isto] foi previsto pelos primeiros reis", e poderá ser encontrado nos "primeiros cronistas."⁶¹¹

Mas para percebermos a "concepção e a aplicação" das políticas externa e ultramarina de Portugal neste período, recordemos com brevidade não apenas algumas das suas raízes históricas, mas o impacto que a história recente e remota do Império colonial português tivera em muitos dos homens do salazarismo. Neste ponto seguidores fiéis do velho republicanismo a que o golpe militar de Maio de 1926 pôs fim. Todo o último quartel do século XIX equivaliu pela Europa, EUA e Japão a uma profunda vaga nacionalista com um forte pendor imperialista. Esse nacionalismo, com causas várias, mais ou menos profundas, e assumindo formas diversas, também teve lugar em Portugal. Pode-se afirmar que foi significativamente agravado pelo ultimato britânico de 1890. Sob o ponto de vista ideológico, "a questão colonial" ganhou naquela altura uma importância renovada. As ameaças do Governo de Sua Majestade provocaram um "grande sobressalto nacional" contribuindo decisivamente "para cristalizar os sentimentos nacionalistas em torno do império" o que se revelaria de "extrema importância para a evolução política portuguesa durante o século XX." Poderá ter sido esta a ocasião para o nascimento dos "mitos acerca do carácter 'sagrado' dos territórios coloniais [...], da 'vocação colonial' do povo português, da espoliação de Portugal por parte" do RU. Tudo "temas de uma ideologia colonialista" que teria a partir de então penetrado "em vastos sectores da sociedade portuguesa."⁶¹²

É no rescaldo político e ideológico deste acontecimento e daquela conjuntura, que o próprio republicanismo "democrático" — primeiro como oposição, depois como regime — trataria de encarniçar, que toda uma geração é formada ou se quisermos, doutrinação. Neste caso, como noutros, o Estado Novo não trouxe nada de novo. O seu nacionalismo africanista apenas continua, obviamente com alterações de acordo com a orientação global da política do regime e a nova conjuntura internacional, algo que terá tido o seu início, pelo menos simbolicamente, lá pela década de setenta do século XIX.

611 Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 544-545.

612 Cf. Alexandre, 1979, p. 64.

Mas podemos ir um pouco mais atrás. Ainda antes do famoso ultimato inglês de 1890, se evocava a absoluta necessidade de Portugal seguir o movimento europeu de intervenção e ocupação política de várias regiões de África. Não o fazer equivaleria a uma "*desonra*" e a uma "*ignominiosa bancarrota*" das "*aspirações nacionais*". Por exemplo, a Comissão do Fundo Africano da Sociedade de Geografia de Lisboa pretendia neste contexto "*promover uma subscrição nacional permanente, destinada ao estabelecimento de estações civilizadoras nos territórios sujeitos e adjacentes ao domínio português em África.*" Tratava-se da preparação para o confronto entre a "*influência tradicional de Portugal*" naquelas regiões e o interesse que as mesmas começaram a despertar junto de outros Estados europeus. Tanto a chamada sociedade civil, como algumas das potências imperialistas europeias, exigiam que a colonização portuguesa se passasse a estabelecer de forma "*mais firme e visível.*"⁶¹³

Podemos depois colher um exemplo concreto deste conjunto de factos relativos à "*nova*" formação ideológica dos portugueses e, através dela, o importante papel atribuído ao Império português, pelo recurso ao testemunho de Adriano Moreira, um dos mais simbólicos ministros da política ultramarina salazarista (nem que seja, a dada altura *a contrario sensu*). Segundo as suas palavras, a "*primeira percepção*" tida por aquele antigo Ministro de Salazar em relação ao então ainda Império português, teve lugar na escola primária da sua aldeia natal, Grijó, no concelho de Macedo de Cavaleiros:⁶¹⁴ "*as paredes tinham mapas dos territórios ultramarinos e a ideia de grandeza do país aprendia-se na instrução primária.*" Para continuar:

Depois a minha formação em Direito deu-me uma concepção puramente normativista, uma visão legalista — o sistema das leis e a sua coerência, etc. — que tinha pouco a ver com a realidade.

613 Cf. Guimarães, 1983, p. 1084.

614 Adriano Moreira nasceu em 1922. Podemos por isso supor que a sua entrada para o ensino primário terá tido lugar por volta de 1929/30. Recorde-se que o *Acto Colonial* vigorou apenas a partir de 1930. Salazar entrou para o Governo, como *responsável da pasta das finanças*, em Abril de 1928. Dificilmente, por isso, poderemos considerá-lo a ele e à Ditadura Militar, responsáveis pela formação ideológica que Adriano Moreira refere e de que a sua geração foi alvo. Até já entrados os anos trinta, não é o salazarismo o responsável pela concepção do espaço político português tal como transmitido nas escolas, nas universidades, nos tratados de ciências jurídico-políticas, nos jornais, etc.. Aliás, com quem, como e onde aprendeu Salazar?

Só as viagens que Adriano Moreira fez a Angola, Moçambique, São Tomé e Guiné, em 1953, para recolher elementos para um *"projecto de reforma do sistema prisional do ultramar"* lhe fizeram ver a *"falta de sintonia"* entre aquela que era a sua *"formação e a realidade."* Esta distância entre os modelos teóricos e a realidade ou a percepção positiva da mesma, traduzia uma das características mais marcantes da relação ou da forma como a metrópole via e lidava com o Ultramar. A percepção que dele eventualmente se tinha, apenas mudava radicalmente depois de se *"passar por África"*, uma vez que a *"sociedade metropolitana"* não fornecia a necessária *"noção de responsabilidade, de dimensão"* fundamental à afirmação da importância da presença portuguesa (ou de portugueses) naqueles territórios. Retirando deste conjunto de factos algumas conclusões era natural que o *"ultramar real"* não fosse *"reproduzido nas preocupações de quem estava reduzido à metrópole"* o que, naturalmente, *"não foi bom para o país"* nem, poder-se-á acrescentar, para o ultramar. Em última análise, este *"conhecimento 'in loco'"* adquirido por Adriano Moreira da *"realidade africana"* acabou por influenciar a escola onde ensinou durante dezenas de anos fazendo-a evoluir da *"velha tradição"* em que se dedicava *"apenas [...] à administração colonial"* para uma outra de Ciências Sociais e Políticas. Tratava-se do abandono de uma abordagem restrita à normalização jurídico-política, e a aplicação ou introdução de recursos que permitiam não só um estudo mais aprofundado das sociedades ultramarinas, como a sua contextualização num panorama geral (tanto no domínio temático como cronológico).⁶¹⁵

Também a participação nos trabalhos da ONU permitia aos delegados ou membros das sucessivas delegações portuguesas, ao contrário do que o senso comum normalmente nos transmite, *"ter uma noção do enquadramento internacional, da evolução rapidíssima que se estava a verificar no mundo"*, mas, fundamentalmente, a noção de ser necessário acompanhá-lo nessa evolução, na sua crescente interdependência e no facto de nesse novo mundo os pequenos países tenderem a tornar-se cada vez mais *"exógenos"*, ou seja, *"subordinados a variáveis externas que não podiam controlar."* E contrariamente à ideia de que uma percepção da realidade com estas características

615 Cf. Adriano Moreira in Avillez, *op. cit.*, p. 226.

poderia perturbar os espíritos de homens como Adriano Moreira, Franco Nogueira, Paulo Cunha e outros, em suma, alguns dos cérebros da acção portuguesa em matérias de política externa e ultramarina, afastando-os da orientação política definida pelo salazarismo, a verdade é que os estimulava. Estimulava o trabalho político, estimulava a investigação universitária, promovia a união em torno de um objectivo, de um sonho. A luta pela manutenção da integridade da nação portuguesa estava, para muitos dos homens do salazarismo, como a fraternidade, a solidariedade entre os povos e a sua autodeterminação para aqueles que se lhes opunham. E assim, como as posições destes lhes eram difíceis ou impossíveis de manter em Portugal, as dos primeiros tornavam-se crescentemente insustentáveis no exterior.⁶¹⁶

Mas, como seria óbvio, a passagem do tempo, com o efeito que ia provocando na natureza e no alcance dos acontecimentos de política interna e externa, provocaria a emergência de reposicionamentos políticos no seio dos "*homens-de-mão*" do regime destacados para o tratamento das questões de política externa e ultramarina. Uns evoluíam dos princípios defensores de integridade do todo nacional para soluções federalistas, que por si se tornavam na antecâmara da autodeterminação e independência. Outros tinham percursos de sentido inverso. Enquanto, por exemplo, Franco Nogueira se escudava na absoluta necessidade do Ultramar para a sobrevivência de Portugal enquanto unidade política independente, e para isso necessitava de manter um papel activo no desenrolar dos acontecimentos em certas regiões do globo, para Adriano Moreira a sobrevivência de Portugal enquanto unidade politicamente independente não estava em causa, e neste contexto a evolução das Províncias Ultramarinas no sentido da concessão progressiva de um estatuto de autonomia política seria a melhor forma de assegurar de futuro a Portugal um importante papel na vida política internacional. Neste sentido podia-se argumentar, e Adriano Moreira fê-lo, recordando que "*nenhum doutrinador da unidade portuguesa*" alguma vez lamentou a independência do Brasil. E tendo o Brasil obtido essa independência por intermédio da acção dos portugueses ali radicados, que "*ao verificarem a evolução da conjuntura, procederam a uma avaliação*

616 Cf. Idem, *ibidem*, p. 227.

dos riscos para o regime [político] de então", salvaguardaram "a presença portuguesa e a sociedade integrada que ali se desenvolvia." Era então este um outro caminho: garantir em condições favoráveis, e tendo sempre presente o desgaste provocado pela conflitualidade em curso tanto na metrópole, como no Ultramar, a conquista da confiança das populações daqueles territórios, independentemente da sua origem e tendo apenas presente o desejo de pretenderem contribuir para a construção de uma *"sociedade integrada"*, a concessão de cada vez maiores fatias de autonomia e participação política.⁶¹⁷ Os que se lhe opunham consideravam-na uma solução impossível.

BASES E LIMITES DO PODER PORTUGUÊS NO FINAL DO CONSULADO SALAZARISTA.

Logo em 1963, algumas das principais dificuldades relacionadas com as opções de política ultramarina eram detectadas pela embaixada do RU. O mundo dos negócios estava preocupado pelos *"prováveis efeitos económicos de uma guerra prolongada em Angola"*, como pelo facto das crescentes despesas militares virem a exigir um aumento da tributação fiscal. As FA sentiam-se *"desapontadas"* por não existirem sinais de qualquer vontade de, pelo menos àquela data, se procurar resolver politicamente o problema da Guiné. Mas também, relativamente a Angola, havia indicações crescentes de existirem no seio do Exército opiniões individuais defendendo a procura de uma solução política. A hierarquia católica vinha também falhando no apoio esperado à política ultramarina do Governo. Ou seja, suspeitava-se que a igreja não pretendia suportar os custos de se ver associada às opções integracionistas. Todas estas *"dúvidas apenas acrescentavam"* aquele que era o *"mal-estar"* sentido desde há algum tempo no seio dos grupos mais esclarecidos da sociedade portuguesa. De qualquer modo, concluía-se, nenhum dos factos, isolada ou conjuntamente, era suficiente para *"induzir"* o Governo a alterar as suas políticas.⁶¹⁸

⁶¹⁷ Cf. *Ibidem*, p. 228.

⁶¹⁸ Cf. PRO-FO 371. 16944|File1015/15. Circular interna do FO. 24 de Setembro de 1963.

Independentemente destes factos, existia margem de manobra para a sustentação da política externa e ultramarina salazarista. No capítulo da defesa, as *"exigências em recursos humanos para a condução das operações militares [...] nos territórios de Angola, Guiné e Moçambique [...]"* podiam *"sempre ser satisfeitas, em números globais, pelos contingentes que atingiam a idade de ser chamados às fileiras"*, sem que se recorresse *"à convocação de pessoal de classes mais antigas, já na disponibilidade."* Sendo que o total de efectivos metropolitanos em Angola, Guiné e Moçambique, passou de 40 422 a 31 de Dezembro de 1961, para 79 823 no mesmo dia de Dezembro de 1968. Havia, no entanto, algumas *"excepções"* nesta aparente facilidade de mobilização de recursos humanos, *"como por exemplo no caso dos médicos, sobretudo de especialistas"*, ou de oficiais *"subalternos⁶¹⁹ e capitães do quadro permanente para as Armas combatentes"*. Para se enfrentar esta *"dificuldade — agravada pelo facto de a Academia Militar, por falta de concorrentes, formar anualmente um número cada vez menor de oficiais — foi publicada legislação"* capaz de atrair *"candidatos, sobretudo oficiais milicianos"* com provas dadas em *"anteriores comissões"* no *"Ultramar"*. Além disso, possibilitou-se a promoção à classe de oficiais e sargentos de *"pessoal de graduação inferior que tivesse provado em combate as qualidades necessárias ao desempenho"* daquelas funções, embora não possuísse a *"habilitações literárias exigidas por lei."*

Ao longo do conflito verificou-se um aumento *"gradual do aproveitamento dos recursos"* humanos de cada um dos territórios onde existiam frentes de combate.⁶²⁰ Porém, os militares do quadro permanente viram-se na obrigação de cumprir *"várias comissões no Ultramar"*, muito embora o mal-estar em relação a este facto se tivesse acelerado já na década de setenta. Enquanto os cidadãos que preencheram as *"fileiras e que seguiram para África não cumpriram mais do que uma comissão"*, que geralmente *"pouco excedeu os dois anos."* Também *"parte do pessoal de cada contingente anual não chegava a embarcar para o Ultramar"*, sendo que muitos destes eram colocados em

619 Postos de alferes e tenente.

620 O "recrutamento" de autóctones em Angola, Guiné e Moçambique passou de um total de 8000 efectivos em 1961, para 37 861 em 1968. Nesta data, respectivamente, 35,5%, 14,4% e 38% do total dos efectivos mobilizados naqueles territórios.

"guarnições onde não havia acções de guerrilha." Quanto às perdas verificadas, até 1968, "*quer em combate quer por outros motivos, incluídos os desertores, foram relativamente baixas*". Os "*custos humanos*", também até àquela data, "*nos três teatros de operações*", teriam ficado "*longe dos níveis habituais doutras situações de guerra anteriores e de conflitos contemporâneos do mesmo tipo*."⁶²¹ Finalmente, existiam os "*efeitos de lassidão*" que uma guerra de guerrilha sistematicamente provoca.⁶²²

Assim, no período que se estende entre 1961 e 1968, "*a guerra em África, após a reacção inicial da hierarquia militar reunida à volta de Botelho Moniz*,⁶²³ foi um factor de subordinação das Forças Armadas ao regime político"; as FA tornaram-se novamente num "*instrumento do regime salazarista, embora as sequelas da perda de Goa tivessem criado um clima de desconfiança*"⁶²⁴ (como se referiu, aliás, no capítulo IV). Sendo

*provável que o tipo de manobra empregue em Angola, em Moçambique e na Guiné assente na quadrícula, ou seja, numa postura mais defensiva do que ofensiva, suscitasse uma boa disponibilidade dos comandos militares para aguentarem o esforço de guerra durante um tempo longo.*⁶²⁵

Os anos correm "*aparentemente tranquilos no que diz respeito às relações entre o poder político e as Forças Armadas*." A abertura de duas novas frentes — Guiné em 1963 e Moçambique em 1964 — não provocaram "*reacções de desagrado na instituição militar quanto política de guerra em África*." Os "*militares*" não suscitaram "*qualquer candidatura adversa a Américo Thomaz*" em 1965, "*e ficaram 'surdos' às*

621 Em Angola, entre 1961 e 1968, morreram em combate 851 homens, sendo o seu valor global, incluindo outras causas, de 1720 homens. Em Moçambique, entre 1964 e 1968, perderam a vida 844 militares, dos quais 410 em combate. Na Guiné, entre 1963 e 1968, faleceram 939 homens, dos quais 612 em combate. Do total de 3503 mortos contabilizados pelas estatísticas oficiais, em Angola, Moçambique e na Guiné, entre 1961 e 1968, 1873 foram devidos a acções de guerra (53,6%).

622 Cf. Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), *Resenha Histórico-Militar Das Campanhas de África*, 1º vol., *Enquadramento Geral*, 1988, pp. 252-266.

623 Sendo que o golpe congeminado por este general se tratou de uma acção concreta contra Salazar e a sua política ultramarina. Cf. Ferreira, 1992, pp. 280-281.

624 Cf. Idem, *ibidem*, p. 335..

625 Cf. *Ibidem*, p. 331.

tomadas de posição contra a política de guerra", nomeadamente por parte da oposição democrática ao Estado Novo.⁶²⁶

É óbvio que o regime ia tomando as suas precauções. Em 1962, afastado o general Deslandes do cargo de Governador-Geral de Angola, na sequência de um confronto com o ministro do Ultramar, Adriano Moreira, sacrifica-se um par de meses mais tarde o próprio ministro, de forma a evitar qualquer desentendimento no relacionamento das FA com o regime. Igualmente naquele ano, sabendo Salazar que a guerra poderá ser longa, adverte que aquela deverá ser "*económica em baixas, em efectivos e em despesas*." Assim, no final do consulado de Salazar, os desentendimentos no seio da instituição militar, relativamente à política ultramarina

*parecem confinar-se apenas a questões sobre estratégia militar: doutrina, concepção da manobra, coordenação de comandos e sistemas de forças. Não se põe em causa a guerra como resposta adequada à questão colonial e tudo se passa num círculo restrito entre o topo da hierarquia militar e os principais homens do regime.*⁶²⁷

Em termos económicos, as políticas externa e ultramarina adoptadas pelo salazarismo não parecem ter causado significativas perturbações, embora o recurso ao *contractual* pudesse ajudar a medir de forma mais adequada os efeitos económicos de uma outro tipo de opções estratégicas naquelas áreas. O PIB português cresceu praticamente todos os anos do pós-guerra, tal como o PIB *per capita*,⁶²⁸ garantindo-se ainda a estabilidade cambial do escudo, em especial face ao dólar.⁶²⁹ E se as taxas médias de cresci-

626 Cf. *Ibidem*, p. 285. "Nesses anos do meado da década de sessenta, os oficiais portugueses parecem conformados com as missões que lhe são atribuídas. Nota-se em alguns a nostalgia (ou o repúdio) pela 'vida tranquila na Metrópole'. Mas a rotina das comissões de dois anos está instalada." Cf. *Ibidem*, p. 287.

627 Cf. *Ibidem*, pp. 288-289.

628 Entre 1947 e 1952 o PIB a preços constantes conheceu uma taxa de crescimento médio anual de 2,5% (1,7% *per capita*); entre 1953 e 1958 cresceu 4,7% em termos médios (4,2% *per capita*); de 1959 a 1964 cresceu 6,2% (5,6% *per capita*); finalmente, entre 1965 e 1967 o PIB valorizou-se em 6,3% (7,5% *per capita*, ao que não foi estranho o decréscimo populacional na ordem dos 1,11% em termos médios anuais). Entre 1968 e 1973 a economia portuguesa continuaria a crescer e a população a diminuir, valorizando-se o rendimento *per capita*, em termos médios, na casa dos 8,5% ao ano. Cf. Nunes e Brito, 1992, p. 307.

629 Em termos médios, 1 dólar valia 29\$00 em 1950; 28\$50 em 1955; cinco mais tarde custava 28\$40; em 1965 podia ser comprado por 28\$83, para em 1968 se ter desvalorizado seis centavos face ao escudo, custando, por isso, 28\$77. Cf. Clarence-Smith, s.d., p. 260.

mento económico, durante a década de cinquenta, foram de uma maneira geral inferiores às congéneres europeias ocidentais, no decurso da década de sessenta, a economia portuguesa conheceu valores médios de crescimento económico apenas ultrapassados pela Grécia (7,4%).⁶³⁰ Foi ainda possível manter um nível muito baixo de endividamento público, tanto interno como externo, baixas taxas de juro e baixos níveis de crescimento dos preços.⁶³¹ O comércio externo português cresceu fortemente durante toda a década de sessenta, estimulado pela prosperidade sentida nas principais economias parceiras comerciais de Portugal. Neste capítulo salienta-se um decréscimo do peso europeu (CEE) nas trocas externas portuguesas, bem como uma diminuição de importância dos EUA. O Ultramar manteve praticamente o seu peso como parceiro comercial da economia metropolitana, assim como um relacionamento comercial privilegiado com o RU.⁶³²

Já em 1973, numa listagem em que são apresentados os "*gastos militares mundiais*" e portanto aquele conjunto de países que uma maior fatia das suas despesas públicas dedicava às FA, não surge qualquer referência a Portugal. Constan, por exemplo, países como a Holanda, a Espanha, a Suécia, a Checoslováquia e a Bélgica, ocupando, respectivamente, os 14º, 16º, 18º, 20º e 22º lugar.⁶³³ No que respeitava à contribuição dos vários países do mundo para a autoria de obras científicas, Portugal ocupava o 17º lugar à frente de países como a Bélgica, a Dinamarca ou a Áustria. A fatia portuguesa era de 0,76%; a daqueles três países ficava-se, respectivamente, por 0,73; 0,57 e 0,53%.⁶³⁴ No

630 De 1950 a 1960 a taxa de crescimento anual médio do produto social/produto nacional real em Portugal foi 3,9% (a taxa média europeia foi de 4,7%). Entre 1962 e 1973 o produto cresceu em Portugal à taxa média de 7% (a taxa média europeia foi de 4,9%). Cf. Ambrosius e Hubbard, s.d., p. 169.

631 O peso da despesa pública no PIB era de 13% em 1946, 12% em 1951, 13% em 1956. Em 1961 atingiu os 16%, para a meio da década diminuir 1 ponto percentual. Em 1968 voltava aos 16%. O peso da dívida pública externa no PIB passou de 2% em 1950 para os 6% em 1962. O peso do serviço da dívida pública externa nas receitas públicas era de 0,6% em 1950 e de 2% em 1962. Em 1974, ficava-se por 1 ponto percentual. Cf. Nunes e Brito, *op. cit.*, pp. 341 e 346..

632 Em 1950 os EUA e o Ultramar português somavam quase 35% (14,6 e 20%, respectivamente) do comércio externo português, cabendo ao RU 14,2% desse mesmo comércio externo. Em 1965, RU e EUA correspondiam a 14,8 e 9,1% do comércio externo, cabendo às províncias ultramarinas um total de 18,1%. Cf. Rosas, 1994, p. 477. Em 1968, Portugal fazia 16,2% do seu comércio com o RU, 8,6% com os EUA e 19,4% com o Ultramar. Entre 1961 e 1968 o comércio externo de Portugal com a CEE passou de 32,6% para 26,9%. Cf. *Comércio Externo*, INE, 1962. *Estatísticas do Comércio Externo*, INE, 1969.

633 Cf. Deutsch, s.d., p. 35.

634 Cf. Idem, *ibidem*, p. 48.

princípio da década de setenta Portugal pertencia ainda, apesar de "*orgulhosamente*" só na sociedade internacional, a todos os organismos europeus que estivessem de acordo com a sua posição geopolítica, a estrutura institucional do Estado português, o grau de desenvolvimento socio-económico e tecnológico e, finalmente, àqueles que haviam sido entendidos como correspondendo aos principais objectivos da política externa.⁶³⁵

Mas, noutros domínios, as dificuldades aumentavam. Por exemplo, em Outubro de 1966, Franco Nogueira interrogava-se sobre o "*momento político*" no "*plano interno*". Os "*sinais de grande mal-estar e descontentamento*" multiplicavam-se. O Governo não tinha "*prestígio [...] nem crédito*." Embora, sob o seu ponto de vista, a questão ultramarina fosse a causa da sua sobrevivência e da "*união*" do país. Mas logo se contradizia ao afirmar que numa eventual remodelação do governo não bastaria a substituição de nomes. Era preciso "*dinamizar a Administração, imprimindo-lhe um ritmo acelerado, moderno, e sobretudo eficaz, de modo a convencer a opinião pública de que o desenvolvimento da metrópole*" não era "*prejudicado pela defesa do Ultramar*." Caso contrário, num curto espaço de tempo, "*todos*" estariam "*odiando a África*" e concordando com o seu abandono. No exterior, especialmente os norte-americanos, tentavam saber até onde chegaria o "*fôlego*" português. E terminava: "*Quem será que assume perante a história a responsabilidade de entregar o Ultramar?*"⁶³⁶ Cerca de cinco semanas mais tarde iria ouvir de Salazar o seguinte comentário:

Estou farto de críticas e discordâncias que não apresentem ao mesmo tempo sugestões concretas sobre o que se deveria fazer para substituir o que está mal. Dizem por aí que os ministros são umas bestas, que eu não compreendo já nada e estou velho, que só faço disparates, que sou tonto em pensar que nos deixam ficar em África; mas ninguém me diz o que se deve fazer em vez do que se tem feito. Estou pronto a seguir outra ideia se me disserem qual, e se me provarem que é melhor para os interesses nacionais do que aquele que temos seguido.

635 Conselho da Europa, EFTA, OCDE, OTAN e ONU (e diversas agências especializadas).

636 Cf. Franco Nogueira, *Um político confessa-se (Diário: 1960-1968)*, 1986, pp. 198-199. Comentário datado do dia 6 de Outubro de 1966.

A insegurança quanto à estratégia escolhida, tal como as pressões vindas do próprio regime quanto à sensatez da opção tomada, cercavam Salazar. Eram aqueles que tratando-se de "*pessoas altamente colocadas*", pessoas do regime, defendiam "*o ponto de vista de que o melhor*" era "*entregar o Ultramar, não acreditando que isso*" equivalia a "*entregar Angola e Moçambique às forças imperiais*." A natureza autoritária da governação tolhia já profundamente a imaginação e a mobilidade política.⁶³⁷

Segundo o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar, "*em todo o Conselho de Ministros, e além do Presidente do Conselho*", haveria naquele momento de "*crise e encruzilhada histórica*" que Portugal atravessava, "*quatro ou seis ministros*" a sentirem e a acreditarem no Ultramar. Os outros apenas desejavam "*ver-se livres de África, para se devotarem às delícias de uma política europeia*." Ansiavam "*pelas idas a Paris e a Viena, a Genebra e a Londres, e demais centros europeus de prazer ou turismo*."⁶³⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS. A POSIÇÃO PORTUGUESA OU OS LIMITES DA IMOBILIDADE SALAZARISTA.

A 6 de Janeiro de 1961, na sequência de uma presença atribulada na XV AG da ONU, Khrushchov classificaria "*as guerras de libertação nacional como sagradas*". Embora se possa hoje, e em parte, integrar esta afirmação apenas no contexto do conflito sino-soviético, verdade é que, na conjuntura em que foi proferida e divulgada, para o mundo ocidental, era entendida como significando que a URSS e a RPC "*tinham ambições de dominação do mundo*."⁶³⁹ Deste modo, que interpretação lhe poderia ser dada por Salazar?

A URSS, como aliás os EUA durante a vigência da Administração Kennedy, estava disposta a usar a arma do (anti)colonialismo para retirar vantagens no conflito em curso. Moscovo acusava todas as potências ocidentais que se haviam absterido na votação da declaração nº 1514 (XV), relativa à concessão de independência aos países e povos coloniais, de procurarem resistir à marcha vitoriosa do nacionalismo afro-asiático e à

637 Cf. Idem, *ibidem*, pp. 203-204. Comentário datado do dia 10 de Novembro de 1966.

638 Cf. *Ibidem*, pp. 204-205. Comentário datado do dia 13 de Novembro de 1966.

639 Kennedy citado em Kissinger, 1994, p. 644.

justeza das reivindicações independentistas em territórios ainda dependentes. Ora, logo em 1961, a situação em Angola merecia uma atenção especial. Portugal era acusado de, com a ajuda de outras potências coloniais, impedir que as NU tomassem nas suas mãos a questão angolana. Naquele ano, os debates no CS e na segunda fase da reunião da XV AG, revelavam que a atitude do Governo português naquele território, constituía não só um enorme sofrimento para o povo angolano, mas revelava-se também uma ameaça para a paz no continente africano. E Moscovo avisava que caso Portugal continuasse a recusar seguir as decisões da AG, nomeadamente o disposto nas resoluções nº 1514, 1541 e 1542, o problema de Angola seria novamente levantado na reunião da XVI AG, sendo então certamente tomadas "*medidas de coerção resolutas*" contra "*os colonialistas portugueses*."⁶⁴⁰

Nesta linha, a 29 de Agosto de 1961, Andrei Gromyko, solicitava junto do secretariado das NU a "*inclusão na Agenda*" da XVI AG, da discussão da: "*situação relativa à aplicação da Declaração sobre a outorga de independência aos países e povos coloniais*." Esta proposta justificar-se-ia, do ponto de vista soviético, pelo facto de a resolução nº 1514 (XV) continuar "*por executar devido à oposição de certas Potências coloniais membros da ONU*." Confirmavam-no a "*continuação da guerra colonial contra o povo argelino, os crimes violentos de Portugal em Angola*", as violências a que continuavam a ser submetidas "*as populações autóctones da África do Sul e do Sudoeste Africano*", além das "*medidas de repressão massiça tomadas pelas autoridades coloniais contra os habitantes do Kenya e da Rodésia do Norte e muitos outros actos dos colonialistas*." Em relação a estes pontos, o Ministro soviético contava que no decurso da XVI AG pudessem ser tomadas "*medidas práticas*", de forma a ser "*dado efeito imediato*" à resolução nº 1541(XV). Sobretudo que viesse a ser fixada uma "*data limite*" quanto à sua aplicação, além de ser desejável encontrar uma fórmula que permitisse à ONU supervisionar e inspeccionar "*o progresso alcançado a esse respeito*."⁶⁴¹

640 Cf. *Statement of V. A. Zorin, Head of the USSR Delegation to the XVth Session of the General Assembly of the United Nations, made at his press-conference in New York on April 26, 1961*. AHDMNE, MNE-SE, POI, M182. *ONU. Assembleia Geral, 1º volume*.

641 Cf. Carta nº 522 da Missão Permanente de Portugal junto das NU para o MNE. 31 de Agosto de 1961. AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M182. *ONU. Assembleia Geral, 1º volume*.

Por seu lado, o Governo norte-americano, apesar dos desafios feitos à política ultramarina portuguesa, na proposta de agenda para a XVI AG não tinha uma única palavra sobre a situação em Angola. Não deixando, no entanto, de referir a necessidade de discussão de problemas de natureza idêntica como a ocupação do Tibet pela RPC, a guerra civil no Congo e a intervenção das NU, o apartheid, o conflito entre a Holanda e a Indonésia a propósito do destino político de Irian (Nova Guiné ocidental), a autodeterminação de Oman, o Alto Adige — Tirol do Sul e, finalmente, o Ruanda-Urundi.⁶⁴²

O discurso de Kennedy na XVI AG, datado de 25 de Setembro de 1961, confirmava que o combate ao colonialismo não era uma das prioridades da sua Administração. A alocução feita pelo presidente dedicara ao assunto menos de uma página, num discurso com pouco mais de onze. Criticando em geral o velho colonialismo, não seria no entanto mencionado qualquer caso específico. Concluiria o tratamento do tema referindo-se ao facto de, sob o domínio soviético, viverem vários povos dependentes, deixando implícito ser lamentável que sobre eles ainda se não tivesse debruçado a ONU e a opinião pública internacional.⁶⁴³

O RU, que mantinha ainda no início da década de sessenta a sua soberania sobre vários territórios ultramarinos, e muito embora o objectivo político último em relação a estes fosse, com algumas pequenas excepções, o da concessão de autodeterminação e independência, verdade é que a propósito dos problemas levantados na ONU pela discussão da política portuguesa em relação às suas províncias ultramarinas, como das tentativas de negociação iniciadas logo no princípio de 1961 pela Administração Kennedy com Lisboa, não deixaram de ser seguidos com grande atenção, tanto a acção do Governo português, como os movimentos e actividade dos seus adversários, além da atitude aparentemente um tanto dúbia dos EUA nesta matéria. Para o FO era fundamental garantir nas questões relativas à evolução política dos territórios coloniais, uma posição

642 Cf. *United States Views on UN. Agenda Items. Confidential*, 7 de Setembro de 1961 (a data surge manuscrita). AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M78. *ONU. Actuação e actividade de diversas delegações nas NU*.

643 Cf. *Discours du President Kennedy a l'Assemblée Generale des Nations Unies*. AHDMNE, MNE-SE, RNP, POI, M78...

de força na ONU, e por via disso o apoio norte-americano, facto aliás testemunhado pelas conversas recorrentes entre os governos de Londres e Washington. Mas que significava também evitar uma qualquer derrota portuguesa em toda a linha.⁶⁴⁴

Os franceses davam azo a que Lisboa fosse mantendo a sua linha de acção. Por exemplo, a 13 de Julho de 1961, cerca de um mês após o seu regresso a Paris, Marcello Mathias foi recebido por de Gaulle (segundo o Embaixador, por expressa insistência do general).⁶⁴⁵ Aproveitando a oportunidade para expôr "*a natureza especial das relações de Portugal com as suas províncias ultramarinas*," sublinhou que dada "*a evolução histórica*" e as "*características humanas e culturais*" do Ultramar português, deveria a comunidade internacional, ou pelo menos os países amigos de Portugal, reconhecer a singularidade do problema em causa. Depois, a "*desproporção existente entre os recursos humanos*" da metrópole e "*das nações que constituíam o Portugal ultramarino era tão grande que a manutenção portuguesa no Ultramar baseada na força era insustentável*." Marcello Mathias garantia ainda que a "*política portuguesa nesses territórios tinha ignorado sistematicamente preocupações de supremacia racial*", atestando o facto com o recurso ao exemplo de que o primeiro bispo de côr na história havia sido proposto pelo Rei de Portugal à Santa Sé: "*o filho do rei Congo, sagrado bispo de S. Tomé e do Funchal*."⁶⁴⁶

Depois, consciente das grandezas⁶⁴⁷ e fobias⁶⁴⁸ de de Gaulle e da vida política francesa (justificadas ou não), Marcello Mathias avançou a sua exposição alertando o Presidente para o facto de a hostilidade de potências ocidentais à "*permanência*" do Portugal "*plurirracial e pluricontinental*" dever "*merecer à França as maiores reservas*."⁶⁴⁹ Primeiro, porque ao eventual fracasso dessa orientação estratégica estava ligado o

644 Cf. PRO-FO 371. 155482. Telegrama da Missão do RU na ONU para o FO. 21 de Fevereiro de 1961.

645 Faz-se o relato deste episódio por ele parecer particularmente revelador da atitude francesa em relação a Portugal.

646 Cf. Marcello Mathias, *Correspondência Marcello Mathias/Salazar. 1947/1968*, 1984, p. 94. Itálicos nossos.

647 O papel de líder da França na Europa e no mundo.

648 Em relação ao mundo anglo-saxónico protagonizado pelos EUA e RU e ao processo em curso de concessão de independência à Argélia.

649 Idem, *ibidem*, pp. 94-95.

"empobrecimento generalizado do [...] País" e, com isso, o "*descrédito das alianças que Portugal mantinha com as potências do Ocidente, designadamente o Pacto do Atlântico*", arrastando "*inevitavelmente um esmorecimento do sentimento nacional português e a desmobilização geral da Nação para com essas alianças*."

Tendo o Embaixador também presente que a política de defesa portuguesa no Ultramar deveria ser apresentada de forma a não melindrar o general, porque conhecia as suas posições em relação a África, nomeadamente face ao problema argelino, tratou de afirmar que os casos francês e português eram distintos, "*partindo de realidades diferentes*", naturalmente sem "*os mesmos condicionalismos*". A França, na opinião de Marcello Mathias, dada a "*sua história e a sua cultura*", havia deixado em África e na Ásia a "*inconfundível marca da sua civilização*", tal como na Europa, além de que "*dispunha de um escol de cientistas, de professores, de engenheiros, bem como de capitais e de uma técnica avançadíssima*". Ora para aquele diplomata português, tal não era a situação de Portugal. O rectângulo ocidental da Península Ibérica não poderia, depois de executada a independência do ultramar, "*realizar uma operação de tesouraria*" que equivalia a conceder uma "*independência de direito*", mantendo a sua influência no "*plano de facto*". E continuava: enquanto que "*o génio de França tinha sido afirmado na Europa*", Portugal tinha "*afirmado indelevelmente a sua história*" nas "*terras africanas ou asiáticas onde flutuava a bandeira*" das quinas. Aí tinha deixado o "*cunho do sentido humano das sociedades mistas portuguesas e não estava em condições de fazer sobreviver a sua presença científica e técnica nesses territórios*", a partir do momento em que "*fossem abertos à concorrência dos americanos, dos russos e de outros países, muito mais ricos do que*" Portugal, com outros "*meios de penetração*", pelo que a "*saída*" do Ultramar "*representava um verdadeiro exílio*" da história portuguesa. Para aumentar a simpatia de de Gaulle pela causa do governo de Lisboa, salientou ainda o facto de os americanos estarem por trás das "*campanhas tendentes*" à saída portuguesa de África. Além do mais, o governo português estava disposto a criar na África Austral "*uma grande barreira*" que "*por um lado se opunha à expansão de cunho racista vinda da África do Sul*", e por outro "*se opunha à expansão religiosa e fanática do islamismo*".

vinda da África do Norte, cuja influência poderosa já se fazia sentir não só na Guiné como no Norte de Moçambique."⁶⁵⁰ Mas Portugal pretendia ainda funcionar, na óptica do seu governo, como um "travão ao expansionismo soviético". Pelo que, "para a França e para a sua cultura, como de um modo geral para civilização latina, não poderia ser indiferente" que o país ali representado pelo embaixador "se mantivesse em África." Depois, face a uma interrogação de de Gaulle, garantia-se que os portugueses podiam continuar a sua política uma vez que tinham "fortes e fraternais ligações" de "mais de cinco séculos" com os povos africanos. Lisboa supunha também que, durante o período em que Portugal lutasse contra os grupos de guerrilha africanos, os americanos acabariam por perceber a natureza dessa luta. Portugal não permanecia em África por ser imperialista, mas sim para defender a civilização ocidental, objectivo que naturalmente interessava aos EUA, pelo que "acabariam" por "apoiar" Portugal. Ao que de Gaulle terá respondido: "*N'y comptez-pas, ils sont trop stupides!*"⁶⁵¹

Depois desta longa "exposição" desenvolvida com "uma veemência própria" da "maneira de ser" do embaixador e da "fé que tinha" nas "razões" adiantadas, de Gaulle pondo-lhe a "mão no ombro com familiaridade e simpatia" disse-lhe: "*On ne m'avait jamais exposé le problème portugais comme vous venez de le faire. La France vous aidera.*"⁶⁵² A partir daí, na opinião do embaixador, a "França nunca mais votou qualquer moção hostil a Portugal nas Nações Unidas", e sempre que Marcello Mathias precisou que o governo de Paris fornecesse "material de guerra" ou abrisse créditos na área da defesa a Portugal sempre foi encontrando o "maior apoio", apesar dos adversários na vida política francesa, da oposição lusa radicada em França ou, finalmente, das pressões externas sofridas pelos governos do general. Sendo levado a concluir:

E quando encontrava em França reservas ou resistências à nossa política naquilo que para nós era um problema vital, ou seja na presença da nossa soberania em África, [...] invocava as palavras do General De Gaulle e a sua promessa de ajuda e encontrei sempre vencidas de antemão muitas das dificuldades que nos

650 Cf. *Ibidem*, p. 95.

651 "Não contem com isso, eles são muito estúpidos." Cf. *Ibidem*, p. 96.

652 "Nunca me haviam exposto o problema português como você acabou de o fazer. A França ajudar-vos-á." Cf. *Ibidem*.

*eram levantadas em diversos sectores por motivos ideológicos e de carácter político.*⁶⁵³

Neste contexto onde se manifestavam percepções diferentes da posição portuguesa, percepções essas feitas a partir de interesses nem sempre coincidentes das principais potências ocidentais, foram-se sucedendo, na difícil conjuntura da década de sessenta, vários sinais do agrado do Governo português. Em 1962, numa discussão tida no seio da OTAN, a propósito dos problemas causados à organização pela ONU, o "*assistant secretary*" do Departamento de Estado sublinhava que a URSS olhava para a ONU "*como uma plataforma para a sua propaganda*", concluindo depois, naquilo que respeitava às questões coloniais, que "*um parlamento mundial não podia ter uma visão profissional de problemas como o do prazo para a autodeterminação.*"⁶⁵⁴

Obviamente, muitos dos países afro-asiáticos continuaram a insistir na necessidade da independência dos territórios portugueses de além-mar, juntamente com Estados do bloco soviético, países europeus, neutrais ou aliados de Portugal na OTAN, latino-americanos e os próprios EUA — ou seja, a esmagadora maioria da chamada comunidade internacional. Mas uma importante e crescente rivalidade entre os países motores da oposição à política portuguesa, se ainda os punha de acordo na condenação formal do colonialismo, da mesma forma não lhes concedia grande margem para uma concertação eficaz de políticas. Aliás, os problemas no Médio Oriente, a intervenção crescente dos EUA no Vietname, a cisão sino-soviética ou as rivalidades da União Indiana com a China e o Paquistão, reduziam o caso português a uma relevância cada vez menor.

Apesar das pressões externas feitas sobre Salazar e as suas políticas externa e ultramarina, restavam sempre sinais de que era possível continuar a defesa das posições de sempre. Por vezes parecia estar-se perante uma situação em que o passar do tempo desgastaria mais rapidamente os adversários externos do que a frente interna. Como se o

653 Cf. *Ibidem*.

654 Cf. PRO-FO 371. 161637. File 1072/1. *MEMORANDUM*. NORTH ATLANTIC COUNCIL VISIT OF MR. CLEVELAND, ASSISTANT SECRETARY IN THE STATE DEPARTMENT FOR A DISCUSSION OF UNITED NATIONS PROBLEMS. COUNCIL MEETING: WEDNESDAY, JULY 11, 1962.

desenrolar normal da vida política internacional produzisse outros acontecimentos e suscitasse outras atenções.

Além do mais, iam sendo criadas medidas claras, como alguns expedientes, para aliviar pressões, ganhar tempo, espaço e recrutar apoios. Por exemplo, norte-americanos e ingleses seguiram inicialmente com grande atenção as reformas de política ultramarina levadas a cabo por Adriano Moreira, chegando a ser consideradas como um sinal importante de mudança. E embora tivessem começado a delas suspeitar com alguma rapidez, recorrendo inclusive às palavras proferidas pelo próprio Ministro, de que afinal essas tão faladas reformas não iriam alterar os fundamentos da política portuguesa em África, pelo que se mantinha a vontade de por lá ficar, já havia sido ganho por Lisboa um precioso tempo. Assim, desde 1960, terceiros países haviam contribuído para uma adaptação a novíssimas circunstâncias provocadas pela catadupa de eventos.⁶⁵⁵

Depois do embate em Angola, da invasão de Goa pela União Indiana e das crescentes críticas internacionais à política ultramarina portuguesa, Salazar deu início a uma série de consultas sobre o rumo daquela política. O Presidente do Conselho, como afirmaria mais tarde Franco Nogueira, tê-lo-ia feito "*consciente da responsabilidade*" que vinha assumindo e apesar da "*lucidez da sua visão, da frieza das suas decisões, da segurança dos dados*" com que jogava, por considerar que aquele era um assunto "*nacional, e não político, e muito menos partidário ou pessoal*".⁶⁵⁶ O mesmo aconteceu em 1962 e em 1963, fosse pelo conteúdo da entrevista de Salazar à *Life*, fosse pela demonstração de se pretender avançar numa política de reformas políticas e administrativas no ultramar, já para não insistir na importância das discussões que se iam desenvolvendo dentro do regime quanto à pertinência das opções ultramarinas tomadas, as conversas com George Ball ou Godfrey Amachree. E sendo certo que o essencial não sofreu alterações, a realidade política de 1961 não é aquela que podemos encontrar em Setembro de 1968.

655 Cf. PRO-FO 371. 155442 (vários ficheiros).

656 Cf. Franco Nogueira, *Salazar. V. A Resistência (1958-1964)*, s.d.d, p. 394.

Pode-se, naturalmente, discutir a sensatez da política ultramarina sob o consulado de Salazar, medir as suas consequências na economia e sociedade portuguesas, como na consolidação ou desgaste do autoritarismo português da segunda metade do século XX, ou ainda nas opções de política externa, sacrificando, por exemplo, o envolvimento de Lisboa na construção europeia. Simplesmente, se nos reduzirmos aos factos, àquilo que terá realmente acontecido, fica-nos muito mais do que apenas a teimosia ou a falta de visão de um homem ou de uma pequena clique. Produziram-se, no seio do regime, discussões entre grupos, tal como se executaram iniciativas políticas. Tudo foi feito, porém, segundo as regras de um regime autoritário.

Em 1968, quando Salazar é afastado da governação, estavam em curso não apenas uma confrontação militar em três frentes e práticas de repressão política na metrópole e nas províncias ultramarinas, mas um crescimento económico acelerado no Portugal europeu e ultramarino, a formação de um espaço sob domínio de uma minoria branca em toda a África Austral, profundamente conservador e anti-comunista, que pretendia ser o garante da segurança das rotas Atlânticas pelo Cabo da Boa Esperança para o Ocidente, como ainda quase um último reduto de resistência à expansão comunista e de assinalável estabilidade política e desenvolvimento social no continente negro.

Simplesmente, a coerência e harmonia formais que haviam garantido a existência do salazarismo, quebrar-se-iam a partir da sociedade portuguesa, uma vez que os objectivos estratégicos definidores das opções políticas perdiam sentido no contacto com as crescentes mudanças na sociedade portuguesa e que o próprio regime, involuntariamente, vinha introduzindo. E esta traduzia-se, sobretudo, no novo fôlego recebido pelas "*classes médias tradicionais*" (historicamente imbuídas de uma "*tradição liberal*") a partir do momento em que se manifestaram "*as aspirações ascendentes e as expectativas de uma 'nova classe média'*" — no terreno, pelo menos, desde "*meados dos anos 60*".⁶⁵⁷

De facto, o nacionalismo português (ou a "*questão colonial*"), corporizado pelo Estado Novo, tal como se apresentava depois da Segunda Guerra Mundial (e se não até

657 Cf. Cabral, 1983, p. 128.

Abril de 1974, pelo menos até Setembro de 1968), tinha sido factor de afirmação e triunfo da liderança política de Salazar. Isto depois de esgotadas as sucessivas alternativas "democráticas" e autoritárias à crise do liberalismo português desde, pelo menos, 1890. Crise que atravessava e minava a vida política, produzindo inúmeros e largos focos de instabilidade, apenas debelados pela força às mãos de um novo regime político, por meados da década de 1930.⁶⁵⁸

Visto isto, podemos afirmar que do relacionamento político estabelecido entre Portugal e a ONU até Setembro de 1968, sobressaiem os seguintes pontos:

1º Uma permanente desconfiança quanto à possibilidade de criação duma sintonia política entre aqueles que eram os princípios fundadores da ONU e os interesses políticos de Portugal, fosse pela pretensão de garantir a sua dimensão ultramarina, fosse pelos meios de política externa a utilizar para atingir aquele objectivo.

2º Uma vez que o Governo português assumiu o compromisso de pertencer àquele organismo, e apesar das contrariedades políticas que ali enfrentou, considerou sempre como remota a possibilidade de abandonar a Organização ou, inclusive, de não participar na generalidade dos trabalhos. Mesmo naquelas discussões mais agrestes na Quarta Comissão, na AG ou no CS, e em que, à partida, os resultados das votações, sobretudo depois de Março de 1961, asseguravam uma derrota.

3º Em termos de acção política no fórum nova iorquino, Lisboa privilegiou sempre o domínio histórico-jurídico. Fez valer aquilo que considerava serem os seus direitos históricos, fundamentando-os em documentação jurídica concreta. Mas apelou ainda, sistematicamente, à sua interpretação da letra e do espírito da *Carta*.

4º Relativamente aos argumentos políticos dos adversários, não deixou de considerar a legitimidade da sua argumentação política.

658 Cf. Cabral, 1988, pp. 27-30, 62-65 e 271-275; idem, 1983, *passim*, e Rosas, 1989, *passim*. Estes autores determinaram as raízes históricas do autoritarismo português moderno, fossem elas de natureza política, sociológica ou económico-financeira. Neste sentido, o Estado Novo foi a forma consagrada institucionalmente, porque vitoriosa, na superação das crises decorrentes das sucessivas soluções políticas aplicadas desde finais do século XIX a 1933/4 em Portugal, e portanto, não apenas como contraponto a opções de tipo demo-liberal.

5º Desenvolveu uma intensa acção de mobilização de várias chancelarias em todo o mundo para a causa portuguesa, esperando que, de alguma forma, pudesse vir a constanciar-se em votos favoráveis ou em abstenções na AG ou no CS.

6º No decurso da década de sessenta, traçada a inevitabilidade do surto descolonizador, frustrada a tentativa de ensaiar uma solução política da questão colonial portuguesa no seio das NU, tal como sucedeu no verão e no outono de 1963, cristalizou-se a posição de Portugal na sociedade internacional e, portanto, na ONU.

7º Foi sempre impossível, no âmbito da ONU, até Setembro de 1968, empurrar Portugal e o seu governo para uma posição que o subordinasse aos desígnios das reivindicações e medidas compulsivas propostas pelos países e blocos mais profundamente adversários de Portugal.

8º Não coube à ONU, nem poderia talvez caber-lhe, visto o panorama da vida política internacional no decurso do período percorrido por este trabalho, abalar profunda e decisivamente a posição portuguesa.

9º Mas foram muitos dos "*slogans*" permanentemente evocados na ONU, e que iam cada vez mais sendo conhecidos e repetidos em vários sectores da sociedade portuguesa, que acabariam por levar ao progressivo enfraquecimento e ao derrube das políticas externa e ultramarina definidas pelo salazarismo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES:

ARQUIVOS:

PORTUGUESES:

Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Palácio das Necessidades. Lisboa.

Fundos: *Embaixadas e Legações*.

Secretaria de Estado – Repartição de Negócios Políticos.

Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro/ Depósito Legal. Lisboa.

Nações Unidas – Centro de Informação. Lisboa.

ESTRANGEIROS:

National Archives. Washington, D.C.

Fundos: *Department of State*.

United Nations Archives. Nova Iorque.

Fundos: DAG – 1.

Office of the Secretary-General, etc..

RAG – 1.

Branch Registries. etc..

Public Record Office. Foreign Office. Kew – Londres.

FONTES IMPRESSAS:

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:

Avante! (O).

Anal. Soc..

Biblioteca de Altos Estudos.

Boletim da Sociedade de Geografia.

Boletim Geral das Colónias.

Boletim Geral do Ultramar.

Current History.

Diário da Manhã.

Diário das Sessões da Assembleia Nacional.

Diário das Sessões da Câmara Corporativa.

Direito.

Estudos sobre o Comunismo.

Estudos de Economia,

Estudos Ultramarinos.

Expresso.

Foreign Affairs.

Foreign Policy Reports.

Histoire (L')

História.

Independente (O).

Journal of African History.

Journal of European Economic History.

Journal of Modern African Studies.

K.CAPA.

Ler História.

Past & Present.

Penélope, Fazer e Desfazer a História.

Política Internacional.

Público.

República.

Revista Crítica das Ciências Sociais.

Revista Democracia e Liberdade.

Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos.

Revista de História Económica e Social.

Revista Militar.

Rumo.

Sciencia Iuridica.

Século (O).

Temas Ultramarinos.

Ultramar (2ª série da Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos).

ANUÁRIOS:

Africa South of the Sahara. 1973. (1973), 3ª ed., Londres, Europa Publications Limited.

Anuário Diplomático e Consular Português (v.d.), Imprensa Nacional de Lisboa.

Yearbook of the United Nations (v.d.), vols. 1 a 22, 1946-47 a 1968, Nova Iorque, Office Of Public Information – United Nations.

CRONOLOGIAS:

MORAIS, João e VIOLANTE, Luís (1986), *Contribuição para uma cronologia dos Factos Económicos e Sociais. Portugal, 1926-1985*, s.e., Lisboa, Livros Horizonte.

DICIONÁRIOS:

Quem é alguém. (Who's who in Portugal). Dicionário biográfico das personalidades em destaque do nosso tempo. Ano de 1947 (s.d.), s.e., Lisboa, Portugália Editora.

TEED, Peter (1992), *A Dictionary of Twentieth Century History, 1914-1990*, s.e., Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press.

ZORGBIBE, Charles (1990), *Dicionário de Política Internacional*, 1ª ed., Lisboa, Publ. D. Quixote.

ENCICLOPÉDIAS:

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura (v.d.), vários volumes, s.e., Lisboa, Ed. Verbo.

Enciclopédia Enaudi, volume 14, *Estado-Guerra* (1989), s.e., Lisboa, IN-CM.

Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira (v.d.) vários volumes, s.e., Lisboa – Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia.

Lexicoteca. Moderna Enciclopédia Universal (s.d.), vários volumes, s.l., Círculo de Leitores.

Marxism, Communism and Western Society. A Comparative Encyclopedia (1972), 5 vols., C. D.Kerning (ed.), s.e., Nova Iorque, Herder and Herder.

INVENTÁRIOS:

SERRA, João B. (1991), "Os estudos sobre o Século XX na Historiografia Portuguesa do Pós-Guerra" in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº 5, Ed. Cosmos, pp. 111-147.

FONTES NARRATIVAS E DOCUMENTAIS (MEMÓRIAS, DISCURSOS, DOCUMENTAÇÃO VÁRIA, ENTREVISTAS E CORRESPONDÊNCIA PUBLICADAS, ETC.).

ACHESON, Dean (s.d.), *Present at the Creation. My Years in the State Department*, s.e., Nova Iorque, W. W. Norton & Company Inc..

"Address of the President of the United States Delivered at a Joint Session of the Two Houses of the Congress, January 8, 1918" (1933) in *Papers Relating to the Foreign Relations of the United States. 1918. Supplement 1. The World War*, 1º volume, Washington, United States Printing Office, pp. 12-17.

ANTUNES, José Freire, ed. (1985), *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, 2 vols., 1ª ed., Lisboa, Publ. D. Quixote.

— (1993), *Salazar e Caetano. Cartas Secretas. 1932-1968*, s.e., s.l., Círculo de Leitores.

AVILLEZ, Maria João (1994), *Do Fundo da Revolução*, 1ª ed., s.l., Público Ed..

BAPTISTA, António Alçada (1973), *Conversas com Marcello Caetano*, s.e., Lisboa, Moraes ed..

BROCHADO, Costa (1987), *Memórias de Costa Brochado*, 2ª edição, Lisboa, Liv. Popular Francisco Franco.

CAETANO, Marcello (1936), *Perspectivas da política, da economia e da vida colonial*, se., Lisboa, Livraria Moraes.

- (1943), *Viagem Ministerial a África. 1942. Relações das Colónias Portuguesas com os territórios vizinhos. Discursos*, s.e., Lisboa, Agência-Geral das Colónias.
 - (1946), *Relações das colónias de Angola e Moçambique com os territórios estrangeiros vizinhos. Memorandum*, s.e., Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa.
 - (1946a), *Alguns Discursos e Relatórios. Viagem Ministerial a África em 1945*, s.e., s.l., Agência-Geral das Colónias.
 - (1948), *Estudos de Direito e Administração Colonial I. Portugal e o Direito Colonial Internacional*, s.e., Lisboa.
 - (1951), *Tradições, princípios e métodos da colonização portuguesa*, Agência-Geral do Ultramar.
 - (1962), "Memorial" in João Paulo Guerra (1994), *Memória Das Coloniais*, s.e., Porto, Ed. Afrontamento, p. 333.
 - (1963), "Prefácio" in L. F. de Oliveira e Castro, *Anticolonialismo e Descolonização. Ensaios*, s.e., Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.
 - (1967), *O Conselho Ultramarino. Esboço da sua história*, s.e., Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.
 - (1970), *Coordenadas da Política Externa Portuguesa* (Excertos de discursos proferidos pelo Presidente do Conselho de Ministros [...]), s.e., s.l., Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
 - (1971), *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos (História Duma Batalha: Da Liberdade dos Mares às Nações Unidas)*, 4ª ed., Lisboa, Ed. Ática.
 - (1977), *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª edição, Lisboa, Ed. Verbo.
- CARAMELO, Agostinho (s.d.), *Patrões da Desordem. África*, s.e., s.l..
- CARDOSO, Sá (1961), *Em Luta. Pela Pátria, Pela Democracia*, s.e., Lisboa, Ed. do Autor.
- "Carta do Atlântico" (14 de Agosto de 1941) in *Textos de Direito Internacional Público* (s.d.), s.e., Lisboa, Ed. Ática, pp. 7-8.

"Carta das Nações Unidas" in António José Fernandes, *Relações Internacionais. Factos, Teorias e Organizações* (1991), 1ª ed., Lisboa, Ed. Presença, pp. 397-428.

CARVALHO, Otelio Saraiva (s.d.), *Alvorada em Abril!*, 3ª ed., Lisboa, Ulmeiro.

CARVALHO, Henrique Martins de (1955), *O Pacto do Atlântico e a Política Mundial*, s.e., Lisboa.

— (1961), "A moral e a vida internacional", Separata da Revista *Rumo*, Novembro.

— (1972), "A política externa contemporânea e a conjuntura africana", Separata da *Revista Militar*, Dezembro.

CASTRO, Augusto de (s.d.), *Subsídios para a história da neutralidade portuguesa durante a guerra*, s.e., Lisboa, Bertrand.

CASTRO, L. F. de Oliveira e (1963), *Anticolonialismo e Descolonização. Ensaios*, s.e., Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.

— (1972), "A diplomacia de Pequim em África" Separata da Revista *Ultramar*, Nova Série, nº1, vol. I.

"Charte De L'Organisation De L'Unité Africaine" in *Ultramar* (1963), nº 13-14, Julho-Dezembro, pp. 248-261.

CHURCHILL, Winston S. (1988), *The Second World War*, volume III, *The Grand Alliance*, s.e, s.l., Penguin Books.

CLNSRF, (1986), *Correspondência entre Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*, 1ª ed., Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.

— (1988) *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar. Vol. I, 1934-1950*, 1ª ed., Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.

— (1989), *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. II, 1940-1941*, 1ª ed., Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.

— (1990), *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. III, 1942*, 1ª ed., Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.

— (1991), *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. IV, (1943-1944)*, 1ª ed., Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.

Colonialismo e Lutas de Libertação. 7 cadernos sobre a guerra colonial, (1978), s.e., s.l. (Porto), Afrontamento.

Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), (1988) *Resenha Histórico-Militar Das Campanhas de África*, 1º vol., *Enquadramento Geral*, 2ª ed., Lisboa, Estado Maior do Exército.

— (1990), *Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*, s.e., Lisboa, Estado Maior do Exército.

"Constituição de 11 de Abril de 1933" e "Leis de Revisão Constitucional" in *Constituições Portuguesas (As). De 1822 ao texto actual da Constituição*, (1984) org. Jorge Miranda, 2ª ed., Lisboa, Liv. Petrony, pp. 251-398.

CORREIA, Pizarat (1991), *Descolonização de Angola. A Jóia da Coroa do Império Português*, s.e., s.l., Editorial Inquérito.

COSTA, Adelino Nogueira da; FREITAS, João Amado de, e SANTOS, Rui Martins dos (s.d.), "As Províncias Ultramarinas e o Movimento de Integração Europeia" in *Separata do Colóquio sobre a posição de Portugal perante a posição das economias europeias. Lisboa. Julho de 1960*, Associação Industrial Portuguesa.

CUNHA, J. da Luz *et ali.* (s.d.), *África. A Vitória Traída*, s.e., s.l., Ed. Intervenção.

CUNHA, Silva (1960), *Questões Ultramarinas e Internacionais*, 1º vol. (*Direito e Política*), s.e., s.l., Ed. Ática.

— (1961), *Questões Ultramarinas e Internacionais*, 2º vol. (*Sociologia e política: ensaio de análise das situações coloniais africanas*), s.e., s.l., Ed. Ática.

— (1961a), "O caso português perante as Nações Unidas" in *Ultramar*, nº 4, Abril-Junho, pp. 7-18.

— (1961b), "Nacionalismos africanos" in *Ultramar*, nº 6, Outubro-Dezembro, pp. 15-24.

— (1963), "Portugal e o fenómeno da descolonização" in *Ultramar*, nº 11-12, Janeiro-Junho, pp. 173-177.

— (1964), *A Nação escolheu o seu caminho*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.

- (1965), *A Crise do Direito Internacional e o Ultramar Português* (Conferência proferida pelo [...] Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina [...] em 12 de Janeiro de 1964), s.e., Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.
- (1972), *Assim construímos o futuro*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.
- (1977), *O Ultramar, a Nação e o "25 de Abril"*, s.e., Coimbra, Atlântida Editora.
- CUNHAL, Álvaro (s.d.), *Rumo à Vitória. As tarefas do partido na revolução democrática e nacional*, 1ª ed. legal, s.l., Ed. "a opinião".
- (s.d.), *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro. Relatório aprovado pelo CC do PCP para o VIII Congresso*, s.e., Lisboa, Ed. "Avante!".
- DELGADO, Humberto (s.d.), *Memórias*, s.e., Lisboa, Ed. Delfos.
- ESTALINE, "O problema nacional" in *Fundamentos do Leninismo*, s.e., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1974, pp. 97-109.
- EVANGELISTA, Júlio (1960), *Portugal perante as Nações Unidas. O relatório dos seis e a convenção 107*, s.e., Lisboa, Liv. Sam Carlos.
- FARIA, Dutra (1961), "A missão de Portugal em África" in *Ultramar*, nº 3, Janeiro-Março, pp. 147-156.
- FELGAS, Hélio (1962), *Aspectos políticos da África actual*, s.e., Lisboa.
- FERREIRA, José Medeiros (1976), *Elementos para uma política externa do Portugal democrático*, s.e., s.l., MNE.
- (1985), "A descolonização e a política externa portuguesa" in *Portugal em Transe. Notas de Política Internacional e Política de Defesa*, s.e., Aveiro, Publ. Pandora, pp. 85-101.
- For. Rel. of the U. S.*, 1941-1959, vários volumes, Washington, D.C., United States Government Printing Office, v. datas.
- GALVÃO, Henrique (1976), *Da minha luta contra o Salazarismo e o Comunismo*, s.e., s.l., Arcádia.
- GRIECO, Donatello (1957), "Portugal Metropolitano e Ultramarino e a Competência da O.N.U." in *Sciencia Iuridica*, nº 28, Tomo 6, Março-Abril, pp. 116-131.

- GUERRA, João Paulo (1994), *Memória Das Guerras Coloniais*, s.e., Porto, Ed. Afrontamento.
- Ghana Complaint Against Portugal* (s.d.), Secretariado Nacional de Informação.
- LEAL, Cunha (1961), *Coisas do Tempo Presente. O Colonialismo dos Anticolonialistas*, 3ª ed., Lisboa, Liv. Petrony.
- (1961), *Coisas do Tempo Presente. A Gadanha da Morte. Reflexões sobre os problemas euro-africanos*, s.e., Lisboa, Liv. Petrony.
- LEMONS, Coronel Viana de (1977), *Duas Crises. 1961 e 1974*, s.e., s.l., Ed. Nova Gente.
- LÉNINE, V. I. (1984), "O Proletariado Revolucionário e o Direito das Nações à Auto-determinação" in *Obras Escolhidas em Seis Tomos*, vol. 2, s.e., Lisboa – Moscovo, Ed. "Avante!" – Ed. Progresso, pp. 272-278.
- (1984), "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo", in *Obras Escolhidas em Seis Tomos*, vol. 2, s.e., Lisboa – Moscovo, Ed. "Avante!" – Ed. Progresso, pp. 291-404.
- (1986) "Esboço inicial das teses sobre as questões nacional e colonial (para o II Congresso da Internacional Comunista)" in *Obras Escolhidas em Seis Tomos*, vol.5, s.e., Lisboa – Moscovo, Ed. "Avante!" – Ed. Progresso, pp. 170-176.
- LOBO, António Costa (1956), "O Princípio da Autodeterminação dos Povos", Separata de *Temas Ultram.*, nº 2.
- MARTINS, Oliveira (1978), *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, 7ª ed., s.l., Guimarães Editores.
- MATHIAS, Marcello (1984), *Correspondência Marcello Mathias/Salazar. 1947/1968*, (Prefácio de J. Veríssimo Serrão; selecção, organização e notas de Mª José Vaz Pinto), 2ª ed., Lisboa, Difel.
- MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de (1953), *África Nossa. O que queremos e o que não queremos das nossas terras de África*, s.e., Porto, Ed. Marânus.
- MELLO, Manuel José Homem de (1962), *Portugal, o Ultramar e o Futuro. Oportunidade de um debate*, s.e., s.l., Ed. do Autor.

- introd. e coord., (1990), *Cartas de Salazar a Craveiro Lopes (1951-1958)*, 2ª ed., Lisboa, Edições 70.
- MENDES, Afonso (1961), "Portugal em face do anticolonialismo" in *Ultramar*, nº 6, Outubro-Dezembro, pp. 25-38.
- MNE (1961-1988), *Dez Anos de Política Externa (1936-1947). A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, 13 vols., Lisboa, INCM.
- (1967-1968), *Vinte Anos de Defesa do Estado Português da Índia (1947-1967)*, 4 vols..
- (s.d.), *Portugal Replies In The United Nations*, s.e., Lisboa.
- MIRANDA, Bonifácio (1963), "Anticolonialismo e política portuguesa" in *Ultramar*, nº 13-14, Julho-Dezembro, pp. 117-126.
- (1964), "O futuro da N.A.T.O. face à descolonização" in *Ultramar*, nº 17, ano V, vol. V, nº1, pp. 161-169.
- MOREIRA, Adriano (1955), *A Conferência de Bandung e a Missão de Portugal* (Conferência realizada na Sociedade de Geografia para encerramento da Semana do Ultramar), Luanda – Lourenço Marques – Lisboa, Ed. Ultramar.
- (1956), "Política Ultramarina" in *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, I, s.e., s.l., MU. CEPSJIU.
- (1957), *Convenção Suplementar relativa à abolição da escravatura, do tráfico de escravos e das instituições análogas à escravatura, de 1956*, s.e., Coimbra, Coimbra Ed..
- (1957), "Portugal e o Artigo 73 da Carta das Nações Unidas", Separata da *Rev. do Gab. de Est. Ultram.*, nº 15, CEPSJIU.
- (1961), *Política de Integração*. (Discurso proferido na Associação Comercial do Porto, 28/08/61), Agência-Geral do Ultramar.
- (1962), *Geração Traída* (Conferência proferida pelo Ministro do Ultramar Prof. Dr. Adriano Moreira na Casa do Infante, no Porto a 11 de Maio de 1962), Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.
- (1964), *A Autodeterminação e a Guerra Fria*, s.e., Lisboa, Ed. Brotéria.

- (1985), *Saneamento Nacional*, 1ª ed., Lisboa Publ. D. Quixote, 1985.
- (s.d.), *Espaço Europeu* (Discurso proferido pelo Ministro do Ultramar [...] em 5 de Novembro de 1962, na sessão solene inaugural do Centro Português de Estudos Europeus), Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.
- NOGUEIRA, Franco (1962), *A Luta Pelo Oriente*, 2ª ed., Lisboa.
- (1962), *As Nações Unidas e Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Ática.
- (1964), "Portugal e a sua posição africana". in *Ultramar*, nº 17, ano V, vol. V, nº 1, pp. 175-197.
- (1965), *Política Externa Portuguesa. Selecção de textos das declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros dr. Franco Nogueira*, s.e., s.l., MNE.
- (1965-1967), *Política Externa Portuguesa. Selecção de textos das declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros dr. Franco Nogueira*, 2º vol., s.e., s.l., MNE.
- (1969), *Como é que a perda do Ultramar é compensada pelas boas graças da O.N.U.?* (Discurso pronunciado no Palácio das Necessidades em 6 de Outubro de 1969), s.e., Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- (1969a), "Coordenadas da crise contemporânea" in *Separata da Bib. de Altos Est.*, nº 99, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- (1969b), *Terceiro Mundo*, 2ª ed., Lisboa, Ática.
- (1970), *Debate Singular*, s.e., Lisboa, Ática.
- (1971), *As crises e os homens*, s.e., Lisboa, Ática.
- (1972), *O Sentido do Anticolonialismo Moderno*, s.e., Coimbra.
- (1973), "A Conjuntura Internacional Portuguesa" in *Separata do Bol. da Soc. de Geo. de Lisboa*.
- (1979), *Diálogos Interditos. Parte Primeira (1961-1962-1963)*, s.e., Braga-Lisboa, Ed. Intervenção.
- (1979a), *Diálogos Interditos. Parte Segunda (1964-1965-1966-1967-1968-1969)*, s.e., Braga-Lisboa, Ed. Intervenção.
- (1981), *História de Portugal. 1933-1974, II Suplemento*, s.e., Porto, Livraria Civilização, col. "Edição Monumental da Livraria Civilização".

- (1986), *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, 3ª ed., Barcelos, Liv. Civilização Ed..
- (1992), *Juízo Final*, s.e., Porto, Liv. Civilização Ed..
- (1993), "O Memorial Secreto de Franco Nogueira" (I parte) in *Público*, 25 de Abril de 1993, pp. 12-16.
- (1993), "O Memorial Secreto de Franco Nogueira" (II parte) in *Público*, 26 de Abril de 1993, pp. 8-9.
- (s.d.), *Salazar. III. As Grandes Crises (1936-1945)*, 3ª ed., s.l., Liv. Civilização Ed..
- (s.d.a), *Salazar. IV. O Ataque (1945-1958)*, 3ª ed., s.l., Liv. Civilização Ed..
- (s.d. b), *Salazar. V. Resistência (1958-1964)*, s.e., s.l., Liv. Civilização Ed..
- (s.d. c), *Salazar. VI. O Último Combate (1964-1970)*, s.e., s.l., Liv. Civilização Ed..

OLIVEIRA, Hermas de Araújo (1974), *O Assalto a África*, s.e., s.l..

PCP (1974), *Programa do Partido Comunista Português. Aprovado pelo VI Congresso em 1965*, 3ª ed., s.l., Ed. "Avante!".

- (1975), *Documentos do Comité Central do Partido Comunista Português (1965-1974)*, s.e., Lisboa, Ed. "Avante!".

PATRÍCIO, Rui (1972), *Appeal to Reason* (Speech Delivered By Dr. Rui Patrício, Minister Of Foreign Affairs Of Portugal, In The General Debate Of The United Nations – 27th General Assembly, On 2nd October 1972).

PATTEE, Richard (1962), "O Comunismo na África" in *Ultramar*, nº 9, Julho-Setembro, pp. 160-173.

PEREIRA, André Gonçalves (s.d.), *Curso de Direito Internacional Público*, s.e., s.l., Ed. Ática.

SALAZAR, António de Oliveira (1945), *Discursos e Notas Políticas*, 2º vol., 1935-1937, 2ª ed., Coimbra, Coimbra Ed..

- (s.d.), *Discursos e Notas Políticas*, 3º vol., 1938-1943, 2ª ed., Coimbra, Coimbra Ed..

- (1951), *Discursos e Notas Políticas*, 4º vol., 1943-1950, s.e., Coimbra, Coimbra Ed..
 - (1959), *Discursos e Notas Políticas*, 5º vol., 1951-1958, 1ª ed., Coimbra, Coimbra Ed..
 - (1967), *Discursos e Notas Políticas*, 6º vol., 1959-1966, 1ª ed., Coimbra, Coimbra Ed..
 - (s.d.a), *Entrevistas 1960-1966*, s.e., Coimbra, Coimbra Ed..
 - (1967a), *A política de África e os seus erros (Discurso pronunciado por Sua Excelência o Presidente do Conselho, Doutor António de Oliveira Salazar, na homenagem prestada pelos Municípios de Moçambique, em 30 de Novembro de 1967)*, Lisboa, SNI.
- SANTOS, Alfredo Ribeiro dos (1992), "A campanha eleitoral de Norton de Matos e o fim da unidade nacional anti-fascista" in *Nova Renascença*, vol. XII, nº 45-47, pp. 389-394.
- SANTOS, Eduardo dos (1968), *Pan-Africanismo de ontem e de hoje*, s.e., Lisboa, Ed. do Autor.
- (1968a), *Ideologias políticas africanas*, s.e., Lisboa, Centro de Estudos Político-Sociais.
 - (1975), *A Negritude e a Luta pelas Independências na África Portuguesa*, 1ª ed., Lisboa, Ed. Minerva.
- SARAIVA, José Hermano (1960), *Os Territórios Não Autónomos e a Carta das Nações Unidas*, s.e., Lisboa.
- SILVA, Carlos Alexandrino da (1963), "O regime de autonomia da Guiné espanhola" in *Ultramar*, nº 13-14, Julho-Dezembro, pp. 145-154.
- SILVA, Pereira (1945), *A Carta das Nações Unidas*, s.e., Lisboa.
- SOARES, Mário (1969), *Escritos Políticos*, s.e., Lisboa, Ed. do Autor.
- (1974), *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, 1º ed. portuguesa, s.l., Ed. Arcádia.

- (s.d), *Democratização e Descolonização. Dez meses no Governo Provisório*, s.e., s.l., Publ. D. Quixote.
- TAMBÁ, Vassanta Porobo (1956), "A Carta das Nações Unidas e o Ultramar Português", Separata de *Temas Ultram.*, nº 2, Coimbra.
- TAVARES, Álvaro R. da Silva (1963), "A Revisão da Lei Orgânica do Ultramar" in *Ultramar*, nº 13-14, Janeiro-Junho, pp. 3-33.
- (1964), "Política ultramarina portuguesa — seus objectivos históricos e actuais, sua posição perante a conjuntura internacional" in *Bol. Geral Ultram.*, nº 463-464, Janeiro-Fevereiro.
- TELES, Inocêncio Galvão (1971), "Conceito de Nação. A nação portuguesa", Separata de *O "Direito"*, Lisboa.
- Ten Years of United Nations Work for Dependent Peoples* (s.d.), s.e., s.l. (Nova Iorque), United Nations Department of Public Information.
- THOMAZ, Américo (s.d.), *Últimas Décadas de Portugal*, 2º vol., s.e., Lisboa, Ed. Fernando Pereira.
- (s.d.a), *Últimas Décadas de Portugal*, 3º vol., s.e., Lisboa, Ed. Fernando Pereira.
- (s.d.b), *Últimas Décadas de Portugal*, 4º vol., s.e., Lisboa, Ed. Fernando Pereira.
- "Tratado do Atlântico" (ou "Pacto do Atlântico") in *Textos de Direito de Direito Internacional Público* (s.d.), s.e., Lisboa, Ed. Ática, pp. 605-607.
- VALAHU, Mugur (1968), *Angola. Chave de África*, s.e., Lisboa, Parceria A. M. Pereira.
- VASCONCELOS, Mota de (ed.), (1961) *Olho por Olho. Dente por Dente. Páginas traçadas de dentes cerrados e punhos crispados. Um livro que fala de Angola e para Angola*, s.e., Lisboa.
- (1963), *Angola & Moçambique. Rumo E Tesouro De Portugal*, s.e., Lisboa.
- VAZ, Camilo Rebocho (1993), *Norte de Angola. 1961. A verdade e os mitos. Baixa de Cassange. Aldeia Viçosa. Colua. Caxito. Fazenda Tentativa. 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª Companhia Caçadores Especiais*, s.e., Coimbra, Ed. do Autor.

WOHLGEMUTH (1963), *The Portuguese Territories and the United Nations*, s.e., Nova Iorque, Carnegie Endowment for International Peace.

ESTUDOS:

LIVROS:

AAVV. (1982), *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, s.e., Lisboa, A Regra do Jogo.

AAVV. (s.d.), *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, 2 vols., s.e., s.l., Ed. Fragmentos.

AAVV. (1989), *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma reavaliação*, 1ª ed., Lisboa, Publ. D. Quixote.

ALEXANDRE, Valentim (1979), *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*, 1ª ed., Sá da Costa Ed..

— (1993), *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, s.e., Porto, Ed. Afrontamento.

AMARAL, Diogo Freitas do (1994), *A tentativa falhada de um acordo Portugal-EUA sobre o futuro do ultramar português (1963)*, s.e., s.l., Coimbra Ed..

AMBROSIUS, Gerold e HUBBARD, William H. (s.d.), *Historia social y económica de Europa en el siglo XX*, s.e., s.l., Alianza Editorial.

ANDERSEN, M. S. (s.d.), *The Rise of Modern Diplomacy, 1450-1919*, 2ª ed., Londres e Nova Iorque, Longman.

ANTUNES, José Freire (1980), *O Império com pés de barro. Colonização e descolonização: as ideologias em Portugal*, s.e., Lisboa, Publ. D. Quixote.

— (1990), *O Factor Africano. 1890-1990*, s.e., Venda Nova, Bertrand Editora.

— (s.d.), *Os americanos e Portugal. 1961. Kennedy e Salazar. O leão e a raposa*, s.e., s.l., Difusão Cultural.

- (s.d.a), *Os americanos e Portugal. 1969-1974. Nixon e Caetano. Promessas e abandono*, s.e., s.l., Difusão Cultural.
- ARENDT, Hannah (1987), *Los orígenes del totalitarismo, 1. Antisemitismo*, 2ª ed., Madrid, Alianza Editorial.
- (s.d.a), *Los orígenes del totalitarismo, 2. Imperialismo*, s.e., Madrid, Alianza Editorial.
- (s.d.b), *Los orígenes del totalitarismo, 3. Totalitarismo*, s.e., Madrid, Alianza Editorial.
- (s.d.c), *On Revolution*, s.e., s.l., Penguin Books.
- ARON, Raymond (1983), *O espectador comprometido, Diálogos com Jean-Louis Missika e Dominique Wolton*, 1ª ed., Lisboa, Moraes Editores.
- (1986), *Paz e guerra entre nações*, 2ª ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- BARROS, James, ed. (1972), *The United Nations. Past, Present and Future*, s.e., Londres – Nova Iorque, Colliex – Mac-Millan Limited-The Free Press.
- BENDER, Gerald J. (1980), *Angola sob o Domínio Português. Mito e Realidade*, 1ª ed., Lisboa, Liv. Sá da Costa Ed..
- BENZ, Wolfgang e GRAML, Hermann, comp. (s.d.a), *El Siglo XX. II Europa después de la segunda guerra mundial. 1945-1982*, Tomo 1, 1ª ed., Madrid, Siglo XXI Ed., col. "Historia Universal Siglo XXI nº35/1".
- (s.d.b), *El Siglo XX. II Europa después de la segunda guerra mundial. 1945-1982*, Tomo 2, 1ª ed., Madrid, Siglo XXI Ed., col. "História Universal Siglo XXI nº35/2".
- (s.d.c), *El Siglo XX. III Problemas mundiales entre los dos bloques de poder*, 7ª ed., Madrid, Siglo XXI Ed., col. "Historia Universal Siglo XXI nº36".
- BERTAUX, Pierre (s.d.), *Africa. Desde la prehistoria hasta los Estados actuales*, 11ª ed., Madrid, Siglo XXI Ed., col. "Historia Universal Siglo XXI nº32".
- BETTS, Raymond F. (1991), *France and Decolonisation, 1900-1960*, s.e., s.l., Macmillan.

- BOTTOMORE, Tom (1993), *Political Sociology*, s.e., Londres, Pluto Press.
- BROGAN, Hugh (s.d.), *The Penguin History of the United States*, s.e., s.l., Penguin Books.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1988), *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Presença.
- CAIN, P. J., e HOPKINS, A. G. (1993), *British Imperialism: Innovation and Expansion 1688-1914*, s.e., Londres-Nova Iorque, Longman.
- (1993a), *British Imperialism: Crisis and Deconstruction 1914-1990*, s.e., Londres-Nova Iorque, Longman.
- Cambridge History of Africa (The)*, J. D. Fage e Roland Oliver, ed., *From c. 1940 to c. 1975*, volume VIII, Michael Crowder, coord. (1984), 1ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- CARR, E. H. (1985), *Historia de la Rusia Soviética. La Revolución Bolchevique. I volume. La conquista y organización del poder*, 5ª ed., Madrid, Alianza Editorial.
- (1985a), *Historia de la Rusia Soviética. La Revolución Bolchevique. III volume. La Rusia soviética y el mundo*, 3ª ed., Madrid, Alianza Editorial.
- (1986), *El ocaso de la Comintern, 1930-1935*, s.e., Madrid, Alianza Editorial.
- CARR, Raymond (1990), *España. 1808-1975. Edición española corregida y aumentada por el autor*, 5ª ed., Barcelona, Ariel.
- CARRILHO, Maria (s.d.), *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, s.e., s.l., INCM.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de (1982), *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico? (Uma perspectiva histórica)*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.
- CASTRO, Armando de (1978), *O sistema colonial português em África. (Meados do século XX)*, s.e., s.l., Ed. Caminho.
- CHALIAND, Gérard (s.d.), *L'enjeau africain. Géostratégies des puissances*, s.e., s.l., Editions Complexe.
- (s.d.a), *Repenser le Tiers-Monde*, s.e., s.l., Editions Complexe.

- CLARENCE-SMITH, Gervase (s.d.), *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, s.e.s.l., Teorema.
- CLOUGH, Michael (s.d.), *Killing The Wizards. Wars of Power and Freedom from Zaire to South Africa*, s.e., Nova Iorque, Simon & Schuster.
- COSTA, Ramiro da (1979), *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*, 2º volume, 1930-1975, s.e., s.l., Assírio & Alvim.
- CRUZ, Manuel Braga da (1986), *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, 1ª ed., Lisboa, Publ. D. Quixote.
- (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*, s.e., Lisboa, Ed. Presença.
- DAVIDSON, Basil (1994), *Modern Africa. A Social and Political History*, 3ª ed., Londres e Nova Iorque, Longman.
- DEUTSCH, Karl(s.d.), *Análise das relações internacionais*, s.e., s.l., Editora Universidade de Brasília.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste (1983), *Europa de 1815 a nuestros dias. Vida politica y relaciones internacionales*, 7ª ed., Barcelona, Editorial Labor, col. "Nuva Clio nº38".
- ESPADAS BURGOS, Manuel (s.d.), *Franquismo y Politica Exterior*, s.e., Madrid, Ediciones RIALP.
- FERNANDES, António José (s.d.), *Organizações Políticas Internacionais. ONU, OEA e OUA*, s.e., Lisboa, Ed. Presença.
- (1991), *Relações Internacionais. Factos, teorias e organizações*, 1ª ed., Lisboa, Ed. Presença.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa (1977), *O fim de uma era: o colonialismo português em África*, 1ª ed., Liv. Sá da Costa Ed..
- FERREIRA, José Medeiros (1983), *Estudos de estratégia e relações internacionais*, s.e., s.l., IN-CM.
- (1989), *Um Século de Problemas: As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, s.e., Lisboa, Livros Horizonte.

- (1992), *O Comportamento Político dos Militares. Forças armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, 1ª ed., Lisboa, Ed. Estampa.
- (1992a), *Portugal na Conferência da Paz. Paris, 1919*, s.e., Lisboa, Quetzal Ed..
- FERREIRA, Manuel Ennes (1990), *Angola – Portugal. Do Espaço Económico Português às Relações Pós-Coloniais*, s.e., s.l., Escher.
- FERRO, Marc (s.d.), 1956. *Suez. Naissance d'un Tiers-Monde*, s.e., s.l., Editions Complexe.
- FIELDHOUSE, David K. (s.d.), *Los impérios coloniales desde el siglo XVIII*, 4ª ed., Madrid, Siglo XXI Ed., col. "Historia Universal Siglo XXI nº29".
- (1990), *Economia e Imperio. La Expansión de Europa (1830-1914)*, 3ª ed., Madrid, Siglo XXI Ed..
- FUKUYAMA, Francis (1992), *O Fim da História e o Último Homem*, 1ª ed., Lisboa, Gradiva.
- FUNK, Arthur (s.d.), 1945. *De Yalta a Potsdam. Des illusions a la guerre froide*, s.e., s.l., Editions Complexe.
- GELLNER, Ernest (1988), *Naciones y nacionalismo*, s.e., s.l., Alianza Editorial.
- GERBET, Pierre (1987), *La naissance du Marche-Commun*, s.e., s.l., Editions Complexe.
- GRIMAL, Henri (s.d.), *La decolonisation de 1919 à nos jours*, s.e., s.l., Editions Complexe.
- GRAY, John (1987), *O Liberalismo*, s.e., Lisboa, Ed. Estampa.
- GILBERT, Felix e LARGE, David Clay (1991), *The End of European Era. 1890 to the Present*, 4ª ed., Nova Iorque e Londres.
- HALL, John A. (s.d.), *Powers and liberties. The causes and consequences of the rise of the west*, s.e., s.l., Penguin Books in association with Basil Blackwell.
- HALLE, Louis J. (1991), *The Cold War as History. With a new epilogue on The Ending of the Cold War*, s.e., s.l., Harper Perennial.
- HARGREAVES, John D. (1988), *Decolonization in Africa*, 1ª ed., Londres e Nova Iorque, Longman.

- HOBBSBAWM, E. J. (1979), *A Era do Capital. 1848-1875*, s.e., Lisboa, Ed. Presença.
- (1982), *A Era das Revoluções. 1789-1848*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Presença.
- (1990), *A Era do Império (1875-1914)*, 1ª ed., Lisboa, Ed. Presença.
- (1994), *Age of Extremes. The Short Twentieth Century. 1914-1991*, s.e., Londres, Michael Joseph.
- (s.d.), *Nations and nationalism since 1870. Programme, myth, reality*, s.e., Cambridge, Cambridge University Press.
- HOBSON, J. A., *Estudio del imperialismo*, s.e., Madrid, Alianza Editorial, s.d.
- HOLLAND, R. F. (1985), *European Decolonization 1918-1981: an introductory survey*, s.e., s.l., Macmillan.
- (1991), *The Pursuit of Greatness. Britain and the World Role, 1900-1970*, s.e., s.l., Fontana Press/Harper Collins Publishers.
- JAMES, Lawrence (1994), *The rise and fall of the British Empire*, s.e., s.l., Little, Brown and Company.
- JOLL, James (1990), *Europe Since 1870. An International History*, 4ª ed., s.l., Penguin Books.
- KENNEDY, Paul (1990), *Ascensão e queda das grandes potências*, 2 vols., s.e., s.l., Publ. Europa-América.
- KISSINGER, Henry (1994), *Diplomacy*, s.e., Nova Iorque, Simon & Schuster.
- LEITE, Joana H. M. F. Pereira (1989), *La formation de l'économie coloniale au Mozambique. Pacte coloniale et industrialisation: du colonialisme portugais aux réseaux informels de sujétion marchande – 1930/1974*, 2 vols. (Thèse présentée par l'obtention du Doctorat), Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- LEITE, Joana Pereira (1991), *La Naissance du Colonialisme Portugais Moderne. Un champ de débat pour l'historiographie lusophone actuelle*, s.e., Lisboa, CESA-ISEG-UTL.
- LICHTHEIM, George (s.d.), *El imperialismo*, se., Madrid, Alianza Editorial.
- LOTH, Wilfried (s.d.), *The Division of the World 1941-1955*, s.e., s.l., Routledge.

- LOUIS, W. Roger (s.d.), *Imperialism at Bay 1941-1945. The United States and the decolonization of the British Empire*, s.e., Oxford (EUA), Oxford University Press.
- LOURENÇO, Eduardo (1975), *Os Militares e o Poder*, 1ª ed., s.l., Arcádia.
- (1976), *O fascismo nunca existiu*, s.e., Lisboa, Publ. Dom Quixote.
- (1976a), *Situação africana e consciência nacional*, s.e., sl., Publ. Génese.
- LUCENA, Manuel de (1976), *A Evolução do Sistema Corporativo Português*. 1º volume. *O Salazarismo*. s.e., Lisboa, Perspectivas & Realidades.
- MACEDO, Jorge Borges de (s.d.), *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, s.e., s.l., Edição da Revista "Nação e Defesa".
- MAHONEY, Richard D. (1983), *JFK Ordeal in Africa*, s.e., Nova Iorque – Oxford, Oxford University Press.
- MARCOU, Lilly (s.d.), *La guerre froide. L'engrenage*, s.e., s.l., Editions Complexe.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1981), *História de Portugal. Desde os tempos mais antigos até à presidência do sr. general Eanes*, vol. III, *Das revoluções liberais aos nossos dias*, 2ª ed, Lisboa, Palas Ed..
- MOMMSEN, Wolfgang J. (1984), *La época del imperialismo*, 11ª ed., Madrid, Siglo XXI Ed., col. "Historia Universal Siglo XXI nº 28".
- MONTAÑO, Jorge, *Las Naciones Unidas y el orden mundial*, 1ª ed., México, 1992.
- MOREIRA, Adriano, BUGALLO, Alejandro e ALBUQUERQUE, Celso, coord., (1988), *Legado político do ocidente (o homem e o Estado)*, 2ª ed., Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- MORRIS, James (s.d.), *Heavens Command. An Imperial Progress*, s.e., s.l., Penguin Books.
- (s.d.a), *Pax Britannica*, s.e., s.l., Penguin Books.
- (s.d.b), *Farewell the Trumpets*, s.e., s.l., Penguin Books.
- NETO, Ana Maria (1991), *Industrialização de Angola. Reflexão sobre a Experiência da Administração Portuguesa (1961-1975)*, s.e., s.l., Escher.
- NISBET, Robert (1987), *O Conservadorismo*, s.e., Lisboa, Ed. Estampa.

- NEWITT, Malyn (1981), *Portugal in Africa. The Last Hundred Years*, s.e., Londres, C. Hurt & Co..
- PAKENHAM, Thomas (1991), *The Scramble for Africa, 1876-1912*, s.e., Londres, Abacus.
- PAYNE, Stanley G. (1986), *El Fascismo*, 1ª ed., Madrid, Alianza Editorial.
- (1992), *Franco. El perfil de la historia*, s.e., Madrid, Espasa Calpe.
- PINTO, António Costa (1992), *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*, s.e., Lisboa, Ed. Estampa.
- P, Roy e TEICH, Mikulás, eds. (1990), *La Revolución en la historia*, s.e., Barcelona, Ed. Crítica.
- PRADOS DE LA ESCOSURA, Leandro e ZAMAGNI, Vera, eds. (1992), *El desarrollo económico en la Europa del Sur. España y Italia en perspectiva histórica*, s.e., s.l., Alianza Editorial.
- PRESTON, Paul (1993), *Franco. A Biography*, s.e., Londres, Harper Collins.
- RABY, Dawn Linda (1988), *A Resistência Antifascista em Portugal. Comunistas, militares e democratas em oposição a Salazar, 1941 / 74*, s.e., s.l., Ed. Salamandra.
- RAMOS, Rui (1994), "A Segunda Fundação (1890-1926)", in *História de Portugal*, vol. VI, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores.
- REX, John (1988), *Raça e Etnia*, s.e., Lisboa, Ed. Estampa.
- ROLLO, Fernanda (1994), *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda financeira americana (1947-1952)*, s.e., Lisboa, Ed. Estampa.
- ROSAS, Fernando (s.d.), *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica. Estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 e 40*, s.e., s.l., Ed. Fragmentos.
- ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, coord., (1989), *Salazar e o Salazarismo*, 1ª ed., Lisboa, Publ. D. Quixote.
- ROSAS, Fernando, coord., (1992), "Portugal e o Estado Novo (1930-1960)", in *Nova História de Portugal*, vol. XII, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 1ª ed., Lisboa, Ed. Presença.

ROSAS, Fernando (1994), "O Estado Novo (1926-1974)", in *História de Portugal*, vol. VII, dir. José Mattoso, 1ª ed., s.l., Círculo de Leitores.

SÁNCHEZ CERVELLO, Josep (1993), *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, s.e., s.l., Assírio & Alvim.

SARDICA, José Miguel (1994), *A dupla face do franquismo na crise da monarquia portuguesa*, 1ª edição, Lisboa, Ed. Cosmos.

TAYLOR, A. J. P. (s.d.), *Europe. Grandeur and Decline*, s.e., s.l., Penguin Books in association with Hamish Hamilton.

— (s.d.a), *The Struggle for Mastery in Europe. 1848-1918*, s.e., Oxford-Nova Iorque, Oxford University Press.

— (s.d.b), *The Origins of the Second World War*, s.e., s.l., Penguin Books.

— (s.d.c), *Essays in English History*, s.e., s.l., Penguin Books.

— (1993), *The Trouble Makers. Dissent Over Foreign Policy 1792-1939*, s.e., Londres, Pimlico.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (1990), *O Ultimatum Inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*, s.e., Lisboa, Publ. Alfa.

TELO, António (1987), *Portugal na Segunda Guerra*, s.e., s.l., Perspectivas & Realidades.

— (1991), *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, I vol., s.e., s.l., Vega.

— (1991a), *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, II vol., s.e., s.l., Vega.

— (1993), *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898 / 1948)*, 1ª ed., s.l., Ed. Asa.

— (1994), *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, 1ª ed., Lisboa, Ed. Cosmos.

THOMSON, David (s.d.), *Europe Since Napoleon*, s.e., s.l., Penguin Books.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, coord. (1989), *Portugal y España en el Cambio Político (1958-1978)*, s.e., Mérida, Universidad Nacional de Educación a Distancia. Centro Regional de Extremadura.

— (1991), *Portugal, España y Europa. Cien Años de Desafío*, s.e., Mérida, Univ. Nacional de Educación a Distancia, Centro Regional de Extremadura

- (1992), *Portugal, Espanha y Africa en los últimos cien años (IV Jornadas de Estudios Luso-Espanoles. Mérida)*, s.e., Mérida, Univ. Nacional de Educación a Distancia, Centro Regional de Extremadura.
- TORRES, Adelino (s.d.), *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, s.e., s.l., Escher.
- VAN DER WEE, Herman (s.d.), *Prosperity and Upheaval: The World Economy. 1945-1980*, s.e., s.l., Penguin Books.
- VANDERLINDEN, Jacques (s.d.), *1959-1960. La Crise Congolaise*, s.e., s.l., Editions Complexe.
- VICENTE, Ana (1992), *Portugal visto pela Espanha. Correspondência Diplomática 1939-1960*, s.e., s.l., Assírio & Alvim.
- VON GRUNEBBAUN, G. E., comp. (s.d.), *El Islam. II. Desde la caída de Constantinopla hasta nuestros días*, 7ª ed., Madrid, Siglo XXI Ed., col. "Historia Universal Siglo XXI nº15".
- VON LAUE, Theodore H. (1987), *The World Revolution of Westernization. The Twentieth Century in Global Perspective*, s.e., New York – Oxford, Oxford University Press.
- WALKER, Martin (1993), *The Cold War. And the Making of the Modern World*, s.e., Londres, Fourth Estate.
- WOOLF, S. J., coord. (s.d.), *O Fascismo na Europa*, s.e., Lisboa, Editora Meridiano.
- WHEELER, Douglas L. e PÉLISSIER (s.d.), René, *Angola*, s.e., Nova Iorque. Washington. Londres.
- ZORGBIBE, Charles (1989), *Le monde depuis 1945*, 4ª ed., Paris, P.U.F..

ARTIGOS:

- ALEXANDRE, Valentim (1993a), "Portugal em África (1825-1974): Uma Perspectiva Global" in *Penélope, Fazer e Desfazer a História*, nº 11, pp. 53-66.

- (1993a), Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo, in *Anal. Soc.*, vol. XXVIII (123-124), pp. 1117-1136.
- ANTUNES, José Freire (1993a), "O estadista e o delfim: um destino, dois países" in *Salazar e Caetano. Cartas Secretas. 1932-1968*, s.e., s.l., Círculo de Leitores, pp. 11-87.
- BARROS, Júlia Leitão de (1989), "Anglofilia e Germanofilia em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial" in *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma reavaliação*, 1ª ed., Lisboa, Publ. D. Quixote, pp. 91-136.
- (1991), "O Caso Shell: a rede de espionagem anglo-portuguesa (1940-1942)" in *História*, Ano XIV, nº157, Dezembro, pp. 55-83.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1983), "A 'Segunda República' portuguesa numa perspectiva histórica" in *Anal. Soc.*, vol. XIX (75), pp. 127-142.
- CHEGE, Michael (1992), "Remembering Africa" in *For. Affrs.*, vol. 71, nº 1, pp. 146-163.
- COSTA, Ramiro da (1984), "O XX Congresso do PCUS e o PCP" in *Est. Comun.*, nº 3-4 (duplo), Maio a Dezembro, pp. 3-26.
- CROWDER, Michael (1984), "The Second World War: prelude to decolonisation in Africa", in *Cambridge History of Africa (The)*, J. D. Fage e Roland Oliver (ed.), volume VIII, *From c. 1940 to c. 1975*, Michael Crowder, coord., 1ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, pp. 8-51.
- DAVIDSON, Basil (1977), "Introdução. Os valores coloniais portugueses" in Eduardo de Sousa Ferreira, *O fim de uma era: o colonialismo português em África*, 1ª ed., Liv. Sá da Costa Ed., pp. 5-26.
- (1984), "Portuguese-speaking Africa", in *Cambridge History of Africa (The)*, J. D. Fage e Roland Oliver, ed., volume VIII, *From c. 1940 to c. 1975*, Michael Crowder, coord., 1ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, pp. 755-810.
- DUFFIELD, Ian (1984), "Pan-Africanism since 1940", in *Cambridge History of Africa (The)*, J. D. Fage e Roland Oliver, ed., volume VIII, *From c. 1940 to c. 1975*, Michael Crowder, coord., 1ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, pp. 95-141.
- DUROSELLE, Jean Baptiste e MEISSNER, Boris (1972), "Foreign Policy" in *Marxism, Communism and Western Society. A Comparative Encyclopedia*, ed. C. D.

- Kernig, volume III, *Distribution – Foreign Policy*, s.e., Nova Iorque, Herder and Herder, pp. 376-388.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa (1985), "A lógica da consolidação da economia de mercado em Angola, 1930-1974", in *Anal. Soc.*, vol. XXI (85), pp. 83-110.
- FERREIRA, José Medeiros (s.d.), "As ditaduras ibéricas e a fundação da Aliança Atlântica" in *O Estado Novo. Das Origens Ao Fim Da Autarcia. 1926-1959*, vol. I, Ed. Fragmentos, pp. 395-401.
- (1990a), "Os Açores nas duas guerras mundiais" in *Pol. Internac.*, nº 1, vol. 1, Janeiro, pp. 5-17.
- (1990b), "A ratificação portuguesa do Tratado do Atlântico Norte" in *Pol. Internac.*, nº 1, vol. 1, Janeiro, pp. 155-193.
- (1993), "Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU" in *Pol. Internac.*, nº 6, vol. 1, Primavera, pp. 113-156.
- (1994), "As Relações Luso-Americanas no Século XX — A Descoberta do Plano Bilateral" in *Ler História* nº 25, pp. 71-85.
- FERREIRA, Lúcia e PEDRA, Cristina (1988), "Despesas coloniais do Estado português, 1913-1980" in *Rev. Hist. Econ. Soc.*, nº 24, Setembro-Dezembro, pp. 84-103.
- GUIMARÃES, Ângela (1983), "A questão colonial: introdução a um debate", *Anal. Soc.*, vol. XIX (77-78-79), pp. 1083-1089.
- HOLMES, Olive (1949), "Spain and Portugal – A Dilemma for the West " in *For. Pol. Rep.*, May I, vol. XXV, nº 4, pp. 42-52.
- KASPI, André (1992), "Qui est le responsable?" in *L'Histoire*, nº 151 Spécial. *Le temps de la guerre froide. Du rideau de fer à l'effondrement du communisme*, Janeiro, pp. 10-18.
- KAY, David A. (1972), "The United Nations and decolonization" in James Barros, ed., *The United Nations. Past, Present and Future*, s.e., Londres – Nova Iorque, Colliex – Mac-Millan Limited-The Free Press, pp. 143-170.
- LACOUTURE, Jean (1992), "Bandoeng: vent d'est sur le tiers monde" in *L'Histoire*, nº 151 Spécial. *Le temps de la guerre froide. Du rideau de fer à l'effondrement du communisme*, Janeiro, pp. 114-118.
- LADES, Hans, PFISTER, Joseph H., e KERNIG, Claus D. (1972), "Cold War" in *Marxism and Western Society. A Comparative Encyclopedia*, ed. C. D.Kerning, s.e., Nova Iorque, Herder and Herder, pp. 27-47.

- LAINS, Pedro e REIS, Jaime (1991), "Portuguese economic growth, 1883-1985: some doubts" in *Jour. Europ Econ Hist.*, vol. XX, nº 2, Fall, pp. 441-453.
- LEITE, Joana Pereira (1993), "Colonialismo e Industrialização de Moçambique: Pacto colonial, dinamização das exportações e 'import-substitution" in *Ler História*, nº 24, pp. 53-74.
- LUCENA, Manuel de (1977), "Fascismo, colonialismo e revolução: uma leitura de Eduardo Lourenço" in *Anal. Soc.*, vol. XIII (49), pp. 211-237.
- (1984) "Interpretações do Salazarismo: notas de leitura crítica – I" in *Anal. Soc.*, vol. XX (83), pp. 423-451.
- MACEDO, Jorge Borges de (1979), "Uma perspectiva Portuguesa para a integração europeia", Separata do *Boletim Democracia e Liberdade*, nº 9, Fevereiro, Instituto Democracia e Liberdade.
- MARTINS, Hermínio (s.d.), "Portugal" in S. J. Woolf, coord., *O Fascismo na Europa*, s.e., Lisboa, Editora Meridiano, pp. 421-467.
- MAXWELL, Kenneth (1985), "As colónias portuguesas e a sua descolonização" in *Rev. Cri. Cien Soc.*, nº 15/16/17, Maio, pp.529-547.
- MILWARD, Alan S. (1992), "El Sector exterior en la expansión de los años cincuenta: comparación de las exportaciones españolas italianas y portuguesas" in *El desarrollo económico en la Europa del Sur. España e Italia en perspectiva histórica*, Leandro Prados de la Escosura e Vera Zamagni (eds.), s.e., s.l., Alianza Editorial, pp. 444-461.
- MOREIRA, Adriano (1985), "De Bandung Aos Problemas Norte-Sul" in Separata da *Rev. Democ. Lib.*, nº 35, Out.-Nov.-Dez..
- MORISON, David (1972), "Colonial Rule" in *Marxism, Communism and Western Society. A Comparative Encyclopedia*, ed. C. D. Kernig, volume II, *Class, Class Struggle – Disproportions* s.e., Nova Iorque, Herder and Herder, pp. 48-58.
- NUNES, Ana Bela; MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno (1989), "Portuguese Economic Growth. 1833-1985" in *Jour. Europ. Econ. Hist.*, vol. 18, nº 2, Roma, Fall, pp. 291-330.
- NUNES, Ana Bela e BRITO, José Maria Brandão de (1992), in Fernando Rosas, coord., *Portugal e o Estado Novo (1930-1960*, col. "Nova História de Portugal", vol. XII, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 1ª ed., Lisboa, Ed. Presença, pp. 306-351.
- O'BRIEN, Patrick K. (1988), "The costs and benefits of british imperialism. 1846-1914" in *P & P*, August, nº120, pp. 163-200.

- OLIVEIRA, César (1989), "Oliveira Salazar e a Política Externa Portuguesa" in *Salazar e o Salazarismo*, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, coord., 1ª ed., Lisboa, Publ. D. Quixote, pp. 71-99.
- (1992), "A evolução política" in Fernando Rosas, coord., *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, col. "Nova História de Portugal", vol. XII, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 1ª ed., Lisboa, Ed. Presença, pp. 21-85.
- PINTO, António Costa (1989), "O Fascismo e a Crise da Primeira República: Os Nacionalismos Lusitanos (1923-1925)" in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº 5, Junho, pp. 43-62.
- RAMOS, Rui (1991), "A Causa da História do Ponto de Vista Político" in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº 3, pp. 27-47.
- RATO, Maria Helena (1983), "O colonialismo português factor de subdesenvolvimento nacional" in *Anal. Soc.*, vol. XIX (77-78-79), pp. 1121-1129.
- ROCHA, Edgar (1977), "Portugal nos anos 60: crescimento económico acelerado e o papel das relações com as colónias" in *Anal. Soc.*, vol. XIII (51), pp. 593-617.
- (1982), "Colónias e exportação de mão-de-obra como fonte de divisas: considerações sobre a contribuição dos emigrantes para o desenvolvimento económico português" in *Anal. Soc.*, vol. XVIII (72-73-74), pp. 1053-1075.
- ROSAS, Fernando (1983), "O PCP e a II Guerra Mundial" in *Est. Comun.*, nº 0, Julho, pp. 3-15.
- (1989), "A crise do liberalismo e as origens do autoritarismo moderno" e do Estado Novo em Portugal" in *Penélope. Fazer e Desfazer História*, nº 2, Fevereiro.
- (1991), "A neutralidade portuguesa durante a II Guerra Mundial no quadro da política externa do Estado Novo (1935-1945)" in TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (coord.), *Portugal, España y Europa. Cien Años de Desafío*, s.e., Mérida, Univ. Nacional de Educación a Distancia, Centro Regional de Extremadura, pp. 117-127.
- (1992), "As grandes linhas da evolução institucional" in Fernando Rosas, coord., *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, col. "Nova História de Portugal", vol. XII, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 1ª ed., Lisboa, Ed. Presença, pp. 86-143.
- (1994a), "Estado Novo, Império e Ideologia Imperial" in *Revista de História das Ideias*, vol. 16 (no prelo).
- SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep (1992), "La descolonización portuguesa (1974-75)" in Hipólito de la Torre Gómez (coord.), *Portugal, España y Africa en los últimos*

- cien años (IV Jornadas de Estudios Luso-Españoles. Mérida)*, s.e., Mérida, Univ. Nacional de Educación a Distancia, Centro Regional de Extremadura, pp. 117-138.
- SILVA, A. E. Duarte (1989), "Salazar e a Política Colonial do Estado Novo: O Acto Colonial (1930-1951), in *Salazar e o Salazarismo*, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, coord., 1ª ed., Lisboa, Publ. D. Quixote, pp. 101-152.
- SILVA, Isabel Alarcão e (1993), "A admissão de Portugal na ONU" in *História*, Ano XV, nº 165, Junho, pp. 12-41.
- SILVA, Rui Ferreira da (1992), "Sob o signo do Império" in Fernando Rosas, coord., *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, col. "Nova História de Portugal", vol. XII, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 1ª ed., Lisboa, Ed. Presença, pp. 355-387.
- SOUSA, Alfredo António de (1964), "Economia e sociedade em África: evolução actual" in *Anal. Soc.*, vol. II (6), pp. 249-296.
- TELO, António José (1992), "Modelos e fases do império português: 1890-1961" in TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (coord.), *Portugal, España y Africa en los últimos cien años (IV Jornadas de Estudios Luso-Españoles. Mérida)*, s.e., Mérida, Univ. Nacional de Educación a Distancia, Centro Regional de Extremadura, pp. 65-92.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1985), "Organização das Nações Unidas, Portugal na" in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, 2º vol., s.e., s.l., Ed. Alfa, pp. 60-61.
- (1985), "Sociedade das Nações, Portugal na" in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, 2º vol., s.e., s.l., Ed. Alfa, pp. 244-245.
- (1993), "Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na fundação do pacto do Atlântico", in *Anal. Soc.*, vol. XXVIII (120), pp. 55-80.
- TORRES, Adelino (1983), "Pacto colonial e industrialização de Angola, anos 60 e 70" in *Anal. Soc.*, vol. XIX (77-78-79), pp. 1101-1119.
- VAÏSSE, Maurice (1994), "L'illusion de la grandeur" in *L'Histoire*, nº 179, Spéciale, *La France Libérée. 600 jours pour finir la guerre*, Julho-Agosto, pp. 122-125.
- VALENTE, Vasco Pulido (1990), "Marcello Caetano. As desventuras da razão" in *K.CAPA*, nº 2, Novembro, pp. 40-45 e 162-184.
- VALÉRIO, Nuno (1988), "A dívida pública externa de Portugal" in *Est. Econ.*, vol. IX, nº 1, Outubro-Dezembro.

- VENTURA, António (1992), "Os Processos independentistas das Colónias portuguesas (até 1974)" in TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (coord.), *Portugal, España y Africa en los últimos cien años (IV Jornadas de Estudios Luso-Espanoles. Mérida)*, s.e., Mérida, Univ. Nacional de Educación a Distancia, Centro Regional de Extremadura, pp. 105-116.
- WHEELER, Douglas L. (1980), "Joaquim Mouzinho de Albuquerque (1855-1902) e a política do colonialismo" in *Anal. Soc.*, vol. XVI (61-62), pp. 295-318.
- WILSON, Francis (1984), "Southern Africa", in *Cambridge History of Africa (The)*, J. D. Fage e Roland Oliver, ed., volume VIII, *From c. 1940 to c. 1975*, Michael Crowder, coord., 1ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, pp. 251-330.
- WINCHESTER, N. B. (1988), "United States policy toward Africa" in *Cur. Hist.*, 87 (529), Maio, pp. 193-196 e 232-234.
- YOUNG, M. Crawford (1984), "Zaire, Rwanda and Burundi", in *Cambridge History of Africa (The)*, J. D. Fage e Roland Oliver, ed., volume VIII, *From c. 1940 to c. 1975*, Michael Crowder, coord., 1ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, pp. 698-754.

ANEXOS

ANEXO I

NOTAS BIOGRÁFICAS

NOTAS BIOGRÁFICAS⁶⁵⁹

ACHESON, Dean Gooderham (1893-1971): Secretário de Estado norte-americano entre 1949 e 1953 (quando resignou). Estudou em Yale e em Harvard. Em 1941, ocupou na Administração Roosevelt o cargo de *Assistant Secretary of State*. No ano de 1945, já sob a presidência de Truman, manteve esse cargo. Em 1946, no Relatório Acheson-Lilienthal, defendeu o controle internacional da energia atômica. Foi um dos principais cérebros da Doutrina Truman para o apoio aos países ameaçados pelo comunismo, tendo ainda ajudado na elaboração do Plano Marshall. Trabalhou ainda na criação da OTAN. Criticado pelo Congresso por aquilo que este considerou ser o falhanço da política do Secretário de Estado para a Coreia, Dean Acheson foi um forte apoiante da política francesa para a Indochina e dos nacionalistas chineses fugidos para Taiwan em 1949.

ATTLEE, Clement Richard (1883-1967): Primeiro-Ministro britânico entre 1945 e 1951. Estudou em Oxford e leccionou na London School of Economics. Liderou a surpreendente vitória dos Trabalhistas nas eleições gerais britânicas de Julho de 1945. Apesar das enormes dificuldades financeiras do Tesouro, conseguiu fazer aplicar um conjunto de reformas económicas e sociais advogadas por Keynes. A política ultramarina

⁶⁵⁹ Para elaboração das biografias apresentadas recorreu-se a: J. Freire Antunes, ed., *Salazar e Caetano. Cartas Secretas. 1932-1968*, 1993. Idem, *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, 2 vols., 1985. *Africa South of the Sahara*. 1973. 1973. CLNRF, 1989. *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, v.d.; *Lexicoteca. Moderna Enciclopédia Universal*, vários volumes, s.d.. P. Teed, *Twentieth Century History. 1914-1990*, 1992.

por ele chefiada, tratou de conceder, em 1947, a independência à Índia e ao Paquistão, e ao Ceilão e Birmânia em 1948. Neste ano teve ainda lugar a retirada britânica da Palestina, que viria a permitir a criação do Estado de Israel. Apesar de procurar manter, sem grande sucesso, relações amistosas entre o RU e a URSS, Attlee e o seu Governo trabalhista colaboraram na criação da OTAN e promoveu a intervenção britânica na guerra da Coreia sob os auspícios da ONU.

BAO DAI (1913-): Imperador do Vietname de 1926 a 1945. Os seus planos reformadores para o Vietname não foram aceites pelas autoridades francesas, pelo que, ao longo dos anos 30 foi perdendo influência política no território. Durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses atribuíram-lhe algum protagonismo político, mas apenas formal e com o objectivo de acirrar o sentimento nacionalista vietnamita face ao anterior domínio francês. A 20 de Agosto de 1945, as forças Vietminh ocuparam Hanói, expulsaram o que restava da presença japonesa e obrigaram-no a abdicar. Em 1949, os franceses convidaram-no para regressar a Saigão na condição de Chefe do Estado vietnamita no seio da União francesa. Em 1955, já depois dos acordos de Genebra que puseram fim à presença francesa no Vietname, na sequência de um golpe de Estado, foi deposto do cargo de Presidente do Vietname do Sul.

BEVIN, Ernest (1881-1951): Líder sindical e membro influente do PT britânico. Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1945 e 1951, aceitou com relutância o facto de a aliança com a URSS durante a guerra ter de ser abandonada, mas apoiou rapidamente os EUA durante os primeiros confrontos da Guerra Fria. Apoiou prontamente, tanto o Plano Marshall, como o Tratado de Bruxelas de 1948 e a criação da OTAN. Defensor de um importante comprometimento do RU no seio da Commonwealth, mostrou-se sempre céptico em relação ao Conselho da Europa e à eventual criação dos Estados Unidos da Europa.

BIANCHI, João de (1884-1969): Licenciado em Direito e diplomata, em 1918 foi encarregado de organizar e dirigir a delegação portuguesa à Conferência da Paz em Paris. Em 1922 era Chefe do Protocolo e do Pessoal Diplomático e Ministro Plenipotenciário de segunda classe. No ano de 1925 foi Ministro em Pequim e cinco anos mais

tarde torna-se o primeiro Embaixador Português em Washington. Em 1937 é um dos delegados à Conferência das Grandes Potências. Dez anos passados é SG do MNE e em 1948 é embaixador no Brasil.

BIDAULT, Georges (1899-1981): Primeiro-Ministro de França em 1946, 1949-50 e 1958 e várias vezes Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 1949 fundou um novo partido, o Movimento Popular Republicano. Opôs-se à política de de Gaulle para a Argélia, apoiando o OAS. Em 1962 tornou-se presidente do Conselho Nacional de Resistência. Acusado de conspirar contra o Estado, exilou-se em 1965 no Brasil. Regressou a França em 1968.

BREZHNEV, Leonid Ilyich (1906-1982): Nascido na Ucrânia, engenheiro, tornou-se funcionário do PCUS em 1938. Em 1950 foi eleito membro do Soviete Supremo da URSS. Em 1960 tornou-se presidente do *Presidium* daquele órgão. Em 1964 sucedeu a Khrushchov como SG do PC. Partilhando inicialmente o poder com Kosygin, veio depois a exercer uma direcção efectiva da política soviética. Foi um dos principais responsáveis pela decisão soviética de invasão da Checoslováquia em 1968.

BRIAND, Aristide (1862-1932) — Onze vezes Primeiro-Ministro de França. Filho de um agricultor bretão, tornou-se deputado em 1903. Em 1905 teve um papel primordial na separação do Estado e da Igreja em França. Era Primeiro-Ministro em 1909-10, quando começou a perder popularidade por utilizar militares na repressão de greves na indústria. O seu Governo viria a ser acusado de falta de vigor durante a guerra. Nos anos 20 foi um importante advogado da paz e da cooperação internacional através da SDN. O Ministério que lidera em 1921-22 cai devido às críticas por ele feitas às exigências francesas frente aos alemães, em consequência do Tratado de Versalhes. Trabalhando com Austen Chamberlain e Gustav Stresemann, os ministros britânico e alemão dos Negócios Estrangeiros, teve como maiores sucessos a assinatura do Pacto de Locarno de 1925 e do Pacto Kellogg-Briand de 1929, que representavam o retorno dos EUA aos compromissos internacionais depois de um período de isolamento. Em 1930, pôs em desenvolvimento um plano para a União dos Estados Europeus, mas que os primeiros indícios da Depressão derrotaram.

BUTLER, Richard Austen (1902-1982): Cidadão britânico. Nascido na Índia e educado em Cambridge, foi eleito a primeira vez para o Parlamento em 1929 pelo Partido Conservador, onde o seu papel para que este aceitasse os princípios do Estado-Providência, se revelaram importantes. Desde 1941 até 1945 presidiu ao Conselho de Educação sendo o responsável pelo Acto Educacional de 1944, o que derrubou o tipo de ensino secundário livre que a Inglaterra conhecia. Foi Ministro das Finanças (1951-55) e do Interior (1957-62). No ano de 1964 desempenha o cargo de Secretário dos Negócios Estrangeiros (ou Ministro dos Negócios Estrangeiros). Um ano mais tarde é elevado ao Pariato.

BYRNES, James Francis (1879-1972): Norte-americano. Licenciado em Direito. Em 1911 entra para a Câmara dos Representantes. Senador entre 1931 e 1941, tendo ficado conhecido como "democrata sulista". Durante a Segunda Guerra Mundial foi membro do Supremo Tribunal e dirigente do Gabinete de Mobilização. Foi ainda nomeado Secretário de Estado do Presidente Truman. Finda a Guerra reúne esforços para auxílio na reconversão económica alemã e é notória a sua relutante posição sobre a divisão do país. Devido a discordâncias face à Doutrina Truman é substituído por George Marshall. Entre 1951-55 é eleito Governador da Carolina do Sul, revelando-se defensor da segregação racial.

CABRAL, Amílcar Lopes (1924-1973): Estudou Agronomia em Lisboa, onde em 1948 criou o Centro de Estudos Africanos. Em 1952 foi nomeado Director do Centro Experimental Agrícola de Bissau, o que lhe permitiu percorrer o território guineense tomando contacto com a sua estrutura social. Quatro anos mais tarde participa na formação do MPLA com Mário de Andrade e Agostinho Neto; e em Bissau funda o PAIGC. A partir de 1963, quatro anos após a repressão de grevistas portuários de Pidjiguiti, lidera até ao seu assassinato uma intensa campanha político-militar contra a presença portuguesa na Guiné. Em Outubro de 1972 organiza eleições numa parte do território de onde emerge uma assembleia que proclama a independência da Guiné-Bissau, reconhecida pela ONU em 1973, já depois do seu assassinato.

CAETANO, Marcello José das Neves Alves (1904-1981): Nascido em Lisboa, estudou Direito tendo-se especializado na área do Direito Administrativo. Foi auditor jurídico do Ministério das Finanças entre 1929-1934; docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, colaborando politicamente desde os anos trinta com o Estado Novo, contribuindo também para a redacção da Constituição plebiscitada em 1933. Comissário da Mocidade Portuguesa, iniciou no fim da Segunda Grande Guerra uma aproximação ao estudo das questões políticas ultramarinas, ocupando o lugar de Ministro do Ultramar entre 1944-1947. Nos anos que medeiam entre 1949 e 1955 foi Presidente da CC, tendo sido em 1953 nomeado Vice-Presidente do recém criado Conselho Ultramarino; passados dois anos é Ministro da Presidência e em 1957 representa o Presidente do Conselho na reunião dos chefes de Governo da OTAN. Foi por várias vezes Ministro interino dos Negócios Estrangeiros. Por invalidez de Oliveira Salazar é escolhido para Presidente do Conselho (1968), onde se manteve até à sua deposição a 25 de Abril de 1974.

CAMPBELL, Sir Ronald (1883-1953): Diplomata britânico. Foi Ministro em Paris entre 1929 e 1935 e em Belgrado de 1935 a 1939. Nos anos da Segunda Guerra Mundial, de Dezembro de 1940 a Junho de 1945, foi Embaixador do RU em Lisboa.

CARMONA, António Oscar de Fragoso (1869-1951): Depois de ter concluído em 1888 o curso de Cavalaria na Escola de Guerra, exerceu diversos cargos no Exército, ascendendo a general em 1922. Ministro da Guerra em 1923, Promotor de Justiça Militar (1925), faz absolver os réus do movimento de Abril do já referido ano justificando-lhes as intenções de regenerar a "Pátria doente". Em Maio de 1926 participa no golpe de Estado, e forma com Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas o triunvirato que governou Portugal até Gomes da Costa assumir em simultâneo a Presidência da República e a do Governo e demitir Cabeçadas. Carmona sobraçou a Pasta dos Negócios Estrangeiros até ser demitido logo em 7 de Julho do mesmo ano. No dia nove chefia o Golpe de Estado contra Gomes da Costa e forma Governo assumindo a sua chefia bem como a Pasta de Guerra. Governa Portugal em regime de Ditadura Militar até Novembro sendo então designado Presidente interino acumulando esta função com as de Presidente do

Ministério. Foi sucessivamente reeleito para o cargo de Presidente da República em 1935, 1942 e 1949, falecendo no desempenho do último mandato. Nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, e nos do imediato pós-guerra, conspirou contra Salazar.

CASTRO SAMPAIO CORTE-REAL, Augusto de (1883-1971): Escritor, jornalista e diplomata. Em 1924 desempenhou funções diplomáticas em Londres. Esteve depois colocado no Vaticano e em Bruxelas. Em 1938 foi nomeado Comissário-Geral da Exposição do Mundo Português. Ministro Plenipotenciário de Portugal em Paris de 1945 a 1947. Representante de Portugal em várias conferências internacionais. Marcello Mathias sucede-lhe à frente da Embaixada na "cidade-luz". Exercerá o cargo de Director do *Diário de Notícias* — que assumira em 1937 — até à sua morte. Fundador do "Natal dos Hospitais." Prémio Nacional de Literatura em 1968.

CASTRO RUIZ, Fidel de (1927-): Primeiro-Ministro cubano entre 1959 e 1976. Presidente da República desde aquela data. Filho de um emigrante galego, licenciou-se em Direito pela Universidade de Havana. Em 1947 aderiu ao Partido Popular Cubano e em 1953 liderou uma tentativa revolucionária frustrada. Durante o julgamento que se lhe seguiu e o condenou terá pronunciado a célebre frase: "A História absolver-me-á." Exilado no México em 1955, desembarcou no ano seguinte em Cuba acompanhado de 82 homens, incluindo "Che" Guevara. Comandou uma longa e bem sucedida guerra de guerrilha naquele território, tendo as suas forças ocupado Havana em Dezembro de 1958. A 1 de Janeiro de 1959 foi proclamada a "Revolução Cubana". Incapaz de estabelecer relações diplomáticas e acordos diplomáticos com os EUA, negoceia créditos, armamento e abastecimento alimentar junto da URSS. Promove a expropriação da indústria estrangeira instalada em Cuba, tal como impõe a colectivização da agricultura. O fracasso da invasão na Baía dos Porcos (Abril de 1961), assim como a sua sobrevivência à crise dos mísseis (em Abril de 1962), aumenta-lhe a popularidade. Sobrevive a várias tentativas de assassinato, muitas delas promovidas pelos serviços secretos norte-americanos. Obterá prestígio no Terceiro Mundo na qualidade de um dos mentores e líder do movimento dos não-alinhados.

CHOU EN LAI (1898-1976): General e político chinês. Em 1921 organiza em Paris uma célula comunista de universitários chineses. Na Academia Militar de Whampon foi mentor político e em 1927 organizou a rebelião dos operários de Xangai. Durante a guerra sino-japonesa foi o agente comunista que negociava a colaboração com Chang-Kai-Chek (director da Academia Militar). Foi Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC desde 1949 a 1958. Até princípios de 1976 foi Presidente do Conselho de Ministros.

CHURCHILL, Sir Winston Leonard Spencer (1874-1965): Primeiro-Ministro britânico, enquanto líder do Partido Conservador, em 1940-45 (Governo de coligação de conservadores, liberais e trabalhistas) e 1951-55. Tendo uma longa carreira de militar, de jornalista e político, assumiu em 1940 a chefia do Governo britânico, cargo que acumulou com o de Ministro da Defesa. Durante a guerra, soube manter um elevado moral junto da população britânica, trabalhou no sentido de estreitar os laços político-militares com os EUA e os membros da Commonwealth. Juntamente com Roosevelt e Estaline, foi um dos arquitectos da ordem política internacional do pós-guerra. Afastado do cargo de Primeiro-Ministro depois das eleições gerais de 1945, centrou a sua intervenção na política internacional, manifestando uma crescente preocupação com o progressivo afastamento entre os EUA e o RU, por um lado, e a URSS, por outro, não deixando de sublinhar a necessidade de uma unidade política do Ocidente face à URSS. A forma determinada como na década de trinta, e ainda durante a guerra, exibira a sua oposição à desagregação do Império britânico, pela eventual concessão de independência a vários territórios que o compunham, viria a sucumbir à realidade dos factos depois de concluído o segundo conflito mundial.

CLEMANCEAU, Georges (1849-1929): Primeiro-Ministro de França entre 1906 e 1909 e entre 1917 e 1920. Entrou na política durante a guerra franco-prussiana de 1871, tendo sido eleito para a AN francesa, como deputado do Partido Radical em 1871. Tendo reclamado justiça no decurso do chamado "caso Dreyfus" em 1897, não se coíbiu de, em 1907, na qualidade de Ministro do Interior, conduzir uma política repressiva das greves e manifestações operárias. Em 1917, quando o derrotismo atingia o seu ponto

mais alto em França, formou um Governo para a "vitória", ocupando a Pasta da Guerra e persuadindo os aliados a aceitarem o general Foch como o comandante em Chefe das FA aliadas. Presidiu, em 1917, à Conferência da Paz em Versalhes, na qual além de recuperar para a França a soberania da Alsácia-Lorena, reclamou a posse do Sarre e a separação permanente da Alemanha da margem esquerda do Reno. Reivindicou ainda o pagamento pela Alemanha dos custos totais da guerra. O fracasso na obtenção de todas as suas reivindicações, fê-lo perder popularidade em França e conduziu-o à derrota nas eleições de 1920.

CORREIA, António Augusto Peixoto (????-????): Oficial da Armada, era Governador da Guiné na altura em que foi convidado para substituir Adriano Moreira à frente do MU. Foi Ministro entre 4 de Dezembro de 1962 e 19 de Março de 1965. Durante o seu mandato foram aprovadas alterações à Lei Orgânica do Ultramar Português (Lei nº 2 119 de 24 de Junho de 1962), da autoria de Silva Cunha.

CUNHA, Joaquim Moreira da Silva (1920-): Licenciado em Direito e professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Procurador à CC entre 1953 e 1959. Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina. Ministro do Ultramar entre 1965 e 1968. Ministro da Defesa Nacional nos anos de 1973 a Abril de 1974.

CUNHA, Paulo Arsénio Veríssimo (1908-1986): Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Procurador à CC. Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1950 a 1958. Neste período, Portugal foi membro fundador do Pacto do Atlântico e viu aprovada a sua candidatura nas NU. Presidente do Conselho Superior de Política Ultramarina (1960). Reitor da Universidade de Lisboa entre 1962 e 1965.

DE GAULLE, Charles André Joseph Marie (1890-1970): Militar e político francês, frequentou a Escola Militar de Saint-Cyrn. Em 1922 é aluno da Escola de Guerra onde se interessa pelos estudos de estratégia, tornando-se nos anos trinta um dos principais teóricos da guerra motorizada. Em 1940 é promovido a general de Brigada e nesse mesmo ano assume a Subsecretaria de Estado da Defesa Nacional. Ainda nesse ano, em Londres, organiza a resistência da França Livre junto dos aliados, presidindo ao "Comité de Libertação Nacional", transformado em 1944 em Governo Provisório da República.

Assume a sua chefia até 1946. Em 1958, após uma retirada da vida política, e na sequência de uma grave crise política criada pelo problema argelino, foi encarregado de formar Governo com o recurso a poderes excepcionais. Dissolvida a IV República, é redigido um novo texto constitucional que será aprovado em referendo e do qual nasce a V República. A 21 de Dezembro de 1958, é eleito Presidente da República para cumprir um mandato de sete anos. Em 1960 será concedida a independência política à esmagadora maioria dos territórios franceses em África. Em 1963, na sequência dos acordos de Evian, a Argélia torna-se num Estado independente. Liderando o processo de construção europeia através da CEE, veta a entrada do RU naquela Organização. Promove a criação de um programa nuclear francês autónomo. Em 1965 é reeleito. Em 1966 retira a França do aparelho militar da OTAN. Em Maio e Junho de 1968, enfrenta uma forte agitação social. Em 1969, a três anos do fim do seu mandato, resigna ao cargo de Presidente da República.

DOUGLAS-HOME, Alexander Frederick (1903-): Primeiro-Ministro britânico (1963-1964). Educado em Eton e Oxford, foi eleito para a Câmara dos Comuns como deputado do Partido Conservador em 1931. No ano de 1938 é secretário parlamentar privado de Chamberlain. Serviu nos governos de Eden e Macmillan como Secretário (ou Ministro) dos Negócios Estrangeiros (1960-1963), sucedendo a este último na chefia do Governo. No Governo de Edward Heath (1970-1974) foi novamente Ministro dos Negócios Estrangeiros.

DUARTE, Teófilo (1898-1958): Oficial do Exército sidonista. Governador de Timor (1927-1928). Vogal do Conselho Superior do Império. Ministro das Colónias (1947-1950). Deputado à AN (1945-1957). Administrador do Banco Nacional Ultramarino depois de ter saído do Ministério das Colónias.

DULLES, John Foster (1888-1959): Secretário de Estado norte-americano entre 1953 e 1959. Estudou Direito Internacional em Paris e em Washington. Tornou-se um famoso advogado nova-iorquino e foi convidado pelo Governo norte-americano para participar nos trabalhos da Conferência da Paz do primeiro pós-guerra. Em 1944 entrou na vida política pelo Partido Republicano. No ano imediato integrou, como conselheiro,

a delegação americana à Conferência de São Francisco. Foi autor do projecto do Tratado de Paz com o Japão em 1951. Como Secretário de Estado durante a Administração Eisenhower tornou-se em protagonista da Guerra Fria. Colaborou na construção da OTAN. Em 1957 deu o seu contributo para a formulação da Doutrina Eisenhower.

EDEN, Anthony (1897-1977): Estadista britânico. Primeiro-Ministro entre 1955 e 1957. Estudou em Eton e Oxford. Foi eleito para o Parlamento como deputado do Partido Conservador, onde os seus interesses pelos assuntos externos se tornaram notórios. Entre 1935-1938 foi Secretário (Ministro) dos Negócios Estrangeiros (altura em que pede a demissão por não concordar com a complacência de Chamberlain para com Hitler e Mussolini), retomando aquele cargo nos anos que medeiam entre 1940-1945 e 1950-1955. Sucede então a Churchill como Primeiro-Ministro, devendo-se-lhe o arrefecimento nas relações anglo-americanas que culminaram no desastroso resultado da expedição do Suez. Demitiu-se em 1957, sendo pouco depois elevado ao pariato com o título de Conde de Avon.

EISENHOWER, Dwight (1890-1969): General e político norte-americano. Serviu no Estado Maior do Exército Americano nas Filipinas entre 1935-1940. Foi Comandante supremo das tropas dos EUA (desde Junho de 1942) dirigindo os desembarques no Norte de África e na Sicília; enquanto Comandante Supremo das tropas aliadas expedicionárias (Dezembro de 1943), dirigiu a invasão da Normandia. Em 1945 aceitou a capitulação alemã. Até 1948 foi Chefe do Estado Maior do Exército e entre 1950-1952 presidiu ao Quartel General das forças conjuntas da OTAN. Em 1952 é eleito Presidente dos EUA (reeleito em 1956). A Doutrina que recebeu o seu nome e anunciada pelo próprio, propunha o auxílio económico e militar norte-americano aos países do Próximo Oriente, de forma a impedir a infiltração soviética na região (viria a ser confirmada pelo Congresso em 1957).

ESTALINE, José (1879-1953): Nasceu na Geórgia. Em 1922 é eleito como SG do Comité Central do PCUS, Comissário do Povo para as Nacionalidades e Inspector dos sectores operários e camponeses. Após a morte de Lénine, lança-se numa luta pelo poder contra Trotzki, Kamenev e Zinoviev, que termina em 1928 com a sua vitória. Ditador na

URSS até à sua morte, só em 1941 assume o título de Primeiro-Ministro. De acordo com a sua teoria de "construção do Socialismo em um só país" imprime uma completa orientação socializante à economia soviética. A derrota da Alemanha Nazi reforça a sua liderança na vida política soviética.

FRAGOSO, José Manuel de Magalhães Pessoa e (1920-): Diplomata natural de Lisboa. Licenciado em Ciências Económicas e Financeiras pela Universidade Técnica de Lisboa. Iniciou a sua carreira diplomática nos últimos meses de 1945. Depois de ocupar vários cargos em Consulados e Embaixadas portuguesas, é na qualidade Primeiro-Secretário de Legação, na Secretaria de Estado do MNE que participa na Reunião Quadripartida de 1957, sobre a ONU e os territórios ultramarinos portugueses, britânicos, belgas e franceses. Membro das delegações portuguesas à XI, XII, XIV, XV e XVII Assembleias Gerais das NU. Director dos Serviços Políticos do Ultramar do MNE, em 30 de Janeiro de 1961. Embaixador de Portugal na OCDE em 24 de Julho de 1964 e Embaixador no Brasil em 31 de Dezembro de 1966.

FRANCO BAHAMONDE, Francisco (1892-1975): General espanhol e Chefe de Estado desde 1939 até à sua morte em 1975. Nasceu em Ferrol, Galiza. Terminou o curso da Academia Militar de Toledo em 1910. Militar em Marrocos, onde participa na luta pela pacificação do protectorado espanhol. É promovido a general de Brigada aos 34 anos. No início da Guerra Civil espanhola encontrava-se destacado nas Canárias como Governador. Depois de alguma hesitação, junta-se à conspiração nacionalista. No dia 18 de Julho de 1936 voa para Tetuão (Marrocos), colocando-se à frente das tropas que ali o aguardavam. Depois do desembarque no sul de Espanha, dá início à marcha sobre Madrid. Em 29 de Setembro é reconhecido como chefe de todas as forças sublevadas. No dia 30, é denominado como Chefe do Governo do Estado de Espanha. Depois da vitória na Guerra Civil e iniciada a Segunda Guerra Mundial, embora a Espanha se mantivesse neutral, demonstra clara simpatia pelo Eixo. Terminada a guerra, o regime liderado por Franco é ostracizado internacionalmente, nomeadamente pela ONU. Porém, com o início da Guerra Fria, e dado o anticomunismo do regime que lidera, vê quebrado o isolamento político que o atormentara. Mercê do auxílio económico norte-americano e

da adopção de políticas económicas desenvolvimentistas patrocinadas por tecnocratas da *Opus Dei*, o franquismo tende a moderar os seus ímpetos mais extremistas. Em 1969, Franco nomeia Juan Carlos como seu sucessor e promete a reconstituição do trono espanhol.

GALVÃO, Henrique Carlos Malta (1895-1970): Aderiu à Revolução Nacional de 1926 tendo exercido os cargos de Governador de Huíla, de Director das Feiras de Amostras de Luanda e de Lourenço Marques, da Exposição Colonial do Porto (1934) e da Emissora Nacional de Radiodifusão. Inspector-Geral das Colónias. Deputado por Angola à AN. Por rebeldia política foi exonerado do Exército, julgado e condenado a dezoito anos de prisão maior. Consegue evadir-se e refugia-se na Embaixada da Argentina (1959). Em Janeiro de 1961 é cabeça de um grupo de rebeldes que assaltam o paquete Santa Maria. Exila-se no Brasil onde, depois de várias peripécias na luta oposicionista, virá a falecer. Em Novembro de 1963, foi ouvido pela Quarta Comissão das NU, tendo-se pronunciado pela manutenção dos laços políticos entre Portugal e os seus territórios ultramarinos.

GARIN, Vasco Vieira (1907-): Diplomata. Natural de Lisboa. Licenciado em Ciências Económicas e Financeiras pela Universidade Técnica de Lisboa. Ministro Plenipotenciário de 2ª classe, em 1948, na Legação de Portugal em Nova Deli. Acreditado em Bangucoque em 1952. Acreditado em Colombo um ano mais tarde. Ministro Plenipotenciário de 1ª classe, em 1954. Embaixador no Canadá em 1 de Março de 1956. Representante permanente na ONU em 28 de Março de 1956. Delegado a várias sessões da AG das NU (da XI à XVIII). Embaixador de Portugal em Washington em 4 de Setembro de 1963.

GROMYKO, Andrei (1909-1989): Político soviético. Estudou no Instituto de Economia de Moscovo. Em 1939 chefiou a secção americana do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Nos anos que medeiam de 1943 a 1946 foi Embaixador nos EUA, tendo sido nessa qualidade que assistiu às Conferências de Teerão, Ialta, Potsdam e São Francisco. Chefiou a delegação permanente da URSS no CS da ONU (1946-1948), foi Embaixador no RU (1952-1953) e, desde 1957 até 1969, desempenhou o cargo de Mi-

nistro dos Negócios Estrangeiros. Em 1973 ingressa na Comissão Política do Comité Central do PCUS. Em 1985 foi designado Presidente da URSS, tendo renunciado três anos mais tarde.

GIAP, Nguyen (1912-): Político e general vietnamita. Estudou na Universidade francesa de Hanói, tendo-se filiado no Partido Revolucionário do Vietname em 1926. Em 1933 junta-se ao Partido Comunista da Indochina. A partir do ano de 1941 organizou, no Vietname, a resistência anti-japonesa; dois anos mais tarde, em conexão com Ho Chi Mihn, forma o Viet-Mihn (frente de libertação do Vietname). De 1946 a 1954, na qualidade de Comandante militar, dirigiu a luta contra a França. Torna-se Ministro da Defesa da República Democrática do Vietname, e Comandante em Chefe das suas forças armadas. Comandou militarmente a luta que levou à captura de Saigão em 1976; deste ano a 1982 ocupou o cargo de Vice Primeiro-Ministro da República Socialista do Vietname.

HAILE SELASSIÉ I (1892-1975): Imperador da Etiópia (1930-1974). Entre 1935 e 1941 viu o seu país ocupado por tropas italianas. Nestes seis anos viveu exilado no RU. Visitou Portugal em 1959, sendo nomeado general honorário do Exército português. Posteriormente, viria a opor-se à orientação das políticas externa e ultramarina portuguesas. Na década de sessenta tentou tornar Adis-Abeba no principal centro da diplomacia africana, pelo que na capital etíope se localizou a sede da OUA. Em 1974, foi deposto na sequência de um golpe militar.

HAMMARSKJOLD, Dag Hjalmar Agne Carl (1905-1961): Economista e diplomata sueco. Desde 1936 a 1945 foi Subsecretário das Finanças e desse ano até 1949 Subsecretário dos Negócios Estrangeiros. Em 1951 ascende ao posto de Ministro de Estado, e nessa qualidade representa a Suécia em diversos organismos internacionais. Dois anos passados torna-se SG da ONU tendo sido reeleito em 1957. Morre num acidente de aviação sobre o Congo, enquanto desempenhava uma missão naquele território.

HITLER, Adolf (1889-1945): Político alemão, nascido na Áustria. Desde 1919 estabelece contactos com o Partido Alemão dos Trabalhadores, que dois anos mais tarde

já chefia com o nome de Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores. É na prisão que em 1923 vai ditando a Rudolf Hess notas para o seu futuro livro *Mein Kampf*. A crise de 1929 anima a sua actividade política, e o Partido Nazi consegue passar de doze deputados eleitos em 1928 para duzentos e trinta quatro anos depois. A 2 de Agosto de 1934 torna-se Presidente da República e no mesmo ano um plebiscito confere-lhe o título de *Reichsfuher*. Concentra esforços de modo a vingar o Armistício de Versalhes, anulando-lhe as consequências. Promove a reocupação da Renânia (1936), a anexação da Áustria (1938), da região Sudeta na Checoslováquia (1938) e Memel (1939); reclama ainda a posse daquilo que considera ser território alemão sob soberania polaca. É tido como responsável pelo desencadear da Segunda Guerra Mundial, pela decisão de invadir a Polónia no dia 1 de Setembro de 1939 — após a assinatura do Pacto Germano-Soviético. Nos últimos anos da guerra acelera a política de extermínio de judeus. Suicida-se em Abril de 1945.

HO CHI MIN (1860-1969): Líder nacionalista vietnamita. Descendente de uma família de mandarins, estudou num colégio francês. No ano de 1920 ingressa no Partido Socialista francês e filia-se na Terceira Internacional Comunista. Em 1922, em Moscovo, passa a ser um dos agentes do Comintern para o Sudeste Asiático. Já nos anos quarenta forma no Sul da China a Liga para a independência do Vietname, lutando contra os japoneses que ocupavam a Indochina. Em 1945, Ho Chi Min proclama a Republica Democrática do Vietname, ocupando o cargo de Presidente. Incapaz de atrair o apoio do Vietname do Sul, o acordo de Genebra confirma a divisão da referida Republica em dois Estados. Impõe um rígido regime comunista. Durante a década de sessenta lidera a luta pela (re)unificação do Vietname.

HULL, Cordell (1871-1955): Político Democrata norte-americano, foi Secretário de Estado entre 1933 e 1944. Consegue estabelecer uma política de "boa vizinhança" com a América Latina (o que se revelou útil quando os EUA entraram na Segunda Guerra Mundial). Procura rever as bases em que se processa o comércio mundial, fazendo passar no Congresso (1934) o Acto Comercial dos Acordos Recíprocos (precursor do GATT). Externamente apoiou a China na guerra contra o Japão, e cedo colabora no

projecto de paz para o pós-guerra, iniciando a Conferência de Moscovo, na qual, entre outros assuntos, se desenvolve o plano para a criação das NU. Retira-se da política em 1944. Foi prémio Nobel da Paz em 1945.

JARDIM, Jorge Pereira (1920-1982): Engenheiro, político e empresário, natural de Lisboa. Foi dirigente nacional da Mocidade Portuguesa, Presidente da Juventude Agrária Católica e membro da Legião Portuguesa. Secretário de Estado do Comércio e Indústria (1948-1952). Em 1952, fixou-se em Moçambique onde possuía importantes interesses. Deputado daquele território à AN. Foi agente especial de Salazar e Marcello Caetano em várias missões secretas da diplomacia portuguesa. Exerceu funções de cônsul do Malawi na cidade da Beira.

JOHNSON, Lyndon (1908-1973): Presidente dos EUA entre 1963 e 1969. Em 1937 é eleito para o Congresso pelos Democratas onde é apoiante da política de Roosevelt (que já havia defendido no Texas, enquanto Director da Administração Nacional da Juventude, parte integrante do *New Deal*). Após o serviço naval em 1948, é eleito senador. Em 1960 é eleito Vice-Presidente de Kennedy, sendo em 1964 eleito Presidente. Pressiona o Congresso para que seja aprovada a legislação deixada pelo seu antecessor — sobretudo a respeitante aos direitos civis. A sua Administração introduz um amplo programa de reformas económicas e sociais. A sua impopularidade vai crescendo à medida que cresce o empenhamento dos EUA na guerra do Vietname. Não se recandidata nas eleições presidenciais de 1968.

KELLOG, Frank B. (1856-1937): Diplomata e jurista norte-americano (Potsdam, Nova Iorque). Depois de ter estudado Direito e exercido advocacia, exerceu vários cargos públicos, sendo em 1924 nomeado Embaixador em Londres. Em 1925, ascendeu a Secretário de Estado. Obreiro do Pacto Kellog-Brian (ou de Paris) assinado a 27 de Agosto de 1928, que tinha como objectivo a renúncia por parte dos seus signatários à guerra, como forma de resolver diferendos internacionais.

KENNEDY, John Fitzgerald (1917-1963): Licenciado pela Universidade de Harvard, inicia a sua carreira política em 1946 (depois de ter ganhado o Prémio Pulitzer com a obra *Profiles in Courage*) eleito pelo Massachusetts para a Câmara dos Representantes, eleito

partido Democrático. Até ser eleito senador em 1952, ocupa o referido lugar. Em 1960, é eleito por uma margem mínima Presidente dos EUA, revelando desde logo preocupações sobre integração racial, sobre o nível e condições de vida das classes desfavorecidas. É partidário da descolonização e do apaziguamento nas relações Leste-Oeste. Nem sempre conduziu eficazmente a política externa como provam os acontecimentos de Angola nos anos sessenta e a evolução política no Sudeste Asiático. Porém, as crises dos mísseis em Cuba e em Berlim resolvem-se em seu favor. Foi assassinado em Dallas no ano de 1963.

KHRUSHCHOV, Nikita (1894-1971): Estadista Soviético. Em 1924 ingressa no Comité Central do PC da Ucrânia. Em 1938 é encarregado de reprimir os movimentos separatistas existentes nessa república. No fim da Segunda Guerra Mundial torna-se Presidente do Conselho da mesma república, sendo ainda o seu Primeiro Secretário no Comité Central do PC. Após a morte de Estaline alcança a chefia do Governo. Épositor da reunificação alemã, mandando em 1961 erguer o Muro de Berlim. Em 1962, inicia com Kennedy uma política de coexistência pacífica; impulsor da descolonização e apoiante de alguns dos líderes do movimento dos não-alinhados. Dois anos depois é afastado da qualidade de protagonista da vida política soviética.

KOSYGIN, Alexei Nicolayevich (1904-1981): Primeiro-Ministro soviético entre 1964 e 1970. Nasceu e cresceu em S. Petersburgo onde se tornou operário da indústria têxtil. Membro do PCUS desde 1927. Especialista em questões económicas, foi Presidente da Câmara de Leninegrado em 1938-39. Em 1939 foi nomeado Comissário para a indústria têxtil, cargo em que se manteve durante a guerra. Ocupando vários cargos entre 1948 e 1960, tornou-se neste último ano Presidente da Comissão de Planeamento Económico do Estado. A 15 de Outubro de 1964 tornou-se, em substituição de Khrushchov, Presidente do Conselho de Ministros da URSS. Trabalhou em estreita colaboração com Brezhnev e Gromyko. Procurou, sem sucesso, descentralizar o controle sobre a indústria soviética e aumentar a produção de bens de consumo. No plano da política externa, notabilizou-se pela forma como conseguiu pôr fim, em 1966, à guerra entre a União Indiana e o Paquistão.

KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino (1902-1976): Presidente do Brasil entre 1956 e 1961. Licenciado em Medicina, exerceu em Paris, Londres e Viena antes de regressar a Minas Gerais. Em 1934 iniciou a sua carreira política. Em 1951 tornou-se Governador de Minas Gerais sendo em 1955 eleito para o cargo de Presidente da República. Determinado em diversificar a economia e fazer face ao desemprego, iniciou um programa de obras públicas que incluíram a construção da nova capital federal — Brasília. O crescimento da economia foi acompanhado de uma elevada inflação a que não era estranho elevado endividamento do Estado brasileiro. Após uma nova nomeação para a Presidência em 1964, um golpe militar forçou-o ao exílio. Em 1967 regressou ao Brasil, tornando-se banqueiro.

LÉNINE, Vladimir I. (1870-1924): Licenciado em Direito no ano de 1895. Em 1897 vê-se forçado ao exílio por um período de dois anos. Em 1917, depois de pensar e organizar um partido revolucionário, dirige a Revolução de Outubro e funda a URSS, sendo o líder máximo até à sua morte. Depois dos anos conturbados do Comunismo de Guerra, em 1921, inaugura a NEP (nova política económica), restaurando a economia de mercado e admitindo investimentos estrangeiros na industrialização. Os seus últimos anos de vida foram marcados pela luta entre Trotzki e Estaline pela disputa da liderança da URSS.

LLOYD GEORGE, David, 1º Conde Lloyd-George de Dwyfor (1863-1945): Primeiro-Ministro britânico entre 1916 e 1922. Advogado de renome, foi pela primeira vez eleito deputado pelo Partido Liberal em 1890 pelo círculo de Caernavon Boroughs, que representou até 1945. Foi um forte opositor da guerra anglo-boer. Em 1911, foi responsável primeiro pelo *National Insurance Act* que pretendia conceder alguma protecção social aos grupos sociais mais desfavorecidos. Depois de no decurso da Grande Guerra se ter destacado na organização logística do esforço de guerra aliado, foi em 1916 nomeado Primeiro-Ministro chefiando um forte Governo de coligação. As suas qualidades de liderança são normalmente apontadas como responsáveis pela recuperação do RU de uma situação de quase derrota. Na Conferência de Paz, fez a representação britânica adoptar uma posição moderada face àquele que considerava ser o espírito de

vingança francês em relação à Alemanha. Em 1921, chegou a um acordo com o Sinn Féin para a aplicação do princípio da autodeterminação à Irlanda. Em 1929 apoiou o plano de Keynes para o combate ao desemprego no RU. Embora manifestasse alguma simpatia pelas reivindicações alemãs no período entre as guerras, foi um forte opositor dos acordos de Munique e apoiou a entrada do RU na guerra em 1939.

LOPES, Francisco Higino Craveiro (1894-1964): Em 1915, em Moçambique, distingue-se no combate de Quiuvambo e no cerco de Nevala (condecorado com a Cruz de Guerra e a Torre e Espada). Entre os anos de 1944 e 1950 desempenha as funções de Comandante-Geral da Legião Portuguesa. Em 1949, é promovido a general, sendo eleito Presidente da República em 1951. Foi o primeiro Chefe de Estado Português, depois de quarenta e cinco anos de regime republicano, a ser oficialmente convidado a visitar o RU. Ainda nos anos cinquenta foi a Angola e Moçambique. Cessa funções em 1958, desavindo com Salazar e muito próximo das correntes liberalizadoras do Estado Novo.

LUGARD, Frederick Dealtry, 1º Barão (1858-1945): Administrador colonial britânico. Nasceu em Madras, Índia. Educado na Inglaterra. Fez a sua primeira comissão nas FA em 1878. Depois de ter passado por vários territórios do Império britânico, serviu na *British East Africa Company*, sendo colocado no Uganda em 1890. Em 1894 convenceu o Governo britânico a tornar este território num seu protectorado. Serviu depois na Nigéria através da *Royal Niger Company*. Foi Governador de Hong-Kong entre 1907 e 1912. Neste ano regressou à Nigéria onde ficou até 1919. Durante este período desenvolveu então a doutrina de governo indirecto (explicitada no seu livro *Dual Mandate of British Tropical Africa*), aplicada até então sobretudo na Índia, mas que foi depois largamente posta em prática por todo o Império britânico. Trabalhou ainda para a Liga das Nações (ou SDN) entre 1922 e 1936, envolvendo-se aí, sobretudo, em matérias relativas à administração de mandatos.

MACMILLAN, Maurice Harold (1894-1987): Estadista inglês. Foi pela primeira vez eleito para o Parlamento em 1924, como deputado do Partido Conservador. Em 1940, colabora no Governo de Churchill, tendo sido, em 1942, designado Ministro para o Norte de África, permanecendo também responsável pela diplomacia britânica no

Mediterrâneo até ao fim da Segunda Guerra Mundial. Durante os anos cinquenta é ainda Ministro da Defesa, dos Negócios Estrangeiros e Chanceler da Fazenda. Primeiro-Ministro entre 1957 e 1963. Alimenta boas relações com Kennedy, apoiando-o na crise de Cuba. De Gaulle veta a sua proposta de entrada do RU na CEE. Paladino da descolonização britânica. Envolve-se nas negociações que levam ao Tratado entre o seu país, a URSS e os EUA, que previa a proibição de testes nucleares na atmosfera e nos mares.

MAO TSÉ-TUNG (1893-1976): Líder máximo do movimento comunista chinês. Empregado na biblioteca da Universidade de Pequim, toma contacto com obras sobre o Marxismo, tornando-se ele próprio um dos seus teóricos. Foi delegado ao Congresso de Xangai onde será fundado o Partido Comunista Chinês. Consegue fazer dos camponeses a estrutura principal do comunismo na China. Durante a guerra sino-japonesa (1934-1935) Mao apela à unidade nacional, permitindo que as tropas comunistas fossem integradas no VIII Exército Nacional. Quando em 1949 é proclamada a RPC, Mao é o Chefe de Estado e do Partido. Durante a década de sessenta, e na sequência do confronto sino-soviético, o maoísmo torna-se em inspiração teórica e prática de vários movimentos políticos por todo o mundo.

MARSHALL, George Catlett (1880-1959): Chefe do Estado-Maior do Exército americano durante a Segunda Guerra Mundial. Foi Embaixador na China em 1945, mas em 1947 regressa aos EUA para assumir o cargo de Secretário de Estado. É com o seu nome que o plano destinado a refazer a economia europeia do pós-guerra (através de auxílio financeiro norte-americano) fica conhecido. A concretização do "Plano Marshall" (1948-1952) valer-lhe-á o prémio Nobel da Paz em 1953, quando já havia abandonado a vida política, não sem antes ter ainda sido Secretário da Defesa (1950-1951).

MATHIAS, Marcello (1903-): Nasceu em Lisboa a 15 de Agosto. Licenciado em Direito. Diplomata de carreira. No início de 1939 foi co-redactor do projecto do "Pacto de Amizade e não Agressão" com Espanha. Em Maio de 1940, representou o MNE na Missão extraordinária que se deslocou a Roma para a assinatura com a Santa Sé da "Concordata e Acordo Missionário". A 2 de Fevereiro desse ano foi promovido a

Conselheiro de Embaixada e nomeado Chefe da Repartição dos Negócios Políticos do MNE. SG interino deste Ministério após a morte, a 4 de Junho de 1945, de Teixeira de Sampaio. A 10 de Fevereiro de 1946 assume a Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna. Enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal em Paris desde 30 de Junho de 1947. Foi delegado do Governo português na Conferência Económica Europeia, realizada em Paris de Julho a Setembro de 1947, e à Conferência de Cooperação Económica Europeia em Abril de 1948. Embaixador de Portugal na "cidade luz" entre 1948-58 e 1961-1971. Reformou-se neste último ano ao atingir o limite de idade. Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros de Julho de 1958 a Abril de 1961, sucedendo a Paulo Cunha por sugestão deste.

MATOS, José Maria Mendes Norton de (1867-1955): É em fins do séc. XIX que Norton de Matos inicia na Índia a sua carreira ultramarina. De 1912 até 1915 (ano em que sobraçou as pastas das Colónias e da Guerra) foi Governador de Angola onde desenvolve uma acção no que concerne à colonização, pacificação e assistência. No ano de 1921 (depois de ter estado exilado em Londres) ascende ao generalato e é nomeado Alto-Comissário para Angola, onde vai gizando e concretizando uma política de povoamento, obras públicas e protecção ao indígena. Em 1924 é Embaixador em Londres. Retira-se da vida política aquando do golpe de Maio de 1926, à qual regressa em 1948 como candidato presidencial pela oposição.

MATA, José Caeiro da (1883-1963): É em Coimbra que termina os seus estudos em Direito, entrando para o corpo docente dessa Universidade em 1907. Entre 1933-1935 é Ministro dos Negócios Estrangeiros (cargo que volta a exercer em 1947-1950). Foi Administrador do Banco de Portugal e, em 1941, Ministro de Portugal junto do Governo de Vichy. De 1944 a 1947 foi Ministro da Educação Nacional. Presidiu à Comissão do V Centenário da morte do Infante D. Henrique.

MENDÈS-FRANCE, Pierre (1907-1982): Primeiro-Ministro de França em 1954-55. Nascido e educado em Paris, onde foi um brilhante aluno de Direito; entra para a política como Socialista Radical, sendo eleito deputado em 1932. Foi Ministro da Economia no Governo de Léon Blum em 1936. Foi preso pelo Governo de Vichy, mas conseguiu fugir

para Londres para se juntar ao exilado governo da França Livre de de Gaulle. Depois da guerra foi um crítico da política colonial francesa na Indochina, tornando-se Primeiro-Ministro após o desastre de Dien Bien Phu, prometendo a retirada francesa da Indochina. Honrou a sua promessa na Conferência de Genebra. Rejeitou o plano para a constituição de uma Comunidade Europeia de Defesa e preparou a Tunísia para a independência. Ao mesmo tempo que ouvia as exigências de independência da Argélia, enviava um reforço de tropas sob o comando do Governador Jacques Soustelle. A sua atitude em relação ao problema da Argélia, juntamente com uma política de austeridade económica, levou à sua queda em Fevereiro de 1955. Fez parte do Governo de Guy Mollet (1956). Demonstrou o seu descontentamento com a Constituição V República, criada por de Gaulle em 1958. Demitiu-se do Partido Radical em 1959, após o que nunca voltou a ter uma base efectiva de poder. Tornou-se num opositor cada vez mais feroz de de Gaulle, tendo aceite a proposta de François Mitterrand para se opor ao general nas eleições de 1965. Retirou-se da vida política em 1973.

MOBUTO, Joseph (1930-): General e político zairense. Em 1948 alistou-se nas tropas coloniais belgas, ocupando o posto de sargento-ajudante no momento da independência do Congo (Léopoldville). Foi Secretário de Estado no Governo de Lumumba, e, em 1960, nomeado coronel e Chefe de Estado-Maior do Exército congolês. Nesse mesmo ano prende Lumumba, permitindo que o poder volte aos civis no ano imediato. Proclama-se Presidente da República em Janeiro de 1966.

MONDLANE, Eduardo (1920-1969): Político moçambicano. Filho de um chefe tribal, estudou na África do Sul, em Portugal e nos EUA. Em 1962, fundou a FRELIMO. Foi assassinado em Dar-es-Salam.

MONIZ, Júlio Botelho (1900-1970): General. Ministro do Interior de 1944 a 1947. Adido militar em Washington (1950-1951). Procurador à CC. Chefe do Estado Maior General das FA (1955-1958). Ministro da Defesa Nacional de 1958 a 1961. Em Abril de 1961 encabeçou um movimento militar falhado que reclamou o afastamento de Salazar.

MONTEIRO, Armindo Rodrigues de Sttau (1896-1955): Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa frequentou em simultâneo a Escola de Guerra (1918), tendo sido

o primeiro classificado em ambos os cursos. Nos anos de 1930 a 1931 é Subsecretário de Estado das Finanças, de 1931 a 1935 Ministro das Colónias e de 1935 a 1936 Ministro dos Negócios Estrangeiros. Armindo Monteiro preparou alguns dos mais notáveis diplomas legislativos em que assentou a reforma da administração pública portuguesa, levada a cabo entre as duas guerras mundiais. Foi o representante de Portugal em Londres desde 1936 a 1943, tendo sido crítico da política externa Salazarista, propondo uma maior colaboração com o RU. Chanceler da Ordem do Império Colonial em 1944. Ascendeu a membro vitalício do Conselho de Estado e foi deputado e procurador à CC.

MONTGOMERY, Bernard Law, 1º Visconde Montgomery of Alamein (1887-1976): Oficial das FA britânicas, frequentou a Academia de Sandhurst. Distinguiu-se pelos seus feitos na frente ocidental no decurso da Grande Guerra. Desempenhou várias postos de comando militar no período entre as duas guerras. Durante a Segunda Guerra Mundial distinguiu-se no comando do VIII Exército britânico no Norte de África e nas campanhas em Itália (1942-1944). Em 1944, comandou os exércitos da Commonwealth na Normandia. E se fracassou a operação de Arnhem por ele proposta e planeada, conseguiu um sucesso militar apreciável durante a ofensiva alemã nas Ardenas. Depois da guerra ocupou vários destacados postos de chefia militar. Embora possuísse uma enorme capacidade para suscitar a lealdade das tropas que comandava, teve várias vezes atitudes pouco diplomáticas que causaram algum embaraço político.

MOREIRA, Adriano J. A. (1922-): Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa. Em 1948 faz parte do corpo docente do ISCSPU. Entre 1957 e 1959 integra a delegação portuguesa nas NU. Nos anos de 1961 e 1962 foi Ministro do Ultramar, depois de ter ocupado o cargo de Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina. Promove a revogação do Estatuto do Indígena e funda o Centro de Estudos Políticos da Junta de Investigação do Ultramar. Desde 1964, é Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.

NASSER, Abdel Gamal (1918-1970): Político egípcio. Em 1948 funda o "Grupo de Oficiais Livres" que em 1952 organiza a conspiração que derruba o rei Faruque. Dirige o Conselho de Revolução e quando é proclamada a República (1953), ascende a ministro

do Interior. Um ano mais tarde assume a chefia do Governo e, em 1956, é eleito Presidente da República egípcia; passado um mês anuncia a nacionalização do Canal do Suez, saindo vitorioso da confrontação com israelitas, franceses e britânicos. Paladino do nacionalismo árabe e promotor do movimento dos não-alinhados, inicia, precisamente em 1956, uma aproximação à URSS. Em 1958 torna-se chefe da RAU. Provoca a Guerra dos Seis Dias, quando fecha o Golfo de Àcaba aos navios israelitas.

NHERU, Cri Jawaharlal (1889-1964): Estadista indiano. Estudou no RU e, em 1912, adere à causa da independência da Índia. Em 1929, assume a presidência do Congresso Nacional Indiano e inicia uma enérgica actividade antibritânica. Desde 1947 até 1964 (após a independência da Índia) desempenha funções de Primeiro-Ministro, seguindo uma política moderadamente pró-soviética. Apesar do seu pacifismo militante, recorre à força das armas para resolver vários problemas de política externa. Ocupa pela força o Estado Português da Índia, e enfrenta militarmente o Paquistão e a RPC.

NIXON, Richard (1913-1994): Licenciado em Direito. Dá início à sua carreira política com a eleição, em 1946, pelo Estado da Califórnia, para a Câmara dos Representantes (reeleito em 1948). Em 1950, é Senador. Foi Vice-Presidente de Eisenhower. No ano de 1960 é derrotado por Kennedy nas eleições presidenciais; vence, porém as de 1968, assumindo o cargo em Janeiro do ano imediato. Após quatro anos é novamente reconduzido no cargo. Em 1973 promove o reatamento de contactos oficiais com a China (RPC). A sua Administração é também responsável pelo desanuviamento das relações dos EUA com a URSS, conseguindo ainda o fim das hostilidades no Vietname. O escândalo Watergate obriga-o a demitir-se em 1974.

NKRUMAH, Kwane (1909-1972): Político ganês. Funda, em 1949, o Partido da Convenção do Povo, que ganha as eleições de 1951 no Ghana, sendo designado Primeiro-Ministro, ainda com o território sob administração britânica, em 1952. Na qualidade de Chefe do Estado desenvolve uma política externa de colaboração com a URSS. É derrubado em 1966 na sequência de um golpe militar.

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco (1918-1993): Diplomata. Natural de Vila Franca de Xira. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa. Encarregado de

Negócios na Legação de Portugal em Tóquio (finais da década de quarenta). Em 1955 encontra-se à frente do Consulado-Geral em Londres. Membro da delegação portuguesa à XI, XII, XIII, XIV e XV Assembleias Gerais das NU. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros a 4 de Maio de 1961, cargo que ocupará até 6 de Outubro de 1969.

OLIVEIRA, José Gonçalo da Cunha Sotto-Mayor Correia de (1921-1976): Economista. Foi Presidente da Comissão Superior do Comércio Externo. Secretário de Estado do Comércio (1958-61). Ministro de Estado adjunto à Presidência do Conselho (1961-65) e Ministro da Economia (1965-69).

PATRÍCIO, António Augusto de Medeiros (1930-): Diplomata. Licenciado em Direito. Nasceu em Lisboa. Cônsul de 1ª classe na Missão Permanente de Portugal nas NU em 27 de Março de 1962. Encarregado de Negócios, interino, naquela Missão, de 24 de Fevereiro a 27 de Março de 1963. No posto de Conselheiro de Embaixada, é colocado, a 25 de Janeiro de 1967, na Secretaria de Estado do MNE, como chefe da repartição das Organizações Internacionais. Foi delegado de Portugal a várias sessões da AG das NU (XVI à XXVI). Acreditado como representante permanente de Portugal junto da ONU, com credenciais de Embaixador, a 15 de Março de 1972.

PEREIRA, Pedro Theotónio (1902-1972): Licenciado em Matemática. Foi o primeiro titular da Pasta das Corporações e Previdência Social (1933), e a si se devem as medidas que implicaram a concretização da organização corporativa. Ministro do Comércio e Indústria (1936-1937). Colaborou intimamente com Salazar na institucionalização do Estado Novo. Foi deputado à AN nas eleições legislativas de 1934 e 1938; agente especial de Portugal junto do Governo Nacionalista espanhol instalado em Burgos. Foi depois Embaixador em Madrid. Desempenhou o mesmo cargo no Rio de Janeiro (1945-1947), Washington (1947-1949 e em 1961-1963) e em Londres (1953-1958). Desempenhou a função de Ministro da Presidência nos anos que medeiam de 1958 a 1961.

PÉTAİN, Henri-Philippe (1856-1951): Militar e Chefe do Estado francês entre 1940 e 1944. Ainda antes de 1914, depois de ter progredido regularmente na carreira militar,

atingiu o posto de general. Aclamado como herói militar depois de ter parado o avanço militar alemão em Verdun no ano de 1916. Depois da guerra tornou-se num dos símbolos mais conservadores da sociedade francesa. Ministro da Guerra em 1934, foi nomeado como primeiro Embaixador francês junto de Franco em 1939. Em 1940, foi chamado a França para substituir Reynaud como Primeiro-Ministro, dando início à negociação de um armistício com a Alemanha. A AN francesa foi então transferida para Vichy, conferindo-lhe o cargo de Chefe de Estado francês. A soberania francesa exercia-se sobre cerca de um terço do território metropolitano e parte significativa do Império colonial. Tinha então início a construção de um Estado autoritário que purgaria a França da decadência moral em que supostamente se encontrava. A substituição de Laval por Darlan nos cargos de vice Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, tornar-se-ia na causa próxima da ocupação de todo o território metropolitano de França por tropas alemãs em 1942. Em 1945, Pétain viria a ser aprisionado pelos aliados. Julgado e condenado à morte por alta traição, viu a sua pena comutada por prisão perpétua depois da intervenção de de Gaulle.

PINTO, Alexandre Alberto de Sousa (1880-????): Licenciado em Matemática e Filosofia. Reitor da Universidade do Porto. Ministro da Instrução Pública (1933-1934). Governador da Beira (Moçambique) de 1942 a 1945. Deputado por Moçambique (1945-1949). Nessa qualidade elaborou um relatório sobre a revisão da Reforma Administrativa Ultramarina. Defensor da aplicação de princípios de descentralização administrativa e política nas colónias. Presidente do Conselho de Administração dos Portos do Douro e Leixões (1947). Vogal da Junta Consultiva da UN.

QUADROS, Jânio da Silva (1917-): Político brasileiro. Foi educado e iniciou a sua carreira política em São Paulo, cidade na qual ensinava. Foi vereador naquela cidade, deputado estadual, Prefeito e Governador do Estado. Nas eleições presidenciais realizadas em 1960 saiu vitorioso por larga margem de votos. Tomou posse do cargo de Presidente da República, em Brasília, no dia 31 de Janeiro de 1961. A 25 de Agosto desse ano, alegando a "pressão de forças ocultas" renunciou ao cargo.

ROBERTO, Holden (1925-): Chefe nacionalista angolano. Natural de São Salvador, localidade fronteiriça com o Congo Léopoldville no Norte de Angola. Antes de fundar a UPA, trabalhou como funcionário da administração belga em Léopoldville, Stanleyville e Bukavu. Assistiu às duas Conferências de Accra, em 1958, e de Tunes, em 1960. Fez várias viagens por África, pela Europa e aos EUA. Tornou-se líder da FNLA após a fusão da UPA e do PDA em Março de 1962. Chefiou o GRAE, reconhecido pela OUA até Julho de 1968.

ROCHETA, Manuel Ferrajota (1906-1985): Licenciado em Direito, foi advogado e diplomata. Em 1952 foi Presidente da Comissão Executiva da IX Conferência do Atlântico Norte. Dois anos mais tarde era o Director-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna. Representou Portugal enquanto Embaixador na Inglaterra e Alemanha (1956) e no Brasil (1958).

RODRIGUES, Manuel Maria Sarmento (1899-1979): Nasceu em Freixo de Espada-à-Cinta. Fundador da Legião Naval Portuguesa. Oficial da Marinha de Guerra, atingiu a patente de almirante. Foi Governador da Guiné (1945-1949), deputado à AN, Ministro das Colónias (1950-1955), Governador-Geral de Moçambique e Comandante-Chefe das FA naquele território (1961-1964).

ROOSEVELT, Francklin Delano (1882-1945): Estudou em Harvard e Columbia e exerceu advocacia em Nova Iorque. Foi eleito para o Senado (1910) pelos Democratas. No ano de 1932 vence as eleições para o cargo de Presidente da República, com o apoio do Partido Democrático. Orienta-o uma política que visa estimular o trabalho, combater o desemprego, etc., de modo a oferecer ao país uma era de estabilidade (*New Deal*). É reeleito em 1936 e em 1940 inicia o seu terceiro mandato. No decurso do seu terceiro mandato, e após o ataque japonês a Pearl Harbour em Dezembro de 1941, os EUA entram na guerra. Sob a sua liderança os EUA assumem definitivamente um papel de grande potência política, económica e militar à escala mundial. Anticolonialista, defensor de parte dos princípios wilsonnianos relativos à segurança colectiva. Não terminará o seu quarto mandato, que se iniciara em 1944, morrendo dois meses depois da Conferência de Ialta.

RUSK, Dean (1909-): Político norte-americano. Subsecretário de Estado adjunto (1949), assume um ano mais a responsabilidade dos assuntos do Extremo Oriente. Em 1961, Kennedy nomeou-o Secretário de Estado, cargo que desempenhou durante oito anos, e no qual sempre defendeu a política americana de envolvimento no Vietname contra a China Comunista.

SALAZAR, António de Oliveira (1889-1970): Em 1914 formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra onde, exercendo funções docentes, rege a cadeira de Ciência Económica. Em 1921, é eleito deputado pelo Centro Católico Português. Quando acontece o Golpe de Estado em 1926, é chamado à Pasta das Finanças, não chegando a exercer o cargo por não serem aceites as suas exigências. Dois anos mais tarde é novamente convidado, sendo então capaz de impor os princípios da sua ditadura financeira, revelando-se positivo o saldo orçamental no primeiro ano de exercício das suas funções. Em 1932, é nomeado Presidente do Conselho e, em 1933, vê aprovada a Constituição que o reconduz no cargo do qual só é afastado por motivos de saúde em 1968. É a figura basilar do Estado Novo, regime político autoritário, nacionalista e de forte inspiração corporativa. Ocupou interinamente várias pastas da governação (como as da Guerra, Negócios Estrangeiros e Defesa). No ano de 1940, assina a Concordata e o Acordo Missionário com a Santa Sé. Mantém uma política de neutralidade no decorrer do segundo conflito Mundial, preocupando-se de forma recorrente com a conservação do Ultramar.

SMITH, Ian (1919-): Primeiro-Ministro da Rodésia de 1964 a 1980. Natural daquele território africano, entrou na política depois de, em 1946, ter sido desmobilizado da RAF. Foi membro da *Southern Rhodesia Legislature* (1948-1953) e do Parlamento Federal da Rodésia do Sul (1953-1962). Em 1962, foi membro fundador *Rhodesia Front Party* e, em 1964, depois da independência da Zâmbia, tornou-se Primeiro-Ministro da Rodésia do Sul. Em 1963, anunciou a Declaração Unilateral de Independência em relação ao RU. Depois de várias conversas infrutíferas com Harold Wilson (em 1966 e 1968), o regime de apartheid foi introduzido na Rodésia. Em 1970, foi proclamada a Re-

pública da Rodésia. Depois de várias negociações, conduziu o processo que levou, em 1980, à criação de um Zimbabwe independente.

SPAAK, Paul Henri (1899-1972): Primeiro-Ministro da Bélgica em 1938-39 e 1947-49. Nascido em Schaerbeek, formou-se em Direito no ano de 1922, tendo exercido advocacia até entrar para o Parlamento, como socialista, em 1932. Em 1938, tornou-se no primeiro Chefe de um Governo socialista belga. Após a invasão alemã muda-se para Londres, onde é o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo no exílio. Desempenhou aqui um papel essencial no estabelecimento das NU, e tornou-se o primeiro Presidente da AG. Foi um dos arquitectos da União Aduaneira do Benelux, e tornou-se presidente da Assembleia Consultiva do Conselho da Europa em 1949-51. Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1954-57 e de novo em 1961-67, tendo sido, no período intermédio, SG da OTAN (1957-61). Spaak era um firme defensor do conceito de uma Europa unida, e as suas primeiras propostas do pós-guerra para uma associação económica baseada no comércio livre e liberdade de trabalho, assim como uma política social e financeira conjunta, viriam a ser as bases da CEE.

STETTINIUS, Edward R. (1900-1949): Político americano, foi Secretário de Estado em 1944. Coordenou as forças dos EUA no auxílio às nações Aliadas durante a Segunda Guerra Mundial. Colaborou na fundação da ONU, da qual foi o primeiro delegado norte-americano.

STEVENSON, Adlai (1900-1965): Político norte americano. Licenciado em Direito, inicia a sua carreira política, em 1948, como Governador de Illionois. Foi duas vezes candidato derrotado do Partido Democrático às eleições presidenciais (1952 e 1956). Foi embaixador na ONU entre 1961 e 1965.

SUKARNO (1901-1970): Político indonésio. Em 1927, fundou o Partido Nacionalista da Indonésia, tornando-se chefe do movimento para a independência daquele território asiático sob administração holandesa. Proclamada, em 1945, a independência da Indonésia, ocupa o cargo de primeiro Presidente da nova República que, cinco anos mais tarde, de Federal se torna Unitária. Nos anos cinquenta, devido ao fracasso da "Democracia Constitucional", instaura a "Democracia Dirigida". Vai deixando crescer

um comunismo à chinesa que, em 1964, alcança o poder. Foi deposto por Suharto que chefiou um movimento militar anticomunista.

TELES, Inocêncio Galvão (1917-): Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa em 1939. Em 1945 é já professor catedrático. Foi procurador à CC e colabora na comissão que organiza o novo Código Civil português. Foi o principal advogado de Portugal na acusação contra a União Indiana, no Tribunal Internacional de Haia, cuja sentença arbitral satisfaz os desejos portugueses. Entre 1962 e 1968 foi Ministro da Educação, institucionalizando o planeamento da acção educativa. Criou a Telescola e prolongou a escolaridade obrigatória. Elaborou o Estatuto de Educação Nacional.

THANT, U (1909-1974): Político birmanês. Em 1949 foi Ministro da Informação, três anos mais tarde delegado do seu país na ONU. Ocupou, em 1961, interinamente, o cargo de SG das NU, por morte de Dag Hammarskjöld. No ano de 1962 é nomeado para ocupar o cargo como titular, que desempenha até 1972.

THOMAZ, Américo Deus Rodrigues (1894-1987): Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha desde 1936, foi Presidente da Junta Nacional da Marinha Mercante entre 1940 e 1944. Era capitão de Mar e Guerra quando sobraçou a Pasta da Marinha, gerindo-a de 1944 a 1958, ano em que foi eleito Presidente da República, cargo que exerceu até 1974. No ano de 1968 escolheu Caetano para Presidente do Conselho. Criou a Fundação Salazar.

TOURÉ, Sekou (1922-): Político da Guiné Conacry. Em 1941, ascende ao cargo de Presidente do Sindicato dos empregados dos correios. Em 1945, torna-se membro da Comissão Consultiva Territorial da Guiné. Um ano mais tarde funda o Movimento Democrático Africano e, em 1946, é SG da CGT africana (central sindical afecta ao PC francês). No ano de 1956 é Presidente da Câmara de Conackry e deputado à AN francesa. É proclamado Presidente da República da Guiné em 1961, assumindo também a chefia do Governo. Politicamente próximo dos países socialistas é galardoado (1961) com o prémio Lénine da Paz.

TRUMAN, Harry S. (1884-1972): Presidente dos EUA de 1945 a 1953. Natural do Missouri, estudou Direito em Kansas City (1923-25), depois se ter alistado nas FA

norte-americanas durante a Primeira Guerra Mundial. Eleito Senador democrata pelo Missouri em 1935. Em 1944, foi convidado por Roosevelt para concorrer às eleições presidenciais como Vice-Presidente. Oitenta e dois dias depois de ter tomado posse ocupou o cargo deixado vago por morte do seu antecessor. Enquanto líder da política externa norte-americana, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, participou na Conferência de Potsdam e decidiu o lançamento de duas bombas atómicas sobre o Japão em Agosto de 1945. Em Março de 1947, profere no Congresso o discurso que afirmará aquela que veio a ser conhecida, na história da política internacional, como a Doutrina Truman para a "contenção" da chamada ameaça soviética no mundo. Em Junho do mesmo ano, a sua Administração, através do Secretário de Estado George Marshall (Plano Marshall/European Recovery Program), anunciará um plano de ajuda económica à Europa que marcou definitivamente, tal como a referida política de contenção, um ponto de viragem histórico, não só nas relações dos EUA com os seus aliados europeus, ou com todos os países do chamado bloco soviético, mas em relação a quase todo o globo, iniciando-se um ciclo de participação activa dos governos de Washington na vida política internacional. Em 1948, foi reeleito Presidente. Em 1949, tornou os EUA, pela primeira vez em tempo de paz, membro de uma aliança militar: a OTAN. Durante a Guerra da Coreia (1950-1953) assegurou que a intervenção do Ocidente deveria ser feita sob os auspícios da ONU e não dos EUA. Em 1953, não concorreu a uma segunda reeleição, tendo, no entanto, seguido uma intervenção política activa.

TSCHOMBÉ (1919-1969): Político congolês. Ao ser proclamada a independência do Congo belga (actual Zaire), Tshombé proclama a secessão do Katanga (1960), ocupando o cargo de Presidente da República. Por pressão da ONU renúncia à secessão em Dezembro de 1962. Em 1964 é Primeiro-Ministro do Congo, sendo demitido no ano imediato pelo Presidente Kasavubu. Foi condenado à morte por Mobutu.

WELLES, Sumner (1892-1961): Político americano. Foi Secretário de Estado entre 1937 e 1943 tendo colaborado na redacção da *Carta do Atlântico*.

WILSON, Thomas Woodrow (1856-1924): Doutorou-se em 1886 e envereda por uma carreira ligada ao ensino, chegando, em 1902, a Presidente da Universidade de Princeton. Em 1910 é designado Governador de Nova Jersey, iniciando um vasto programa de reformas que atraem a atenção nacional. No ano de 1913 é eleito Presidente dos EUA pelo Partido Democrático, sendo reeleito em 1916. Nos anos da Grande Guerra defende, até ao limite, a imagem de pacifista e de intermediário entre os beligerantes. Devido ao ataque Alemão a navios americanos, Wilson pede ao Congresso que declare guerra a Berlim. Em 1918 expõe um plano com catorze pontos, que será a base para as negociações do Armistício e do Tratado de Versalhes, onde representa pessoalmente os EUA. Apesar de promotor de uma nova organização política internacional, capaz de manter a paz entre as nações (SDN), não verá a sua acção ratificada pelo Congresso, remetendo-se por isso os EUA ao isolacionismo. Morre no ano em que recebe o Prémio Nobel da Paz.

ANEXO II

CRONOLOGIA

CRONOLOGIA⁶⁶⁰

1941

14 Agosto – O Presidente dos EUA e o Primeiro-Ministro britânico assinam a *Carta do Atlântico*.

Novembro – Sob a presidência de Félix Éboué, Governador do Chad, realiza-se a I Conferência Colonial Francesa em Brazzaville. Os representantes dos territórios franceses ali reunidos, declaram-se apoiantes do Governo francês no exílio chefiado por de Gaulle. É proposta uma nova política indígena para a África Equatorial francesa (abandono dos princípios de assimilação a trôco de um encorajamento das culturas locais).

7 Dezembro – Ataque japonês a Pearl Harbour.

11 Dezembro – A Alemanha declara guerra aos EUA.

12 Dezembro – Os EUA entram na guerra.

24 Dezembro a 14 Janeiro – Encontro entre Roosevelt e Churchill. I Conferência de Washington.

1942

1 Janeiro – 26 nações subscrevem a *Declaração das Nações Unidas* publicitada neste dia.

⁶⁶⁰ Para além dos dados compilados a partir da investigação que produziu este trabalho, recorremos a Brown e Mooney, s.d.; Fernandes, 1991; Ferro, s.d.; A. Funk, s.d.; Gerbet, 1987; Grimal, s.d.; Marcou, s.d., Morais e Violante, 1986.

12 Fevereiro – Salazar e Franco encontram-se em Sevilha.

5 Maio – Desembarque de um contingente militar britânico em Madagáscar.

26 Maio – Molotov assina em Londres um tratado de aliança com o RU.

6 Junho – Francisco José Caeiro abandona as funções de Subsecretário de Estado das Colónias.

18 a 27 Junho – Conversações entre Roosevelt e Churchill em Washington.

12 Agosto – Conversações entre Estaline e Churchill em Moscovo.

23 Outubro – O 8º Exército, comandado por Montgomery, ataca com sucesso o Africa Korps de Rommel em El Alamein.

8 Novembro – Desembarque aliado na Argélia.

19 Novembro – Contra-ofensiva do Exército Vermelho em Estalinegrado.

18 Dezembro – O Ministro das Relações Exteriores de Espanha, general Conde de Jordana, chega a Lisboa para uma visita oficial.

1943

14 a 24 Janeiro – Conversações entre Roosevelt e Churchill em Casablanca.

26 Janeiro – Rui S. Carneiro é nomeado Subsecretário de Estado das Colónias.

2 Fevereiro – O que resta do 6º Exército alemão rende-se em Estalinegrado.

12 a 25 Maio – Conversações entre Roosevelt e Churchill em Washington.

13 Maio – Capitulação alemã na Tunísia.

22 Maio – Dissolução do Comintern.

9 Julho – Desembarque aliado na Sicília.

25 Julho – Queda do governo fascista em Itália. Formação de um Governo chefiado por Bagdolio. Mussolini é preso.

14 a 24 Agosto – Churchill e Roosevelt conferenciam no Quebeque.

18 Agosto – Assinatura do Acordo Luso-Britânico que concede ao RU facilidades nos Açores a partir de 8 de Outubro. Dadas as suas repercussões internacionais, o acordo apenas será publicitado na data prevista para o desembarque das forças britânicas no arquipélago.

3 Setembro – Capitulção da Itália.

23 Setembro – Mussolini é libertado por um comando militar alemão. Forma-se no Norte de Itália um Governo republicano fascista.

8 Outubro – Cumprindo o acordo de 18 de Agosto, forças do RU desembarcam nos Açores.

É anunciado o armistício entre o Governo italiano chefiado pelo general Bagdolio e os aliados. A Itália encontra-se ocupada pelas FA alemãs.

9 Outubro – Desembarque aliado em Itália.

25 Outubro – Conversações entre Estaline e Cordell Hull em Moscovo.

27 Outubro – Conversações entre Estaline e Antony Eden em Moscovo.

30 Outubro – A Declaração de Moscovo é assinada por representantes da China, EUA, RU e URSS.

22 a 26 Novembro – Conferência do Cairo reunindo Roosevelt, Churchill e Chiang Kay-shek, em que se discutiu a política do pós-guerra para o Extremo Oriente.

28 Novembro a 1 Dezembro – Conferência de Teerão.

3 a 7 Dezembro – Novo encontro no Cairo entre delegações dos governos chinês, britânico e norte-americano.

1944

30 Janeiro a 8 Fevereiro – II Conferência Colonial Francesa em Brazzaville. Encontro do general de Gaulle com governadores da África Ocidental e África Equatorial Francesa.

22 Abril – A representação diplomática recíproca de entre Portugal e os EUA é elevada à categoria de Embaixada.

6 Junho – Desembarque aliado na Normandia. É anunciado o fim das vendas volfrâmio português à Alemanha.

1 a 22 Julho – Conferência económica e monetária internacional em Breton Woods. 44 Estados encontram-se representados.

15 Agosto – Desembarque franco-americano no Sul de França.

21 Agosto a 15 Setembro – I Conferência de Dumbarton-Oaks sobre a segurança colectiva do pós-guerra. Primeiro projecto da *Carta* das NU.

6 Setembro – Importante remodelação do Governo. O novo Ministro e o novo Subsecretário de Estado das Colónias são, respectivamente, Marcelo Caetano e Rui S. Carneiro.

12 a 16 Setembro – II Conferência do Quebeque.

29 Setembro a 7 Outubro – II Conferência de Dumbarton-Oaks. Em ambas as conferências os quatro países participantes — China, EUA, URSS e RU — declaram-se favoráveis à criação da ONU.

30 Setembro – Reinício da ofensiva do Exército Vermelho para sul. Os soviéticos atravessam o Danúbio dirigindo-se a Belgrado.

3 Outubro – Desembarque britânico na Grécia.

9 a 20 Outubro – Churchill e Estaline encontram-se em Moscovo. Chegam a um acordo sobre as "esferas de influência" no leste europeu.

1 Novembro a 7 Dezembro – Conferência Económica Internacional de Rye. Participam 51 países neutros e aliados.

9 Novembro – 44 nações participam na conferência da UNRRA em Atlantic City. É assinado um acordo de reconstrução patrocinado pelas NU.

10 Novembro – Conversações entre Churchill e de Gaulle.

11 Novembro – Os governos dos EUA, RU e URSS convidam a França para integrar a Comissão consultiva europeia criada em Moscovo, em 1943, para resolver o problema alemão depois da guerra.

28 Novembro – Salazar e H. Norweb assinam o acordo especial entre Portugal e os EUA, para concessão de facilidades nos Açores.

1 a 10 Dezembro – Viagem de de Gaulle e Bidault a Moscovo para conversações com Estaline. Assinatura de um tratado de amizade entre a França e a URSS.

3 Dezembro – Início da guerra civil na Grécia.

25 Dezembro – Churchill visita Atenas.

1945

12 Janeiro – Armistício na guerra civil grega.

4 a 11 Fevereiro – Conferência de Ialta.

12 Abril – Morte do Presidente Roosevelt.

16 Abril – O Exército Vermelho entra em Berlim.

25 Abril – Abertura da Conferência de S. Francisco para a elaboração da *Carta* das NU.

28 Abril – Prisão e execução de Mussolini.

30 Abril – Suicídio de Hitler.

8 Maio – Rendição incondicional da Alemanha.

26 Junho – Assinatura do texto definitivo da *Carta* das NU em S. Francisco.

Junho – Fim do mandato francês sobre o Líbano e a Síria.

4 Julho – Independência das Filipinas.

16 Julho – Explosão atômica com sucesso em Alamogordo (EUA).

17 Julho a 2 Agosto – Conferência de Potsdam.

6 Agosto – É lançada a primeira bomba atômica sobre o Japão (Hiroshima).

7 Agosto – A URSS declara guerra ao Japão. O Exército Vermelho entra na Manchúria.

9 Agosto – Bomba atômica sobre Nagasaki.

14 Agosto – Assinatura de um tratado de aliança sino-soviético.

21 a 26 Agosto – Truman e de Gaulle encontram-se em Washington.

15 Agosto – Rendição incondicional do Japão.

5 Setembro – O comando japonês em Timor rende-se ao Governador português.

11 Setembro a 20 Outubro – Reunião em Londres do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da França, EUA, RU e URSS para a preparação dos tratados de paz.

24 Outubro – Delegações de vários países reúnem-se em Londres para ratificação da *Carta* das NU assinada em S. Francisco.

9 a 19 Novembro – Truman e Attlee conferenciam em Washington.

9 Novembro a 21 Dezembro – 18 países participam em Paris numa Conferência sobre as reparações de guerra.

18 Novembro – Realizam-se eleições para a AN. A oposição desistira à "boca das urnas". A União Nacional elege os seus 120 candidatos.

Novembro – Realização do V Congresso Pan-Africano em Manchester.

12 Dezembro – Proclamação da República Autónoma do Arzebeijão (zona Norte do Irão) sustentada pelos comunistas locais e pela URSS.

16 a 26 Dezembro – Reunião em Moscovo do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos EUA, RU e URSS.

1946

10 Janeiro – Tem início em Londres a I parte da I AG das NU.

14 Janeiro – Assinatura da Acta Final da Conferência de Paris sobre as reparações de guerra.

30 Janeiro – O CS da ONU, reunido pela primeira vez, analisa o diferendo entre o Irão e a URSS.

11 Fevereiro – São nomeados novos Subsecretários de Estado. Para os Negócios Estrangeiros entra Pinto de Mesquita.

5 Março – Discurso de Churchill em Fulton.

25 Março – A URSS anuncia a retirada das suas tropas da zona de ocupação do Irão.

25 Abril a 16 Maio – Reunião em Paris do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros.

Maio – Discurso do Ministro das Colónias na Sociedade de Geografia. Inaugura as comemorações do V Centenário da descoberta da Guiné Portuguesa (Congresso Comemorativo da Guiné Portuguesa).

30 Maio – É assinado o acordo com o RU e com os EUA para a retirada da Base das Lajes e Santa Maria a 3 de Junho.

15 Junho a 12 Julho – Reunião em Paris do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros. Redacção dos tratados de paz.

29 Julho – Abertura em Paris da Conferência de Paz reagrupando 21 países que estiveram em guerra com o Eixo. Nela deverão ser elaborados os tratados de paz com os países satélites da Alemanha hitleriana.

2 Agosto – Portugal apresenta a sua primeira candidatura a país membro da ONU.

16 Agosto – Uma esquadra da marinha de guerra norte-americana chega a Lisboa.

29 Agosto – O CS da ONU aprecia as candidaturas de vários Estados àquele organismo. O pedido português é recusado com os votos contrários da URSS e da Polónia.

30 Setembro – É assinado por oficiais de Exército e da Marinha de Guerra portugueses um pacto com vista à execução de um Programa Revolucionário contra o Regime.

Setembro – Reinício da guerra civil na Grécia.

1 Outubro – Veredicto do processo de Nuremberga.

15 Outubro – Fim dos trabalhos da Conferência de Paz em Paris.

27 Outubro – Entra em vigor a Constituição da IV República francesa.

4 Novembro a 12 Dezembro – Reunião em Nova Iorque do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros.

23 Novembro – Início da guerra na Indochina (bombardeamento francês de Haiphong).

14 Dezembro – Resolução nº 66 (I) sobre a transmissão de informações ao abrigo do artº. 73º. da *Carta das NU*.

1947

4 Fevereiro – Nova composição do Governo. Caeiro da Mata é nomeado novo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Substitui Salazar que havia ocupado esta pasta, interinamente, desde 6 de Novembro 1936. Teófilo Duarte é o novo Ministro das Colónias.

10 Fevereiro – São assinados em Paris os tratados de paz com a Itália, Bulgária, Roménia, Hungria e Finlândia.

28 Fevereiro – O Governo britânico pede a intervenção norte-americana na Grécia.

4 Março – Tratado de Dunquerque entre a França e o RU.

12 Março – Discurso de Truman no Congresso. Nasce a Doutrina Truman.

10 Abril – Na sequência do fracasso de Outubro do ano anterior, verifica-se uma nova tentativa frustrada de golpe de Estado organizado pela Junta Militar de Libertação Nacional.

24 Abril – Fracasso da Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quatro sobre a Alemanha.

5 Junho – Discurso do Secretário de Estado George Marshall em Harvard. É lançado Plano Marshall de ajuda económica à Europa.

2 Julho – A URSS recusa o Plano Marshall. Uma semana mais tarde todos os países de Leste, inclusive os que haviam dito sim, recusam o plano.

12 Julho a 27 Setembro – Realizava-se a Conferência sobre a Cooperação Económica Europeia.

15 Agosto – Independência da Índia e do Paquistão.

18 Agosto – A candidatura portuguesa à ONU não é novamente aceite. No CS a URSS e a Polónia votam desfavoravelmente.

22 a 27 Setembro – Criação do Cominform.

5 Outubro – Publicação da Declaração dos Nove anunciando a criação do Cominform.

30 Outubro – Assinatura do GATT.

Novembro – A AG da NU propõe que o CS reconsidere o pedido de admissão Portugal. É aprovada a resolução nº 113(II) por 40 votos contra 9 e 3 abstenções.

15 Dezembro – Independência do Ceilão.

17 a 19 Dezembro – Conferência luso-britânica para assuntos coloniais.

1948

1 Janeiro – Entrada em vigor da União Aduaneira, BENELUX, entre a Bélgica, o Luxemburgo e a Holanda (acordo assinado a 5 de Setembro de 1944).

4 Janeiro – Independência da Birmânia (segundo o acordo anglo-birmanês de 17 de Outubro de 1947).

2 Fevereiro – É firmado um acordo entre Portugal e os EUA concedendo às forças militares deste país facilidades nos Açores.

17 Março – Pacto de Bruxelas. Aliança defensiva entre a Bélgica, França, Holanda, Luxemburgo e RU.

3 Abril – O Plano Marshall entra em vigor.

16 Abril – A Conferência dos Dezasseis funda a OECE para a aplicação do Plano Marshall.

7 a 10 Maio – Congresso em Haia do Movimento Europeu.

14 Maio – Proclamação do Estado de Israel.

24 Junho – Início do bloqueio soviético de Berlim.

20 Setembro – O Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Embaixador espanhol assinam em Lisboa a prorrogação por 10 anos do Pacto Peninsular.

Setembro – A URSS opõe-se a que a questão da admissão de novos países nas NU seja inscrita na agenda da AG. Em reunião do CS votaram a favor da admissão de novos países a Argentina, o Canadá, a China, a Noruega, a Síria, o RU, os EUA e a França. Contra votaram a Ucrânia e a URSS.

10 Dezembro – A AG das NU aprova a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*.

11 Dezembro – Abertura em Washington das negociações preliminares para a criação de uma aliança atlântica.

Dezembro – Conferência internacional para utilização do rio Zambézia (Portugal, Bélgica e RU).

1949

9 Janeiro – Dean Acheson substitui George Marshall no Departamento de Estado.

21 Janeiro – Criação do COMECON.

2 Fevereiro – Estaline convida Truman para um encontro a ter lugar na URSS, na Checoslováquia ou Polónia. Dean Acheson declara que tal entrevista apenas pode ter lugar no quadro da ONU.

10 Fevereiro – O CS das NU recusa a proposta soviética de desarmamento.

5 Março – Vychinski sucede a Molotov como Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS.

18 Março – Publicação do texto do Pacto do Atlântico.

26 Março – Tratado de união aduaneira entre a Itália e a França.

4 Abril – É assinado por doze países, em Washington, o tratado que dá origem à OTAN.

19 a 25 Abril – Conferência de Westminster do Movimento Europeu.

4 Maio – Fim do bloqueio de Berlim.

5 Maio – Criação do Conselho da Europa.

8 Maio – É adoptada em Bona a Lei Fundamental da RFA.

12 Maio – Levantamento parcial do bloqueio de Berlim.

16 Maio – É votado desfavoravelmente na AG da ONU, o pedido de anulação da moção que inviabilizou a entrada de Portugal na ONU em 1946. O RU absteve-se, tendo faltado apenas quatro votos para a obtenção da necessária maioria de $\frac{2}{3}$.

24 Agosto – O Pacto do Atlântico entra em vigor.

13 Setembro – Em votação do CS a URSS veta a entrada de novos Estados na ONU.

20 Setembro – O Senado norte-americano vota um crédito de 1 bilião de dólares em benefício dos países membros da Aliança Atlântica.

23 Setembro – Truman anuncia que a URSS fez explodir um engenho nuclear a 14 de Julho.

1 Outubro – Proclamação da RPC.

7 Outubro – Criação da RDA.

15 Outubro – Tratado de pré-união económica do Benelux.

22 Outubro – Franco chega a Lisboa para uma visita oficial a Portugal.

2 de Dezembro – Aprovação da resolução nº 334 (IV). Sobre a competência da AG das NU para apreciar os princípios que guiam os Estados membros na enumeração dos territórios pelos quais são obrigados a transmitir informações ao abrigo da alínea e) do artº. 73º. (no caso apenas os territórios enumerados na resolução nº 66).

27 Dezembro – Independência da Indonésia.

1950

Janeiro – A URSS abstém-se de participar nas reuniões do CS das NU, evocando o facto de a RPC não haver ainda sido convidada para membro da organização. De qualquer forma, fá-lo também com a intenção de paralisar aquele órgão, onde normalmente vota isolada.

27 Fevereiro – O Embaixador da União Indiana em Portugal apresenta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros um documento reivindicando a soberania indiana sobre os territórios portugueses na Índia.

8 Março – Dean Acheson pede que o Congresso vote uma ajuda de 100 milhões de dólares para os países anticomunistas do Sudeste Asiático.

29 Março – O Primeiro-Ministro da Rodésia do Sul visita Lisboa.

9 Maio – Plano Schuman de *pool* para o carvão e o aço.

2 Junho – Recusa britânica em participar no plano Schuman.

20 Junho – Abertura da Conferência sobre o plano Schuman.

25 Junho – Início da guerra da Coreia.

1 Agosto – A URSS volta a ocupar o seu lugar no CS da ONU.

2 Agosto – Remodelação governamental. Os novos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Colónias são, respectivamente, Paulo Cunha e Sarmento Rodrigues. Rui S. Carneiro é exonerado das funções de Subsecretário de Estado das Colónias.

15 a 18 Setembro – Reunião do Conselho do Atlântico em Nova Iorque. A propósito da guerra da Coreia e da tensão na Europa, os EUA propõem o rearmamento alemão.

19 Setembro – Criação da União Europeia de Pagamentos.

26 Setembro – Franco e Salazar encontram-se em Pazo de Meirás (Galiza-Espanha) seguindo no dia seguinte para o Porto.

16 Outubro – As primeiras forças da RPC chegam à Coreia.

24 Outubro – Plano Plevén para a criação de um Exército Europeu.

3 Novembro – Aprovação da resolução nº 337 (V) — "União para a defesa da paz." Aproveitando o abandono temporário da ONU por parte da URSS, uma iniciativa norte-americana, concebida pelo Secretário de Estado Dean Acheson, procura pôr fim ao bloqueio do funcionamento do CS, provocado pelos constantes vetos soviéticos.

12 Dezembro – Aprovação da resolução nº 448 (V) relativo aos territórios não-autónomos.

1951

5 Janeiro – É assinado o acordo de auxílio mútuo para a defesa entre Portugal e os EUA.

15 Fevereiro – Abertura da Conferência sobre a criação de um Exército Europeu.

5 Março – Trigo de Moraes é nomeado Subsecretário de Estado das Colónias. Esta Subsecretaria passa a designar-se do Ultramar a partir de 15 Junho.

18 Abril – Morre Carmona. O resto do ano conhecerá uma viva actividade política em torno de uma eventual restauração monárquica.

Assinatura do tratado que cria a CECA.

11 Junho – Revisão da Constituição portuguesa (e do Acto Colonial que nela se integrava) pela Lei nº 2 048.

22 Julho – Eleição presidencial. O general Craveiro Lopes é eleito.

6 Agosto – A URSS propõe aos EUA um pacto de paz. O Presidente Truman recusa, afirmando que o mundo já não confia nos tratados assinados pelo Governo soviético.

1 Setembro – Os EUA assinam um pacto de segurança com a Austrália e a Nova Zelândia — Pacto do Pacífico.

6 Setembro – O Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Embaixador dos EUA assinam um novo acordo que concede facilidades ao Governo norte-americano nos Açores.

11 Setembro – Chega a Lisboa, em visita oficial, o Vice-Presidente do Brasil.

15 Setembro – A Grécia e a Turquia tornam-se membros da OTAN.

31 Outubro – Truman assina um plano de ajuda militar e económica norte-americana ao estrangeiro. Cria-se um novo organismo que substituirá o plano Marshall.

24 Dezembro – Independência da Líbia.

1952

20 Fevereiro – Decorre em Lisboa o Conselho do Pacto do Atlântico.

14 e 15 Abril – Salazar e Franco encontram-se em Ciudad Rodrigo.

Julho – Mohammed Neguib chefia um movimento militar que derruba o rei Farouk do Egipto.

15 Setembro – A Eritreia federa-se com a Etiópia.

Outubro – Início da insurreição dos Mau-Mau no Quênia.

4 Novembro – O general Eisenhower é eleito Presidente dos EUA.

20 Novembro – John Foster Dulles é nomeado Secretário de Estado da futura Administração Eisenhower.

21 Novembro – É firmado um acordo em Lisboa que estende ao RU as facilidades de trânsito concedidas às forças militares norte-americanas.

25 Dezembro – Estaline, em entrevista ao *New York Times*, declara-se pronto para um encontro com o Presidente eleito dos EUA.

1953

14 Janeiro – O Governo indiano reivindica a integração de Goa no território do seu país.

2 Fevereiro – Eisenhower, na sua mensagem ao Congresso sobre o estado da União, adopta uma atitude intransigente em relação à URSS.

Fevereiro – Tratado anglo-egípcio para a independência do Sudão.

5 Março – Morte de Estaline.

10 Abril – O sueco Dag Hammarskjöld é eleito SG das NU.

16 Abril – Eisenhower lança à URSS um apelo a favor da paz.

25 Abril – O *Pravda* publica o discurso de Eisenhower de 16 de Abril.

26 Abril – Após uma interrupção de seis meses, são retomadas as conversações para um armistício na Coreia.

11 Maio – Churchill propõe um encontro dos "Quatro Grandes" (França, EUA, RU e URSS).

21 Maio – O Governo de Nova Deli notifica o seu homólogo português da sua decisão de encerrar a sua Legação em Lisboa, dada a recusa do Governo português em negociar as suas propostas sobre Goa e os outros territórios portugueses naquele subcontinente.

26 Junho – Lei nº 2 066. Lei Orgânica do Ultramar Português.

Junho – A república é proclamada no Egipto.

15 Julho – Os Ministros dos Negócios Estrangeiros britânico, francês e norte-americano propõem à URSS uma conferência a Quatro sobre o problema alemão e o Tratado de Paz austríaco.

27 Julho – Armistício de Pan Mun Jon (termina a guerra da Coreia).

8 Setembro – A URSS reconhece a República Austríaca.

12 Setembro – Khrushchov é nomeado 1º Secretário do PCUS.

O Primeiro-Ministro da Irlanda chega a Portugal para uma visita particular.

26 Setembro – A URSS aceita a realização de uma Conferência a Quatro sobre a Áustria e a Alemanha.

11 Outubro – O Ministro do Exército espanhol chega a Lisboa para uma visita oficial.

16 Novembro – É assinado no Rio de Janeiro o Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil.

27 Novembro – As NU aprovam a resolução nº 742 (VIII). Define os critérios que deverão guiar os Estados na determinação do momento em que cessa a sua obrigação de enviar informações ao SG ao abrigo da alínea e) do artº. 73º..

31 Dezembro – A União Indiana institui o bloqueio de Goa. O Governo português protesta.

1954

23 Janeiro – Abertura em Berlim da Conferência dos Quatro Ministros dos Negócios Estrangeiros.

25 Março – A URSS cede a sua soberania à RDA.

29 Março – Foster Dulles defende o recurso a "acções concertadas" para enfrentar o comunismo na Ásia.

31 Março – A URSS propõe aos "ocidentais" a celebração de um pacto europeu de segurança colectiva.

26 Abril – Abertura da Conferência de Genebra sobre a Coreia.

7 Maio – Queda de Dien Bien Phu. Os "ocidentais" rejeitam a proposta soviética de um pacto europeu de segurança colectiva.

20 Maio – D. Lei nº 39 666. Promulga o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique.

18 Junho – Governo de Mendès-France entra em funções em Paris.

21 Julho – Acordos de Genebra (fim da participação francesa na guerra da Indochina). Independência dos dois estados vietnamitas, do Laos e do Camboja.

22 Julho – A União Indiana ocupa os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli.

20 Agosto – Autonomia interna da Tunísia.

8 Setembro – Assinatura em Manila de um Tratado de Defesa Colectiva para o Sudeste Asiático — OTASE/SEATO. Assinam este tratado de defesa a Austrália, Nova Zelândia, Paquistão, Tailândia, RU, França e EUA.

28 Setembro a 3 Outubro – Conferência de Londres. É decidida a cedência de soberania à RFA, modificar e estender à RFA e Itália o Pacto de Bruxelas e recomendar a adesão da RFA à OTAN.

8 Outubro – O marechal Papagos, Chefe do Governo grego, visita Lisboa.

23 Outubro – Assinatura em Paris, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros, das decisões tomadas em Londres. Criação da UEO.

1 Novembro – Início da insurreição argelina.

17 Novembro – Gamal Abdel Gamal Nasser sucede a Neguibe na chefia do Estado egípcio.

13 Novembro – A URSS propõe aos 23 países europeus e aos EUA a realização de uma Conferência sobre a segurança europeia.

18 Novembro – São assinados três acordos luso-britânicos que redelimitam trechos das fronteiras entre Moçambique e a Niassalândia e entre Angola e a Rodésia do Norte.

29 Novembro – Início em Moscovo da Conferência sobre segurança europeia. Os países ocidentais não participam.

21 Dezembro – Acordo de associação entre o RU e a CECA.

Dezembro – É fundada uma organização nacionalista na Guiné – Movimento para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

1955

24 Fevereiro – Assinatura do Pacto de Bagdad entre a Turquia e o Iraque. Em Setembro e Outubro estender-se-á, respectivamente, ao Paquistão e Irão.

5 Abril – Eden substitui Churchill na chefia do Governo britânico.

16 Abril – Declaração de política externa soviética.

18 a 24 Abril – Conferência de Bandung (Indonésia).

22 Abril – Café Filho, Presidente do Brasil, inicia uma visita oficial a Portugal.

14 Maio – Assinatura do Pacto de Varsóvia.

15 Maio – Assinatura do tratado para a retirada das tropas de ocupação da Áustria. A Áustria recupera a sua soberania.

26 Maio a 2 Junho – Viagem de Khrushchov a Belgrado. Reconciliação entre a URSS e a Jugoslávia.

7 Julho – Remodelação governamental. Raul Ventura é o novo Ministro do Ultramar. A Subsecretaria de Estado do Ultramar é ocupada por Carlos Krus Abecassis.

18 a 23 Julho – Cimeira de Genebra.

8 Agosto – A Legação e os Consulados portugueses em Nova Deli são encerrados por determinação do Governo indiano.

9 Setembro – Adenauer visita Moscovo. Estabelecimento de relações diplomáticas entre a URSS e a RFA.

Setembro – A ONU agenda a questão argelina.

27 Outubro a 16 Novembro – Insucesso da Conferência de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quatro em Genebra.

7 Novembro – A Rainha Juliana da Holanda e o Príncipe Bernardo, seu marido, iniciam uma visita oficial a Portugal.

Novembro – Em Lisboa decorrem negociações sobre a defesa da África Austral, com a participação de Paulo Cunha, Santos Costa, Lord Malvern, o Primeiro-Ministro das Rodésias e Niassilândia e o Ministro da Defesa da África do Sul.

14 Dezembro – Portugal, juntamente com outros quinze países, é admitido nas NU.

22 Dezembro – Portugal entrega no Tribunal Internacional de Justiça em Haia, uma petição reclamando o seu direito de acesso aos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli tomados pela União Indiana.

Dezembro – Forma-se em Portugal a Resistência Republicana.

1956

1 Janeiro – Independência do Sudão.

14 a 25 Fevereiro – XX Congresso do PCUS. Khrushchov, em relatório secreto, denuncia os crimes de Estaline (16 Fevereiro).

Fevereiro – Publicação do *Plan de trente ans pour l'émancipation politique de l'Afrique belge*.

2 Março – Independência do Marrocos francês.

20 Março – Independência da Tunísia.

7 Abril – Assinatura da Declaração de independência do Protectorado espanhol em Marrocos (excepto sobre Ceuta e Mellila).

23 Junho – Em França é publicada a Lei-Quadro Defferre para uma semi-autonomia da África negra.

17 a 21 Julho – Encontro em Brioni entre Tito e Nasser.

19 Julho – Foster Dulles previne o Embaixador egípcio em Washington de que os EUA não financiarão a construção da barragem de Assuão.

Formação na OECE de um grupo de trabalho para a criação de uma zona de livre-câmbio.

26 Julho – O Canal do Suez é nacionalizado.

Julho – O SG da ONU envia ao Governo português uma nota inquirindo-o sobre se este administra algum território nos termos e para efeitos do Artº. 73º. da *Carta* das NU. O Governo de Lisboa responde negativamente.

19 Setembro – É criado o PAIGC.

23 Outubro – Início da agitação política na Hungria.

29 Outubro – Israel ataca o Egipto. Ultimato franco-britânico aos beligerantes.

4 a 8 Novembro – Intervenção militar soviética na Hungria.

5 Novembro – Intervenção militar franco-britânica no Egipto.

6 a 7 Novembro – Capitulação franco-anglo-israelita face à condenação da ONU, dos EUA e da URSS.

12 Novembro – Abertura da XI AG das NU. A primeira em que Portugal participa. Paulo Cunha chefia a delegação portuguesa. Recusando-se a falar aos jornalistas que se encontravam no aeroporto de Nova Iorque (a 10 de Novembro), justificou-se afirmando:

"O momento é de acção e não de palavras." A 12 de Novembro proferiu um pequeno discurso na qualidade de chefe da delegação de um novo país membro.

16 Novembro – Paulo Cunha discursa perante a AG das NU.

Tratado franco-indiano e transferência para a soberania da União Indiana dos enclaves franceses no sub-continente indostânico.

10 Dezembro – É criado o Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA.

26 Dezembro – Marcello Caetano ocupa até 11 de Fevereiro de 1957, interinamente, o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

1957

5 Janeiro – Anúncio da Doutrina Eisenhower.

Janeiro – A Quarta Comissão da AG da ONU analisa a questão dos territórios não-autónomos. A posição de Portugal a propósito do artº. 73º. da *Carta* das NU é atacada pelo conjunto de países afro-asiáticos e da Europa de Leste.

13 Fevereiro – Na abertura, no seio da OECE, de negociações para a criação de uma zona de livres trocas.

16 Fevereiro – A Rainha Isabel II chega a Portugal para uma visita de carácter privado e oficial.

Fevereiro – A moção que impugna a resposta de Lisboa sobre territórios não-autónomos não obtém a maioria de $\frac{2}{3}$ para ser aprovada pela AG da ONU.

6 Março – Independência da Costa do Ouro (Ghana).

25 Março – Assinatura dos tratados de Roma (CEE e Euratom).

29 Maio – Marcelo Caetano assume interinamente, até 27 de Junho, a responsabilidade do MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS.

1 a 3 Julho – Realizam-se em Paris as primeiras Conversas Quadripartidas sobre problemas africanos. Participaram delegações da Bélgica, França, Portugal e RU.

8 e 9 Julho – Salazar e Franco encontram-se em Ciudad Rodrigo.

30 Julho – O Ministro dos Negócios Estrangeiros reafirma a "soberania portuguesa sobre Goa", e a oferta de "negociações amigáveis" que o Governo indiano não aceita. Portugal intensifica relações com o Paquistão.

31 Agosto – Independência da Federação Malaia.

Agosto – O Governador-Geral da África do Sul visita oficialmente Lisboa.

Realiza-se no Estoril o V Congresso do PCP (III ilegal).

18 Setembro – O Ministro da Defesa da Holanda chega a Lisboa em uma visita oficial.

11 Novembro – Chega a Lisboa, em visita oficial, o Presidente do Paquistão, general Iskander Mirza.

15 Novembro – É assinado em Lisboa um Acordo Suplementar de Defesa, sobre a utilização dos Açores, para acções de defesa comum dos países signatários do Pacto do Atlântico.

Dezembro – Prosseguem os debates na ONU sobre a posição portuguesa quanto ao artº. 73º. da *Carta* das NU. A proposta afro-asiática e soviética, condenando o Governo português, não atinge os 2/3 de votos necessários para ser aprovada.

26 Dezembro – Realiza-se no Cairo a I Conferência de solidariedade afro-asiática.

1958

1 Janeiro – Entrada em vigor dos tratados assinados em Roma a 25 de Março de 1957.

3 Fevereiro – Tratado de União Económica do Benelux.

6 Fevereiro – Formação da RAU (Egipto e Síria). Será dissolvida em Setembro de 1961.

14 Fevereiro – O Iraque e a Jordânia constituem a União Árabe.

Março – O Procurador-Geral indiano desloca-se a Lisboa e propõe a retirada da petição ao Tribunal de Haia em troca do abrandamento das reivindicações indianas sobre o Estado Português da Índia. Salazar recusa.

15 a 22 Abril – I Conferência dos Estados Africanos Independentes (em Accra, Ghana). Reúnem-se representantes de oito países africanos — Egipto (RAU), Etiópia, Ghana, Libéria, Líbia, Marrocos, Sudão e Tunísia.

3 Maio – Início do "Grande Salto em Frente" na RPC.

13 Maio – Insurreição em Argel.

14 Maio – Governo de Pflimlin em França.

1 Junho – Queda da IV República francesa. O general de Gaulle chefia o novo Governo francês.

14 Julho – Intervenção britânica na Jordânia e dos EUA no Líbano.

14 Agosto – Remodelação governamental. O novo Ministro dos Negócios Estrangeiros é Marcello Mathias e Lopes Alves o novo Ministro do Ultramar.

Setembro – O Ministro do Exército de Espanha visita oficialmente Portugal.

Um referendo realizado em França aprova uma nova Constituição da República. Em matéria ultramarina, ao consagrar a criação da Comunidade Francesa, inclui igualmente a possibilidade de os territórios que a constituem poderem vir a tornar-se independentes, se for esse o desejo manifestado democraticamente pelas populações.

2 Outubro – Independência da Guiné-Conakry.

Outubro – O SG da OTAN chega a Lisboa para uma visita oficial.

15 Novembro – O Governo francês declara-se hostil à criação de uma zona de livre troca.

29 Novembro – Salazar recebe o Primeiro-Ministro da Federação das Rodésias e da Niassalândia.

3 Dezembro – Propostas dos Seis aos outros países membros da OECE.

8 a 12 Dezembro – II Conferência de Accra (ou I Conferência da Organização dos Povos Africanos). Reúnem-se duzentos representantes de quase todos os países africanos (independentes ou não). Foi constituída a Organização d(e Todos) os Povos Africanos (All-African People's Organisation/AAPO).

15 Dezembro – Enfrentamento franco-britânico na OECE.

18 Dezembro – Fracasso de uma conspiração urdida por Humberto Delgado para derrubar o Governo.

21 Dezembro – De Gaulle é eleito Presidente da República.

27 Dezembro – Regresso à convertibilidade das principais moedas de países da Europa ocidental.

Dezembro – Na XIII AG da ONU, a posição de Portugal sobre a interpretação do artº. 73º. da Carta das NU é novamente atacada. A regra dos 2/3 impede que o projecto afro-asiático seja aprovado.

1959

1 Janeiro – Fidel Castro entra em Havana comandando as forças revolucionárias cubanas. Primeiras medidas de desarmamento alfandegário no seio da CEE.

Janeiro – De Gaulle é o primeiro Presidente da V República francesa. As eleições para a AN francesa e, consequentemente, para a Presidência da República realizaram-se em Dezembro.

9 Março – O D. Lei nº 41 026 cria uma zona de trocas livres entre as cinco Províncias Ultramarinas portuguesas.

Abril – Uma cimeira de Estados africanos reunida em Konakry discute os princípios da unidade e neutralidade africana.

Maio – O Presidente da Indonésia, Sukarno, desloca-se a Lisboa.

Criação do *Conseil de l'Entente* (Daomé, Costa do Marfim, Níger e Alto de Volta. Em Junho de 1966 o Togo foi admitido nesta organização).

26 Julho – O Imperador da Etiópia. Hailé Selassié I, chega a Lisboa em visita oficial.

Julho – Portugal apresenta a sua candidatura ao FMI e ao BIRD.

O Primeiro-Ministro de Marrocos, Abdalah Ibrahim, visita Portugal.

15 Setembro – Khrushchov visita os EUA.

16 Setembro – De Gaulle anuncia que apenas a autodeterminação será uma solução digna para os problemas franceses no Norte de África.

12 Dezembro – A XIV AG da ONU aprova a resolução nº 1467 que cria o "Comité dos Seis". É também aprovada a resolução nº 1468 aconselhando aos países membros a transmissão de informações ao abrigo do 73º, bem como a indicação dos prazos em que será proclamado governo próprio para tais territórios. As NU reconhecem a incorporação do Alaska e do Hawaii nos EUA.

30 Dezembro – É assinada em Lisboa a adesão de Portugal ao Tratado que institui a Associação Europeia de Comércio Livre – EFTA.

Dezembro – É criada a União Nacional Africana de Moçambique – MANU.

É criada a Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde – FLGC.

1960

1 Janeiro – Independência dos Camarões.

4 Janeiro – É assinada em Estocolmo a Convenção que institui a EFTA. Esta organização é constituída pela Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, RU e Suíça.

14 Janeiro – Álvaro Tavares é exonerado do cargo de Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

29 Janeiro – O SG da ONU, Dag Hammarskjold, visita Portugal.

Janeiro – O Ministro da Defesa da RFA desloca-se a Lisboa em visita oficial.

Reúne-se em Tunes a II Conferência Pan-Africana.

3 Março – Adriano Moreira é nomeado Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Março – O Presidente do Perú, Manuel Prado, desloca-se a Lisboa.

12 Abril – O Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, profere a sua sentença sobre o litígio que opõe Portugal e a União Indiana, a propósito dos territórios portugueses de Dadrá e Nagar Aveli no subcontinente indiano.

27 Abril – Independência do Togo.

Abril – A II Conferência afro-asiática realiza-se em Konacry.

5 Maio – Sukarno, Presidente da Indonésia, inicia uma visita oficial a Portugal. Pelo facto, o Governo holandês protesta junto das autoridades portuguesas.

19 Maio – Eisenhower, Presidente dos EUA, visita Portugal oficialmente.

Maio – Para ocupar a vaga que cabe a um país europeu ocidental, é anunciada, em Nova Iorque, a candidatura de Portugal ao CS da ONU.

13 Junho – Declaração do MPLA ao Governo português propondo negociações para a solução do "problema colonial."

17 Junho – Chega a Lisboa em visita particular o Rei Mahendra do Nepal.

20 e 21 Junho – Salazar e Franco encontram-se em Mérida.

26 Junho – Independência do Madagáscar (República Malgache).

30 Junho – Independência do Congo (Leopoldville).

Junho – Um Acto Constitucional Francês introduz a possibilidade da conclusão de acordos segundo os quais, um Estado membro da Comunidade Francesa pode tornar-se independente, sem que com isso a deva abandonar. RCA, Chade, Congo (Brazzaville), Gabão, Madagáscar e Senegal tornaram-se independentes no seio da Comunidade Francesa (agora apelidada Comunidade "renovada").

Realiza-se em Adis-Abeba a II Conferência da Organização dos Povos Africanos.

1 Julho – Independência da Somália.

11 Julho – É proclamada a independência do Katanga.

12 Julho – Independência do Chade, da RCA, do Congo francês (ou Brazzaville) e do Gabão (nestes quatro países a proclamação de independência tem lugar, respectivamente a 11, 14, 15 e 17 de Agosto).

1 Agosto – Independência do Daomé (Benin) e do Níger.

5 Agosto – Independência do Alto-de-Volta.

6 Agosto – Início da visita oficial a Portugal do Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

7 Agosto – Independência da Costa do Marfim.

10 Agosto – Chega a Portugal, em visita oficial, o Rei Bhumibol da Tailândia.

Agosto – Realiza-se em Leopoldville uma sessão extraordinária da II Conferência da Organização dos Povos Africanos.

11 Setembro – Independência do Senegal.

5 Setembro – Conferência de de Gaulle sobre a Europa dos Estados.

23 Setembro – Independência do Mali.

Setembro – O PAIGC envia uma declaração ao Governo português reclamando autodeterminação por meios pacíficos para a Guiné e Cabo Verde.

2 Outubro – É criada em Salisbúria a União Democrática Nacional de Moçambique – UDENAMO.

12 Outubro – O grupo europeu decide apoiar a candidatura de Portugal ao CS das NU.

Outubro – O Ministro da Defesa francês, Pierre Messmer, desloca-se a Lisboa.

O Ministro da Economia da África do sul, Diederichs, visita Portugal.

7 Novembro – Kennedy é eleito Presidente dos EUA.

12 Novembro – Reagindo às acusações proferidas contra Portugal na ONU, manifestam-se e desfilam, em Lisboa, representantes dos municípios portugueses. Em S. Bento estão presentes Américo Thomaz (que discursa) e Salazar.

28 Novembro – Independência da Mauritânia.

30 Novembro – Oliveira Salazar discursa em sessão da AN ("Portugal e a campanha anticolonialista").

Novembro – A Comissão Política do PCP divulga um documento em que "alerta o povo português para os "perigos de uma guerra colonial".

2 Dezembro – Portugal retira a sua candidatura a membro não-permanente do CS das NU.

15 Dezembro – A XV AG da ONU aprova a resolução nº 1514 (XV), relativa à concessão de independência aos países e povos coloniais.

São ainda aprovadas as duas seguintes resoluções: Resolução nº 1541 (XV), que incorpora o relatório do "Comité dos Seis" sobre o estatuto dos territórios não-autónomos. Resolução nº 1542 (XV), relativa aos territórios não-autónomos portugueses.

27 Dezembro – Após sucessivas votações no plenário da AG da ONU, que se revelaram infrutíferas, dado que são necessários os votos de $\frac{2}{3}$ dos delegados, o Governo português retira a sua candidatura ao CS da organização. A Libéria e a Irlanda assumirão o mandato inicialmente a atribuir a Portugal.

Dezembro – Início da revolta da Baixa do Cassange, distrito de Malange, Angola. Produtores forçados de algodão recusavam-se a executar a colheita. Atacaram e pilharam estabelecimentos comerciais propriedade de brancos, bem como uma Missão Católica. A repressão obrigará vários elementos da população negra refugiar-se no Congo. Estes incidentes prolongam-se ainda pelos meses de Janeiro e Fevereiro de 1961.

Realiza-se a Conferência de Brazzaville. Reúnem-se representantes do Congo Brazzaville, Alto de Volta, Camarões, Chade, RCA, Costa do Marfim, Daomé, Gabão, Madagáscar (República Malgache), Mauritânia, Niger e Senegal.

1961

4 Janeiro – Jânio Quadros, Presidente eleito do Brasil mas ainda não investido nas suas funções, vem a Lisboa e encontra-se com membros da oposição, recusando qualquer contacto com as autoridades portuguesas.

21 Janeiro – Início da "Operação Dulcineia". O paquete Santa Maria é assaltado.

23 Janeiro – O Governo português solicita aos governos britânico e norte-americano que disponham das suas forças militares para o apresamento do Santa Maria.

Janeiro – Registam-se incidentes com estudantes na Casa do Império.

Realiza-se a Conferência de Casablanca. Estão presentes os chefes de Estado de Marrocos, Ghana, Guiné-Konacry e Mali. Assistem ainda representantes da Líbia e do Governo provisório argelino). Tunísia, Nigéria, Libéria e Togo declinam o convite para assistirem à conferência. Nasce o Grupo de Casablanca.

1 Fevereiro – O Santa Maria entra em águas territoriais brasileiras.

2 Fevereiro – O Santa Maria entra no porto brasileiro da cidade do Recife.

4 Fevereiro – Em Luanda, elementos do MPLA tentam assaltar a Casa de Reclusão Militar, o Quartel da Companhia Móvel da PSP e a Emissora Oficial.

O Santa Maria é entregue às autoridades portuguesas.

Em Luanda, nacionalistas angolanos tentam tomar de assalto a Casa de Reclusão Militar, o quartel da Companhia Móvel da PSP e as instalações da emissora oficial. Registam-se várias vítimas (nomeadamente sete mortos entre as forças policiais).

5 Fevereiro – Incidentes em Luanda durante os funerais das vítimas dos assaltos da véspera.

23 Fevereiro – A Libéria solicita uma reunião do CS da ONU para debater os acontecimentos de Angola.

27 Fevereiro – É anunciada a pacificação da Baixa do Cassange.

Fevereiro – Início da luta armada contra a presença portuguesa em Angola.

No Brasil, Humberto Delgado apoia a convocação do CS da ONU sobre a questão de Angola e defende a autodeterminação dos territórios africanos e a integração de Goa na União Indiana.

11 Março – Depois de aceite uma moção apresentada pela Libéria, na sua sessão nº 944, o CS da ONU aprecia os acontecimentos de Luanda e a situação em Angola.

14 Março – O Ministro das Relações Exteriores de Espanha, Fernando Castiella, chega a Lisboa para uma visita oficial.

15 Março – A moção da Libéria é rejeitada no CS da ONU. Votos a favor: URSS, EUA, Libéria, Ceilão e RAU. Abstêm-se: França, RU, Chile, China, Equador e Turquia.

A partir do Congo e da região dos Dembos, membros da UPA (tidos como pertencentes à tribo dos Bakongos) dão início a uma insurreição que alastra pelos distritos de Luanda, Cuanza-Norte, Uíge e Zaire. Negros e brancos são chacinados. Há uma sistemática destruição de bens.

22 Março – Na sequência de uma manifestação de protesto contra a atitude dos EUA nos debates do CS da ONU, ocorrem incidentes em Luanda junto do Consulado norte-americano.

23 Março – Nova manifestação antiamericana em Luanda.

No início de uma discussão sobre a situação em Angola e da iniciativa do bloco afro-asiático, Portugal abandona o plenário da AG das NU.

24 Março – O Ministro do Ultramar, Lopes Alves, chega a Luanda com competência legislativa. A sua estadia prolonga-se até ao dia 3 de Abril.

6 Abril – Chegam a Lisboa os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Brasil (Afonso Arinos) e da França (Couve de Murville).

12 Abril – Primeiro voo espacial de Gagarine.

13 Abril – Discurso de Salazar onde profere a célebre frase: "Para Angola, rapidamente e em Força." Abortam os planos golpistas comandados pelo general Júlio Botelho Moniz, em curso desde Março.

Remodelação governamental. Adriano Moreira é empossado como Ministro do Ultramar.

17 Abril – Desastre da Baía dos Porcos.

20 Abril – É aprovada a resolução nº 1603 (XV) que cria o "Subcomité dos Cinco", composto pela Bolívia, Daomé, Malásia, Finlândia e Sudão.

27 Abril – Independência da Serra Leoa.

4 Maio – Remodelação governamental. Franco Nogueira é empossado como Ministro dos Negócios Estrangeiros.

28 Maio – Lorde Home, Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, inicia uma viagem de quatro dias a Lisboa.

Maio – Reúnem-se em Monróvia Chefes de Estado e representantes de dezanove países africanos.

3 Junho – Khrushchov e Kennedy encontram-se em Viena.

5 a 12 Junho – Realiza-se no Cairo uma conferência preparatória do movimento dos não-alinhados. Participam 19 delegações de países afro-asiáticos a que se juntam as delegações da Jugoslávia e de Cuba.

6 a 9 Junho – Reunião do CS da ONU para apreciar a política ultramarina portuguesa. Uma resolução (S/4835) condenando a situação em Angola é aprovada a 9 de Junho com os votos favoráveis dos EUA, URSS, Turquia, Libéria, Ceilão, China, RAU, Equador e Chile. A França e o RU abstêm-se.

Junho – Dirk Stikker, o novo SG da OTAN, realiza uma visita oficial a Portugal.

8 Julho – Referendo em França sobre o destino político da Argélia. A autodeterminação é aprovada por larga maioria.

25 Julho – O Senegal notifica o Encarregado de Negócios português em Dakar, informando que a partir daquela data cessam as relações diplomáticas entre Portugal e aquele país.

1 de Agosto – Cessa a soberania portuguesa sobre forte de S. João Baptista de Ajudá, no Daomé.

13 a 19 Agosto – Construção do Muro de Berlim.

Agosto – A União Indiana coloca sob a sua soberania os territórios de Dadrá e Nagar-Aveli.

1 a 6 Setembro – Realiza-se em Belgrado a I cimeira dos não-alinhados.

6 Setembro – O D. Lei nº 43 893 revoga o D. Lei nº 39 666 de 20 de Maio de 1954 que promulgara o Estatuto dos Indígenas.

17 Setembro – Na sequência de um acidente aéreo no Congo Leopoldville, é oficialmente anunciada a morte de Dag Hammarskjöld.

17 a 31 Outubro – XXII Congresso do PCUS. Estaline é retirado do mausoléu que repartia com Lénine.

Setembro – É criada a *Union Africaine et Malgache de Coopération Économique*.

13 Outubro – Amílcar Cabral reclama a independência da Guiné e de Cabo Verde em carta aberta ao Governo português.

Outubro – Constitui-se na Venezuela o Movimento Democrático de Libertação de Portugal e das Colónias.

Crise dos mísseis em Cuba.

Em Belgrado constitui-se o movimento dos países não-alinhados.

8 Novembro – O D. Lei nº 44 017 cria a representação de Portugal junto da organização das NU para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O D. Lei nº 44 016 cria uma zona de comércio livre no seio do espaço económico português.

13 Novembro – A política portuguesa em África é condenada em sessão da Comissão de Tutela das NU, por 90 votos contra 3.

27 Novembro – A resolução nº 1654 (XVI) cria o "Comité dos Dezassete".

9 Dezembro – Independência do Tanganica (passaria mais tarde, com a integração de Zanzibar, a designar-se por Tanzânia).

18 Dezembro – Às zero horas, tropas da União Indiana invadem o Estado Português da Índia.

19 Dezembro – A resolução nº 1699 (XVI) cria o "Comité do Sete."

Dezembro – É criada no Malawi a União Africana para Moçambique Independente.

A Administração Kennedy aumenta para 15 000 o número de conselheiros no Vietname.

O birmanês U Thant é eleito SG das NU.

1962

1 Janeiro – Golpe frustrado em Beja.

Independência de Samoa Ocidental.

30 Janeiro – É aprovada a resolução nº 1742 (XVI) que alerta o CS para a situação vivida nos territórios não-autónomos portugueses.

Janeiro – Reúnem-se em Lagos Chefes de Estado e representantes de dezanove países africanos (a Tunísia, ao contrário do que acontecera em Monróvia, não se encontra representada. O Congo ex. belga participa pela primeira vez).

Março – É fundada a Frente Nacional de Libertação de Angola — a partir da UPA e do PDA.

5 Abril – Forma-se em Kinshasa o GRAE, órgão da FNLA.

6 Abril – É assinado em Genebra o Protocolo de adesão de Portugal ao GATT, celebrado em Genebra a 3 de Outubro de 1947 e em vigor desde 1 de Janeiro de 1948.

27 Abril – Dec. Lei nº 44 309. Aprova o Código do Trabalho Rural a vigorar nas província de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor. Revoga o Código do Trabalho Indígena aprovado pelo Decreto nº 16 119 de 6 de Dezembro de 1928, assim como todos os regulamentos provinciais do mesmo código, além de todos os regulamentos, portarias e demais diplomas publicados em cada uma

das mencionadas províncias, produzidas como regulamentação complementar daquele código e as instruções e toda a legislação em contrário.

4 Maio – Os EUA anunciam a doutrina de "Resposta Flexível".

18 Maio – O Governo português solicita ao Conselho de Ministros da CEE a abertura de negociações com aquele Organismo.

25 Junho – É criada a Frente de Libertação de Moçambique. Eduardo Mondlane é eleito seu presidente.

27 Junho – Chega a Lisboa Dean Rusk, Secretário de Estado norte-americano.

1 Julho – Independência do Ruanda e do Burundi.

3 Julho – Independência da Argélia.

6 Agosto – Independência da Jamaica.

31 Agosto – Independência de Trinidad e Tobago.

18 a 28 Outubro – Crise dos mísseis em Cuba.

19 Outubro – Independência do Uganda.

11 Novembro – D. Lei nº 44 703. Institui um sistema de compensação e de pagamentos interterritoriais no espaço português.

4 Dezembro – Remodelação governamental. O novo Ministro do Ultramar é Peixoto Correia.

14 Dezembro – São aprovadas as resoluções: nº 1807 (XVII) que reconduz o "Comité dos Sete"; nº 1808 (XVII) estabelecendo um programa para o desenvolvimento do Ultramar português, mas à revelia do Governo de Lisboa; e nº 1809 (XVII) que extingue o "Subcomité dos Cinco" e o "Comité dos Sete".

17 Dezembro – Resolução nº 1810 (XVII) que cria o "Comité dos Vinte e Quatro".

18 Dezembro – Resolução nº 1819 (XVII) condenando a política portuguesa em Angola e o não cumprimento das resoluções sobre os territórios não-autónomos sob administração de Lisboa.

19 Dezembro – Em resposta à solicitação de 18 de Maio, é marcada pelo Presidente do Conselho de Ministros da CEE, para 11 de Fevereiro de 1963, uma audiência com representantes do Governo português. Este encontro nunca se realizou em conse-

quência da rotura, entretanto ocorrida, nas negociações entre a CEE e o RU, tendo em vista a entrada deste país naquela organização.

31 Dezembro – O Ministro dos Negócios Estrangeiros português entrega ao Embaixador dos EUA em Lisboa, uma nota que autoriza, pelo prazo de um ano, a continuação da presença das tropas norte-americanas nos Açores. A retirada daquelas forças deverá ter lugar a 31 de Dezembro de 1963. Este expediente prolongar-se-á até 1971, data em que é assinado um acordo entre os governos dos dois países.

Dezembro – É criado o Movimento de Acção Revolucionária.

É criada em Dakar a Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné.

1963

9 Janeiro – O MPLA abre a frente de combate de Cabinda.

10 Janeiro – Juscelino Kubitschek, antigo presidente do Brasil, chega a Lisboa.

23 Janeiro – Início da luta armada contra a presença colonial portuguesa na Guiné-Bissau. Com base na Guiné-Conakry, as forças do PAIGC atacam a partir de uma frente no Sul e Leste do território.

Março – Irian (Nova Guiné Ocidental) é transferida da soberania holandesa para a Indonésia.

14 e 15 Maio – Salazar e Franco reúnem-se em Mérida. Trata-se do seu sétimo e último encontro.

21 Maio – É fundado um grupo político denominado Frente Unida Anti-Imperialista Popular Africana de Moçambique.

25 Maio – Representantes de 32 países africanos assinam em Addis-Abeba um acordo que cria a OUA. Ministros dos Negócios Estrangeiros de 30 países africanos participaram ainda neste mês numa reunião preparatória em Argel. É assinada a *Carta da OUA*. Aprova-se uma resolução sobre a descolonização.

24 Junho – Lei nº 2 119. Promulga alterações à Lei Orgânica do Ultramar Português.

1 Julho – Forma-se a Frente Democrática para a Libertação de Angola.

13 Julho – A OUA reconhece o GRAE e decide conceder-lhe auxílio.

15 Julho – Início das conversações entre o RU, os EUA e a URSS sobre a cessação de testes nucleares.

31 de Julho – É aprovada a resolução S/5380 do CS condenando o colonialismo português e sugerindo a adopção, pelo Governo de Lisboa, de uma série de medidas que ponham fim à situação político-militar vivida nos seus territórios de além-mar.

Julho – A OUA cria o Comité de Coordenação para a Libertação de África.

O PAIGC inicia as operações militares na frente Norte.

5 Agosto – Tratado de interdição de ensaios nucleares assinado pelo RU, EUA e URSS.

12 Agosto – Salazar profere a sua "Declaração sobre política ultramarina." Refere a possibilidade da Nação se pronunciar "em acto solene e público sobre o que pensa da política ultramarina" do Governo.

O Governo espanhol anuncia para depois da consulta das populações autóctones, a concessão de autonomia às suas províncias de África (Rio Muni e Fernando Pó).

13 Agosto – É publicada pelo *Le Monde* uma entrevista a Craveiro Lopes, na qual este exprime as suas divergências face à política ultramarina em curso.

27 Agosto – "Manifestação nacional de apoio à política ultramarina do Governo" no Terreiro do Paço em Lisboa.

28 a 31 Agosto – O Subsecretário de Estado norte-americano, George Ball, encontra-se em Lisboa com Franco Nogueira e Salazar.

31 Agosto – Fundação da grande Federação da Malásia (integra territórios da Península da Malásia, Norte Bornéu, Brunei, Singapura e Sarawak). Em 1965, Singapura foi expulsa da Federação, tornando-se um Estado independente.

6 e 7 Setembro – Segunda visita de George Ball a Lisboa.

10 e 11 Setembro – Godfrey Amachree, enviado do SG das NU encontra-se com Franco Nogueira e Salazar em Lisboa.

16 Setembro – O Presidente da República português chega a Angola em visita oficial.

5 Outubro – Os EUA, a URSS e o RU assinam o tratado de interdição de ensaios nucleares a "céu aberto".

14 Outubro – Sob a mediação de U Thant, têm início em Nova Iorque as conversações luso-africanas.

2 Novembro – O Governo de Kinshasa proíbe as actividades do MPLA no Congo.

22 Novembro – Kennedy é assassinado em Dallas. Johnson assume a presidência dos EUA.

3 Dezembro – A AG vota a resolução nº 1913 (XVIII) condenando Portugal.

11 Dezembro – O CS aprova a resolução S/5481, condenando a política portuguesa em relação aos territórios não-autónomos que administra.

12 Dezembro – Independência do Quénia e Zanzibar (neste último território produzir-se-á em 1964 uma revolução que levará à união com a Tanzânia, antigo Tanganica).

13 Dezembro – Henrique Galvão presta um depoimento nas NU a propósito da "questão ultramarina portuguesa".

1964

27 Janeiro – A França reconhece a RPC.

31 Março – O Presidente da República do Brasil, João Goular, é derrubado por um golpe militar no Brasil.

1 Julho – Independência do Malawi (ex. Niassilândia).

6 Julho a 19 Agosto – Visita de Américo Thomaz a Moçambique, Angola e ilha do Príncipe.

17 a 21 Julho – Cimeira da OUA no Cairo.

Setembro – Início da luta armada contra a presença colonial portuguesa em Moçambique.

Sob a égide da Comissão Económica das Nações Unidas para a África é criado o Banco de Desenvolvimento Africano (*African Development Bank/AfDB*). As operações deste banco terão início em Julho de 1966.

15 Outubro – Queda de Khrushchov. É substituído por Brezhnev e Kosygin.

23 Outubro – Independência da Zâmbia (ex Rodésia do Norte).

25 Novembro – A OUA reconhece o MPLA, sendo decidida a concessão de auxílio.

Novembro – Paulo VI concede a "Rosa de Ouro" ao Santuário de Fátima.

Dezembro – O Papa Paulo VI chega a Bombaim.

11 Dezembro – É divulgado o manifesto "Amangola" que estará na base da criação da UNITA.

1965

12 Janeiro – Humberto Delgado anuncia a formação da Frente Portuguesa de Libertação Nacional.

Fevereiro – É fundada a *Organisation Commune Africaine, Malgache et Mauricienne* (OCAM). Países membros: Alto de Volta, Camarões, Chade, Congo (Brazzaville), Costa do Marfim, Daomé, Gabão, Madagáscar, Ilhas Maurícias, Niger, RCA, Ruanda, Senegal, Togo e Zaire.

11 Março – O D. Lei nº 46 221 aprova, para a adesão de Portugal, a convenção que constitui a UNESCO, celebrada em Londres, em 16 de Novembro de 1945.

19 Março – Remodelação Governamental. O novo Ministro do Ultramar é Luz Cunha.

24 Abril – Intervenção militar norte-americana na República Dominicana.

Julho – É criado o Comité Revolucionário de Moçambique.

25 Agosto – Guerra Indo-Paquistanesa a propósito da questão de Cashemira.

11 Novembro – Independência unilateral da Rodésia.

23 Novembro – É aprovada em CS a resolução S/Res/218 reiterando a exigência para que o Governo português progrida no sentido da concessão de independência a todos os territórios ultramarinos que administra.

24 Novembro – O D. Lei nº 46 666 promulga o novo regime do condicionamento industrial no espaço económico português.

21 Dezembro – A AG aprova as resoluções nº 2107 e nº 2108 (XX), condenando a política ultramarina portuguesa e pedindo a suspensão de toda a ajuda e a adopção de várias medidas contra Portugal.

Dezembro – A OUA reconhece o PAIGC como "representante do povo da Guiné-Bissau".

1966

7 Março – A França anuncia a sua retirada da OTAN.

15 Março – Em Angola é fundada a UNITA.

9 Abril – É aprovada em CS a resolução S/Res/221 que impõe o bloqueio naval do porto da Beira, confiando à esquadra britânica a execução dessa decisão.

18 Abril – Início da "Revolução Cultural" na RPC.

7 Setembro – São assinados, em Lisboa, acordos entre os governos português e brasileiro que pretendem dar um novo impulso à *Comunidade Luso-Brasileira* e ao *Tratado de Amizade Consulta*.

23 Setembro – É assaltada a embaixada de Portugal em Kinshasa.

30 Setembro – Independência do Botswana.

4 Outubro – Independência do Lesoto.

6 Outubro – O governo do Zaire corta as suas relações diplomáticas com Portugal.

14 Outubro – O CS aprova a resolução S/Res/226, condenando Portugal por permitir a instalação em Angola de bases militares abrigando forças hostis ao Governo do Zaire.

30 Novembro – Independência de Barbados.

12 Dezembro – É aprovada pela AG a resolução nº 2184 (XXI) condenando o colonialismo português.

13 Dezembro – É aprovada pela AG a resolução nº 2189 (XXI) relativa aos refugiados dos territórios africanos sob administração portuguesa.

20 Dezembro – A AG aprova a resolução nº 2237 (XXI) relativa aos programas de educação e treino instituídos pela ONU a favor dos habitantes dos territórios ultramarinos portugueses.

1967

27 Janeiro – Assinatura do Tratado de Desmilitarização do Espaço.

22 Abril – É promulgado simultaneamente, em Lisboa e em Brasília, os diplomas legais que criam o *Dia da Comunidade Luso-Brasileira*.

13 Maio – Paulo VI visita o santuário de Fátima na Cova da Iria.

5 a 9 Junho – Guerra dos Seis Dias.

23 Junho – Johnson e Kosygin encontram-se em Glassboro, Nova Jersey.

17 Novembro – É votado pela AG das NU um relatório da 4ª Comissão sobre a questão dos territórios não-autónomos portugueses.

27 Novembro – A AG aprova a resolução nº 2270 (XXII) condenando o colonialismo português.

7 Dezembro – A AG aprova a resolução nº 2288 (XXII). Relativa aos programas de educação e treino instituídos pela ONU a favor dos habitantes dos territórios ultramarinos portugueses.

19 Dezembro – A AG aprova a resolução nº 2349 (XXII). Com objectivos idênticos ao da resolução nº 2288 (XXII).

Dezembro – É criada a *East African Community* (Quênia, Tanzânia e Uganda).

1968

31 Janeiro – Independência da Ilha Nauru.

Janeiro – Início da "Primavera de Praga".

28 Janeiro a 21 Fevereiro – Viagem de Américo Thomaz à Guiné e Cabo Verde.

9 Fevereiro – Início da viagem oficial do PR à Guiné

Fevereiro – Manifestações em Lisboa contra a guerra em África e contra a intervenção dos EUA no Vietname.

12 Março – Independência das ilhas Maurícias.

Maio – O Ministro dos Negócios de Estrangeiros da Holanda visita oficialmente Lisboa.

Agitação estudantil e laboral em França, que tende a alastrar-se a outros países europeus.

2 Julho – Assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

17 Julho – A OUA reconhece o MPLA como a única organização combatente em Angola, cessando o seu apoio ao GRAE da FNLA.

19 Agosto – Remodelação governamental.

21 Agosto – Forças militares do Pacto de Varsóvia intervêm na Checoslováquia.

6 Setembro – Independência da Swazilândia.

7 Setembro – Na sequência de um acidente, Salazar é operado a um hematoma craniano.

16 Setembro – Salazar sofre uma recaída no seu estado de saúde, devido a um acidente vascular.

17 Setembro – Reunião do Conselho de Estado. O Presidente da República anuncia a nomeação futura de um novo Presidente do Conselho.

26 Setembro – O Presidente da República, em comunicação ao país, anuncia a substituição de Oliveira Salazar por Marcello Caetano.

27 Setembro – Oliveira Salazar é exonerado do cargo de Presidente do Conselho. Marcello Caetano substitui-o no cargo.

ANEXO III
CONFERÊNCIA DE POTSDAM
EXTRACTO DO COMUNICADO À IMPRENSA DE 2 DE AGOSTO DE 1945.

CONFERÊNCIA DE POTSDAM
EXTRACTO DO COMUNICADO À IMPRENSA DE 2 DE AGOSTO DE 1945⁶⁶¹

[...]

X. CONCLUSÃO DOS TRATADOS DE PAZ E ADMISSÃO NA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.

[...]

No respeito à admissão de outros Estados na Organização das Nações Unidas, os três governos declaram:

1º Que a Organização das Nações Unidas está aberta a todos os Estados pacíficos que aceitem as obrigações estipuladas na Carta actual e que, na opinião da Organização, tenham a possibilidade e a vontade de preencher as suas obrigações;

2º Que a admissão destes Estados como membros das Nações Unidas terá lugar em virtude de uma decisão da Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Segurança.

Os três governos sustentarão, naquilo que lhes diz respeito, as candidaturas de todos países que permaneceram neutros durante a guerra e que preencham as condições acima mencionadas.

Todavia, crêem-se obrigados a declarar que, pela sua parte, não apoiarão a candidatura do governo espanhol actual, que, estabelecido com a ajuda das Potências do

661 Tradução do francês feita pelo autor a partir de Funk, s.d., pp. 213 a 218.

Eixo, não possui, devido às suas origens, ao seu carácter e à sua associação estreita com os países agressores, as qualificações necessárias para justificar a sua admissão entre as Nações Unidas.

[...]

BERLIM, 2 DE AGOSTO DE 1945.

J.V.ESTALINE; H. S. TRUMAN E C.R. ATTLEE.

ANEXO IV

EXCERTOS DA *CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS*

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS⁶⁶² **(EXCERTOS)**

[...]

Capítulo I

Fins e princípios

Artigo 1º.

Os fins das Nações Unidas são:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para isso: tomar, colectivamente, medidas efectivas para evitar ameaças à paz e reprimir os actos de agressão, ou outra qualquer ruptura de paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;

2. Desenvolver relações amistosas entre as nações baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;

3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais para todos sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e

⁶⁶² Recorreu-se à tradução deste texto que se encontra em A. J. Fernandes, 1991, Anexo I, pp. 397-428.

4. Ser um centro destinado a harmonizar a acção das nações para a consecução desses objectivos comuns.

Artigo 2º.

A organização e os seus membros, para realização dos fins mencionados no artº. 1º., agirão de acordo com os seguintes princípios.

1. A Organização é baseada no princípio da igualdade de todos os seus membros.
2. Todos os membros, a fim de assegurarem para todos em geral os direitos e vantagens resultantes da sua qualidade de membros, deverão cumprir de boa fé as obrigações por eles assumidas de acordo com a presente Carta.
3. Todos os membros deverão resolver as suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais.
4. Todos os membros deverão evitar nas suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra acção incompatível com os propósitos das Nações Unidas.
5. Todos os membros darão às Nações Unidas toda a assistência em qualquer acção a que elas recorrerem de acordo com a presente Carta, e se absterão de prestar auxílio a qualquer Estado contra o qual as Nações Unidas agirem de modo preventivo ou coercitivo.
6. A Organização fará com que os Estados que não são Membros das Nações Unidas actuem de acordo com esses princípios em tudo quanto for necessário para manutenção da paz e da segurança internacionais.
7. Nenhuma disposição da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado, ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta: este princípio, porém não prejudicará a aplicação das medidas coercivas constantes no Capítulo VII.

Capítulo II

Dos membros.

[...]

Artigo 4º.

1. A admissão como Membro das Nações Unidas fica aberta a todos os Estados amantes da paz que aceitarem as obrigações contidas na presente Carta e que, segundo parecer da Organização, estiverem aptos e dispostos a cumprir tais obrigações.

2. A admissão de qualquer desses Estados como Membro das NU será efectuada por decisão da AG, mediante recomendação do Conselho de Segurança.

Capítulo IV

Assembleia Geral.

Composição (artigo 9º).

Funções e Atribuições (artigos 10º a 17º).

Artigo 12º.

1. Enquanto o Conselho de Segurança estiver exercendo, em relação a qualquer controvérsia ou situação, as funções que lhe são atribuídas na presente Carta, a Assembleia Geral não fará nenhuma recomendação a respeito dessa controvérsia ou situação, a menos que o Conselho de Segurança a solicite.

2. O Secretário Geral, com o consentimento do Conselho de Segurança, comunicará à Assembleia Geral, em cada sessão, quaisquer assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que estiverem sendo tratados pelo Conselho de Segurança, e da mesma maneira dará conhecimento de tais assuntos à Assembleia Geral ou aos Membros das Nações Unidas se a Assembleia Geral não estiver em sessão, logo que o Conselho de Segurança terminar o exame dos referidos assuntos.

[...]

Artigo 14º.

A Assembleia Geral, sob reserva do disposto no artº. 12º, poderá recomendar medidas para a solução pacífica de qualquer situação, qualquer que seja a sua origem, que lhe pareça prejudicial ao bem-estar geral ou às relações amistosas entre as nações, inclu-

sivé em situações que resultem da violação das disposições da presente Carta que estabelecem os fins e princípios das Nações Unidas.

Votação (artigos 18º e 19º).

Artigo 18º.

1. Cada Membro da Assembleia Geral terá um voto.

2. As decisões da Assembleia Geral, em questões importantes, serão tomadas por maioria de $\frac{2}{3}$ dos Membros presentes e votantes. Essas questões compreenderão: recomendações relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais, a eleição dos membros não permanentes do Conselho de Segurança, a eleição dos membros do Conselho Económico e Social, a eleição dos membros do Conselho de Tutela, de acordo com o parágrafo 1(c) do art.º 86.º, a admissão de novos Membros das Nações Unidas, a suspensão dos direitos e privilégios de Membros, a expulsão de Membros, questões referentes ao funcionamento do sistema de tutela e questões orçamentais.

3. As decisões sobre outras questões, inclusive a determinação de novos assuntos a serem debatidos por uma maioria de $\frac{2}{3}$, serão tomadas por maioria dos membros presentes e votantes.

[...]

Capítulo V

Conselho de Segurança.

[...]

Funções e Atribuições.

Artigo 24º.

1. A fim de assegurar pronta e eficaz acção por parte das Nações Unidas, os seus membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidades na manutenção da paz e da segurança internacionais, e concordam em que, no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade, o Conselho de Segurança actue em nome deles.

2. No cumprimento desses deveres, o Conselho de Segurança agirá de acordo com os fins e princípios das Nações Unidas. As atribuições específicas do Conselho de Segu-

rança para o cumprimento desses deveres estão enumeradas nos Capítulos VI, VII, VIII e XII.

3. O Conselho de Segurança apresentará relatórios anuais e, quando necessário, especiais, à Assembleia Geral para a sua apreciação.

[...]

Capítulo VI

Solução pacífica de conflitos.

Artigo 33º.

1. As partes num conflito, que possa vir a construir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha.

2. O Conselho de Segurança convidará, quando julgar necessário, as referidas partes, a resolver, por tais meios, os seus conflitos.

Artigo 34º.

O Conselho de Segurança poderá investigar sobre qualquer conflito ou situação susceptível de provocar atritos entre as Nações ou dar origem a um conflito, a fim de determinar se a continuação de tal conflito ou situação pode constituir ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais.

Artigo 35º.

1. Qualquer Membro das Nações Unidas poderá solicitar a atenção do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral para qualquer conflito, ou qualquer situação, da natureza dos que estão previstos no artº. 34º.

2. Um Estado que não for Membro das Nações Unidas poderá solicitar a atenção do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral para qualquer conflito em que seja parte, uma vez que aceite, previamente, em relação a esse conflito, as obrigações de solução pacífica previstas na presente Carta.

3. Os actos da Assembleia Geral, a respeito dos assuntos submetidos à sua atenção, de acordo com este artigo, estarão sujeitos às disposições dos artigos 11º e 12º.

[...]

Capítulo VII

Solução pacífica de conflitos.

Artigo 39º.

O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou acto de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os artigos 41º e 42º, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.

[...]

Artigo 41º.

O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efectivas as suas decisões, e poderá convidar os Membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações económicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofónicos, ou de qualquer outra espécie, e o rompimento das relações diplomáticas.

Artigo 42º.

No caso do Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no artº. 41º seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a acção que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal acção poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas.

Artigo 43º.

1. Todos os Membros das Nações Unidas, a fim de contribuírem para a manutenção da paz e da segurança internacionais, comprometem-se a proporcionar ao Conselho de Segurança, a seu pedido e de conformidade com o acordo ou acordos especiais, forças armadas, assistência e facilidades, inclusive direitos de passagem, necessários à manutenção da paz e da segurança internacionais.

2. Tal acordo ou tais acordos determinarão o número e tipo das forças, seu grau de preparação e sua localização geral, bem como a natureza das facilidades e da assistência a serem proporcionadas.

3. O acordo ou acordos serão negociados o mais cedo possível, por iniciativa do Conselho de Segurança. Serão concluídos entre o Conselho de Segurança e os Membros da Organização ou entre o Conselho de Segurança e grupos de Membros, e submetidos à ratificação pelos Estados signatários, de conformidade com os seus respectivos processos constitucionais.

[...]

Capítulo IX

Cooperação económica e social internacional.

Artigo 55º.

Com o fim de criar as condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão:

a) a elevação dos níveis de vida, trabalho efectivo e condições de progresso e desenvolvimento económico e social;

b) a solução dos problemas internacionais nos domínios económico, social, sanitário e outros conexos; e a cooperação internacional, de carácter cultural e educacional; e

c) o respeito universal e efectivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

[...]

Capítulo XI

Declaração relativa a territórios sem governo próprio.

Artigo 73º.

Os Membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância, e aceitam, como missão sagrada, a obri-

gação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecidos na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios, e, para tal fim:

a) assegurar, como devido respeito à cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua protecção contra abusos;

b) desenvolver a sua capacidade de governo próprio, tomar devida nota das aspirações políticas dos povos, e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento;

c) consolidar a paz e a segurança internacionais;

d) promover medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, coopear uns com os outros e, quando for necessário, com organizações internacionais especializadas, com vista à realização prática dos propósitos de ordem social, económica ou científica enumerados neste artigo; e

e) transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação e atendendo às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro carácter técnico, relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis e que não estejam compreendidas entre aquelas a que se referem os capítulos XII e XIII.

Artigo 74º.

Os Membros das Nações Unidas concordam também em que a sua política em relação aos territórios a que se aplica o presente capítulo deve ser baseada, do mesmo modo que a política seguida nos respectivos territórios metropolitanos, no princípio geral de boa vizinhança, tendo na devida conta os interesses e o bem-estar do resto do mundo no que se refere às questões sociais, económicas e comerciais.

Capítulo XII

Sistema internacional de tutela.

Artigo 75°.

As Nações Unidas estabelecerão sob a sua autoridade um sistema internacional de tutela para administração e fiscalização dos territórios que possam ser colocados sob tal sistema em consequência de futuros acordos individuais. Esses territórios serão, daqui em diante, mencionados como territórios sob tutela.

Artigo 76°.

Os objectivos básicos do sistema de tutela, de acordo com os fins das Nações Unidas enumerados no art.º 1º. da presente Carta, serão:

- a) favorecer a paz e a segurança internacionais;
- b) fomentar o progresso político, económico, social e educacional dos habitantes dos territórios sob tutela e o seu desenvolvimento progressivo para alcançar o governo próprio ou a independência, como mais convenha às circunstâncias particulares de cada território e dos seus habitantes e aos desejos dos povos interessados, e como for previstos nos termos de cada acordo de tutela;
- c) estimular o respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião, e favorecer o reconhecimento da independência de todos os povos; e
- d) assegurar a igualdade de tratamento nos domínios social, económico e comercial, para todos os Membros das Nações Unidas e seus nacionais e, para estes últimos, igual tratamento na administração da justiça, sem prejuízo dos objectivos acima expostos e sob reserva das disposições do artigo 80°..

Artigo 77°.

1. O sistema de tutela será aplicado aos territórios das categorias seguintes, que venham a ser colocados sob tal sistema por meio de acordos de tutela:

- a) território actualmente sob mandato;
- b) territórios que possam ser separados de Estados inimigos em consequência da Segunda Guerra Mundial; e

c) territórios voluntariamente colocados sob tal sistema por Estados responsáveis pela sua administração.

2. Será objecto de acordo ulterior a determinação dos territórios das categorias acima mencionadas a serem colocados sob o sistema de tutela e das condições em que o serão.

Artigo 78º.

O sistema de tutela não será aplicado a territórios que se tenham tornado Membros das Nações Unidas, cujas relações mútuas deverão basear-se no respeito pelo princípio da igualdade soberana.

Artigo 79º.

As condições de tutela em que cada território será colocado sob este sistema, bem como qualquer alteração ou emenda, serão determinadas por acordo entre os Estados directamente interessados, inclusive a potência mandatária no caso de se tratar de territórios sob mandato de um Membro das Nações Unidas, e serão aprovadas em conformidade com as disposições dos artigos 83º e 85º.

Artigo 80º.

1. Salvo o que for estabelecido em acordos individuais de tutela, feitos em conformidade com os artigos 77º, 79º e 81º, pelos quais se coloque cada território sob este sistema, e até que tais acordos tenham sido concluídos, nada neste Capítulo será interpretado como alteração de qualquer espécie nos direitos de qualquer Estado ou povo ou nos termos dos actos internacionais vigentes em que os Membros das Nações Unidas forem partes.

2. O parágrafo 1º deste artigo será interpretado como motivo para demora ou adiamento da negociação e conclusão de acordos destinados a colocar territórios dentro do sistema de tutela, conforme as disposições do artigo 77º.

Artigo 81º.

O acordo de tutela deverá, em cada caso, incluir as condições sob as quais o território tutelado será administrado, e designar a autoridade que exercerá essa adminis-

tração. Tal autoridade, daqui em diante chamada autoridade administrante, poderá ser um ou mais Estados ou a própria Organização.

Artigo 82º.

Poderão designar-se, em qualquer acordo de tutela, uma ou várias zonas estratégicas, que compreendam parte ou a totalidade do território sob tutela a que o mesmo se aplique, sem prejuízo de qualquer acordo ou acordos especiais feitos em conformidade com o artº. 43º.

Artigo 83º.

1. Todas as funções atribuídas às Nações Unidas relativamente às zonas estratégicas, inclusive a aprovação das condições dos acordos de tutela, assim como da sua alteração ou emendas, serão exercidas pelo Conselho de Segurança.

2. Os objectivos enumerados no art.76º serão aplicáveis aos habitantes de cada zona estratégica.

3. O Conselho de Segurança, ressalvadas as disposições dos acordos de tutela e sem prejuízo das exigências de segurança, poderá valer-se da assistência do Conselho de Tutela para desempenhar as funções que cabem às Nações Unidas pelo sistema de tutela, relativamente a matérias políticas, económicas, sociais e educacionais dentro de cada zona estratégica.

Artigo 84º.

A autoridade administradora terá o dever de assegurar que o território tutelado preste a sua colaboração para manutenção da paz e da segurança internacionais. Para tal fim, a autoridade administrante poderá fazer uso de forças voluntárias, de facilidades e da ajuda do território sob tutela para o desempenho das obrigações por ele assumidas a este respeito perante o Conselho de Segurança, assim como para a defesa local e para a manutenção da lei e da ordem dentro do território sob tutela.

Artigo 85º.

1. As funções das Nações Unidas relativas a acordos de tutela para todas as zonas não designadas como estratégicas, inclusive a aprovação das condições dos acordos de tutela e da sua alteração ou emenda, serão exercidas pela Assembleia Geral.

2. O Conselho de Tutela, que funcionará sob a autoridade da Assembleia Geral, auxiliará esta no desempenho dessas atribuições.

Capítulo XIII

O Conselho de Tutela

Composição

Artigo 86º.

1. O Conselho de Tutela será composto dos seguintes Membros das Nações Unidas:

- a) os Membros que administrem territórios sob tutela;
- b) aqueles de entre os Membros mencionados nominalmente no art. 23º que não administrarem territórios sob tutela; e
- c) quantos outros Membros eleitos por um período de três anos, pela Assembleia Geral, sejam necessários para assegurar que o número total de Membros do Conselho de Tutela fique igualmente dividido entre os Membros das Nações Unidas que administrarem territórios sob tutela e aqueles que o não fazem.

2. Cada Membro do Conselho de Tutela designará uma pessoa especialmente qualificada para o representar perante o Conselho.

Artigo 87º.

A Assembleia Geral e, sob a sua autoridade, o Conselho de Tutela, no desempenho das suas funções, poderão:

- a) examinar os relatórios que lhe tenham sido submetidos pela autoridade administrante;
- b) aceitar petições e examiná-las em consulta com a autoridade administrante;
- c) providenciar sobre visitas periódicas aos territórios sob tutela em épocas fixadas de acordo com a autoridade administrante; e
- d) tomar estas e outras medidas em conformidade com os termos dos acordos de tutela.

Artigo 88º.

O Conselho de Tutela formulará um questionário sobre o progresso político, económico, social e educacional dos habitantes de cada território sob tutela, e a autoridade

administrante de cada um destes territórios, dentro da competência da Assembleia Geral, fará um relatório anual á Assembleia Geral, baseado no referido questionário.

Votação

Artigo 89º.

1. Cada Membro do Conselho de Tutela terá um voto.
2. As decisões do Conselho de Tutela serão tomadas por maioria dos Membros presentes e votantes.

Processo

Artigo 90º.

1. O Conselho de Tutela adoptará o seu próprio regulamento, que incluirá o método de escolha do seu Presidente.
2. O Conselho de Tutela reunir-se-á quando for necessário, de acordo com o seu regulamento, que incluirá uma disposição referente a convocação de reuniões a pedido da maioria dos seus Membros.

Artigo 91º.

O Conselho de Tutela valer-se-á, quando for necessário, da colaboração do Conselho Económico e Social e das organizações especializadas a respeito das matérias em que estas e aquele estejam respectivamente interessados.

ANEXO V

COMISSÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS.

COMISSÕES DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS.⁶⁶³

Primeira Comissão: questões políticas e de segurança, nomeadamente a regulamentação de armamentos.

Comissão Política Especial: participa nas tarefas da Primeira Comissão.

Segunda Comissão: questões económicas e financeiras.

Terceira Comissão: questões sociais, humanitárias e culturais.

Quarta Comissão: descolonização.

Quinta Comissão: questões administrativas e orçamentais.

Sexta Comissão: questões jurídicas.

⁶⁶³ Cf. Fernandes, 1991, pp. 94-95. Apenas em alguns casos excepcionais, isto é, quando a AG assim o decidir, os assuntos são primeiro debatidos e votados em comissões e só depois sobem ao plenário. Neste, as resoluções das Comissões são apenas votadas em forma final, e apenas excepcionalmente se verifica uma reabertura do debate.

ANEXO VI

RELATÓRIO DOS SEIS.

RELATÓRIO DOS SEIS **(Texto integral)**

Princípios que devem orientar os Estados Membros ao determinarem se existe ou não a obrigação de transmitir as informações previstas no artigo 73º e) da Carta das Nações Unidas.

I

Estava no pensamento dos autores da Carta das Nações que o capítulo XI fosse aplicado aos territórios que na altura eram conhecidos como pertencendo ao "tipo colonial". Em relação a tais territórios, cujos povos não hajam ainda atingido completo governo próprio, existe a obrigação de transmitir informações nos termos do artigo 73º e) da Carta.

II

O capítulo XI consagra de Territórios Não-Autónomos num estado dinâmico de evolução e progresso, tendente a obter "completo governo próprio". Desde que um território e suas populações o atinjam, aquela obrigação cessa. Mas até que esse objetivo se consiga, persiste a obrigação de transmitir informações nos termos do artigo 73º e).

III

A obrigação de transmitir informações nos termos do artigo 73º e) da Carta constitui uma responsabilidade internacional, e deve ser cumprida tendo em devida conta o acatamento da lei internacional.

IV

A obrigação de transmitir informações existe, *prima facie*, em relação a um território que esteja geograficamente separado e seja étnica ou culturalmente distinto do país que administra aquele.

V

Uma vez que, *prima facie*, fique estabelecida a existência, da separação geográfica e da distinção étnica e cultural, outros factores podem ser tomados em consideração. Estes elementos adicionais podem ser, *inter alia*, de natureza administrativa, jurídica, económica ou histórica. Se os mesmos afectarem a relação existente entre o Estado metropolitano e o território em causa de uma forma que arbitrariamente coloque este numa posição ou estatuto de subordinação, existe a presunção de que há uma obrigação transmitir informações nos termos do artigo 73º e) da Carta.

VI

Pode dizer-se que um Território Não-Autónomo atingiu completo governo próprio: a) se houver emergido como um Estado soberano independente; b) se se tiver livremente associado com um Estado independente; c) se se tiver integrado com um Estado independente.

VII

a) A associação livre terá de resultar de uma escolha livre e voluntária, feita pela população do território em causa e expressa através de um esclarecido processo democrático. Tal associação deve respeitar a individualidade e características culturais do território e sua população, e garantir a liberdade de modificar o seu estatuto pela expressão da vontade através de métodos democráticos e de um procedimento constitucional.

b) O território associado deve ter o direito de estabelecer a sua própria Constituição interna sem interferência exterior, de acordo com um mecanismo constitucional e com os

desejos da população livremente manifestados. Esta circunstância não exclui consultas consoante apropriado ou necessário nos termos do estatuto de associação livre que houver sido acordado.

VIII

A integração com um Estado independente deve realizar-se na base de completa igualdade entre a população do até então Território Não-Autónomo e do país independente em que se integre. As populações de ambos os territórios terão igual estatuto e idênticos direitos de cidadania, e as mesmas garantias dos direitos e liberdades fundamentais sem distinção ou discriminação; e ambas devem ter iguais direitos e oportunidades de representação e efectiva participação, em todos os níveis, nos órgãos executivos, legislativos e judiciais da administração.

IX

A integração deve resultar das circunstâncias seguintes: a) o território integrado deve ter alcançado um estágio avançado de governo próprio, com instituições políticas livremente estabelecidas, de forma a que a respectiva população esteja apta a fazer uma opção responsável através de um esclarecido processo democrático; b) a integração deve resultar dos desejos da população livremente expressos, com absoluto conhecimento da alteração do seu estatuto e através de um esclarecido processo democrático, conduzido imparcialmente, e baseado no sufrágio universal dos adultos. As Nações Unidas exercerem poderes de supervisão quando os julgarem necessário.

X

A transmissão de informações sobre Territórios Não-Autónomos, nos termos do artigo 73º e), está sujeita às limitações que podem ser impostas por razões constitucionais e de segurança. A amplitude da informação pode, por isso, ser limitada sob certas circunstâncias, mas a limitação constante do artigo 73º e) não pode eximir um Estado Membro das obrigações do Capítulo XI. Tal "limitação" aplica-se apenas à *quantidade* de informações a ser transmitida sobre matérias económicas, sociais e educacionais.

XI

As únicas considerações de ordem constitucional abrangidas no artigo 73º *e*) são as que resultam da relação constitucional entre o território em causa e a Potência Administradora. Tais considerações têm em vista uma situação em que a constituição do território em causa lhe atribui governo próprio em matéria económica, social e educacional, através de instituições livremente eleitas. Todavia, mantém-se a responsabilidade de transmissão de informações nos termos do artigo 73º *e*), a menos que aquela relação constitucional obste a que o governo ou o parlamento da Potência Administradora possam receber informações estatísticas e outras, de natureza técnica e respeitantes às condições económicas, sociais e educacionais do território.

XII

Razões de segurança não têm sido invocadas no passado. Apenas em circunstâncias muito excepcionais podem os problemas de segurança ter qualquer relevância quanto as informações sobre a situação económica, social ou educacional. Em circunstâncias normais, por consequência, não deverá ser necessário limitar a transmissão de informações por razões de segurança.

ANEXO VII

RESOLUÇÃO Nº 1542 (XV).

RESOLUÇÃO 1542 (XV) – TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÕES NOS TERMOS DO ARTº. 73º. e) DA CARTA.

A Assembleia Geral,

Considerando que, pela resolução 742 (VIII), de 27 de Novembro de 1953, aprovou a lista de factores a serem tidos em conta para se determinar se um território está abrangido ou não no âmbito do Capítulo XI da Carta das Nações Unidas;

Considerando ainda que se suscitaram entre os Estados Membros opiniões divergentes quanto ao estatuto de alguns territórios sob a administração de Portugal e de Espanha, descritos por estes como "províncias ultramarinas" do respectivo Estado metropolitano, e que no intuito de resolver aquelas divergências a Assembleia Geral, pela resolução 1467 (XIV), de 12 de Dezembro de 1959, designou um *Comité Especial de Seis* para se ocupar do problema da transmissão de informações e estudar os princípios que deverão orientar os Membros das Nações Unidas ao determinarem se existe uma obrigação de prestar as informações previstas no artigo 73º e);

Reconhecendo que o desejo de independência constitui justa aspiração dos povos subjugados pelo regime colonial e que a denegação do direito à autodeterminação representa uma ameaça ao bem-estar da Humanidade e à paz internacional;

Considerando com satisfação as declarações do representante de Espanha, na reunião nº 1048 da Quarta Comissão, no sentido de que o seu Governo concorda em transmitir ao Secretário-Geral informações de acordo com as provisões do Capítulo XI da Carta;

Consciente das suas responsabilidades nos termos do artigo 14º da Carta;

Informada de que o Governo de Portugal não tem prestado informações acerca dos territórios sob a sua administração, que se enumeram no parágrafo dispositivo nº1, e

que não expressou qualquer intenção de o fazer, causando por outro lado preocupações o que por outras vias se conhece sobre as condições naqueles territórios:

1. *Entende*, à luz do Capítulo XI da Carta, da resolução nº 724 (VIII) da Assembleia Geral, e dos princípios por esta aprovados na resolução nº 1542 (XV), de 15 de Dezembro de 1960, que os territórios sob a administração de Portugal, indicados abaixo, são não-autónomos dentro do espírito do Capítulo XI da Carta:

- a) Arquipélago de Cabo Verde;
- b) Guiné, chamada "Guiné Portuguesa";
- c) São Tomé e Príncipe e dependências;
- d) São João Baptista de Ajudá;
- e) Angola, incluindo o enclave de Cabinda;
- f) Moçambique;
- g) Goa e dependências, chamado o "Estado da Índia";
- h) Macau e dependências;
- i) Timor e dependências;

2. *Declara* que existe uma obrigação por parte do Governo de Portugal em prestar informações nos termos do Capítulo XI da Carta, acerca daqueles territórios, e que a mesma deve ser cumprida sem demora;

3. *Solicita* ao Governo de Portugal que envie ao Secretário-Geral informações, de acordo com as previsões do Capítulo XI da Carta, sobre as condições existentes nos territórios sob a sua administração enumerados no parágrafo 1 acima;

4. *Pede* ao Secretário-Geral para tomar as medidas apropriadas em seguimento da declaração do Governo de Espanha prontificando-se a proceder em conformidade com o Capítulo XI da Carta;

5. *Convida* os Governos de Portugal e da Espanha a participarem nos trabalhos do Comité de Informações de Territórios Não-Autónomos de harmonia com os termos do parágrafo 2 da resolução da Assembleia Geral nº 1332 (XIII), de 12 de Dezembro de 1958.

ANEXO VIII

RESOLUÇÃO Nº 1699 (XVI).

RESOLUÇÃO 1699 (XVI) – NÃO-CUMPRIMENTO, PELO GOVERNO PORTUGUÊS, DO CAPÍTULO XI DA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS E DA RESOLUÇÃO 1542 (XV) DA ASSEMBLEIA GERAL.

A Assembleia Geral,

Tendo em atenção que, pela resolução 1542 (XV), de 15 de Dezembro de 1960, se afirmou a existência, para o Governo Português, da obrigação de transmitir informações, nos termos do Capítulo XI da Carta das Nações Unidas, acerca dos territórios não-autónomos sob sua administração, e que essa obrigação deve ser cumprida sem mais demora,

Lamentando que o Governo Português haja recusado e continue a recusar transmitir informações acerca dos seus territórios não-autónomos, e a participar nos trabalhos do Comité de Informações de Territórios Não-Autónomos, como prescrito pela resolução 1542 (XV) da Assembleia Geral e pelo Capítulo XI da Carta,

Tendo ainda em atenção os princípios estabelecidos na resolução 1514 (XV), de 14 de Dezembro de 1960, intitulada "*Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais*",

Considerando que as provisões daquela *Erro! Indicador não definido.* e todas as decisões da Assembleia Geral quanto à sua execução são inteiramente aplicáveis aos territórios sob Administração Portuguesa como aos demais territórios não-autónomos,

Notando o contínuo agravamento da situação nos territórios sob Administração Portuguesa,

1. *Condena* o persistente não-cumprimento pelo Governo Português nas obrigações que lhe impõem o Capítulo XI da Carta das Nações Unidas e a resolução 1542

(XV) da Assembleia Geral, e a sua recusa em cooperar nos trabalhos do Comité de Informação de Territórios Não-Autónomos;

2. *Considera* que, até ao cumprimento daquelas obrigações pelo Governo Português, a Assembleia Geral deve continuar, pelo seu lado, a cumprir as suas próprias obrigações e responsabilidades para com os habitantes dos territórios não-autónomos sob administração portuguesa;

3. *Resolve* estabelecer um Comité Especial de Sete membros,⁶⁶⁴ eleitos pela Assembleia Geral, para examinar com urgência, no contexto do Capítulo XI da Carta e das resoluções aplicáveis da Assembleia, todas as informações disponíveis acerca dos territórios sob administração portuguesa, e para formular as suas observações, conclusões e recomendações, que serão consideradas pela Assembleia e por qualquer outro órgão que a Assembleia possa estabelecer com o fim de a auxiliar na execução da resolução 1514 (XV);

4. *Solicita* do Secretário-Geral, até que se verifique o cumprimento por parte de Portugal da sua obrigação de transmitir informações nos termos do Capítulo XI da Carta acerca das condições nos territórios sob sua administração, que prepare para uso do Comité Especial, na base dos elementos disponíveis, a documentação que contenha informações sobre as condições existentes nos territórios sob administração de Portugal;

5. *Autoriza* o Comité Especial, para que possa dispor de informações tão actualizadas e autênticas quanto possível, a receber petições e a ouvir peticionários sobre as condições existentes nos territórios portugueses não-autónomos;

6. *Solicita* ao Secretário-Geral que ponha à disposição do Comité Especial os funcionários de secretaria e lhe preste a assistência de que este possa necessitar na execução do seu trabalho;

7. *Solicita* aos Estados Membros para usarem da sua influência no sentido de obterem o cumprimento por Portugal das suas obrigações nos termos da Carta e das resoluções pertinentes da Assembleia Geral;

8. *Solicita ainda* aos Estados Membros que recusem a Portugal qualquer apoio e auxílio que aquele possa usar para supressão das populações dos seus territórios não-autónomos.

⁶⁶⁴ Bulgária, Ceilão, Chipre, Colômbia, Guatemala, Guiné e Nigéria.

ANEXO IX
QUADROS

Quadro 1
Estados membros da Organização das Nações das Unidas — 1945-1968.

Estados da África a sul do Sahara

Alto de Volta 1960/09/20
Botswana 1966/09/20
Burundi 1962/09/19
Camarões 1960/09/20
Rep. Centro Africana 1960/09/20
Chad - 1960/09/20
Congo (Brazzaville) 1960/09/20
Congo* (Kinshasa) 1960/09/20
Daomé 1960/09/20
Etiópia*
Guiné Equatorial - 1968/11/12
Gabão 1960/09/20
Gâmbia - 1965/09/21
Ghana - 1957/03/08
Guiné - 1958/12/12
Costa do Marfim 1960/09/20
Quênia - 1963/12/16
Lesotho - 1966/10/17

Libéria*

Madagascar - 1960/09/20
Malawi 1963/12/01
Mali - 1960/09/28
Mauritania 1961/10/21
Ilhas Maurícias 1968/09/24
Níger 1960/09/20
Nigéria - 1960/10/07
Ruanda - 1960/09/18
Senegal - 1960/09/28
Serra Leoa - 1961/09/21
Somália - 1960/09/20
Suazilândia - 1968/09/24
Tanzania - 1961/12/14
Togo 1960/09/20
Uganda - 1962/10/25
Zâmbia 1964/12/01

Estados árabes

Argélia - 1962/10/08
Iraque*
Jordânia 1955/12/14
Kuwait - 1963/05/14
Libano*
Líbia 1955/12/14
Marrocos 1956/11/12
Arábia Saudita*
Iêmen do Sul 1967/12/14
Sudão - 1956/11/12
Síria*
Tunísia - 1956/11/12
República Árabe Unida*
Iêmen 1947/09/30

Estados asiáticos

Afganistão 1946/11/19
Birmânia 1948/04/19
Cambodja 1955/12/14
Coreia 1955/12/14
Chipre‡ 1960/09/20
Filipinas*
Índia*
Indonésia 1950/09/28
Irão*
Japão 1966/12/18
Laos 1955/12/14
Malásia 1957/09/17
Ilhas Maldivas 1965/09/21
Mongólia¥ 1961/09/27
Nepal 1955/12/14
Paquistão 1947/09/30
Singapura - 1965/09/21
Tailândia - 1946/12/16

Nota: China, Israel e África do Sul não eram membros do grupo afro-asiático. Todos os Estados africanos são membros da Organização de Unidade Africana (OUA); todos os Estados árabes eram membros da Liga Árabe.

* País membro da Carta.

‡ Chipre é também membro do Conselho da Europa representando uma influência europeia no interior do grupo afro-asiático.

¥ Estado comunista de partido único votando com o bloco soviético.

Fonte: James Barros (ed.), *The United Nations: Past, Present and Future*, p. 86.

Quadro 2

Estados membros da Organização das Nações das Unidas — 1945-1968 (continuação).

Estados latino-americanos

Argentina	Guatemala
Bolívia	Haiti
Brasil	Honduras
Chile	México
Colômbia	Nicarágua
Costa Rica	Panamá
Cuba*	Paraguai
República Dominicana	Peru
Equador	Uruguai
El Salvador	Venezuela

Estados europeus ocidentais e "outros" **

AustriaY 1955-12-14	Luxemburgo
Bélgica	MaltaY 1955-12-14
Dinamarca	Holanda
FinlândiaY 1955-12-14	Noruega
França	Portugal 1955-12-14
Grécia	EspanhaY 1955-12-14
Islândia — 1946-11-19	SuéciaY 1946-11-19
República da IrlandaY — 1955-12-14	Turquia‡
Itália — 1955-12-14	Grã-Bretanha

Nota: Os Estados acima enunciados, juntamente com os EUA, Jamaica, Trinidad e Tobago e Barbados, eram membros da Organização dos Estados Americanos (OEA).

* Cuba foi excluída da OEA em 1962. Normalmente vota com o bloco soviético.

Fonte: James Barros (ed.), *The United Nations*..., p. 87.

** "Outros" significava em muitos casos, em termos práticos, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, África do Sul, Israel e ainda, noutros, a Jamaica, Trinidad e Tobago, Barbados, Guiana e Fiji, que são membros da *Commonwealth*.

Y Países "neutrais". Não eram membros nem da OTAN nem do Pacto de Varsóvia.

‡ Em alguns casos a Turquia também tomava lugar no grupo da Ásia caucasiana. Representava uma importante influência asiática no grupo europeu ocidental.

Fonte: James Barros (ed.), *The United Nations*..., p. 87.

Quadro 3

Estados membros da Organização das Nações das Unidas — 1945-1968 (continuação).

Estados do leste europeu

Albânia* — 1955-12-14
Bielorrússia (Rep. Socialista Soviética)
Bulgária — 1955-12-14
Checoslováquia
Hungria — 1955-12-14
Polónia
Roménia — 1955-12-14
Ucrânia (Rep. Socialista Soviética)
União das Rep. Socialistas Soviéticas
Jugoslávia*

*Não eram membros do bloco soviético.

Fonte: James Barros (ed.), *The United Nations*..., p. 87.

Quadro 4
Membros não permanentes do Conselho de Segurança
segundo a respectiva área geográfica.

Anos	América Latina	Europa Ocidental	Europa Oriental	África	Ásia	Commonwealth branca
1946	México e Brasil	Holanda	Polónia	Egito (MO)		Austrália
1947	Brasil e Colômbia	Bélgica	Polónia		Síria (MO)	Austrália
1948	Colômbia e Argentina	Bélgica	Ucrânia		Síria (MO)	Canadá
1949	Argentina e Cuba	Noruega	Ucrânia	Egito (MO)		Canadá
1950	Cuba e Equador	Noruega	Jugoslávia	Egito (MO)	Índia (C)	
1951	Equador e Brasil	Holanda	Jugoslávia		Índia (C) e Turquia	
1952	Brasil e Chile	Holanda	Grécia		Turquia e Paquistão (C)	
1953	Chile e Colômbia	Dinamarca	Grécia		Paquistão (C) e Líbano (MO)	
1954	Colômbia e Brasil	Dinamarca			Líbano (MO) e Turquia	Nova Zelândia
1955	Brasil e Perú	Bélgica			Turquia e Irão (MO)	Nova Zelândia
1956	Perú e Cuba	Bélgica	Jugoslávia		Irão (MO)	Austrália
1957	Cuba e Colômbia	Suécia			Filipinas e Iraque (MO)	Austrália
1958	Colômbia e Panamá	Suécia			Japão e Iraque (MO)	Canadá
1959	Panamá e Argentina	Itália		Tunísia (MO)	Japão	Canadá
1960	Argentina e Equador	Itália	Polónia	Tunísia (MO)	Ceilão (C)	
1961	Equador e Chile			R.A.U.* (MO) e Libéria	Ceilão (C) e Turquia	
1962	Chile Venezuela	Rep. da Irlanda	Roménia	R.A.U. (MO) e Ghana (C)		
1963	Venezuela e Brasil	Noruega		Ghana (C) e Marrocos (MO)	Filipinas	
1964	Brasil e Bolívia	Noruega	Checoslováquia	Marrocos (MO) e C. do Marfim		
1965	Bolívia e Uruguai	Holanda		Costa do Marfim	Malásia (C) e Jordânia (MO)	
1966	Uruguai e Argentina	Holanda	Bulgária	Mali, Nigéria (C) e Uganda (C)	Japão e Jordânia (MO)	Nova Zelândia
1967	Argentina e Brasil	Dinamarca	Bulgária	Etiópia, Mali e Nigéria (C)	Índia (C) e Japão	Canadá
1968	Brasil e Paraguai	Dinamarca	Hungria	Etiópia, Argélia e Senegal	Índia (C) e Paquistão (C)	Canadá

* República Árabe Unida.

Para África e Ásia (MO) indica Médio Oriente. Os membros da *Commonwealth* estão assinalados com um (C).

Fonte: James Barros (ed.), *The United Nations. Past, Present and Future*, pp. 34 a 36.

Quadro 5
Reuniões regulares da Assembleia Geral
Alguns dados estatísticos (1946-1968).

<i>Sessões</i>	<i>Número de Estados membros</i>	<i>Número de itens em agenda</i>	<i>Itens por Estado membro</i>	<i>Duração (nº aproxim. de semanas)</i>
1946 Primeira, primeira parte.	51	33	0,65	5
Primeira, segunda parte.	55	65	1,18	8
1947 Segunda	57	65	1,14	10,5
1948 Terceira	59	73	1,24	18
1949 Quarta	59	68	1,15	11
1950 Quinta	60	76	1,27	13
1951 Sexta	60	70	1,17	13
1952 Sétima	60	77	1,28	19,5
1953 Oitava	60	76	1,27	12
1954 Nona	60	73	1,22	12,5
1955 Décima	76	66	0,87	13
1956 Décima primeira	81	71	0,88	17
1957 Décima segunda	82	69	0,84	12,5
1958 Décima terceira	82	73	0,89	15,5
1959 Décima quarta	82	72	0,88	13
1960 Décima quinta	99	92	0,93	19,5
1961 Décima sexta	104	97	0,93	22
1962 Décima sétima	110	94	0,85	13
1963 Décima oitava	113	82	0,73	13
1964 Décima nona	115	92*	0,80	8
1965 Vigésima	117	108	0,92	13
1966 Vigésima primeira	122	98	0,80	13
1967 Vigésima segunda	124	99	0,80	20
1968 Vigésima terceira	126	98	0,78	13

* Número de *itens* que constavam do projecto da agenda. A XIX sessão não adoptou qualquer agenda final.

Fonte: James Barros (ed.), *The United Nations. Past, Present and Future*, p. 97.

Quadro 6
Algumas votações da Assembleia Geral sobre Portugal
(1960-1967).

	Resolução	Favoráveis	Abstenções	Contra
15/12/1960	1541 (XV)	69	Albânia, Austrália, Bélgica, Bulgária, Bielorrússia, China, Checoslováquia, Rep. Dominicana, França, Hungria, Itália, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Polónia, Roménia, Espanha, Ucrânia, URSS, RU e EUA (21).	África do Sul e Portugal (2).
15/12/1960	1542 (XV)	68	Austrália, Áustria, Canadá, Chile, China, Colômbia, Rep. Dominicana, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Nicarágua, Paquistão, Panamá, RU e EUA (17).	Bélgica, Brasil, França, Portugal, Espanha, África do Sul (6).
19/12/1961	1699 (XVI)	90	Bolívia e França (2).	Portugal, África do Sul, Espanha (3).
14/12/1962	1807 (XVII)	82	Austrália, Áustria, Brasil, Canadá, Dinamarca, Rep. Dominicana, Grécia, Irlanda, Itália, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Turquia (13).	Bélgica, França, Portugal, África do Sul, RU e EUA (7)
14/12/1962	1808 (XVII)	96	...	Portugal e África do Sul (2).
18/12/1962	1819 (XVII)	57	Argentina, Áustria, Brasil, Chile, China, Dinamarca, Rep. Dominicana, Finlândia, Grécia, Honduras, Irlanda, Japão, México, Noruega, Perú, Suécia, Tailândia e Uruguai (18).	Austrália, Bélgica, Canadá, França, Itália, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Portugal, África do Sul, Espanha, Turquia, RU e EUA (14).
03/12/1963	1913 (XVIII)	91	Bélgica, Brasil, Canadá, França, Grécia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Turquia, RU e EUA (11).	Portugal e Espanha(2)
21/12/1965	2107 (XX)	66	Chile, China, Dinamarca, Rep. Dominicana, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Japão, Laos, Noruega, Filipinas, Suécia, Tailândia e Turquia (15).	Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canada Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Itália, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Paraguai, Peru, Portugal, África do Sul, Espanha, RU, EUA, Uruguai e Venezuela.(26)
12/12/1966	2184 (XXI)	70	Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Dinamarca, El Salvador, Finlândia, França, Grécia, Honduras, Islândia, Itália, Malawi, México, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Suécia, Turquia, Uruguai e Venezuela.(22)	Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Portugal, África do Sul, Espanha, RU e EUA.(13).
21/11/1967	2270 (XXII)	82	Argentina, Áustria, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Islândia, Itália, Luxemburgo, Malawi, México, Nova Zelândia, Noruega, Panamá, Paraguai, Suécia, Turquia (21).	Austrália, África do Sul, Holanda, Espanha, Portugal, RU e EUA (7).

Fonte: *Yearbook of the United Nations*, vols. 13 a 21, 1960 a 1967, v.d..

Na cronologia em anexo é enunciado o assunto geral a que se reporta o texto da resolução votada.

Quadro 7
Algumas votações sobre Portugal aprovadas pelo Conselho de Segurança
(1961-1968).

	Resolução	Favoráveis	Abstenções	Contra
9/6/1961	S/4835	EUA, URSS, Turquia, Libéria, Ceilão, China, RAU, Equador e Chile (9)	França e RU (2)	
31/7/1963	S/5380	Venezuela, Brasil, Noruega, Ghana, Marrocos, Filipinas, China, EUA, RU e URSS (8)	EUA, França e RU (3)	— — —
11/12/1963	S/5481	Venezuela, Brasil, Noruega, Ghana, Marrocos, Filipinas, China, EUA, RU e URSS (10)	França (1)	
1964	—	— — —	— — — —	— — — —
23/11/1965	S/Res/218	Bolívia, Uruguai, Costa do Marfim, Malásia, Jordânia, China e URSS (7)	França, Holanda, RU e EUA (4)	— — — —
14/10/1966	S/Res/226	China, EUA, França, URSS, RU, Uruguai, Argentina, Holanda, Bulgária, Mali, Nigéria, Uganda, Índia, Japão e Canadá (15)	— — —	— — — —
1967	— — — —	— — — —		— — — —
1968	— — — —		— — —	

Fonte: *Yearbook of the United Nations*, vols. 14 a 22, 1960/1a 1968, v.d..

Na cronologia em anexo é enunciado o assunto geral a que se reporta o texto da resolução votada.

AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIA

Este trabalho só pôde ser realizado graças à importante ajuda de algumas instituições e de muitas pessoas.

Em primeiro lugar, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e, especialmente, o corpo docente do Mestrado de História dos Séculos XIX e XX (Secção Século XX), que me acolheram para desenvolver este projecto, na vigência da sua parte escolar, nos anos lectivos de 1990 a 1992.

O Doutor Medeiros Ferreira, orientador científico desta memória, além de desempenhar essa tarefa para que desde muito cedo se disponibilizou, sugerindo inclusivamente, e de forma informal mas empenhada, o tema, soube ainda, com paciência e habilidade, lidar com as sucessivas fases de instabilidade e desordem por que passa a vida académica e o possível amadurecimento intelectual de um aprendiz de historiador.

O Doutor Fernando Rosas, não só foi acompanhando de perto a evolução desta dissertação, como em vários e importantes momentos de um longo percurso, demonstrou de modo prático a sua confiança numa minha eventual capacidade de trabalho, isto apesar das muitas falhas da mesma. Permitiu assim, pelas solicitações constantes, a aquisição de uma experiência, confiança e consciência de limites que procurei utilizar neste trabalho, e a que, de outra forma, muito provavelmente, jamais chegaria.

A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, entidade que me concedeu uma Bolsa de Mestrado entre Março de 1992 e Novembro de 1993 (inclusivé), deve obviamente ser referida. Por seu lado, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento financiou uma deslocação efectuada em Abril e Maio de 1992 aos *National Archives* em Washington, D.C, que, de outra forma, dificilmente se poderia ter realizado.

A Mónica Silva Pinto, com inteligência, competência e celeridade impensável, trabalhou toda a imprensa periódica portuguesa citada nesta memória. Sem a sua ajuda o resultado final seria indiscutivelmente mais pobre.

A Cláudia Leitão enquanto eficiente co-responsável pela recolha de materiais e redacção das notas biográficas que se apresentam em apêndice.

A Carla Alferes Pinto, a Cuca Leitão de Barros e a Rita Carvalho leram e criticaram vários dos capítulos deste trabalho e foram certamente das minhas ajudas mais preciosas.

A Teresa e o Pedro Maranhas por me apresentarem o mundo do CD-ROM.

Quando me desloquei a Nova Iorque, em Outubro de 1991, para trabalhar nos arquivos das NU, pela sua prestimosa ajuda e amável hospitalidade, devo uma palavra de agradecimento à Dra. Regina Emerson.

À Isabel Emerson o reconhecimento da sua simpatia e hospitalidade durante a minha estada em Washington, DC. O mesmo deve ser dito para a Ana e para o Johnathan Mackenzie-Kerr, que por duas vezes, em 1993 e 1994, me receberam em Wimbledon, Londres, facilitando assim, e muito, o meu trabalho no PRO.

Ao André Andrade, a quem devo sempre a generosidade de uma palavra amiga bem como a permanente disponibilidade para partilhar a sua capacidade de trabalho e inteligência. Agradeço-lhe, muito especialmente, a preciosa ajuda no recenseamento inicial da muita informação disponível sobre Portugal para o período estudado nesta memória, no PRO em Kew, Londres, e efectuado nos primeiros dias de Abril de 1992.

Agradeço ao Fernando Costa, não só as conversas em torno deste trabalho ou das políticas externa e ultramarina do Estado Novo, mas sobretudo a amizade com os anos em que se foi fazendo este trabalho.

À Felicitas von Peter e à Trudi Moniz agradeço o facto de comigo terem discutido muitos dos assuntos relativos à história portuguesa deste século XX.

Personificadas na Dra. Isabel Fevereiro, encontrei no AHDMNE competência e simpatia inexcedíveis em todos os seus funcionários.

Ao Departamento de História da Universidade de Évora, porque reconheço que não só encontrei, desde Dezembro de 1993, um excelente ambiente de trabalho, como ainda

uma série de desafios que, penso, em muito terão enriquecido a fase final de um projecto desenvolvido ao longo de vários anos.

Agradeço ainda aos muitos amigos que comigo conviveram durante a produção desta memória. Mas especialmente ao Carlos Gomes, à Leonor Raposo, ao Manuel Patrocínio, à Marta Costa e ao Miguel Gonçalves.

Finalmente, não posso deixar de agradecer aos meus pais, Maria Leonarda e Fernando Cal Martins. Devo-lhes, pela confiança sempre demonstrada, não só tudo aquilo que de bom este trabalho poderá eventualmente ter, como ainda a minha actividade presente de docente e de investigador. Por isso, lhes dedico este trabalho.

Desejo que nenhum dos supra-citados se sinta diminuído com o produto final aqui apresentado. De qualquer forma, todos os erros que nele constem são da minha inteira responsabilidade.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 1995.

